



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

MULHERES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ÁREAS PROTEGIDAS:
uma análise sobre suas atuações na Amazônia Paraense

Belém
2024

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

MULHERES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ÁREAS PROTEGIDAS:
uma análise sobre suas atuações na Amazônia Paraense

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Terezinha Lopes Simonian
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Doris de Almeida Barbosa

Belém
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

V6142m Viana, Janise Maria Monteiro Rodrigues
Mulheres no turismo de base comunitária em áreas protegidas : uma análise sobre suas atuações na Amazônia Paraense / Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana. — 2023.
446 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian.
Coorientação: Profª. Dra. Helena Doris de Almeida Barbosa
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.

1. Turismo de Base Comunitária. 2. Mulheres. 3. Sustentabilidade.
4. Áreas Protegidas. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 300

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

MULHERES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ÁREAS PROTEGIDAS:
uma análise sobre suas atuações na Amazônia Paraense

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ligia Terezinha Lopes Simonian
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Helena Doris de Almeida Barbosa
Coorientadora – IHGPA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Mirleide Chaar Bahia
Examinadora interna – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso
Examinador externo – IFCH/UFPA

Prof.^a Dr.^a Andrea Rabinovici
Examinadora externa – PPGA/UNIFESP

AGRADECIMENTOS

Nessa jornada que se chama vida, tenho uma enorme gratidão a Jesus e à Virgem Maria por tudo o que sou e por todas as conquistas alcançadas na minha existência. Certamente, a minha fé constituiu-se na força necessária para chegar até aqui. E como não se vive nem se constrói nada sozinho, agradeço com palavras alguns seres humanos que foram fundamentais em mais essa etapa de minha vida tão almejada, chamada doutorado.

Agradeço à minha família, em especial, minha mãe, Maria Célia Monteiro Rodrigues Viana, minha maior incentivadora e que representa razão, coragem e esteio sempre, sem ela não conseguiria alcançar meus objetivos. Meu irmão Jamerson Monteiro Rodrigues Viana, pela parceria profissional e apoio incansável em vários momentos do meu trabalho, indubitavelmente, sem ajuda dele tudo ficaria muito difícil. Agradeço, ainda, à minha cunhada Beth por ter se disponibilizado em me ajudar em momentos importantes da pesquisa, e à Amora também por fazer parte dessa trajetória. Agradeço a todos os meus irmãos Janderson, Júnior, Gerson e Jairson, cunhadas e sobrinhos que, perto ou longe, sempre torceram por mim.

A meu filho, Otto Viana Fonseca, por me ensinar a não desistir e, principalmente, por suportar as minhas longas ausências, ainda assim, amar-me incondicionalmente. Ao meu parceiro e companheiro de vida, Wellington, que, com as palavras certas, soube me apoiar, fazendo sempre o necessário, compreendendo os meus momentos de estresse e dando suporte ao nosso filho por conta da minha falta necessária.

Agradeço à minha orientadora, Ligia Terezinha Lopes Simonian, pela oportunidade de me orientar mesmo eu não tendo sido sua aluna em períodos anteriores ao doutorado. Seu “sim” foi primordial para a concretização desse sonho e, certamente, suas orientações e contribuições me conduziram à realização desta pesquisa. Sou, imensamente, grata pelos conhecimentos compartilhados com tanta sabedoria, que me possibilitaram novas perspectivas no viés da interdisciplinaridade.

Agradeço à amiga, coorientadora, minha mãe acadêmica, Helena Dóris de Almeida Barbosa, que acompanha a minha trajetória acadêmica desde a graduação e que, gentilmente, aceitou me acompanhar neste percurso doutoral, sempre com muita leveza, descontração, contribuições precisas, sem jamais esmorecer mesmo nas dificuldades. As batalhas e os perrengues enfrentados foram muitos, mas, saber do seu apoio, disponibilidade, ajuda constante para os momentos bons e ruins foi essencial, muitas vezes, o alento no meio do abismo. Decerto, amigas para outras vidas!

À Simone, que “da xerox do NAEA” tornou-se uma amiga especial. Obrigada por todo o apoio e ajuda com disponibilização de materiais em momentos tão necessários, sobretudo, na pandemia do *Covid-19*, quando me recebeu em sua casa para não deixar que meus estudos paralisassem. Agradeço à Socorro, bibliotecária no NAEA, pelas conversas descontraídas, palavras de incentivo e ajuda. Muito obrigada por lembrar de mim em cada referência encontrada, isso não tem preço que se pague. Aos colegas servidores públicos da secretaria do PPGDSTU, José e Josilene pelas orientações profissionais, ajudas acadêmicas e diálogos importantes em cada fase do doutorado, do processo de seleção ao depósito da tese.

A todo o corpo docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), em especial, aos professores do PPGDSTU pela parceria acadêmica, respeito e atenção, aulas, ensinamentos e incentivos que ampliaram meus horizontes. Agradeço também ao Dr. Maceió que muito me ajudou com seus auxílios profissionais.

A todos os meus colegas do serviço público na UFPA, *campus* Ananindeua, que me ajudaram em momentos importantes para a conquista da liberação para os estudos, gratidão por tudo. Aos meus amigos e chefias, Prof. Dr. Alcy Favacho e Prof.^a Dr.^a Luciana Gonzalez, pela compreensão, parceria e respeito. A empatia e o auxílio de vocês foram essenciais em momentos importantes para a conciliação trabalho, maternidade e estudo.

Aos moradores da Flona Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns interlocutores das pesquisas de campo e que se tornaram amigos para além das atividades acadêmicas, como: Aline da Comunidade de Jamaraquá, pessoa que me abriu as portas nas comunidades e contribuiu, expressivamente, para a concretização dos estudos na Flona, a Nice pela hospitalidade, fornecimento de informações e carinho para com a minha pessoa. Derliani, Aldair e Odila da Comunidade de Anã, a França em São Miguel e seu Guilherme em São Marcos, a Alessandra em Tucumã, a Isolina em Maripá e a Erenilce em Vista Alegre do Capixauã, gratidão pelas conversas, entrevistas, disponibilidade de tempo, atenção para as muitas horas de conversas e compartilhamento de conhecimentos sobre a Resex, essenciais para a construção desta pesquisa.

Agradeço ao catraieiro (barqueiro) Branco, por me apresentar alguns moradores da Resex e encorajar-me a fazer os percursos fluviais, às vezes, perigosos e cansativos para chegar às comunidades que não estavam previstas na fase inicial dos estudos. Agradeço à UFPA, por ter concedido a minha licença capacitação, que permitiu o meu empenho e a conclusão deste trabalho. Agradeço ao Naea, da UFPA, pela oportunidade de realizar um sonho que era ser aluna do NAEA e instigar-me a ampliar mais meus conhecimentos sobre os estudos amazônicos. Gratidão por tudo!

Legado

*Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além
(Rupi Kaur, 2018)*

RESUMO

A atividade turística, nas suas múltiplas modalidades, constitui-se um fenômeno de alcance mundial, que abrange perspectivas complexas de indissociabilidade entre as culturas e a biodiversidade. Nesse contexto, as mulheres vêm se destacando como dinamizadoras de práxis turística. Este trabalho, portanto, aborda a temática mulheres e Turismo em áreas protegidas na Amazônia Paraense. Os loci de pesquisa foram as comunidades Vila de Anã, São Miguel/São Marco, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã, localizadas na Resex Tapajós-Arapiuns, e as comunidades Jamarauá, Maguari e São Domingos, na Floresta Nacional do Tapajós, nos municípios de Santarém e Belterra. O objetivo geral deste estudo é analisar o papel da mulher amazônica no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, seus modos de organização e atuação na atividade e para a sustentabilidade ambiental dos territórios onde vivem. Para tanto, buscou-se conhecer quem são as mulheres inseridas no fazer turístico; qual a compreensão delas acerca do TBC e em que medida este se compõe em uma ferramenta eficaz à igualdade e ao empoderamento de gênero; identificar os desdobramentos que o TBC pode gerar para as mulheres atuantes na atividade; e compreender como elas atuam para o alcance dos objetivos das Unidades de Conservação e da sustentabilidade ambiental. A pesquisa embasou-se em uma análise quali-quantitativa com uma abordagem interdisciplinar, fundamentando-se em levantamento bibliográfico com foco nas mulheres, turismo, áreas protegidas e Amazônia. Também foram realizadas pesquisas documentais, assim como a coleta e a observação de dados por meio de pesquisa de campo, o uso de entrevistas semiestruturadas com os agentes atuantes na relação turismo e UCs e a utilização de registro fonográfico e fotográfico. Os resultados alcançados apontam que a prática do TBC se assenta como uma constante nas comunidades pesquisadas da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós, bem como que a atuação feminina se constitui a força motriz para o desenvolvimento dele e para se pensar a relação dos atores sociais com a gestão dos recursos naturais e a sustentabilidade. As inserções das mulheres no Turismo, especialmente, das mulheres amazônicas são estratégicas e essenciais para romper com o preconceito e a desvalorização do trabalho feminino e para o reconhecimento de que elas são protagonistas para viabilizar a atividade em contextos de áreas protegidas. O enfoque acerca das mulheres pode amparar as reflexões e as pesquisas sobre a atividade turística nas suas variadas práticas, bem como para se pensar a sustentabilidade no trato com os recursos naturais e sociais, e também na reprodução sociocultural da população amazônica.

Palavras-chave: turismo de base comunitária; mulheres; sustentabilidade; áreas protegidas. Amazônia.

ABSTRACT

Tourism activity, in its multiple modalities, is a global phenomenon that encompasses complex perspectives of the indissociability between cultures and biodiversity. In this context, women have been emerging as drivers of tourist praxis. This work, therefore, addresses the theme of women and tourism in protected areas in the Pará Amazon. The research loci were the communities of Vila de Anã, São Miguel/São Marco, Tucumã, Maripá and Resex Vista Alegre do Capixauã, located in the Tapajós-Arapiuns, and the communities of Jamaraquá, Maguari and São Domingos, in the Tapajós National Forest, in the municipalities of Santarém and Belterra. The general objective of this study is to analyze the role of Amazonian women in the development of Community-Based Tourism, their modes of organization and action in the activity and for the environmental sustainability of the territories where they live. To this end, it sought to know who are the women involved in tourism; what is their understanding of TBC and to what extent it is composed of an effective tool for gender equality and empowerment; identify the implications that TBC can generate for women involved in the activity; and understand how they act to achieve the objectives of Protected Areas and environmental sustainability. The research was based on a qualitative and quantitative analysis with an interdisciplinary approach, based on a bibliographic survey focusing on women, tourism, protected areas, and the Amazon. Documentary research was also carried out, as well as data collection and observation through field research, the use of semi-structured interviews with agents involved in the relationship between tourism and protected areas, and the use of audio and photographic recording. The results obtained indicate that the practice of TBC is established as a constant in the communities studied in the Tapajós-Arapiuns Resex and the Tapajós Flona, as well as that female action constitutes the driving force for its development and to think about the relationship of social actors with the management of natural resources and sustainability. The insertion of women in Tourism, especially of Amazonian women, are strategic and essential to break with prejudice and the devaluation of female work and to recognize that they are protagonists to make the activity feasible in contexts of protected areas. The focus on women can support reflections and research on tourist activity in its varied practices, as well as to think about sustainability in dealing with natural and social resources, and also in the sociocultural reproduction of the Amazonian population.

Keywords: community-based tourism; women; sustainability; protected areas. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–	Localização geográfica Santarém e Belterra	196
Figura 2–	Localização geográfica Resex Tapajós-Arapiuns	200
Figura 3–	Vista aérea da Comunidade Vila de Anã	205
Figura 4–	Residência em Anã	205
Figura 5–	Criação de peixes – Grupo Musa	207
Figura 6–	Criação de abelhas – Grupo Musa	207
Figura 7–	Placas solares para o fornecimento de energia	208
Figura 8–	Escola M. E. F. M. Nossa Senhora de Fátima	209
Figura 9–	Igreja Nossa Senhora de Fátima	210
Figura 10–	Imagem área de São Miguel	211
Figura 11–	Unidade Básica de Saúde de São Miguel	212
Figura 12–	Barracão da Associação da Vila de São Miguel	213
Figura 13–	Imagem área São Marcos	214
Figura 14–	Placa Solar em São Marcos	215
Figura 15–	Casa de farinha em São Marcos	216
Figura 16–	Imagem área da Comunidade Tucumã	217
Figura 17–	Casa de farinha da comunidade Tucumã	218
Figura 18–	Escola N. Sr. ^a de Nazaré	220
Figura 19–	Igreja N. Sr. ^a Nazaré	220
Figura 20–	Comunidade Maripá, as margens do rio Tapajós	221
Figura 21 e 22–	Padrão habitacional da comunidade Maripá	222
Figura 23–	Escola M. de E. F. Santa Terezinha	223
Figura 24 e 25–	Infraestrutura coletiva de Maripá e a Igreja Santa Terezinha	224
Figura 26 e 27–	O campo de futebol de Maripá e o Barracão Comunitário	224
Figura 28–	Plantio suspenso – Maripá	225
Figura 29–	Imagem área da escola da comunidade Maripá	226
Figura 30–	Rádio Comunitária de Maripá	227
Figura 31–	Imagem panorâmica da Comunidade Vista Alegre do Capixauã	228
Figura 32–	Sinalização do território	228
Figura 33–	Vista Alegre do Capixauã e Capixauã	229
Figura 34–	Moradia em Vista Alegre do Capixauã	230
Figura 35–	Cultivo doméstico de verduras e hortaliças	230
Figura 36–	Escola em Vista Alegre do Capixauã	232

Figura 37–	Comunidades da Resex em Vila de Anã, São Marcos/São Miguel, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã	234
Figura 38–	Projeto criação de abelhas	237
Figura 39–	Tanques para criação de peixe	237
Figura 40–	Praia de Vila de Anã	239
Figura 41–	Caminhada na mata	239
Figura 42–	Acesso a trilha em Anã	239
Figura 43 e 44–	Pousada Comunitária de Vila de Anã	240
Figura 45–	Sede do Grupo Arte Palha	243
Figura 46–	Artesã de São Miguel	245
Figura 47–	Redário em São Miguel	246
Figura 48–	Produção da culinária	246
Figura 49 e 50 –	Turistas e algumas peças artesanais da comunidade de São Miguel	246
Figura 51–	Praia do rio Arapiuns em São Marcos	247
Figura 52–	Casa de farinha	247
Figura 53–	O artesanato de São Marcos	247
Figura 54 e 55–	Espaço destinado a comercialização de artesanato em São Marcos	248
Figura 56–	Refeitório para degustação da culinária local	249
Figura 57–	Culinária local	251
Figura 58–	Equipamento da cozinha comunitária	251
Figuras 59 e 60–	Produção de farinha de mandioca	252
Figura 61–	Comercialização de artesanato	252
Figura 62–	Cozinha comunitária	254
Figura 63–	Casa de artesanato de Tucumã	254
Figura 64–	Artesã da comunidade de Tucumã	255
Figura 65–	Visão panorâmica da praia	257
Figura 66–	Belezas naturais de Maripá	257
Figura 67 e 68–	Redários para hospedagem em Maripá	258
Figura 69–	Artesanato	258
Figura 70–	Restaurante em Maripá	258
Figura 71–	Mulheres de Maripá	259
Figura 72 e 73–	Parte externa e interna da embarcação <i>Amazon Dream</i>	262
Figura 74–	A casa de farinha	263
Figura 75–	Estrutura comunitária	263
Figura 76–	A culinária local	264

Figura 77–	As belezas naturais	264
Figura 78–	Artesanato de Vista Alegre do Capixauã	264
Figura 79–	Maloca para apresentações culturais e redário	266
Figura 80 e 81–	Reunião para coleta de informações sobre o TBC na comunidade	267
Figura 82–	Padrão de Residência em Belterra de herança Norte americana	271
Figura 83–	Imagem área da Flona Tapajós	273
Figura 84–	Localização geográfica da Flona Tapajós	274
Figura 85–	Posto de controle do ICMBIO de acesso a Flona Tapajós	275
Figura 86–	Plantio de soja as margens da BR- 443	276
Figura 87–	A placa de sinalização para o acesso a Flona Tapajós	277
Figura 88–	Comunidade São Domingos em meio a Flona Tapajós	278
Figura 89–	Via de acesso a São Domingos	281
Figura 90–	Vista área de São Domingos	281
Figura 91–	Atributos naturais de São Domingos	282
Figura 92–	Moradias na comunidade São Domingos	283
Figura 93–	Igreja Nossa Senhora da Conceição	284
Figura 94–	Imagem área da comunidade Maguari	286
Figura 95–	Escola M.E.F. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	287
Figura 96–	Antenas para acesso a serviços de comunicação	288
Figura 97–	Seringueira do Maguari	289
Figura 98–	Sinalização da comunidade	294
Figura 99–	Imagem área da Comunidade Jamaraquá	294
Figura 100–	Planta Jamaracu	295
Figura 101–	Uma das moradias em Jamaraquá	296
Figura 102–	Praia de Jamaraquá	297
Figura 103–	Campo de futebol em Jamaraquá	297
Figura 104 e 105–	Sede da Associação dos Moradores de Jamaraquá	298
Figura 106–	Comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá	305
Figura 107–	Divulgação de comercialização de óleo de andiroba	307
Figura 108 e 109–	Redário em São Domingos	310
Figura 110–	Estrutura para a higiene dos visitantes	310
Figura 111 e 112–	Sinalização turística e Livro de visitantes organizado pelo ICMBio	312
Figura 113–	Primeiro registro de visitantes de Maguari	313
Figura 114–	A pioneira na atuação com a hospedagem em Maguari	314

Figura 115–	Divulgação dos serviços turísticos em Maguari	315
Figura 116–	Entrada de um dos redários de Maguari	319
Figura 117–	Placa de divulgação do Projeto Couro Ecológico	321
Figura 118–	Os artesanatos de Maguari	323
Figura 119–	As biojoias de Maguari	323
Figura 120–	Fachada da Ecoloja Maguari	323
Figura 121–	Divulgação da trilha da Samaúma em Maguari	324
Figura 122–	Estrutura de apoio aos visitantes em Maguari	326
Figura 123–	Praia de Maguari	326
Figura 124 e 125–	Placas destinadas a conservação ambiental	329

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–	Estágios do desenvolvimento do Turismo	39
Quadro 2–	Algumas das dimensões do turismo	54
Quadro 3–	Conceituações do Turismo de Base Comunitária	62
Quadro 4–	Perspectivas do poder público e da academia quanto ao TBC	63
Quadro 5–	Experiências de TBC na Amazônia Brasileira	76
Quadro 6–	Proporção de trabalhadores no Turismo na região Norte – período 2012 a 2109	111
Quadro 7–	Perfil por gênero do trabalho iformal no Turismo no Estado do Pará – período 2016 a 2019	112
Quadro 8–	Perfil por gênero do trabalho informal no Turismo no Estado do Pará – período 2016 a 2019	113
Quadro 9–	Remuneração salarial dos trabalhadores do turismo no Estado Pará, mercado formal, período 2015 a 2019	114
Quadro 10–	Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral no Brasil	155
Quadro 11–	Categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil	156
Quadro 12–	Unidades de Conservação no estado do Pará	162
Quadro 13–	Unidades de Conservação dos municípios pertencentes ao estado do Pará	163
Quadro 14–	Norte / Pará, Região Turística do Baixo Tapajós	199
Quadro 15–	Cronologia dos instrumentos de gestão – Resex Tapajós-Arapiuns	203
Quadro 16–	Atrativos de Anã	238
Quadro 17–	Atrativos de São Miguel	242
Quadro 18–	Atrativos São Marcos	250
Quadro 19–	Atrativos Tucumã	253
Quadro 20–	Atrativos Maripá	258
Quadro 21–	Atrativos Vista Alegre do Capixauã	265
Quadro 22–	Depoimento das entrevistadas acerca da importância da sustentabilidade	291
Quadro 23–	Depoimento das entrevistadas acerca da importância da sustentabilidade	300
Quadro 24–	Número de visitantes na Flona Tapajós 2017-2021	301
Quadro 25–	Depoimentos acerca da Pandemia e seus reflexos nas comunidades da Flona	303
Quadro 26–	Atrativos de São Domingos	308
Quadro 27–	Atrativos de Maguari	317
Quadro 28–	Atuação das mulheres no TBC na Resex Tapajós-Arapiuns	331
Quadro 29–	Atuação das mulheres no TBC na Flona Tapajós	352

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–	UCs Federais no Brasil segundo tipologia e categoria de manejo – 2022	158
Tabela 2–	Panorama UCs brasileiras, ano 2022	159
Tabela 3–	UCs brasileiras e esferas administrativas – 2022	164
Tabela 4–	Faixa etária das mulheres atuantes com o TBC na Resex	335
Tabela 5–	Escolaridade das mulheres atuantes com o TBC na Resex	335
Tabela 6–	Estado Civil das mulheres atuantes com o TBC na Resex	336
Tabela 7–	A compreensão das mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns sobre o TBC	339
Tabela 8–	Fatores que incentivam as mulheres da Resex a atuarem no TBC	342
Tabela 9–	Carga horária de trabalho no TBC na Resex	344
Tabela 10–	Renda Média das mulheres da Resex com o TBC	346
Tabela 11–	Desdobramentos que o TBC gerou na vida das mulheres da Resex	347
Tabela 12–	Contribuições do TBC para a sustentabilidade ambiental a luz da ótica feminina	350
Tabela 13–	Faixa etária das mulheres atuantes com o TBC na Flona Tapajós	354
Tabela 14–	Escolaridade das mulheres atuantes com o TBC na Flona	354
Tabela 15–	Estado civil das mulheres atuantes com o TBC na Flona	355
Tabela 16–	A compreensão das mulheres da Flona Tapajós sobre o TBC	358
Tabela 17–	Fatores que incentivaram as mulheres da Flona a atuarem no TBC	360
Tabela 18–	Desdobramentos que o TBC gerou na vida das mulheres da Flona	363
Tabela 19–	Contribuições do TBC para a sustentabilidade ambiental a luz da ótica feminina	364

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT	Atividades Características do Turismo
AMP RAT	Associação dos Moradores e Produtores Agroextrativistas da Comunidade de Tucumã
AMPRESDT	Associação dos Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos
APA	Área de Proteção Ambiental
APAA	Associação de Piscicultores e Extrativistas da comunidade de Anã
APRONÃ	Associação dos Produtores Rurais de Anã
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASCOPRAM	Associação Comunitária de Produtores da Comunidade Maripá
ASCOVISM	Associação Comunitária da Vila de São Miguel
ASMORJA	Associação de Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Jamaraquá
ASMIPRUT	Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós de Piquiatuba à Revolta
ASPRODAQI	Associação dos Produtores de Óleo de Andiroba Quatro Irmãos
ATUFA	Associação de Turismo Fluvial Alter do Chão
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CCDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEAPAC	Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária
CEAPS	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental
CEDAW	<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women</i>
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
ESFF	Equipes de Saúde da Família Fluvial
FITA	Feira Internacional de Turismo da Amazônia
FLONA	Floresta Nacional
FLOTA	Floresta Estadual
GAD	<i>Gender and Development</i>
GDA	Grupo de Defesa da Amazônia

GT RESEX	Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAC	Comitê Internacional para Ação Política
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NCSU	<i>North Caroline State University</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAELG	Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProManejo	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica

RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETUR	Secretaria de Turismo
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
STTR/Santarém	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
TAPAJOARA	Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEEB	<i>The Economics of Ecosystems and Biodiversity</i>
TI	Terras Indígenas
TOP	Turismo Orientado para os Pobres
TRC	Turismo Rural Comunitário
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURIARTE	Cooperativa de Turismo e Artesanato do rio Arapiuns
UBSF	Unidade Básica de Saúde Fluvial
UC	Unidades de Conservação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UNWTO	<i>World Tourism Organization</i>
WAD	<i>Women and Development</i>
WID	<i>Women in Development</i>
WTO	<i>World Wild life Fund</i>
WWF	<i>World Wild life Fund</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	20
2	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICO-CONCEITUAIS	34
2.1	A gênese do Turismo no mundo e no Brasil	34
2.2	O Turismo de Base Comunitária: uma nova prática?	51
2.3	O TBC na Amazônia Brasileira	72
3	GÊNERO COMO CATEGORIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO FEMININO	80
3.1	Contribuições do pensamento decolonial aos estudos de gênero	80
3.2	As relações de gênero e suas interseccionalidades no contexto do Turismo	106
3.3	A presença feminina no cotidiano da Amazônia: o TBC e a atuação da mulher	121
4	UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS PROTEGIDAS	148
4.1	Trajetórias, conceitos e desafios das áreas protegidas para a sustentabilidade	148
4.2	Turismo <i>versus</i> Unidades de Conservação: relações e desdobramentos	169
4.3	O papel da mulher em UC e o turismo: sustentabilidade <i>versus</i> invisibilidade	177
5	MULHERES E TURISMO EM SANTARÉM: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS	196
5.1	Santarém: aspectos gerais	196
5.2	A atuação feminina no TBC na Resex Tapajós-Arapiuns	199
5.2.1	Vila de Anã	204
5.2.2	São Miguel / São Marcos	210
5.2.3	Comunidade de Tucumã	216
5.2.4	Comunidade de Maripá	220
5.2.5	Vista Alegre do Capixauã	227
5.3	Turismo na Resex Tapajós-Arapiuns: uma relação para se pensar em Vila de Anã, São Miguel /São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã	233

6	MULHERES E TURISMO EM BELTERRA: O CASO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS	270
6.1	Belterra: características gerais	270
6.2	A atuação feminina no TBC na Flona Tapajós	280
6.2.1	Comunidade São Domingos	280
6.2.2	Comunidade Maguari	286
6.2.3	Comunidade Jamaraquá	293
6.3	Turismo na Flona Tapajós: uma relação para se pensar em São Domingos, Maguari e Jamaraquá	301
7	APONTAMENTOS E DISCUSSÕES	331
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	368
	REFERÊNCIAS	378
	APÊNDICES	435
	APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com o público feminino	436
	APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com o público masculino	438
	APÊNDICE C – Roteiro para entrevista com o poder público	440
	ANEXO	441
	ANEXO A – Autorização SISBIO	442

1 INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Investigar o espaço amazônico significa envolver-se com o ambiente físico, natural e/ou humano, mas, sobretudo, é voltar-se para uma totalidade complexa que abrange um mosaico de dimensões políticas, naturais, ideológicas e socioculturais por meio da constituição das relações sociais dos indivíduos entre si e com o ambiente (Lira; Chaves, 2016). Para além de uma diversidade física, natural, biológica e do imaginário construído sobre a região, a Amazônia caracteriza-se, igualmente, por sua diversidade étnica, socioeconômica e cultural advinda dos múltiplos sujeitos que a povoam.

À primeira vista, pensar a Amazônia significa pensar, também, em proporções gigantescas, o que remete à reflexão, por exemplo, acerca da área que possui o rio mais volumoso do planeta, formada pelo maior conjunto de florestas tropicais e por uma das maiores biodiversidades do mundo, em que, segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 15), “[...] prevalecem visões sobre a Amazônia, e não da Amazônia”. Sobre o conceito criado de Amazônia, Gondim (2019, p. 95) constata que:

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicos, quase genericamente, nenhum se isentou externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial. Ainda que familiarizados com a região ou mantendo o tom frio e distanciado do pesquisador, esse objeto móvel, essa natureza grandiosamente avassaladora, em algum momento fez com que esses homens parassem e a escutassem, e a sentissem, muitas vezes deixando pra trás olhares já estruturados, visões já vividas, para pousarem os olhos renascidos na contemplação extasiada da grandiloquência natural. São momentos que destacam quase unicamente a natureza, muitas vezes explicitando seu edenismo, outras somente aludindo a sua primordialidade, mas cada um registrando imagens particulares ou quase arquetípicas [...].

Costumeiramente, compreende-se a Amazônia como a própria ideia de região, caracterizando-se por inúmeras e diversificadas florestas, contendo, assim, uma multiplicidade de vegetação, tais como: florestas de várzeas, igapós, cerrados, lavrados e caatinga (Simonian; Silva; Baptista, 2015). Os autores destacam a diversidade das águas amazônicas, que vão desde as brancas a barrentas, passando pelas escuras ou pretas, podendo chegar até a tonalidade esverdeada ou azul. Logo, percebe-se o quão complexa e múltipla é compreendida sua sociobiodiversidade, formada pela riqueza de sua fauna, flora e população que nela residem.

A Amazônia brasileira não se resume a um lugar privilegiado de biodiversidade. Há que se considerar todo o seu contexto de sociodiversidade, resultado da confluência de

múltiplos sujeitos sociais – ameríndios da várzea e/ou da terra firme, negros, nordestinos e europeus de variadas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, entre outros) – que iniciaram formas e modos de organização social ímpares nos trópicos amazônicos, conforme indicam Fraxe, Witkoski e Miguez (2009). Os que habitam a região desenvolveram um *modus vivendi* em consonância com as particularidades desse ecossistema.

Compreender esses povos reivindica desvendar seu cotidiano e ter em mente o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais. Entender o modo de vida dos grupos sociais que habitam a Amazônia não se restringe somente a conhecer e a descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, em especial, compreender seus abrangentes territórios.

Significa conceber que, além da paisagem natural, harmônica e romantizada, existem paisagens, socialmente construídas, carregadas de contrastes e contradições. Mergulhar no universo amazônico, de acordo com Fraxe, Witkoski e Miguez (2009), é se permitir entender que essa realidade não é homogênea e/ou uniforme, uma vez que oculta ambiguidades e antagonismos sociais, além das transformações bióticas e abióticas.

Para Loureiro (2022, p. 202):

Há mais de quatro séculos, os governos do Brasil vêm procurando mudar os povos e as culturas da Amazônia numa incansável tentativa de transformar essa enorme região, para moldá-la à fantasia dos sucessivos governos em total desrespeito às características específicas daquela que é, talvez, a mais bela, rica e, por isso mesmo, mais cobiçada região do planeta. Entretanto, a Amazônia é, para os demais brasileiros, o lugar de alteridade, da estranheza, do exotismo, da diferença, da inferioridade cultural e racial, é terra de indígenas e caboclos, que vivem em meio à mata selvagem e impenetrável, outro elemento a ser domesticado [...].

Nesse sentido, é imprescindível que se desmistifique o exotismo atribuído à região. Devendo-se fazer o mesmo com a concepção de que o território se qualifica como um “vazio”, em outras palavras, “terra sem gente”, tal qual as palavras de Wagley (1957, p. 28), “[...] nas condições específicas da Amazônia será esta uma fronteira que deverá ser habitada e desenvolvida em benefício da fome do mundo, ou estará ela fadada a ser para sempre o ‘deserto verde’?”.

Esse ideário construído a respeito da Amazônia nega a existência de mais de 170 povos indígenas e alguns milhões de pessoas que nela habitam e/ou habitavam. A história do ser social, na região, é assinalada por silêncios e ausências que evidenciam a sua relativa invisibilidade e revelam os traços que configuram sua identidade (Simonian; Silva; Baptista, 2015). Portanto, tem-se urgência em pensar em um sistema de planejamento e gestão

territorial para a Amazônia brasileira que considere a conservação dos recursos naturais, como também o desenvolvimento socioeconômico de sua população, incluindo sua sociobiodiversidade.

Ao pensar a sociedade amazônica, o Turismo insere-se nesse debate a partir de uma visão interdisciplinar, conforme corrobora Laflamme (2011), quando constata que a interdisciplinaridade promove ligações entre pesquisadores de várias áreas do conhecimento e, simultaneamente, possibilita ao ser humano fundir saberes e vincular consciência e ciência. É preciso – segundo Martins, Soldá e Pereira (2017) – pensar a atividade turística integrada com diversas áreas como a Antropologia, a História, a Economia, Ecologia, a Geografia, entre outras, ou seja, para além da lógica cartesiana, para a qual o caminho interdisciplinar é fundamental rumo à compreensão dos fenômenos sociais na perspectiva da totalidade.

À luz da dimensão científica, é importante pensar o viés interdisciplinar como uma alternativa para transcender a visão fragmentada da produção do saber, tendo em vista a promoção da conectividade das diversas áreas do conhecimento que compõem a humanidade. Pensar-se em termos conforme Siqueira (2005, p. 120), “[...] a monodisciplinaridade, ainda vigente e assentada na prepotência de que cada área do conhecimento, é autossuficiente, tem de ser transformada. Essa é uma das certezas do novo paradigma [...]”.

Há que se destacar que o termo “interdisciplinaridade” não possui, simplesmente, uma única acepção, logo, não é uma concepção estável (Japiassu, 2011), posto que se define pela veemência das trocas entre os especialistas e pelo nível de incorporação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. Fazenda (2006) entende que a interdisciplinaridade é uma premissa natural das ciências, no intuito de melhor apreensão da realidade que ela proporciona conhecer. Impõe-se, portanto, segundo Fazenda, Varella e Almeida (2013), tanto para a formação do ser humano, quanto para as necessidades de execução.

Nas discussões teóricas, a interdisciplinaridade está para além de possuir um conceito homogêneo. De um modo geral, associa-se a suplantar fronteiras. Gusdorf (1977) estabelece que o trabalho interdisciplinar impõe aos estudiosos transpor suas especialidades, embasados no tino de suas próprias limitações, a fim de considerar a colaboração de outras disciplinas.

Portanto, a interdisciplinaridade conduz a uma reflexão sobre a necessidade de transformação epistemológica. Significa perceber que lá, onde se esperava encontrar o simples, frequentemente, está o complexo. Nesse sentido, quanto mais delicada é a análise, maior é a complexidade que se abre à frente. Em vista disso, a dimensão interdisciplinar não se reduz, propriamente, a um conceito teórico, visto que é, em especial, uma prática, e como

tal constitui um processo que permite ultrapassar o dualismo entre pesquisa teórica e pesquisa aplicada. Assim, proporciona uma investigação teórica e prática, simultaneamente, a qual Japiassu (1976) definiu como “pesquisa orientada”.

A interdisciplinaridade é construída na relação entre os saberes, posto que, para Alvarenga (2011, p. 26-27), ela:

[...] se apresenta na atualidade como a nova forma de conhecimento, alternativa ao disciplinar, mas igualmente complementar. Alternativa e complementar, e igualmente inovadora, por completar, em termos de princípio geral, a proposta de um saber que busca relacionar saberes, que propõe o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre as ciências e a humanidades, entre a ciência e a tecnologia, a interdisciplinaridade apresenta-se, assim, como um saber que é da ordem do saber complexo.

Nesse sentido, apreende-se que é a perspectiva interdisciplinar que orienta este trabalho, com o intuito de intensificar diálogos, trocas, interações conceituais – metodológicas e produção de conhecimento nas múltiplas áreas do saber. Assim sendo, compreender a atividade turística pelo viés dos estudos interdisciplinares significa olhar a partir da totalidade.

Significa apontar uma possibilidade de superação do conhecimento fragmentado por meio de recomposições, análises e desconstruções, que não afetam a autonomia relativa das demais ciências (Laflamme, 2011). Acerca disso, Raynaut (2014) esclareceu, sobretudo, que a problemática da interdisciplinaridade se impõe em termos bem distintos quando se trata de colaborar com as ciências da “materialidade” com aquelas cujo objeto de estudo são as realidades humanas.

Payette (2001) chama atenção para o fato de que a interdisciplinaridade é mais do que, simplesmente, a adição de contribuições diferentes. Há de ser compreendida de maneira complexa, de modo que a experiência de uma única disciplina não é suficiente, impondo que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus limites para acolher as contribuições das outras disciplinas (Gusdorf, 1977; Payette, 2001). É nessa discussão que este estudo se ancora, pensando o Turismo com suas abordagens multi e interdisciplinares, as quais integram visões diversas, possibilitando, portanto, a construção de perspectiva mais abrangente.

O Turismo pode dialogar com as várias ciências existentes e possibilitar, sob a ótica de Pinto, Simonian e Monteiro (2015), contribuições teórico-metodológicas significativas para o estudo do ambiente amazônico, pois “[...] *el estudio del turismo se impone como objeto*

*implicado em diferentes abordajes, resaltando su contribución em un amplio espectro [...]”*¹. Ou seja, o Turismo pode auxiliar na compreensão dos problemas sociais e ambientais amazônicos, demonstrando a viabilidade de uso de novos aportes teóricos-metodológicos.

Por se tratar de um dos principais modos de intercâmbio cultural entre diferentes povos em uma concepção para além dos potenciais benefícios de caráter econômico, a atividade turística pode contribuir para o aprofundamento das relações com os espaços visitados, para a promoção do respeito pela diversidade e para uma valorização maior da cultura e das especificidades do “outro”.

Sob essa lógica, o Turismo pode ser pensado, também, como elemento que pode contribuir para uma equidade de gênero² e para o empoderamento econômico, político e social das mulheres. Isso porque, segundo a *World Tourism Organization*³ (UNWTO, 2020), em caráter mundial, a maioria das pessoas que atuam na atividade são mulheres, tanto ocupando cargos em empregos formais, quanto informais. Portanto, a atividade turística pode constituir-se em uma alternativa para o público feminino tendo em vista o empreendedorismo e a geração de renda. No entanto, ressalta-se que, mesmo com um contexto favorável e de presença majoritária, as mulheres ainda ocupam postos de menor importância em relação aos homens, quando não, são invisibilizadas.

Mediante tal cenário, Simonian (2006a, p. 199) afirma que “[...] notadamente, na Amazônia, as mulheres não só têm enfrentado toda sorte de silêncios, mas são também violentadas, assassinadas e cuja a mão de obra é mais que explorada”. Portanto, é imprescindível refletir e debater o papel das mulheres no desenvolvimento da atividade turística, sobretudo, das amazônidas, visto que:

[...] suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d’água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo. É preciso debater sobre o lugar da mulher no processo de desenvolvimento da Amazônia, pelo exame de casos interessantes, tanto pela sua singularidade, quanto diversidade, permitindo ainda perceber fortes elementos de convergência abordados sob perspectivas teóricas metodológicas diferentes (Simonian, 2001, p. 16).

Por meio de políticas públicas diversas, agências financiadoras e Organizações não Governamentais (Ong), foram elaborados documentos favoráveis à inclusão das mulheres nos

¹ “[...] o estudo do turismo impõe-se como um objeto envolvido em diferentes abordagens, destacando a sua contribuição num amplo espectro [...]” (Tradução nossa).

² “No seu uso descritivo, o ‘gênero’ é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres” (Scott, 1995, p. 8).

³ Organização Mundial de Turismo (OMT)

debates socioambientais, e também que dessem visibilidade à atuação destas em diferentes cenários do contexto mundial, tais como a Agenda 2030, os 17 objetivos para transformar o mundo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entretanto, apesar de toda a mobilização nacional e internacional, ainda não é perceptível a repercussão no cotidiano das mulheres amazônidas brasileiras, sobretudo, daquelas que vivem em áreas preservadas.

Nesse sentido, este trabalho tem como eixo analítico a atuação feminina no desenvolvimento de práticas do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, localizada no município de Santarém e na Floresta Nacional do Tapajós (Flona) abrangendo, os municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, localizados no estado do Pará. Sobre a Flona, esta pesquisa se detém, especificamente, no município de Belterra, *locus* em que se situam as comunidades investigadas.

Quanto ao territórios de pesquisa, a justificativa destes apoia-se no entendimento de Simonian (2006a; 2006b; 2000), que destaca a importância do avanço nas discussões acerca da presença humana em *habitats* fundamentais para a manutenção dos recursos naturais, da biodiversidade e de sua inquietação de se pensar a inclusão com base na perspectiva de gênero na discussão das Unidades de Conservação (UC), o que pode oferecer uma visão mais ampla das relações sociais, ressaltando que as pessoas experimentam essas áreas de diferentes maneiras. Nesse ínterim, essa análise possibilita a reflexão sobre a diversidade de usos, a convivência, o trabalho, a sustentabilidade e, maiormente, o papel feminino nesses contextos.

As categorias de análise elencadas no trabalho foram gênero, Turismo e sustentabilidade – que requerem uma abordagem interdisciplinar em razão da interdependência de conhecimentos, pois “[...] a categoria social mulheres da floresta requer uma abordagem sofisticada e abrangente” (Simonian, 2001, p. 109). Nos termos de Soihet e Costa (2008), a dimensão interdisciplinar é uma proposição constante para a pesquisa e uma reflexão sobre gênero centrada nas mulheres.

Um dos vieses produzidos no âmbito deste trabalho é a produção do conhecimento sobre a atividade turística considerando as perspectivas de gênero e de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que o interesse por essa questão está condicionado, sobretudo, a enfatizar as diferentes experiências das mulheres, as ações e os movimentos que protagonizam, em cada tempo, suas representações e como elas se singularizam e elaboram tipos de estratégias sociais nas vivências amazônicas.

A temática desta investigação emerge da realidade que envolve mulheres, Turismo e áreas protegidas amazônicas, que se propõe a fornecer respostas a seguinte indagação: por que

a atuação da mulher na atividade turística de base comunitária contribui para se pensar em modos de organização comunitária e sustentabilidade ambiental no contexto de áreas protegidas da Amazônia Paraense? A pertinência dessa problemática se constrói a partir da necessidade visibilizar a presença feminina no setor produtivo amazônico, como também destacar o quanto a participação do público feminino é essencial para a sustentabilidade dos recursos naturais e para a reprodução sociocultural de suas sociedades.

Uma vez lançada a problemática, surge uma série de interrogações transcritas na forma de conjecturas. A primeira delas trata da atuação das mulheres no TBC em contextos de áreas protegidas, que favorece o exercício da coletividade feminina, a afirmação da identidade cultural e as práticas de sustentabilidade no ambiente amazônico.

Quanto à segunda, apesar da ausência de políticas públicas com foco nas mulheres, o TBC contribui para a visibilidade feminina na dinâmica produtiva, na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres amazônidas. A terceira hipótese centra-se no envolvimento com o turismo resultando em mudanças atreladas às dimensões econômicas, políticas e socioambientais do público feminino das áreas protegidas e de seu entorno.

No intuito de responder a essas hipóteses, foram elencados os seguintes objetivos: o objetivo central da tese foi analisar o papel da mulher amazônida no desenvolvimento do TBC, seus modos de organização e atuação na atividade, assim como para a sustentabilidade das UC. Os objetivos específicos foram:

- (1) conhecer quem são as mulheres inseridas no fazer turístico;
- (2) analisar qual a compreensão delas acerca do TBC;
- (3) verificar em que medida o TBC se compõe em uma ferramenta eficaz para a igualdade e o empoderamento de gênero;
- (4) identificar os desdobramentos que o TBC pode gerar para as mulheres atuantes na atividade; e
- (5) compreender como elas atuam para o alcance dos objetivos das UCs e da sustentabilidade socioambiental.

A escolha do recorte espacial da pesquisa, a Resex Tapajós – Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós – embasou-se em várias justificativas, cuja principal é que ambas apresentam um número significativo de mulheres atuantes na atividade turística de base comunitária, além do fato de que a Resex e a Flona constituírem importantes Unidades de Conservação de Uso Sustentável, administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICMBio) na Amazônia Paraense. A seleção das comunidades pesquisadas se deve à prática do TBC nas respectivas UC.

Privilegiou-se as estruturas analíticas do campo gênero, turismo e sustentabilidade, o que corrobora com os estudos de Carrión (2010), Galán e Fuller (2015), Rodríguez e Vizcarra (2015), Nassani *et al.* (2019), Vujko *et al.* (2019) e Alrwajfah, Almeida-García e Cortes-Macías (2020), juntamente com a necessidade de contribuir com os avanços nas investigações científicas no campo dessa relação. Nessa direção, destacam-se Ferguson (2011), Lunardi (2012), Ferguson e Alárcon (2014), Carvalho *et al.* (2019) etc. As áreas estudadas contemplaram as literaturas de Alencar (1993), Silva (2005; 2015), Brasil (2019), Oliveira (2021), dentre outras. Tais áreas enfatizam a presença feminina no processo produtivo na região paraense, como é o caso do município de Santarém, Belterra e arredores.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter quali-quantitativa. Esse método misto está composto pela pesquisa qualitativa, a qual representa um campo multifacetado, marcado por diferentes orientações e aportes metodológicos (Malterud, 2001; Yin, 2005; 2016), os quais possibilitam desenvolver uma investigação científica aprofundada de variados enfoques e categorias relacionados à realidade singular ou múltiplas. À luz de Alves (2011, p. 608):

[...] no contexto da metodologia qualitativa aplicada ao turismo, emprega-se a concepção trazida das Ciências Humanas, segundo a qual não se busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas. Torna-se indispensável saber o que os fenômenos socioculturais em geral representam para os sujeitos inseridos em contextos específicos [...].

Em virtude disso, a seleção do método qualitativo tem como justificativa o conceito de que o conhecimento é construído coletivamente e parte da realidade das pessoas, mediada por processos de reflexão, elucidando o contexto a ser estudado. A partir desse campo metodológico, tem-se a possibilidade de obter um quadro mais amplo da construção de realidades, ao assimilar o fenômeno em estudo a partir da ótica das pessoas nela envolvida. Desse modo, nos termos de Alves (2011, p. 610):

[...] as pesquisas qualitativas em turismo tendem a contribuir tanto para um exercício reflexivo de novos conhecimentos quanto para a sua aplicabilidade nas diversas esferas do social. Ao problematizar os condicionamentos socioculturais de um determinado local, os pesquisadores lidam com metodologias que lhes possibilitam refletir sobre diferentes concepções da realidade.

Nesse contexto, utilizou-se também a pesquisa quantitativa como substrato para complementar o processo investigatório, uma vez que tal combinação metodológica, segundo Freitas e Jabbour (2011), é considerada um modo robusto de produção de conhecimento. Para Falcão e Régnier (2000), a pesquisa quantitativa, sobretudo, em Ciências Humanas, constitui-se um instrumento cultural de apoio à construção de conhecimento nesse domínio e que favorece, em contextos particulares, prestar serviços de ampliação da observação de valor inegável.

No tocante à produção do conhecimento do turismo, remete-se ao trabalho com sujeitos sociais inseridos no processo e não somente no produto transmitido sob forma de narração para aquele que apreende (Alves, 2011). Significa atuar com os sujeitos inseridos nos diversos âmbitos sociais, de modo que seja possível entender, vivenciar e participar do processo de construção do conhecimento e do fazer turístico.

Ao fazer ciência, a definição dos métodos precisa estar clara e em coerência com o objeto de estudo priorizado. O problema dita a seleção do método (ou métodos), assim como as técnicas a serem utilizadas (Salomon, 2001). Nesse sentido, quanto à perspectiva metodológica, optou-se pelo estudo de caso como estratégia de pesquisa, haja vista que, de acordo com Gil (2007), busca-se aprofundar a pesquisa sobre determinado grupo social.

Na ótica de Yin (2005, p. 32), “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Para o autor, em consonância com Chizzotti (2014), o estudo de caso favorece a compreensão de fenômenos individuais, grupais e de organizações, além de possibilitar a percepção dos fenômenos específicos na sua totalidade.

O trabalho utilizou um conjunto de técnicas e de procedimentos apropriados e compatíveis com o método e com as questões epistemológicas adotadas. As estratégias priorizadas foram o levantamento bibliográfico e documental, o trabalho de campo a partir de observações livres do cotidiano das localidades e das mulheres e homens atuantes no TBC, bem como dos agentes públicos e demais entidades envolvidas com a temática. Dispôs-se, também, de entrevistas semiestruturadas, além do registro fonográfico, fotográfico e da mapografia.

A pesquisa bibliográfica foi composta por livros, literatura de referência informativa (dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques) e publicações periódicas (jornais e revistas científicas) realizadas, especialmente, por meio de consultas a portais de pesquisa, repositório de universidades diversas e bases de dados (periódicos CAPES, *ScienceDirect*, SciELO, *Google Scholar* e *Scopus*). Consultou-se, ainda, monografias, dissertações, teses,

cartografia e registros iconográficos, tal como fontes documentais (jornais e documentos de instituições públicas), sendo utilizadas para a constituição do aporte teórico-metodológico do trabalho.

É importante, segundo Gil (2007), diferenciar pesquisa bibliográfica de pesquisa documental. A primeira é desenvolvida com base em material existente, composto, principalmente, de livros e artigos científicos. Recorre-se, basicamente, às colaborações de autores diversos sobre determinado assunto. Já a segunda envolve materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico. Nesta, as fontes são diversificadas, a exemplo de documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins entre outros.

Ao considerar tais orientações, além da utilização da pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo mostrou-se fundamental para o aprofundamento das questões propostas. Em consonância com Gil (2007, p. 53):

[...] tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias [...].

Isto posto, a aplicação da estratégia pesquisa de campo teve por finalidade conhecer e analisar a formação social, econômica, histórica, cultural e política das áreas investigadas, bem como as relações que envolvem a atuação feminina das respectivas áreas no contexto da atividade turística de base comunitária. Destaca-se que a coleta e a análise das informações e dos dados obtidos em campo, em conformidade com Yin (2005), possibilitaram confirmar ou refutar as proposições levantadas e, finalmente, auxiliar nas respostas às questões de pesquisa.

A coleta de dados foi realizada com um total de 38 entrevistas com as mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns, sendo: 8 em Vila de Anã; 5 em São Miguel/São Marcos; 13 em Tucumã; 3 em Maripá; e 9 em Vista Alegre do Capixauã. Na Flona Tapajós, foram 25 mulheres entrevistadas: 15 em Jamaraquá; 8 em Maguari; e 2 São Domingos.

Os homens também participaram das entrevistas, num total de 13 na Resex: sendo 4 em Vila de Anã; 2 em São Miguel/São Marcos; 2 em Tucumã; 2 em Maripá; e 3 em Vista Alegre do Capixauã. Na Flona, obteve-se um total de 10 homens, 6 de Jamaraquá, 3 do

Maguari e 1 de São Domingos. A fase do estudo, composta pelas observações e entrevistas, ocorreu no primeiro e segundo semestre de 2022.

Ressalta-se que, para ampliar as estratégias de coleta de dados, algumas entrevistas foram efetuadas por meio de canais de acesso virtuais, como *WhatsApp*, ligações telefônicas e *e-mails*. A opção por esses canais, com base em Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), ocorreu devido a fatores como: (1) maior abrangência geográfica, com inclusão de comunidades diversas; (2) economia de recursos financeiros atrelada à redução de tempo na coleta de dados, dada a ausência de deslocamentos; (3) mais segurança de interlocutores e pesquisador, frente ao contexto de pandemia ainda vigente no período da coleta; e (4) necessidade de atingir um número considerável de pessoas dispostas a contribuir com a pesquisa.

A técnica das entrevistas foi realizada de duas formas: (1) sem roteiro prévio – com uma conotação informal – não dirigida, favorecendo a liberdade nas formulações de questionamentos e na intervenção da fala do entrevistado; (2) com um roteiro preestabelecido. Nesta última, priorizou-se um apanhado de indagações abertas e fechadas.

Nessas entrevistas previamente definidas, as perguntas iniciais direcionaram-se ao perfil socioeconômico das interlocutoras e, em seguida, abordou-se questões específicas sobre a relação gênero, turismo e sustentabilidade ambiental no contexto das áreas protegidas. As transcrições das entrevistas e das conversas seguiram as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento e análise dos resultados, interferência e interpretação.

Todo o processo das entrevistas em campo e a distância ocorreu de forma individual. Presencialmente, elas foram realizadas na própria residência ou local de trabalho dos interlocutores, respeitando, assim, sua conveniência e aceitabilidade. Nos termos de Ludke e André (2013), esse respeito atesta um clima de confiança para que o entrevistado se sinta à vontade para se expressar.

A seleção dos interlocutores se deu por intermédio dos laços estreitados entre pesquisador e membro da comunidade de Jamaraquá, durante a 9ª edição da Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA), ocorrida no mês de novembro de 2021 na capital paraense. A partir desse contato inicial, foi possível, em campo, o uso da técnica *snowball*, ou bola de neve, que, para Bockorni e Gomes (2021), constrói-se a partir de redes de referência e indicações, pois, em cada comunidade estudada, um morador foi destacado para ser o guia e que realizava a apresentação dos participantes e do pesquisador.

Sobre a construção da técnica bola de neve, Vinuto (2014, p. 203) afirma que:

[...] para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chave, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador [...].

O uso da técnica bola de neve foi um processo importante para coleta de informações, isto é, para se alcançar um número significativo de contatos possíveis para a realização de entrevistas e para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de informações sobre a temática. Esse processo foi finalizado com base no critério de ponto de saturação. Realizaram-se, ainda, os cuidados e os procedimentos éticos a partir da verificação e a análise de dados, as indicações e a observação não participantes.

Enfatiza-se, ainda, que os dados coletados nas entrevistas presenciais foram codificados para garantir o anonimato, assim como solicitadas a ciência e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No caso das entrevistas a distância, seguiram-se as orientações para a apreciação de pesquisas de Ciências Humanas e Sociais nos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), durante a pandemia do novo Coronavírus (Brasil, 2020).

Com isso, objetivou-se ratificar o compromisso ético entre pesquisador e entrevistado no que tange à autonomia e à privacidade dos sujeitos, partindo do conhecimento das finalidades da investigação e do uso das informações obtidas no esclarecimento da participação espontânea e na compreensão dos interlocutores quanto aos procedimentos a serem realizados.

Outra estratégia utilizada foi o registro fonográfico auditivo e visual (gravações de áudio e vídeo) usados como aportes para a captação e a análise das entrevistas, tanto com o objetivo de obter liberdade para realização de intervenções a questões pontuais, quanto para a registrar e observar elementos que compõem a comunicação – pausas de reflexão, dúvidas, entonação da voz etc. De acordo com Zago (2003), no processo de investigação científica, as gravações são fundamentais tanto como auxílio para conservação do conteúdo original das verbalizações, como, simultaneamente, permite ao pesquisador direcionar sua atenção para o entrevistado.

Houve, ainda, as contribuições da Antropologia visual pelas fotografias neste trabalho. Estas remetem aos dizeres de Simonian (2006b, p. 4), a qual reforça que “[...] o uso de imagens nos registros do conhecimento contribui significativamente no sentido de identificar,

analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais [...]”. O uso de imagens, à luz de John Collier (1973), é visto como exercício descritivo ou ilustrativo, mas também em favor de uma perspectiva que considere as dimensões complexas do fenômeno social, da identidade cultural e da expressão psicológica das pessoas. Isto é, a imagem possibilita ver a temática por vários ângulos, além de permitir uma ressignificação do que é observado.

Fez-se uso, também, da mapografia neste estudo. Isso posto que se acredita que mapas podem conduzir a uma reflexão como criação imagética. Essa modalidade de imagem viabiliza a identificação das territorialidades, dos espaços marítimos, simbólicos, fronteiriços etc., algo antes insólito (Samain, 1995; Simonian, 2006b). Atualmente, com a tecnologia e/ou a criatividade – como no caso específico desta pesquisa que usou drones e GPS para a construção de mapas – busca-se avançar na produção de imagens cartográficas adaptadas às áreas analisadas e, porque não dizer, na sua forma mais aproximada de apresentação da realidade pesquisada.

Assim, a presente tese foi desenvolvida em oito capítulos. O primeiro, sendo esta introdução, aborda a apresentação do contexto, a questão principal e as derivadas que tangenciam este trabalho, seus objetivos, as hipóteses, as delimitações das áreas de estudo e o aporte teórico e metodológico da pesquisa. O segundo capítulo compõe a revisão de literatura e apresenta as perspectivas histórico-teóricas conceituais sobre o Turismo de Base Comunitária no contexto mundial, brasileiro e amazônico. No terceiro capítulo, discute-se o gênero como categoria, ancorado nas contribuições do pensamento decolonial para os estudos de gênero e suas interseccionalidades no contexto da atuação feminina no turismo na Amazônia brasileira.

No quarto capítulo, as discussões teóricas perpassam o conceito de UCs e suas inter-relações com o papel da mulher, a atividade turística e a sustentabilidade nesses contextos. O capítulo cinco trata das configurações gerais do município de Santarém, da caracterização da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, bem como da atuação das mulheres no TBC nas comunidades de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã, pertencentes ao território da Resex.

O capítulo seis refere-se aos atributos gerais do município de Belterra, às características da Floresta Nacional do Tapajós e às práticas femininas no TBC nas comunidades de Jamaraquá, Maguari e São Domingos situadas na Flona. No capítulo sete, as discussões e os apontamentos voltam-se para o aprofundamento sobre os aspectos

socioeconômicos, para a configuração das principais atividades relacionadas ao turismo, desenvolvidas pelas mulheres da Resex e da Flona.

Contexto em que as análises sobre os impactos que o TBC pode gerar para o público feminino atuante na atividade e na atuação delas para o alcance dos objetivos das UCs e da sustentabilidade ambiental. Por fim, o capítulo oito refere-se a considerações gerais apresentando a síntese do trabalho.

2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICO-CONCEITUAIS

2.1 A gênese do turismo no mundo e no Brasil

A palavra turismo tem origem no francês *tourisme*, proveniente do substantivo latino *tornus* (volta) ou do verbo *tornare* (voltar). Inicialmente, significava “movimento circular” e, com o tempo, passou a ser entendido como “viagem de recreio, excursão” (Colantuono, 2015; Martoni, 2019). Destarte, o suíço Arthur Haulot, ao buscar a origem francesa (*tour*), do atual conceito de turismo, encontrou sua procedência no hebreu antigo (Colantuono, 2015). Para o estudioso, em consonância com Bosisio (2005, p. 9) *tour*, em hebraico antigo, expressava “viagem de descoberta, exploração, de reconhecimento”.

As motivações que conduzem o ser humano a se deslocar são múltiplas, em decorrência da trajetória histórica da humanidade (Assunção, 2012). Tal deslocamento possibilitou, e ainda possibilita, experiências diferenciadas, surpreendentes, positivas ou negativas, e também implica ampliação de conhecimentos em relação ao mundo.

Especificar o momento histórico que iniciou a atividade turística é complexo, visto que o ato de viajar sempre foi comum às múltiplas sociedades, desde as pré-históricas até as contemporâneas, por motivos diversos, tais como: a procura por territórios novos, a exploração de paisagens naturais variadas e a busca por distintas formas de divertimento.

Nesse sentido, Ignarra (2003, p. 2) afirma que:

[...] o fenômeno turístico está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso do da residência das pessoas. Assim, em tempos históricos, ele teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. [...] Era também econômica a motivação para grandes viagens exploratórias dos povos antigos, que buscavam conhecer novas terras para sua ocupação e posterior exploração. Dessa maneira, o turismo de aventura data de milênios antes de Cristo.

Na história da civilização, as viagens aludem às mais longínquas atividades humanas e, em sua evolução, propiciaram o desenvolvimento da linguagem, da escrita, da comunicação e da difusão de informação, fomentando novos processos sociais, o sentimento de liberdade através da abertura do mundo, estimulando a conquista por territórios novos e, simultaneamente, ocasionando conflitos. Em outras palavras, proporcionando aos seres humanos se sentirem componentes do espaço e dos processos impostos sobre ele.

A partir do viés antropológico, afirma-se que os deslocamentos, reiteradamente, fizeram parte da vida humana. E desde o Paleolítico, conforme remontam os estudos históricos, os seres humanos deslocavam-se, constantemente, em função das variações dos recursos alimentares, das condições climáticas e do grau de vulnerabilidade que os territórios ofereciam, dada a existência de animais ferozes. Nesse contexto de vida itinerante, havia lugar para relações reprodutivas, transmissão de técnicas, caçadas coletivas, conflitos, manifestações artísticas e rituais, conforme argumenta Barbosa (2002, p. 12):

Nos primórdios do Paleolítico superior, a última fase da Antiga Idade da Pedra (aproximadamente 35.000 a.C. na Europa) o ser humano era eminentemente um nômade, deslocava-se de um lugar ao outro, seja em busca de alimentos para a sobrevivência, seja para sua proteção em abrigos seguros. Posteriormente, no período Neolítico, passava a ser um pouco mais sedentário, começando a estabelecer seu território, a cultivar a terra e a criar animais, desenvolvendo a produção de alimentos.

Ou seja, algumas modalidades de turismo persistem desde as longínquas civilizações. Amaral Júnior (2008) e Fratucci (2008) destacam que as origens do turismo remontam ao Antigo Egito e aos Impérios Grego e Romano. Sobre os romanos, Barreto (2003) apontou que foram os pioneiros a viajar por prazer, visto que, a partir de análise de azulejos, placas, vasos e mapas, revelou-se que esse povo ia à praia e aos centros de rejuvenescimento e tratamento do corpo, buscando sempre diversão e relaxamento (Souto Maior, 1990). Yasoshima e Oliveira (2002, p. 17) apontam que, “[...] na antiguidade Clássica, o maior destaque deve ser dado para a Grécia e Roma, pelo conjunto de fatores importantes e pelo grande papel que esses dois povos tiveram na organização das viagens e dos meios de transportes”.

Do século VII ao IX, os deslocamentos se expandiram, tornando-se comuns viagens para a comemoração de festas anuais, especialmente, de povos bárbaros como os ostrogodos, os visigodos, os vândalos e os burgúndios (Barreto, 2001). No entanto, com o declínio do Império Romano, as viagens diminuíram, e o surgimento da sociedade feudal acarretou um sedentarismo decorrente da autossuficiência dos feudos. Nesse contexto, segundo Ignarra (2003) e Silva e Kemp (2008), as viagens tornaram-se aventuras muito arriscadas, sujeitas a assaltos e violências.

Pires (2002) destaca a atividade do turismo no final da Idade Média, devido à procura por lugares considerados sagrados. As próprias Cruzadas⁴ e a fé, alimentada pela Igreja

⁴ O Papa Urbano II, em 1095, organizou, na Europa Ocidental, expedições militares, mas, sobretudo, de caráter religioso, conhecidas como Cruzadas. Para Lupeti (2000, p. 37): “[...] As Cruzadas tiveram papel de grande

Católica, levaram a grandes deslocamentos de peregrinos na busca pela remissão dos pecados. As viagens, nesse contexto, passaram a ter um caráter mais religioso.

As ideologias religiosas excedem as iniciativas científicas e as explicações racionais. Com o avanço do Cristianismo, intensificaram-se, também, as peregrinações religiosas a Jerusalém, período em que os peregrinos se chamavam “palmeiros” (Badaró, 2003; Silva; Kemp, 2008). Posteriormente, com o crescente fluxo de viajantes para Roma, esses peregrinos passaram a ser conhecidos pelo nome de “romeiros”.

Conforme Ignarra (2003), as viagens, durante o século XII, tornaram-se mais seguras, em decorrência das vias terrestres novas, as quais eram importantes para o transporte de pessoas e de mercadorias. Nessas viagens, as pessoas mais abastadas podiam se hospedar em castelos e casas particulares, em hospedarias, e até mesmo, em barracas. Foi também a partir da Idade Média que as famílias nobres começaram a enviar seus filhos para viagens de estudo e intercâmbio cultural nas principais cidades europeias (Ignarra, 2003). Badaró (2003) enfatizou, ainda, que, a partir do século XIII, as relações entre comércio e turismo se tornaram mais sólidas.

Nos séculos XIV a XVI – Renascimento – com o crescimento da produção artística e científica europeia, o ato de viajar passou a ser uma aspiração cultural (Silva; Kemp, 2008), pois significava uma alternativa para o acúmulo de conhecimentos e usufruto de aventuras. Tais viagens eram realizadas, sobretudo, pela nobreza masculina e pelo clero. No século XVI, as viagens particulares expandiram-se (Barreto, 2001). Para o autor, nesse período, não havia meios de comunicação, nem mesmo os livros eram acessados com facilidade, desse modo, a alternativa para conhecimento acerca do mundo, culturas diversas e outras línguas, ocorria por meio das viagens.

Nos séculos XVI e XVII, surgiu o *grand tour*, caracterizado como “viagem de estudo” (Andrade, 1999; Barbosa, 2002). Nesse período, o humanismo científico evidenciava a busca por conhecimento imediato, sendo “[...] a experiência de um turista que vai ao exterior para alargar os conhecimentos” (Barbosa, 2002, p. 31).

Assim, ao estabelecer-se a busca por conhecimentos, arte, cultura, arquitetura antiga, arqueologia, entre outros, a Itália, berço do Renascimento, tornou-se o centro das atrações britânicas. Assunção (2012) salientou que essas viagens eram praticadas apenas por um restrito grupo da camada social britânica e tinham vários objetivos, posto que:

importância na propagação do Cristianismo, além de estimular os contatos econômicos e culturais para a civilização europeia [...]”.

As viagens passaram a ser componentes culturais importantes na formação intelectual de jovens universitários nos séculos XVIII e XIX. A viagem de estudo tornou-se comum, tendo como destino os grandes centros culturais da Europa. Os jovens visitavam museus, teatros, bibliotecas, sítios arqueológicos, universidades, além de usufruírem de uma interação e experiência cultural única. Rapidamente, as práticas turísticas se diversificavam entre a aristocracia que dispunha de tempo [e dinheiro] para viajar. Os relatos de viagem e a divulgação de locais com belezas culturais e naturais estimularam os deslocamentos (Assunção, 2012, p. 19-20).

A troca de experiências, de conhecimentos e de culturas com povos diversos contribuía para uma formação ampla do indivíduo, dado que a viagem possibilitava o desenvolvimento da percepção de mundo, acúmulo de conhecimento e aprendizagens. Para Nakashima e Cavalcante (2016), os elementos culturais de uma sociedade específica, cidade ou lugar eram os mais reconhecidos.

O *grand tour*, como ficou conhecido, na Europa, foi bastante propagado entre os europeus, sobretudo, pelos indivíduos do sexo masculino, pois as mulheres, nessa época, não viajavam. Eram inacessíveis à maioria da população e caracterizavam-se por serem viagens de pouco conforto e demoradas – de seis meses a um ano – para os padrões atuais (Taschner, 2006). Destaca-se que esses *tours* resultaram na origem da palavra turista. O termo turismo passou a ser utilizado em 1811, em inglês e, por volta de 1841, segundo Camargo (2001, p. 52), surgiu em francês “[...] primeiro os indivíduos e os grupos, depois a prática, se impõe socialmente”.

Algumas literaturas apontam que a Revolução Industrial é o marco inicial do turismo moderno no mundo, visto que é o período em que a atividade turística se constituiu atividade econômica (Trigo, 1998; Silva; Salgado, 2011). O processo de industrialização para Silva e Salgado (2011) ocasionou mudanças sociais significativas. Dentre estas têm-se a criação de uma classe média, o aumento do transporte de superfície, a ampliação do tempo livre, o surgimento dos primeiros hotéis urbanos, a motivação das viagens recreativas, a expansão do número de balneários e clubes sociais, declinando em popularidade as grandes viagens de elite.

Apesar da noção de que os deslocamentos humanos existem desde os tempos mais remotos, as condições para a constituição do turismo só foram dadas com o surgimento da Revolução Industrial, ou seja, com o advento do capitalismo em decorrência, principalmente, do processo de centralização dos meios de produção, do avanço tecnológico e de proletarianização, que atingiu boa parte da população inglesa (Magalhães, 2008). Em virtude

disso, tem-se a condição necessária para a concepção da prática do turismo, com a distinção entre tempo de trabalho⁵ e tempo do ócio⁶.

Assim, o turismo, no século XVIII e final do século XIX, obteve um avanço considerável. Acerca disso, Walton (2009, p. 786) destaca que:

[...] for most purposes the origins of “modern” tourism, entailing the commercial organization of journeys in search of health, pleasure and difference that depend on access to disposable time and income on the part of the participants and make a significant economic and environmental impact on routes and destinations, generating employment and changing social arrangements in the process, are to be found in eighteenth-century Western Europe. They are fuelled by the rise of urban societies, of commercial, professional and manufacturing middle classes alongside rising agricultural prosperity among landowners and farmers. They depend on the widening diffusion of surpluses, spending power, consumerism and the fashion cycle through societies that are increasingly mobile, in every sense. They grow in step with the rise of industrial societies, as they emerge from the quickening commercial pulse of the urbanizing eighteenth century.⁷

Com o surgimento das ferrovias no século XIX – ainda como consequência da Revolução Industrial, foi possível interligar cidades britânicas importantes, facilitando ainda mais o transporte de indivíduos e mercadorias pelo Reino Unido (Trigo, 1998; Nakashima; Cavalcante, 2016). Dessa feita, expandiu-se, consideravelmente, o quantitativo de funcionários públicos, de profissionais autônomos e comerciantes, que detinham poder aquisitivo para consumir produtos e serviços variados durante essas viagens.

Outro marco na trajetória histórica do turismo moderno, sobretudo a partir de um olhar eurocêntrico, ocorreu em 1841, quando Thomas Cook organizou a primeira viagem em grupo da história, que aconteceu em um percurso de 15 milhas em um transporte com 578 pessoas, indo de *Loughborough* a *Leicester*, na Inglaterra, com objetivo de participação num evento contra o alcoolismo (Bosisio, 2005; Machado, 2010; Santos, 2010; Colantuono, 2015).

⁵ O tempo do trabalho é o tempo destinado às atividades desenvolvidas pelo ser humano, sob diversas formas, para produzir riqueza (Oliveira, 2001).

⁶ Para Aquino e Martins (2007), o tempo do ócio é o das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, agregando ainda a ideia de ocupação agradável e prazerosa.

⁷ “[...] para muitos efeitos, as origens do turismo ‘moderno’, implicando a organização comercial de viagens em busca de saúde, prazer e diferença, que dependem do acesso ao tempo disponível e aos rendimentos por parte dos participantes e têm um impacto econômico e ambiental significativo nas rotas e destinos, gerando empregos e mudando arranjos sociais no processo, podem ser encontradas na Europa Ocidental do século XVIII. Eles são alimentados pela ascensão das sociedades urbanas, das classes médias comerciais, profissionais e manufatureiras, juntamente com o aumento da prosperidade agrícola entre proprietários de terras e agricultores. Dependem da difusão cada vez maior dos excedentes, do poder de compra, do consumismo e do ciclo da moda em sociedades cada vez mais móveis, em todos os sentidos. Eles crescem em sintonia com o surgimento das sociedades industriais, à medida que emergem do acelerado pulso comercial da urbanização do século XVIII” (Tradução nossa).

Com sua iniciativa precursora, Cook estabeleceu a concepção de viagem organizada. Nas palavras de Ferreira (2007, p. 26), Thomas Cook, “[...] mais do que qualquer outro empresário, contribuiu para mudar a imagem das viagens: de uma atividade necessária e nem um pouco aprazível, de uma tarefa árdua e voltada para a educação, para um prazer, um entretenimento e um novo conceito: ‘férias’”.

A partir de Molina (2003), é factível periodizar a trajetória do turismo ao longo do tempo, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Estágios do desenvolvimento do turismo

Estágio	Característica
Pré-turismo	Evidencia o <i>grand tour</i> e a valorização dos balneários como destinos significativos de intensa vida social.
turismo industrial	Subdividido em 3 categorias: 1. Turismo industrial primitivo – com início no século XIX, expandindo-se até o início da Segunda Guerra Mundial; 2. Turismo industrial maduro – com início a partir de 1950 e estendendo-se até o começo da década de 1980; 3. Turismo pós-industrial: iniciado a partir da metade da década de 1980 e avançando até o final do século XX, expressou mudanças significativas em relação às antigas técnicas.
Pós-turismo	Originado na década de 1990 e avançando pelo século XXI, é um novo paradigma, e também uma categoria histórica em evolução, explicada por uma postura teórica a partir de tecnologias de alta eficiência e de fenômenos socioculturais da década de 1990. Esse paradigma assumiu a emergência de um novo modelo, não significando que o anterior tenha sido anulado. Pode-se encontrar ainda, nos dias atuais, produtos, essencialmente, do pré-turismo, como os balneários.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Molina (2003).

Salienta-se que no pós-turismo, a informação e a tecnologia utilizadas, de modo intenso, alcança o estágio de auxílio estratégico no mundo empresarial, podendo atuar, também, como fonte de autonomia ao sujeito turístico, o qual independe da intermediação de profissionais para compor roteiros turísticos (Cisne; Gastal, 2010). Na perspectiva de Molina (2003, p. 13), esse paradigma “[...] procura implementar os recursos provenientes do conhecimento e da tecnologia que produzem, acumulam e adotam [...]”, a fim de proporcionar novos sentidos e buscar alternativas para seus desafios.

A natureza das viagens, de seus fins, de sua dimensão e extensão, assim como da forma que assumiram, adquiriu características muito diferentes no decorrer dos anos. Consoante a isso, entende-se que o turismo é uma produção social decorrente da construção histórica do processo de desenvolvimento capitalista, acompanhando todas as suas transformações. Santos Filho (2007) ratifica que esse fenômeno se caracteriza por ser uma

construção histórica que vem sendo moldada conforme o desenvolvimento das relações de produção.

Para alguns estudiosos, o ápice da atividade ocorreu no século XX como vetor, predominantemente, econômico em áreas urbanas (Martins, Déjardin; Silva, 2013). Entretanto, algumas iniciativas surgiram também nos espaços rurais, embasadas, principalmente, nas tendências mundiais para o turismo, que, segundo Bernier (2008), eram compostas por proteção ambiental, valorização e respeito às tradições e à identidade cultural, propagação do associativismo⁸ e cooperativismo⁹, convivência, ascensão dos segmentos de turismo étnico-social, sustentável e solidário.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística se deu em virtude da abertura dos portos às nações amigas em 1808. Nesse momento, a família real, ao chegar ao território brasileiro, ficou arrebatada pela ausência de hospedagem e de restaurantes em todo o território imperial (Colantuono, 2015). Porém, com o aumento da migração e a entrada de visitantes¹⁰ no Brasil, novas hospedarias foram construídas, restaurantes se tornaram mais cativantes, novas rotas de trem foram estabelecidas e novos costumes foram assimilados, entre os quais, banhar-se em águas termais ou salgadas e recorrer aos locais de veraneio com o intuito de preservar-se da proliferação de enfermidades. Para Taschner (2006, p. 7):

[...] as mudanças ocorridas após a chegada da família real incluíram, entre outras benfeitorias no Rio de Janeiro, desde a abertura do Jardim Botânico e do Museu Real (1908), passando pela criação em 1810, da Real Biblioteca Nacional no Rio, do Museu Nacional (1818), do Arquivo Nacional (1824) até a criação do Observatório Astronômico do Rio em 1827. E em 1829 foi inaugurada a primeira exposição de Belas Artes.

Até meados do século XIX, para cativar a preferência das pessoas, a rede hoteleira carioca passou a disponibilizar casas de banho próprias ou anexas às suas instalações. Além de banhos quentes, duchas, banheiras de mármore, banhos de mar com salva-vidas, banhos de cachoeira e piscinas também foram alternativas oferecidas para atrair as pessoas. Desse modo, Bosisio (2005) e Colantuono (2015) afirmaram que, ao propiciar comodidades para os clientes, tais como salas de banho, candelabros a gás, escada de mármore branco, mobiliário

⁸ O vocábulo associativismo relaciona-se à ideia de conjunção de pessoas que optaram por unir forças e interesses com intuito de transpor dificuldades e/ou de gerar benefícios comuns por meio da criação de associações (Viana, 2017).

⁹ O cooperativismo é uma das modalidades do associativismo, que busca representar seus trabalhadores e legitimar a cidadania e a participação social (Cunha, Rocha; Moraes, 2010).

¹⁰ Para esta pesquisa, os termos visitante(s) e turistas são adotados como sinônimos.

requintado, correio, telégrafos e outros serviços, o Grande Hotel, inaugurado em 1878, na cidade de São Paulo, foi considerado o melhor estabelecimento do Brasil naquela época.

A inauguração do Grande Hotel propiciou incentivos fiscais para a construção de hotéis na capital nacional, o que oportunizou, inicialmente, a edificação do maior empreendimento do País para a época – o Hotel Avenida – e, por conseguinte, o hotel mais requintado do Brasil, o Copacabana Palace, inaugurado em 1922 (Colantuono, 2015). Desse modo, pode-se dizer que o turismo brasileiro, no século XX, foi incentivado pelo advento de *shows* e espetáculos voltados para uma elite acostumada ao modismo e influência europeia.

O setor turístico, ao longo do tempo no contexto brasileiro, passou a ser pensado de maneira estratégica pelos profissionais do setor. A criação do planejamento estratégico, o desenvolvimento de legislação própria, o estabelecimento de produtos diversificados, a especialização dos profissionais do turismo e a divulgação das atrações nacionais evidenciaram-se como fatores essenciais para aumentar o potencial de atração turística do País, como também para ordenar os preços internos com os praticados no mercado mundial.

Na compreensão de Solha (2002), os estudos históricos, no âmbito da atividade turística no Brasil, são destaques apenas em determinados períodos referentes ao desenvolvimento da atividade, os quais foram estudados de maneira aprofundada, entretanto, para a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área, não há registro.

Pode-se dizer que o turismo brasileiro iniciou, efetivamente, como ação mais ampla e sistemática, durante a década de 1950. A intervenção estatal se fez presente tanto na criação de órgãos e instituições normativas e executivas, quanto na produção do espaço. As prefeituras de Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Salvador (BA), em 1953, criaram seus órgãos municipais de turismo. Também no início da década de 1950, a hotelaria nacional estava consolidada e concentrava-se nas principais capitais brasileiras (Müller *et al.*, 2011). As companhias aéreas expandiram suas frotas, e as agências de viagens brasileiras iniciaram seu processo de organização, criando associações regionais e participando de eventos internacionais.

Solha (2002) aponta que, no período de 1950 a 1969, o desenvolvimento do turismo no País ocorreu em vista da conjugação de diversos fatores, a saber: melhoria nos equipamentos e no sistema de transportes; expansão dos sistemas de comunicação; urbanização e crescimento das cidades; aumento de uma classe média inclinada a viajar. Embora incipiente quando comparado à velocidade dos acontecimentos no mundo, incentivou-se o início da organização da atividade turística nos setores público e privado.

A década iniciada em 1970 trouxe algumas mudanças significativas para o Brasil que compreendia o turismo como atividade substancial para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Müller *et al.*, 2011). Esse período foi bastante produtivo no que concerne às discussões sobre o fenômeno turístico (Rejowski, 1996). Os primeiros eventos científicos na área tiveram início e eram *locus* de debates acerca da realidade turística brasileira, do mercado de trabalho e das dificuldades do setor.

Os anos de 1980 foram marcados pela crise fordista, período de dificuldades e de certa estagnação econômica na América Latina, em consonância com o cenário mundial. Isto se deu, sobretudo, à dificuldade de incorporação dos elementos do sistema capitalista e ao modo de produção fordista (Maranhão, 2017). Dada essa realidade inconstante, Maranhão (2017) assinalou alguns dos reflexos para a conjuntura brasileira, tais como: instabilidade política, crise no ramo do petróleo, aumento da dívida externa, cortes econômicos, entre outros.

Tal tensão econômica demandou medidas voltadas para uma diversificação das atividades produtivas e/ou novas perspectivas de trabalho, com vistas a melhorar a economia então vulnerabilizada (Fonseca, 2005; Oliveira; Oliveira, 2012). Mediante esse cenário de crise político-econômica, como afirma Maranhão (2017), é que o turismo passou a ser visto pelo estado brasileiro como uma alternativa econômica expressiva para o momento de instabilidade que o País perpassava.

Os anos de 1990 assinalaram a abertura do País para o exterior. Quanto à atividade turística, a globalização conduzia a uma internacionalização sem precedentes na estrutura de hospitalidade e de transportes. As grandes cadeias hoteleiras se estabeleciam no Brasil e novas companhias aéreas passaram a atuar nos aeroportos, além da realização de novos empreendimentos (Taschner, 2006). Com o advento da Internet, a concorrência atingiu as agências e as operadoras e tornou-se internacional em todos os subsetores do turismo. Sobre essa época Maranhão (2017, p. 256) aponta que:

Já meditando sobre a década de 1990, período em que o turismo logrou um melhor amparo estatal e inaugurou uma nova era (NET), é possível mencionar alguns elementos que passam a configurar o cenário do turismo no Brasil e que, de certo modo, ainda reverberam nos direcionamentos atuais, sempre pautados na busca por vantagens competitivas, são eles: a busca por elementos da inovação, elevação dos critérios de qualidades dos serviços, o uso de tecnologias integradas e limpas, supersegmentações, subjetividades dos sujeitos entre outros elementos que compõem uma gestão do turismo mais globalizada.

Outro ponto de destaque, nesse período, foi a constituição da política de descentralização da atividade materializada no Programa Nacional de Municipalização do

Turismo (PNMT) (Brasil, 2002). Com esse Programa, buscava-se o experimento de agenciar o turismo pelas instâncias municipais (Pinto, 2016; Maranhão, 2017). Nesse sentido, conduziu-se à municipalização da gestão da atividade turística por meio de critérios territoriais.

O turismo se encontrava para além do período de “experiência”. Caracterizava-se por ser uma realidade recém-estabilizada, ainda que estivesse vinculada a uma ótica economicista limitante. Nesse momento, a atuação do estado também se alterou, deixando de ter atitudes controladoras e assumindo posturas condutoras e dinamizadoras da atividade, repercutindo, de acordo com Maranhão (2017), os traços neoliberais vigentes, nos quais o mercado era favorecido em detrimento da intervenção do estado.

A década de 2000 foi marcada pela criação do Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2003, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A atividade, nesse momento, passou a ter acesso às prerrogativas ministeriais e a ser ratificada como instância federal. Em síntese, compreende-se que os anos 2000 apresentaram alguns progressos para o turismo no Brasil, certificando a existência de múltiplos desdobramentos que ainda orientam o planejamento e a estruturação do setor na contemporaneidade.

Observa-se, no decorrer cronológico, que os esforços na implementação e na gestão da atividade turística no Brasil sofreram impactos e influências de elementos e fatos históricos diversos. Dentre estes: o momento de importante intervencionismo estatal, do neoliberalismo, da crise fordista, do advento da globalização e o estabelecimento de critérios de competitividade e do avanço tecnológico. Ao passo que também sofreu interferência de questões internas, como a ausência de prioridade do estado, a compreensão restrita do turismo pautado por uma interface, exclusivamente, econômica e a inconstância de gestões, que refletem, em partes, nos efeitos do turismo brasileiro nos dias de hoje.

Destarte, levanta-se o seguinte questionamento: afinal, do que trata o turismo? Para compreender os alicerces teóricos *per si*, é fundamental o entendimento de que a realidade é fruto de uma representação mental, posto que, com base em Siqueira (2005) – ao se observar o real concreto – há de se traduzi-lo. Os recursos fundamentais para essa tradução são os conceitos, pois, na construção do conhecimento científico, são os instrumentos que favorecem o recorte da realidade e de sua observação, pois, tal qual nos termos de Siqueira (2005, p. 87):

[...] o conhecimento científico tem como objetivo conhecer fenômenos concretos, e não apenas construir generalidades abstratas, sem vida em si mesmas. Mas as ciências utilizam-se de conceitos com diferentes níveis de abstração para conhecer a realidade. Quanto mais abstrato ele for, maior será seu poder de generalização; quanto mais concreto ele for, menor será este poder. De qualquer maneira, quanto maior o poder de abstração e de generalização de um conceito, maior e mais rico será o poder de nos apropriarmos da realidade concreta, singular. É, sobretudo, esta capacidade de construir conceitos e teorias mais abstratas que permite identificar disciplinas científicas mais sedimentadas e outras ainda em construção.

Daí a significância dos conceitos para se ter uma visão melhor da realidade, especialmente, para o conhecimento científico. Quanto mais abstrato o conceito se constituir, maior será sua capacidade de absorver a realidade concreta. Quanto mais investigação for feita, maior a possibilidade de expandir a capacidade de abstração do conceito e de apreensão da realidade concreta (Siqueira, 2005). Portanto, os conceitos são expressões das relações sociais vigentes, posto que os fenômenos e os objetos sociais estabelecem-se em relações sociais.

Locke (1847 *apud* Xin; Tribe; Chambers, 2013, p. 67) aponta que: “[...] *a concept is more than an idea. It is a general idea. It is formed through abstraction and the discarding of uncommon characteristics from individual ideas and collecting those ideas with common characteristics*”¹¹. Ou seja, o autor entende que os conceitos auxiliam na descrição e na compreensão de ideias complexas e na proposição de novas justaposições de ideias.

Dessa feita, o refinamento conceitual ocorre em cada conhecimento científico a partir da realização de pesquisas, dado que possibilitam o constante movimento concreto-abstrato, aprimorando as representações sobre a existência real (Siqueira, 2005). E o que ocorre com o conceito de turismo? Compreender tal conceituação e suas complexidades é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Com base em Quaresma (2008), há várias definições acerca da atividade turística, umas relacionadas ao lazer, outras a viagens, a aspectos associados à hospedagem e aos gastos no local de destino, além das que estão atreladas aos recursos naturais.

A tentativa de conceituar a atividade turística remete aos anos de 1930. Nessa conjuntura, destaca-se que o turismo seguia, exclusivamente, parâmetros associados ao deslocamento de turistas, ao período da viagem e ao motivo de ela ser feita (Ignarra, 2003; Quaresma, 2008). Conforme a Organização Mundial de Turismo (OMT), descreve-se o turismo pelo “[...] deslocamento para fora da residência por período superior a 24 horas e

¹¹ [...] “um conceito é mais do que uma ideia. É uma ideia geral. É formado pela abstração e pelo descarte de características incomuns de ideias individuais e pela coleta dessas ideias com características comuns” (Tradução nossa).

inferior a 60 dias, motivado por razões não econômicas” (Ignarra, 1999, p. 23). Ainda assim, tal definição é limitada por não considerar as complexidades que envolvem o turismo, como, por exemplo, questões que abrangem o deslocamento e as relações provocadas pela atividade.

Tratar acerca da definição do turismo requisita considerar, sobretudo, a multiplicidade dos significados que o vocábulo possui, bem como atentar para o contexto e para a própria dinâmica em que um conceito pode ser construído (Almeida, 2008; Araújo, 2015). Nesse sentido, Cooper (2001) reforçou que há diversos obstáculos na identificação de uma definição de turismo e na agregação de todas as considerações em apenas uma definição. Disso resulta posicionar o/a turista e a prática realizada, ou seja, a atividade turística intrinsecamente. Tal afirmação acarreta, por sua vez, a qualidade generalizante, logo, restrita ao turismo.

As interpretações sobre o turismo foram apresentadas após a Segunda Guerra Mundial no século XX. Por isso, obtiveram o caráter de modernidade, subjugando-se às representações sociais provocadas pelo ideal moderno (Coriolano, Leitão; Vasconcelos, 2009). Para os autores, os enunciados político, econômico e acadêmico denominam de “indústria” o turismo, com o intuito de atribuir-lhe *status* de potencialidade e significância social. Essa compreensão, por conseguinte, estabelece uma perspectiva de consolidação dos possíveis significados que ele apresentou com o passar dos tempos e em concordância com seus aspectos aplicados a determinados contextos.

Variadas definições foram surgindo, de acordo com o pensamento dominante em determinada época, predominando os enfoques econômicos, sociais, psicológicos, culturais, ambientais, dentre outros. Beni (2007) reforçou tal pensamento ao explicar que a definição do turismo é elucidada conforme as correntes de pensamento distintas e analisadas em variados contextos da realidade social.

Ao ser considerada como fenômeno complexo, a atividade turística relaciona-se a múltiplos campos da atividade social humana e com diversas abordagens. Nessa perspectiva, citam-se autores como Jafari e Ritchie (1981), Tribe (1997), Moesch (2002), Barreto (2003), Panosso Netto (2005), César (2010), Nechar (2011), dentre outros.

As conceituações sobre turismo, que se entendem como consensual na primeira metade do século XX, são direcionadas à concepção de superação do espaço e ao turismo como grupo de viagens (Barretto, 2003; Dias, 2011; Gonçalves, 2016), embora o vocábulo “viagens” seja citado, não se pode afirmar que a atividade turística esteja associada à viagem em si.

No final do século XX, acerca do turismo, não foi debatido sobre a estadia ser fora do domicílio e continuou-se com a ideia de permanência temporária em determinado local. Há,

também, a utilização das palavras “turista” e “viajante” na lógica de locomoção de ir e voltar (Gonçalves, 2016). Enfatiza-se a ideia de grupo ao tratar de conjunto de turistas e conjunto de deslocamentos. Destaca-se, ainda, que algumas conceituações têm importância econômica, ao passo que as motivações são vistas como formas de segmentação da atividade turística e o turismo manifesta-se como fenômeno. No entendimento de La Torre (1994, p. 19):

[...] o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Nesse sentido, nas palavras de Figueiredo (2016), a junção entre culturas é o principal fomento ao turismo. Por conseguinte, deve-se compreender essa atividade como um fenômeno social motivado por pessoas, concebendo-se em uma prática que se origina na possibilidade de estabelecimento de permutas, de comunicações e de interações humanas diversas daquelas que configuram a vida cotidiana.

Outro estudioso, Molina (2001), interpretou-o como produto da cultura, portanto, ultrapassa explicações econômicas entendidas como limitadas e que não abrangem a dimensão do fenômeno. Ademais, Moesch (2002) tratou o fenômeno turístico como “complexo”, por certo, sua relação é abrangente e heterogênea, estabelecida por diversos fatores que buscam caracterizar a prática do turismo. Logo, sua significância está no contexto social da vida humana, a partir da interferência do setor de serviços da economia com a produção e os serviços que provocaram alterações na dinâmica social e na prática sociocultural.

É importante frisar que a inquietação para conceituar o turismo não é exclusiva de pesquisadores da área acadêmica. Por se instituir uma prática social com viés econômico, a lógica mercadológica também elabora conceituações com a finalidade de explicar e ordenar esse fenômeno (Carvalho; Moesch, 2013). Vários estudos amparados em ciências, sobretudo, as Ciências Econômicas, visam investigar a significância do turismo, no entanto, as metodologias econométricas foram exíguas para esclarecê-lo como fenômeno social.

De todo modo, no decorrer do tempo, o fenômeno turístico obteve uma abordagem reducionista, marcada pela objetividade absoluta nas definições, resultando em um saber turístico mercantilizado e facetado, cujos estudos dedicaram-se às partes isoladas do todo (Silva; Carvalho; Figueiredo, 2017; Moesch; Beni, 2015). Carvalho e Moesch (2013)

acrescentam que não se atentou para a complexidade do turismo, perdurando-se na superfície da investigação de sua epistemologia, limitando-o, assim, a um pensamento funcionalista.

Sobre essa questão, Panosso Netto e Nechar (2016, p. 15) entendem que se encontram:

[...] temas deficitários no conhecimento em turismo, tais como as indefinições conceituais; a fragmentação do conhecimento produzido; o preconceito de pesquisadores de outros campos de estudo; a fraqueza na sustentação de argumentos; e a desvalorização histórica do conhecimento em turismo. Como se pode perceber, de posicionamentos práticos e ações de gestão correntes, chega-se a problemas teóricos fundamentais da área.

Por seu turno, investigar a atividade turística tão somente a partir das características econômicas conduz ao abandono do seu aspecto antropológico e leva a perceber os turistas não como indivíduos, mas como meros números (Barreto, 2003). Contudo, abordar o turismo, exclusivamente, a partir da dimensão socioantropológica e ambiental conduz ao esquecimento de suas emanções no plano econômico, o que pode levar a uma visão fantasiosa deslocada das atuais conjunturas históricas.

Na ótica de Moesch e Beni (2015, p. 1), “[...] o saber de Turismo não é linear [...]”, uma vez que deve se pensar para além de uma concepção determinista, o que requer compreender a atividade com base em uma lógica mais humana, na qual o ser humano é o objeto central desse fenômeno. Pinto e Moesch (2005, p. 3) corroboram com essa concepção, ao afirmarem que “[...] o turismo é um fenômeno social, multidisciplinar e interdisciplinar que envolve inúmeras faces de vivências humanas, desencadeando diversas atividades no campo objetivo”.

Há necessidade de analisá-lo como fenômeno dinâmico, efetivo, existente no cotidiano de variados sujeitos e que se manifesta em uma história da sociedade humana, como práxis social (Moesch, 2002). Acerca disso, Panosso Netto (2005) afirmou que o turismo não nasce de uma teoria, mas de uma prática humana.

Pinto e Simonian (2015, p. 464) destacam que

*[...] el turismo es priorizado por políticas de desarrollado de diferentes modos, pero se consensuó en tratarlo como un estudio sectorial y disciplinario, considerando generalmente su aspecto económico. Además, aún persiste en instituciones de educación e investigación la costumbre de considerarlo como un estudio menor o una no ciencia, lo que justificaría para algunos la insuficiencia de investigaciones más profundas. Esto se está modificando en la medida en que el estudio del turismo se impone como objeto implicado en diferentes abordajes, resaltando su contribución en un amplio espectro.*¹²

¹² “[...] o turismo é priorizado por políticas desenvolvidas de diferentes formas, mas foi acordado tratá-lo como um estudo setorial e disciplinar, geralmente, considerando seu aspecto econômico. Além disso, ainda persiste,

Tais palavras refletem que as investigações científicas do turismo, por meio de vários aspectos, contribuem para as definições conceituais profundas na área, bem como auxiliar na resolução dos problemas sociais. Barretto (2003) reforçou tal pensamento ao centrar sua preocupação teórica no social, visto que, para ela, o turismo compõe-se de um fenômeno marcado pelas relações entre o turista e o núcleo receptor de todas as atividades advindas dessas interações, ou seja, compõem-se em uma atividade multidisciplinar.

De acordo com Panosso Netto e Nechar (2016, p. 19), o turismo:

[...] é um fenômeno socioeconômico de grande significado humano, ou seja, recreação, lazer e desenvolvimento pessoal são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática, nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também o coletivo humano da sociedade que inclui os habitantes ou residentes locais.

Deve-se compreender esse aspecto (re)interpretado para além da visão positivista e reducionista. Panosso Netto e Nechar (2016) afirmaram que os objetivos maiores do turismo demandam a geração de empregos, o combate à pobreza, o desenvolvimento regional, o respeito à cultura local e às identidades, a valorização e a preservação dos patrimônios, uma economia justa e equitativa, entre outros, os quais são, em sua maioria, esquecidos.

Nas palavras de Leite e Graburn (2009, p. 37), é necessário, portanto, entendê-lo como:

[...] um fenômeno cultural complexo que resiste a ser definido, justificando a rejeição de modelos e tipologias, a favor de estudos locais, concretos e particulares, que privilegiam a pluralidade de práticas, a partir das quais se procura explorar ambiguidades, contingências e “deslizes” (*slippages*) de significação.

Nas Ciências Sociais, Franklin e Crang (2001, p. 21) lamentaram todo o período em que o turismo foi, hegemonicamente, estudado a partir de teorizações abstratas, em vez de ser estudado “[...] *through reconstructing precise historical and cultural accounts of its emergence and operation*”¹³. O historiador John K. Walton (2009) expressou uma preocupação semelhante ao sublinhar a necessidade de se atentar para as noções simplistas, mas amplamente propagadas sobre o turismo, isto é, ressaltou a necessidade de se contestar a

nas instituições de ensino e pesquisa, o hábito de considerá-lo um estudo menor ou não científico, o que justificaria para alguns a insuficiência de pesquisas mais aprofundadas. Isso está mudando na medida em que o estudo do turismo se impõe como um objeto envolvido em diferentes abordagens, destacando sua contribuição em um amplo espectro” (Tradução nossa).

¹³ “[...] através da reconstrução de relatos históricos e culturais precisos de seu surgimento e operação” (Tradução nossa).

ideia de que existe homogeneidade nas experiências turísticas, em detrimento de especificidades espaciais e temporais.

Binfaré *et al.* (2016) compreenderam o turismo como um componente do estilo de vida de um crescente número de pessoas em todo o mundo. Estas viajam para atender às suas necessidades diversas, que vão desde a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, e fazem uso de vários equipamentos e serviços criados para utilização e satisfação. Em consonância com os autores, a experiência turística pode ocorrer em lugares distintos, entre estes, regiões costeiras, campos, montanhas, lagos, rios etc.

A busca pela construção de alternativas teóricas, capazes de aprofundar as discussões e ir além da superfície mais visível, real e quantificável do turismo, faz-se necessária (Fragelli, Irving; Oliveira, 2019). Para que seja possível progredir nesse intuito, é imprescindível que o fenômeno turístico seja compreendido sob vieses mais amplos do que aqueles mais tradicionais, levando em conta, nesse processo, os seus múltiplos aspectos, em outras palavras, a sua multidimensionalidade.

Nesse sentido, a realidade social deve ser considerada e expressa em múltiplas dimensões, nas quais os aspectos econômicos, culturais, ambientais, políticos, éticos, simbólicos, relacionais e dialogais encontram-se interligados. Na perspectiva de Fragelli, Irving e Oliveira (2019, p. 12):

[...] os vieses disciplinares e utilitarista não se constituiriam em um equívoco epistemológico, *a priori*. O que se critica é a opção reiterada por sua utilização, indiscriminada, na produção de conhecimento sobre o tema, principalmente, no âmbito da pesquisa social e quando se reconhece ser o turismo um fenômeno antropológico de múltiplas nuances.

Logo, deve-se entender o turismo por uma ótica mais ampla e crítica de análise da realidade, sendo dotado de múltiplas dimensionalidades. Essa proposta conceitual permite reelaborar leituras sobre o fenômeno turístico, as quais possibilitem transcender a centralidade economicista e o aspecto utilitarista recorrentes em formas de pensar esse fenômeno em particular.

Nesse mesmo raciocínio, Frattucci (2014) destacou a necessidade de uma visão mais humanizada do turismo, sem desconsiderar sua concepção econômica e compreendendo-o como um fenômeno social, que se configura como um espaço-ambiente, com contatos de culturas diversas que se relacionam e dependem de escolhas e ações de visitantes, população local, empresários e governantes, motivados, sobretudo, por relações socioculturais, ambientais, econômicas, biológicas, psicológicas, físicas, geográficas, entre outras.

Irving, Lima e Moraes (2016, p. 16) concebem-no como:

[...] um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas. Fenômeno este que implica, por pressuposto para a sua interpretação, uma leitura teórica multidimensional e, por consequência interdisciplinar, mediada por uma perspectiva política crítica.

Isso significa notar o turismo como fenômeno de alcance global, que envolve uma dinâmica socioambiental complexa, de inseparabilidade entre as culturas e as naturezas, as quais se encontram para além de uma visão, predominantemente, mercadológica. É imprescindível, conforme Irving; Lima; Moraes (2016), que a noção de turismo seja ressignificada na contemporaneidade e entendida como algo mais amplo, que interfere na construção de novas territorialidades, que modifica modos de vida e o processo de reprodução social.

Esse entendimento ratifica a imprescindibilidade de concepção de outro tipo de turismo direcionado pelo compromisso de sustentabilidade, a fim de enfrentar os obstáculos e os desafios impostos aos seres humanos nas últimas décadas.

Pode-se dizer que a demanda turística¹⁴, na atualidade, tornou-se mais exigente e variada, focada na qualidade dos serviços turísticos e nas necessidades por cultura e meio ambiente. Há uma procura por intercâmbio cultural que articule natureza e memória dos lugares visitados, ou seja, ao tratar dos atrativos turísticos, a quantidade dá lugar à qualidade e à autenticidade (Zaoual, 2009). A oferta turística¹⁵ comum se vê na obrigação de inovar para atender às novas necessidades e exigências.

Nessas mudanças que se operam na dinâmica do turismo, os turistas buscam ser partícipes e responsáveis por esse intercâmbio intercultural. Do mesmo modo, segundo Zaoual (2009), as coletividades locais que compõem o objeto de um desenvolvimento turístico buscam participar de seu planejamento, sua execução, bem como atuar no diálogo de culturas, na descoberta mútua e na autenticidade da relação de intercâmbio, de tal modo que a mobilidade espacial turística represente o encontro com o outro.

Esse autor pontuou que as novas atitudes turísticas devem voltar-se para uma interatividade de saberes, com destaque para as diversidades locais como fonte de riquezas na

¹⁴ A demanda turística, segundo Braga (2003) relaciona-se com a quantidade de indivíduos que viajam ou desejam viajar e que consomem ou têm interesse de consumir bens e serviços turísticos por determinado valor monetário e em certo período.

¹⁵ A oferta turística corresponde ao conjunto de recursos naturais e artificiais de determinada cidade, região geográfica ou país, assim como de bens e serviços relacionados ao Turismo (Jesus; Silva, 2010).

valorização das diferenças culturais locais, ignoradas com vistas ao reconhecimento dos patrimônios locais.

Os impasses de uma economia despersonalizada do modelo capitalista industrial, concentrada no acúmulo de capital, na consumição de bens materiais e na devastação da natureza, levaram as pessoas a buscar serviços de qualidade, de relações, de sentido e a valorizar a comunicação inter e intracultural (Zaoual, 2009). A atividade turística é, sem dúvida, um dos serviços mais relacionais. Nesta, a relação significa troca e constitui-se, em primeiro lugar, de caráter simbólico antes de ser monetária, isto é, o intercâmbio cultural que o turismo promove está para além do intercâmbio mercantil.

Significa entender que o consumo pelo consumo não é o mais importante, pois o ser humano volta-se para a busca do seu sentido existencial (Zaoual, 2009; Almeida, 2021). O novo cenário demanda um turismo de profundidade, embasado em novas relações culturais e ambientais, para além das necessidades artificiais. Há determinação profunda de se situar em um mundo dominado pelo consumo alienante.

Tal necessidade humana de referencial simbólico está no cerne do turismo alternativo. Uma espécie de turismo situado – aquele que relaciona natureza, cultura e uma economia que respeita a diversidade do mundo (Zaoual, 2008), que promova a governança turística, organize a troca intercultural entre visitantes e visitados e possibilite a garantia das resistências sociais e ecológicas. É nesse contexto histórico global que desponta o Turismo de Base Comunitária, área temática deste trabalho a qual se buscará entendê-lo e detalhá-lo nas seções subsequentes.

2.2 O Turismo de Base Comunitária: uma nova prática?

Nas últimas décadas, o turismo cresceu e consolidou-se como uma das maiores atividades geradoras de receitas e empregos no cenário mundial (Burztyn, 2018). No entanto, esse crescimento desenfreado acarretou inúmeras consequências negativas – degradação ambiental, exclusão social, especulação imobiliária, aumento do custo de vida local, entre outros. Tais impactos conduziram a necessidade do debate articulado com comunidades, Ongs e universidades acerca da necessidade de se impulsionar uma outra práxis turística.

Entende-se que o ato de viajar para algum lugar, com o objetivo de contemplá-lo e permanecer por razões que, substancialmente, não estejam relacionadas ao trabalho, consiste na principal característica do turismo nas sociedades modernas (Urry, 2001). Porém, esse

modelo de produção de serviços turísticos voltado, em especial, para as massas e que caminha alinhado ao progresso, vai, os poucos, estrangulando-se, pois:

[...] a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (Zaoual, 2009, p. 57).

Destarte, a busca por atividades que se contraponham ao turismo de massa favoreceu, e favorece, o aumento da demanda por alternativas e produtos turísticos que valorizem as culturas das comunidades¹⁶ receptoras e o meio ambiente (Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009; Giampiccoli; Saayman, 2016; Sousa, 2017). Isso significa que a procura pela quantidade cedeu espaço também à qualidade, o que representa uma crise do paradigma e das práticas tradicionais do turismo em geral, expandindo, assim, o caminho a novas aproximações.

É possível reconhecer que há uma prática de expressão global vigente direcionada para a descoberta de novos lugares e experiências socioculturais ímpares frente às múltiplas ofertas de destinos turísticos convencionais (López-Guzmán; Borges; Canalejo, 2011). Entra em cena, portanto, “[...] uma outra perspectiva relacional entre o homem e a terra [...]” (Lobo, 2017, p. 28). Nesta, há uma procura por uma harmonização entre os elementos que estabelecem a vida planetária, o que beneficiou um modo novo de se pensar e de fazer turismo.

Isso significa dizer que a demanda se direciona para um turismo que valorize a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, auxilie na manutenção do patrimônio cultural construído, reconheça os modos de vida e *habitat* das populações e dos valores tradicionais (Brasil, 2007). Incentiva, também, o aporte para a compreensão intercultural, a tolerância, a distribuição igualitária dos benefícios e a corresponsabilidade pelos impactos produzidos. Nesse sentido, em consonância com Zaoual, (2009, p. 69):

¹⁶ Para esta pesquisa, considera-se que as “comunidades” são caracterizadas e identificadas, sobretudo, à luz de Bartholo (2014), não em razão de seus níveis relativos de renda monetária, mas pelos modos de relação ali predominante e pelos padrões relacionais que ali se observam.

[...] a mudança de hábitos e recuperação das suas raízes deve ser inscrita no esgotamento das crenças, que são próprias da grande sociedade industrial, que não é mais capaz de dar sentido à vida e às práticas quotidianas dos indivíduos e dos grupos de indivíduos. A consumação pela consumação não parece mais importante e o homem sem qualidade da sociedade da competição industrial está à procura do sentido de sua existência. A emergência de um turismo de profundidade baseado em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural é um dos sinais da crise da civilização industrial. Esta última foi construída sobre uma cultura que produz, e sobre iniciações de multiplicação ao infinito de necessidades frequentemente artificiais.

A exigência, que altera a autonomia do econômico e impõe-lhe a necessidade de adicionar outras dimensões, impulsionou a propagação de novas concepções na área particular do turismo, tais como se observa no (quadro 2).

Quadro 2 – Algumas das dimensões do turismo

Segmentação	Características
turismo solidário	Relaciona-se à assistência ou ao alívio da pobreza em algum grupo social, cooperação, conscientização, voluntariado, entre outros (Fuentes-Moraleda; Muñoz-Mazón; Rodríguez-Izquierdo, 2016).
turismo cultural	Volta-se para os recursos culturais, os quais abrangem monumentos, patrimônio material, mitos e lendas do passado, estilos de vida, práticas cotidianas, para as atividades que sobreviveram, adaptaram-se ou reinventaram-se, bem como inclui aquilo que se designa por cultura intangível (Ramos; Marujo, 2011).
turismo de natureza	Compõe “[...] qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais [...]” (Silva, 2013, p. 165).
turismo de aventura	Embasa-se “[...] em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, pressupondo o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os praticantes e com o ambiente [...]” (Porto; Cardoso; Silva, 2014, p. 269).
ecoturismo	Pode ser entendido, então, como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental” (Spaolonse; Martins, 2016, p. 691).
turismo religioso	É aquela atividade que o turista realiza com intuito de efetuar práticas espirituais. Relaciona-se aos patrimônios religiosos, culturais, tradicionais, espirituais e paisagísticos (Melaberga, 2018).
turismo responsável	Trata-se daquele turismo voltado para a conservação e para a diversidade do patrimônio natural e cultural, que valoriza a independência administrativa e a gestão pelo fomento do orgulho local (Lanzarini; Barreto, 2014).
turismo criativo	“Trabalha em um plano, com a criatividade e a produção de valor simbólico orientando o fluxo turístico, funcionando com uma forma de turismo capaz de realizar a conexão de saberes, pelo intercâmbio de experimentações e sensações, associadas à identidade do destino turístico [...]” (Emmendoerfer; Moraes; Fraga; 2016, p. 14).

Fonte: Adaptado pela autora (2022).

O TBC, em particular, emerge como uma prática que se manifesta contrária ao turismo convencional, sendo uma alternativa para a utilização das potencialidades e para a valorização das singularidades do local por meio da incorporação da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo como atividade geradora de renda e qualidade de vida. Segundo Telfer (2009), o TBC se desenvolveu na década de 1970 quando o foco se voltou para

alternativas de desenvolvimento que promovessem as questões de participação local, de autossuficiência, de empoderamento e de sustentabilidade.

Quanto ao marco teórico conceitual do Turismo de Base Comunitária, este ocorre a partir da publicação da obra “*Tourism: a communit approach*”¹⁷, de Peter E. Murphy, em 1985. Nela, o autor apontou questões importantes relativas aos impactos do turismo nas comunidades locais, especificamente, nas áreas de desenvolvimento social, econômico e cultural, evidenciando o processo de planejamento e gestão do turismo (Guzmán; Cañizares, 2009; Sousa, 2017). As comunidades representam, para Murphy, os principais agentes no processo das ações e na tomada de decisão que envolvem a atividade turística.

Salazar (2012) e Simonetti (2015) apontam que as discussões teóricas acerca do TBC, no âmbito internacional, iniciaram em 1990, com Pearce (1992), que propôs que essa organização da atividade turística significaria um modo de contribuir com as pessoas envolvidas na atividade, mormente, pelas tomadas de decisão e pelo controle coletivo, ou seja, da comunidade por si mesma desenvolvendo sua própria gestão.

No contexto latino-americano, as primeiras incursões acerca do TBC antecedem as do cenário brasileiro e datam de 1980. De acordo com Maldonado (2009), ocorreram em decorrência de 4 fatores principais. O primeiro se deu mediante as pressões mundiais da economia do turismo, cujas fortes tendências sinalizavam para um turismo cultural e um turismo de natureza como alternativa ao turismo de massa, predominante na época. O segundo veio a partir da necessidade econômico-trabalhista das comunidades na busca da superação da pobreza. Uma das opções implementadas foi, e ainda é, a dinamização das atividades não agrícolas como a atividade turística.

O terceiro fator relaciona-se à função desempenhada por pequenas e microempresas no âmbito local e na diversificação da oferta turística nacional. Sobre essa questão, Martins, Déjardin e Silva (2013) ressaltam que, na América Latina, o denominado Turismo Rural Comunitário (TRC) foi incentivado por órgãos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a fim de atender à demanda internacional. Já o quarto e último fator trata dos aspectos e estratégias políticas do movimento indígena rural das regiões com vistas à preservação de seus territórios ancestrais na ótica de incorporação dos processos globalizantes com as identidades desses povos.

Sampaio (2008), Ferreira (2014), Dores (2015), Barreto *et al.* (2017) e Bursztyn (2018) sinalizam que o TBC e/ou Turismo Comunitário surgiu como ideia de debate coletivo

¹⁷ “Turismo: uma abordagem comunitária” (Tradução nossa)

científico no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENBTL), ocorrido na cidade de São Paulo em 1997. O evento configurou-se como um marco na discussão acadêmica no tocante à atividade no Brasil e na América Latina. Posteriormente, acrescentou-se às discussões a participação de movimentos sociais. O evento refletiu a necessidade de fóruns dessa natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016). Isso se deu, conforme Sampaio *et al.* (2014), no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza em 2003.

Para Irving (2009), as atenções para o TBC ocorreram alicerçadas nas questões de âmbitos internacional e nacional, tais como:

- (1) a compreensão política do turismo como uma possibilidade de inclusão social;
- (2) a consolidação de questões como participação social e governança democrática;
- (3) a ratificação do capital social e o *stakeholder engagement* como essenciais nas ações desenvolvidas por projetos internacionais;
- (4) a inserção do turismo nas discussões de Ong de nível internacional atrelado a temas sociais e ambientais;
- (5) as transformações no perfil dos turistas, atualmente, mais envolvidos com a responsabilidade social e ambiental;
- (6) as imposições advindas de novas demandas do planejamento, consequência da comprovação de que o desenvolvimento do turismo, muitas vezes, não beneficia as populações locais, favorecendo a exclusão social; e
- (7) a necessidade de discutir acerca de turismo e de sustentabilidade.

Nessa realidade, Sousa (2017, p. 32) elucida que o TBC:

[...] em um primeiro momento, representaria um instrumento importante para o fortalecimento das comunidades e sua organização social, valorização cultural e identitária, espacial, econômica e política, por meio da participação, gestão, protagonismo, além do desenvolvimento local. Essa visão é defendida conceitualmente por quem está diretamente ligado com tais práticas, pelo lado das comunidades e pelos teóricos e investigadores sobre o tema, interpretando-o como alternativa ao turismo convencional. Essa ideia tem inclusive contribuído para a criação de novas políticas públicas de turismo criadas por diversos países, inclusive o Brasil e seus estados federados.

No II Seminário Internacional de Turismo Sustentável ocorrido em Fortaleza (CE), foi lançado o Edital nº 01/2008 no âmbito do Ministério do Turismo voltado para o financiamento de projetos de Turismo de Base Comunitária (Bartholo; Sansolo; Bursztyn,

2009). Embora não possa ser definida como uma política pública federal, esse documento merece destaque como ação pioneira do poder público brasileiro em apoio às iniciativas turísticas onde as comunidades são agentes e destaques do processo.

Destaca-se, ainda, o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 por acrescentar o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT)”. Nele, consta que a base das ações era “[...] o princípio de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a consequente organização e ampliação da oferta turística” (Brasil, 2007, p. 52).

Além disso, sendo “[...] uma estratégia de integração regional, o programa apoia projetos de valorização e inclusão social no desenvolvimento do turismo, com intuito de promover a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo” (Brasil, 2007, p. 69). Para Sancho e Irving (2011), essa abordagem pode ser compreendida como a organização do setor turístico em arranjos produtivos locais, com ênfase na socialização dos benefícios gerados, no reconhecimento cultural, nos aspectos simbólicos e na conservação dos recursos naturais, em prol da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social nas áreas beneficiadas pelo programa.

Ressalta-se que essa perspectiva, a qual reconhece o protagonismo local na gerência e na condução da atividade turística, fundamentada na valorização dos componentes culturais, ambientais e simbólicos dos territórios visitados, consiste em elementos que caracterizam diversas experiências de Turismo Comunitário no contexto brasileiro e no mundo.

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 contempla o TBC como prioridade, com o objetivo de:

[...] fomentar o turismo de base comunitária: Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente (Brasil, 2013, p. 99).

Em contrapartida, embora os documentos oficiais sinalizem para a relevância do TBC, na prática e no contexto brasileiro, a atividade tem sido renegada a segundo plano, uma vez que, após o Edital de 2008, do MTur e segundo levantamentos bibliográficos, não houve a disponibilização de recursos financeiros diretos para incentivar tais iniciativas, evidenciando a necessidade da formulação de políticas de turismo voltadas para estas questões.

Sansolo e Bursztyn (2009, p. 150) destacam, ainda, que as iniciativas de TBC “[...] têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna”. E tais experiências se apresentam, atualmente, em várias regiões do mundo e em todas as macrorregiões do Brasil.

Salazar (2012) reforçou que o TBC visa criar uma modalidade de turismo mais sustentável, voltada para as comunidades receptoras no que tange ao planejamento e à manutenção do desenvolvimento da atividade turística. Na ótica do autor, essa concepção originou-se nos anos de 1990 com Pearce (1992 p. 20) propondo que o TBC: “[...] *presents a way to provide an equitable flow of benefits to all affected by tourism through consensus-based decision-making and local control of development*”¹⁸.

Salazar (2012) considerou, ainda, que como forma alternativa¹⁹ particular de turismo, o TBC propõe uma relação mútua em que o turista não é o centro, mas se torna parte igual no processo de desenvolvimento da atividade. Significa pensar em uma atividade turística a partir do viés da sustentabilidade, a partir da qual, nas palavras de Maldonado (2009, p. 25), “[...] diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “um turismo com selo próprio”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma”.

É fundamental ressaltar que existente em países da África (López-Guzmán; Borges; Castillo-Canalejo, 2011; Setokoe, 2021), da Ásia (Zinda *et al.*, 2014; Tolkach; King, 2015; Yunikawati *et al.*, 2021), da América Latina (Maldonado, 2007; Cañada, 2015) e do Caribe (Taylor *et al.*, 2014; Thornburg, 2017), os projetos de Turismo de Base Comunitária têm favorecido o desenvolvimento de modelos alternativos de turismo.

Contudo, a atividade recebeu diferentes nomenclaturas de acordo com a região. Nessa partilha, em consonância com Santos (2018), ao buscar-se um aprofundamento dos conceitos a partir dos textos/contextos diversos, entende-se que a essência e a interpretação das nomenclaturas de TBC assumem alternâncias mediante o recorte socioespacial e temporal do estudo que o propõe.

Na Europa, Ásia e África, por exemplo, existe o predomínio do denominado de *pro-poor tourism* ou “turismo orientado para os pobres” (TOP) (Rogerson, 2014). Oriunda do

¹⁸ “[...] apresenta uma maneira de fornecer um fluxo equitativo de benefícios a todos os afetados pelo turismo por meio de tomadas de decisão baseadas em consenso e controle local do desenvolvimento” (Tradução nossa).

¹⁹ Um Turismo alternativo visa, segundo Braga e Selva (2016, p. 44), “[...] um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, justo e almeja um novo paradigma de consumo e de relação com os ambientes e as pessoas, tendo suas bases no chamado desenvolvimento sustentável”. Conforme Loizos Christou (2012), este poderia ter menos impactos negativos nas áreas visitadas, bem como na população, sem reduzir os efeitos econômicos positivos.

final dos anos de 1990, na Inglaterra, a proposta visava atrelar os desprovidos economicamente ao mercado capitalista mediante intervenções de projetos turísticos comercialmente viáveis que pudessem acarretar trabalho e renda para as populações carentes.

Nos contextos latino-americanos, o Turismo Comunitário, como parte das atividades comunitárias, volta-se para a valorização de territórios, para a condução dos visitantes ao conhecimento de culturas diversas, para a apreciação de artesanato, para a pesca e produtos da agricultura local que realizam como forma de subsistência e sustentáculo ao turismo, oferecendo oportunidades de crescimento das economias locais (Coriolano; Barbosa, 2012). Para Sousa (2017), na América Latina, aspectos de ordem econômica, social, cultural e política foram fundamentais para o seu fortalecimento.

Segundo Yunikawati *et al.* (2021, p. 2), “[...] *the CBT is a concept for the use of a community in an area to support the existence of tourism in an area*”²⁰. Em outras palavras, o TBC direciona-se para as responsabilidades e práticas locais de desenvolvimento e gestão da atividade turística. Zielinski *et al.* (2020) compreenderam que o TBC vincula esforços baseados em projetos caracterizados pela propriedade de recursos comuns e/ou pelo controle e gestão coletiva.

Dentre seus objetivos e benefícios estão: o desenvolvimento da comunidade, a capacitação, o controle local e a empresa local, o desenvolvimento, os meios de subsistência sustentáveis e a redução da pobreza. Seus principais focos são o bem-estar econômico, social e ambiental. Para Dangi e Jamal (2016, p. 10), “[...] *and a key principle of CBT is that development and use of the community’s goods and resources should be locally controlled, community-based and community driven* [...]”²¹.

Dangi e Jamal (2016, p. 12) destacaram, ainda, que o TBC se origina no local, concentrando-se no desenvolvimento de base por meio da participação, equidade e empoderamento, enfatizando o empreendedorismo local, pois o “[...] *CBT thus very clearly identifies with distributive and social justice, ethical relationships and equity, from its rootedness in the locale/community*”²². Em outras palavras, o TBC, bem planejado, conforme corroboram Khalid *et al.* (2019), propicia a melhora da qualidade de vida da população local e

²⁰ [...] “o TBC é um conceito para o uso de uma comunidade, em uma área, para apoiar a existência de turismo local” (Tradução nossa).

²¹ [...] “é um princípio fundamental do TBC é que o desenvolvimento e o uso dos bens e recursos da comunidade devem ser controlados localmente, baseados e orientados pela comunidade (Tradução nossa).

²² [...] “o TBC, portanto, identifica-se muito claramente, com justiça distributiva e social, relações éticas e equidade, a partir de seu enraizamento no local /comunidade” (Tradução nossa).

contribui para a redução da pobreza e a manutenção dos recursos naturais e culturais das comunidades.

Como atividade turística pensada, planejada e administrada pela comunidade, formado por várias iniciativas locais, o TBC tem o intuito de fornecer benefícios para a própria comunidade (Dodds; Ali; Galaski, 2018). No entendimento de Tolkach e King (2015), contribui para a conservação ambiental quando ocorre nas ou próximo de áreas protegidas, bem como pode ser visto como um mecanismo para a melhoria dos meios de subsistência e alternativa, segundo Mtapuri e Giampiccoli (2013), para o desenvolvimento comunitário.

Para Dodds, Ali e Galaski (2018), o TBC distingue-se dos vários outros modos de fazer turismo porque não objetiva somente a maximização de lucros para os investidores ausentes, mas busca maximizar os benefícios para os acionistas da comunidade em que se encontra inserido. Coriolano e Barbosa (2012, p. 580) argumentam que:

[...] as atividades organizadas no eixo do turismo comunitário revelam meios alternativos de trabalho e de subsistência, sobretudo, que se pode fazer turismo desfocado do luxo e do consumismo [...]. No turismo comunitário, comunidades demonstram que, pela valorização do lugar, da cultura, do trabalho comunitário e solidário, é possível oferecer formas de fazer turismo na comunidade, diferenciadas do individualismo da ganância concorrencial e competitiva do modelo econômico hegemônico.

Pode-se dizer que essa configuração do turismo, preocupa-se mais com as consequências da atividade no contexto em que se desenvolve (Suansri, 2003; Lobo, 2017; Dodds, Ali; Galaski, 2018). Está voltada, sobretudo, para uma gestão dos recursos turísticos com a participação da comunidade local, pois, em teoria, segundo Lobo (2017, p. 30), tem seu “núcleo duro” de desenvolvimento centrado na própria comunidade, premissa para a preservação ambiental e para a responsabilidade social em primeiro plano, visto que são “bens” da própria comunidade, diretamente, relacionados a ela.

Moraes (2019) definiu a noção de TBC como um processo alternativo ao desenvolvimento turístico, que apresenta os seguintes pressupostos: a diminuição dos impactos negativos decorrentes da atividade, a melhora da qualidade de vida dos moradores locais e a responsabilidade com a manutenção dos recursos naturais e culturais dos lugares visitados.

Almeida e Castro (2017), ao tratarem do TBC, destacam que se deve superar a ideia de pseudoparticipação – configurada por um modo de manipulação no qual os agentes se sentem parte integrante, no entanto, sem que haja verdadeiro poder decisório. Ao pensar nos contextos comunitários, que envolvem a atividade, a participação direta pode se tornar mais

facilitada em decorrência do quantitativo da população envolvida. Porém, os autores destacam que proximidade não é sinônimo de comprometimento comum e envolvimento direto não quer dizer poder de decisão. Nesses casos, ao tratar de práticas turísticas de base comunitária, é fundamental considerar conceitos como conquista e autonomia.

Almeida e Silva (2019, p. 3) pontuaram que o “[...] termo Turismo de Base Comunitária vem sendo aplicado para designar um conjunto amplo de iniciativas turísticas baseadas em comunidades locais”. Isto é, significa (re)pensar o turismo sob a ótica da gestão ativa comunitária (Burgos; Mertens, 2015). Segundo Dodds, Ali e Galaski (2018) e Almeida e Silva (2019), caracteriza-se por se localizar em propriedade e administração de comunidades ribeirinhas, caiçaras, indígenas, quilombolas, agrícolas, urbanas subnormais, entre outras, as quais, conseqüentemente, recebem uma parcela considerável dos benefícios gerados pela atividade. Nesse sentido, para Burgos e Mertens (2015, p. 62):

[...] o TBC incorpora o estabelecimento de novas formas de trabalho baseadas na colaboração em prol de objetivos comuns. Isto é, coloca em prática um planejamento fundamentado em um exercício consciente de corresponsabilidade, participação local e governança compartilhada, com o objetivo de, além de dar resposta à demanda dos visitantes, conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza.

A exclusão das comunidades dos benefícios, advindos com o turismo, e o interesse na minimização dos efeitos negativos da atividade sobre as populações locais incentivaram um novo fazer turístico que posiciona a comunidade local no cerne do planejamento e dos serviços, viabilizando práticas mais justas e sustentáveis de desenvolvê-lo. Portanto, pode-se dizer, conforme Burgos e Mertens (2015), que o TBC é uma prática turística oriunda da percepção das próprias comunidades de que é necessário vivenciar outra lógica do turismo. No entanto, na Amazônia, geralmente tal prática é introduzida nas comunidades por agentes externos a elas, podendo ser visitantes, Ong entre outros.

Ressalta-se que, mesmo com a crescente expansão do TBC em diferentes comunidades no Brasil e no mundo, não há uma única definição conceitual amplamente aceita, o que pode denotar a heterogeneidade das experiências que se desenvolvem com esse fazer turístico em populações diversas. Na tentativa de demonstrar as múltiplas interpretações sobre o TBC, o Quadro 3, a seguir, apresenta variados conceitos expressos por diferentes instituições, experiências e autores/pesquisadores.

Quadro 3 – Conceituações do Turismo de Base Comunitária

Instituição/entidade/autor	Definição conceitual
<i>World Trade Organization</i> (WTO) Banco de dados estatísticos da Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO), contendo informações sobre os serviços de infraestrutura (transporte, telecomunicações, finanças e seguros) voltados para a economia do comércio internacional.	“Uma interação visitante/anfitrião, cuja participação é significativa para ambos e gera benefícios econômicos e de preservação para as comunidades e o meio ambiente local” (UNCTAD/WTO, 2005, p. 27).
<i>World Wild life Fund</i> (WWF-Brasil) Organização Não Governamental situada na Suíça e atuante em 100 países, volta-se à conservação da natureza com intuito de aliar a atividade humana à conservação da biodiversidade.	“Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF, 2003, p. 23).
Ministério do Turismo (MTur)	“Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística” (Brasil, 2008, p. 1).
Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)	Entende-se o “[...] turismo comunitário como estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos” (TUCUM).
Maldonado (2009)	“Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (Maldonado, 2009, p. 31).
Bursztyn (2018)	TBC é “[...] um modo de organização da atividade turística na escala local que busca promover o protagonismo das populações situacionalmente afetadas pelo desenvolvimento do turismo em seus territórios. Concretizando-se por meio de projetos e iniciativas sociais locais que podem tomar formas muito díspares entre si, mas que tem como base princípios e valores pautados pela economia solidária, respeito à questão ambiental e justiça social. Sua proposta de promover diálogos e encontros interculturais entre contextos socioculturais diversos apontam para uma forma inovadora de organização e realização de viagens em todo o mundo (Bursztyn, 2018, p. 302-303).

Fonte: Adaptado pela autora (2022) com base em Burgos e Mertens (2015).

Esse modelo de turismo tem como princípios a conservação ambiental e a valorização da identidade cultural, tendo como características, práticas democráticas de trabalho e a distribuição equitativa das riquezas oriundas da atividade. Ademais, o TBC concebe o turismo como uma atividade complementar a subsistência local, não sendo a única alternativa econômica presente na mesma, o qual segundo Burgos e Mertens (2015, p. 63), “[...] de forma integrada às tradicionais ocupações desenvolvidas pela comunidade e que, por sua vez, pode ser também um meio para alcançar objetivos sociais e ambientais”.

Embora cada concepção apresente suas especificidades, é importante destacar que há diferentes perspectivas, sobretudo, no que concerne à dimensão do poder público e à dimensão acadêmica quanto aos princípios que norteiam o TBC, conforme demonstra o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Perspectivas do poder público e da academia quanto ao TBC

Entidade/autor	Perspectiva conceitual
MTur	O TBC deve conter os seguintes princípios: a) a autogestão; b) o associativismo ²³ e cooperativismo ²⁴ ; c) as oportunidades e os benefícios para todos(as); d) o cerne da colaboração, a parceria e a participação; e) o reconhecimento da cultura local e, especialmente; f) a atuação ativa das comunidades locais na condução da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, objetivando a apropriação das vantagens decorrentes da atividade turística (Brasil, 2010).
Hallack, Burgos e Carneiro (2011)	Para esses autores, as premissas essenciais relacionadas ao TBC perpassam os seguintes pontos: 1) o pilar endógeno de ações e desenvolvimento local; 2) o envolvimento local no ato de planejar, implementar e avaliar os projetos turísticos; 3) o limite e o controle dos impactos sociais e ambientais da atividade; 4) as vantagens oriundas do TBC devem voltar para a população local; 5) a valorização e o intercâmbio de culturas; 6) a ênfase na relação de compartilhamento e na interação entre agentes locais e visitantes, prevalecendo o sentido de troca e de aprendizagem mútua; e 7) a promoção de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento do TBC em diversos contextos.
Urano e Siqueira (2015)	Entendem que entre os princípios está a atuação dos sujeitos e a organização comunitária, estas, em prol de um desenvolvimento local que considere as necessidades das comunidades a partir das suas especificidades. O TBC, portanto, expressa-se dentro de uma lógica em que os habitantes locais, muitas vezes, têm seu território ameaçado pelo capital exógeno.

Fonte: Adaptado pela autora (2022).

Quanto aos elementos do TBC, é importante ressaltar que as perspectivas acadêmica e governamental apresentam pontos convergentes, como por exemplo: a partilha comum dos benefícios gerados; a valorização e a troca cultural; a construção coletiva da atividade; e a preocupação com a questão ambiental. Divergem, principalmente, no entendimento de que há

²³ O associativismo remete à ação humana coletiva, isto é, a ação estabelecida por um grupo de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistemas de relações sociais (Alencar, 1997).

²⁴ “O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades” (Sales, 2010, p. 24).

necessidade de significativa representação e de avanços direcionados para a construção de políticas públicas consistentes e contínuas. Nota-se um esforço ínfimo da esfera pública em oportunizar ações mais concretas nesse sentido.

Em vista disso, entende-se ser relevante lançar um olhar para as formas de governar, direcionar, regular e mobilizar ações que envolvem o TBC (Albuquerque, 2016). De modo que essa prática de turismo, para além de um motor de resistência, segundo Albuquerque (2016), visa a dois pontos centrais que não podem ser desprezados: (1) os mecanismos para tomada de decisões em nome da coletividade; e (2) a garantia de que essas decisões serão postas em prática. Nesse sentido, Moraes *et al.* (2017, p. 615) aduzem que:

[...] as experiências de TBC se baseiam em princípios derivados do reconhecimento e da proteção da visão de mundo (cosmovisão) própria desses povos sobre os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais na relação natureza e cultura. Para eles, a terra e os seres humanos são indissociáveis e estão ligados por um mesmo destino para garantir a harmonia do mundo que deve ser constantemente recriada, transcendendo o tempo e os indivíduos.

Essa é uma prática voltada para a dimensão ambiental de sustentabilidade, tal como para o âmbito sociocultural, por meio do incentivo aos intercâmbios de experiências culturais entre visitantes e habitantes locais (Irving, 2009; Silva; Spinola, 2018). Podendo, igualmente, fundar-se como estímulo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população local.

Quanto às suas características, enfatiza-se que o TBC não se exclui do modelo de mercado. Entretanto, distancia-se da concentração, visando a uma melhor distribuição de riquezas, com crescimento a passos lentos, levando em conta a organização participativa, as emergências, em especial, valores humanitários (Coriolano; Barbosa, 2012). As práticas turísticas desse modelo, segundo Hallack, Burgos e Carneiro (2011), não se orientam, unicamente, pelo espaço turístico, mas também pelo agente social que pode ser corresponsável e participativo no processo de planejamento e gestão e execução do TBC.

Pode-se dizer que outra particularidade significativa do TBC é a flexibilidade de sua conceituação, o que elucida a multiplicidade de definições sobre o tema, pois, sob o viés de Lobo (2017, p. 30), “[...] a diversidade dos territórios, das culturas, faz com que cada localidade demande um tipo específico de organização comunitária e, por conseguinte, de turismo comunitário”.

Outro aspecto importante desse “novo” turismo refere-se ao fato de a atividade ser uma fonte de renda alternativa e propiciar empregos para a população local (Silva; Elias;

Santos, 2018). Contribuindo, assim, na visão dos autores, para a contenção do processo de êxodo rural, uma vez que os habitantes locais, ao desenvolverem suas atividades laborais no local em que residem, não têm a necessidade de migrar para os centros urbanos à procura de empregos. Para Saayman e Giampiccali (2015, p. 165), o “[...] *CBT should work towards holistic community development touching on various aspects linked to people's well-being*”²⁵.

Basicamente, o TBC distingue-se pelo protagonismo comunitário²⁶, pela valorização cultural, pela ênfase na identidade local e pelo cuidado ambiental (Campos *et al.*, 2011; Coriolano; Barbosa, 2012; Boulhosa; Vasconcelos, 2019). Em vista disso, busca deslocar-se do foco puramente econômico e centrar-se nas pessoas. Silva e Spinola (2018, p. 86) pontuaram que esse modo de conceber o turismo envolve, ainda, três características fundamentais que:

[...] se constituírem em experiências autênticas, que proporcionem o conhecimento do cotidiano real de uma dada comunidade e, como tal, chegamos à segunda característica, que é o envolvimento de pessoas reais, dos moradores e suas redes de relações. Por fim, há de se proporcionar convivência e troca entre os visitantes e os visitados em um ambiente em que os saberes tradicionais são valorizados e que os turistas verdadeiramente desejam esse contato mais próximo com os anfitriões.

O protagonismo comunitário demanda um processo de empoderamento social em que os habitantes locais, paulatinamente, assumem o controle político e econômico das decisões que envolvem seu modo de vida e estabelecem os caminhos futuros da realidade que buscam para si e para os seus. Sendo coletivo, envolve um processo de identificação dos moradores com o lugar em que vivem e de organização e movimentação dos envolvidos em proveito de um benefício comum.

As iniciativas de desenvolvimento dentro do espaço turístico com base nas comunidades acarretam muitos benefícios que permitem o desenvolvimento endógeno e exime as comunidades de dependerem de iniciativas de base exógena (Setokoe, 2021). Para esse autor (Setokoe, 2021, p. 31), o TBC incentiva uma cultura empreendedora que conduz à criação de empregos, à geração de renda, ao desenvolvimento de competências e ao empoderamento da população local, pois “[...] *if the CBT is planned and implemented*

²⁵ “[...] TBC deve trabalhar para o desenvolvimento holístico da comunidade, abordando vários aspectos ligados ao bem-estar das pessoas” (Tradução nossa).

²⁶ Segundo Irving (2009), a compreensão de comunitário como sendo aquele que é carente e de baixa renda deve ser uma ideia superada para que se tenham o fator humano e os recursos endógenos como foco.

correctly, with proper consultations and involvement of community members, it can positively contribute to the development of a community”²⁷

O TBC demanda menor densidade de infraestrutura e de serviços. Trata-se de outra prática de visita e hospitalidade, conduzida pela integração de atividades econômicas em vivência local e pelos serviços de hospedagem, alimentação e lazer (Alcântara; Grimm; Sampaio, 2018). A diferença primordial é o entendimento de que atividade, segundo Beni (2007), constitui-se subsistema interligado a outros, como educação, saúde e meio ambiente, em um espaço no qual as relações e as trocas são fortalecidas.

Ao voltar-se para uma abordagem mais participativa no que tange ao turismo, o TBC apresenta-se como um produto viável (Alcântara; Grimm; Sampaio, 2018). No entanto, é basilar uma aproximação entre setores público e empresarial, a fim de unir os interesses das comunidades no que se refere ao desenvolvimento do turismo local, para que haja a possibilidade de assegurar a distribuição igualitária dos benefícios advindos da atividade.

O TBC é um tipo de atividade turística na qual a comunidade é o agente principal (Janér; Benchimole; Mourão, 2009; Fabrino; Costa; Nascimento, 2012). Para Giampiccoli, Mtapuri e Dłużewska (2020, p. 421) “[...] *issues of local control, ownership, and management by the local community are fundamental to CBT*”²⁸. Portanto, entende-se que o TBC é uma atividade concebida, planejada, desenvolvida, pertencente, gerida e organizada pelas comunidades para o usufruto das vantagens econômicas em determinado território por meio da tomada de decisões coletivas e pautadas na sustentabilidade. Na ótica de Cruz (2009), o TBC pode ser entendido como um modo de desenvolver o turismo pelo comando das populações locais nos seus respectivos territórios. Nesse sentido, Maldonado (2009, p. 33) assevera que:

Por turismo comunitário, entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

A especificidade ímpar do Turismo Comunitário é sua dimensão sociocultural. Vale dizer antropológica, com vistas ao incentivo ao diálogo e aos encontros interculturais de qualidade entre visitantes e visitados, na perspectiva do conhecimento e da aprendizagem com

²⁷ “[...] se o TBC for planejado e implementado corretamente, com as devidas consultas e envolvimento dos membros da comunidade, pode contribuir positivamente para o desenvolvimento de uma comunidade” (Tradução nossa).

²⁸ “[...] questões de controle local, propriedade e gestão pela comunidade local são fundamentais para o TBC [...]” (Tradução nossa).

modos de vida diversos. A comunidade tem, por fim, o lucro coletivo e a sua distribuição igualitária através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 86) aduzem que:

O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino.

O TBC prioriza o respeito aos legados culturais e tradições locais, podendo, inclusive, servir de elemento difusor para fortalecê-las e salvaguardá-las. Tem como ponto central, o estabelecimento de uma relação alicerçada no diálogo e na reciprocidade entre visitantes e população receptora (Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009). Nessa relação, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem estes fazem dos hospedeiros simples objetos de instrumentalização consumista.

Araújo, Cândido e Krott (2018, p. 154), nesse viés, ponderam que o TBC:

[...] figura como uma alternativa que visa o bem-estar da população receptora e que leva em consideração sua identidade de forma a ir além de “espetacularização” de seus modos de vida, ou seja, um turismo que privilegia saberes locais tende a considerar diversos grupos sociais no processo de tomada de decisão para o planejamento. Os saberes locais, nessa lógica, não se restringem à matéria para atrativos turísticos. Assim, práticas que visam atingir fins mercadológicos tendem a tomar tradições e costumes das comunidades, transformando-as em um espetáculo para consumo dos visitantes, tendo em vista que suas práticas e o ambiente em que vivem são importantes primeiro para a comunidade e só então deve ser considerada a relevância para visitantes.

O TBC projeta-se na interação entre o natural e o social pelas experiências e pelas relações que ligam o indivíduo a certo meio e que nele e com ele imprimem sua materialidade. Nessa relação, o vivido não é, simplesmente, um museu vivo, no qual se deva converter qualquer curiosidade humana dos lugares visitados em atração e conceder-lhe algum valor monetário, ou ainda, no qual em nome do preservacionismo, o vivido, mantenha-se estático e/ou a-histórico (Figueiredo, 1999; Araújo; Cândido; Krott, 2018). O TBC relaciona-se com a cultura, com o reaprendizado das relações profundas entre o ser humano e o seu meio, o qual também é construído culturalmente para além de sua mercantilização.

Giampicco, Mtapuri e Dłużewska (2020, p. 422) afirmaram que:

[...] the practice of CBT should be transboundary (cutting across urban and rural divides); trans-vocational (cutting across various vocations, talents, abilities, and callings), and transdisciplinary, multidisciplinary and interdisciplinary and incorporating Big History – for the transversal of knowledge for the common good.²⁹

Para Coriolano (2009, p. 282), o Turismo Comunitário “[...] é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. Os residentes obtêm o controle produtivo da atividade, que vai desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. O foco é o envolvimento participativo, em que as gestões integradas dos arranjos produtivos passam a ser comunitárias e os projetos visam à melhoria da qualidade de vida local e de condições adequadas para recepcionar visitantes e turistas de modo mais digno.

Nessa perspectiva, ainda quanto à importância das comunidades no TBC, Giampiccoli e Saayman (2016, p. 3) referendaram que:

[...] CBT is not a self-regulating voluntary process, as it is a form of tourism with its own characteristics, challenges, problems and potentials. CBT is not based on the voluntarism of the mainstream tourism sector, but is a form of tourism that starts from within the community. It is not the mainstream tourism sector going to the community, but the community itself that owns and manages the tourism process.³⁰

Portanto, o TBC deve configurar-se como uma atividade transformadora, redistributiva, capacitadora, holística, autodesenvolvimentista, com vistas ao aprimoramento das capacidades individuais e coletivas, tendo como essência a participação, com oportunidades de coprodução, as lideranças comunitárias, a geração de empregos, a organização, o envolvimento e a busca por uma justiça social (Giampiccoli; Saayman, 2016). As vantagens financeiras advindas do TBC devem ser distribuídas de modo igualitário e contribuir para o desenvolvimento local.

²⁹ “[...] a prática do TBC deve ser transfronteiriça (cortando as divisões urbanas e rurais); trans vocacional (transversal a várias vocações, talentos, habilidades e vocações), e transdisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar e incorporando a Grande História – pela transversalidade do conhecimento para o bem comum” (Tradução nossa).

³⁰ “[...] O TBC não é um processo voluntário autorregulado, pois é uma forma de turismo com características, desafios, problemas e potencialidades próprios. O TBC não se baseia no voluntarismo do setor de turismo convencional, mas é uma forma de turismo que começa dentro da comunidade. Não é o setor de turismo convencional que vai para a comunidade, mas a própria comunidade que possui e administra o processo de turismo” (Tradução nossa).

O diferencial na prática de Turismo de Base Comunitária é a interação entre visitante e visitado. Essa troca não se funda como mera artificialidade, uma vez que ocorre exatamente como se institui: sem interferências, sem aparências ilusórias, sem palcos (Grimm; Sampaio, 2011). Ou seja, espelha a realidade concreta da vida e do cotidiano dos habitantes dos territórios, em que o turista se torna partícipe. Logo, acredita-se que o visitante deve estar preparado para o respeito às diferenças e à diversidade, no intuito de promover culturas sustentáveis.

Portanto, é imprescindível observar e compreender:

[...] que embora as iniciativas de TBC apresentem semelhanças em função de princípios comuns, elas tendem a se diferenciar, considerando que ocorrem em contextos territoriais e históricos distintos e em realidades sociais, econômicas, ecológicas, políticas e com vocações turísticas diferentes. Podem surgir a partir de conflitos socioambientais ou a partir de visualização de oportunidades e empreendedorismo. Podem iniciar por um movimento próprio da comunidade local ou com o incentivo e apoio de organizações parceiras. Podem ser mais isoladas e autossuficientes ou manter-se em diálogo com o turismo convencional (Braga; Selva, 2016, p. 42).

Considera-se, então, que o desenvolvimento de um turismo com base na comunidade local pode se dar de modos distintos, isto é, em consonância com os processos vivenciados em cada território. Portanto, é imprescindível reconhecer as iniciativas de TBC em seus diversos perfis, contextos e etapas de desenvolvimento.

A diversidade encontrada na prática da atividade turística de base comunitária leva em conta os potenciais existentes no meio rural e no meio urbano (Lima, 2011). Para esse autor, o TBC se relaciona com povos tradicionais e com grupos sociais concebidos a partir de “[...] processos socioeconômicos excludentes, como os habitantes de favelas, [na medida em que] reconhece as práticas artesanais, assim como as empresariais; enfim, trata-se de um universo com ampla riqueza” (Lima, 2011, p. 6).

Ao fazer uma análise do TBC como eixo alternativo ao turismo hegemônico, não se deve considerá-lo nem o rotulá-lo como mais um segmento ou um tipo de atividade turística, visto que pode ser compreendido como um modo de gestão, ou, até mesmo, uma estrutura de trabalho, um procedimento de desenvolver a atividade (Castro; Pinto, 2013). Trata-se de um modelo de gerência do turismo embasado na sustentabilidade ecológica, cultural e econômica e no reconhecimento das singularidades e diversidades do local. Desse modo, pode ocorrer tanto no meio urbano quanto no rural.

O TBC baseia-se na proposta de escala local, concentrado nos recursos endógenos – humanos, naturais, culturais e de infraestrutura – das comunidades e na reciprocidade dos

agentes envolvidos. Conecta-se à conservação ambiental, ao reconhecimento da identidade cultural e à diversificação ecossistêmica nas comunidades receptoras (Grimm; Sampaio; Garcia, 2017). Fundamenta-se nos valores de solidariedade, colaboração, respeito à vida, à conservação e ao uso responsável dos recursos naturais.

Reforça-se, ainda, que o TBC não deve ser tratado como uma panaceia para o desenvolvimento comunitário, nem para a busca da sustentabilidade (Burgos; Mertens, 2015, Saayman; Giampiccoli, 2015, Setokoe, 2021). Ademais, as experiências exitosas de Turismo de Base Comunitária, existentes em todo o mundo, não devem ser reproduzidas como um modelo invariável (Bartholo; Delamaro; Bursztyn, 2008), tendo em vista que possuem e traduzem, de acordo com a situação, aspectos estruturais, objetivos, realidades territoriais e concepções culturais.

Isto quer dizer que não significa que o TBC seja bom para todos os destinos, porque:

*[...] it should not be regarded as a perfect, pre-packaged solution to community problems. CBT is neither a miracle cure nor a knight in shining Armor that will gallop into rescue communities from all their troubles. If carelessly applied, CBT can create problems and even bring disaster upon the community*³¹ (Giampiccoli; Mtapuri; Dłużewska, 2020, p. 421).

Decerto, são muitos os desafios e os limites a serem enfrentados pelos sujeitos que desenvolvem práticas turísticas voltadas para o TBC, que vão desde a inserção da atividade no contexto mercadológico e a manutenção de alianças entre interesses econômicos locais e não locais, assim como o estabelecimento de uma relação entre o local e o global com vistas a garantir o modo de vida da população local.

Deve-se, ainda, ter em mente que as iniciativas de TBC não estão livres de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse, pois, com base em Grimm; Sampaio e Garcia (2017, p. 61), o TBC:

[...] pode ser uma alternativa de diversificação econômica, onde o modo de vida das comunidades para esse tipo de atividade tem potencial de reduzir a vulnerabilidade e o risco, ao dar aos moradores opções de trabalho e renda. Porém a atividade pode ser indicada para as comunidades que realmente desejam e que possam enfrentar alguns desafios como falta de capital para investir, sazonalidade e a falta de apoio técnico e financeiro.

³¹ “[...] ele não deve ser considerado como uma solução perfeita e pré-embalada para os problemas da comunidade. O TBC não é uma cura milagrosa nem um cavaleiro de armadura brilhante que galopa em comunidades de resgate de todos os seus problemas. Se aplicada de forma descuidada, o TBC pode criar problemas e até trazer desastres para a comunidade” (Tradução nossa).

Há que se considerar o fato de que os ganhos perpetuados pelos defensores do turismo como ferramenta de desenvolvimento são minúsculos para os investimentos que as comunidades, em muitos casos, devem fazer (Setokoe, 2021). Portanto, é necessário que as iniciativas de TBC sejam acompanhadas e obtenham uma gestão adequada dos impactos da atividade na economia, na sociedade e no meio ambiente e propiciem o lucro para tais sociedades.

Mediante tal aspecto, Silva, Elias e Santos (2018, p. 1) pontuam que o TBC:

[...] tem se destacado como possibilidade de desenvolvimento sócio-espacial, no qual a cultura torna-se fundamental, pois prevalece o protagonismo das comunidades no oferecimento de atividades turísticas realizadas nos territórios que ocupam, obedecendo a princípios ambientais e culturais, promovendo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vista ao desenvolvimento local e a preservação de sua cultura.

Além de se constituir numa alternativa da atividade turística, que incorpora os modos de vida das comunidades residentes de determinado território, o TBC volta-se, também, para a mobilização dos moradores locais na luta por seus direitos contra grandes empreendedores do turismo de massa (Martins; Spaolonse, 2018). Para os autores:

[...] o turismo de base local pode ser definido como uma alternativa da atividade do turismo que integra os modos e formas de vida dos comunitários residentes de determinada localidade, entrelaçando sua relação com a natureza, onde se tornam gestores, cuja ação transforma, cria e recria produtos, a partir de seu significado imaterial, observando os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais (Martins; Spaolonse, 2018, p. 6).

Corroborando com tal viés, Koselleck (1992, p. 136) assevera que “[...] um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa”.

Embora não haja uma única definição amplamente aceita, a literatura projeta como elemento comum a participação da comunidade local como responsável no pensar e na condução da atividade turística, bem como a preocupação com a conservação dos recursos naturais e culturais do contexto em que a atividade é efetivada. Ao incorporar características peculiares, práticas típicas de desenvolver a atividade turística, o TBC deve ser pensado pelo viés amazônico e suas singularidades, tal qual assinala a seção a seguir.

2.3 O TBC na Amazônia Brasileira

O TBC, na sua essência, tem como princípio fundamental a base endógena em planejamento e desenvolvimento da atividade (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Na América Latina, mais especificamente, esse novo olhar é compreendido segundo Bartholo; Sansolo; Bursztyn (2009), Coriolano; Sampaio (2013 e Moraes; Irving; Mendonça (2018) como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por variados grupos sociais em condições de fragilidade social e ambiental e à margem de projetos turísticos padronizados no continente americano.

Destaca-se que uma das características relevantes das iniciativas de TBC diz respeito à sua vinculação às estratégias políticas desenvolvidas por grupos e movimentos sociais diversos, tendo em vista a manutenção da cultura local e dos territórios por eles ocupados historicamente (Maldonado, 2009). Ações nesse sentido vêm sendo implantadas por vários países da América Latina, de modo que é nesse contexto que a atividade turística se apresenta como uma atividade econômica alternativa e viável para a Amazônia Brasileira. Nesse sentido:

Para realçar ainda mais a importância do turismo para o desenvolvimento do trópico úmido da Amazônia Brasileira, é preciso considerar que ela é parte integrante de uma área maior – a Pan-Amazônica que abrange trechos da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa, muito embora o arco da Cordilheira dos Andes, que a envolve pelo norte e noroeste, seja responsável por profundas alterações nos quadros naturais sub-regionais. Esse vasto território como um todo, e pela posição que ocupa, pode e deve merecer estudos com abrangência internacional, visando a um melhor relacionamento entre os países nele situados e para que se possam pôr em prática, caso sejam consideradas viáveis e exequíveis, as medidas alternativas que poderiam estar contidas num projeto turístico pan-amazônico (Penteado, 1993, p. 23).

O bioma Amazônia representa uma das seis tipologias de domínios da natureza no cenário brasileiro (Gazoni; Brasileiro, 2018). Também se constitui em uma região de conflitos sociais diversos, em decorrência, sobretudo, da lógica de desenvolvimento implantada inicialmente, marcada por uma fundamentação contrária à natureza (Costa, 2012). Local de dissidências históricas e antagônicas que favorecem o desgaste ambiental, com a ação da pecuária, dos grandes projetos mineradores e do garimpo persistentes na região acarretou, ainda, um processo de desenvolvimento desigual e excludente da população local (Castro, 2001; 2009).

Nessa perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico para Amazônia, a atividade turística surge desde a ditadura militar (década de 1960) até a atualidade nos planos

de governo para a região (Figueiredo, 1999; Figueiredo; Nóbrega, 2015; Sansolo, 2003). De tal modo que:

O turismo constitui, portanto, para a região da Amazônia, uma fonte potencial de riqueza, que muito pode contribuir para o seu desenvolvimento. Tendo em vista suas peculiaridades, a exploração do turismo necessitará, principalmente, da participação de fatores externos à região, sobretudo, de recursos de capital, e também de recursos humanos para planejar, organizar e estruturar a atividade (Comune, 1991, p. 56).

Esse prisma de fazer prosperar o território por meio de tal atividade econômica apresenta-se em diversos planejamentos governamentais e traduzem-se em políticas públicas, as quais, com o passar do tempo, prometeram diversos benefícios para os habitantes do território amazônico, instauraram possibilidades participativas e suscitaram movimentos para traduzir o turismo em uma atividade fundamental para a sociedade amazônica (Farias; Figueiredo, 2021). As políticas públicas voltadas para o cenário amazônico, no decorrer dos anos, têm se fundamentado a luz de Ferreira e Oliveira (2020, p. 44) no:

[...] desejo de alavancar o turismo na Região, [de forma que] estabelecem diretrizes, mas não demonstram como fazer para alcançar os objetivos. Ao contrário, padecem de vícios, entre os quais citamos: são políticas centralizadoras, ou seja, formuladas de cima para baixo e com pouca ou quase nenhuma participação efetiva das comunidades envolvidas. Em outras palavras, não existe um compartilhamento de ideias e de ações entre todos os envolvidos nos projetos (governo, iniciativa privada e comunidades locais).

Isto posto, é importante enfatizar que essas políticas públicas deveriam orientar-se para as singularidades da região. E, não, simplesmente, voltarem-se para os interesses e estratégias de expansão da lógica capitalista por meio de correlações de força vigentes nas diversas esferas do poder, as quais atingem diretamente, o *modus vivendi* das comunidades (Chaves, 2009) e dos povos amazônicos.

As políticas públicas, em torno do turismo, devem considerar, ainda, que o planejamento e a execução da atividade estão para além do setor da economia, pois suas consequências extrapolam tal setor, atingindo a população amazônica em geral. Nesse sentido, é fundamental uma política de turismo³² que se constitua:

³² Corresponde a um modelo de gestão eficiente, composto pela atuação de atores sociais diversos envolvidos no processo de planejamento, de formulação e de efetivação das políticas públicas direcionadas para o setor do turismo (Nascimento, 2015).

[...] um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (Goeldner; Ritchie; McIntosh, 2002, p. 294).

Significa compreender que o compromisso das políticas de turismo deve voltar-se para a definição do funcionamento da atividade, direcionar e orientar a todos os interessados no setor, isto é,

[...] não basta apenas formular e implementar tais políticas, é importante que haja um planejamento estratégico, suas ações sejam monitoradas, seus resultados avaliados. E ainda, que considere as vontades e anseios das comunidades, assim como também a participação dos empresários de turismo [...] (Sousa; Figueiredo; Tavares, 2020, p. 139).

Tais ações devem favorecer estratégias e objetivos para uma destinação turística, viabilizar a participação pública sobre a função de cada grupo de sujeitos sociais e possibilitar que o turismo estabeleça, de forma efetiva, interfaces com outros segmentos da economia (Goeldner; Brent Ritchie; McIntosh, 2002). Ademais, a característica dinâmica do turismo, como prática social, institui a necessidade constante de replanejamento e, portanto, de revisão de políticas e em todos os níveis, pois, nos dizeres de Lanzarini e Barreto (2014, p. 211) “[...] é preciso, assim, repensar as políticas, as ações, os discursos e, acima de tudo, ter em conta a sociedade mais ampla.

Nesse sentido, novos atores sociais se unem na compreensão e no fazer turístico na região. Destaque para as comunidades amazônicas, estas, como profundas conhecedoras do meio em que vivem, passam a desempenhar um papel mais atuante em seus contextos, promovendo trocas com os visitantes acerca dos seus conhecimentos sobre o mundo natural e cultural, introduzindo-os numa experiência ímpar, baseada no convívio estreito com os recursos naturais e a sociodiversidade amazônica (Diegues, 2003), somado a presença das instituições financeiras internacionais e das Ong.

Na chave desse pensamento, está o TBC que surge do entendimento das comunidades de que não basta, simplesmente, fazer a crítica ao modelo de turismo vigente, mas de experimentar outra lógica de construção e prática da atividade turística (Bursztyn, 2014). Isto posto que:

É importante avultar que o TBC não é um segmento do turismo, como o é o Ecoturismo, por exemplo. Ele é uma forma de organização do turismo pautada nos princípios de sustentabilidade (ambiental, social e econômica), mas que tem como bojo principal o protagonismo da comunidade no seu desenvolvimento e não apenas

no contato com os turistas, como ocorre em algumas atividades, inclusive de Ecoturismo ou de outros segmentos.

[...]

Percebe-se, deste modo, que o que determina que uma experiência seja de TBC não é a vinculação a um segmento específico do turismo ou a presença/ausência de uma agência de turismo ou de outro agente externo, como agentes públicos ou do terceiro setor, mas sim o grau de engajamento e de poder decisório de uma comunidade sobre a realização da atividade turística em seu território (Oliveira; Santos, 2019, p. 494-495).

Como uma forma de turismo, primordialmente, interligada à sustentabilidade sociocultural local e à conservação da natureza, o TBC, no contexto amazônico, possibilita a relação entre as necessidades das comunidades, em grande parte, em ambientes rurais, e as expectativas do turista, em que o desenvolvimento econômico e as vivências com as populações locais sejam os resultados alcançados. Para Emmendoerfer, Moraes e Fraga (2016, p. 8), essas experiências “[...] ocorrem de maneira integrativa, contributiva, participativa, quando os benefícios são distribuídos para todos os envolvidos. Desta forma, hóspedes e anfitriões comungam a mesma atividade como agentes ativos”.

Os cenários do TBC são variados na Amazônia (Bursztyn, 2012; 2014). Sendo possível encontrar iniciativas em fase de mobilização da comunidade para a atividade, outras em uma etapa mais avançada de planejamento e, por fim, aquelas que estão praticando regularmente. Tais vivências da atividade são múltiplas, tal qual as comunidades em que são desenvolvidas, pois expressam pluralidades sociais, culturais e ambientais (Bursztyn, 2012; 2014). Caracterizam-se, muitas vezes, por ocorrerem em áreas de Unidades de Conservação, e/ou em suas adjacências, mas também com uma multiplicidade de gerenciamento.

No contexto amazônico brasileiro, o TBC vem se desenvolvendo desde o final do século XX, a partir de dois principais aspectos: 1) ações isoladas relativas, inicialmente, ao modelo do ecoturismo nos arredores, sobretudo, da capital amazonense (Manaus), da capital paraense (Belém) e do município de Santarém (Brasil, 2008; Bezerra, 2012; Nascimento, 2015; Figueiredo, 2022); e 2) iniciativas decorrentes da elaboração de projetos direcionados para comunidades com potencial para o turismo cultural, bem como para o Turismo de Base Comunitária (Alves, 2013), com o apoio do Ministério do Turismo.

Para mencionar, apresenta-se o Quadro 5, a seguir, contendo a catalogação de algumas das experiências vigentes na Amazônia Brasileira³³:

³³ Os estados que compõem a Amazônia Brasileira são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (Brasil, 2021).

Quadro 5– Experiências de TBC na Amazônia Brasileira

Projeto	Localidade	Estado
TBC no baixo Rio Negro: Bases para o Desenvolvimento Socioambiental e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)	Rio Negro-Manaus e Novo Airão	Amazonas
Fortalecendo o TBC na Resex do Rio Unini	Barcelos	Amazonas
Pousada Uacari	Tefé	Amazonas
Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós	Reserva Tapajós, Arapiuns, Santarém	Pará
Viagem Encontrando Marajó (VEM)	Praia do Pesqueiro-Ilha de Marajó	Pará
Ecoturismo de Base Comunitária entre praias e igarapés – Curuçá	Curuçá	Pará
Quilombos África e Laranjituba	Moju	Pará
Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaraçu	Taquaraçu – Palmas	Tocantins

Fonte: Adaptado pela autora a partir de estudos referenciados e de Brasil (2008).

Destaca-se que as experiências de TBC não respondem da mesma forma a todos os elementos que a compõem, seja na Região Amazônica ou em qualquer outro lugar do território brasileiro. A atividade não constitui um modelo estagnado, apto para atender a toda e qualquer realidade. É, na verdade, tal qual assinala Fabrino (2018), uma ação oriunda das paisagens sociais, alicerçada em processos históricos e conquistas, resultantes da movimentação e da atuação determinante de seus membros.

Especificamente no território amazônico, as singularidades do TBC referem-se às mesmas situações pelas quais perpassam seus habitantes, com a manutenção do *modus vivendi* interligados ao cotidiano em extensas áreas naturais e, simultaneamente, à inserção na lógica mercadológica no intuito de garantir a sobrevivência, visto que, para Coelho (2013, p. 320):

[...] as populações têm disponíveis praticamente todos os recursos que precisam para sua reprodução cultural, desde a madeira para construir casas, barcos e canoas, uma variedade de frutos e animais para a alimentação, áreas agricultáveis para produzir seu sustento, além de uma diversidade de estratégias de acesso ao mercado. Os recursos são acessados através do esforço e do trabalho e, no caso do turismo, os modos de vida se apresentam como a interlocução entre visitantes e o ambiente amazônico, sendo o principal “atrativo” para os turistas. Sem a intermediação do nativo, é praticamente impossível para o visitante conhecer a Amazônia.

A atividade turística de base comunitária, praticada pelas populações amazônicas, vem se desenvolvendo como um processo diferenciado no qual o TBC, *per si*, além de compor uma fonte alternativa de geração de renda, constitui-se, também, uma possibilidade de aprofundamento das relações internas e externas dessas comunidades (Silva; Chaves; Simonetti, 2020). Baseado no fortalecimento das organizações intra e intercomunitárias, a atividade releva-se como possibilidade econômica que propicia às comunidades oferecerem serviços turísticos e, concomitantemente, serem beneficiadas com a atividade. Isto posto que:

Na Amazônia encontramos esse novo agente de turistificação: o turismo de base comunitária. Na Amazônia, o turismo promovido pelas populações tradicionais vem se caracterizando como um processo diferenciado, onde o turismo além de uma fonte de renda alternativa, torna-se também uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades. Frequentemente encontramos projetos de desenvolvimento do turismo associados a projetos de conservação ambiental, decorrente de articulações políticas em diversas escalas. Para as populações locais, sobretudo as residentes nas áreas rurais, nas margens dos rios e em meio às florestas, o turismo traz a possibilidade de complementação de renda oriunda do extrativismo e da agricultura de subsistência e favorece a conservação dos recursos naturais que são utilizados para a sobrevivência [...] (Sansolo, 2003, p. 43).

Nessa prática de turismo, no território amazônico, em especial, predomina a atuação significativa das comunidades na oferta de atividades realizadas em seus territórios, as quais são submetidas a princípios culturais e ambientais autoestabelecidos, que possibilitam a participação, a organização comunitária, as práticas de associativismo e a ética, objetivando o desenvolvimento endógeno e a manutenção da cultura local (Novo, 2012). Segundo Bezerra (2012), a integração das populações em atividades que envolvam a gestão dos recursos naturais tem-se mostrado como um componente facilitador da gestão, tal como uma estratégia de distribuição das vantagens de forma socialmente mais equilibrada. Nesse sentido:

[...] o TBC é uma forma de turismo que tem como principal ativo, o fator humano enquanto ser social, de modo a promover uma afirmação cultural e antropológica de seu território, bem como tornar mais visível a identidade e as manifestações das pessoas que compõem este local, enquanto destino turístico (Emmendoerfer; Moraes; Fraga, 2016, p. 14).

O que remete a um entendimento de que o TBC representa uma construção coletiva que propicia a criação de laços de colaboração entre as iniciativas, a diminuição dos custos individuais e contribui para a formação de um mercado consumidor responsável, que valoriza as especificidades desse modo de organização do turismo. Tanto que:

O TBC na Amazônia apresenta experiências que recuperam as principais características da região, produtoras de alternativas: seu forte campesinato caboclo; os artifícios de sobrevivência na urbanidade amazônica; a cultura e os processos de hospitalidade e mobilidade. Temos, portanto, diversas racionalidades que se chocam, ou às vezes se complementam [...] (Figueiredo, 2022, p. 48).

Isso significa compreender que não está se propagando uma mera receita que deva ser seguida tal qual a um passo a passo, mas a compreensão de que o TBC envolve uma concepção coletiva que leva em conta as características de cada contexto, na formulação de

uma proposta conjunta para o desenvolvimento da atividade, e o enfrentamento de seus possíveis desafios.

Esse entendimento se aproxima da prática com os princípios do Turismo Sustentável, pois conforme destaca Bonessi (2002, p. 53):

[...] para a Região Amazônica, assim como para outros lugares, o Turismo Sustentável é recomendável porque garante e assegura os diferenciais turísticos, o processo racional de exploração de recursos ambientais, naturais e histórico-culturais; preocupa-se com o espaço a ser ocupado e com a conservação e preservação das características originais do ambiente. Também abrange a preocupação com a população do local visitado, pois essa deve estar inserida no processo produtivo da região e com todo o sistema de comercialização do produto turístico final – que é a sua própria terra, natureza, cultura e costumes.

Para tanto, é imprescindível compreender que promover o Turismo Sustentável não significa tão somente gerenciar e controlar os efeitos negativos decorrentes das atividades turísticas (Irving *et al.*, 2005). Outrossim, o turismo, nos dias atuais, ocupa uma posição de destaque na economia globalizada com o cerne de gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos naturais e viabilizar a responsabilidade social e cultural.

Logo, deve ser compreendido como aspiração comum e que pode ser, respectivamente, reforçado. Isto posto que, na Amazônia, para Irving *et al.* (2005, p. 3) “[...] políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizar e promover os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar”.

Na Amazônia Brasileira, o TBC é uma atividade relativamente recente e vem se tornando possível devido às mudanças em curso, sobretudo, aquelas relacionadas à infraestrutura básica de apoio (rede de telecomunicações, postos de saúde, entre outros).

Entretanto, os principais impedimentos da prática da atividade na região estão ligados à escassez de infraestrutura turística, à dificuldade de acesso aos mercados pelos habitantes locais, à ausência de ordenamento e à integração das atividades, bem como à necessidade de organização e à capacitação das comunidades para a recepção turística (Bursztyn, 2012). Mesmo diante desses obstáculos, o TBC é visto como uma alternativa potencial de desenvolvimento para a região, pois, Mielke e Pegas (2013, p. 173-174) reforçam que:

É fundamental deixar muito claro que os projetos de turismo de base comunitária devem ter como princípio básico a melhora da condição de vidas das pessoas que residem em regiões onde, via de regra, são excluídas do sistema econômico. Regiões estas onde o estado se faz pouco presente e uma das poucas possibilidades de incremento de renda e geração de emprego se dá através justamente de iniciativas onde a atividade econômica de fundo é o turismo. Este também é o caso de áreas em que são as comunidades quem são donas das terras em que o turismo é

implementado [...]. Nestes casos, o turismo pode vir a ser uma ferramenta para gerar alternativas de renda como também benefícios diretos para a conservação de biodiversidade [...].

Assim, a atuação social, na gestão do Turismo de Base Comunitária amazônico, é primordial e ainda representa um grande desafio que, segundo Silva; Chaves; Simonetti, (2020) exige um repensar no modo de fazer política, no próprio pensar e fazer acadêmico, nas práticas comerciais, na elaboração de estratégias para enfrentar os desafios que limitam a participação da comunidade anfitriã, bem como na impressão de valores e virtudes do respeito mútuo, da tolerância e da convivência pacífica entre os diversos sujeitos do turismo.

Há, também, a necessidade de rever a responsabilidade ética que perpassa os esforços de promover a democracia participativa, a inclusão social – sobretudo, no que tange à mulher amazônica –, o respeito ao território e as múltiplas culturas no que se refere às práticas de Turismo de Base Comunitária, em particular, na Amazônia. Portanto, pensar a complexidade e a originalidades das sociedades amazônicas, a partir do campo turístico, ancora-se no pensamento decolonial, em:

[...] entender que o Sul pensa, também, por epistemologias produzidas no Sul, com as quais conhece e interpreta seu próprio mundo e do qual derivam sistemas e práticas sociais reproduzidas por gerações [...] aonde [...] a questão ontológica fundamental é a da alteridade, que se desdobra em reconhecer a possibilidade do outro conhecer, e de seu conhecimento [...] (Castro, 2019, p. 40).

Para tanto, é necessário lançar luz aos saberes e fazeres femininos no desenvolvimento da atividade turística na região amazônica. Compreender quem são essas mulheres, o que pensam, o que fazem, qual a representação que elas têm delas mesmas e qual o seu papel na vida social.

3 GÊNERO COMO CATEGORIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO FEMININO

3.1 Contribuições do pensamento decolonial aos estudos de gênero

O termo “gênero”, em âmbito acadêmico, constitui-se em representação das relações definidas em sociedade, entre mulheres e homens (Stolcke, 1991). No entanto, seu significado e implicações nem sempre são claros do ponto de vista político.

Nos entendimentos de Stolcke (1991, p. 104),

[...] sexo e gênero servem a um útil propósito analítico ao contrastar um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. Se eu tivesse de ser escrupulosa no uso desses termos, empregaria o termo “sexo” apenas quando tivesse falando de diferença biológica entre machos e fêmeas e o termo “gênero” quando quer que me estivesse referindo às formulações sociais, culturais e psicológicas que são impostas sobre tais diferenças biológicas.

A categoria “gênero” começou a ser trabalhada como categoria de análise na década de 1980 (Stolcke, 1991). Desde então, considera-se que o conceito analítico de gênero se volta para o desafio da máxima existencial e universal de que a biologia é o destino e de que “[...] o sexo não garantia a constituição de uma pessoa em correspondência com o gênero” (Veiga; Pedro, 2019, p. 331). Tal conceito analítico, para Stolcke (1991), entende as relações entre homens e mulheres como formulações culturais advindas da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais.

O uso da palavra “gênero” representa um aspecto que denomina a busca de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos de 1980:

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres, substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (Dabat; Ávila, 1989, p. 6).

“Gênero”, como termo que substitui “mulheres”, é igualmente usado para preconizar que a informação sobre mulheres é, inevitavelmente, também sobre os homens, ou seja, acarreta no estudo do outro (Scott, 1989). Insiste na concepção de que o universo feminino compõe o universo masculino, sendo criado dentro e por esse mundo.

Essa utilização ignora a ideia de âmbitos separados e argumenta que, para estudar as mulheres de forma isolada, sustenta o mito de que a experiência de um sexo tem pouca ou nada a relacionar com o outro sexo (Scott, 1989). Além do que o gênero é do mesmo modo usado para atribuir as relações sociais entre os sexos.

O gênero constitui um meio de se tratar os sistemas de relações sociais ou entre os sexos (Scott, 1989). Para Carvalho *et al.* (2019, p. 80) “[...] *gender is not a ‘natural’ property or a possession of individuals, but a product of ‘social doings’, constructed and accomplished in everyday interactions with others*”³⁴.

Há, também, uma compreensão mais complexa, nos dias de hoje, acerca do conceito de gênero como realidade social (Andersen, 2005). Esta pode ser compreendida como uma tentativa de incluir a construção dinâmica e ativa de gênero capturada por um foco na agência humana. O fato é que a categoria gênero está para além do modo naturalizado de atributo biológico e da divisão por sexo encontrada nas estatísticas (Castro; Acevedo, 1998). É imprescindível o reconhecimento de múltiplas identidades sociais impostas a todos por uma “ontologia da existência”.

A análise do gênero como categoria contribui para alterar e historizar as disparidades entre homens e mulheres (Santos; Oliveira, 2010). Podendo ser compreendida de modo histórico e relacional, e não, simplesmente, de acordo com Saffioti (1992, p. 193), sendo “[...] oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “[...] os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres”.

Dar visibilidade para as pesquisas, as discussões e as lutas, nesse campo, significa pensar na articulação de variadas dimensões da vida social a fim de compreender como a subjugação da mulher e o domínio masculino foram, historicamente, construídos (Araújo, 2000). Buscando-se, contudo, agregar os aspectos subjetivos e simbólicos de poder para além das fronteiras materiais e das configurações biológicas.

Historicamente, tem-se no século XX o marco para ênfase nos estudos sobre relações sociais de gênero nas Ciências Humanas e, em especial, nas Ciências Sociais (Cardoso, 2020). Verifica-se, segundo Cardoso (2020, p. 1), que:

[...] as questões sociais marcadas por aspectos do gênero não se limitam ao sexo biológico porque são consideradas como construções sócio-históricas desta demarcação do masculino e do feminino. Além disso, há que se considerar

³⁴ [...] “gênero não é uma propriedade ‘natural’ ou uma posse de indivíduos, mas um produto de ‘ações sociais’, construído e realizado nas interações cotidianas com outras pessoas” (Tradução nossa).

especificidades culturais e aquelas que se distinguem ao longo do tempo e em diversas territorialidades.

Nesse sentido, entende-se que as pesquisas sobre as questões de gênero são diversificadas. Portanto, as transformações acerca do trato social das relações sinalizam que as sociedades humanas têm diferentes pontos de vista sobre masculino e feminino (Cardoso, 2020). De tal forma que demonstra a potencialidade dos modos de proceder com as identidades de gênero, orientações sexuais, papéis sociais etc. As constatações sobre gênero não se limitam ao que é estabelecido biologicamente. Os indícios trazidos por estudos diversos apontam que muito há de aprendizado sobre ser homem e ser mulher, variando conforme as culturas.

Nos estudos e nas pesquisas acerca das questões de mulheres, verificou-se que essas não existem isoladamente, uma vez que emergem de uma relação social com os homens (Cardoso, 2020). Portanto, os estudos sobre mulheres passaram a tratar das relações sociais de gênero, incluindo, nessas questões, a sexualidade, a participação política, a educação escolar e as sociabilidades urbanas e rurais.

Nesse sentido, Louro (2008, p. 18) assinala que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? E, ainda, como escapar das câmeras e monitores de vídeo e das inúmeras máquinas que nos vigiam e nos atendem nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais.

Ainda que normas culturais muito estruturadas sejam repetidas por várias instâncias é substancial observar que, na atualidade, os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade se multiplicaram.

Para Bourdieu (1999), o vocábulo “gênero” é utilizado para referir-se às concepções culturais e sociais de feminilidade e masculinidade e para constituir as “expectativas dos papéis sociais” a serem realizados por mulheres e homens. Há que se compreender, também, o

gênero como categoria de análise histórica (Scott, 1989). Esses apontamentos levam a um (re)pensar crítico de como corpos sexuados sobrevivem, são produzidos, implantados e transformados (Scott, 1989). Isto é, homem e mulher são mais do que meras realidades prontas e fixas e somente os encadeamentos estabelecidos entre estes seriam variáveis ou capazes de serem transformados.

É importante compreender gênero como tudo aquilo que constitui as relações sociais. Representa a organização social da distinção sexual. É o conhecimento que estabelece significado para dissimilaridades corpóreas, e não tem como foco as diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres (Scott, 1989). A mulher, como grupo ou categoria de análise, não estaria em uma posição de objeto em si mesma e quando, e se pesquisada, seria por meio de um instrumento analítico – gênero – com variados e complexos pensamentos (Scott, 1989). Em outras palavras, um conhecimento que não se divide pelo seu objeto empírico.

A concepção de gênero precisa ser entendida como construção dos indivíduos (Butler, 1990). Ou seja, a construção dos sujeitos sociais só é possível a partir de uma construção de gênero (Butler, 1990). Isso quer dizer que o gênero não é o fator mais relevante dessa construção, mas compõe os diversos fatores que constituem os indivíduos.

O uso do gênero como categoria de análise expressa o fato de que este é um termo que permite desestruturar e conduzir a um repensar acerca de outras categorias ou termos tais como: mulher, mulheres, homem, homens, humano, sexo e corpo, sem desconsiderar que, substancialmente, o gênero é uma construção social (Gomes, 2018). Acerca disso, Saffioti (1994, p. 55) entende que “[...] o gênero é tanto um construto sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado [...] a indivíduos dentro da sociedade”.

Há, ainda autores, que encaram o gênero como uma relação socialmente construída (Butler, 1990; Faria; Saffioti, 1994; Nobre, 2007) entre sujeitos e em contextos históricos determinados. Para Abramovay e Silva (2000, p. 348):

[...] a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, senão de um produto social que legitima as relações de poder dentro de um processo histórico que pode ser transformado. Portanto, gênero é uma categoria social que permite analisar papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades, que se dão de forma diferente, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade.

Assim sendo, gênero e poder estariam no centro do processo da hierarquização social, definindo papéis por eles questionados (Veiga; Pedro, 2019). A inclusão de gênero ou das relações de gênero, como categoria histórica e analítica, remete à construção social das identidades feminina e masculina e ao modo de relação social que se estabelece entre mulheres e homens, entre mulheres entre si e homens entre si. Nesse sentido, para Veiga e Pedro (2019, p. 330), o “[...] gênero buscaria dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social”.

Significa compreender que o ser mulher e o ser homem não é resultado da natureza, mas do modo como as pessoas vão aprendendo a ser em determinada sociedade, em um dado momento histórico (Faria; Nobre, 2007). Daí a importância de se desnaturalizar e compreender os mecanismos que compõem esses papéis para o entendimento das relações entre homens e mulheres, e também seus papéis na concepção do conjunto das relações sociais.

As concepções de gênero procuram esclarecer as relações entre mulheres e homens. Historicamente, o conceito surgiu após significativos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres (Faria; Nobre, 2007). Logo, o conceito respondeu às várias questões práticas e teóricas acerca das mulheres em diversos contextos e suas relações com trabalho, família, sexualidade, poder, identidade, mas também favoreceu, igualmente, as investigações tanto das relações de gênero quanto da construção da identidade de gênero em cada ser.

O “[...] gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres” (Faria; Nobre, 2007, p. 25). O conceito acarretou várias contribuições, segundo os autores, das quais elenca-se sete pontos:

- (1) o entendimento de gênero como concepção social, algo construído historicamente e não um simples fato biológico, natural;
- (2) a concepção de relações de gênero, a qual remete à ideia de práticas sociais, ou seja, o pensar e operar dentro de uma determinada sociedade e à existência de práticas sociais diversas conforme o sexo;
- (3) as relações de gênero são estruturadas hierarquicamente, nas quais há o predomínio do poder masculino sobre o feminino. Essas relações de poder são as primeiras vividas por todos os indivíduos e é com elas que tem início a

- compreensão de mundo. Essas relações de poder se reproduzem na sociedade e nas instituições, portanto, modificá-las demanda uma correlação de forças concebidas pela auto-organização das mulheres, sendo mais benéficas a elas;
- (4) as relações de gênero constituem o conjunto das relações sociais, logo, não há oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Assim, não existe uma reivindicação geral e, depois, uma específica, porém é fundamental considerar ir além das disparidades entre mulheres e homens.
 - (5) gênero está para além de dicotomias entre produção e reprodução, público e privado e busca, dentre outros fatores, mostrar como mulheres e homens estão, simultaneamente, em todas essas esferas;
 - (6) só é possível uma análise das relações de gênero quando for considerada a condição global das pessoas – classe, raça, idade, vida urbana ou rural – e o contexto histórico em que se dá singularização;
 - (7) a definição de gênero permite compreender o que existe de comum entre as mulheres, pois demonstra como mulheres e homens estão no conjunto da sociedade. Demonstra, inclusive, o modo como cada mulher, particularmente, vive essa condição.

Deve-se atentar para o fato de que a categoria gênero se desenvolveu pelas teorias do feminismo contemporâneo com vistas à compreensão e às respostas em uma perspectiva científica, a questão da desigualdade entre mulheres e homens e como isso ocorre na realidade interfere no conjunto das relações sociais (Carloto, 2001). Assim, é imprescindível destacar que os gêneros se constroem por meio das dinâmicas das relações sociais. A construção dos seres humanos se dá na relação de uns com os outros (Carloto, 2001). Cada indivíduo é a história de seus relacionamentos sociais, perpassados por divergências e contradições de gênero, classe e raça/etnia (Saffioti, 1994).

Para alguns pesquisadores, o significado de gênero, em síntese, envolve a ideia de patriarcado, de processo de dominação, de vitimização das mulheres para elucidar o não reconhecimento da paternidade (Louis, 2006). Em poucas palavras, significa um ato político, visto que “[...] gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino” (Pinski, 2009, p. 162).

Quer dizer que a categoria gênero ajuda a pensar sobre a diversidade das formas de relações entre os sexos e as representações distintas do masculino e do feminino que há em vários contextos e culturas (Pinski, 2009). Pensar em gênero requer considerar as transformações históricas e incorporar, nas pesquisas e nas análises, os entrecruzamentos com questões de etnia, raça, classe, entre outras variáveis possíveis.

Reforça-se que a emergência do termo gênero possibilita o estudo e a compreensão de que o espaço da mulher, no contexto social, é demarcado pela essência de suas atividades em uma conjuntura de interação social concreta (Brito; Freitas, 2014). Favorecendo, também, a procura por novas teorias que sinalizem para redefinição do conhecimento e da função social de mulheres e homens, posto que:

[...] sua inteligibilidade e usos estão associados a campos teóricos e políticos específicos, o que permite determinadas análises e aplicações do significado do termo ao se eleger uma perspectiva. Na verdade, a própria categoria insere-se em um jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas que visam legitimar, cada uma, suas respectivas definições.

Destarte, a concepção de gênero pode ser compreendida como categoria de análise, a qual integra, em um único termo, um grupo de elementos relacionados a fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos, psicológicos etc. (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015). Responde, ainda, segundo os autores, aos aspectos de pertencimento dos indivíduos a um ou a outro sexo, pois “[...] é importante assinalar que gênero é uma categoria de análise e não de senso comum” (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 65). E argumentam que:

[...] no senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como se fossem naturais e determinadas pelos corpos. As ciências sociais, por sua vez, que têm como objeto de estudo as relações coletivas entre os grupos humanos, postulam que essas diferenças são social, histórica e culturalmente construídas. Isso significa dizer que não existe um padrão universal para comportamentos de homens e mulheres, sejam eles sociais, sexuais ou de gênero, que possa ser considerado o mais correto, o mais normal ou superior, pois são homens e mulheres pertencentes a distintas sociedades, diversos tempos históricos e contextos culturais que estabelecem os modos específicos de classificação e de convivência social (Küchemann, Bandeira e Almeida, 2015, p. 73).

Pode-se dizer, desse modo, que a categoria gênero equivale a um instrumento de análise que sinaliza a dimensão social nos fenômenos que aparentam ser naturais. Portanto, a definição transcorre as estruturas, as identidades sociais e as subjetividades dos seres humanos.

Nessa linha, Faria (2005, p. 31) pontua que “[...] o termo gênero é um conceito utilizado para afirmar a construção social do ser homem e ser mulher na sociedade. Tem como objetivo diferenciar sexo – ser macho ou fêmea como dado da natureza – da construção social da masculinidade e feminilidade”.

Gênero se constitui, sobretudo, em uma palavra politizada, uma ferramenta para ocasionar efeitos sociais (Suárez, 2000). Então, além de ser um instrumento desestruturador, gênero representa uma categoria que é fundamental para especificar, categorizar e caracterizar as atividades sociais (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015). É significativa para reflexões e elucidações das relações estabelecidas intra e intergrupos.

Todos os conceitos apresentados, até este momento, inspiram uma reflexão sobre a categoria gênero como uma concepção que oferece variabilidade e fluidez que melhor simbolizam as relações sociais que perpassam o tempo e chegam aos dias atuais. Os estudos de gênero, portanto, sobrepõem-se em uma dimensão interdisciplinar, atravessando as diversas ciências, estando para além de uma única definição conceitual amplamente aceita. Nessa direção, há que se pensar na dinâmica epistêmica da decolonialidade, a qual permite analisar o gênero feminino em diversos contextos e compreender a posição que tal categoria assume na formação sociocultural.

Pensar acerca dos estudos decoloniais possibilita um diálogo com outras perspectivas que sinalizam para a necessidade de produção da história e de reflexões, sobretudo, a partir do olhar do colonizado, e não mais do colonizador (Gonçalves; Ribeiro, 2018). Assim sendo, os referenciais sobre uma visão decolonial de gênero são fundamentais para o processo de desconstrução e, simultaneamente, de elaboração de outros olhares em que pesem as vozes latino-americanas, dentre elas, as vozes das mulheres brasileiras amazônidas.

Os estudos decoloniais iniciaram com o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade e originaram-se nos Estados Unidos, na década de 1990, por meio do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, com a proposta de uma abordagem que denuncia o colonialismo continuado (Dias; Abreu, 2019). Segundo Ballestrin (2013), os primeiros textos acerca do pensamento decolonial, intitulados *Colonialidad y modernidad-racionalidad* (1989/1992) remontam a Anibal Quijano e tem como ponto central a construção de uma sociedade não eurocêntrica, no que tange ao projeto de civilização.

O Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade uniu-se ao Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, formado pelo palestino Edward Said e os indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak, promovendo a visão do colonizado para o discurso (Ballestrin, 2013). Esses

autores, segundo Rosa e Alcadipani (2013, p. 191), destacaram-se na década de 1980 ao proporem o “discurso colonial”³⁵ e o “sujeito colonial”³⁶.

Contudo, devido a várias divergências de pensamento, o Grupo se destituiu em 1998. Posteriormente, surgiu o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, sendo Mignolo um de seus fundadores (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Ballestrin, 2013; Mota Neto, 2016). Também eram integrantes Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel

De acordo com Mignolo (2017, p. 6):

[...] o pensamento descolonial³⁷ e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias.

No decorrer da história, o colonialismo objetivava promover a civilização do restante do mundo. O colonizador, nesse processo, era considerado o protagonista civilizado, possuidor de uma trajetória histórica e pertencente ao ocidente. Possuía, conforme Gonçalves; Ribeiro (2018) e Moura (2018) a anuência para povoar outros espaços que eram tomados como territórios de indivíduos inferiores, desprovidos de histórias, de almas, vistos como incivilizados, sem cultura, bárbaros

A organização colonial foi marcada pelo movimento de dominação para a instituição de colônias, conforme assevera Figueiredo (2012, p. 69), “[...] portanto, é esta orientação política que tende a manter sob seu domínio as outras nações e/ou povos”. Tal dominação, para Castro-Gómez (2005) e Lander (2005), não se resume ao território físico, mas também ao cultural, o que favoreceu um discurso universal, tornando o continente europeu o cerne do poder, dos saberes, das linguagens, dos memoriais no imaginário do colonizado.

Há marcas e heranças no pensamento latino-americano oriundas do colonialismo europeu. Acerca disso, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2007, p. 95) apresenta a seguinte definição de Europa:

³⁵ É o discurso dominante, baseado na ideia de um eu superior – o colonizador, que se sente, graças à sua ideia de superioridade, na posição e no direito de exercer domínio sobre um outro inferior – colonizado (Lima; Gadelha, 2015).

³⁶ É o sujeito que reflete a situação de dominação, marginalizado, dependente “[...] portanto, não um sujeito autônomo, quem sabe um quase-sujeito [...]” (Penna, 2012).

³⁷ Os dois termos: descolonial e decolonial serão utilizados como sinônimos neste trabalho.

*Europa es aquí el nombre de una metáfora, no de una zona geográfica ni de su población. Se refiere a todo lo que se estableció como una expresión racial / étnica / cultural de Europa, como una prolongación de ella, es decir, como un carácter distintivo de la identidad no sometida a la colonialidad del poder.*³⁸

A ideia de mundo eurocêntrico como *locus* do poder, do saber e do ser humano ideal converteu-se em uma visão universalmente aceita. Nessa lógica, os variados conhecimentos produzidos por diferentes povos, além da aceitação das diferenças culturais, foram descartados e predominou (e predomina) a ideia de que a Europa constitui o próprio universo e tudo que dali advém, ressalta Moura (2018), é uma verdade absoluta.

Destarte, Mignolo (2005, p. 37-38) argumenta que

[...] o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera.

Nessa perspectiva, uma outra visão, um outro modo de pensar e produzir conhecimento não europeu, não existe, não tem relevância, nem significado. A questão desse pensamento único está no outro (Gonçalves; Ribeiro, 2018; Moura, 2018). Tudo o que corresponde ao outro, que é oriundo do outro, é visto como rude, inculto, primitivo, desvalorizado, imperfeito, não humano, ilegítimo e inferior.

É importante complexificar essa construção, fazer uma reflexão e demonstrar que o problema não se encontra no outro, mas na ideia inventada que se produz do outro (Castro-Gómez, 2005). Tal ideia remete a uma violência epistêmica, a qual corresponde a um projeto orquestrado para constituir o sujeito colonial como outro (Spivak, 2010). Tal qual assinala Porto-Gonçalves (2005, p. 3): “[...] a América teve um papel protagonístico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou”.

Por conseguinte, nesse debate, é relevante distinguir colonialismo de colonialidade. O primeiro relaciona-se aos aspectos de domínio político, econômico e militar com vistas a garantir o domínio e a exploração das colônias em prol do colonizador (Restrepo; Rojas, 2010). Já colonialidade, para Quijano (2009, p. 73):

[...] é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da

³⁸ “Europa’ é, aqui, o nome de uma metáfora, não de uma área geográfica ou de sua população. Refere-se a tudo o que se estabeleceu como expressão racial / étnica / cultural da Europa, como extensão dela, ou seja, como caráter distintivo da identidade não submetida à colonialidade do poder”. (Tradução nossa).

autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado.

A Colonialidade é uma concepção criada pelo estudioso sociólogo peruano Aníbal Quijano, em meados da década de 1980 e início da década de 1990. O autor sugere que, tendo o período colonial findado, a colonialidade ainda persiste nos aspectos económicos, políticos e no conhecimento. Quintero, Figueira e Elizalde (2019, p. 6) ressaltam que o “[...] colonialismo como fenómeno histórico precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, mas a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Mignolo (2017, p. 2) entende que a colonialidade “[...] é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade”.

Figueiredo (2012, p. 68) pontua que “[...] o colonialismo se transveste de uma maneira sutil em colonialidade. A colonialidade, por sua vez, impacta de maneira ainda mais contundente o planeta, em particular, a condição de vida humana e da própria vida na Terra”. O colonialismo assume a configuração de colonialidade que compõe o lado lúgubre da modernidade (Mignolo, 2015; 2017). Para Carbonieri (2016, p. 290), “[...] a conquista das Américas e, conseqüentemente, o aniquilamento de seus povos e culturas, foi o marco de um projeto civilizatório que se convencionou denominar de modernidade, assinalada pela imposição da racionalidade europeia a todo o globo”.

Sendo mais prolongada, encontrada nos enunciados, nas práticas e nas ações, a colonialidade tem como fim principal subalternizar povos colonizados e garantir o domínio da nação colonizadora (Quijano, 2005). De acordo com Spivak (2010), a palavra subalterno não simboliza apenas uma palavra clássica para o oprimido, mas uma representação aos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e omissivo. O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa “aquele que depende de outrem; pessoa subordinada à outra” (Spivak, 2010, p. 275).

Nesta tese, toma-se “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas ou grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica, daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que estão às margens do pensamento hegemônico e encontram-se silenciados. Neste estudo, são subalternas as mulheres amazônidas nas suas lutas em diferentes contextos, saberes e fazeres.

Restrepo e Rojas (2010, p. 15) argumentam que

[...] la colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la re-producción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados.³⁹

A colonialidade persiste no saber, na cultura, no pensamento comum, na autoimagem, no cotidiano, nas atitudes, nas convicções, nas formas de relação do trabalho, nos modos de pensar (Maldonado-Torres, 2007). Misoczky e Böhm (2013, p. 315) destacam que a expressão colonialidade “[...] refere-se a estruturas de poder, controle e hegemonia que surgiram durante a época colonial e se estendem da conquista das Américas até os dias atuais”. A colonialidade, para Ballestrin (2013), encontra-se em três principais pontos: poder, saber e ser.

Pensada pelo sociólogo Aníbal Quijano, a colonialidade do poder refere-se à política e manifesta-se na supremacia política, territorial e no controle dos insumos. Para Oliveira e Lucini (2020, p. 103) ela “[...] é contínua e marca a economia e política no sistema-mundo moderno”.

A colonialidade do poder associa todas as formas históricas hegemônicas de dominação do trabalho, dos recursos e dos produtos, em volta do capital (Quijano, 2005, 2007). A Europa concentrou (e ainda concentra), sob o seu domínio colonial, todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento sobre todas as regiões e as populações do mundo. Segundo Mignolo (2005, p. 34), “[...] a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”.

A colonialidade do poder e a diferença colonial são as duas faces silenciadas pela imagem reflexiva que a modernidade construiu para si (Mignolo, 2005). Assis (2014, p. 614), por conseguinte, afirma que:

Essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca

³⁹ “[...] a colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo e que se estende ao nosso presente; refere-se a um padrão de poder que opera por meio da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução das relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração pelo capital de alguns seres humanos por outros em escala mundial, como também a subalternização e obliteração do conhecimento, experiências e modos de vida daqueles que são assim dominados e explorados (Tradução nossa).

produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural.

A colonialidade do poder estaria ligada a cinco aspectos, a saber: 1) controle da economia; 2) controle da autoridade; 3) controle da natureza; 4) controle do gênero e da sexualidade; e 5) controle da subjetividade e do conhecimento (Mignolo, 2010). Esse processo tem atuado desde o advento da modernidade sob a perspectiva europeia, com vistas a criar diferenças e fazer usos delas como argumento para dominar, inferiorizar, colonializar e subalternizar pessoas e culturas.

A colonialidade do saber, por sua vez, volta-se para as bases do conhecimento (episteme), filosofia, ciência, da descolonização do pensamento (Mignolo, 2004; 2014; Assis, 2014). Evidencia-se que o colonialismo e o imperialismo⁴⁰ acarretaram legados de desigualdade e injustiças sociais profundas (Porto-Gonçalves, 2005). Somado a esses, existe uma herança epistemológica de construção eurocêntrica que dificulta o entendimento do mundo a partir do próprio mundo em que o indivíduo vive, bem como dos conhecimentos sociais que lhes são próprios. Lander (2005, p. 13) afirma que:

[...] pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades.

O colonialismo, para além das dominações historicamente conhecidas, conforme argumentam Santos e Meneses (2010, p. 7):

[...] foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Tal apontamento reforça a compreensão de que a perspectiva eurocêntrica insere a sua particularidade histórico-cultural, pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade, como modelo a ser referenciado, do ponto de vista da própria experiência

⁴⁰ O Imperialismo é “[...] uma forma de exploração dos países pobres pelos países ricos, que bloquearia o desenvolvimento dos primeiros” (Fernandes, 2021, p. 63).

e pensamento europeu. Em outras palavras, pondo-se como superior e universal (Lander, 2005; Martins; Benzaquen, 2017; Oliveira; Lucini, 2021), contribuindo, em consonância com o pensamento de Lander (2000), para um genocídio intelectual.

Os outros modos de estruturação da sociedade, os outros conhecimentos, são exterminados, reprimidos, tratados como diferentes, obsoletos, primitivos, impertinentes, inferiores e estereotipados. Para Castro-Gómez (2005, p. 84):

[...] no princípio, tudo era América, ou seja, tudo era superstição, primitivismo, luta de todos contra todos, estado de natureza. O último estágio do progresso humano, aquele alcançado pelas sociedades europeias, é construído, por sua vez, como “o outro” absoluto do primeiro e sua contraluz. Ali reina a civilidade, o Estado de direito, o cultivo da ciência e das artes. O homem chegou ali a um estado de “ilustração” em que, no dizer de Kant, pode auto legislar-se e fazer uso autônomo de sua razão. A Europa demarcou o caminho civilizatório pelo qual deverão transitar todas as nações do planeta.

A colonialidade do saber não possibilita que diversas epistemes dialoguem, pois, em conformidade com Quintero, Figueira e Elizalde (2019, p. 7):

[...] o eurocentrismo funciona como um locus epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência local europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos.

Pode-se dizer, então, que é importante uma descolonização do conhecimento, a qual consiste exatamente em construir alternativas decoloniais nas ruínas do conhecimento (Mignolo; Oliveira, 2017). De tal forma que tem a finalidade de entender para transpor a lógica da colonialidade, por trás do discurso da modernidade, da estrutura de administração e do controle, surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e do avanço de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa, quanto entre este continente e as suas colônias (Mignolo; Oliveira, 2017).

Em outras palavras, significa pensar e produzir conhecimentos diversos, buscando se desprender do estrangeirismo e distanciar-se do eurocentrismo hegemônico, agindo como perspectiva superior de conhecimento (Silva; Baltar; Lourenço, 2018) e compreendendo a decolonialidade como um caminho a ser percorrido. De acordo com Santos; Araújo e Baumgarten (2016, p. 18) embasados em Santos (2010):

[...] a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que

as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone). As Epistemologias do Sul existem porque existem Epistemologias do Norte que se arrogam universais. O objetivo futuro consiste no reconhecimento de uma variedade enorme de epistemologias, a Ocidente e a Oriente, a Norte e a Sul, a nível local, global, nacional, em que as diferenças sejam horizontais e não verticais.

É importante (re)pensar as Epistemologias do Sul não apenas do ponto de vista geográfico, mas também na geopolítica do conhecimento. Assim, a opção decolonial é necessária ao voltar-se, entre outras coisas, para o aprender a desaprender, visto que há um considerável número de pessoas ao redor do mundo com perspectivas de pensamentos programados pela razão imperial/colonial (Mignolo, 2008). Portanto, faz-se urgente, em consonância com Maia (2015, p. 551) a compreensão de que o “[...] eurocentrismo produz uma limitação ao entendimento empírico e analítico de outras formas de atividade intelectual, gestadas em contextos periféricos”.

A colonialidade do ser, por sua vez, refere-se à experiência vivida de colonização, à subjetividade, à sexualidade, à raça e ao gênero (Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2003, 2010). Dessa feita, Mignolo (2010, p. 112) afirma que “[...] que a colonização do saber e do ser tem se constituído em utilizar o conhecimento imperial para reprimir as subjetividades”. Ou seja, tem como premissa a invisibilização e inferiorização de seres humanos. Fato esse presente no processo de colonização da região e que até a atualidade deixa marcas de invisibilização do amazônida, principalmente, das mulheres.

A colonialidade do ser representa, em síntese, uma forma de se degradar a existência de pessoas (Restrepo; Rojas, 2010). Constitui, segundo Silva *et al.* (2020, p. 47), “[...] aquela onde os efeitos da colonização são sentidos diretamente nos colonizados”. Acerca disso Figueiredo (2021, p. 68) ressalta que:

[...] os impactos das ações colonializantes afetam, no meu entender, todos os segmentos planetários. A colonialidade incide tanto no macro quanto no micro social. Compromete política, economia, cultura, ecologia, ciência, arte, religiosidade, relações cotidianas, familiares e sociais em geral. E, ao afetar as relações de poder, ressoa intensamente nas relações de saber. Lembro a célebre frase que ganha força em nosso século, “saber é poder”. Isto impacta impiedosamente as relações de “ser humano” em si, consigo, entre si, com a sociedade, na sociedade e a própria relação entre o ser e a natureza que lhe possibilita ser, existir.

Nesse sentido, conceber a existência de uma colonialidade na apropriação das subjetividades, da cultura e da produção do conhecimento é caminhar na direção de uma perspectiva de descolonização simbólica e material. Esta questiona as formas de domínio e de

apropriação das riquezas territorializadas que, por sua vez, manteve, e ainda mantém, a continuidade da modernidade ocidental (Assis, 2014). A ideia de descolonização remete a um (re)pensar sobre a quebra de valores, costumes e tradições colonializantes, bem como refletir acerca da significância do “tradicional”, “primitivo”, “ancestral” e, simultaneamente, compreender, de fato, o significado de revolução, progresso.

Para tanto, é urgente emergir pensamento e opções decoloniais voltadas para enunciação e para o engajamento da desobediência epistêmica e de uma lógica de desvinculação da matriz colonial com vistas a favorecer alternativas decoloniais (Mignolo; Oliveira, 2017). Tal perspectiva de vida e de sociedade demanda indivíduos, conhecimentos e instituições decoloniais, cuja meta, conforme Mignolo e Oliveira (2017, p. 14) “[...] não é dominar, mas esclarecer, ao pensar e agir, que os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global em que uma única opção é disponível; afinal, quando apenas uma opção é disponível, ‘opção’ perde inteiramente o seu sentido”.

Dentro de uma proposta mais ampla, uma transição evolucionária, a qualidade de vida requer a superação da colonialidade, o distanciamento dos pensamentos coloniais de saber e ser. Remete, portanto, a uma outra concepção, calcada no ideal da decolonialidade, ou seja, buscar “[...] romper com a lógica monológica da modernidade” (Maldonado-Torres, 2007, p. 162), isto é, segundo Ballestrin (2013, p. 105), “[...] emancipar-se das dominações do neocolonialismo”.

Pensar em opções decoloniais significa refletir sobre processos que favoreçam a desconstrução de uma verdade absoluta sobre a história do mundo (Mignolo, 2010). Significa trazer outras histórias múltiplas, vozes invisibilizadas e/ou apagadas pela narrativa europeia acerca da historicidade. Em virtude disso, Paim (2019, n.p.) menciona que:

[...] a decolonização dos saberes, poderes, seres e natureza se constitui para: a) buscar a desconstrução das metanarrativas sobre a modernização, racionalização e progresso procurando restaurar as vozes, as experiências, as identidades, as histórias dos subalternos e a importância das comunidades periféricas, as memórias coletivas, articular o sensível e o conceitual; b) desfazer a cultura do silêncio, as contradições opressor-oprimido rearticulando-as para superação das marcas profundas da colonialidade inscrita na memória social dos povos colonizados; c) o pensamento atuar como um semeador que semeia ideias e premissas preñes de indignação e esperança num mundo onde a vida seja a fonte, centro e fim da cultura de cuidado com o outro; d) romper com a invisibilidade dos ditos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas parando de tratá-los como crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos; e) romper com dicotomização que coloca de um lado a ciência, a filosofia e a teologia e, de outro, como menores e desqualificados, todos os conhecimentos que não seguem a racionalidade e cientificidade; f) pautar-se numa epistemologia que abrange todos os saberes estabelecendo as condições da sua produção e validação sem hierarquização; g) não desqualificar nenhum saber, embora considerando diferenças entre eles incluindo-os num repertório alargado de “ciências” ou de saberes científicos; h)

definir-se por pensamentos de fronteira como resposta crítica aos fundamentalismos exige um pensamento mais amplo que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda) e assim estabelecer um diálogo crítico entre os diversos projetos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal; i) levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados; j) lutar contra uma monocultura do saber, não apenas no campo teórico, mas na prática constante dos processos de investigação; k) lutar contra o desperdício da experiência que o ocidente impôs ao mundo pela força.

Refletir sobre as sociedades contemporâneas do ponto de vista da decolonialidade alude a um refletir e agir se contrapondo à hegemonia da colonialidade. Isso exige um trabalho político e atenção analítica voltada para uma desconstrução epistemológica. Para tanto, é necessária a abertura de caminhos para uma nova comunicação intercultural e para a troca de experiências e significados, embasada em uma outra racionalidade que confronte a estrutura moderna – colonial – do conhecimento que hoje sustenta as forças políticas de desocidentalização e reocidentalização (Mignolo, 2020), as quais competem por recursos naturais, poder militar e influência política.

A decolonialidade é um termo que emergiu da necessidade de ir além da ideia de que a colonização foi um acontecimento findado. Isto é, a colonização foi/é um processo contínuo, por isso, a necessidade de se pensar acerca dessa problematização (Oliveira; Lucini, 2020). Pode-se dizer que a decolonialidade significa, sobretudo, resistência e recusa (Desmarais, 2020). Remete a uma luta contínua contra as colonialidades impostas aos grupos subjugados.

Reis e Andrade (2018, p. 3) reforçam essa ideia ao afirmarem que:

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial.

Presente em forma de movimentos sociais, reivindicações e protestos, a decolonialidade significa a luta contra a colonialidade, a modernidade e o sistema-mundo moderno capitalista (Mignolo; Walsh, 2018). O pensamento decolonial⁴¹ refere-se a um pensar e agir contrários ao pensamento colonial, o qual ainda se constitui em um processo

⁴¹ Mendonza e Santos (2021, p. 274) ressaltam que “os teóricos decoloniais baseiam suas análises na colonização espanhola e portuguesa das Américas, que começou no século XVI e terminou no século XIX. O pensamento decolonial chama a atenção para as longas histórias do colonialismo espanhol e português, que tinham sido agrupadas como uma só nos debates coloniais que se concentravam exclusivamente no colonialismo britânico e francês”.

extenso e profundo, persistente nos dias de hoje, preconizando modos de pensar, ser e agir e, também, ajustando-se para manter seu domínio.

Não quer dizer, simplesmente, retirar o aspecto europeu das sociedades colonizadas ou, ainda, emancipar em termos políticos e econômicos, mas recuperar, reconstruir as epistemologias autóctones, assoladas pelo (neo)colonialismo. É retomar a cultura autóctone dentro da sua genuinidade e fidelidade epistêmica, um retorno às epistemologias originárias dos povos subservientes, em consonância com o que diz Mignolo (2017, p. 15), posto que:

A descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção. Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.).

A decolonialidade surge da experiência da colonialidade (Mignolo, 2017), e um dos seus objetivos é o de naturalizar os sujeitos em vez de modernizá-los. Isto é, na medida em que o discurso que concebeu a modernidade apartou ser humano e natureza, cultura e natureza e fez esquecer que todos os indivíduos – cujos corpos necessitam de água e alimentos – são natureza (Mignolo, 2017). Por isso, na atualidade, a ideia volta-se para a naturalização, e não para a modernização dos sujeitos. De acordo com Dimenstein *et al.* (2020, p. 4):

[...] o pensamento decolonial convoca o Sul global a formular conhecimentos situados, adequados ao seu contexto e aos seus povos, que não sejam simplesmente importados e adaptados do centro. Urgem esforços de aprender sobre o Sul com o Sul, indo além das teorias produzidas no Norte Global, conforme a proposta das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos (2009). Impera a busca pelo resgate das histórias, memórias, dores, línguas e saberes que dizem respeito ao lugar de enunciação dos sujeitos envolvidos (Martins; Benzaquen, 2017), sendo essa a proposta dos pensadores do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade. Contudo, nos lembram Martins e Benzaquen (2017) que, frente aos conhecimentos hegemônicos da Europa e demais países centrais do capitalismo, não devemos e nem podemos desconsiderar tudo que foi e é produzido nesses países, mas promover uma libertação de saberes e práticas outrora desvalorizados e invisibilizados.

Evidencia-se, por conseguinte, que a decolonialidade demanda desobediência epistêmica, a qual não se resume em uma opção de conhecimento, uma alternativa acadêmica, ou ainda, em um domínio de “estudo”, mas em uma opção de vida, de pensar e de agir (Mignolo, 2017). Tal qual formula Walsh (2013, p. 19):

[...] como metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado “re-existência”; pedagogias como

práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com.

O pensar decolonial volta-se para a emancipação de todos os tipos de domínio e repressão, em um diálogo interdisciplinar entre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais (Rosevics, 2017). Embasa-se na materialidade dos sujeitos negados que, a partir de uma postura crítica, de uma energia de resistência (atitude decolonial) (Dias; Abreu, 2019), buscam garantir suas vidas ante o projeto de exício da modernidade/colonialidade desde meados 1492.

É nesse campo de tensões entre perspectivas coloniais e decoloniais que se torna fundamental refletir sobre a dimensão de gênero. Destaca-se que o sistema colonial utilizou mecanismos e práticas discursivas para colonizar os nativos (homens e mulheres) e acabou por aplicar o conceito moderno de colonialidade ao dominar condutas e estabelecer normas (Lugones, 2008), evidenciando como se constituem tais indivíduos característicos da América Latina.

O sistema colonial, ao percorrer a lógica do eurocentrismo, define um padrão, isto é, o homem do ocidente é superior ao homem não ocidental. Nesse contexto, as mulheres não brancas, as nativas, são invisibilizadas nesse sistema (Lugones, 2008). Segundo Lugones (2014), a dicotomia central da modernidade colonial perpassa pela distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano, colonizador e colonizado/a, acompanhada por outras distinções, incluindo aquela entre homens e mulheres.

Essa diferenciação evidenciou o humano e a marca da civilização. Os ditos civilizados eram somente homens ou mulheres europeus. Em outras palavras, os indígenas, os africanos, os escravizados eram categorizados como não humanos, como animais indomáveis, conforme afirma Lugones (2014, p. 936):

[...] começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano e que foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês.

Assim sendo, o termo colonialidade remete a um refletir, também, acerca da colonialidade do gênero, situada para além do acesso sexual às mulheres (Lugones, 2014). Significa combater tal colonialidade de gênero que ainda persiste na desumanização, na classificação das pessoas e, simultaneamente, no processo de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (Lugones, 2014). O trabalho a ser feito, para Walsh (2013, p. 55) é “[...] atacar as condições ontológicas-existenciais e de classificação racial e de gênero; incidir e intervir em interromper, transgredir, desencaixar e transformá-las de maneira que superem ou desfaçam as categorias identitárias [...]”.

Tem-se por finalidade uma teorização de resistência (Lugones, 2014). Uma luta de resistência das mulheres em que seja possível contestar as formas de dominação “[...] para que assim sejam oportunizadas construções epistemológicas em que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivam múltiplas opressões possam ter outras oportunidades” (Gonçalves; Ribeiro, 2018, p. 5). Propõe-se, então, uma decolonização do gênero que é, necessariamente, uma *práxis* (Lugones, 2014), visando a uma transformação social, incluindo o aprender sobre “os povos” e suprir materiais que favoreçam as mulheres a compreenderem sua situação sem esmorecer a ela.

Dessa maneira, em vez de se pensar o sistema global capitalista colonial como bem-sucedido em todos os aspectos no aniquilamento dos povos, conexões, saberes e economias, é fundamental refletir acerca desse processo sendo, ainda, continuamente suportado e resistido até hoje. E, nessa lógica, pensar acerca da necessidade de superação da diferença colonial de gênero, que, para tanto, conforme Lugones (2008. 2014, p. 948), demanda um feminismo decolonial, na medida em que:

[...] o que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o *lócus* fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o *lócus* fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder.

Constitui-se em pensar em um viés de resistência mediante uma noção subalterna de si, do social, tudo enraizado em uma memória povoada. Significa, tal qual assinala Lugones (2014, p. 950), levantar, questões do tipo:

Como aprendemos umas das outras? Como faremos isso sem nos causar dano, mas com a coragem de retomar a tessitura do cotidiano que pode revelar profundas traições? Como nos entrecruzarmos sem assumir o controle? Com quem fazemos esse trabalho? O teórico aqui é imediatamente prático. Minha própria vida – as maneiras de usar meu tempo, de ver, de cultivar um pesar profundo – é animada por uma grande ira e dirigida pelo amor que Lorde, Emma Pérez e Sandoval nos ensinam. Como praticamos umas com as outras, engajando-nos em diálogo na diferença colonial? Como saber que estamos fazendo isso? [...].

É mover-se em um tempo de encruzilhadas, de enxergar umas às outras na desigualdade colonial, para, então, ser possível a construção de novas sujeitas de uma nova geopolítica feminista de saber e de amar (Lugones, 2014). Ou melhor, é refletir acerca das consequências do colonialismo na formação do sujeito colonizado e articulá-las à condição específica da mulher dentro desse cenário (Ferrara, 2019). É revelar o quanto as relações de poder e os mecanismos de opressão foram e ainda são diversos e atingem a sociedade, sobretudo, as mulheres, de maneira distinta, de acordo com suas categorizações e formas históricas de reprodução.

Pode-se falar em opressão como uma das consequências do colonialismo, fruto da dominação masculina, situando a mulher colonizada em uma condição de dupla opressão (Ferrara, 2019). As ideias dominantes procuravam naturalizar a posição superior do homem e generalizar tudo que se referia ao masculino, enquanto inferiorizavam e confinavam a mulher em suas subjetividades.

No contexto brasileiro, por exemplo, “[...] a mulher sempre foi relegada ao serviço do homem, ao silêncio, à dupla escravidão, prostituição ou a objeto sexual” (Bonnici, 2009, p. 266), indicando um legado colonial que relaciona a hipersexualização do corpo da mulher sujeito à sua nacionalidade. Assim, relacionar o pensamento decolonial com os estudos de gênero tem um duplo feito político: questionar a ocultação dos modos variados de expressão do ser mulher e revelar o elitismo do feminismo hegemônico (Dimenstein *et al.*, 2020), caracterizado conforme Ballestrin (2017, p. 103) como “[...] ocidental, branco, universalista, eurocêntrico e de Primeiro Mundo”.

Em conformidade com Dimenstein *et al.* (2020, p. 7), as epistemologias decoloniais de gênero também chamam a atenção para o fato de que:

[...] sustentou-se a ideia da universalidade da dominação patriarcal e de gênero, na qual todas as mulheres são afetadas da mesma maneira, como se a história fosse uma, no singular, tendo como sujeito um ser abstrato, geográfica e historicamente descontextualizado (Ballestrin, 2017). Tal compreensão tem justificado seu uso e manejo indiscriminado em diferentes contextos. Todavia, em se tratando de gênero, os feminismos subalternos denunciam a falácia da universalidade e apontam as diferentes formas de experienciar o ser mulher, incluindo em suas análises as relações de poder, classe, raça/etnia, geração, territórios, (inter) nacionalidade, dentre outros.

Analisar a decolonialidade e a questão das mulheres requer considerar o papel que o gênero ocupa nas experiências de colonialidade. Remete “[...] à necessidade de produzir epistemologias feministas no contexto latino-americano a partir de suas heterogeneidades e complexidades [...]” (Dimenstein *et al.* 2020, p. 8). Isto é, compreender o feminino, segundo Gomes (2018), não sob a lógica de um esquema hierárquico que prioriza a inferioridade da mulher, mas destacar a construção histórico-social do gênero.

Ressalta-se que a lógica hierárquica é embasada em um entendimento capitalista, eurocentrado e universal de gênero, o qual camufla o modo pelo qual, sobretudo, as mulheres colonizadas e não brancas foram sujeitas a domínios diversos e tratadas desprovidas de qualquer poder. Dimenstein *et al.* (2020, p. 9) argumentam que:

[...] com os processos de dominação colonial, observa-se a transformação da vida dos povos tradicionais e, consequentemente, a inferiorização das mulheres. O colonizador branco, ao invadir esses espaços, traz consigo uma forma específica de relação social que induz os homens colonizados a ocuparem papéis patriarcais. O machismo aparece nas comunidades como um mecanismo compensatório fruto da opressão racial. Assim, o gênero masculino se constitui à custa do gênero feminino e cria as condições materiais necessárias para a sujeição das mulheres aos homens.

Assim sendo, gênero e raça foram concepções coloniais impostas com o propósito de enfatizar as raças e compor as sociedades colonizadas, objetivando à imitação de hábitos e costumes europeus (Ballestrin, 2017), pensamentos que permanecem vigentes até a atualidade.

Diante do exposto, os estudos feministas decoloniais mostram que as relações sociais não são estáticas, nem unidirecionais, posto que estão em movimento constante. Daí a importância de se buscar estratégias de resistência e de se distanciar daquilo que é prevalente (Lugones, 2014). Nessa lógica, Nogueira e Albuquerque (2020, p. 194) entendem a decolonialidade como:

[...] uma corrente de pensamento pautada no sentimento de liberdade, respeito e alteridade a todos os seres, independentemente de sua raça, credo ou lugar, voltada para o enfrentamento a todo tipo de exclusão, preconceito, racismo, e que, como

opção e ação política, nos impulsiona a superar toda e qualquer forma de opressão advinda do processo colonizador europeu.

Isto posto, a perspectiva feminista decolonial propõe pensar as mulheres como impulsionadoras de libertação, emancipação e transformação, capazes de resistir e contrapor-se à herança colonial (Dimenstein *et al.*, 2020). Assim como promover reinterpretações para compreender o gênero como categoria situada histórica e geograficamente e construtora de identidades feministas subalternas (Ballestrin, 2020).

Simultaneamente, a colonialidade de gênero ainda persiste em práticas cotidianas, no entanto, é possível restabelecer e subverter fronteiras instituídas. O pensamento de fronteira constitui-se como uma epistemologia decolonial que nasce nos modos de saber do colonizado (Mendonza; Santos, 2021). Na ótica de Mendonza e Santos (2021, p. 262), ele “[...] transcende pensamentos binários e dicotômicos para recuperar os conhecimentos subjugados das garras do eurocentrismo”.

Para este estudo, a concepção de decolonialidade perpassa pela capacidade de os agentes sociais, sobretudo, das mulheres, interpretar sua própria história, valores e interesses comuns, em que a invisibilidade, o “não visto”, “não pensado”, “não ouvido”, possibilite, de fato, o “ver”, “pensar” e “ouvir” as realidades silenciadas, as vozes historicamente negadas, marginalizadas à modernidade hegemônica.

Pode-se dizer que os estudos de cunho decolonial, com foco nas mulheres, constituem-se motivo de inspiração à diversidade feminina no continente americano como um todo, situadas, muitas vezes, em situações e relações de submissões diversas e comumente sobrepostas relacionadas à classe, à raça, à etnia, à cultura, à orientação sexual, à nacionalidade e à geografia. É para Miñoso, Correal e Muñoz (2014, p. 32) “[...] *un trabajo de revisión crítica del papel y la importancia que han tenido las mujeres en la realización y resistencia de sus propias comunidades*”.⁴²

Discutir decolonialidade dentro da perspectiva de gênero significa “[...] pensar como as normas de gênero fazem parte da colonialidade do poder, do saber e do ser” (Mendes; Fonseca, 2020, p. 86). É refletir sobre a consciência da mulher subalterna para entender o seu silenciamento frente ao poder e à imposição masculina, conforme aduzem Mendes e Fonseca (2020, p. 94):

⁴² “[...] um trabalho de revisão crítica do papel e importância que as mulheres tiveram na realização e resistência de suas próprias comunidades”.

Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino. Dessa maneira, na busca por aprender a falar (ao invés de ouvir ou falar por) historicamente, “o assunto emudecido da mulher subalterna é sistematicamente esquecido pelo intelectual pós-colonial”.

Usar o gênero como categoria de análise decolonial conduz, segundo Lara (2013), a um (re)pensar sobre como as mulheres, em especial, as colonizadas, ainda permanecem como pessoas excluídas da sociedade e da cultura dominante. Reforça a necessidade de as mulheres obterem visibilidade e seus “lugares de fala” para além da dominação masculina. Compreender como a decolonialidade e o gênero adentram as pautas eurocêntricas hegemônicas do contexto latino-americano e como elas são impulsionadas e adequadas às mulheres que padecem com a restrição patriarcal e colonial.

Mendes e Fonseca (2020, p. 96) corroboram com essa ideia ao afirmarem que:

A situação das mulheres colonizadas se distingue pelo fato de terem sofrido e sofrerem com a colonização das grandes metrópoles e também por sofrerem o colonialismo interno. Ou seja, essas mulheres foram condicionadas a um padrão de comportamento e de vida distante de sua cultura e esse padrão foi/é reproduzido na nova sociedade imposta pelo Ocidente.

O debate teórico acerca de decolonialidade e gênero destaca a necessidade de superação da supremacia masculina e das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, tal como a superação das formas de opressão tanto ideológicas como materiais vividas por elas (Bezerra, 2018). Ofertar uma desconstrução e um rompimento com o “padrão” colonial europeu, nas discussões teóricas, proporciona visibilidade e reflexão na tentativa de transpor hierarquias e poderes coloniais, simultaneamente, favorecendo para as investigações que tratam da abordagem de gênero.

De acordo com Mendonza e Santos (2021, p. 264):

[...] teorias anticoloniais são definidas por critérios ligados a projetos políticos que levam à decolonização. Mas as perguntas: quais critérios e quais projetos políticos levam à decolonização? O que conta como decolonização? E quais práticas conseguem desafiar o colonialismo e a colonialidade? São debatidas incessantemente. Alguns sugerem que o objetivo da teoria feminista anticolonial é principalmente analisar e desafiar impulsos imperialistas e colonizadores dentro das teorias feministas dominantes. Outros sugerem que a teoria anticolonial deve influenciar práticas políticas no terreno. Algumas estudiosas feministas anticoloniais investigam as relações entre raça, gênero e colonização e entre raça, gênero e o Estado-nação moderno.

Muito além de uma política identitária, uma moda passageira a ser superada por teorias mais sofisticadas ou, simplesmente, qualificadas como feminismos “de mulheres de cor” (Mendonza; Santos, 2021), a perspectiva feminista anticolonial envolve o resgate do trabalho teórico feito por mulheres colonizadas que ainda resiste ao capitalismo global e ao neocolonialismo. Acerca disso, Lima (2016, p. 57) afirma que:

Quando nos referimos às mulheres colonizadas, não pensamos apenas nas mulheres que vivenciaram o período colonial, mas em todas aquelas que, mesmo vivendo no período posterior à colonização, continuaram e continuam sofrendo as consequências da violência simbólica, cultural e política da colonização sobre seus corpos, suas vidas e seus processos de formação, sentindo o peso do racismo, do patriarcado e da inferiorização imposta às mulheres das antigas colônias europeias no Sul da América, África e Ásia.

O estabelecimento de um sistema de gênero europeu teve consequências acentuadas nas relações entre homens e mulheres no território colonial, ocasionando forças letais contra mulheres indígenas, escravizadas e mestiças pobres, destacando a relação entre o gênero e a lógica genocida da colonialidade do poder (Lugones, 2008; 2014; Cusicanqui, 2010; Segato, 2012). Tal lógica imposta pelos colonizadores furtou dos colonizados não só a condição de humanos, mas também a condição de seres possuidores de gênero. Destituídos de humanidade e de gênero, os povos colonizados eram exploráveis e descartáveis.

Daí a importância de estabelecer relações entre o pensamento decolonial e as questões de gênero, pois, conforme argumentam Mendonza e Santos (2021, p. 284):

[...] a lógica racializante introduzida nas Américas em 1492 fez muito mais do que estruturar uma relação entre colonizador e colonizado; ela estabeleceu formas de pensar e modos de poder que moldaram e continuam a moldar as relações sociais e políticas que permeiam todos os aspectos da vida. Reconhecer a profunda influência da racialização e da atribuição de gênero é essencial para um entendimento adequado do passado, para os esforços de transformar o presente e para as estratégias de visionar e produzir um futuro diferente.

Logo, a abordagem decolonial se propõe a recuperar o legado crítico de mulheres e das feministas da América Latina, as quais apontaram, e ainda apontam, a questão de sua invisibilidade dentro seus movimentos e realidades, destacando a importância que têm e tiveram na realização e na resistência de suas comunidades. Portanto, é fundamental que haja a articulação e o comprometimento, segundo Espinosa-Miñoso, Correal e Muñoz (2014).

Entende-se que há uma multiplicidade de lugares e modos de expressão (ou de silenciamento) que revelam a diversidade de fatores que forjam uma cadeia de violências e opressões que impactam, direta e indiretamente, as mulheres. Logo, um olhar decolonial de

gênero, sobretudo, no contexto amazônico, faz-se necessário a fim de se pensar em estratégias de resistência e dar luz e voz às mulheres amazônidas em resposta aos modelos coloniais instituídos. Nesse sentido, Simonian (2011, p. 4) afirma que:

Já na era pré-colonial, muitas cacicas e princesas existiram. E foi uma das rainhas das Amazonas ou Icamiabas – a Coñorí – a que mais sucesso fez no imaginário europeu (Carvajal [1540-1542], 1941, p. 12). Conforme os registros do início da colonização europeia, ela vivia numa cidade que reluzia ouro e tinha um séquito de mulheres nobres (*sic*), [...] servindo-se [...] em baixelas de ouro e prata [...]. Assim, mulheres fortes viveram desde muito nessa região, fossem da elite, do povo, de etnias diversas etc.

Voltar-se, portanto, para um feminismo decolonial na Amazônia, considerando suas mulheres, que evidenciam outros modos de viver possibilita a construção de um novo olhar – decolonial – que alcance um pensamento construído a partir da e para a Amazônia, com fontes produzidas nela. Não, exclusivamente, partindo de intelectuais acadêmicos, mas de outros sujeitos de conhecimento, como as mulheres pescadoras, balateiras, pajés, quilombolas, indígenas, urbanas, ribeirinhas, dentre outras, com seus saberes, conhecimentos, fazeres, resistências e afirmações. Sobre essa questão, Colling (2014, p. 107-108) reitera que:

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária, é resgatar a dívida com a memória. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos.

A região amazônica, tal qual um campo de conhecimento, ainda continua desconhecida. Prevalece um obscurantismo de sua formação sociocultural no que tange à vida de seu povo, modos de viver e seus arranjos materiais e imateriais (Barros, Torres; Soares, 2018). É necessário permitir ao povo dos trópicos úmidos brasileiro falar, escancarar suas tradições e seus sistemas simbólicos, sem disfarces, isto é, sua vida decolonizada, em particular, as mulheres amazônidas.

Nessa direção, observa-se que, na pesquisa em questão, o turismo configura-se uma atividade importante para os estudos científicos, visto que o ser humano, nesse caso, a mulher, é o elemento central, na medida em que “[...] a integração turismo e gênero vem se tornando possível, e por isso essas demandas científicas devem se apresentar em aberto para que outros e outras pesquisadores (as) possam adentrar ao tema, e garantir uma ampla conceituação para a atividade turística” (Alberto, 2021, p. 58).

Desse modo, os estudos de gênero vêm adquirindo uma configuração importante em diferentes áreas do conhecimento, entre elas, o turismo. Nessa realidade, a seguir será apresentada uma discussão teórica integrando o gênero e o turismo, embasada em diversos estudos (Ferguson, 2011; Alarcón; Mullor, 2018; Rinaldi; Salerno, 2020; Figueroa-Domecq; Jong; Williams, 2020) e documentos que tratam dessa relação.

3.2 As relações de gênero e suas interseccionalidades no contexto do Turismo

A análise de gênero é o caminho pelo qual se obtém as informações sobre as diferenças entre mulheres e homens (Alarcón; Mullor, 2018). Constitui-se um fim indispensável para findar estereótipos e criar condições necessárias para que os indivíduos possam tomar decisões e desenvolver-se individual e socialmente, independentemente do que seja instituído por concepções de gênero.

Pode-se dizer que a busca pela igualdade de gênero está para além da equidade entre os indivíduos ou da obtenção de um novo papel para a mulher na sociedade. É imprescindível pensar em uma isonomia substantiva na vida social, na qual as pessoas das múltiplas etnias, orientação sexual e identidade de gênero possam viver sem submissões (Santos; Oliveira, 2010). O que, na ótica de Cisne (2004, p. 116), “[...] implica considerar que as significações atribuídas ao feminino e masculino são desenvolvidas nas interfaces das relações sociais mais amplas [...]”, possibilitando uma mediação do gênero com outras dimensões.

Historicamente, os direitos femininos há muito são uma questão-chave para o desenvolvimento e para a política global. Assim sendo, em 10 de dezembro de 1948, houve um marco na positivação dos direitos humanos na esfera internacional (Baez; Barreto, 2009), devido à instituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e declarada pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU)⁴³.

O documento proclamou o direito à igualdade perante a lei e ao gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais “[...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 1948, n.p.). Com a criação de instrumentos de amparo aos direitos humanos, como a ONU, possibilitou-se que as questões acerca das mulheres passassem a ser adicionadas no âmbito de uma agenda internacional.

⁴³ A ONU foi criada em 1945 em um contexto no qual humanidade sofreu substanciais violações de direitos humanos em decorrência das duas grandes guerras mundiais e de todas as consequentes mazelas e violações. Para Baez e Barreto (2007, p. 20), sua criação “[...] marcou o início da codificação, reconhecimento, defesa e promoção dos direitos humanos na esfera internacional”.

Pecequillo (2007, p. 167) afirma que:

[...] os direitos humanos, por exemplo, tornaram-se uma questão muito mais relevante nas relações internacionais e, à medida que adquiriram uma dimensão de gênero, são diretamente relevantes para a análise do papel dos Estados e dos outros atores, em promover ou negar os direitos para mulheres. Isso ocorre na arena política mais ampla, assim como em áreas de maior disputa, como o casamento e a lei de família, a contracepção e o aborto, as políticas para o emprego feminino e as respostas para o estupro e as outras formas de violência contra a mulher. [...] o mínimo que pode ser dito é que políticas diferentes, sejam elas militares ou econômicas, podem ter efeitos variados sobre os homens e as mulheres e que qualquer suposição de neutralidade de gênero é discutível.

Entende-se que antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos realizaram-se várias convenções no âmbito da ONU com relação à temática das mulheres, das quais se destacam: a I Conferência Mundial da Mulher, ocorrida na Cidade do México em 1975; a II Conferência Mundial da Mulher em Copenhague nos anos de 1980; a III Conferência Mundial da Mulher em Nairobi em 1985; a IV Conferência Mundial da Mulher realizada em Pequim em meados de 1995; e as Conferências Beijing+5 e Beijing+10 (Silva, 2013). Ademais, a ONU declarou o período entre os anos 1975 e 1985 como a Década da Mulher.

Como consequência desses esforços, foram produzidos, também, importantes documentos, muitos provenientes das Conferências (World, 2010, Prá; Epping, 2012, Vita; Almeida, 2017): *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW)⁴⁴ (1979), a Declaração de Viena (1993), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Declaração de Beijing (1995) e o Protocolo Facultativo à CEDAW (1999).

Nos anos 2000, a ONU realizou um evento denominado Cúpula do Milênio, ocasião em que os Estados-membros presentes assinaram a declaração na qual foram elencados oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴⁵, com um prazo para seu alcance em 2015. Foi projetado que dois desses objetivos, o empenho para promover a igualdade entre os gêneros, bem como a autonomia das mulheres (terceiro objetivo) e a melhoria da saúde das gestantes (quinto objetivo). Para Prá e Epping (2012, p. 38).

[...] as Metas do Milênio servem para reiterar a tônica de estratégias já definidas nas Conferências de Viena e do Cairo, nos compromissos e nas recomendações de Copenhague, na Plataforma de Ação de Beijing e no CEDAW. Reiteram, ademais, a

⁴⁴ No Brasil, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi promulgada pelo Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>.

mudança qualitativa no tratamento dos direitos humanos e da cidadania feminina, registrada em documentos resultantes de conferências gerais e das exclusivas sobre mulheres. Em suma, fruto dos espaços de participação, reivindicação, cooperação e representação por elas conquistados.

Em 2010, foi criada a ONU Mulheres⁴⁶, oriunda das Nações Unidas, entidade voltada para a igualdade de gênero e para o empoderamento feminino. Vicente (2016) e Vita e Almeida (2017) apontam que o seu surgimento ocorreu em decorrência do comprometimento da Organização para com a realidade das mulheres e a desigualdade de gênero no contexto global.

Assim, com base nas políticas globais de gênero e suas interfaces, é importante refletir acerca da atividade turística e seus desdobramentos para as mulheres, uma vez que o turismo é uma atividade altamente baseada em gênero, fazendo, inclusive, uso dele como *marketing* turístico (Ferguson, 2011, Rinaldi; Salerno, 2020; Figueroa-Domecq *et al.* 2020). Para Alárcon e Mullor (2018, p. 32), “[...] *en la medida que el trabajo turístico se caracteriza por una fuerte feminización de su fuerza de trabajo, dotarse de una mirada de género es imprescindible*”.⁴⁷

Para a Organização Mundial do Turismo e para a ONU Mulheres (2011, p. 2 *apud* Alárcon; Mullor, 2018, p. 13), o turismo é uma fonte de emprego intensiva para mão de obra feminina, sobretudo, em países em desenvolvimento com profundas limitações a serem superadas.

*El turismo presenta una gran variedad de oportunidades de generación de ingresos para las mujeres tanto en empleo formal como informal. Los trabajos en el turismo son a menudo flexibles y pueden ser realizados en distintos lugares tales como el trabajo, la comunidad y el hogar. Además, el turismo genera una amplia gama de oportunidades para las mujeres a través de las complejas cadenas de valor que crea en la economía de destino. También se sabe los desafíos a los que enfrentan las mujeres en el turismo. Las mujeres a menudo se concentran en empleos de bajo estatus, mal pagados y precarios.*⁴⁸

As mulheres compõem a maior parte da força de trabalho da atividade turística (UNWTO, 2010; 2021; Ferguson, 2011; Alárcon; Mullor, 2018; Rinaldi; Salerno, 2020;

⁴⁶ Fonte: <https://www.unwomen.org/en>.

⁴⁷ “[...] na medida em que o trabalho turístico é caracterizado por uma forte feminização de sua força de trabalho, ter uma perspectiva de gênero é essencial”. (Tradução nossa).

⁴⁸ [...] “O turismo apresenta uma ampla variedade de oportunidades de geração de renda para mulheres em empregos formais e informais. Os empregos no turismo costumam ser flexíveis e podem ser realizados em uma variedade de ambientes, como trabalho, comunidade e casa. Além disso, gera uma ampla gama de oportunidades para as mulheres por meio das complexas cadeias de valor que cria na economia de destino. Os desafios enfrentados pelas mulheres no turismo também são conhecidos, pois estão, frequentemente, concentrados em empregos de baixo *status*, baixa remuneração e precários” (Tradução nossa).

Figuerola-Domecq *et al.*, 2020). No entanto, tendem a se concentrar nos empregos de baixa remuneração e de menor *status* e qualificação. Ainda segundo UNWTO (2021), as mulheres desempenham uma quantidade considerável de trabalho não remunerado em empresas de turismo familiar.

Nesse sentido, as informações acerca do Primeiro Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (UNWTO, 2010, p. 65) apontam que:

*Not all the news is good. Women are not as well represented at the professional level as men. Women are still not being paid as much as men and they are not receiving the same level of education and training in services as men are. The results vary dramatically by region and country. The Caribbean is doing well at providing equal pay for women in tourism but less well at getting women in tourism ministerial positions. Latin America is doing well at training women in services but less well in having women as tourist board CEOs. Africa is doing well with women in tourism ministerial positions but the region does least well on women in tertiary teaching, women service graduates, and getting women into business leadership positions. Asia does well on the percentage of professional women in tourism, but it has the lowest overall participation of women in the H&R sector. Oceania does well on women tourism business leaders. Significant improvements are needed in the monitoring of employment information before further analysis can take place.*⁴⁹

O Relatório enfatiza, igualmente, os riscos e os desafios das mulheres de atuarem no turismo, tais como: trabalho de baixo *status* (o que implica em baixa remuneração), estereótipos de gênero, desigualdade, vulnerabilidades com relação à discriminação e à exploração sexual. O documento ressalta que nem todo emprego no turismo é desejável ou resulta em fortalecimento econômico, a maioria é informal (UNWTO, 2010). Os dados sobre emprego demonstram que o foco não é apenas o emprego das mulheres ou a igualdade de tratamento no ambiente laboral, mas na necessidade de se ter trabalho produtivo para ambos os gêneros em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana equitativas.

A síntese dos resultados dos indicadores de turismo pesquisados por continente para a construção do primeiro Relatório Global (2010) aponta os benefícios oriundos da atividade e

⁴⁹ “Nem todas as notícias são boas. As mulheres não estão tão bem representadas em nível profissional no setor da hotelaria e restauração como os homens. As mulheres ainda não recebem tanto quanto os homens e não recebem o mesmo nível de educação e treinamento em serviços que os homens. Os resultados variam, dramaticamente, por região e país. Os dados limitados disponíveis sugerem que o Caribe está se saindo muito bem em termos de remuneração igual para mulheres no turismo, mas menos em conseguir que ocupem cargos ministeriais de turismo. A América Latina está indo bem no treinamento de mulheres em serviços, mas não tão bem em tê-las como CEOs de conselhos de turismo. A África está se saindo bem com mulheres em cargos ministeriais de turismo, mas a região deixa a desejar com relação às mulheres no ensino superior, com diplomadas em serviço e em posições de liderança empresarial. A Ásia tem um bom desempenho na porcentagem de mulheres profissionais no turismo, mas tem a menor participação geral de mulheres no setor de Hotelaria e Restaurante. A Oceania se dá bem com as mulheres líderes do turismo. Melhorias significativas são necessárias no monitoramento das informações de emprego antes que uma análise posterior possa ser realizada” (Tradução nossa).

os principais pontos enfrentados pelas mulheres, tais como: emprego, empreendedorismo, educação, liderança e comunidade (Reis, 2018). No caso específico da América Latina, as mulheres constituem-se na maior quantidade de mão de obra empregada.

A força feminina ocupa uma posição de destaque no fazer turístico em todo o mundo. Para a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2010, p. 65):

*The capacity of tourism to empower women socially, politically, and economically is particularly relevant in developing regions where women may face the greatest hardships and inequalities. This report highlights the important role that tourism plays in challenging cultural stereotypes, empowering women politically and economically, and providing income-generating opportunities for women.*⁵⁰

O relatório identifica cinco principais áreas para atuação ativa feminina no turismo, a saber: emprego, empreendedorismo, educação e treinamento, liderança e comunidade. Foram elaboradas metas para cada uma dessas áreas e desenvolvidos onze indicadores em uma primeira tentativa de monitorar a situação atual das mulheres na atividade.

As conclusões do relatório evidenciam que ainda existem desafios para atingir a igualdade, pois os dados apontam que as mulheres não estão tão bem representadas no âmbito profissional como os homens. Em termos salariais, recebem menos, assim como não obtêm o mesmo nível de ensino e treinamento em serviços. Essas conclusões variam, dramaticamente, por região e País.

Segundo os dados obtidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano 2022, com relação à região Norte do Brasil⁵¹, em termos de número de trabalhadores no setor formal do turismo, quantitativo por gênero masculino e feminino, no período de 2012 a 2019, apresenta-se o seguinte panorama no Quadro 6 a seguir.

⁵⁰ “A capacidade do turismo de empoderar as mulheres social, política e economicamente são, particularmente, relevantes em regiões em desenvolvimento onde as mulheres podem enfrentar as maiores dificuldades e desigualdades. Esse relatório destaca o importante papel que o turismo desempenha em desafiar os estereótipos culturais, empoderar as mulheres política e economicamente e fornecer oportunidades de geração de renda para as mulheres” (Tradução nossa).

⁵¹ Os estados que compõem a região Norte do Brasil são: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Quadro 6 – Proporção de trabalhadores no Turismo na região Norte – período 2012 a 2019

Todas as ACT ⁵²									
UF	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Acre	Masculino	858	778	894	892	852	851	867	750
	Feminino	845	743	873	876	925	905	898	792
Amapá	Masculino	965	829	878	907	912	902	931	869
	Feminino	866	836	903	888	897	895	882	791
Amazonas	Masculino	6.967	6.743	6.817	6.625	6.440	6.849	7.255	6.795
	Feminino	4.975	4.277	4.655	4.644	4.702	4.835	4.964	4.682
Pará	Masculino	9.392	8.596	9.173	9.216	9.304	9.212	9.325	9.259
	Feminino	7.168	6.752	7.372	7.429	7.512	6.981	6.933	6.970
Rondônia	Masculino	2.331	2.242	2.197	2.099	2.202	2.191	2.217	2.185
	Feminino	2.763	2.515	2.683	2.714	2.929	2.940	2.975	2.997
Roraima	Masculino	572	673	739	730	808	816	815	808
	Feminino	630	593	694	670	768	778	792	783
Tocantins	Masculino	1.483	1.544	1.744	1.737	1.746	1.638	1.683	1.787
	Feminino	1.557	1.453	1.659	1.727	1.909	1.844	1.898	2.013

Fonte: Adaptado pela autora com base no IPEA (2022).

Conforme Quadro 6, os números apontam que o quantitativo de mulheres atuantes na atividade turística vem se expandindo no decorrer dos anos, em diversos estados da região Norte brasileira, destes, o que absorve maior o quantitativo de empregadas é o Pará, seguido por Amazonas. Numa dimensão geral do turismo, a participação das mulheres no total de empregados das atividades características do turismo, no território brasileiro, é de 49% (Minasi; Mayer; Santos, 2022). Especificamente, a região Norte é responsável por 7% das ocupações no Brasil e 6% na economia nacional (IPEA, 2015). Com relação ao trabalho formal no setor do turismo paraense, o Quadro 7 apresenta que:

⁵² Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022), as Atividades Características do Turismo possuem a sigla ACT e representam um conjunto de atividades no qual estão concentrados a maior parte dos gastos dos turistas.

Quadro 7– Perfil por gênero do trabalho formal no Turismo no estado do Pará – período 2016 a 2019

ACT	Gênero	2016	2017	2018	2019
Alojamento	Masculino	2.353	2.360	2.455	2.394
	Feminino	4.062	3.915	3.879	3.896
Subtotal		6.415			
Alimentação	Masculino	7.083	7.169	7.093	7.188
	Feminino	8.181	8.029	7.922	7.734
Transporte terrestre	Masculino	2.562	2.388	2.330	2.106
	Feminino	424	354	313	271
Transporte aquaviário	Masculino	1.216	1.376	1.292	1.290
	Feminino	314	361	275	308
Transporte aéreo	Masculino	568	535	535	517
	Feminino	249	195	193	197
Aluguel de transportes	Masculino	1.196	1.329	1.311	1.389
	Feminino	339	314	336	408
Agência de viagem	Masculino	395	407	362	381
	Feminino	410	382	346	343
Cultura e lazer ⁵³	Masculino	968	938	470	360
	Feminino	729	732	335	268

Fonte: Adaptado pela autora com base no IPEA (2022).

Os dados expostos no Quadro 7 evidenciam que, no setor formal do turismo paraense, amplia-se a presença feminina em detrimento da masculina em atividades que envolvam alojamento e alimentação. Além de uma participação menos expressiva em atividades relacionadas ao transporte aéreo e terrestre. Esses resultados reforçam, segundo as palavras de Minasi, Mayer e Santos (2022, p. 14). que “[...] de maneira geral, as mulheres são maioria nas carreiras e atividades tradicionalmente associadas aos papéis atribuídos à mulher no ambiente doméstico e na sociedade, como nos serviços de alimentação e hospedagem [...]”.

Entende-se, ainda, com esta análise que o público feminino representa a minoria nas atividades, socialmente, sistematizadas como específicas do trabalho masculino, por exemplo, atividades que envolvam os transportes. No que concerne à caracterização da informalidade e à divisão sexual do trabalho no turismo, os dados a seguir, levantados no IPEA (2022), estão relacionados, especificamente, ao estado do Pará (Quadro 8), e parte dele constitui o *locus* da pesquisa em questão. Assim, se observa que:

⁵³ Tratam-se de atividades recreativas, culturais e desportivas (IBGE, 2012)

Quadro 8 – Perfil por gênero do trabalho informal no Turismo no Estado do Pará – período 2016 a 2019

ACT	Gênero	2016	2017	2018	2019
Alojamento	Masculino	527	1.164	1.759	683
	Feminino	1.286	1.246	1.599	1.409
Alimentação	Masculino	10.456	10.454	12.277	13.638
	Feminino	15.116	13.501	15.568	19.979
Transporte terrestre	Masculino	9.377	9.928	10.812	12.743
	Feminino	370	549	590	642
Transporte aquaviário	Masculino	1.820	1.708	1.458	1.488
	Feminino	97	53	40	206
Transporte aéreo	Masculino	190	-	77	-
	Feminino	-	-	-	-
Aluguel de Transportes	Masculino	13	883	176	1.030
	Feminino	79	31		256
Agência de viagem	Masculino	804	1003	3.062	1.374
	Feminino	267	294	450	726
Cultura e lazer ⁵⁴	Masculino	1.290	910	969	1.175
	Feminino	538	409	603	540

Fonte: Adaptado pela autora com base no IPEA (2022).

Nota-se que no que tange a informalidade no turismo, conforme Quadro 8, as atividades que as mulheres mais desempenham relacionam-se ao alojamento, composto, basicamente, por equipamentos hoteleiros e similares. No setor de alimentação, referem-se a restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas. Observa-se, ainda, que, nas atividades referentes ao transporte aéreo e aluguel de transportes, não foram levantados dados numéricos acerca da atuação feminina na informalidade das respectivas atividades. Destaca-se, também, que não foram encontrados dados no IPEA (2022) por Atividades Características do Turismo referentes à informalidade no setor no ano de 2015.

No que diz respeito à remuneração salarial, os dados dos trabalhadores do turismo, no estado Pará, referentes ao período de 2015 a 2019, segundo o IPEA (2022), apresentam a seguinte composição quanto à divisão sexual por gênero (Quadro 9):

⁵⁴Tratam-se de atividades recreativas, culturais e desportivas (IBGE, 2012).

Quadro 9 – Remuneração salarial dos trabalhadores do turismo no Estado Pará, mercado formal, período 2015 a 2019

Todas ACTs						
Gênero	Remuneração em SM	2015	2016	2017	2018	2019
Masculino	Até 2 SM	5.919	6.300	6.288	6.287	6.789
	2,01 a 3,0 SM	1.955	1.842	1.869	1.901	1.577
	3,01 a 5,0 SM	1.074	963	866	936	732
	5,01 SM ou mais	268	199	189	201	161
	Até 2 SM	6.512	6.726	6.271	6.152	6.300
Feminino	2,01 a 3,0 SM	595	504	482	541	457
	3,01 a 5,0 SM	244	213	166	184	158
	5,01 SM ou mais	78	69	62	56	55

Fonte: Adaptado pela autora com base no Ipea (2022).

Os dados anteriores tabulados sinalizam que o público feminino, maiormente, quando se tratam de proventos de até 2 salários-mínimos, apresentam um quantitativo mais elevado, no decorrer dos anos, quando comparado ao público masculino, aspecto que, para Minasi, Mayer e Santos (2022, p. 4), significa dizer que: “[...] a proporção de mulheres somente é mais alta nas faixas salariais mais baixas”.

No tocante à remuneração acima de 5 salários-mínimos ou mais, esse número de mulheres que recebem essa quantidade de proventos salariais reduz quando comparado ao quantitativo de homens no mesmo período.

[...] no setor de turismo ocorre discriminação salarial com prejuízo para a mulher, sendo importante a implantação de políticas públicas específicas para a valorização da mão de obra feminina e de melhoria na qualidade da educação, pois, segundo Beni (2003), o setor turístico comparativamente requer mais trabalho qualificado. Portanto, é necessário criação de instrumentos que minimizem esta discriminação (Guimarães; Silva, 2015, p. 154).

Essa assimetria expressiva remete ao entendimento de que as desigualdades entre mulheres e homens, em termos salariais, pelo desenvolvimento da mesma atividade laboral no turismo e de outros setores são visíveis. A existência de disparidades de remuneração entre os gêneros masculino e feminino no mercado de trabalho no setor é notável. As mulheres recebem menores rendimentos salariais que os homens, executando, na maioria das vezes, as mesmas funções e possuindo o mesmo nível de qualificação profissional.

As análises aqui apresentadas ratificam que a participação feminina na atividade produtiva do turismo, seja em âmbito nacional ou regional, é real e precisa ser debatida e repensada social e academicamente. Em síntese, os dados quantitativos expostos coadunam com as principais conclusões do primeiro Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (UNWTO, 2010), as quais são:

- a) as mulheres constituem uma força expressiva de trabalho formal do turismo;
- b) elas apresentam uma favorável representação em empregos de nível administrativo e de escritório, mas necessitam avançar em níveis profissionais;
- c) elas ganham na atividade, em média, de 10% a 15% menos do que os homens;
- d) o setor possui quase duas vezes mais empregadas do que outros setores da economia;
- e) um em cada cinco cargos de ministro de turismo no mundo são ocupados por mulheres;
- f) elas representam uma proporção significativa no empreendedorismo turístico;
- g) elas realizam grande parte do trabalho não remunerado em empresas de turismo familiar.

No segundo Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (UNWTO, 2019), a situação das mulheres no setor é abordada nas mesmas cinco áreas temáticas da primeira edição do documento datado de 2010. O documento fundamenta-se em uma combinação de análise quantitativa, revisão da literatura e 25 estudos de caso aprofundados de 18 países do globo. Investiga tendências na África, na Ásia, no Pacífico, na América Latina, no Caribe e na Europa e em quatro principais âmbitos do turismo: a) plataformas digitais e tecnologia; b) hotéis e acomodações; c) operadoras de turismo; e d) turismo comunitário.

O documento faz, ainda, um balanço de como a situação evoluiu desde o estudo de 2010, analisando a contribuição do turismo para a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Ferguson, 2011), mais especificamente para o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento econômico, político e social de todas as mulheres e meninas. De acordo com a UNWTO (2019, p. 8):

[...] Tourism has a pivotal role to play in achieving the commitments at the heart of the 2030 Agenda for Sustainable Development – including commitments to gender equality, women’s empowerment and leaving no one behind. The aim of the Global Report on Women in Tourism – Second Edition, is to examine the key factors that contribute to gender equality in the tourism sector. It pinpoints challenges and identifies ways to mitigate inequality and harness tourism’s potential to advance gender equality and women’s empowerment worldwide.⁵⁵

⁵⁵ “[...] o Turismo tem um papel central a desempenhar no cumprimento dos compromissos no cerne da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – incluindo compromissos com a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e não deixar ninguém para trás. O objetivo do Relatório Global sobre Mulheres no Turismo – Segunda Edição, é examinar os principais fatores que contribuem para a igualdade de gênero no setor do turismo. Ele aponta desafios e identifica maneiras de mitigar a desigualdade e aproveitar o potencial do turismo para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o mundo” (Tradução nossa).

O Relatório frisa que o trabalho feminino é relevante na atividade turística ao redor do mundo. Em termos gerais, é a maior força produtiva, entretanto, continuam, em sua maioria, relegadas a cargos de nível inferior no setor e à sub-representação em cargos de alta administração. Como empreendedoras, as mulheres costumam ter e administrar suas próprias empresas de turismo (UNWTO, 2019). As análises apontam que a disparidade salarial no ramo é persistente, isto é, as mulheres continuam recebendo menos do que os homens por trabalho equivalente. Os estudos, segundo o UNWTO (2019, p. 12), ressaltam que:

*A conducive legal environment for general women's entrepreneurship leads to increased women's tourism entrepreneurship. Moreover, analysis of the available data suggests that this increase is higher in the tourism sector than in the broader economy. Patterns of women's domestic and unpaid care work are affected by tourism. This is particularly in Latin America and the Caribbean, but notable tensions in terms of women's work-life balance are evident in all four regions. This balance has been negotiated more successfully in contexts where political will, government policies and private sector commitments converge, than in other contexts.*⁵⁶

Ou seja, a atuação feminina no mercado de produtos turísticos é frequente, porém precisa de diversificação. Acerca desse ponto, o documento aponta duas questões: (1) melhorar o desenvolvimento de produtos e as saídas no mercado, com o intuito de incentivar a inovação e (2) diversificar, a partir de grupos comunitários de mulheres, as atividades de geração de renda, com vistas a oferecer uma alternativa promissora em alguns contextos, como é o caso do *locus* deste estudo, o município de Santarém.

Outro ponto de destaque no relatório é a escassez de qualificação ou treinamento formal, o que prejudica a participação feminina ativa no turismo. Isso é válido, especialmente, para as mulheres pobres, mesmo em contextos diversos. O treinamento e as capacitações devem voltar-se para as questões de organização local, cooperativismo, micro empreendedorismo e incluir habilidades sociais, tecnológicas, plataformas digitais, juntamente com o treinamento de alto nível para favorecer a progressão na carreira.

No entanto, isso não é uma realidade factível em todas as regiões, a se pensar, por exemplo, as comunidades ribeirinhas da Amazônia, muitas delas sem acesso à internet, as condições básicas de infraestrutura, a energia, a água potável e etc. Ademais, aponta o

⁵⁶ Um ambiente legal propício para o empreendedorismo feminino, em geral, leva a um aumento, também, do empreendedorismo turístico. Além disso, a análise dos dados disponíveis sugere que esse aumento é maior no setor de turismo do que na economia em geral. Os padrões de trabalho doméstico e não remunerado das mulheres são afetados pelo turismo. Isso é, particularmente, evidente na América Latina e no Caribe, mas tensões notáveis em termos de equilíbrio entre vida profissional e pessoal das mulheres são evidentes em todas as quatro regiões. Esse equilíbrio foi negociado com mais sucesso em contextos nos quais convergem a vontade política, as políticas governamentais e os compromissos do setor privado” (Tradução nossa).

UNWTO (2019, p. 13) “[...] *it is essential that gender equality training is provided for the public and private tourism sector to ensure that awareness and skills are developed in order to maximize tourism’s contribution to women’s empowerment*”.⁵⁷ No cenário latino-americano, observa-se que o trabalho das mulheres no turismo é, segundo a UNWTO (2019, p. 115), caracterizado por:

- *Limited access to social benefits, that are otherwise legally guaranteed for workers, due to a lack of formal contracts;*
- *Short-term contracts, given the dynamic nature of tourism activity;*
- *Salaries that are often lower than the minimum wage, especially in micro, small and medium sized local and national enterprises;*
- *Stress linked to work-life balance due to women’s high burden of care work. This is perhaps the most characteristic element of tourism work, particularly in hotels, restaurants and entertainment centres. As in Asia, and around the world, this has implications for women’s mental health; and*
- *The feminization of tourism work, which takes a disproportionate toll on women, particularly immigrants. For example, a significant number of Nicaraguan women immigrants in Costa Rica are exploited by the owners of tourism businesses, who view Nicaraguan women as docile workers with little experience. As a result, they consider them desirable employees who can be paid low salaries.*⁵⁸

Apesar das limitações apontadas, as mulheres, de acordo com o Relatório (UNWTO, 2019), usam essa atividade como ensejo para ganhar mais voz em suas comunidades. Nesse sentido, o documento reforça a necessidade da ampliação do entendimento do turismo com perspectiva de gênero, assim como catalisar a atividade turística como uma impulsionadora do desenvolvimento sustentável em todas as regiões.

Muitas questões observadas em 2010 persistem. O relatório aponta que as mulheres continuam a constituir uma grande força produtiva de trabalho no turismo, abrangendo cerca de 54% do mercado. Porém, concentram-se em empregos de baixo *status* e pouca representação em níveis profissionais mais elevados (UNWTO, 2019). Isso significa que,

⁵⁷ [...] “é essencial que o treinamento em igualdade de gênero seja fornecido para o setor de turismo público e privado para garantir que a consciência e as habilidades sejam desenvolvidas a fim de maximizar a contribuição do turismo para o empoderamento das mulheres” (Tradução nossa).

⁵⁸ “Acesso limitado a benefícios sociais, que, de outra forma, são legalmente garantidos para os trabalhadores, devido à falta de contratos formais; contratos de curta duração, dada a natureza dinâmica da atividade turística; salários, muitas vezes, inferiores ao salário-mínimo, principalmente, nas micro, pequenas e médias empresas locais e nacionais; estresse ligado ao equilíbrio entre vida profissional e familiar devido à alta carga de trabalho. Talvez este seja o elemento mais característico do trabalho turístico, principalmente, em hotéis, restaurantes e centros de entretenimento. Como na Ásia e em todo o mundo, isso tem implicações para a saúde mental das mulheres; a feminização do trabalho turístico, que atinge, de forma desproporcional, as mulheres, em particular, as imigrantes. Por exemplo, um número significativo de mulheres imigrantes nicaraguenses na Costa Rica é explorado pelos proprietários de empresas de turismo, que as consideram como trabalhadoras dóceis e com pouca experiência. Como resultado, as consideram como funcionárias desejáveis que podem receber baixos salários” (Tradução nossa).

mesmo atuando expressivamente na atividade, a qualidade geral de sua participação continua baixa.

As discrepâncias salariais não foram superadas quando comparadas com o primeiro documento de 2010. As mulheres permanecem ganhando menos do que os homens. Como em todos os setores sociais, a desigualdade de gênero prossegue como um desafio basilar para a atividade laboral no turismo.

Refletir e pesquisar sobre a participação considerável das mulheres na atividade turística não quer dizer, por si só, uma melhoria nas condições de sua vida. Pode-se dizer que o processo de feminização do trabalho turístico, também, tem gerado altos níveis de precarização do trabalho (Alárcon; Mullor, 2018; Aghazamani; Kerstetter; Allison, 2020). Mão de obra temporária associada a cuidados e responsabilidades reprodutivas para encontrar um trabalho remunerado, na realidade, perpetuam a desigualdade existente. Sobre isso, Ferguson (2011, p. 237) ressalta que “[...] *tourism employment is highly gendered, and – as with many other industries – draws on gender inequalities that provide a large global supply of highly flexibilized and low-paid female workers and potential tourism entrepreneurs.*”⁵⁹

O turismo se beneficia com a naturalização da desigualdade vigente para ter uma mão de obra de menor custo e flexível. Da mesma forma, a efetivação desse tipo de segregação resulta na invisibilidade no que concerne às necessidades e às prioridades dessas trabalhadoras (Alárcon; Mullor, 2018). Tal situação impossibilita que as mulheres assumam cargos com níveis mais elevados de responsabilidade dentro da escala corporativa hierárquica de uma empresa, por exemplo. Ademais, Alárcon e Mullor (2018, p. 32-33) complementam que:

*Determinados discursos turísticos sobre las posibilidades de empoderamiento económico de las mujeres a través de la generación de empleo e ingresos no toman suficientemente en cuenta las implicaciones de esta feminización. La feminización del trabajo turístico, en realidad, alude a las desigualdades de género que afectan y se ven afectadas por el empleo turístico, y a que éstas no son consecuencias exclusivas de la pobreza que, en este caso, sufren las mujeres, esto también es fruto de las precarias “respuestas turísticas” analizadas previamente desde un enfoque de género. A la larga todo esto, y de todas las formas, afianza la precarización del trabajo en el turismo.*⁶⁰

⁵⁹ “[...] o emprego no turismo é altamente voltado para o gênero e – como acontece com muitos outros setores – baseia-se nas desigualdades de gênero que fornecem uma grande oferta global de mulheres trabalhadoras, altamente flexibilizadas e de baixa remuneração e potenciais empreendedores turísticos” (Tradução nossa).

⁶⁰ “Certos discursos turísticos sobre as possibilidades de empoderamento econômico das mulheres por meio da geração de emprego e renda não levam suficientemente em conta as implicações dessa feminização. A feminização do trabalho turístico, de fato, refere-se às desigualdades de gênero que afetam e são afetadas pelo emprego turístico, pois não são consequências exclusivas da pobreza que, neste caso, as mulheres sofrem, é também fruto da precariedade, são “respostas turísticas” anteriormente analisadas a partir de uma perspectiva de

Portanto, mais do que a produção de renda pela atividade, é importante uma análise das causas da precarização do trabalho feminino no turismo e o estabelecimento de ações que possam favorecer as mudanças nas relações de gênero. Assim sendo, é importante abordar a perspectiva de gênero em questões como políticas de negócios, currículos de formação e treinamento, pesquisa social, tal como há a necessidade de uma reformulação substantiva das políticas de turismo e de emprego (Ferguson, 2011; Alárcon; Mullor, 2018), no intuito de contribuir para possíveis mudanças nas desigualdades de gênero.

Ferguson (2011, p. 406, livre tradução) menciona a urgência de “[...] ir além do simplista e do fixo pensamentos sobre o empoderamento econômico das mulheres [...]” e “[...] considerar mais plenamente o aspecto cultural complexidade e a mudança na dinâmica de como as normas, papéis e desigualdades de gênero afetam, e são afetados por resultados de desenvolvimento e redução da pobreza [...]”.

Ressalta-se, ainda, ser fundamental construir uma agenda política e financeira emergente que avance a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres por meio do turismo. Como pontos práticos, aponta-se que é indispensável ter clareza sobre o que se entende por “igualdade de gênero” para que as políticas sejam eficazes (Ferguson, 2011). Destaca-se que, na formulação, na implementação e na avaliação da política de turismo e de crédito, é importante incluir uma análise de gênero sistemática.

Do mesmo modo, sobre os projetos de gênero e turismo, enfatiza-se que não se deve criar expectativas quanto aos resultados positivos para a igualdade de forma automática, ou seja, sem o envolvimento de especialistas em gênero no processo (Ferguson, 2011). É indispensável que os formuladores de políticas se envolvam, de maneira substantiva, em debates, análises, pesquisas e conhecimentos sobre as mulheres com o intuito de maximizar o impacto positivo dos programas e projetos.

Aghazamani, Kerstetter e Allison (2020) argumentam sobre o empoderamento feminino no contexto do turismo, que pode se manifestar sob aspectos econômicos, psicológicos, sociais, políticos e ambientais. **Economicamente**, inclui o aumento e diversificação de trabalhos, controle financeiro e benefícios e ativos produtivos. **Psicologicamente**, se dá por meio do orgulho próprio e coletivo, compartilhamento de experiências com os visitantes e melhora da autoconfiança e autoestima.

Socialmente, inclui um senso fortalecido de coesão com a comunidade e envolvimento e considerável organização local acerca do turismo, fortalecendo o capital

social. **Politicamente**, envolve a participação ativa nas decisões e nos interesses coletivos. E **Ambientalmente**, envolve a prática da atividade com consciência ambiental.

Acredita-se que a atividade laboral no turismo pode ser, realmente, útil para melhorar a posição econômica feminina, auxiliar na superação das barreiras de gênero e ajudar a remover os entraves ao pleno empoderamento das mulheres no turismo (Tran; Walter, 2014; Rinaldi; Salerno, 2020). Dentre os benefícios decorrentes da atuação no setor, tem-se: aumento da renda e da autoconfiança, maior envolvimento da comunidade e criação de novos papéis de liderança. Segundo Koc, (2019, p. 3):

*[...] the main barriers to women's career advancement in tourism are (1) the dominance of masculine culture in tourism and hospitality businesses; (2) misconceptions and gender bias; (3) the exclusion of women from networks; (4) a lack of senior female role models; and (5) the industry's difficulties in terms of combining senior positions with caring responsibilities.*⁶¹

É preciso pensar sobre o que constitui o gênero no turismo e seus principais impasses, pois, ao fazer uma análise acerca das mulheres asiáticas na questão de gênero e liderança no setor turístico, o estudo ressalta, conforme Liu, Li e Wu (2020), que o gênero deve ser entendido para além da variável binária limitada ao masculino/feminino. Deve voltar-se para uma estrutura analítica que capture a fluidez das mulheres, incluindo a organização e a sociedade.

O turismo deve incorporar, também, a equidade e a análise de gênero como princípios fundamentais (Ferguson, 2011; Ferguson; Alarcón, 2014). É necessário, pois, levar a sério a essa questão como um componente fundamental, sobretudo, na agenda do turismo sustentável.

Assim, a próxima subseção, torna-se um importante campo de análise dentro das perspectivas de rompimento com o silêncio acerca da importância das mulheres como agentes do desenvolvimento, em especial, no que corresponde à atuação feminina na condução da atividade turística de base comunitária no contexto amazônico brasileiro.

⁶¹ [...] as principais barreiras para o avanço da carreira das mulheres no turismo são: 1) o domínio da cultura masculina nos negócios de turismo e hospitalidade; 2) equívocos e preconceito de gênero; 3) a exclusão das mulheres das redes; 4) falta de modelos seniores femininos; e 5) as dificuldades da indústria em termos de combinar posições *seniores* com responsabilidades de cuidados.

3.3 A presença feminina no cotidiano da Amazônia: o TBC e a atuação da mulher

As florestas amazônicas integram a maior extensão de floresta tropical no mundo e compõem a morada de 33 milhões de habitantes (IBGE, 2010). É um bioma que contém diversos tipos de florestas – tropicais, inundadas, sazonais, decíduas e pastagens – e espécies animais, nas quais habitam diferentes grupos humanos. A Amazônia brasileira, por sua vez, integra a Pan-Amazônia, um território de aproximadamente 7 milhões de quilômetros quadrados, distribuídos em nove países da América do Sul (Aragón, 2018), a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, com 60% da bacia hidrográfica amazônica localizada em território brasileiro.

Chaves e César (2019, p. 152) argumentam que:

A ideia de uma Amazônia restrita ao recurso natural foi e é muito conveniente aos interesses hegemônicos. A exploração se torna muito menos evidente quando se finge não haver seres humanos sendo explorados em meio às grandes obras, com a mineração e com a retirada sistemática da floresta. Essa ideia impregnou-se de tal maneira no senso comum (ratificado pela mídia) que várias pesquisas acadêmicas relacionam instantaneamente a Amazônia a meio ambiente, encobrindo e muitas vezes ignorando a existência de populações nesses locais.

Pode-se dizer, dessa maneira, que a Amazônia é uma paisagem histórico-cultural composta e administrada por uma grande variedade de habitantes rurais – povos indígenas, seringueiros, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, colonos agrícolas e populações urbanas (Schmink; Gómez-García, 2016). Esses grupos e comunidades manejam, ativamente, a floresta para o seu sustento e como um componente essencial na representação identitária.

A Amazônia brasileira, especificamente, abrange várias regiões. Caracteriza-se por ser múltipla de saberes e de fazeres diversificados que propicia um espaço de interações de várias identidades/alteridades. São pessoas, histórias, vivências, hábitos, costumes e imaginários que transitam por fronteiras étnicas criando um universo plural, intrigante e encantador.

Em consonância com a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 (Brasil, 1953), a Amazônia brasileira passou a ser denominada Amazônia Legal em decorrência de um conceito político e não de um imperativo geográfico, com a finalidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região (Brasil, 2020). Segundo o IBGE (2022) os estados que a compõem são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°).

Pode-se dizer que, na visão de Torres (2005, p. 17), “[...] a Amazônia é uma constelação aberta, sem fronteiras rígidas, articulada por processos sociais de grande alcance

simbólico que fazem dela uma construção social inventada pelo libelo da fantasia e reconstruída em sua significação social”.

[...] trata-se de uma realidade multifacetada em sua dimensão regionalizada e em suas formas de conexão com o mundo. A sua sociodiversidade abre um veio de múltiplas interpretações centradas no núcleo homem/natureza/sociedade, cujas indagações são inesgotáveis como fonte de conhecimento (Torres, 2005, p. 18).

Per si, a Amazônia não constitui um paradigma de conhecimento, muito menos uma epistemologia dos seres, posto que corresponde a um campo de saber com múltiplos aspectos, aberto e repleto de variados entendimentos (Torres, 2005). Para essa análise, é fundamental uma compreensão com olhares decolonizados, os quais possam reparar as ideias de obscuridades, concebidas, intencional e equivocadamente, pelas lentes eurocêtricas (Barros, Torres; Soares, 2018), em especial, acerca dos povos que nela habitam.

Tais povos habitam a região como agentes de sua história, construindo os trópicos como eminentes conhecedores de suas realidades. São mulheres e homens amazônicos que, muitas vezes, são invisíveis para os atores externos (Vadjunec, Schmink; Greiner, 2012), mas que ocupam grandes extensões do território. Almeida (2011) reforça esse posicionamento ao afirmar que os amazônidas existem de fato e de direito e reivindicam melhores condições de vida, desafiando preconceitos e generalizações. Ao falar sobre populações da Amazônia, Wolff (2011, p. 22) argumenta que:

[...] conta-se apenas uma história que dependendo do narrador assume contornos que podem variar. Durante um tempo o personagem principal desta história foi o seringueiro, explorado pelo patrão, preso a uma rede de crédito e violência. Em outro tempo, os indígenas, que estariam desaparecendo. Depois indígenas e seringueiros viraram, para uns, obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento da Amazônia – eles não desapareceram, e para outros, heróis da resistência ao desmatamento.

Historicamente, a Amazônia foi considerada uma terra sem dono, mesmo se sabendo que o território era, há muito, ocupado por múltiplos povos indígenas, os quais eram e ainda são percebidos como desimportantes (Chaves; César, 2019). Sobre isso, Torres (2008, p. 1) diz:

[...] que os nativos, homens e mulheres da Amazônia, foram interpretados pela via biologista como parte da natureza. Os naturalistas não viam o homem como sujeito central no universo amazônico, e sim como uma peça acoplada à natureza ou como um duende imiscuído nela.

Inúmeras evidências induzem a acreditar que tal imaginário sobre os povos amazônicos ainda persiste. No entanto, a região amazônica brasileira tem um vastíssimo patrimônio, no qual incluem sua exuberante biodiversidade e sua gente, com suas cores e etnias (Wolff, 2011). Dentre os povos da floresta, encontram-se as figuras femininas, representadas pelas caboclas, seringueiras, índias, afro-brasileiras, ribeirinhas, mulheres das cidades, quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, com suas histórias e suas vidas, e que mesmo com suas riquezas culturais e étnicas compartilham de uma invisibilidade sociopolítica.

A relevância delas é destaque em um tempo em que a Amazônia é entendida, aos olhos do mundo, como uma alternativa de salvação e uma ameaça. Tal salvação e ameaça estão sob pressão dos processos frequentes e implacáveis de aniquilação de histórias, conhecimentos e biodiversidades, como desmatamento desenfreado, seja pela extração de madeira, seja para a abertura de áreas voltadas à agropecuária, à mineração e à biopirataria (contrabando de espécies animais ou vegetais e também a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais dos povos da floresta), à pesca comercial sem limites, ao garimpo ilegal, à construção de obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, entre outros.

Etimologicamente, a palavra Amazônia, de origem grega, advém de “amazona”, “mulher guerreira” (Meirelles Filho; Moreno; Buoro, 2017; Wolff, 2011). Um dos primeiros eventos “históricos” a descrever oficialmente a Amazônia começa por retratar as mulheres, a história de uma possível sociedade matriarcal, o primeiro relato específico sobre as mulheres amazônicas. Frei Gaspar de Carvajal retratou e descreveu com muitos detalhes, fantasiando, significativamente, sobre as Amazonas sul-americanas. Chaves e César (2019, p. 143) transcrevem um deste relatos:

[...] elas seriam altas e brancas, com cabelos enrolados na cabeça, andando nuas. Segundo seus relatos, um índio da região que fora aprisionado e indagado sobre essas mulheres disse que eram as Amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra.

Essa representação primária de um grupo de mulheres indígenas amazônicas envolve suas características e heterogeneidades. No entanto, tal representação mítica foi extinta e silenciada nos discursos sob apontamentos como “índio”, “selvagens”, “rude”, “desalmados” e “incivilizados”, conotações generalistas e homogeneizantes (Leite, 2017), ou seja, predominando uma percepção e uma representação sem que sejam assinaladas quaisquer especificidades. Tais percepções, entendidas como universais, foram constituídas por relatos

imaginativos, exageros e alegorias reproduzidas pelo colonizador para nomear os povos nativos das Américas.

Tal visão estigmatizada ainda permanece, ocasionando variados equívocos na representação e no simbolismo sobre a região. Esses relatos vilipendiosos advêm do processo de colonização ocorrido no contexto latino-americano em meados do século XV, que categorizou não somente os fatores políticos e econômicos, como também os de raça e gênero, de tal forma que as mulheres foram alvo de explorações laborais e sexuais, marcadas por um caráter subjetivo que as inferiorizavam das mulheres brancas.

Maragoni *et al.* (2017, p. 24) citam que, na obra de Torres (2005):

[...] observa-se que as políticas implementadas para povoar e ocupar o território amazônico, assim como para impedir possíveis invasões estrangeiras, usaram o corpo das nativas como um instrumento de dominação – delas e do território. Enquanto no Ocidente se exigia das mulheres um comportamento casto e virginal, por motivos políticos e econômicos, na Amazônia, a liberdade sexual, principalmente entre colonizadores e indígenas, foi estimulada. Tal motivação, contudo, não se deu de forma aleatória. Pensa-se ter havido uma espécie de organização da permissividade sexual, de forma que ela tenha se constituído não como liberdade sexual em si, mas como norma. Seguindo a lógica foucaultiana (Foucault, 2015), é possível pensar que o modo cultural com que os indígenas vivenciavam a sexualidade foi um dispositivo para a construção da imagem da índia lasciva e parideira com a finalidade de recrutar homens brancos para ocupar e povoar a Amazônia.

Nesse contexto, pode-se dizer que as mulheres indígenas passaram por violações e opressões singulares (Leite, 2017), tornando-se, assim, juntamente com as mulheres negras, as principais vítimas da barbárie e do tráfico humano na Amazônia. Para Maragoni *et al.* (2017, p. 23), “[...] os traços da influência da cultura sexista e etnocêntrica dos colonizadores tornou a mulher invisível e desvalorizada, podendo ser este um dos maiores fatores geradores da invisibilidade e do preconceito contra as mulheres amazônicas”.

Portanto, a dominação na esfera das relações de gênero é marca da colonialidade, a qual é entendida como mecanismo de dominação, intimidação e construção de mentalidades de inferiorização e submissão (Quijano, 2005). Pode-se dizer que as estruturas coloniais objetivavam e objetivam a subalternização e a manutenção da hegemonia dos colonizadores. Nessa perspectiva, as mulheres amazônidas foram marcadas pelo silenciamento, estereótipo de fragilização de suas posições e violências diversas.

Nesse sentido, Chaves e César (2019, p. 142) apontam que:

[...] segundo Cristina Scheibe Wolff (2011), em muitos relatos históricos sobre a formação amazônica, as mulheres da terra, ou seja, as indígenas, ribeirinhas e

pobres, não eram consideradas como população, ou seja, não eram contabilizadas por não serem consideradas humanas.

O domínio colonial marcou a história dessas mulheres e quis, inclusive, controlar o modo de pensar sobre si mesmas, conforme afirma Lugones (2014, p. 938):

A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás. A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica.

Daí a importância de se pensar na contramão desse sistema de poder colonial a partir de dentro, assumindo uma postura de resistência, refletindo sobre as relações de gênero a partir dos postulados do pensamento decolonial (Lugones, 2014). Ou seja, significa priorizar as histórias das mulheres amazônicas, seus valores sociais, saberes ancestrais, práticas de subsistência e suas formas alternativas de compreensão e gestão das paisagens amazônicas.

Em consonância com Lugones (2014), Nogueira e Albuquerque (2020, p. 207) asseveram que:

[...] a perspectiva decolonial nos ensina que o pensamento não é produto da genialidade de um teórico universitário, por exemplo, mas que nas culturas populares se produz um pensamento com lógica própria, a partir do seu cotidiano. Assim, questionamos: que sujeitos e/ou grupos podem colaborar para a construção de uma epistemologia própria, decolonial, da Amazônia?

Pode-se dizer, dessa forma, que, para uma análise decolonial, importa considerar a presença feminina na historiografia da Amazônia, nas relações sociais, nas experiências vividas por indivíduos e no cotidiano da floresta. Significa, conforme Gomes (2018), considerar pertinentes os processos de (re)existência à colonialidade mediante as práticas cotidianas do viver.

Acerca disso, Simonian (2001) pontua que as práticas cotidianas dessas mulheres significam uma constante reinvenção de seus conhecimentos acerca dos recursos naturais, as quais se constituem em um saber-fazer que, no decorrer dos tempos, garante, de certo modo, o sustento dos grupos humanos que habitam a Amazônia. Essas práticas – sejam elas voltadas para alimentação, conhecimentos medicinais, cosméticos ou mesmo à reprodução social do grupo – integram uma cultura material, mas, sobretudo, uma memória histórico-cultural que

associa o grupo ao território e, simultaneamente, atribui uma noção de identidade em relação a outros indivíduos.

Nessa perspectiva, Nogueira e Albuquerque (2020, p. 208) compreendem que:

[...] em um mundo onde a desigualdade social e todo tipo de preconceito estão postos a serem enfrentados, não se pode pensar em qualquer campo de conhecimento em que não pese o olhar a esses sujeitos que constroem estratégias e validam práticas de resistência e reexistência, ou seja, outros modos possíveis de viver no mundo.

A relevância da atuação feminina no contexto amazônico não se restringe apenas aos aspectos econômicos, pois seus conhecimentos antigos configuram-se em um saber-fazer que concebe o social e o cultural de suas comunidades (Simonian, 2011; Silva; Bonfim; Souza, 2014). Saber-fazer esse que influencia os rumos do desenvolvimento econômico na Amazônia, mas que, por si só, não assegura às mulheres o papel decisório nem recursos destinados a suas atividades pelas políticas públicas, posto que, segundo Chaves e César (2019, p. 141):

[...] as aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos.

Mais do que a valorização de um papel feminino, refletir acerca das mulheres amazônidas, remete a um (re)pensar a transformação efetiva para além de papéis dicotômicos de homens e mulheres para que, conjuntamente, haja a possibilidade do debate acerca de suas produções de saberes e conhecimentos, sobrevivências e suas interações com o meio.

[...] o conhecimento não é uma exclusividade dos homens, assim como entendemos que a produção do conhecimento das mulheres não pode ser tratado paralelamente ou separadamente do conhecimento mais geral do resto da humanidade. Sabemos que a história e o pensamento das mulheres acontecem no mesmo cenário e no mesmo tempo da história produzida pelo homem. Todavia, não podemos mais escamotear o emudecimento proposital dessa voz feminina em todas dimensões sociais, históricas, econômicas, culturais e intelectuais (Lima, 2016, p. 58).

Alerta-se que não se pode apenas criticar a desvalorização das mulheres e das relações de gênero no cenário amazônico, mas enfatizar as ações participativas (Lazarin, 2002). Isto é, promover apoio efetivo às mulheres nas suas ações, valorizar seu papel produtivo, sua luta

pela inserção de seus interesses e direitos nas decisões das políticas públicas e promover a resistência aos preconceitos que ainda dificultam essa participação, ideia corroborada por Silveira (2013, p. 306), pois:

[...] é oportuno que os estudos que se concentram na região amazônica comecem a discutir o gênero nas mais diversas problemáticas de suas pesquisas. A região deve ser desmistificada e complexificada, ela ainda é tida como um campo homogêneo [...]. Pensar nas relações de poder, através da dominação masculina constituídas no lócus amazônico também é algo novo, seja em estudos sobre as populações indígenas, em populações urbanas que se amontoam às margens de antigos igarapés nas capitais amazônicas e comunidades extrativistas.

As mulheres amazônidas necessitam sair da invisibilidade histórica, lutar contra a discriminação no que tange ao seu valor e ao seu reconhecimento como força de trabalho ativa e produtiva para a Amazônia brasileira, fugindo da informalidade laboral. Isso posto que, de acordo com Simonian (1995, p. 111):

[...] as condições sociais das mulheres brasileiras da Amazônia ocidental, especificamente sua participação no processo de produção da borracha, é similar à participação, no passado, das mulheres seringueiras da Bolívia e, em tempos recentes, da Malásia e daquela ocorrida no âmbito de outras atividades extrativistas no Brasil e no mundo. Elas comungam de impactos produzidos pela discriminação, opressão, silêncios e negação explícita [...]. As experiências das mulheres na produção extrativista têm sido mascaradas por silêncios e tentativas de esconder o fato, nestes casos, tanto pelas populações locais e das próprias mulheres seringueiras, quanto por parte de estudiosos.

A que se compreender que as múltiplas realidades e grupos sociais são como teia de variações culturais, a partir das quais são elaboradas diferentes perspectivas para pensar o mundo e, simultaneamente, compreender o lugar das mulheres em muitos outros aspectos, em especial, em se tratando de contextos amazônicos (Lima, 2016). Desse modo, faz-se urgente entender a atuação feminina na historiografia e na produção do conhecimento da humanidade, bem como seus papéis nas atividades produtivas diversas e, simultaneamente, denunciar as condições inferiores a que foram impostas no decorrer da história.

Torres (2019, p. 125) analisa que:

[...] nas diferentes formas de organização do trabalho e nas relações de produção correspondentes aos diferentes momentos da história regional, há uma expressiva participação das mulheres nas diversas atividades ocupacionais. Mesmo diante da constatação da importante presença e participação das mulheres no sistema produtivo da Amazônia, elas não são reconhecidas como sujeitos protagônicos do trabalho. Ou seja, a classificação de trabalho é dada somente às atividades realizadas pelo homem. As atividades realizadas pelas mulheres não são vistas como trabalho e sim como tarefa ou atividade subsidiária.

Assim sendo, destaca-se que é preciso desconstruir o que foi convencionado pelo paradigma oficial (Spivak, 2010), isto é, promover a descolonização do conhecimento nos estudos de gênero (Torres, 2019) e deixar de lado os decrementos históricos impostos aos subjugados. Deve-se superar o não reconhecimento e o desaparecimento da mulher no decorrer da história, sobretudo, o das mulheres dos territórios colonizados:

[...] com respeito a ‘imagem’ da mulher, a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nesta acusação. A historiografia subalterna deve confrontar a impossibilidade de tais gestos. [...] a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 66-67).

Daí a urgência de engajamentos de estudiosos, movimentos feministas e da sociedade para dar voz a quem é de direito, romper com tal ocultação e atribuir significados, valores, demandando respeito a essas pessoas (Lima, 2016). Nessa perspectiva, compreende-se que as mulheres amazônicas têm muito a acrescentar para a produção socio-histórica-cultural, uma vez que, segundo Marangoni (2017, p. 30):

[...] desnaturalizar papéis de gênero e problematizar as práticas sexistas e etnocêntricas, características das condições femininas que se iniciaram nos primeiros anos de colonização e que estão presentes até hoje, são atos fundamentais para o fortalecimento do movimento de mulheres da região.

As mulheres do hemisfério sul, latinas, mestiças, denominadas colonizadas, foram reduzidas na história oficial, a indiferença e a margem da dinâmica dos fatos e feitos históricos (Lima, 2018). Portanto, é relevante desconstruir tal discurso, bem como a imagem estabelecida pelo colonialismo e pelos discursos hegemônicos eurocêtricos, os quais apresentam “[...] a mulher e a mulher colonizada como não-sujeito, uma cópia malfeita do homem, sem direitos sociais e como indivíduo não-pensante [...]” (Lima, 2016, p. 60), ou seja, designadas tão somente à servidão da família e ao domínio masculino.

Segundo literatura diversa (Simonian, 2001, 2007; Soares *et al.* 2018), as mulheres têm, de fato, sofrido muita discriminação quando inseridas em múltiplos contextos brasileiros, em destaque nas atividades produtivas. Circunstâncias históricas e ideologias têm assegurado tal discriminação e dificultado o reconhecimento da participação feminina em tais atividades. No entanto, Torres (2019, p. 124) assegura que “[...] não há justificativa que seja razoavelmente aceita para desmerecer ou inferiorizar o trabalho da mulher, a não ser a

simbologia do servilismo, entrelaçada à cultura segregadora e dominadora do patriarcado que acabou definindo espaços e papéis de acordo com os gêneros [...]”.

Logo, é fundamental quebrar barreiras, romper preconceitos e evidenciar a importância social e política da força feminina produtiva. Destarte, a evidência dessa força se faz necessária a fim de que as mulheres, sobretudo, as da região amazônica, possam ultrapassar barreiras naturais e sociais ímpares e receberem visibilidades como agentes do desenvolvimento⁶² e força motriz no contexto produtivo amazônico pautado na sustentabilidade.

Acerca desse debate teórico mulheres x desenvolvimento, é primordial um retorno ao passado, mormente, no que se refere aos aportes teóricos sobre essa relação. Em termos históricos, em 1776, despontou o conceito de crescimento econômico com a publicação da obra *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Para o autor, de acordo com Matos e Rovella (2009), o crescimento econômico é compreendido como um dos principais fatores para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, como sinônimo de desenvolvimento.

Nessa mesma linha Bresser-Pereira (2006, p. 9) afirma que, essencialmente:

[...] o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita porque envolvendo maior conhecimento. É o aumento dos salários causado direta ou indiretamente por esse aumento da produtividade e essa concentração da população de um estado-nação nas atividades de maior valor adicionado. O quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro ideológico é o do liberalismo e do nacionalismo; o quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de econômico, cultural.

Como construção histórica, o desenvolvimento relaciona-se ao desempenho econômico. Pode-se dizer que é um processo oriundo do capitalismo⁶³ e da formação dos estados nacionais (Bresser-Preira, 2006; 2008; 2017). Historicamente, foi mantida oculta a questão de que “[...] *the development of the industrialized nations was not a natural or evolutionary process but rather one based on violence, conquest, exploitation, and*

⁶² Entenda-se desenvolvimento no contexto capitalista.

⁶³ O capitalismo é um sistema econômico coordenado pelo mercado, no qual as empresas e os estados-nação competem em nível mundial (Bresser-Pereira, 2008, p.2).

colonization, of not only foreign peoples and lands, but also of nature and women”⁶⁴ (Babacan, 2009, p. 47). No sistema capitalista, pode-se falar em acumulação de capital, salários e aumento sustentado da produtividade. Bresser-Pereira (2008, p. 1) argumenta que:

[...] o desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Os estudos apontam que a origem da concepção de desenvolvimento distinta da dimensão de crescimento econômico ocorreu no período pós-guerra (Boisier, 2001; Sachs, 2004), período esse voltado para projetos de reconstrução da Europa. O precursor desse conceito foi o economista britânico Dudley Seers, na década de 1970, ao publicar um artigo enfatizando a concepção de desenvolvimento atrelada à condição humana, pessoal e não apenas à condição econômica de um país ou nação (Boisier, 2001). Nesse pensar, o desenvolvimento tem por finalidade a redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego.

Em continuidade à expansão do conceito de desenvolvimento e seguindo uma linha de pensamento semelhante à de Seers, o economista indiano Amartya Sen, em meados de 1990, no intuito de tornar o desenvolvimento calculável, estabeleceu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual tem por objetivo se opor ao Produto Interno Bruto (PIB) ao definir regiões apenas pelo viés econômico. Caracteriza-se por ser uma medida geral e sintética, com propósito de ampliar o olhar do desenvolvimento humano para outros aspectos do desenvolvimento (IPEA, 2009). Ressalta Silva ([2000?], p. 3) que:

[...] o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades humanas reais que uma pessoa goza. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico ou com a modernização social.

O conceito de desenvolvimento a partir de Sen (2010) supera a ideia de crescimento econômico e volta-se para a dimensão sociocultural, mormente, no que tange às liberdades humanas como bases do desenvolvimento. O avanço das reflexões acerca do desenvolvimento fez com que surgissem novos olhares, inclusive, no que concerne à atuação feminina no processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, Silva ([2000?], p. 52-53), menciona que:

⁶⁴ “[...] o desenvolvimento das nações industrializadas não foi um processo natural ou evolutivo, mas sim baseado na violência, conquista, exploração e colonização, não apenas de povos e terras estrangeiras, como também da natureza e das mulheres” (Tradução nossa).

[...] a autonomia das mulheres é uma das questões nucleares no processo de desenvolvimento para muitos países no mundo actual. Alguns factores decisivos são a educação das mulheres, o seu padrão de propriedade, as suas oportunidades de emprego e os funcionamentos do mercado de trabalho. [...] nada, provavelmente, será hoje em dia tão importante na economia política do desenvolvimento como necessário reconhecimento da participação e da chefia políticas, económicas e sociais das mulheres. Esse é, na verdade, um aspecto fundamental do “desenvolvimento como liberdade”.

Em 1970, Boserup, ao publicar *Woman's Role in Economic Development*, inicia, de forma precursora, uma visão geral acerca do papel das mulheres no processo de desenvolvimento económico (Beneria; Sen, 1982) Esse trabalho contribuiu para a criação da “década para as mulheres” por ONU, no período de 1975 a 1985, bem como enfatizou a função feminina para o desenvolvimento económico. Além disso, destacou que são elementos fundamentais para o sucesso (ou fracasso) de estratégias alternativas de crescimento e recorreu, segundo Forsythe *et al.* (2000), à valorização das atividades não mercantis relacionadas à subsistência, à economia informal ou ao trabalho doméstico. Simonian (2009, p. 6-7) argumenta que:

[...] são dos anos de 1970 os questionamentos acerca das políticas públicas e de instituições estatais/multilaterais sobre o desenvolvimento que desconsideravam as mulheres. Nesta direção, Boserup (1970) demonstrou de modo exaustivo a importância da mão-de-obra feminina na agricultura, o que, do ponto de vista político, vinha sendo menosprezado. Nash (1975) toma por base dados etnográficos para revelar a intensa, criativa e fundamental integração das mulheres nos processos de desenvolvimento, o que, no entanto, não encontrava respaldo nas políticas de desenvolvimento. Leacock ([1976] 1981, p. 310) entendeu que “Discutir o impacto do desenvolvimento sobre o status das mulheres na sociedade [...] significa confrontar a realidade em que a opressão das mulheres está inextricavelmente vinculada ao sistema mundial de exploração”. Apesar das especificidades que se encontram subentendidas na identidade feminina, desde então as tensões, conflitos e a violência que permeiam as relações entre as mulheres e as políticas de desenvolvimento continuam formando o principal desafio para a maioria destas agentes sócio-políticas.

Entende-se que, como processo de transformação estrutural económica, o desenvolvimento económico e social, quando sucedido de forma eficaz, eleva a produtividade do trabalho, o avanço na educação, na saúde, na habitação e no bem-estar das pessoas (Alves, 2014). De forma geral, o desenvolvimento ocorre simultâneo às transições urbana e demográfica, isto é, as alterações dos arranjos produtivos são acompanhadas pelas mudanças das estruturas familiares e das relações de gênero. Enfatiza-se, em especial, as mudanças na situação da mulher no contexto económico e social, conforme enfatiza Alves (2014, p. 163), embasado em Charles Fourier, quando aponta que “[...] há quase 200 anos não existe emancipação social sem a emancipação da mulher”.

Logo, a participação no desenvolvimento não constitui apenas um direito feminino, mas uma condição para que o próprio desenvolvimento ocorra (Alves, 2014). Isto posto, à luz de Scott e Quadros (2018, p. 3), é importante o entendimento de que:

A sequência histórica que passa de Mulheres em Desenvolvimento (WID) para Mulheres e Desenvolvimento (WAD) e depois Gênero e Desenvolvimento (GAD) muito transparentemente demonstra que, por belo que seja o discurso de integração e cooperação, é muito menos eficiente que o discurso de confrontação e de insistência.

Segundo as teorias que envolvem questões acerca das mulheres e desenvolvimento, os debates sobre elas, bem como os benefícios ou malefícios do desenvolvimento, levou ao surgimento de três diferentes modelos (Muyoyeta, 2007; Ferguson, 2011; Bella, 2018): (1) Mulheres em Desenvolvimento [*Women in Development* (WID)]; (2) Mulheres e Desenvolvimento [*Women and Development* (WAD)]; e (3) Gênero e Desenvolvimento [*Gender and Development* (GAD)].

A abordagem 1, Mulheres em Desenvolvimento (WID), foi pioneira na década de 1970 e desenvolveu, conforme uma política de gestão em que se excluiu as mulheres de programas de desenvolvimento e abordagens (Ferguson, 2011). Sendo assim, defendeu a integração feminina em programas de desenvolvimento e planejamento para que tivessem acesso a recursos e participassem de processos de desenvolvimento (Derbyshire, 2002; Muyoyeta, 2007). Ou seja, o foco era a produtividade feminina.

Nesse sentido, Derbyshire (2002, p. 8) enfatiza que “[...] *the aim of WID was to integrate women into economic development*”⁶⁵. Entretanto, Muyoyeta (2007, p. 6) ressalta que

[...] *although the WID approach made demands for women’s inclusion in development, it did not call for changes in the overall social structure or economic system in which women were to be included. As such, WID concentrated narrowly on the inequalities between men and women and ignored the social, cultural, legal and economic factors that give rise to those inequalities in society. WID tended to focus on women almost exclusively and assumed that women were outside the mainstream of development.*⁶⁶

⁶⁵ “[...] o objetivo do WID era integrar as mulheres ao desenvolvimento econômico” (Tradução nossa).

⁶⁶ “[...] embora a abordagem WID exigisse a inclusão das mulheres no desenvolvimento, não exigia mudanças na estrutura social geral ou no sistema econômico em que deveriam ser incluídas. Como tal, o WID se concentrou estreitamente nas desigualdades entre homens e mulheres e ignorou os fatores sociais, culturais, jurídicos e econômicos que dão origem a essas desigualdades na sociedade. O WID tendia a se concentrar quase que exclusivamente nas mulheres e presumia que elas estavam fora da corrente principal de desenvolvimento” (Tradução nossa).

A abordagem 2, Mulheres e Desenvolvimento (WAD), surgiu no final da década de 1970 e teve como objetivo principal a sua integração junto aos processos de desenvolvimento. A WAD destacou o papel reprodutivo e produtivo das mulheres (Muyoyeta, 2007). Contudo, para o desenvolvimento ser significativo, ambos os papéis precisariam ser valorizados. A autora enfatiza que:

[...] WAD has been criticized for assuming that the position of women will improv and when international structures become more equitable. In so doing, it sees women's positions as primarily within the structure of international and class inequalities. It therefore underplays the role of patriarchy in undermining women's development and does not adequately address question of social relations between men and women and their impact on development ⁶⁷ (Muyoyeta, 2007, p. 7).

O modelo 3, Gênero e Desenvolvimento (GAD), por sua vez, oriundo do ano de 1980, representou a aglutinação de várias ideias feministas. Volta-se para o impacto do desenvolvimento nas pessoas (Muyoyeta, 2007). O foco centra-se nas relações de gênero, isto é, na divisão do trabalho entre mulheres e homens na sociedade.

Morgan e Winkler (2020, p. 6) corroboram com a autora ao afirmarem que:

[...] most notably, gender and development (GAD) literature has for decades recognized the "triple role" that women face in serving reproductive, productive, and community-managing responsibilities (Moser 1993). These multiple responsibilities challenge women's ability to participate in development activities and limit possibilities for transforming the balance of power between men and women. ⁶⁸

A agenda do GAD foi estabelecida na Conferência de Pequim em 1995, e desde então adotou-se como o discurso oficial do desenvolvimento. Esse modelo aborda o desenvolvimento como um processo complexo que é influenciado por questões políticas, sociais e econômicas em vez de um estado ou estágio de desenvolvimento (Ferguson, 2011). Compreende o desenvolvimento como bem-estar econômico, mas também como bem social e mental.

⁶⁷ “[...] o WAD foi criticado por assumir que a posição das mulheres melhorará se e quando as estruturas internacionais se tornarem mais equitativas. Ao fazê-lo, vê as posições das mulheres principalmente dentro da estrutura das desigualdades internacionais e de classe. Portanto, subestima o papel do patriarcado em minar o desenvolvimento das mulheres e não aborda adequadamente a questão das relações sociais entre homens e mulheres e seu impacto no desenvolvimento” (Tradução nossa).

⁶⁸ “[...] mais notavelmente, a literatura de Gênero e Desenvolvimento (GAD) reconheceu, por décadas, o ‘papel triplo’ que as mulheres enfrentam no cumprimento de responsabilidades reprodutivas, produtivas e de gerenciamento comunitário (Moser 1993). Essas múltiplas responsabilidades desafiam a capacidade das mulheres de participar de atividades de desenvolvimento e limitam as possibilidades de transformar o equilíbrio de poder entre homens e mulheres”. (Tradução nossa).

Para além dos discursos e teorias, é importante adotarem-se abordagens práticas para assegurar o desenvolvimento das mulheres, posto que a contribuição feminina para as dimensões políticas, econômicas e sociais precisa ser valorizada. Acerca disso, Bown (2007, p. 13) destaca que é fundamental “[...] *to point out both the contribution of women to development and their lack of benefit from it*”.⁶⁹

Enfatiza-se que projetos de “desenvolvimento” voltados às mulheres devem coadunar-se com as políticas de gênero, com o reconhecimento das atuações femininas em diversos segmentos (Scott; Quadros, 2018). Os programas e os projetos, urbanos e rurais, interligados a políticas sociais e direcionados para a promoção do desenvolvimento devem ter como foco as mulheres, suas habilidades e o empoderamento em assuntos-chave para as relações de gênero no campo e na cidade.

Para isso, os seguintes pontos precisam ser contemplados: (1) o bem-estar das mulheres; (2) a equidade com vistas a eliminar discriminações; (3) a antipobreza, com concentração no papel produtivo feminino; (4) a eficiência, isto é, o que elas podem fazer pelo desenvolvimento e não o contrário; e (5) o empoderamento e a valorização da autossuficiência (Muyoyeta, 2007), com vistas a influenciar mudanças em aspectos políticos, legislativos, sociais e econômicos.

Com relação às políticas econômicas e sociais, deve-se pensar no papel das mulheres para além de trabalhos “tipicamente” femininos e/ou em subempregos nas suas múltiplas funções desenvolvidas. Ou seja, investir em componentes de uma responsabilidade social, em que se promova, invoque-se e centre-se em uma consciência crítica feminina e em ações coletivas. Sobre isso, Scott e Quadros (2018, p. 11) frisam que as mulheres, embora profundamente atingidas, vivenciam:

[...] na descoberta mais coletiva, de identidade e de classe, de novos caminhos de resistência e de retomada dos seus espaços de existência [...], se encontram mais engajadas na vida política, como cidadãs reivindicadoras, muito mais na resistência e na defesa de movimentos que propõem modelos alternativos de desenvolvimento, e na diminuição de prejuízos do que no acúmulo de ganhos.

Ao fazer uma análise da realidade da Amazônia brasileira para além dos seus diversos recursos naturais, é possível deparar-se com problemas sociais preocupantes experienciados pela população que nela habitam, população essa que vive “às margens do desenvolvimento” (Miranda; Barroso, 2020). O desmatamento descontrolado, os conflitos contra indígenas e

⁶⁹ “[...] apontar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento, bem como a falta de benefícios dele” (Tradução nossa).

agrários, a informalidade e a precarização do trabalho – o qual não raro se desenvolve em condições similares à escravidão – ainda persistem na região na contemporaneidade.

Em uma direção oposta ao discurso de riqueza natural exuberante, a Amazônia brasileira é compreendida como uma extensa periferia apartada do centro econômico e de poder, ocupando, meramente, o lugar de fornecedora de recursos naturais (Miranda; Barroso, 2020). O isolamento em relação aos significativos centros econômicos faz com que as mazelas advindas da desigualdade social sejam percebidas de forma mais intensa pelas mulheres amazônidas, devido, principalmente, a questões como: o desemprego, as reduzidas taxas de escolaridade, a escassez de representatividade nos cargos de gestão, os abusos sexuais, a comercialização de seres humanos e os elevados índices de violência e feminicídio.

Nesse sentido, há que se pensar em políticas públicas. A Amazônia Legal é uma região que faz uso das variadas políticas públicas – sejam elas de renda, educação, moradia, saneamento entre outras – adotadas no território brasileiro (Sousa; Santos; Sousa, 2016), no entanto, ainda não são suficientes. Além disso, o modelo de desenvolvimento regional inserido na região tem acarretado, segundo Nogueira, Sanson e Pessoa (2007), o aumento da concentração de renda, a intensificação do processo de urbanização das cidades e do processo migratório de parte da população para as grandes metrópoles dos estados da região Norte.

Outrossim, é fundamental ressaltar os limites do desenvolvimento capitalista para garantir a emancipação feminina. Um dos pontos primordiais é pensar em como tornar compatível a obtenção da atividade laboral pelas mulheres, que, indubitavelmente, compõem o processo de independência política feminina, com a extinção das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho (Nogueira; Sanson; Pessoa, 2007), visto que essa situação de desequilíbrio entre trabalhadores e trabalhadoras atende, sobretudo, aos interesses do capital.

Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 718) argumentam que:

[...] nas sociedades contemporâneas o gênero continua sendo um eixo de “injustiça socioeconômica e cultural”, pois ainda define a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Hierarquiza perfis de ocupações conforme sejam exercidas, primordialmente, por mulheres ou por homens, com consequências também hierarquicamente valorizadas em termos de prestígio, remuneração, carreiras, direitos sociais. A economia de mercado capitalista requer um tipo de trabalhador adaptado às exigências da competitividade. E, nesse sentido, tende a premiar quem pode se adequar mais plenamente ao modelo, sejam homens, sejam mulheres. Porém, as desigualdades de gênero, acopladas a outras desigualdades, tais como étnicas, geracionais, de classe, favorecem ainda mais o modelo capitalista, ancorado na apropriação do valor gerado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, e, logo, incidem na baixa remuneração.

Entrecruzar as categorias gênero e desenvolvimento, na Amazônia brasileira, resulta em aderir a uma análise do desenvolvimento capaz de evidenciar a importância das mulheres em contextos sociais e atividades produtivas diversas (Miranda; Barroso, 2020). Acerca disso, Simonian (2001, p. 33) assevera que “[...] ao considerar-se esta questão na Amazônia brasileira, há que analisá-la em toda sua complexidade, pois muitas das mulheres que nela vivem fazem parte de culturas, etnias e situações sociais muito distintas”.

Para além de uma “economia invisível”, salienta-se ser necessário pensar acerca das contribuições da mulher e dos seus papéis sociais para os arranjos do desenvolvimento, especialmente, na Amazônia brasileira (Simonian, 2001). Destarte, sendo a região um elo capaz de agregar uma considerável diversidade cultural, social, econômica e política, é importante refletir “[...] acerca de políticas para a autonomia das mulheres, utilizando os recursos e as competências locais disponíveis em uma atuação sistemática no enfrentamento e superação dos entraves à promoção da vida e na satisfação das necessidades humanas fundamentais” (Miranda; Barroso, 2020, p. 42).

Historicamente, os planos de desenvolvimento para a Amazônia, como o Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), entre outros, sinalizam uma desconsideração total quanto à relevância da mulher frente ao processo de desenvolvimento (Simonian, 2001). As instituições responsáveis, o estado, as agências de financiamento, igrejas, as Ong e a própria sociedade, dificilmente, integram a mulher em suas decisões, questionamentos e planos de desenvolvimento.

Ao longo do tempo, as mulheres, por meio de movimentos sociais, buscaram construir enunciados e participações específicas em meio a processos de exclusão e reação à uniformidade da lógica capitalista (Maia; Acevedo Marin, 2014). No decorrer do processo histórico, tem-se observado que, segundo Sorj (2000, p. 12), desafio de uma análise social está “[...] nas teorias e políticas do desenvolvimento, todos partem do pressuposto de que as sociedades se desenvolvem historicamente iguais como se fossem fases subsequentes”.

Pode-se dizer que a atuação feminina, no decorrer dos tempos no contexto amazônico, principalmente, nas ações coletivas, foi basilar para o fortalecimento das resistências ao “desenvolvimento imposto”, conforme pontuam Maia e Acevedo Marin (2014). Na prática, independentemente da consciência política ou não, as mulheres são difusoras do desenvolvimento (Mies; Shiva, 1993) mesmo que:

[...] de fato, as políticas públicas que tratam do desenvolvimento na região raramente têm incorporado as perspectivas das mulheres e as de gênero. [...] em sua maioria as Ongs e os projeto alternativos da região, inclusive os que se pautam pelo

enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento, resistem em reconhecer e incorporar a mulher como agente do desenvolvimento (Simonian, 2001, p. 41).

Ainda na atualidade, são escassas as experiências das mulheres amazônidas que tenham sido reconhecidas pelas suas sociedades, maiormente, pela importância social, política e econômica para o processo de desenvolvimento da região.

Evidencia-se que as relações de gênero são marcadas pelos simbolismos culturais e papéis sociais, ao mesmo tempo em que se configuram como relações de subjugação, em que um dos envolvidos está dominado, ou de alguma forma invisibilizado pela relevância social das atividades as quais realiza (Simonian, 2001). Silva e Simonian (2006, p. 6) reforçam que “[...] há de reconhecer-se, ainda, que os assuntos inerentes às questões de gênero refletem uma estrutura hierárquica imposta pela sociedade, o que implica relações de poder permeando os contextos de desenvolvimento”.

A trajetória que tem persistido entre as várias sociedades (indígenas ou não) da região, independentemente das atividades que executam, apontam que as mulheres amazônidas prosseguem, como alicerces econômicos, substanciais para as suas famílias e comunidades (Maneschy; Alencar; Nascimento, 1995; Simonian, 1995, 2001, 2006a, 2006b; Torres, 2008; Almeida, 2011). Silva e Simonian (2006, p. 4) destacam que elas se mobilizam “[...] especialmente no que se refere ao desenvolvimento, notadamente quanto a seu aspecto econômico, mas também quanto a outras realidades”.

Ao pensar nas relações entre trabalho e gênero, mais precisamente no envolvimento das mulheres no contexto produtivo amazônico, historicamente, Ravena (1997, p. 860) reforça a atuação feminina, ao afirmar que “[...] o cotidiano tribal, antes da chegada dos colonizadores baseava-se na divisão simples do trabalho, ficando a cargo das mulheres a agricultura e dos homens a caça”. O retorno às formas pré-coloniais de organização socioeconômica é marcado pelo silêncio histórico, o que não anula o trabalho da mulher indígena desenvolvido no cenário da Amazônia paraense. Ravena (1997, p. 95) reitera, ainda, que:

[...] o silêncio quase absoluto nos relatos não impede que se dimensionem o papel do trabalho indígena feminino no Grão-Pará. Sua importância se revela na produção de alimentos e outros gêneros fundamentais para a reprodução tanto das atividades de coleta quanto da própria vida na Amazônia no período colonial.

Não há como negar o fato de que as mulheres amazônidas, indígenas ou não, têm desempenhado um importante papel no processo produtivo da região. Múltiplas literaturas

(Simonian, 1995, 2001, 2006a, 2006b; Silva; Simonian, 2006; Maneschy; Siqueira; Álvares, 2012, Silva; Maneschy, 2020) apontam que, em determinadas atividades produtivas, o trabalho feminino destaca-se, ocasionando uma autonomia maior no acesso a espaços públicos e a recursos financeiros próprios, possibilitando à mulher ir além dos espaços da residência e do campo. Ainda assim, elas não têm o mesmo acesso que os homens à terra, aos financiamentos, aos insumos, aos serviços públicos e às instâncias decisórias.

Nessa perspectiva, Torres (2019, p. 124) ressalta que:

[...] na Amazônia profunda, indígena, tapuia e mestiça, o trabalho é um rito de iniciação, é um elemento educativo e civilizador, um pertencimento identitário em cuja *poiesis* se instala o desbravar da vida com todo o seu encanto, realização pessoal e coletiva, mas também em meio às dificuldades e perigos que as condições de trabalho comportam.

Em vista disso, Kloster *et al.* ponderam que (2015, p. 104) “[...] atualmente não se podem negar os avanços das mulheres, sejam em áreas onde os homens estavam ao centro como principal elemento para exercer tal atividade, áreas tecnológicas e até mesmo no campo”. É importante frisar que não se quer afirmar que as atividades exercidas por homens não sejam importantes, contudo, os fazeres das mulheres, sua mão de obra, precisam ser consideradas como fundamentais para prover às necessidades locais, e também a promoção de um desenvolvimento endógeno.

Abordar a relação entre a mulher e o desenvolvimento no cenário amazônico significa centrar-se, principalmente, no trabalho feminino produtivo ao considerá-las como agentes essenciais dos sistemas econômicos, avaliando o seu papel social, evitando a igualdade de gênero e a integração da consciência de gênero em todos os campos da sociedade (Galindo-Reyes *et al.*, 2016). Tal qual enfatiza Brasil (2007, p. 35) ao retratar que:

O que importa destacar no debate sobre gênero e desenvolvimento é que é possível o estabelecimento de um nexos entre a formulação e a implementação das políticas para mulheres, e a percepção por parte da sociedade civil organizada da importância do acompanhamento e fiscalização dessas políticas, pelas quais ambos têm responsabilidades.

As mulheres, como agentes políticos, favorecem o estabelecimento de ações coletivas das comunidades e a consolidação dos movimentos sociais (Acevedo Marin; Maia, 2018). Por meio das memórias e ações femininas, são notáveis as lutas por direitos e as estratégias de permanência e de retorno aos territórios diversos amazônicos.

Nesse debate acerca da importância da mulher como força produtiva, social e política em âmbito local, nacional e internacional, é possível pensar acerca de sua inserção no turismo, particularmente, por ser uma atividade que trata do intercâmbio cultural entre diferentes povos, em uma concepção para além dos benefícios de caráter econômico provenientes dela. Para Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 81):

Pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

O turismo possibilita uma oportunidade para o aprofundamento das relações com os espaços visitados, com a promoção do respeito à diversidade e uma valorização maior, ou não, da cultura e das especificidades do “outro”. Nessa lógica, em consonância com Maldonado (2009, p. 25), “[...] diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a ‘um turismo’ com selo próprio, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma”.

Nesse cenário, o TBC constitui-se uma prática de fazer turismo que se contrapõe ao turismo de massa. Este último caracteriza-se pelo deslocamento de muitas pessoas, em um mesmo período do ano, para destinos consolidados pelo *marketing* turístico (Guzzatti; Sampaio; Coriolano, 2013). Assim, o TBC, por sua vez, torna-se uma alternativa para a utilização das potencialidades e a valorização das singularidades do local por meio da incorporação da comunidade no desenvolvimento da atividade. O TBC se origina no local, concentra-se no desenvolvimento de base por meio da participação, igualdade e empoderamento, dando destaque ao empreendedorismo local (Dangi; Jamal, 2016).

Ao oportunizar a melhoria da qualidade de vida da população local, o TBC favorece a redução da pobreza e a conservação dos recursos naturais e culturais das comunidades (Khalid *et al.*, 2019). As características que assinalam o TBC são: o protagonismo comunitário; a valorização cultural; a ênfase à identidade local; e a responsabilidade ambiental (Coriolano; Barbosa, 2012; Boulhosa; Vasconcelos, 2019). Busca distanciar-se do ponto puramente econômico e centrar-se nas pessoas. Ainda de acordo com Coriolano (2006, p. 96):

[...] experiências de turismo comunitário no Nordeste e Norte do país são realizadas de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem

a agricultura, a pesca, o artesanato, dentre outras atividades, priorizam geração de trabalho para dinamização do capital local, garantindo oportunidade de participação comunitária nas decisões sobre políticas públicas.

Observa-se, então, que o TBC viabiliza a promoção de benefícios tanto no aspecto econômico como no socioambiental, pois além de gerar importantes índices para o crescimento econômico, como a geração de emprego e renda, volta-se, também, para o âmbito social, uma vez que dentre seus objetivos consta a melhoria da qualidade de vida dos moradores por meio da valorização da cultura local, infraestrutura e promoção do retrocesso do êxodo rural e da conservação ambiental.

A atividade do turismo é uma estrutura de muitas facetas cujos componentes envolvem diversos aspectos, como o econômico, o social e o ambiental. Desse modo, impulsionar a prática do Turismo de Base Comunitária, de modo sustentável, demanda uma análise acerca das questões sociais, econômicas, culturais e ambientais do destino turístico, de modo a conduzir uma reflexão sobre os caminhos que a atividade deve direcionar-se para propiciar seu potencial positivo, reduzindo, assim, seus impactos negativos (Burgos; Mertens, 2015).

Como fenômeno complexo, detentor também da dimensão ambiental, “[...] o turismo faz uso de uma grande variedade de recursos naturais e patrimoniais que, em muitos casos, podem ser o atrativo principal de um destino” (Burgos; Mertens, 2015, p. 60). Nesse sentido, é fundamental reconhecer e valorizar a inter-relação entre a atividade turística e as questões ambientais, pois:

[...] o turismo é visto, cada vez mais, como uma atividade de serviços que facilita a descoberta de novas paisagens, novos locais e culturas, o que implica, múltiplas interações entre múltiplos atores: visitantes, profissionais de vários sectores e comunidades receptoras. Deste modo, reconhece-se hoje a extrema dependência estabelecida entre a atividade turística e os recursos ambientais, naturais e culturais. Pode dizer-se que o turismo devido ao seu carácter disperso e exterior, apresenta probabilidades maiores de afetar, e ser afetado, pela qualidade do ambiente onde se desenvolve. Existe uma relação inequívoca e biunívoca entre a atividade turística e o capital de recursos naturais existentes numa determinada área (Oliveira, 2020, p. 35).

Assim, deve salientar-se que, quando se pretende o desenvolvimento do TBC, sobretudo, assim que se fala de Amazônia, uma das atenções deve voltar-se para a necessidade de repensar, controlar e mitigar os impactos da atividade sobre o ambiente natural e social. Ou seja, para Oliveira (2020), é imprescindível que haja sinergia e coerência entre as práticas turísticas e a conservação e manutenção do patrimônio natural e sociocultural em diversos contextos.

Enquanto objeto de investigação multidisciplinar, o turismo possibilita diversos estudos como: a relação ser humano e natureza; as questões culturais; e os aspectos econômicos, como também pode ser pensado como elemento contribuidor para debates e pesquisas acerca das questões de igualdade de gênero e valorização do trabalho feminino.

Isso porque, conforme a *World Tourism Organization* (UNWTO, 2020), a maioria das pessoas atuantes na atividade são mulheres, tanto em empregos formais quanto informais. Portanto, pode-se dizer que a atividade turística possibilita às mulheres visibilidade, geração de renda, empreendedorismo e reconhecimento. Acerca disso, Coelho e Sakowski (2014) destacam que, proporcionalmente, existem mais mulheres trabalhando na atividade turística (45%) que na economia (38%). No núcleo do turismo, o quantitativo da força de trabalho é feminino (54%). Tal fato, segundo as autoras, deve-se às Atividades Características do Turismo (ACT), a saber: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte; e cultura e lazer.

As ACT constituem-se um conjunto de atividades que concentra a maior parte dos gastos dos turistas, sendo o alojamento e a agência de viagem as que mais registram mão de obra predominantemente feminina – representam, juntas, 82% dos empregos existentes no núcleo do turismo. Esses dados reforçam que, nos alicerces da modernidade, o TBC, ao ser implementado no espaço rural, apoia a integração e a multifuncionalidade do campo, bem como movimenta a mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Nesse contexto, entende-se que a mulher empreende um papel social de suma importância no setor, seja no meio rural ou urbano, o qual, por sua vez, favorece para a construção de sua identidade social e profissional de ser humano (Lunardi; Souza; Perurena, 2015) e possibilita o destaque da força feminina laboral no desenvolvimento da atividade.

Dessa feita, Lunardi, Souza e Perurena (2015, p. 205) pontuam que:

[...] além do valor econômico, o turismo traz implícitos valores sociais e culturais, que significam mudanças positivas e negativas. Nesse sentido, há uma forte valorização social destacada pelas mulheres a partir do convívio com os turistas. Hoje, o turismo é visto, especialmente pelas mulheres, não só como uma fonte de recurso econômico para a família, mas também como uma fonte de conhecimento cultural, de redução do isolamento e de envolvimento social (socialização).

Considera-se que, apesar de ainda existirem muitas disparidades entre os gêneros que compõem a força de trabalho na atividade turística, o Turismo de Base Comunitária apresenta-se como uma importante área na qual a mulher pode desenvolver um papel atuante nas diversas funções profissionais – seja na gestão, no artesanato, na culinária, na

hospedagem –, as quais acarretam impactos econômicos e sociais e possibilidade de desempenho de forma igualitária em relação ao gênero oposto.

Coriolano (2009) destaca que tais ações são relacionadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que possibilitam o fortalecimento da agricultura, da pesca e do artesanato, tornando-se preexistentes do turismo. Favorece, ainda, a geração de trabalho e de renda para os residentes, prioriza os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, viabilizando a participação de todos e todas, ou seja, abrindo espaço também, segundo a autora, às mulheres e aos mais jovens.

O TBC, em relação às possibilidades, constitui-se como uma alternativa complementar de geração de trabalho, renda, promoção ao protagonismo de gênero, raça e etnia e de consolidação, de pertencimento e de conservação de tradições (Grimm; Sampaio; Garcia, 2017), assim como de avanço de uma economia que valorize o ser humano, contrapondo-se ao modelo econômico preeminente.

Grimm, Sampaio e Garcia (2017, p. 61, grifo das autoras) argumentam, ainda, que:

[...] podem-se elencar alguns princípios orientadores que podem fazer do TBC uma estratégia de diversificação econômica e desenvolvimento sustentável em comunidades que apresentam vulnerabilidade econômicas e social: a) as comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas etc. têm uma vantagem comparativa, elas têm ativos de enorme valor: cultura, arte, música, paisagens naturais, fauna e clima e o turismo pode ajudar na conservação deste patrimônio; b) o setor do turismo é diversificado e tem potencial para apoiar outros setores econômicos complementando atividades de subsistência, por meio da criação de renda em toda complexa cadeia de fornecimento de mercadorias e serviços (alojamento, transporte, alimentação e recreação); sem, contudo, substituir as atividades tradicionais (pesca, cultivo de ostras, etc.) salvo pela decisão individual de trabalhar exclusivamente com o turismo; c) **a atividade oferece diferentes oportunidades especialmente para as mulheres (que representam importante força de trabalho e sustento familiar)** e jovens (que precisam de acesso a um mercado de trabalho mais diversificado), exigindo relativamente pouco treinamento; d) abre caminho para reivindicações comunitárias de saneamento ambiental, transporte, comunicação, abastecimento de água, segurança pública e saúde, tendo visto que esta infraestrutura é necessária para o desenvolvimento do turismo, mas beneficia especialmente as comunidades locais.

No primeiro Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (UNWTO, 2010), há referência à participação feminina no TBC, ao estabelecer a meta 5, a qual menciona que é preciso dar apoio às mulheres na comunidade e nos empreendimentos de turismo domiciliar. O Relatório evidencia, igualmente, o trabalho informal das mulheres no turismo comunitário, ao abordar que o ponto principal para os formuladores de políticas é como melhorar as oportunidades e a renda no turismo comunitário e doméstico, garantindo, em caráter simultâneo, que tais oportunidades não levem à exploração.

O ponto-chave citado da questão trata-se da informação melhorada. Isto é, o setor informal do TBC encontra-se, muitas vezes, inadequadamente documentado. São frequentes as ausências de dados estatísticos acerca da atividade. É necessário, por conseguinte, a produção de mais investigações para identificar a abrangência da comunidade informal e das empresas domésticas, a fim de auxiliar as trabalhadoras na transição do setor informal para o formal e apoiar a inclusão de mulheres vulneráveis na economia do turismo. O Relatório recomenda, também, ações direcionadas aos setores público e privado, mas também aos formuladores de políticas de turismo, às organizações internacionais e à sociedade civil.

O segundo Relatório Global sobre Mulheres no Turismo (UNWTO, 2019), por seu turno, destaca que a atuação do público feminino no TBC é, especialmente, importante para o entendimento de questões de gênero, pois se caracteriza em um fazer turístico com o qual muitas se envolvem em todo o mundo, isso porque, conforme atesta o UNWTO (2019, p. 141), a “ [...] *community-based tourism – which is sometimes broadly referred to as a form of ecotourism, responsible tourism or sustainable tourism – has its own specific gender dynamics* [...]”.⁷⁰

Ainda que muitas iniciativas de Turismo de Base Comunitária não garantam o empoderamento feminino e/ou evitem a perpetuação das desigualdades de gênero, é imprescindível reconhecer que várias iniciativas têm sido fundamentais para capacitá-las em todo o mundo (UNWTO, 2019). Identificou-se, por meio de estudos de casos, vários exemplos de sucesso na igualdade de gênero e no empoderamento feminino pelo TBC, por exemplo, na África, na Ásia e na América Latina. O Relatório (UNWTO, 2019, p. 148) afirma que:

*Community-based tourism and related creative industries, alongside accommodation, are the industries which engage most women in tourism around the world. Women’s participation in community-based tourism is high worldwide, with a particularly long history in Latin America and the Caribbean. Successful examples of promoting gender equality and women’s empowerment in community-based tourism exist worldwide.*⁷¹

Para uma valorização efetiva das mulheres na atividade turística de base comunitária, é importante a garantia – mediante políticas públicas – de que as iniciativas de TBC sejam

⁷⁰ [...] “o Turismo de Base Comunitária – que, às vezes, é amplamente referido como uma forma de ecoturismo, turismo responsável ou turismo sustentável – tem sua própria dinâmica específica de gênero” (Tradução nossa).

⁷¹ O Turismo de Base Comunitária e as indústrias criativas relacionadas, junto com a acomodação, são as indústrias que envolvem a maioria das mulheres no turismo em todo o mundo. A participação das mulheres no turismo comunitário é alta, com uma história particularmente longa na América Latina e no Caribe. Existem exemplos bem-sucedidos de promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no turismo de base comunitária em todo o mundo” (Tradução nossa).

desenvolvidas de uma forma sensível a questão do gênero, sobretudo, a carga social das mulheres. Acerca da importância das políticas públicas, Nascimento e Simonian (2014) asseveram que “[...] um conceito de políticas públicas implica propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade, onde e com quem são implementados”.

Também, é crucial favorecer a participação igualitária das mulheres apoiando iniciativas femininas voltadas ao TBC e analisar o papel feminino no desenvolvimento socioeconômico, cultural e político em nível local, regional, nacional e internacional.

Vários estudos apontam o TBC como uma possível fonte alternativa de emprego e renda (Grimm; Sampaio, 2011; Pinto; Quaresma; Campos, 2012; Castro; Pinto, 2013; Silva, 2014; Grimm, Sampaio; Garcia, 2017; Martin; Spaolone, 2018; Vargas; Zuñiga; Boulhosa; Vasconcelos, 2019; Yanes *et al.*, 2019; Giampiccoli; Mtapuri; Alcantara, 2020; Dłużewska, 2020; Setoke, 2021). Apresentam, em comum, o fato de que o TBC se caracteriza por ser um processo de descoberta, sobretudo, quando a comunidade discute o que almeja e como pode contribuir não só para o desenvolvimento econômico, mas, especialmente, das pessoas e do lugar em que a atividade é desenvolvida.

O olhar para o TBC é substancial para qualquer estudo sobre gênero e turismo, a fim de compreender o que a atividade representa para as mulheres e como elas interagem com esta forma de fazer turismo. As iniciativas femininas de TBC têm sido fundamentais para a promoção da redução da pobreza, empoderamento e proteção ambiental no contexto latino americano, principalmente, em áreas protegidas ou em via de se tornarem, como o caso do *locus* desta pesquisa.

Tal atividade favorece às mulheres rurais o controle sobre os recursos e sobre seu próprio desenvolvimento, fornecendo trabalhos, oportunidades de empreendedorismo e, até mesmo, intensificando o sentimento de valorização pela cultura local. Por outro lado, a teoria feminista crítica e os estudos empíricos alertam que a atividade pode reforçar a dinâmica de poder e a hierarquia de gênero existentes (Ferguson, 2011; Ferguson; Alárcon, 2014). A atividade, segundo Ferguson (2011), possibilita oportunidades econômicas e contribui para o empoderamento político, social e psicológico.

Para tanto, é fundamental que as mulheres tenham oportunidades para participar das tomadas de decisões, acessar linhas de crédito, desenvolver autoconsciência acerca das desigualdades vigentes, bem como crer na própria capacidade de organização, gestão, de fazer

escolhas, tomar decisões estratégicas, superar barreiras (Kabber, 1999; Morga, Winkler, 2020), assim como desafiar situações de opressão e serem ouvidas pelos outros.

Por seu turno, sustentabilidade – em seu sentido mais amplo – relaciona-se à provisão de benefícios sociais, econômicos e equilíbrio ambiental e está no centro da interação entre o turismo e o meio ambiente (Montero, 2018). Nessa lógica, o TBC ganhou evidência nos últimos 20 anos por ser defendido como um caminho para o desenvolvimento do turismo sustentável (Bartholo; Delamaro; Bursztyn 2008; Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009, Ferguson; Alárcon; 2014, Khalid *et al.*, 2019) por oportunizar a possibilidade de distribuição equitativa de benefícios por meio do controle local e tomada de decisão coletiva.

O TBC permite às comunidades, prósperas em recursos naturais, uma alternativa à extração de recursos, incentivando o desenvolvimento sustentável e oportunizando a diversificação dos papéis de gênero. No entanto, há que se considerar que o TBC não constitui uma panaceia para todos ambientes e povos, mas, sim, um importante alerta, à medida que o turismo desenfreado continua a penetrar em todos os cantos do planeta, e mais recursos são reservados meramente para fins monetários.

O turismo não constitui um fenômeno isolado (Bella, 2018), logo, as análises e as discussões acerca das mulheres e do turismo devem estar para além das suas vulnerabilidades e concentrarem-se nos seus conhecimentos sobre os recursos naturais e sua força produtiva.

O TBC é considerado uma forma crítica de realizar a ideia de um turismo sustentável de sucesso (Sebele, 2010; Khalid *et al.*, 2019). Em consonância com o horizonte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁷², a atividade deve voltar-se, também, para a igualdade de gênero e para o empoderamento das mulheres e meninas. No âmbito das narrativas oficiais das Organizações das Nações Unidas (ONU, 2015, não paginado), no Brasil, atingir o potencial humano e o desenvolvimento sustentável não é possível se:

[...] para metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Vamos trabalhar para um aumento significativo dos investimentos para superar o hiato de gênero e fortalecer o apoio a instituições em relação à igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, incluindo por meio do engajamento de homens e meninos. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda é crucial.

⁷² Os Estados-Membros da ONU em 2015 estabeleceram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para mais informações consultar: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>.

Como protagonista, a mulher desempenha um papel central na dinâmica produtiva e familiar, mas também no impulso de novos comportamentos. Por isso, sua participação sagaz na atividade em projetos turísticos tende a ser fundamental para a mobilização dos jovens e para a condução de questões relacionadas à saúde e à educação, que são primordiais para desenvolver iniciativas turísticas em bases sustentáveis (Irving; Coelho; Arruda, 2020). O desempenho de um papel ativo feminino de destaque e a igualdade de gênero constituem, portanto, pressupostos para possíveis feitos nas iniciativas turísticas de base comunitárias.

Isto posto, é relevante um olhar acerca das mulheres e de suas atuações e experiências no TBC a fim de contribuir para a compreensão sobre gênero e turismo e inspirar ações de políticas públicas voltadas para o público feminino. Por essa razão, o turismo necessita, de todo modo, ser decodificado, academicamente, em suas múltiplas nuances e nas sutilezas, que caracterizam esse fenômeno marcado pela complexidade e que não responde somente à lógica do mercado.

A partir desse exercício acadêmico, na conexão com as discussões sobre desenvolvimento, busca-se mapear os caminhos de políticas necessárias que despertem novas leituras sobre o turismo e debates possíveis para a inserção da mulher nas políticas públicas, pois é substancial lembrar que “[...] *gender imbalances are not self-correcting, and proactive policies and initiatives need to be implemented to tackle the gender gap and to avoid the perpetuation of unequal opportunities*”⁷³ (Mura, 2018, p. 141).

É fato que a atividade turística se caracteriza, na atualidade, como um fenômeno de alcance mundial, gerado a partir da conexão de dinâmicas sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e simbólicas. Estas, por conseguinte, incentivam novas conexões que tendem a ressignificar realidades locais em que a atividade se desenvolve (Irving; Coelho; Arruda, 2020). Logo, mais do que compreendê-lo apenas pela perspectiva reducionista do mercado, é importante priorizar a interpretação do turismo como feito multidimensional complexo, de alcance global e que se materializa no plano local, que envolve, além de aspectos econômicos, socioculturais, ambientais, políticos, geopolíticos e éticos.

A reflexão sobre o TBC e sua relação com o gênero envolve a interpretação de uma epistemologia crítica do turismo, a qual, segundo Irving, Coelho e Arruda (2020, p. 80):

[...] não se sustenta em sistemas científicos, linguísticos, filosóficos, matemáticos, estatísticos ou metodológicos universalmente comprovados, rigorosos ou validados

⁷³ [...] “desequilíbrios de gênero não são autocorretivos, e políticas e iniciativas proativas precisam ser implementadas para enfrentar a lacuna de gênero e evitar a perpetuação de oportunidades desiguais” (Tradução nossa).

e nem na visão pós-moderna, centrada no individualismo ou na fragmentação do conhecimento que vem decodificando o turismo a partir de seu significado operacional e/ou funcional. A epistemologia crítica do turismo, ao contrário, busca a transformação da realidade, a partir a captação da realidade em transformação e da formação de sujeitos sociais ativos, capazes de transformar positivamente a realidade vivenciada.

Assim sendo, os estudos devem considerar a leitura realista dos processos antropológicos que o caracterizam. Na verdade, nestas pesquisas, o gênero deve ser compreendido para além de uma simples variável, visto que acaba sendo apenas um rótulo anônimo colocado em um questionário. É necessário, portanto, explorar os caminhos metodológicos que permitem entender as estruturas de poder e de desempenho de maneira mais detalhada, sobretudo, no viés das desigualdades sociais (Mura, 2018, p. 142). Isso pode levar a mobilizar paradigmas e metodologias e, também, a conceber novas formas de conhecimento.

4 UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS PROTEGIDAS

4.1 Trajetórias, conceitos e desafios das áreas protegidas para a sustentabilidade

Dada a evolução da vida na terra, segundo evidências remotas tratadas cientificamente, o ser humano tem sido, de modo constante, um fator de impacto sobre o meio, apesar de fazer parte dele e nem sempre perceber isso, cujas consequências impactam, inclusive, sobre suas próprias populações (Milano, 2012). Os indivíduos, no percurso histórico da humanidade, vêm utilizando os recursos naturais como matriz fornecedora de elementos fundamentais para assegurar a sobrevivência humana (Ponting, 1995). Tal processo, muitas vezes, para Sachs (2009), não se direcionou para um pensar equilibrado e racional, resultando em um contexto de degradação ambiental e uma dívida ambiental e social sem precedentes.

No entanto, na ótica do autor, o uso produtivo dos recursos naturais, não implica em prejuízo ao meio ou em destruição da biodiversidade, se houver consciência e racionalidade no seu uso. Segundo Sachs (2009, p. 32), “[...] conservação e aproveitamento racional da natureza podem e devem andar juntos.” Nesse sentido, há que se pensar em estratégias voltadas para a conservação da natureza e para a redução da perda da biodiversidade, particularmente, das Unidades de Conservação, as quais se constituem em espaços ideais para esta finalidade.

Em suas pesquisas, Simonian (2000, p. 11) sinaliza que sempre existiu entre os diferentes tempos e sociedades “[...] algum tipo de cuidado com o ambiente, com as áreas de suprimimento, com o patrimônio natural-cultural/histórico e também áreas de reserva [...]. Ao longo da história, o estabelecimento de áreas voltadas para a manutenção dos atributos naturais evoluiu a partir, sobretudo, das práticas e atos das primeiras sociedades humanas (Miller, 1997). As necessidades de uso instantâneo e futuro dos atributos, envolvendo animais, água, plantas, entre outros, justificavam a manutenção desses lugares, além de serem concebidos como espaços de resguardo de mitos⁷⁴ e fatos históricos. Reitera-se que:

⁷⁴ O mito funciona como modelo explicativo do mundo e, segundo Eliade (2011, p. 9), refere-se à “[...] sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a ‘sobrenaturalidade’) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do ‘sobrenatural’) no Mundo [...]”.

[...] sendo bem antigos os primeiros registros, ainda que em geral fragmentados, de atitudes humanas pró-natureza controlando, restringindo ou proibindo suas práticas predatórias. Há informações sobre disputas tribais chinesas por territórios florestais, protegidos pelos vencedores para usufruto comunitário; há registros hindus sobre a destinação de áreas para a proteção integral da natureza por motivos religiosos, sendo as mesmas consideradas santificadas, há a historicamente referenciada proposta de Platão, na Grécia antiga para reflorestamento das degradadas colinas de ática, pelo sobreuso, para recompor os mananciais hídricos; há o registro da comunidade suíça da Gladis que, em 1940, declarou ao mesmo tempo a proteção das florestas montanas locais e sua franquia ao usufruto coletivo; e, entre tantos outros que merecem destaque, há o registro pelos espanhóis de rígida prática de proteção dos guanos pelos incas, de cujos excrementos dependiam para o sucesso da agricultura (Milano, 2012, p. 18).

No contexto ocidental, essa prática é mais recente, remetendo-se à Idade Média. Nesse período, as classes dominantes da Roma Antiga e da Europa Medieval reservavam áreas para seu uso privativo e, igualmente, alguns monarcas destinavam pequenas áreas para proteção de determinadas espécies (Vallejo, 2009). Em 1569, na Suíça, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e, no século XVIII, conforme Vallejo (2009), surgem os Parques Reais na França, os quais chegaram a ser abertos ao público.

Assim, entende-se que a criação de áreas destinadas à proteção conduz a compreensão de que estas são sinônimos de patrimônio material e imaterial (Rocanglio, 2007). Nessa concepção, “[...] a natureza é material, mas ao contrário de outros bens culturais é viva, dinâmica e perecível. Sendo imaterial, é passível de representações diversas que a transformam em lugar sagrado, cenário de disputas e combates, espaço de lazer, centro de conhecimento científico” (Roncaglio, 2007, p. 5).

Porém, o marco do movimento moderno⁷⁵ de conservação da natureza advém, em 1872, da criação do surgimento do Parque Nacional de Yellowstone⁷⁶ nos Estados Unidos, realizado com a criação, a implantação e o manejo de áreas protegidas⁷⁷ (Diegues, 1996; Vallejo, 2009; Milano, 2012):

Com a criação do Parque nacional Yellowstone, a ideia de parque nacional rapidamente conquistou fronteiras e, ainda antes da virada do século XIX para o século XX, Canadá, Austrália, África do Sul e México haviam criado unidades territoriais com as mesmas finalidades e, em geral, usando a denominação “parque”. Na virada do século, Suécia, Suíça, Argentina e vários outros países iniciaram a criação e o estabelecimento de parques de outras áreas protegidas, cada um com seus próprios critérios (Milano, 2012, p. 19).

⁷⁵ Após a Revolução Industrial.

⁷⁶ A criação do referido parque “[...] se reveste de importância fundamental a partir do momento em que as atividades de conservação passam a ser assumidas oficialmente pelo Estado, gerenciando os espaços conservacionistas a partir de interesses e do poder públicos.” (Hassler, 2006, p. 82).

⁷⁷ Neste estudo o termo “áreas protegidas” é utilizado enquanto sinônimo de “Unidades de Conservação”.

Com o passar do tempo, o surgimento de parques e outras categorias de áreas protegidas⁷⁸ seguiu em cada país, sem estratégias plausíveis, até aproximadamente a metade do século XX: “[...] cada unidade existindo a partir de processos isolados associados a motivações locais para a proteção de alguma característica natural ou cultural especial [...]” (Milano, 2012, p. 20).

O modelo adotado no Brasil advém da concepção de áreas protegidas originada nos Estados Unidos. A criação dessas áreas tem como propósito resguardar a vida selvagem comprometida pela ascensão da civilização urbano-industrial. Tal modelo “[...] fundamenta-se na ideia de que a alteração e domesticação de toda biosfera pelo ser humano é inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, livres da intervenção humana” (Parente; Bursztyn, 2012, p. 22).

Na configuração histórica do Brasil, ainda em 1821, José Bonifácio⁷⁹ teria sido o precursor no pensar acerca da significância da conservação ambiental no território nacional, quando sugestionou que se estabelecesse um setor responsável pela conservação das florestas (Diegues, 1996). Todavia, coube ao político André Rebouças⁸⁰ em 1876, inspirado na criação do Parque de Yellowstone, a sugestão de criação de parques nacionais no Brasil (Brito; Câmara, 2001; Diegues, 1996;). Rebouças idealizou a concepção do Parque Nacional da Ilha do Bananal, no Rio Tocantins/Araguaia, e do Parque Nacional do Salto de Sete Quedas, no Estado do Paraná.

Contudo, a UC pioneira criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937, o qual mantinha entre seus objetivos, segundo o art. 9 do Código Florestal Brasileiro de 1934⁸¹, “[...] além das suas finalidades de caráter científico [...] atender às de ordem turística” (Costa, 2002, p. 18). Sobre o Parque Nacional do Itatiaia aponta-se que:

⁷⁸ Consideradas áreas de terra e/ou mar, as áreas protegidas são voltadas à proteção e ao cuidado com a diversidade biológica, bem como de seus recursos naturais e culturais atrelados, geridas com o apoio de instrumentos legais e/ou outros meios efetivos (Brasil, 2007).

⁷⁹ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838) foi filósofo, advogado, professor, cientista e político. Representa um dos personagens mais conhecidos da História Política brasileira, visto que, no período do processo de independência do Brasil, foi reconhecido como o principal arquiteto do debate independentista, considerado o artífice central na concepção do projeto de Brasil como nação (Pinheiro, 2012).

⁸⁰ André Pinto Rebouças (1838-1898) contribuiu para a construção do Brasil no século XIX e teve participação fundamental na luta contra a escravidão, além do pensamento acerca da estrutura fundiária brasileira, pois: “[...] as ideias de Rebouças estavam repletas de um ideário de reforma agrária. Para ele, liberdade e propriedade de terra formavam um elo indissociável e fundamental para a integração dos ex-escravos à sociedade [...]” (Soares, 2017, p. 243).

⁸¹ Em 23 de janeiro de 1934, no governo do presidente Getúlio Vargas, instituiu-se a primeira versão do Código Florestal Brasileiro, pelo decreto nº 23.793. A justificativa para tal criação se deu em decorrência do avanço no processo de derrubada das florestas nativas para a exploração de madeira (Vianna, 2008; Garcia, 2012). O documento legal visava assegurar a manutenção das florestas (Roriz; Fearnside, 2015) Apesar das discussões e das medidas acarretadas, o Código não cumpriu o que era esperado, visto que pouco praticável àquela época,

[...] a criação do Parque Nacional do Itatiaia contou com a defesa de Hubmayer na Sociedade Brasileira de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1911, e do botânico Alberto Löefgren, em 1913, quando este último reiterou a proposta de instalação de um Parque Nacional na região da Serra da Mantiqueira, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e de oferecer lazer às populações dos centros urbanos (Diegues, 2008). Em 1931, com o objetivo de proteger os recursos naturais e culturais de uma área possuidora de rica biodiversidade e de um ecossistema de expressiva beleza, o botânico Alberto Sampaio enviou ao governo brasileiro uma nova proposta de criação do Parque Nacional do Itatiaia, que se concretizou em 14 de junho de 1937, constituindo-se com o primeiro parque nacional do Brasil (Hübner, 2013, p.47).

No ano de 1939, foram implantados o Parque Nacional de Nova Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio Grande do Sul (Brito; Câmara, 2001; Obara; Silva, 2001). Com o passar dos anos, a política brasileira de implantação das áreas voltadas para a conservação ambiental teve um moroso avanço.

O processo de instituição dessas áreas teve início com os parques nacionais, criados, sobretudo, no Sul e Sudeste brasileiro. Somente na década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola e a devastação de florestas tropicais, o governo criou os primeiros parques no território amazônico (Parente; Bursztyn, 2012). Em 1974, foi criado o Parque Nacional da Amazônia, na cidade de Itaituba (Pará) e, no ano de 1979, dois novos parques foram criados na região: o Pico da Neblina (Amazonas) e Picaás Novos (Rondônia) (Diegues, 1996). Em 1980, o quantitativo de UCs brasileiras se expandiu com a inclusão de aproximadamente mais de 20 milhões de hectares de novas áreas (Drummond, Franco; Oliveira, 2010). Sobretudo, porque:

A análise da cronologia e dos locais de implantação de unidades de conservação de uso indireto no território brasileiro foi classificada por Pereira (1999) em quatro etapas, sendo que a primeira se estende de 1937-1939 com a criação do primeiro parque nacional, o de Itatiaia; a transferência da capital federal para o Centro-Oeste marca a segunda etapa que englobou os anos de 1959-1970 quando o país se voltou para o ‘desenvolvimento’ da Região Amazônica; a terceira etapa compreende o período de 1971 a 1974 com o estabelecimento da Política Brasileira de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e a quarta etapa tem início em 1979 chegando até os dias de hoje, quando foram criadas as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental (Hassler, 2006, p. 83).

O que se observa, a partir de Diegues (2008), é que os parques brasileiros foram criados com a finalidade de serem espaços atrativos com ênfase na recreação⁸² ne educação

sendo substituído, em 1965, por uma nova investida a fim de evitar mais perdas econômicas e ambientais (Ribeiro, 2011).

⁸² Recreação pode ser entendida como “[...] ‘recreação’ que inclui o divertimento, mas não de uma forma alienada e dominadora, e sim numa perspectiva de educação inovadora, que possibilite a criação, a recreação e, também, o divertimento” (Silva *et al.*, 2011, p. 13).

ambiental⁸³. Direcionados, especialmente, à população externa a essas áreas, sem levar em conta os povos desses territórios, como: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais e coletores. Esse entendimento de Diegues (2008) poder ser observado na análise do Decreto nº 1.713/37, que instituiu o Parque Nacional de Itatiaia, no qual se notam os seguintes pontos:

Considerando que, por essas circunstâncias, a região em que está localizada a referida Estação Biológica, deve ser transformada em Parque Nacional, para que possa ficar perpétuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científicas decorrentes das ditas circunstâncias. Considerando que, tendo sido alienados a particulares pequenos lotes de terras encravados nas que foram conservadas na posse e domínio pleno da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a êsse domínio, para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos; Considerando que, além das suas finalidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros; Considerando que, por se tratar de terras do patrimônio nacional, onde existem benfeitorias e pessoal técnico especializado, que integram a atual Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico, a localização na dita Estação de um Parque Nacional poderá ser realizada com grande economia para os cofres da União e iniciais vantagens para as realizações científicas e turísticas a serem encetadas; Considerando que, ouvido o Conselho Florestal Federal sobre a conveniência da localização na Estação Biológica de Itatiaia de um Parque Nacional, foi o mesmo de parecer favorável à iniciativa do Governo nesse sentido; Considerando que essa localização importa ao mesmo tempo, em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento das correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes, ou sejam todos os objetivos, reunidos simultaneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais (*sic*) (Brasil, 1937, p. 1).

O governo brasileiro, na trajetória histórica das UCs, não dispunha de uma estratégia nacional para eleger e organizar essas áreas. As ações eram planejadas de forma irregular, tão somente pela legislação basilar ou por declaração política (Brito, 2003; Vianna, 2008). A criação das UC, até então, justificavam-se pelas exuberâncias naturais que possuíam. No intuito de avançar nessas questões, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), constituído por meio da Lei nº 7.735, e tinha por fim agrupar a política ambiental brasileira e reparar as incertezas e os despropósitos existentes, sobretudo, na gestão das UCs (Vianna *et al.*, 1995).

No início do século XXI, houve uma expansão significativa com a criação de mais áreas protegidas. Desde então, o quantitativo de UCs e a extensão de áreas para fins ambientais vêm se expandindo tanto em âmbito federal, como em âmbito estadual e municipal.

⁸³ Esta aponta para as transformações da sociedade tendo em vista novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental (Guimarães, 1995).

[...] e hoje a estratégia de criação de UC visa alcançar três objetivos: a preservação de habitats naturais ou sítios culturais significativos, a proteção dos suprimentos de recursos de alto valor e a manutenção das características e da diversidade paisagística tendo em vista as gerações futuras (Quaresma, 2003, p. 49).

As consequências da criação de espaços destinados às Unidades de Conservação para os seres humanos, segundo Hassler (2006), envolvem: a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade; a manutenção dos recursos hídricos; a salvaguarda de sítios históricos e/ou culturais; a preservação da fauna silvestre; a qualidade do ar atmosférico; o incentivo ao uso responsável dos recursos naturais; o incentivo ao desenvolvimento integrado a práticas de conservação; o manejo dos recursos da fauna e da flora, dentre outros.

Na narrativa historiográfica brasileira, a terminologia Unidades de Conservação é usada para designar as várias áreas protegidas instituídas no País e que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Tal vocabulário é utilizado pelo Poder Público e/ou pela sociedade civil, no intuito de atender aos objetivos específicos de resguardo dos recursos renováveis (Medeiros; Irving; Garay, 2006). A finalidade principal das UCs é: “[...] a instituição de uma nova dinâmica de proteção territorial nos espaços destinados à sua implementação, no processo que vai desde a sua criação/delimitação até a sua gestão” (Medeiros; Irving; Garay, 2006, p. 23).

Ainda, acerca da definição dessas áreas, a *World Conservation Union* (UICN)⁸⁴ as compreende como: “[...] *a clearly defined geographical space, recognized, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values*”⁸⁵ (Dudley, 2008, p. 2). Esses espaços também são compreendidos como áreas territoriais destinadas ao uso humano, em diferentes contextos e níveis e com diversos propósitos (Milano, 2012). São compreendidos ainda como espaços especialmente protegidos, assegurados por lei, com intuito de manutenção da sua biodiversidade e conservação dos seus recursos naturais (Simonian; Silva; Baptista, 2015).

A conceituação de Unidades de Conservação, por sua vez, está para além da defesa dos recursos naturais, tal qual assinalam Silva e Costa (2016, p. 60): “[...] especialmente por estas se apresentarem como estratégia para a proteção da biodiversidade associando seu propósito, de forma equilibrada, às demandas das populações residentes nestas áreas”.

⁸⁴ União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

⁸⁵ “[...] um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e administrado, por meio legal ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com os serviços de ecossistema associados e valores culturais (Tradução nossa).

Envolve, portanto, a gestão e a utilização desses espaços, abrangendo o ambiente natural e a população que habita esses territórios e o seu entorno.

As UCs representam uma das possibilidades fundamentais para assegurar a posse legal do território e seu uso ordenado, com propósitos à sustentabilidade ambiental (Simonian, 2007). Suas relevâncias não se restringem apenas às realidades socioambientais locais. Uma vez que se constituem, à luz de Simonian; Silva e Baptista (2015), em espaços essenciais para a vida em sociedade e envolvem aspectos naturais, materiais, culturais e imateriais, imprescindíveis para as relações sociais imbricadas com os processos naturais.

Nas observações de Araújo (2007), as UCs representam mais do que quaisquer teorizações que se faça sobre elas, sobretudo, de coexistência – divergente e harmônica simultaneamente – entre indivíduos e a biodiversidade, entre o local e o global. Tais áreas são importantes do ponto de vista ambiental, estético, histórico, cultural, econômico e social, ademais são basilares na manutenção dos ciclos ecológicos e reclamam regimes específicos de preservação e/ou exploração (Mercadante, 2001). Na perspectiva de Coelho; Cunha e Monteiro (2009), como espaços estratégicos para a proteção e a poupança de recursos naturais, são compreendidos como “espaço vivido” ou “território usado” pelos grupamentos humanos.

Áreas protegidas e/ou UCs existem substancialmente, porque há uma grande força e ameaça à conservação da biodiversidade, dos recursos naturais e socioculturais no planeta. Podem ser de várias categorias ou para vários propósitos e são classificadas quanto à gestão (federal, estadual, municipal ou de particulares). Isto posto, diante da necessidade da criação de aparatos legais de gerenciamento, que assegurassem eficácia a essa variedade de categorias, foi instituída a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), que trata acerca do SNUC e dá outras providências. De forma que:

Os sistemas nacionais de áreas naturais protegidas devem ser estabelecidos de forma melhor representar a biodiversidade dos países e a responder aos requerimentos para a sua conservação, objetivando o desenvolvimento humano sustentável. O estabelecimento desses sistemas permite ao país avaliar seu grau de compromisso para com a conservação (Brito, 2003, p. 35).

O SNUC tem como intenção sistematizar definições, objetivos e tipos de categorias de UC (Brito, 2003). Esse sistema, conforme Irving (2006), divide as UCs em dois grupos com características distintas: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as quais se relacionam à integração de concepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza:

As de proteção integral são aquelas destinadas à preservação da biodiversidade, sendo permitida somente a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo e a atividades de educação ambiental, desde que haja prévia autorização do órgão responsável. Não envolve consumo, coleta, extração de produtos madeireiros ou minerais e não é permitida a permanência de populações, com exceção dos Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.

[...]

As de uso sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade com a extração racional dos recursos naturais. Nelas são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior (Costa, 2013, p. 54).

As UCs de Proteção Integral (Quadro 9) remetem ao entendimento e à ideologia dos denominados “preservacionistas”, influenciada pela inviolabilidade dos recursos renováveis. Por sua vez, as UCs de Uso Sustentável (Quadro 10), de acordo com Irving (2006), aludem à compreensão de inclusão social no processo de gerenciamento das áreas protegidas, advindas do grupo denominado “socioambientalistas”.

Quadro 10 – Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral no Brasil

Categoria	Propósitos	Consentido	Não consentido
Estação Ecológica	Salvaguardar a natureza e executar pesquisas científicas	- Investigação científica (mediante autorização prévia)	- Explorar os recursos naturais - Instituir propriedades particulares - Promover visitação pública, exceto com fins educacionais
Monumento Natural	Manter sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza paisagística	- Investigação científica - Visitação pública - Propriedades particulares com uso da terra de acordo com os fins da unidade	- Explorar os recursos naturais - Usufruto da terra em discordância com os fins da unidade
Parque Nacional (PARNA)	Manter ecossistemas naturais de importância ecológica e cênica	- Investigação científica - Educação ambiental - Práticas de recreação - Turismo ecológico	- Explorar os recursos naturais - Instituição de propriedades particulares
Reserva Biológica (REBIO)	Resguardar o ecossistema e demais atributos naturais existentes em suas áreas, sem intervenção humana direta ou alterações ambientais	- Investigação científica - Recuperação de biotas alteradas - Ações de manejo para recuperar e manter o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.	- Explorar os recursos naturais - Propriedades particulares - Promover a visitação pública, exceto com fins educacionais
Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Guardar ambientes naturais para a manutenção ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória	- Pesquisa científica - Visitação pública - Propriedades particulares, com uso da terra conciliável com os objetivos da unidade	Fazer usufruto dos recursos naturais e da terra em discordância com as finalidades da unidade

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2007).

(*) Outras restrições e/ou proibições podem ser previstas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

Quadro 11 – Categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil

Categoria	Propósitos	Consentido	Não consentido
Área de Proteção Ambiental (APA)	- Defender a diversidade biológica - Regularizar o processo de ocupação - Garantir a sustentabilidade dos recursos naturais	- Estudos científicos - Visitação pública; - Propriedades particulares; - Exploração dos recursos naturais	-
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	-Conservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local; -Regular a utilização aceitável dessas áreas	- Estudos científicos; - Educação Ambiental; - Práticas de recreação; - Turismo ecológico; - Propriedades particulares; - Usufruto dos recursos naturais	-
Floresta Estadual (FLOTA) e Floresta Nacional (Flona)	Promover o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais e a investigação científica, com destaque no usufruto de florestas nativas	- Permanência de povos tradicionais que habitam a área desde sua criação - Investigação científica (prévia autorização) - Educação ambiental - Recreação - Turismo ecológico - Uso dos recursos naturais	Propriedades particulares
Reserva Extrativista (Resex)	Salvaguardar os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais, cujo sustento embasa-se no extrativismo e no complemento com agricultura de subsistência e criação de animais pequenos	- Permanência de povos tradicionais que habitam a área desde sua criação - Pesquisa científica (prévia autorização) - Visitação pública - Usufruto dos produtos florestais não madeireiros - Uso comercial de recursos madeireiros em situações especiais e complementares às demais atividades	Propriedades particulares
Reserva da Fauna	Manter uma área natural com animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, apropriadas para estudos científicos acerca do manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos	- Investigação científica - Visitação pública - Manejo sustentável da fauna	Propriedades particulares
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Manter a natureza e garantir condições e meios necessários para a reprodução, a melhoria da qualidade de vida e o usufruto dos recursos naturais realizadas por povos tradicionais	- Permanência de povos tradicionais que habitam a área desde sua criação - Pesquisa científica - Educação ambiental - Recreação - Turismo ecológico - Usufruto dos recursos naturais	Propriedades particulares em discordância com os propósitos da UC
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Resguardar a multiplicidade biológica	- Investigação científica - Visitação com fins turísticos, recreativos e educacionais	—

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2007).

Em síntese, as UCs de Proteção Integral possuem o objetivo substancial de proteger a natureza por meio da utilização indireta de seus recursos (Brasil, 2016). E as UCs de Uso

Sustentável visam conciliar a conservação da natureza com a utilização sustentável de parcela de seus recursos naturais (Brasil, 2016). No Brasil, entende-se que o atual modelo de proteção ambiental está concentrado em dois dispositivos legais – o Código Florestal (Lei nº 4771/1965) e o SNUC (Lei nº 9985/2000) – apesar de haver outros aparatos legais que tratam da salvaguarda dos recursos renováveis e do processo de gestão ambiental, também considerados importantes no exercício desta função.

Dentre os aparatos legais brasileiros que tratam a dimensão ambiental enfatiza-se a questão das Terras Indígenas (TI), as quais estão condicionadas a um arcabouço legal e institucional específico, como Estatuto do Índio⁸⁶ (Lei nº 6.001) entre outros. O fato é que essas áreas não estavam sujeitas legalmente à política brasileira de proteção da natureza, manifestada pelo SNUC. Contudo, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)⁸⁷, estabelecido pelo Decreto nº 5758, de 13 de abril de 2006 (Brasil, 2006), incluiu as Terras Indígenas e remanescentes quilombolas nessa compreensão. Atualmente, as UCs federais estão em território brasileiro, cuja configuração está disposta na Tabela 1 a seguir.

⁸⁶ Promulgado em 19 de dezembro de 1973 objetiva legitimar situação dos indígenas e de suas comunidades, com a finalidade de salvaguardar a sua cultura e agregá-los ao território nacional (Brasil, 1973), no entanto, tal aparato legal não se apresenta como eficiente, haja vista o que vem acontecendo com os Yanomami em Roraima.

⁸⁷ Instituído no Governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado com o objetivo de organizar e ampliar as Unidades de Conservação no território brasileiro (Veríssimo *et al*, 2011, p. 12).

Tabela 1 – UCs Federais no Brasil segundo tipologia e categoria de manejo – 2022

UC Proteção Integral		
Categoria	Quantidade	Extensão (ha)
Estação Ecológica	32	7.483.266
Monumento Natural	5	11.686.588
Parque Nacional	74	26.788.073
Reserva Biológica	31	4.339.346
Refúgio da Vida Silvestre	9	298.941
Total	151	50.596.214
UC Uso Sustentável		
Área de Proteção Ambiental	37	84.791.692
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	35.488
Floresta Nacional	67	17.186.559
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.912
Reserva Extrativista	66	13.473.160
Total	185	115.589.811

Fonte: Adaptado pela autora com base no Instituto Socioambiental – Sistema de Áreas Protegidas (SisArp) (2022).

Nota-se, conforme a Tabela 1, no que diz respeito às UCs de Proteção Integral, que a maior parte (49%) se encontra na categoria Parque Nacional (PARNAS) e, em menor número, (3%) na categoria “Monumento Natural”. Os Parques Nacionais são a categoria de UC mais conhecida no território brasileiro (Maia Neto, 2009), além do desenvolvimento de atividades de recreação e lazer em contato com a natureza, tem por objetivo manter os ecossistemas, os quais possuem importante contribuição para o meio ambiente (Brasil, 2000). A categoria “Monumento Natural”, por sua vez, tem como finalidade “[...] preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” (Brasil, 2000, art. 12, *caput*).

À luz de Barros e Dines (2000), o crescente número de visitantes que buscam as áreas naturais protegidas, sobretudo, os parques nacionais ocorre em decorrência de múltiplos fatores, como: a) organização do setor formal da atividade turística; b) as facilidades de acesso; c) a disponibilidade e a qualidade de equipamentos de lazer; d) as instalações e os serviços essenciais para o desenvolvimento de atividades esportivas, educativas, recreativas; e) a intensa divulgação e *marketing* dessas áreas e f) esses espaços são favoráveis para a prática de atividades recreativas e turísticas.

Quanto às UCs de Uso Sustentável, estão em maior número (36%) representadas pelas Florestas Nacionais (Flonas) e em menor quantidade (1%) pelas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). As Flonas correspondem a “[...] uma área com

cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (Brasil, 2000, art. 17), sendo “[...] admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade [...]” (Brasil, 2000, art. 17, § 2º).

Acredita-se que as Florestas Nacionais estão representadas em maior número em virtude de constituir-se um espaço territorial formado por áreas de grande importância biológica e, possivelmente, estejam sob forte pressão antrópica, sem desconsiderar suas potencialidades para o usufruto social e ambiental.

Por sua vez, as RDS têm como intuito, segundo o SNUC (Brasil, 2000), a conservação dos recursos ambientais e propiciar os meios necessários para a reprodução e a melhoria da qualidade e modo de vida das populações tradicionais através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais, do reconhecimento, do cuidado e aprimoramento de conhecimentos e técnicas de manejo⁸⁸ do ambiente, concebido por essas próprias populações.

O Painel acerca das UCs brasileiras em 2022 (Tabela 2) aponta que a área total protegida no território é 255.622.347 ha (duzentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e quarenta e sete hectares) (Brasil, 2022), distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2 – Panorama UCs brasileiras, ano 2022

Biomass brasileiros	Nº de UCs	% Total UC	Possui plano de manejo	Não possui plano de manejo
Amazônia	357	13	109	248
Caatinga	232	8	24	208
Cerrado	468	18	85	383
Mata Atlântica	1.536	59	298	1238
Pampa	36	1	9	27
Pantanal	29	1	6	23
Total	2.658		531	2.127

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2022)⁸⁹, adaptado pela autora.

Esses números apontam que, embora seja expressivo o quantitativo de UCs no território nacional, sobretudo, em biomas diversos, a efetividade da gestão dessas áreas ainda

⁸⁸ Manejo, segundo o SNUC é “[...] todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas” (Brasil, 2000, art. 2º, VIII).

⁸⁹ Painel Unidades de Conservação brasileiras (2022).

é insuficiente tendo em vista a ausência do Plano de Manejo na maioria das UCs brasileiras, documento que, segundo o SNUC (Brasil, 2000), constitui a ferramenta principal para a gestão de uma UC. Assim sendo:

[...] pouco adianta criar APs, dentre as quais se inserem as unidades de conservação, se não se conseguir planejar e executar a sua gestão de uma forma adequada, que as direcione para o real cumprimento dos objetivos que justificaram a sua instituição. De igual modo, tampouco importa que o ordenamento jurídico preveja instrumentos de gestão ambiental se não se conseguir dar-lhes a efetividade idealizada pelo legislador. Nesse sentido, além dos necessários esforços para a criação de novas áreas¹ o Brasil ainda tem muito a avançar no que diz respeito à gestão eficiente e equitativa de seu sistema de áreas protegidas (Barros; Leuzinger, 2019, p. 282).

Em consonância com os dados apresentados, apesar de o Bioma Amazônia ser o maior em extensão (Brasil, 2022), ocupa a terceira posição quanto ao número de UCs, isso se deve, segundo Borges e Iwanaga (2007), a fatores como o fato de a configuração atual de UCs no Bioma ter sido traçada tão somente a partir da década de 1980 e intensificou-se com o movimento nacional dos seringueiros do Acre em prol da questão socioambiental em meados de 1990, com destaque para a organização sindical e comunitária (Allegretti, 2008). Ademais, há uma ineficiência dos órgãos públicos quanto à instituição de instrumentos efetivos voltados para o planejamento, o gerenciamento e a criação de novas áreas.

Outro aspecto relacionado às UCs brasileiras trata-se das sobreposições de áreas protegidas. Essa questão tem ocasionado diversos debates, pois é comum encontrar conflitos de sobreposição entre UCs de proteção integral e UCs de uso sustentável. A problemática é complexa, no Bioma Amazônia, por exemplo, no qual existem 14.277 ha⁹⁰ com sobreposições. É o Bioma que apresenta o maior número de áreas nessa situação.

Para Quaresma (2008, p. 165) isso ocorre “[...] em função de uma conjunção de fatores que vão desde a inadequação do processo de criação e demarcação das áreas protegidas até a questão da acessibilidade, da falta de dotação orçamentária e de recursos humanos”. Assim, é fundamental considerar a presença humana nesses espaços, a conservação, a proteção social, as pressões socioeconômicas e a garantia do usufruto dos recursos de modo eficaz.

No caso do Estado do Pará – recorte geográfico desta pesquisa – destaca-se que associadas às UCs geridas pela instância federal, existem as UCs estaduais, que são administradas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), cujo o objetivo é:

⁹⁰ Painel Unidades de Conservação brasileira (Brasil, 2022).

[...] exercer a gestão das florestas públicas visando a produção sustentável e a preservação da biodiversidade, incluindo entre suas funções a gestão da política estadual para produção e desenvolvimento da cadeia florestal; e a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado (Pará, 2023).

Isto posto, em consonância com pesquisas realizadas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, os dados oficiais registrados no ano de 2023 revelam que existem hoje cerca de 90 Unidades de Conservação no estado do Pará, sendo 54 federais, 26 estaduais e 10 municipais. Adiante um panorama das UCs estaduais (Quadro 12) e municipais (Quadro 13) do Estado do Pará.

Quadro 12 – Unidades de Conservação no estado do Pará

	UC	Grupo
Região Administrativa Belém	Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém	Uso sustentável
	Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu	Uso sustentável
	Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (REVIS)	Proteção integral
	Parque Estadual do Utinga “Camillo Vianna”	Proteção integral
Região Administrativa Calha Norte I	Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA)	Proteção integral
	Área de Proteção Ambiental Paytuna	Uso sustentável
Região Administrativa Calha Norte II	Floresta Estadual de Faro	Uso sustentável
	Floresta Estadual do Paru	Uso sustentável
	Floresta Estadual de Trombetas	Uso sustentável
Região Administrativa Calha Norte III	Reserva Biológica Maicuru	Proteção integral
	Estação Ecológica Grão-Pará	Proteção integral
Região Administrativa do Xingu	Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu	Uso sustentável
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel	Uso sustentável
	Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal	Proteção integral
	Floresta Estadual do Iriri	Uso sustentável
Região Administrativa do Marajó	Área de Proteção Ambiental do Marajó	Uso sustentável
	Parque Estadual do Charapucu	Proteção integral
Região Administrativa do Nordeste Paraense	Monumento Natural Atalaia (MONA)	Proteção integral
	Área de Proteção Ambiental de Algodoal-Maiandeuá	Uso sustentável
	Refúgio de Vida Silvestre Padre Sérgio Tonetto	Proteção integral
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas	Uso sustentável
Região Administrativa Mosaico do Lago de Tucuruí	Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí	Uso sustentável
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça	Uso sustentável
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão	Uso sustentável
Região Administrativa do Araguaia	Área de Proteção Ambiental Araguaia	Uso sustentável
	Parque Estadual Serra dos Martírios-Andorinhas (PESAM)	Proteção integral

Fonte: Adaptado pela autora com base em Pará (2023).

Quadro 13 – Unidades de Conservação dos municípios pertencentes ao estado do Pará

Localização	UC	Grupo
Santarém	Área de Proteção Ambiental da Serra do Saubal	Uso Sustentável
Santarém	Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão	Uso Sustentável
Santarém	Área de Proteção Ambiental do Juá	Uso Sustentável
Ananindeua	Área de Relevante Interesse Ecológico – Museu Parque Seringal	Uso Sustentável
Ananindeua	Área de Relevante Interesse Ecológico – Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço da Silva	Uso Sustentável
Castanhal	Parque Natural Municipal de Castanhal	Proteção Integral
Redenção	Parque Natural Municipal de Redenção	Proteção Integral
Parauapebas	Parque Natural Municipal do Morro dos Ventos	Proteção Integral
Canaã dos Carajás	Parque Natural Municipal Veredas dos Carajás	Proteção Integral
Juruti	Refúgio de Vida Silvestre Lago Mole	Proteção Integral

Fonte: Adaptado pela autora com base no Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2022).

Apesar de o Pará constituir-se como o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, ser o mais populoso da região Norte, composto por 144 municípios (Brasil, 2023) e com diferentes classificações de UC, a análise dos dados anteriormente expostos evidencia, sobretudo, que a esfera municipal se encontra em desvantagem, o “[...] que representa uma contradição na medida em que é o elo do Estado mais próximo das comunidades locais [...]” (Bastos *et al.*, 2015, p. 208). A questão também se agrava, pois, segundo Bastos *et al.* (2015), esse número pode variar, especialmente, porque alguns espaços protegidos municipais podem não estar integrados à base de dados brasileira.

Observa-se, ainda, que o Bioma Mata Atlântica, segundo o Ministério do Meio Ambiente, apresenta o maior quantitativo de Unidades de Conservação (1.536), seguido do Cerrado (468) e Amazônia (357), entre outros (Brasil, 2022). Quanto ao Bioma Marinho, os dados também apontam que o número de UCs correspondente a ele são 193, com uma porcentagem de área marinha protegida equivalente a 26,48% do território. Os dados revelam que 59% das UCs encontram-se no Bioma Mata Atlântica, isso ocorre, conforme Brentano, Follmann e Foletto (2015), devido ao histórico de ameaças ambientais em decorrência das pressões humanas a esse Bioma, tornando-o, inicialmente, prioritário em implantação de UCs.

No que diz respeito às instâncias administrativas das UC, a Tabela 3 apresenta a seguinte configuração:

Tabela 3 – UCs brasileiras e esferas administrativas – 2022

Esfera	Nº de UCs	% UC
Federal	1004	27
Estadual	1127	31
Municipal	467	13
Particular	1066	29
Total	3.664	100

Fonte: Adaptado pela autora com base no Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2022)⁹¹.

Conforme Tabela 3, nota-se que a instância estadual apresenta o maior número de UCs, 1.127 e a esfera municipal apresenta o menor número com 467 UCs. Para Salvio *et al.* (2020), são variados os fatores que influenciam nesse quantitativo, dentre esses: as singularidades regionais, os objetivos de conservação que se pretende alcançar, o planejamento e a gestão dessas áreas, além dos recursos destinados para a gestão destes espaços.

As Unidades de Conservação da esfera federal são administradas pelo ICMBio. Nas esferas estadual e municipal, as UCs são gerenciadas por meio dos Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação e/ou meio ambiente.

A gestão de uma Unidade de Conservação pressupõe recursos humanos e financeiros adequados, estrutura básica, como sede, vigilância, equipamento de emergência e comunicação, e locais delimitados para pesquisa, visitação, uso comunitário e produtivo. Além disso, é essencial que a gestão esteja baseada num plano de manejo aprovado, e pautada na existência de um conselho gestor formal e atuante (Veríssimo *et al.*, 2011, p. 29).

O que não condiz com a realidade brasileira. Há pouca articulação efetiva e investimento público nesse sentido. As responsabilidades não são partilhadas entre os diversos segmentos sociais, seja com as populações locais ou demais segmentos que, direta ou indiretamente, transitam nesse processo, como insuficiência de recursos humanos e demais estruturas necessárias para a eficiência da UC (Quaresma, 2008). Acredita-se na necessidade de colaboração sistemática, integrada e consciente entre sociedade e instâncias públicas a fim de possibilitar êxito na implantação e na criação dos instrumentos necessários para gerir tais espaços.

De acordo com o SNUC, o instrumento fundamental de gestão para todos os tipos de UC é o Plano de Manejo (PM) (Brasil, 2000). Este constitui-se “[...] um documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma UC, estabelecem-se o seu

⁹¹ Painel Unidades de Conservação brasileira (Brasil, 2022).

zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais [...]” (Brasil, 2000, p. 6). Deve ser elaborado em um prazo máximo de 5 anos a partir da data de criação da UC (Brasil, 2000) e revisado também a cada 5 anos após sua criação (Menegassi, 2017). No caso brasileiro, verifica-se que somente 20,72% da UC possuem plano de manejo e 79,28% delas ainda não têm seus planos elaborados e/ou efetivados⁹² (Brasil, 2022).

Os dados deveriam evidenciar uma preocupação aos gestores das UCs brasileiras, pois a maioria não possui PM, quadro esse que não se configura somente agora, quando as questões ambientais não são consideradas prioritárias pela União. O PM é um documento técnico fundamental, mediante o qual – embasado nos objetivos gerais de uma UC – instituem-se o seu zoneamento e a regulamentação, que devem direcionar a gestão dos recursos naturais e a utilização da área, inclusive, a inserção das estruturas físicas fundamentais à gerência da UC e aos seus entornos (Veríssimo *et al.*, 2011).

Em síntese, a existência deles “[...] auxiliam o gestor no planejamento e implementação das ações prioritárias para a Unidade de Conservação [...]” (Pereira *et al.*, 2020, p. 25) e no alcance de seus objetivos.

Além do Plano de Manejo, outro recurso fundamental é o Plano de Uso Público (PUP), que segundo Brasil (2020, p.6) se constitui em um:

[...] documento técnico não-normativo e essencialmente programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação na unidade de conservação. O PUP pode ser complementado por projetos e protocolos relacionados ao uso público, tais como: projeto interpretativo, protocolo de gestão de segurança, projeto de manejo de trilhas, modelagens para suporte à delegação de serviços de apoio à visitação, entre outros que, após aprovados, são automaticamente incorporados ao portfólio do PUP. Havendo necessidade de normas específicas de uso público, elas deverão ser tratadas em atos normativos.

Pode-se dizer que o PUP tem por finalidade planejar o uso público em contextos de UC, subsidiar o aproveitamento do potencial turístico e diversificar e melhorar as oportunidades de visitação nesses contextos.

No processo de gestão de uma UC, previsto pelo SNUC, há também o Conselho Gestor. “O SNUC estabelece a necessidade de criação de Conselhos Gestores para promover o diálogo permanente com a sociedade e construir soluções para os desafios a serem enfrentados na gestão das Unidades de Conservação” (Pereira *et al.*, 2020, p. 24). Tem por

⁹² Painel Unidades de Conservação brasileira (Brasil, 2023).

finalidade auxiliar o gestor nos processos decisórios e integrar a população às ações desenvolvidas na UC e em suas adjacências (Santana; Santos; Barbosa, 2020). Em síntese, o Conselho Gestor discute e delibera a gestão necessária à conservação e à utilização desses espaços protegidos

Os conselhos gestores de UC classificam-se como órgãos colegiados de caráter consultivo e/ou deliberativo (Brasil, 2004). O primeiro visa à consulta, ao apoio e à participação na determinação dos aspectos gerais de atuação das UCs. O segundo destina-se a discutir e analisar as questões colocadas à sua avaliação (Silva, 2015). Em consonância com o SNUC, esses colegiados devem ser compreendidos como espaços legalmente estabelecidos para a prática da cidadania e do monitoramento social da administração do patrimônio público, por meio de debates, análise e apresentação de ações e medidas que busquem a melhoria da gestão das UCs e sua agregação regional (Brasil, 2004).

É importante considerar que, além das orientações contidas na Lei nº 9985/2000, não há uma normalização de procedimentos para a atuação do Conselho. Isso faz com que, em geral, ele seja compreendido e tratado de acordo com o perfil técnico, político ou ideológico das pessoas mais atuantes diretamente no processo de condução de questões referentes à gestão participativa das UCs ou deles, eventualmente, encarregados (Santana; Santos; Barbosa, 2020, p. 20). No entanto, não anula a importância do instrumento, como possibilidade de expansão dos procedimentos democráticos.

Quanto à constituição dos Conselhos Gestor das UCs no Brasil, apenas em 29,75% estes foram constituídos, enquanto 70,25% não os possuem. Isso se deve, entre outros fatores, à escassez de recursos financeiros e recursos humanos (técnicos) na grande maioria das UC, ou seja, falta de vontade política. Atrelado a isso, são poucos os casos em que a comunidade local ou as instituições interessadas demandaram a formação do Conselho (Palmieri; Veríssimo, 2009), o que compromete, efetivamente, a gestão das UCs e a conservação da sociobiodiversidade brasileira.

Constata-se que das 2.598 UCs situadas no Brasil, a maior parte não possui um Conselho Gestor (Brasil, 2022). Isso significa compreender que é preciso que se assegure a existência desse instrumento em nome da coletividade, do êxito das áreas, dos avanços necessários no campo da gestão participativa em UC, da ampliação dos procedimentos democráticos, nas tomadas de decisões, e que integre a população às atividades realizadas na unidade e em seu entorno. Assim compartilhando responsabilidades e oportunizando aos demais atores sociais assumirem seus papéis na gestão e sustentabilidade ambiental.

Para Santana, Santos e Barbosa (2020), a ausência do Conselho Gestor e do Plano de Manejo, na maioria das UCs brasileiras, dificultam a mitigação das dificuldades enfrentadas pelos usuários destas áreas tais como:

[...] uma educação de qualidade e adequada à vida na floresta, nas áreas ribeirinhas e entre os agricultores de porte pequeno é um dos aspectos que se pontua como essencial para a superação de limitações econômicas, sociais e tecnológicas no contexto dessas áreas. Mas essa educação teria/tem que ser acompanhada pela redefinição/implantação de uma gestão e de uma governança no sentido de garantir qualidade, continuidade e efetividade quanto à proteção dos recursos naturais, à saúde, a produção agroextrativista, ao associativismo, ao combate a violência etc. (Simonian, 2018, p. 131-132).

Além de uma educação e gerência de qualidades voltadas para essas áreas, ainda se faz necessário considerar que as conjunturas e o cenário social para a criação delas intervêm no PM da UC e da constituição do seu Conselho Gestor, mesmo anos após a criação. Assim sendo, essas unidades necessitam receber salvaguarda efetiva por sistemas de gerenciamento, cujas gestões possam lhes assegurar a plenitude sem danos às suas singularidades que fundamentaram sua criação (Santana; Santos; Barbosa, 2020). Os principais instrumentos das UCs devem ter usos e vigência real, pois a ineficácia e/ou a ausência destes acarreta um usufruto irregular nesses territórios, o que pode favorecer ao aumento dos problemas socioambientais nas unidades e em seu entorno.

Ademais, as UCs enfrentam ainda desafios significativos, tal qual assinala Vianna (2008), a saber: ausência de estudos pormenorizados para a criação das áreas; falta de apoio político institucional, de recursos financeiros, de recursos humanos, de instalações físicas e de infraestrutura; indefinição e/ou inadequação de limites territoriais; a não delimitação e/ou homologação, ausência e/ou deficiência de controles e fiscalização; ocupação do entorno; exploração e extração de recursos naturais indevidos; conflitos com populações (do interior e do entorno); ausência de participação da população local, entre outros. Isto posto, evidencia a fragilidade do aparato legal constituído em torno destas áreas.

Um outro desafio significativo para UCs no contexto brasileiro, sobretudo, quando se trata também da relação com a sustentabilidade ambiental, é garantir a conservação da multiplicidade biológica e social e, simultaneamente, favorecer a utilização responsável de seus recursos naturais. Acredita-se que:

[...] os desafios estão relacionados às questões globais, regionais e locais. Para serem solucionados, o país deve compreender a importância vital das áreas protegidas para a sustentabilidade socioambiental no presente e futuro. Também deve conceber estratégias à altura desses desafios que estabeleçam políticas de

proteção e conservação do patrimônio natural. Para isso é preciso reconhecer, objetivamente, o papel preponderante de participação dos povos e populações na efetivação de suas áreas protegidas e de seus bens ecológicos (Andrade; Iadanza, 2016, p. 91).

Esses desafios também podem ser analisados a partir de três principais pontos: (1) a implementação das UCs existentes; (2) a expansão da quantidade e de áreas; e (3) aprimoramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação vigente. Em uma tentativa de dar respostas a esses desafios, o Brasil deve confrontar questões financeiras, técnicas, de gestão, organização e, especialmente, de atuação social (Andrade; Iadanza, 2016). É necessária a efetivação e a consolidação dos espaços de participação social. Estes devem representar os anseios de mulheres e homens que têm, por meio dos recursos naturais, buscando a melhora da qualidade de vida.

São imprescindíveis ações compartilhadas entre sociedade e administração pública em prol do usufruto dos recursos naturais de forma equilibrada e garantia da (re)produção sociocultural dos povos que nessas áreas habitam e os moradores do entorno. Diante do exposto, concorda-se com Sugahara (2014) no entendimento de que não é suficiente apenas instituir uma área protegida, tal qual se observa na atualidade, é necessário assegurar, de fato, a defesa do que se almeja resguardar, lembrando que o foco principal é o direito a uma vida com qualidade e a dignidade da pessoa humana.

Destarte, as finalidades para a criação das UCs brasileiras e esferas administrativas vêm evoluindo com o decorrer dos anos, incorporando discussões diversas, dentre estas a prática da atividade turística nesses espaços. Essas áreas possuem, para além da significativa biodiversidade, um potencial natural de importante destaque paisagístico, que possibilita e atrai pessoas para o usufruto diversos. No entanto, a partir da segunda década do século XXI, se mostraram como críticos para essas locais, haja vista o descaso e o desprezo da gestão pública federal com relação a elas, com ações que vão ao encontro das ações da política ambiental brasileira, como ratificam Guetta, Oviedo e Bensusan (2022, p. 32):

[...] se o novo chefe do Executivo federal já afirmava, quando da campanha eleitoral de 2018, que não iria “mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio”, após assumir a cadeira presidencial desvendou o que pretendia para o país: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa”, afirmou em março de 2019.

Nesse período, teve início um processo de desmantelamento intensivo das políticas, públicas destinadas à proteção do meio ambiente, inclusive, com investidas sobre as UCs:

[...] tanto que, em maio de 2019, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, explicitou seu plano de rever todas as 334 UCs federais do país, o que somente não foi possível em razão de decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF, ADI nº 4717), obtida em 2018 após intensa mobilização de organizações da sociedade civil, segundo a qual qualquer desafetação ou redução dessas áreas deve ser realizada por lei específica – a cargo do Congresso Nacional, portanto –, sendo inconstitucionais quaisquer atos do Poder Executivo para tanto, inclusive medidas provisórias [...] (Guetta; Oviedo; Bensusan, 2022, p. 32).

O fato é, que desde o ano de 2019, houve uma sequência de ações arquitetadas, como: o desleixo na implementação de deveres do Estado; o desmantelamento das instituições governamentais; o incentivo à ilegalidade ambiental entre outras (Felix, 2021; Guetta; Oviedo; Bensusan, 2022; Nigro, 2022) com o intuito de enfraquecer as políticas ambientais brasileiras, e, em especial, das UC. Em síntese, as iniciativas do último representante do poder executivo federal brasileiro constituíram uma ameaça para a evolução histórica conquistada pelo País no que tange à política ambiental, à conservação da biodiversidade, ao respeito aos direitos coletivos, sobretudo, dos povos e das comunidades tradicionais que habitam esses contextos e o seu entorno.

A questão ambiental é, também, de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística. As paisagens estabelecem importantes atrativos para o desenrolar do turismo nessas áreas (Lopes; Santos, 2014). Assim posto, na subseção a seguir, pretende-se aprofundar as discussões teóricas acerca dessa integração turismo e UC, uma vez que ser o humano, nessa relação, é o elemento central.

4.2 Turismo versus Unidades de Conservação: relações e desdobramentos

O século XX foi marcado por mudanças significativas no planeta Terra, seja em âmbitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. O avanço da atividade turística como uma prática social de utilização do tempo livre passou a ser uma das atividades econômicas de maior destaque na contemporaneidade. Por outro prisma, o colapso ambiental planetário tornou-se, igualmente, uma questão bastante discutida, ocasionando vários tipos de ações governamentais, e, por parte da sociedade, em prol de melhores condições ambientais na Terra (Sansolo, 2009).

Molina (2001) ressalta que a atividade turística, além das suas múltiplas dimensões (econômica, social, cultural e política), pode incentivar, por intermédio de objetivos e ações, novas formas de percepção e conduta do indivíduo perante ao meio natural. Para além de um mero entendimento de comercialização da natureza e da cultura, o turismo, segundo

Rodrigues (1999), pode ser dinamizado a partir de um novo tipo de consumo: o consumo produtivo do espaço, mediante a interação, a consideração – respeito – pela natureza, do processo de aprendizado e a conservação ambiental.

Nesse processo, o sujeito não constitui um elemento individual, mas, sim, integrante do meio, uma vez que o culto à natureza passa a ser compreendido como o culto ao próprio ser humano no qual ela está inserida (Rodrigues, 1999). Assim sendo, o turismo, de um modo geral, passa a ser definido pela movimentação, pluralidade e intercâmbios culturais e naturais, nos quais absorve e faz uso das singularidades das áreas em que se encontra inserido.

No território brasileiro, o turismo vem ganhando força e significância no que se refere às áreas protegidas:

O interesse turístico por áreas naturais representou outra concepção da atividade. O atrativo pela fuga urbana em direção à natureza motiva um número cada vez maior de visitantes a esses ambientes. O desafio atual remete ao seu enquadramento no seio das novas formas de desenvolvimento sustentável e que contemple, ao mesmo tempo, a satisfação das necessidades das pessoas (Reis; Souza, 2013, p. 823).

Nesse sentido, é fundamental um rearranjo do espaço turístico⁹³, que possibilite agregar todos os sujeitos sociais envolvidos para a estruturação e a operacionalização da atividade. É necessário, ainda, propiciar novas vivências e aproveitamento por meio da sensibilização acerca das condutas e conhecimentos das áreas locais (Reis; Souza, 2013). A atividade turística remete a um compromisso com a natureza e com a sociedade, especialmente, no contexto das UCs e em seu entorno.

Pode constituir-se, segundo Zmyslowski *et al.* (2021), instrumento de oposição ao quadro de exclusão social, perda de identidades étnico-culturais, padronização dos modos de produção, consumo, degradação e esgotamento dos recursos naturais com consequente perda da biodiversidade. À vista disso, os efeitos socioambientais ocasionados pelo turismo, nesses espaços, devem ser previstos, daí a necessidade de:

[...] investir na implantação de uma infraestrutura adequada, para que a relação da atividade turística e conservação do ambiente sejam desenvolvidas de forma harmoniosa; desenvolver programas que insiram a comunidade local [...]; investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar; promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local e desenvolver campanhas educativas em Educação Ambiental e Legislação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza (Cavalcante; Furtado, 2011, p. 145).

⁹³ O espaço turístico define-se como “[...] consequência da presença e distribuição territorial de atrativos turísticos [...]” (Boullón, 1997, p. 65).

Na relação turismo e UC, destaca-se, também, a inserção das vantagens não materiais dos ecossistemas. Ou seja, enfatizam-se os serviços culturais de lazer/recreação, de estímulo espiritual e educação, os quais são pertinentes nessa inter-relação, uma vez que os ecossistemas propiciam a geração de serviços fundamentais à vida humana (Simonetti, Nascimento, 2012). Dentre esses serviços, *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB)⁹⁴ (The Economics, 2010) cita: os serviços de abastecimento (provimento de alimento, água e matérias-primas); os serviços de alinhamento (reguladores para a qualidade do ar, solo ou monitoramento de enchentes e doenças); os serviços de hábitat (propiciam espaço e mantêm a diversidade para vegetais e animais) e os serviços culturais (incluem as benesses não materiais).

No caso específico do turismo, os serviços culturais podem relacionar-se ao conhecimento paisagístico, à apreciação de paisagens, ao exercício do lazer, ao estímulo cultural/artístico, ao conhecimento social, histórico, cultural, científico e espiritual (Andrade; Romeiro, 2009). Ademais, a visitação pública, compreendida nesse contexto como estratégia para o desenvolvimento da atividade turística nessas áreas, configura-se uma alternativa a ser incentivada, tendo em vista as possíveis vantagens advindas do turismo nesses espaços.

[...] o turismo em áreas protegidas deve ter o planejamento como elemento-chave para que os impactos que o ambiente possa sofrer sejam minimizados. É necessário pensar também que o objetivo do desenvolvimento turístico é promover uma atividade que não venha a comprometer a implementação de outros planos, programas ou projetos (Simonetti; Nascimento, 2012, p. 179-180).

Nos dizeres de Passold e Kinker (2010), na conjuntura brasileira, são usadas várias nomenclaturas que fazem alusão às práticas de atividades nas UCs, sejam com intenções educacionais, lúdicas, culturais, lazer, turismo ecológico, ecoturismo, contemplação de paisagens, visitação, turismo em áreas naturais, educação ambiental, entre outras. Tais termos, inclusive, são mais utilizados e vigentes em aparatos legais nas esferas federal, estadual e municipal de governo. No entanto, há que se ressaltar que todos têm uma base comum, turismo e ambiente natural.

É importante destacar, conforme Lopes e Sousa (2014), que os atores sociais, envolvidos nas diversas práticas da atividade turística, apresentam uma percepção da dinâmica e da versatilidade dela, uma vez que o turismo pode contribuir para a proteção e a conservação do meio ou não, o que pode afetar a qualidade de vida das comunidades receptoras, além de, ao mesmo tempo, propiciar a condução da economia local, pois:

⁹⁴ A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (Tradução nossa).

[...] os impactos gerados pela atividade turística em ambientes naturais são hoje um dos principais focos de atenção de pesquisadores, gestores públicos e da opinião pública em geral, em especial nas áreas protegidas. O discurso hegemônico indica o turismo como uma das principais formas de revalorização da natureza, utilizando os recursos naturais preservados como ativos econômicos. Porém, inúmeros são os casos em que o crescimento da atividade foi responsável por grandes crimes contra o meio ambiente. Essa constatação revela uma preocupação: apesar da crescente demanda por este segmento do turismo, muitas das áreas protegidas carecem de planejamento e instrumentos de gestão adequados, acarretando conflitos relativos à proteção do meio natural e ao desenvolvimento local [...] (Bursztyn, 2018, p. 293-294).

Portanto, na relação turismo e áreas protegidas, é relevante que haja planejamento e investimento necessários para que os malefícios sejam repensados, e as benesses advindas com a atividade contribuam para um desenvolvimento da atividade turística com práticas sustentáveis e das populações humanas nele envolvidas.

As atividades turísticas desenvolvidas em áreas protegidas devem embasar-se em um planejamento estratégico permeado pelas especificidades locais, pelo reconhecimento e pelo respeito à diversidade, decorrente, sobretudo, dos interesses, das necessidades, dos receios e das expectativas de cada comunidade grupo social (Lopes; Santos, 2014), bem como das localizadas ao redor delas. A prática do turismo, nesses espaços, ocorre, particularmente, por meio da visitação pública, da ocupação humana e da existência de sistemas sustentáveis de uso de seus recursos (Lopes; Santos, 2014). Ainda assim, destaca-se que a atividade deve se desenvolver de forma equilibrada, visando à harmonia social, à viabilidade e à eficiência econômica e sustentável. Assim:

[...] é incontestável também, a importância do planejamento para o turismo, afinal, trata-se de uma atividade econômica voltada para o desenvolvimento cujas ações devem levar em consideração às necessidades dos grupos envolvidos, as expectativas para o futuro e as experiências já comprovadas, no âmbito do desenvolvimento do turismo sustentável. Esse processo requer uma ampla discussão com representantes da sociedade civil organizada, terceiro setor, iniciativa privada e setor público [...] (Lopes; Santos, 2014, p. 54).

Os fomentos às novas formas de experienciar e desfrutar as paisagens naturais, as florestas, as regiões costeiras, entre outros ecossistemas podem favorecer os debates acerca do uso e do aproveitamento desses espaços pelas atividades turísticas. Nesse sentido, a visitação às UCs passou a desempenhar uma função relevante nesse processo (Brasil, 2010). Ressalta-se que o incentivo à visita nesses espaços não visa, meramente, à mercantilização da natureza, o que caracterizaria um consumo estritamente mercadológico desse espaço, invertendo a própria lógica de criação das UCs (Pozati, 2019), mas se propõe a tratar dos outros aspectos

do turismo, considerando os elementos naturais como fator para o desenvolvimento da atividade.

As UC apresentam-se como um destino turístico importante, tendo em vista os aspectos da natureza e sua capacidade de proporcionar recreação e lazer em espaços naturais como principais atrativos (Grimm; Gomes, 2021). Assim sendo, o desenvolvimento da atividade turística em meio natural, em concordância com Sansolo (2018, p. 354), demanda “[...] uma reflexão crítica sobre balanço possível entre os benefícios culturais e aqueles dirigidos à conservação da biodiversidade”. Portanto, o desenvolvimento da atividade deve voltar-se, maiormente, para o uso equilibrado dos recursos naturais sem afetar, de forma negativa, a capacidade de recuperação e de conservação nesses espaços.

Para Sansolo (2018, p. 351), o turismo “[...] emerge como um setor privilegiado, do ponto de vista da reflexão sobre a possibilidade de compatibilização entre os investimentos dirigidos ao desenvolvimento e aqueles com o objetivo de conservação da biodiversidade”. Nesse sentido, é importante pensar o turismo não como atividade isolada, e sim como fenômeno social, ambiental e econômico complementar a outras práticas. Logo, a atividade turística implementada em UCs possibilita, segundo Temoteo, Brandão e Crispim (2018), favorece a conservação ambiental, mitiga os impactos sociais e ambientais e gera fluxos econômicos para esses espaços.

Acerca da visitação, as 137 UC federais brasileiras receberam, em 2020, o quantitativo de 9.261.068 (nove milhões, duzentos e sessenta e um mil e sessenta e oito) visitantes. E no ano de 2021 obtiveram 16.733.706 (dezesesseis milhões, setecentos e trinta e três mil e setecentos e seis) visitantes, caracterizando um aumento de aproximadamente 77% de um ano para outro (Brasil, 2022). Ressalta-se que esses dados podem ser relativizados ou contestados, haja vista o contexto pandêmico que assolou o mundo. Outro ponto importante é que esse quantitativo se configura como preocupante, uma vez que a maioria das UCs não dispõe de PM, logo, a capacidade de carga de tais espaços pode não ser considerada, e tal contingente de visitantes ser um vetor de pressão sobre os recursos naturais.

Um dos fatores que justifica esse acréscimo trata-se da pandemia do *Covid-19*, que, no ano de 2020, inviabilizou a visitação nesses espaços, tornando-os inseguros para a demanda turística (UNWTO, 2020). Destaca-se que essa pandemia foi considerada uma grande crise sanitária mundial que afetou todos os continentes, atingindo atividades econômicas, sociais e

culturais. Mesmo assim, no ano de 2020, houve uma abertura gradual das UCs brasileiras⁹⁵, retomando as visitas no respectivo ano.

Frente ao exposto, entende-se que o turismo é uma atividade concreta em UC. E promover o turismo nesses espaços significa compreender, tal qual chama atenção Irving (2018), a existência de obstáculos diversos como: o desconhecimento das motivações e do perfil dos turistas que visitam essas áreas; a ausência de um planejamento turístico voltado para elas; a necessidade de controle e gerenciamento dos impactos negativos das atividades no meio social e ambiental das UCs; a inexistência de um PM, entre outras. Portanto, é fundamental a criação de políticas públicas e ações eficazes voltadas para otimizar os benefícios e reduzir os custos e os impactos negativos das atividades vinculadas, nesses contextos, em sentido amplo, pois:

[...] o turismo como muitas outras atividades humanas impacta biodiversidade, e essa, quando se perde, impacta, por sua vez, o turismo. Qual é o interesse de se visitar lugares poluídos, destruídos, desertificados e, por vezes, perigosos? O Turismo é recorrentemente tensionado entre a vontade de se descobrir lugares e situações excepcionais de beleza, o insólito ou o encantamento, mas, também, a necessidade constante dirigida a limitação de acesso a esse patrimônio justamente para que não seja causa da sua destruição (Boeuf, 2018, p. 15).

Isto posto, a prática do turismo, dentro das UCs e no seu entorno, pode se estabelecer como uma importante ferramenta na conservação da biodiversidade, se planejada sob as bases da sustentabilidade, posto que se entende que a atividade turística extrapola o seu significado, é muito mais do que uma ótica simplista do mercado (Irving, 2015). Para além de um ramo da economia, Irving (2015) reforça que o turismo se caracteriza como canal de potencialidade para as transformações sociais e para o pensar ético sobre valores no contexto de uma sociedade em crise social e ambiental.

Assim, refletir sobre a relação turismo e UC conjectura privilegiar a conservação dos recursos naturais, proteger e valorizar também os recursos culturais e conceber benefícios diretos e indiretos às populações dessas áreas e do seu entorno sob o viés da inclusão social (Moraes, 2013). Daí a necessidade de se intensificar os debates e as reflexões sobre desenvolvimento turístico em UCs, bem como tratar da questão da inclusão social relacionada a esses espaços e da participação da população local no processo de tomada de decisões.

⁹⁵ As visitas nas UC brasileiras ficaram suspensas a partir de 22 de março de 2020 como medida preventiva à pandemia do Coronavírus (Brasil, 2020). De acordo com o ICMBio (Brasil, 2020), a reabertura dessas áreas para a visita pública ocorreu de forma gradual, tendo iniciado em algumas UC em agosto de 2020.

A análise da dinâmica entre atividade turística e UCs remete à compreensão de que o turismo, nesses contextos, deve ser planejado em bases sustentáveis, a fim de contribuir para a conservação da biodiversidade e para uma cultura democrática, participativa e solidária dos povos que nessas áreas habitam. De acordo com Irving (2008), a atividade turística, em territórios protegidos, deve incentivar e ampliar a participação social para a implementação de políticas e ações efetivas, direcionadas às demandas das populações envolvidas – local e das adjacências – e favorecer a democratização dos processos de gestão da biodiversidade protegida, sobre isso:

[...] é importante ressaltar que a integração dessas populações na gestão dos recursos naturais tem se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa. Assim, o turismo surge como uma possibilidade de complementar a renda dessas populações, além de fortalecer sua cultura que figura como um dos principais atrativos (Moraes, 2013 p. 48).

Em muitas UC com a presença da atividade turística, podem ocorrer transformações irreversíveis nas dinâmicas socioculturais, ambientais e políticas. Atrelado a essas questões, o turismo pode acarretar a exclusão social, a concentração de renda e degradação ambiental se os aspectos da sustentabilidade em sentido amplo não forem internalizados no planejamento da atividade (Irving; Coelho; Arruda, 2020). Inversamente a essas questões, o turismo também pode propiciar a melhoria da qualidade de vida, a redução das desigualdades sociais e a proteção à integridade do patrimônio natural e cultural, a depender dos pressupostos éticos adotados para o seu desenvolvimento nos contextos das UCs.

Assim, há que se pensar na conexão TBC e UC. E nessa relação destaca-se que a atividade turística é orientada pela lógica da valorização dos bens culturais e da conservação ambiental, em vez da supervalorização do mercado e da busca por um lucro maior em curto prazo. O TBC tem como pressuposto essencial seu desenvolvimento em escala limitada, pois, segundo Irving (2009, p. 115), “[...] seria um equívoco imaginar esse tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois esse não é o objetivo de iniciativas desta natureza [...]”. A atividade deve buscar assegurar a qualidade ambiental e social do destino. Assim, a prática do TBC em UC segue princípios aproximados.

No dizer de Coriolano (2009), o TBC pode constituir uma alternativa para amenizar conflitos territoriais, ressaltar a importância das comunidades no interior de UC e favorecer agentes sociais com exíguo capital econômico em sistemas cooperativos, colaborativos e

sustentáveis. Isto é, o Turismo de Base Comunitária é uma atividade econômica que pode complementar práticas produtivas de baixo impacto, como a agricultura, a atividade pesqueira e a produção de artesanato, não na perspectiva de substituí-las, mas, sim, de consolidá-las e ordená-las. Outrossim, o TBC pode ser concebido como instrumento de visibilidade e reivindicação pelos direitos básicos da população que habita o território das UCs e o seu entorno.

No intuito de operacionalizar o TBC nas UCs federais brasileiras, o ICMBio – instituição responsável pela administração dessas unidades – entende o TBC como:

[...] um modelo de gestão do turismo protagonizado pela própria comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, qualidade de vida, a valorização da história e cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (Brasil, 2018, p.10).

O TBC é um importante elo entre as comunidades, o território de UCs e os visitantes. A atividade possibilita incentivar um modelo socialmente mais equilibrado, ambientalmente responsável e economicamente viável, desde que o centro de seu planejamento esteja voltado para a geração de oportunidades e benefícios reais para as comunidades onde se desenvolve (Zmyslowski *et al.*, 2021) Além do que, o TBC pode representar alternativa para o exercício da autonomia, para o protagonismo comunitário, assim como servir de instrumento para a manutenção da cultura local e, simultaneamente, contribuir para a sustentabilidade no contexto das UCs.

Por fim, acredita-se que, na interface da relação turismo e UC, um dos grandes desafios consiste em encontrar modos de compatibilização entre a conservação ambiental, com toda a sua complexidade ecossistêmica, e a visitação, com suas respectivas nuances, garantindo, assim, o mínimo de impactos negativos aos espaços protegidos e a população que habita nela e no entorno (Vallejo, 2013). Portanto, é necessário pensar acerca do turismo, conforme Fazito *et al.* (2017), com preceitos de um desenvolvimento humano, que privilegie as minorias – incluindo as mulheres – a expansão das liberdades individuais, a construção de consciência crítica, com experiências sociais localizadas e com capacidade de compreensão do contexto em que se está inserido.

4.3 O papel da mulher em UC e o turismo: sustentabilidade *versus* invisibilidade

No século passado, os estudos e as pesquisas acerca da história social das mulheres têm-se multiplicado em variados prismas de interpretação (Tilly, 1994). Posto isso, situá-las no centro do contexto de UC, a partir do viés da sustentabilidade, significa, substancialmente, lançar luz e voz à atuação feminina nesses espaços, uma vez que ainda se costuma ignorar quase por completo a experiência social e os saberes femininos. Assim, tratar da relação mulheres, UC, turismo e sustentabilidade possibilitam, tal qual assinala Wolf (1999, p.16), “[...] documentar as múltiplas e variadas formas pelas quais se constituem os gêneros nas diversas sociedades, grupos sociais, tempos e espaços”.

Esse tipo de análise se faz necessária, sobretudo, nesse momento em que a sociedade, como um todo, encontra-se sob preocupantes ameaças em decorrência das alterações climáticas, do aumento da pobreza (aqui compreendida como a escassez de elementos essenciais à manutenção da vida em plenitude) (Carmo *et al.*, 2016) e da degradação ambiental sem precedentes. Esta última ocasionada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, principalmente, as mulheres, bem como sua cultura e suas formas de organização (Diegues, 1983). Sob essa ótica, a sustentabilidade e a questão do gênero se converteram em umas pautas de extrema relevância no contexto mundial.

O estabelecimento de um pensamento global para a construção de mudanças efetivas, no desenvolvimento das nações, acabou por inserir a sustentabilidade como valor. E atrelado a isso, além da dimensão natural, salientou-se a dimensão social dela, incorporando a “[...] ideia de justiça, atributo que traz à baila, nas questões ambientais, a importância do respeito à garantia dos direitos e, igualmente, nos demais interesses fundamentais do ser humano” (Carmo *et al.* 2016, p. 156-157). Isto é, a dimensão social revela que, em se tratando das relações de gênero, o ideal é que os indivíduos sejam tratados de forma igualitária, em reconhecimento aos seus direitos humanos fundamentais.

É importante destacar que o termo “sustentável” também pode expressar variados significados, e isso pode acarretar múltiplos entendimentos acerca da sustentabilidade na interface com a questão ambiental (Arroyo; Schuch, 2006). Ao se referir, mais especificamente, à questão de gênero – no caso, as mulheres – apoia-se no pressuposto da ideia de sustentabilidade, a partir de Leff (2007), o qual considera que não há como abordar as questões humanas e ambientais sem pensá-las dentro de um contexto de unidade, isto é, no qual a relação sociedade e natureza deve ser entendida como uma relação dinâmica, em

constante movimento, que depende da conexão histórica dos processos socioculturais e tecnológicos.

Nesse sentido, pensar na relação gênero e sustentabilidade significa compreender que a o papel das mulheres:

[...] extrapola o perfil feminino rotulado pela sociedade; ou seja, elas conseguem superar a imagem de meras reprodutoras, mães, para atingir um status quo de sujeito social e político, despontando para uma nova existência, para uma condição do feminino que processualmente rompe com as fronteiras rigidamente demarcadas e segmentadas para o ser homem e o ser mulher (Gomes; Esmeraldo, 2014, p. 22).

Remete-se a um repensar acerca do processo de articulação das mulheres como sujeitos políticos, mobilizadas, muitas vezes, em redes e conexões, pela manutenção de seu território, em favor da construção de alternativas de desenvolvimento que envolvam a participação feminina e a sustentabilidade mediante suas potencialidades e vocações (Gomes; Esmeraldo, 2014).

O que envolve, ainda, o compromisso das mulheres em prol da conservação de suas identidades culturais e da manutenção dos recursos naturais, o que se observou nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns e nas comunidades da Flona Tapajós pesquisadas, que atuam na atividade turística buscando aglutinar a sustentabilidade ambiental e social.

Ao promoverem uma participação ativa, as mulheres desmontam condições anteriormente estabelecidas do “ser mulher” e constituem outros espaços que dão significados às suas vivências e relevância, posto que:

O espaço das mulheres não é apenas uma categoria cultural do pensamento. Ele é também um ambiente. Este ambiente é um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelas atividades da mulher. [...] a mulher não articula apenas relações sociais, mas também relações espaciais. A história dessas mulheres é, em boa parte, a história da desarticulação desses espaços. Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço “significado”, cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da “população” desse ecossistema uma sociedade (Woortmann, 1991, p. 17).

Assim, incluir a perspectiva de gênero nos estudos sobre sustentabilidade demanda o entendimento de que este último está para além do conceito de preservação ambiental. Abrange uma mudança de paradigma⁹⁶, que inclui transformações complexas nos valores

⁹⁶ Acerca do conceito de paradigma Boff (2000, p. 27) diz que significa “[...] uma maneira organizada, sistemática e corrente de nos relacionarmos com nós mesmos e com todo o resto à nossa volta”, buscando “modelos e padrões de apreciação, de explicação e de ação sobre a realidade circundante”.

sociais e econômicos, fazendo com que os indivíduos se sintam parte de um todo (Litre; Rocha, 2014). Pensar nessa relação, tal qual aponta Shiva (2003), vislumbra a democratização do saber em restabelecer os valores nativos, sejam culturais ou tecnológicos, dos modos de viver tradicionais, e/ou ainda, na resistência do saber submetido contra as forças abusivas das monoculturas ocidentais.

Adotar uma perspectiva de gênero e sustentabilidade alude a compreensão de que o termo gênero, mais do que uma categoria teórica e analítica, representa um dispositivo de poder no que tange às questões ambientais. Isso é perceptível, ao se fazer uma análise da proliferação de planos e documentos estratégicos com foco na questão, a exemplo: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2014-2017 (Programa, 2014)⁹⁷; a União Internacional para a Conservação da Natureza⁹⁸; Programa 2013-2016 (União, 2012); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) 2014-2021 (Organização, 2019)⁹⁹, o Banco Mundial/MIGA (Miga, 2021)¹⁰⁰, as Organizações ONU Mulheres¹⁰¹, Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade¹⁰²; há, atualmente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

⁹⁷ “[...] *Con esta estrategia de igualdad de género para el período 2014-2017, el PNUD se posiciona para asegurar que la igualdad de género y el empoderamiento de las mujeres se integren en todos los aspectos de su labor de apoyo a los países para erradicar la pobreza, y reducir las desigualdades y la exclusión*” (Programa, 2014). “[...] Com esta estratégia de igualdade de gênero para o período 2014-2017, o PNUD está posicionado para garantir que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres sejam integrados em todos os aspectos de seu trabalho para apoiar os países a erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades e a exclusão” (Tradução nossa).

⁹⁸ O programa 2013-2016 da IUCN tem por finalidade unir as comunidades que trabalham em prol da conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza em ações comuns para mitigar a perda de biodiversidade e propor alternativas baseadas na natureza para proteger essa biodiversidade, expandir a resiliência, fortalecer a equidade social, reduzir a pobreza e, assim, melhorar o bem-estar dos habitantes do planeta. Destaca-se, ainda, que o significado da sigla IUCN, em seu idioma original, é *The International Union for Conservation of Nature*. No corpo do texto a tradução é da autora.

⁹⁹ A UNESCO elaborou um Plano de Ação Prioritário para a Igualdade de Gênero 2014-2021. Esse documento tem por objetivo explicar o significado da igualdade de gênero para a UNESCO, e também fornecer orientações sobre como a UNESCO garantirá que uma perspectiva de igualdade de gênero seja refletida nas suas políticas, programas e processos (Organização, 2019).

¹⁰⁰ Relatório Anual 2021. Agência Multilateral de Garantia de Investimento (Miga) 2021. “[...] como membro do Grupo Banco Mundial, a Miga tem o compromisso de produzir um forte impacto no desenvolvimento e promover projetos sustentáveis dos pontos de vista econômico, ambiental e social [...]” (Miga, 2021). Isto posto, a agência do Banco Mundial também tem o foco de suas ações direcionadas ao empoderamento econômico das mulheres.

¹⁰¹ A ONU Mulheres é a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Criada em 1º de janeiro de 2011 visa ao progresso e ao atendimento das demandas femininas no mundo todo (ONU Mulheres, 2022).

¹⁰² Instituída pela Portaria nº 408, de 13 de novembro de 2012, do Ministério do Meio Ambiente, buscando assegurar e desenvolver ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável no contexto do processo de fortalecimento e autonomia da mulher brasileira (Brasil, 2012).

A questão de gênero refletida em documentos e programas indica os obstáculos que mulheres e homens enfrentam ao interagir com as questões ambientais, de acordo com as singularidades de cada gênero, as quais são oriundas dos variados papéis sociais, relações e atribuições que exercem em cada conjuntura (Mouro, 2017). Admitir essas particularidades é essencial para desfazer, sobretudo, pensamentos discriminatórios sobre as mulheres e demais segmentos, que em sua maioria, são excluídas dos espaços de elaboração e de decisões.

A insuficiência de mulheres nos espaços de poder dentro da sociedade impede que os direitos e as particularidades das mesmas sejam bem representados. Mesmo que homens em suas peculiaridades elaborem leis e normas que não distingam os gêneros, não significa que a individualidade resultado da vivência de mulheres esteja presente. Essa diferença no número de mulheres nos espaços de decisão também priva que o conhecimento na manutenção dos recursos naturais – que é construído de acordo com os papéis sociais que a mulher desempenha em suas comunidades, famílias e sociedade - seja utilizado na elaboração das alternativas e soluções que busquem uma sociedade sustentável (Mouro, 2017, p. 36-37).

Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas e os programas, de maneira geral, devem atuar de modo equitativo, especialmente, no que se refere à sustentabilidade, visto que não se apontam tais particularidades no trato dos recursos naturais (Gaspar; Queiroz, 2009). Assim, propor a participação feminina na criação e implementação de políticas públicas é fundamental, particularmente, na atualidade, quando a problemática ambiental demanda alternativas que objetivem a mitigação de tais problemas.

*[...] en el mundo interdependiente de la globalización económica, bajo el dominio de una visión unipolar y monolítica, cada nación y cada población juegan su viabilidad y sobrevivencia en esta encrucijada histórica. El tránsito hacia la democracia y la sustentabilidad implica una nueva concepción y nuevas formas de apropiación del mundo; allí se definen nuevos sentidos existenciales para cada individuo y cada comunidad, trazando nuevas líneas de fuerza que atraviesan las relaciones de poder donde se forjan nuevos proyectos históricos y culturales*¹⁰³ (Leff, 2000, p. 11).

Pensar a sustentabilidade no que se refere às pessoas é refletir sobre a integração nos aspectos ambientais, políticos, sociais, históricos, econômicos e culturais de uma sociedade. Significa refletir que mulheres e homens possuem diferentes papéis na família, no mundo do trabalho e em comunidade, logo, apresentam prioridades individuais, especialmente, quando

¹⁰³ [...] no mundo interdependente da globalização econômica, sob o domínio de uma visão unipolar e monolítica, cada nação e cada população jogam sua viabilidade e sobrevivência nesta encruzilhada histórica. A transição para a democracia e a sustentabilidade implica uma nova concepção e novas formas de apropriação do mundo; aí novos significados existenciais são definidos para cada indivíduo e cada comunidade, traçando novas linhas de força que atravessam as relações de poder em que se forjam novos projetos históricos e culturais (Tradução nossa).

se trata das questões ambientais. Além disso, no que tange aos assuntos ambientais e às suas perspectivas, é factível que as pessoas desenvolvam estratégias variadas e sejam fonte de múltiplos conhecimentos.

A atuação globalizada de instituições e movimentos sociais em prol da equidade de gênero e enfrentamento das desigualdades e exclusões sociais, resulta da ação sistemática e organizada das mulheres, de suas práticas discursivas e políticas para propiciar, de modo generalizado, o entendimento e aceitação de que esse é o caminho para o desenvolvimento sustentável das nações. As mulheres não podem ser excluídas dos espaços públicos de decisão e poder; suas contribuições e a perspectiva feminista vêm agregando outros valores e práticas sociais e construindo outros discursos que conduzem a uma sociedade plural, mais justa, democrática e igualitária (Torreão, 2007, p. 119).

É necessário o reconhecimento do papel das mulheres nos assuntos ambientais e socioeconômicos, como o turismo, bem como dos traços culturais das comunidades que propiciam a sustentabilidade. Atualmente, fomentar e valorizar a participação e o envolvimento de mulheres nas questões ambientais é imprescindível. Sen (2000) admite que conceber a mulher como impulsionadora nos enfoques políticos, econômicos, sociais e ambientais é entender que o papel feminino é intrínseco e fundamental para se debater o desenvolvimento societário e, simultaneamente, propor outras formas de empoderamento feminino.

O marco mundial desse debate, conforme Torreão (2007), foi em 1985, durante a III Conferência Internacional das Nações Unidas para Mulheres, Desenvolvimento e Paz, ocorrida em Nairobi, no Quênia, onde as mulheres do mundo todo iniciaram um processo de organização e concentração de esforços no intuito de integrar as questões de gênero nos documentos oficiais advindos dos encontros intergovernamentais, voltados para tratar das questões ambientais mundiais e formas de resolvê-las.

Tendo em vista os preparativos para a ECO-92, as líderes femininas Bella Abzug e Mim Kelber (dos Estados Unidos) organizaram uma reunião com aproximadamente mais de 50 ativistas e pensadores de 31 países. Essa reunião resultou no Comitê Internacional para Ação Política (IPAC), constituindo, assim, um passo pioneiro para a estruturação de um movimento internacional de mulheres para o desenvolvimento sustentável (Torreão, 2007, Ávila; Ribeiro, 2017). O movimento consolidou-se no ano de 1991, em Miami (EUA), com a realização do I Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável.

[...] essas preocupações, partilhadas com as mulheres de todo o mundo, constituem na criação da rede internacional da Organização das Mulheres para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (WEDO) e, no mesmo ano de 1991, o

Congresso Mundial das Mulheres para um planeta saudável. Em 1992, realiza-se o Convênio da Diversidade Biológica e a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Essa conferência produziu uma agenda para o século XXI, conhecida como Agenda 21 e a concretização da relação gênero, mulheres, feminismos e meio ambiente (Ávila; Ribeiro, 2017, p. 5).

O I Congresso resultou na *Women's Action Agenda 21* (Agenda 21 de Ação das Mulheres) composta por temas como: os direitos reprodutivos; o enfrentamento à violência sexual e doméstica; e admissão da carga do trabalho domiciliar. Na Agenda, foram incluídas recomendações sobre gênero e a ação global das mulheres pelo desenvolvimento sustentável equitativo, a participação cidadã no que concerne às Políticas de Desenvolvimento Local Sustentável, indicações de formas de integrar as mulheres e as questões de gênero em todos os níveis governamentais (Torreão, 2007). Para Kohler (2002), a Agenda teve finalidades diversas, entre as quais definir a atuação de múltiplos atores sociais, como as mulheres, tendo em vista o alcance das proposições estabelecidas.

As discussões internacionais posteriores, como a Cúpula do Milênio em setembro de 2000 em Nova Iorque¹⁰⁴, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), ocorrida em 2002, em Joanesburgo, entre outras obtiveram uma participação expressiva das mulheres e foram elaboradas várias propostas e ações voltadas para os debates com governos e outros setores da sociedade no processo de implementação pós-Cúpula (Torreão, 2007). Pode-se dizer que nas reuniões e eventos internacionais geridos pela ONU e que ocorreram pós ECO-92, as mulheres tornaram-se protagonistas e alcançaram igual sucesso no intuito de chamar atenção para seus anseios e recomendações, as quais foram incorporadas nos documentos oficiais.

É fato que as discussões acerca da questão de gênero, em contextos de sustentabilidade, foi e ainda é consequência de um esforço coletivo advindo de movimentos sociais de mulheres, de movimentos ambientalistas, intelectualistas e feministas (Hernández, 2010). Esse processo reivindicou e ainda demanda a inclusão das especificidades das mulheres em políticas, projetos e diretrizes governamentais no intuito de propor e possibilitar um desenvolvimento com viés mais justo e equitativo. Isso pois as relações sociais mais equilibradas acarretam benefícios para todos os membros da sociedade (Torreão, 2007), tornando, assim, possível um caminho para o desenvolvimento sustentável.

¹⁰⁴ Esta originou a Declaração do Milênio, na qual foi definido um compromisso coletivo entre os 191 países membros da ONU com a sustentabilidade do planeta (Torreão, 2007).

Neste trabalho, verifica-se como tal processo se efetiva ou não na região amazônica, mais especificamente na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e na Floresta Nacional do Tapajós, situadas no oeste paraense. Além disso, identificam-se a percepção e a atuação feminina no fazer turístico em UCs. E essa relação das mulheres com a sustentabilidade ambiental nesses territórios protegidos se efetiva quando elas buscam conciliar a atividade desenvolvida – seja a prática da agricultura, a produção de artesanato e o trabalho como condutoras e etc. – com os ecossistemas terrestres e marinhos, fomentando um desenvolvimento sustentável.

Entende-se que as mulheres integrantes das UCs pesquisadas estão inseridas em contextos em que suas “vozes” em favor do reconhecimento de suas causas, de seus direitos e da dimensão ambiental dentro da reserva não são “silenciadas”. Elas têm participação nas discussões e na gestão comunitária e buscam, ativamente, debater e propor ações em prol das melhorias da classe feminina e da própria comunidade. Pode-se dizer que há presença da voz ativa feminina, tanto no poder de decisão quanto de fazer mudanças dentro das comunidades estudadas.

As mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós têm a percepção de que elas compõem a força produtiva nesses territórios e de que os seus conhecimentos e suas ações são essenciais para se pensar a sustentabilidade em seus contextos. Elas sabem que seu ambiente natural está vinculado ao ambiente doméstico e que é por meio dessa vinculação que elas produzem os alimentos necessários ao seu consumo e ao de sua família.

Pode-se dizer então que para elas “[...] há uma visão instituída de apropriação e pertencimento, inferindo um olhar mais sustentável sobre o seu *lôcus* de inserção, pois a sobrevivência de suas vidas e de suas famílias se correlaciona – por um elo de dependência residencial e laboral – com a esfera natural [...]” (Camo *et al.*, 2016, p. 172).

Quanto à atividade turística, esta, atualmente, organiza e reorganiza a vida social das comunidades nesses espaços protegidos, e essas mulheres desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dessa atividade e em iniciativas ancoradas na sustentabilidade com equilíbrio social, ambiental e de gênero em contextos de UC e seus usos pelo turismo.

Destaca-se que a sustentabilidade não está concentrada apenas na produção. O ponto chave está nas pessoas, na atuação, na organização, nos processos educativos, no fortalecimento e valorização das culturas e na distribuição igualitária de renda. O ideal de sociedade sustentável ancora-se em pensar a diversidade associada a alternativas econômicas e tecnológicas distintas, direcionadas, especialmente, para o desenvolvimento equilibrado das

peças e de suas interações com o mundo natural (Vanderlei, 2010). Isto é, um caminho que possibilite o manejo harmonioso dos recursos naturais, a conservação ambiental, a liberdade democrática, o atendimento às necessidades básicas e a distribuição harmoniosa da riqueza produzida.

Assim, entende-se que:

[...] a luta das mulheres pelo desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente é uma luta cotidiana pela própria preservação – de seus corpos, de suas identidades e histórias, de suas comunidades e seus territórios. Se é verdade que elas são essenciais para a sustentabilidade da vida, é igualmente verdade que a garantia plena e irrestrita de seus direitos é absolutamente necessária para a sustentabilidade de suas próprias vidas (Madsen, 2020, p. 23).

A análise sobre a atuação feminina em atividades consideradas sustentáveis remete a uma visão sobre a qual se incorpora os povos, suas perspectivas, seus anseios e seus direitos de ocupação e usufruto da terra, bem como abrange, sobretudo, as mulheres no que tange aos processos e aos espaços de tomada de decisão (Madsen, 2020).

Essa temática traz à tona, ainda, a importância de se reconhecer o quanto e como as mulheres são afetadas pelas mudanças climáticas, pelo movimento predatório do uso capitalista da terra, pelas desigualdades e violência sistemática vividas pelas mulheres rurais, indígenas, urbanas e mulheres de comunidades tradicionais, assim como a necessidade de entendimento sobre novos espaços de participação feminina dentro e fora de suas realidades.

A participação das mulheres, em lutas coletivas, em defesa dos recursos naturais e das questões ambientais é evidente, uma vez que são as mulheres, em muitos casos, quem possuem um papel dominante na gestão dos recursos naturais e são as mais afetadas com problemas ambientais, devido, sobretudo, às suas responsabilidades no provimento de alimentos para a subsistência familiar (Castro; Abramovay, 2005; Lisboa; Lusa, 2010), embora com diferenças importantes conforme as culturas, as sociedades e as geografias. E isso tem favorecido a redefinição das suas identidades, possibilitando lançar luzes ao significado de gênero e as características dos problemas ambientais.

A equação gênero e meio ambiente acarretou e acarreta questões inovadoras e provocadoras para o diálogo contemporâneo sobre a crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a recuperação de territórios, do espaço e do ambiente (Castro; Abramovay, 2005). Tal equação questiona lógicas da economia política¹⁰⁵ para a equidade de vida dos seres, levando em conta a multiplicidade de ser/estar no mundo, transpassa

¹⁰⁵ Economia política é “[...] o estudo do controle e da sobrevivência na vida social [...]” (Mosco, 2006, p. 59)

eminentes dicotomias entre ser humano e sociedade e entre natureza e cultura, resguardando a estabilidade dos direitos dos indivíduos em sua diversidade e o planeta (Castro; Abramovay, 2005).

Tanto o movimento das mulheres como o movimento ambiental, assim como os novos prismas sobre as questões sociais, demandam direitos e novos sujeitos. Sujeitos esses que foram esquecidos na história oficial e na micropolítica “[...] mulheres, Terra, a terra e os que dela cuidam, nela vivem e se incorporam. Os povos, segundo raça/etnicidade, sexo/ gênero, nacionalidade/geração, a depender da corrente e da prática [...]” (Castro; Abramovay, 2005, p. 124). Isto posto, questiona-se, assim, realidades, modelos de desenvolvimento e de sociedade.

Ao elucidar-se a problemática da invisibilidade das mulheres e da sustentabilidade é fundamental distinguir o papel da mulher conforme o tipo de sociedade. Nos países em desenvolvimento do Sul Global, os papéis femininos relacionam-se, mormente, à gestão cotidiana dos recursos essenciais. As funções femininas nesses países abrangem não só os trabalhos com os recursos naturais e do lar, mas também os cuidados com os filhos, os doentes e os idosos (Schmidt; Gomes, 2020). Sua função confere-lhe uma função decisiva na sobrevivência da própria comunidade, entretanto, simultaneamente, deixa-se para segundos planos a vida subjetiva e as decisões individuais.

Apesar de suas responsabilidades em prol da subsistência familiar, muitas mulheres não têm se restringido a aceitar, passivamente, tal situação e têm buscado se engajar em movimentos sociais pela luta ambientalistas, bem como pela diminuição do feminicídio, condições e oportunidades de trabalho dignas, o direito a escolha, educação etc., o que reforça o protagonismo dessas na transição à sustentabilidade socioambiental.

Daí, também, a necessidade de se apostar na educação como elemento decisivo no reconhecimento da capacidade das mulheres na condução da relação com os recursos naturais e nas reivindicações contra as injustiças sociais (Schmidt; Gomes, 2020). Tratar a perspectiva de gênero implica contrapor-se a visão simplificada da mulher como vítima das circunstâncias, e compreendê-las como agentes ativos nas políticas de gestão dos recursos e das mudanças.

A relação de gênero e desempenho ambiental refere-se ao pensamento sobre o impacto da participação e a inclusão de mulheres nas discussões que têm como objetivo pensar diretrizes para uma sociedade sustentável. No contexto rural, mesmo nos dias de hoje, em que a atribuição das mulheres no contexto familiar e doméstico ainda se faz muito presente e forte e marcada pela ótica patriarcal, ainda assim, a força feminina representa uma sensibilidade

acrescida para vários aspectos da condição ambiental, entre os quais a alimentação, a educação, o consumo, os resíduos, a energia e a água (Schmidt; Gomes, 2020).

Nesse sentido, assume-se, então, a necessidade de se extrair o máximo da visão e da abordagem próprias que as mulheres dispõem acerca das temáticas ambientais globais e o turismo, como possibilidade e alternativa de subsistência e sustentabilidade no município de Santarém. Assim, o valor agregado a mulher quando se fala em sustentabilidade perpassa por atributos como:

[...] o cuidado, a empatia, a delicadeza, a interdependência, a forte capacidade e sensibilidade de lidar com processos simultâneos e complexos no seu dia a dia, o potencial de transformação, uma profunda visão igualitária e participativa que ultrapassa as barreiras de culturas e de geografias, a capacidade de estabelecer uma comunicação mais eficaz, e flexível, de trabalhar em equipe e em redes, a humanização da produção, a horizontalidade [...] (Toni *et al.*, 2014, p. 109).

Os conhecimentos valorizados atribuídos às mulheres, em diversos contextos e circunstâncias socioeconômicas e culturais, podem significar um auxílio importante em intervenções mais sustentáveis. Isso porque, ao se falar em sustentabilidade, significa ir além do equilíbrio ecológico, ou questões ambientais.

Sustentabilidade é caminhar ao encontro das questões sociais, culturais, econômicas e políticas, visto que é impossível desassociar a degradação ambiental da realidade humana que o ocupa (Toni *et al.*, 2014). Apesar de discursos vazios e da banalização, o conceito de sustentabilidade na prática se traduz nas vivências concretas de mulheres e homens ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, agricultores e indígenas.

Sob esse prisma, destaca-se a atuação desses povos, especialmente, das mulheres em contextos de espaços protegidos. As UCs têm como propósito fundamental a conservação ambiental, a delimitação de segmentos de áreas com restrições e o controle de uso dos recursos naturais (Bensusan, 2006). O estabelecimento de uma UC é uma das estratégias utilizadas em prol da conservação ambiental, com a possibilidade de inclusão das pessoas na manutenção desses recursos. Indubitavelmente, essas áreas são importantes e necessárias diante um cenário de degradação e desastres ambientais que a humanidade, há tempos vem enfrentando. Nesse sentido, há que se refletir acerca da atuação feminina nesses espaços, pois:

[...] são as mulheres que possuem mais experiência na condução de um processo de desenvolvimento humano local e sustentável, pois têm mostrado através do cotidiano que são gestoras de recursos, produtoras de alimentos; são as que mais contribuem para a biodiversidade no pequeno lote de terra, selecionando espécies de sementes, mudas de ervas e preservando a cultura dos quintais – transportando os campos para as cidades (Tornquist; Lisboa; Montysuma, 2010, p. 867).

No entanto, historicamente, entende-se que a situação de subalternização e de invisibilidade das mulheres é antiga (Tornquist; Lisboa; Montysuma, 2010), nem sempre se reconheceu a força feminina no plano da vida concreta. E ainda na atualidade, a presença feminina e masculina no mesmo ambiente, como em contextos de UC, tal como no uso dos recursos naturais, principalmente, pelo turismo, não quer dizer que as ações desenvolvidas por ambos têm o mesmo reconhecimento, pois muitas atividades desenvolvidas por mulheres – mesmo que iguais aos dos homens – não são valorizadas (Carvalho; Silva, 2020). As mulheres, muitas vezes, são vistas, aos olhos da sociedade, sem valor social.

Associa-se a isso o fato de que muitas comunidades são “manipuladas” para se debruçar sobre a atividade turística como a grande alternativa para obter renda a qualquer custo. No entanto, tal discurso se configura como um paradoxo no que tange à sustentabilidade ambiental, uma vez que são veiculados roteiros e pacotes ecoturísticos que, na realidade, configuram-se como um turismo altamente impactante e excludente. Há que empoderar tais pessoas, sobretudo, as mulheres no tocante ao turismo sustentável, coadunado aos objetivos das UCs.

Destarte, é fundamental o entendimento de que a mulher se apresenta como um elemento integrante e integrador da natureza que a circunda e da qual ela mesma compõe. O mundo por ela é visto como uma teia interligada, oposto do pensamento hegemônico de um conjunto de partes dissociadas (Torres, 2009), tal qual se nota, nas seguintes palavras: “[...] a floresta vive sem nós, mas nós não vive sem a floresta, então a floresta é a nossa vida [...]” (Entrevistada 3, Maguari, 2022). Outra interlocutora reforça que:

[...] nós preservamos muito as nossas comunidades aqui, porque eu sei que nós tem um respeito muito grande pela natureza pra gerar mais emprego e renda pros jovens porque nossos jovens hoje aqui, eu tenho certeza que a maioria deles não são envolvido em droga, porque eles trabalham e eles não tem tempo pra tá em festa, eles não tem tempo pra tá aí, porque já tem aquela responsabilidade de hoje eles estarem aqui, se eles tomam uma cerveja, mas amanhã eles têm serviço, é porque se nós não tivéssemos essa floresta conservada, talvez nossos jovens tavam no mundo da drogas também, então a nossa floresta traz renda e ocupação pra nós e pros nossos jovens, a nossa floresta é a nossa casa [...] (Entrevistada 1, Jamaraquá, 2022).

Assim, na tentativa de romper com as diferenças, é preciso dar à figura feminina, sobretudo, em contextos de UC, o destaque é o reconhecimento de sua participação efetiva no dia a dia dessas áreas, visto que, apesar da invisibilidade do trabalho feminino no contexto rural (Mendes *et al.*, 2014), na atualidade, constata-se a presença e a participação das mulheres na produção e na transformação desses espaços.

[...] a gente vive numa unidade onde é a gente que protege a natureza, a gente não faz desmatamento, e a gente tem uma entidade que sempre tá com a gente que é o ICMBio, e só, e também pra mim, uma coisa é que a gente trabalha com o que tem na floresta, a gente não só vive na floresta, mas a gente sobrevive da floresta [...] (Entrevistada 1, São Domingos, 2022).

Portanto, ainda são necessárias ações institucionais que possibilitem a formação e o reconhecimento da dimensão da força feminina nesses cenários, como é possível notar nas seguintes palavras: “[...] na nossa comunidade, a gente já teve curso pra trabalhar com o turismo por meio de Ong, como o PSA, mas com a UFOPA e a prefeitura ainda não fizemos, seria bom pra nós se vissem aqui nos ajudar com vários treinamentos, né [...]” (Entrevistada 8, Vista Alegre Do Capixauã, 2023). Para Simonian (2001), as mulheres habitantes da Amazônia brasileira, incluindo as que habitam as UC, contam, principalmente, com seus próprios esforços e no máximo com o auxílio de suas próprias comunidades. Se obtivessem apoio e assessoria técnica, poderiam fazer mais por seus territórios.

Ademais, são fundamentais as “[...] condições dignas e justas para sua permanência no campo, diminuindo a pobreza e a desigualdade e restabelecendo os seus direitos como verdadeiras cidadãs [...]” (Mendes *et al.* 2014, p. 73).

[...] aqui é um ambiente, um local que eu penso que a gente procura conservar o que tem dentro da comunidade, mas no nosso caso que também é extrativista, então a gente tem que tirar da comunidade, da floresta, dos lagos, dos rios o próprio alimento para nossas vidas. É um bioma onde se produz e se reproduz a própria natureza, e tem também mais tranquilidade, por exemplo; na Resex, aqui nós temos a parte que podemos trabalhar toda e nós temos a parte que temos que resguardar ela, então tanto que a gente pode fazer os nossos roçados. Mas seria muito bom se a gente tivesse cursos, treinamentos voltados para o meio ambiente, pra gente melhorar os cuidados que a gente já tem [...] (Entrevistada 8, Vila de Anã, 2022).

Dada a relação próxima com a produção e o autoconsumo, as mulheres nos múltiplos contextos de UC detêm conhecimentos diversos sobre sementes, fibras, técnicas de plantio, armazenamento e beneficiamento de frutas nativas, criação de animais de pequeno porte, na atividade extrativista, dentre outros, como é possível notar nos trechos adiante:

[...] eu sou louca por tudo que é de artesanato, de floresta e eu ando por aí então quando esbarro com uma joiazinha por aí, e eu gosto demais de fazer às vezes a gente tá sem dinheiro por aí, leva as vezes vende um ou dois e daí vende um pouquinho porque a missão que eu falo nossa de mulher trabalhadora, mulher extrativista, às vezes, só quer o mínimo do mínimo isso que a gente sabe o tamanho que a gente tem de gasto, que a gente quer plantar uma roça, mas a gente tem a floresta que é de lá que a gente busca outros recursos pra sobreviver, e a gente não pode destruir a gente tem que utilizar e, ao mesmo tempo, preservar, e a gente tem outros recursos que são as nossas plantas medicinais que dói o estômago e a gente corre em uma arruda, num boldo e faz um chá e toma, tem a flor do mamoeiro, flor

de laranja alguma coisa já pega... Então, todas nós mulheres da roça, ribeirinha, do extrativismo a gente tem ter a venda de alguma coisa, tem a mulher que faz farinha pra subsistência e tem a mulher que faz pra vender [...] (Presidente STTR/Santarém, 2022).

[...] eu sou agricultora, né, então eu trabalho com Kamu-Kamu, que todo ano eu já tô vendendo, graças a Deus, trabalho com o plantio do cupuaçu, que eu já tenho vários pés no meu quintal, de onde eu tiro a polpa, eu cultivo também o tucumã, o pajurá, a macaxeira, e por aí vai, e ainda tem as plantas que eu uso pra remédio, como o boldo, a cidreira, capim santo, hortelã... posso dizer que eu tenho uma farmácia no meu quintal também, então a gente trabalha, produz e estoca pra gente vender pros turistas também [...] (Entrevistada 1, São Domingos, 2022).

Pode-se dizer, então, que elas são portadoras de habilidades e experiências importantes para a condução de um processo de desenvolvimento local sustentável (Mendes *et al.*, 2014), pautado no conhecimento local e tradicional, passado de geração a geração. Possuidoras de um saber social que as fortalece, que as faz rever seu cotidiano através de suas reivindicações que visam à emancipação, à autonomia e à equidade de gênero (García; Thomaz Júnior, 2002). As mulheres se reconhecem e buscam-se libertar das amarras sociais que as impossibilita da vivência política na sociedade.

Os anseios e as lutas das mulheres rurais brasileiras, sejam atuantes em UC ou não, são discussões necessárias para se refletir a sociedade vigente. Constituem, conforme Mendes *et al.* (2014), elementos para se repensar as transformações das relações de classe e gênero com a defesa dos direitos humanos e, simultaneamente, a mudança nas interações entre o gênero humano e entre estes e a natureza.

Disto isso, a participação em movimentos sociais é um importante incentivo para o rompimento da divisão de papéis, com o lugar predeterminado no meio familiar, no trabalho e para a ocupação feminina nos espaços políticos (Sales, 2007). Desse modo, os movimentos sociais são espaços fundamentais, uma vez que possibilitam criar e recriar novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional, de se discutir a organização social, a capacitação, o empoderamento destas, as desigualdades de gênero, a invisibilidade do trabalho feminino no campo e a valorização das mulheres rurais.

[...] eu participo da Associação Comunitária da Vila de São Miguel, a ASCOVISM, eu já fui presidente e a nossa participação, dos moradores daqui da comunidade é muito importante porque pela associação a gente se informa das coisas, a gente reúne, faz propostas de melhorias, troca informações, eu acho que se a gente não faz parte da associação, não tem como a gente saber de nada, então a gente precisa se reunir pra pensar o que pode ser feito pra tá melhorando a nossa comunidade [...] (Entrevistada 1, São Miguel, 2022).

No tocante às áreas protegidas, a participação feminina deve ser compreendida com base na perspectiva dos vínculos que as mulheres estabelecem com os recursos naturais e com as pessoas em si. Pensar a perspectiva de gênero e UC possibilita inspirar a construção de espaços múltiplos a partir da inserção e atuação feminina seja em sua implantação ou gestão (Anoko, 2008).

Compreende-se que a questão do gênero pode ter efeitos multiplicadores na sustentabilidade, ao se pensar, sobretudo, no combate às discriminações e às violências baseadas no gênero, na valorização cultural, no incentivo ao empoderamento de mulheres em prol de ações eficazes na promoção do desenvolvimento igualitário e na atuação política, especialmente, na tomada de decisões.

Adotar o recorte de gênero como uma abordagem possível e potente para a reflexão em contextos de UC e do TBC na Amazônia e perseguir um olhar para a construção/consolidação e a gestão desses espaços a partir dos diferentes usos e preocupações de usuárias e usuários, de habitantes, visitantes, poder público, e também do corpo técnico ligado ao trabalho desenvolvido nessas áreas, é fundamental, pois se entende que:

Os atributos, oportunidades e relações de gênero são construídos socialmente, aprendidos por meio de processos de socialização e reproduzem estereótipos que limitam as possibilidades de realização plena das pessoas. São específicos a cada contexto e época e, nesse sentido, podem mudar sobretudo a partir de um compromisso da sociedade para avançar na promoção da igualdade. Os limites sociais impostos por gênero muitas vezes se traduzem na maneira como são configurados os espaços públicos, as cidades e os territórios em que vivemos (UNOPS¹⁰⁶; 2020, p. 13).

O debate acerca da perspectiva de gênero, aplicada às UC, evidencia a importância do reconhecimento e do envolvimento ativo e diferenciado das mulheres nos diferentes espaços, não só nas cadeias produtivas, como nas iniciativas de desenvolvimento local em geral, nas tomadas de decisões, bem como nas suas percepções sobre aspectos da sociobiodiversidade (Marinelli *et al.*, 2022). Posto isto, é relevante privilegiar o ponto de vista feminino, no intuito de refletir acerca da integração nas esferas ambientais, política, social, histórica, econômica e cultural de uma comunidade.

Os contributos das mulheres para as UCs indicam um (re)pensar acerca do desenvolvimento social como melhoria da qualidade da vida humana (Boff, 1999), o que:

¹⁰⁶ É um organismo das Nações Unidas. Visa propor soluções nas áreas de assistência humanitária, desenvolvimento, paz e segurança (Organização, 2020).

[...] implica em valores universais como vida saudável e longa, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e de proteção contra a violência, condições para uma adequada expressão simbólica e espiritual. Tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social, se há convivialidade entre as diferenças, cordialidade nas relações sociais, compaixão com todos aqueles que sofrem ou se sentem à margem, criando estratégias de compensação e de integração (Boff, 1999, p. 74).

A interseção entre gênero e UC possibilita dialogar sobre a ética do cuidado e a ética da justiça. A primeira enfatiza a relação mais do que a autonomia, a compaixão mais do que a justiça, o caso mais do que a lei, a responsabilidade mais do que o dever. Enquanto para a segunda, são os princípios que regem as atitudes humanas e têm por fim estender-se a toda a humanidade (Ferreira, 1988). Em outros termos, pensar a mulher nessa relação é referir-se à dimensão feminina a partir de “[...] uma ética da autenticidade, da tolerância, da alteridade, do respeito pelo outro naquilo que ele tem de absolutamente diferente. O modelo que valoriza não dá primazia ao indivíduo, mas sim à rede ou teia de inter-actuações” (Ferreira, 1988, p. 150).

A exemplo, pode-se citar a atuação feminina no contexto da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e da Floresta Nacional do Tapajós, UCs federais, *loci* desse estudo, onde é possível notar-se um saber político, social e ambiental intrínseco às mulheres da Amazônia paraense, que as fortalece, que as faz agir e repensar seu cotidiano no interior da floresta. Elas vêm atuando e contribuindo para a melhoria nas condições de vida em seu meio com fins na promoção de práticas sustentáveis, para uma maior compreensão do que é ser mulher, do seu papel na sociedade e, sobretudo, na comunidade em que pertencem.

Do ponto de vista das UCs, a reflexão atende, em especial, ao papel das mulheres nesses contextos para além da dicotomia natural e social, uma vez que se entende que o ambiente constitui o natural social, fruto de interações múltiplas e complexas, mutáveis e dinâmicas, restritas em recortes espaço-temporais que possibilitam, dentre outras, a construção do sentido de territorialidade, identidade, pertencimento, emancipação e empoderamento (Loureiro; Azaziel, 2006). Significa considerar que qualquer projeto de gestão e organização de áreas protegidas deve ter, em mente, as necessidades de grupos sociais locais e de seu entorno, pois:

[...] no que se refere à questão de gênero até por sua forma de participação e atividade dentro da sociedade, a mulher não pode ficar à margem da causa ambiental. Ela está diretamente relacionada ao meio ambiente e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável. A mulher possui um papel decisivo para reduzir os padrões insustentáveis de consumo e produção e também para estimular

investimentos em atividades produtivas ambientalmente saudáveis e sustentáveis (Nascimento; Torres, 2012, p. 1).

Portanto, falar de mulheres significa tratar de demandas sociais e de proteção da biodiversidade simultaneamente, da necessidade de se avançar nas pesquisas sobre a atuação feminina em múltiplos contextos, bem como das suas práticas e formas de intervir na natureza, considerando as relações “local-local” e “local-global” (Irving, 2010). Os estudos sobre o gênero feminino, para Dias, Rosa e Damasceno (2007), possibilitam informações acerca do perfil socioeconômico, da percepção ambiental, das atividades produtivas e, maioritariamente, sobre as perspectivas dessas mulheres que, assim como os homens, exploram os recursos naturais dessas áreas e lutam por melhorias de vida e reconhecimento do seu trabalho.

Ao discutir gênero sob a ótica das UCs e sob o viés da sustentabilidade, busca-se construir formas mais equilibradas de relações sociais, no intuito de promover um novo conceito de ser e de conviver em um lar comum, no caso o planeta Terra (Lagos *et al.*, 2014). Para tanto, é importante a concepção de formas de organização e de convivência embasadas na igualdade, respeito, harmonia e solidariedade entre as pessoas, independentemente do gênero e destes com as demais espécies do planeta. Ao trabalhar tais questões, é basililar atentar-se para:

[...] a reflexão acerca da marginalização da mulher frente às múltiplas dimensões da sustentabilidade. Assim, é preciso discutir aspectos relacionados à: feminização da pobreza, observada na crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político; e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina [...] (Lagos *et al.*, 2014, p. 70).

Assim, é urgente reconhecer um novo modelo de configuração política voltado para uma democracia, de fato, participativa em todos os níveis, na qual possibilita incorporar a participação de minorias sociais, étnicas tal como a inclusão de gênero. E isto requer a elaboração de múltiplos processos de democratização, tal como o de acesso aos recursos atrelado ao da consequente responsabilização pela construção de hábitos de vida que

ocasionem a mínima degradação (Sachs, 1999). Nesse contexto, o TBC pode se constituir em um dos vetores para tal processo.

As práticas femininas quando vistas sob o aspecto da sustentabilidade em UC podem ser entendidas como práticas em constante dinamismo, ou seja, que se constroem e reconstróem a partir das interações humanas com o espaço de sua existência, em que são estabelecidas relações afetivas, de poder, de trabalho, entre outras (França *et al.*, 2015). Pode-se dizer que essa relação territorial, sobretudo, em contextos de UC envolve, certamente, a dimensão simbólica de pertencimento, em especial, das mulheres e sua relação com o território.

Para França *et al.* (2015), mais do que construtoras de novos territórios, em muitas realidades, as mulheres necessitam, efetivamente, da manutenção dos recursos da natureza para a sua sobrevivência. Tal relação é reflexo sobre as formas pelas quais os diversos grupos compõem suas relações sociais, estruturam seus modos de vida, suas práticas e suas coletividades. Isso em virtude do fato de que a sustentabilidade, segundo os autores, não está relacionada apenas ao meio natural, mas sim pela forma que cada comunidade, pelo grupo social estrutura sua relação com o meio natural, configura-o socialmente, apropria-se e faz uso dos recursos em suas práticas habituais. De tal forma que se acredita que:

[...] a visibilidade é condição para que as mulheres, especialmente as mulheres rurais, tenham maior participação na vida econômica, social e política de suas comunidades, e uma maneira de valorizar seu papel como sujeito histórico, e seu papel na conservação da biodiversidade (Alencar; Sousa; Gonçalves, 2014, p. 139).

Portanto, compreender o processo de participação feminina em contextos de UC, conhecer as reivindicações e as relações de poder, que permeiam esse universo, podem auxiliar na produção de conhecimentos sobre a atuação das mulheres nesses territórios e, com isso, lançar luz aos anseios femininos, destacar as limitações e os desafios enfrentados pelas mesmas e possibilitar o debate de gêneros nas várias ações de conservação ambiental, nas estratégias de manejo e no uso dos recursos naturais e no processo de gestão e organização das UCs.

Destaca-se, ainda que, tratar do âmbito da sustentabilidade, com a colaboração feminina em áreas protegidas, não quer dizer que as mulheres sejam as únicas “salvadoras do planeta”. Mais do que reforçar o estereótipo da mulher como defensora e salvadora do mundo, as reflexões visam sinalizar que não há uma responsabilização exclusiva das mulheres pelos cuidados ambientais ou uma generalização de que todas as mulheres são possuidoras de uma

forte relação ou preocupação com as questões ambientais. Essa relação, tal qual assinala Puleo (2011), nem sempre é positiva para as mulheres, as quais podem ser tanto protagonistas de reivindicações e/ou as vítimas mais afetadas dos impactos e desastres ambientais.

No entanto, há que se reconhecer que as mulheres, em diferentes cenários, protagonizam ações e revelam possibilidades de outra relação com o meio natural, relação essa que, muitas vezes, aglutina laços familiares e comunitários. Também, conforme retratam Marimon e Lima (2019), elas sinalizam a possibilidade de exercer um protagonismo feminino singular – acrescido pela emancipação econômica e ocupação de papéis de liderança – fatores que têm colaborado para a conservação da biodiversidade, para o trabalho vinculado a práticas de coleta, de manejo, de conservação dos recursos naturais diversos e do empoderamento feminino nesses espaços.

Entrelaçar as questões de gênero, UC e sustentabilidade traz à tona a posição central que a mulher ocupa nas dimensões humanas e sociais e na relação com o ambiente. Em se tratando de Amazônia brasileira, o gênero feminino sempre foi e ainda é muito atuante, apesar de invisibilizadas, pois as ribeirinhas, as pescadoras, as extrativistas, as coletoras, as indígenas, as marisqueiras, as quilombolas, as artesãs e as integrantes de movimentos sociais reivindicam políticas públicas eficazes, máxime, na área de saúde, na inclusão social e na educação, tendo em vista a defesa de seus direitos e fortalecimento de mecanismos de proteção da floresta.

A trajetória histórica das mulheres amazônidas tem exposto a importância feminina nos diferentes processos produtivos predominantes na realidade rural brasileira, processos esses existentes desde períodos pretéritos. Contudo, no que se refere às tomadas de decisões, ainda são necessárias ações e recursos que lhes possibilitem expandir, sistematizar e ampliar sua intervenção política, econômica e social (Simonian, 2001), pois tal qual enfatiza Torres (2005), a mulher da Amazônia não é um ser humano despolitizado ou silenciado, mas, sim, possuidora de uma sabedoria singular, preponderante de suas raízes amazônicas.

O tema da sustentabilidade, seja em contextos de UC ou não, implica compreender a necessidade da multiplicação de práticas sociais permeadas pela ampliação do direito à cidadania e a educação numa perspectiva integradora e democrática (Nascimento; Torres, 2012). Visa potencializar iniciativas diversas, dentre essas a atuação feminina na gestão dos problemas ambientais rurais ou urbanos. E, por fim, implica uma reorganização de poder e autoridade, considerando as relações humanas com o meio natural e o com o desenvolvimento socioeconômico a partir da práxis turística.

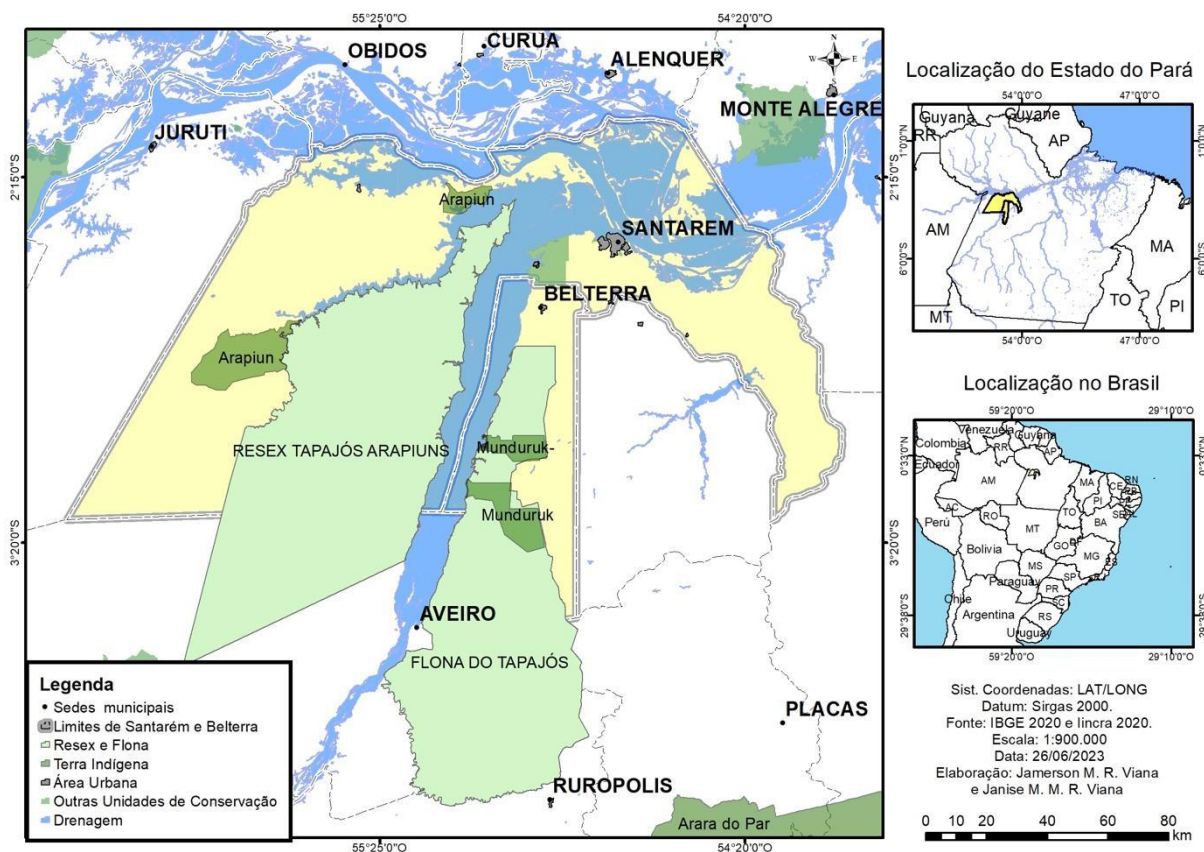
As comunidades elencadas para este estudo, tanto as da Resex Tapajós-Arapiuns, quanto as da Flona Tapajós, foram analisadas mediante um arcabouço teórico e metodológico que envolveu aspectos da formação socioeconômica, histórica, cultural e ambiental das respectivas áreas. Utilizou-se, também, a observação e a investigação das relações que perpassam pela atuação da mulher amazônica na operacionalização da atividade turística de base comunitária em contextos de UC. Os capítulos a seguir apresentam os resultados de cada UC frente ao significado e à prática do TBC e da sustentabilidade ambiental a partir da perspectiva de gênero feminino.

5 MULHERES E TURISMO EM SANTARÉM: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

5.1 Santarém: aspectos gerais

O objeto de análise desta pesquisa visa compreender como a atuação feminina na atividade turística de base comunitária pode contribuir para se pensar em modos de organização comunitária e sustentabilidade em contextos de UC, mais especificamente na Resex Tapajós-Arapiuns. Tal objeto de estudo tem como contexto a Amazônia paraense, e abrange partes de dois importantes municípios do estado: Santarém e Belterra, respectivamente, conforme a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Localização geográfica Santarém e Belterra



Fonte: Jamerson Viana (2022).

Santarém é a cidade mais importante do oeste paraense (Gomes *et al.*, 2017). Segundo Nimuendaju (1948), foi construída sobre uma área indígena na qual teriam habitado os

Tapajó. Essa etnia foi dada como extinta no século XVIII e ocupou uma grande extensão do baixo Amazonas¹⁰⁷, sobretudo, a foz do rio Tapajós.

Em 1637 a expedição de Pedro Teixeira partiu do Pará em direção a Quito visando garantir a ocupação da Amazônia portuguesa e a conquista do oeste. Sua passagem pela região de Santarém, durante a viagem de volta ao Pará, em 1639, foi descrita por Acuña, estando associada ao aprisionamento de índios Tapajó. Nesta mesma época Heriarte, que também participou da expedição de Pedro Teixeira, reconheceu a aldeia dos Tapajó como a maior da região, enfatizando a existência de um elevado contingente populacional nos arredores, reportando uma cifra possivelmente exagerada (sessenta mil guerreiros), contudo ameaçado pela escravidão indígena promovida pelos portugueses (Symanski; Gomes, 2012, p. 55).

A formação histórico-social santarena relaciona-se com o contexto de ocupação da região amazônica, à exploração das drogas do sertão (Cordovil, 2017) e, em especial, às ações da igreja católica, inicialmente com Padre Antônio Vieira e, na sequência, em 1661, com o Padre João Felipe Bettendorf, que, segundo Fonseca (2015), estabeleceu-se uma missão na aldeia dos Tapajós.

Em 14 de março de 1758, foi categorizada como vila com o nome de Santarém e cerca de um século depois, em 1848, tornou-se cidade (Gomes *et al.* 2017). A origem do nome Santarém é uma homenagem à cidade lusitana situada às margens do rio Tejo. Tanto que “[...] o município de Santarém, como a maioria dos municípios tradicionais ribeirinhos da Amazônia, deve seu processo de migração e urbanização à missão religiosa, e depois, como fortificação militar, erguida para garantir a posse das terras do Baixo Amazonas” (Pará, 2010, p. 7).

Santarém possui uma população de aproximadamente 306.480 habitantes, distribuída nas zonas urbana e rural (IBGE, 2021). De acordo com o seu Plano Diretor Participativo, instituído pela Lei nº 18.051, de 29 de dezembro de 2006, a divisão do território é organizada em oito distritos, a saber: (1) Lago Grande do Curuai; (2) Rio Arapiuns; (3) Rio Tapajós; (4) Rio Amazonas (Várzea); (5) Eixo Forte; (6) Mojuí; (7) Rio Moju; e (8) Rio Curuá-Una. Esses distritos são constituídos por 472 zonas rurais, das quais 260 situam-se nas regiões dos rios e várzeas e 212 estão na zona do planalto. A área urbana possui 48 bairros.

O acesso ao município paraense, partindo da capital Belém, dá-se por meio de transporte terrestre, aéreo e/ou fluvial. Quanto ao sistema rodoviário, dentre as diversas rodovias, aponta-se a rodovia BR-163 (Rodovia Federal Santarém-Cuiabá), que interliga

¹⁰⁷ A Região de Integração do Baixo Amazonas é constituída pelos seguintes municípios paraenses: Alenquer, Almeirim, Belterra, Terra Santa, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Curuá, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Faro, Santarém e Juruti (Pará, 2016).

Santarém ao município de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso (Pará, 2022). Destaca-se que a modalidade hidroviária é muito utilizada para a mobilidade de pessoas e transportes de cargas, em razão da existência dos variados rios que compõem a rede hidrográfica da região (rio Amazonas, rio Tapajós, rio Arapiuns, rio Curuá-Una, rio Moju e rio Mojuí) (Pará, 2022) e desempenha um papel fundamental na economia local.

Os principais produtos da economia santarena são: a) agricultura, com o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), arroz (*Oryza sativa*), laranja (*Citrus X sinensis*), banana (*Musa*), abacaxi (*Ananas comosus*) e tangerina (*Citrus reticulata*); b) a pecuária, com destaque para criação de bois, porcos etc.; c) a avicultura; e d) atividade extrativista vegetal e mineral. O município é um dos maiores polos produtores de soja (*Glycine max*) da Amazônia, especialmente, ao longo da BR-163, que interliga Cuiabá a Santarém (Passos, 2017). A região localiza-se em uma área geográfica estratégica para o escoamento de grãos do Centro-Oeste para a Europa e América do Norte.

Quanto ao aspecto educacional, o município dispõe da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com um total aproximado de 461 escolas, segundo os dados do IBGE (2021). E hoje, também, há a oferta do ensino público superior com a presença da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Campus Tapajós, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e universidades particulares, como: a Universidade da Amazônia (UNAMA), entre outras, minimizando a necessidade como acontecia antigamente, da população local ter que se deslocar para outras capitais para intenção de qualificação superior.

Santarém é também possuidora de uma considerável potencialidade turística. Foi incluída entre os 65 destinos indutores¹⁰⁸ do desenvolvimento turístico regional, como estratégia do Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil, estabelecido pelo Ministério do Turismo (MTur), vigente no Programa Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 (Cordovil, 2017). Ademais, no Mapa do Turismo brasileiro, segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2022), Santarém compõe a Região Turística do Baixo Tapajós e foi o único município que recebeu destaque nessa região, enquadrando-se na categoria “B”.

Os dados do Relatório de categorização do Mapa (Quadro 14) indicam que as informações referentes ao período de 2019 a 2021 são as seguintes

¹⁰⁸ Os destinos indutores possuem infraestrutura básica e turística, além de atrativos qualificados capazes de atrair e/ou distribuir considerável quantitativo de turistas para o seu entorno e dinamizar a economia do território em que se encontra inserido (Brasil, 2007).

Quadro 14 – Norte / Pará, Região Turística do Baixo Tapajós

UF	Município	Visitantes Domésticos	Visitantes Internacionais	Estabelecimentos hoteleiros	Empregos no setor turístico	Arrecadação de impostos	Categoria no mapa do turismo brasileiro
PA	Santarém	191.863	9.344	38	291	1.813.048	B

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2021).

Conhecida como a Pérola do Tapajós, segundo a Secretaria de Turismo do Pará (SETUR) (Pará, 2016), Santarém possui condições para diferentes segmentações de turismo, como: náutico (cruzeiros), turismo de pesca (pesca esportiva), turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo verde, ecoturismo, turismo de experiência e uma enorme oferta de atrativos naturais, como: as florestas, os igarapés, a fauna e flora amazônica, os lagos e as praias formadas ao longo do rio Tapajós e rio Arapiuns, dentre outros, voltados para o turismo em UC. A Resex Tapajós-Arapiuns, que é um dos *locus* deste estudo, geograficamente, está localizada parte em Santarém e parte no município de Aveiro¹⁰⁹ (Brasil, 2014), daí a importância de situar os aspectos gerais de Santarém no contexto da pesquisa.

5.2 A atuação feminina no TBC na Resex Tapajós-Arapiuns

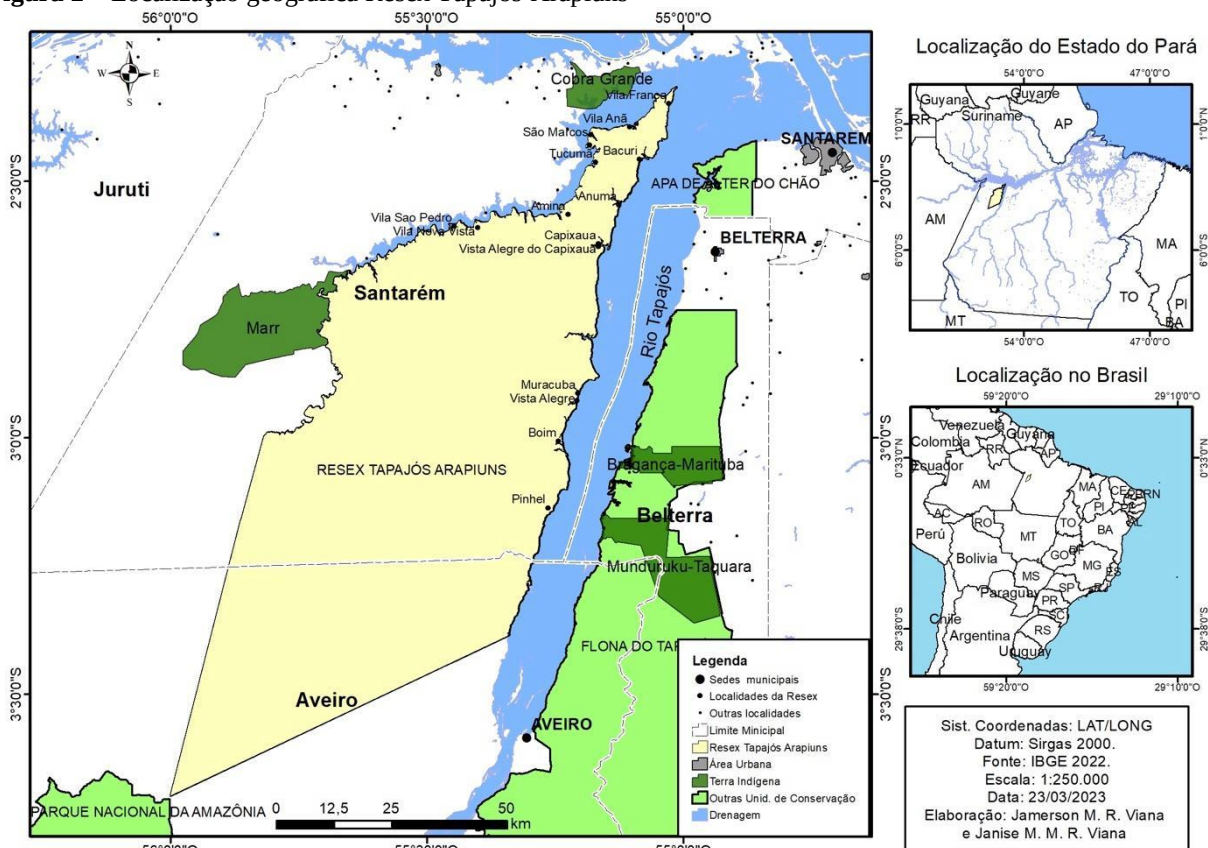
Situada nos municípios de Santarém (com aproximadamente 66% do seu território) e Aveiro (com 34%), a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Figura 2) possui uma área aproximada de 677.513,24 ha, pertencente ao bioma Amazônia (Brasil, 2014). A biodiversidade da área protegida é ímpar e seus aspectos socioculturais são inigualáveis. Por isso, é importante destacar que:

[...] a cultura da população que vive na Resex Tapajós Arapiuns é bastante diversa, pois reúne tanto as comunidades de origem indígena que ali habitavam antes da colonização, quanto migrantes que ao longo do tempo foram chegando à reboque dos diversos ciclos econômicos vivenciados na região, como o caso dos nordestinos no ciclo da borracha. Essa mistura criou um mosaico de formas de viver, em relação ao meio ambiente, ao manejo dos recursos naturais, e à construção de diversas formas de representação cultural distintas de outros grupos sociais no país (CEAPS, 2015, p. 90).

¹⁰⁹ Apesar de parte da Resex integrar o município de Aveiro, este não está contemplado neste trabalho.

O mapa (Figura 2) a seguir localiza, geograficamente, a Resex na conjuntura regional paraense e projeta o conjunto de UC que influi na organização administrativa e política do território.

Figura 2 – Localização geográfica Resex Tapajós-Arapiuns



Fonte: Jamerson Viana (2022).

O acesso à Reserva se dá por via fluvial, a partir de Santarém, pelos rios Tapajós e Arapiuns, rios esses que inspiraram o nome da UC (Pena, 2015). As populações dos dois municípios que abrangem a Resex, somadas são cerca, aproximadamente, de 3.500 famílias, compostas por 13 mil pessoas (Brasil, 2022). A sua formação histórica, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Brasil, 2014), provém dos portugueses que exploraram a região por volta do ano de 1542 e da população indígena que ali habitava, provavelmente, das etnias Tupaius ou Tapajós.

A criação da Reserva advém de 1981, quando diversas comunidades da margem esquerda do rio Tapajós se organizaram a fim de impedir o avanço da empresa madeireira Amazonex na região. Neste mesmo ano as comunidades conseguiram junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a demarcação de uma área com aproximadamente 64 km por 13 km ao longo do rio Tapajós (Brasil, 2014). No mesmo

período, a empresa madeireira Santa Izabel começou a explorar a área do rio Arapiuns, as comunidades ofereceram pouca resistência (Brasil, 2014) quanto ao fato.

Acerca dessa trajetória histórica, o MMA (Brasil, 2014, p. 9) retrata que:

As discussões para assegurar a posse da terra (ainda não se falava em Reserva Extrativista) se iniciaram no segundo semestre de 1996, quando as comunidades de Pinhel, Camarão e Escrivão, no rio Tapajós, manifestaram a intenção de evitar invasões de madeireiras que já atuavam na comunidade vizinha (Cametá) e de preservar uma área para as gerações futuras. Mais tarde, as três comunidades se organizaram em uma associação denominada YANÉ-CAETÉ (Nossa Floresta), cuja primeira ação foi abrir um pico na mata delimitando a área entre as comunidades de Apacê e Escrivão. Na região do Arapiuns, lideranças locais também começaram a se organizar, frente ao abandono das populações locais pelo poder público e exploração econômica abusiva dos regatões. Os movimentos populares das regiões do Arapiuns e Tapajós se unificaram em julho de 1996, com o objetivo de impedir o avanço das empresas que exploravam os recursos naturais sem promover o desenvolvimento regional. Em novembro deste mesmo ano, as comunidades do alto Arapiuns, Maró e Aruã se reuniram para debater problemas socioambientais e se organizaram em uma associação. Em fevereiro de 1997, na comunidade de Cachoeira do Maró, foi realizada a Assembleia de Fundação da Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã – AIRAMA, composta por 21 comunidades, cujo principal objetivo era a regularização fundiária. É importante ressaltar que nas regiões do Tapajós e Arapiuns não havia famílias sem terra, mas sim sem título definitivo, sujeitas a perder suas terras a qualquer momento para invasores (pecuaristas, fazendeiros, madeireiros, etc).

Posteriormente, lideranças comunitárias das duas regiões buscaram assessoria técnica junto aos órgãos responsáveis pela questão fundiária em Santarém. Sem encontrar respostas, as duas associações – AIRAMA e YANÉ-CAETÉ – aproximaram-se de instituições relacionadas à questão ambiental em Santarém, dando início, portanto, à procura por alternativas de regularização fundiária para os comunitários. Ainda segundo o MMA (Brasil, 2014, p. 9):

[...] Frei Florêncio, representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em visita ao Dr. Rafael Rueda, Coordenador do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT/IBAMA em Brasília, recebeu a informação de que havia recursos e vontade política para criação de Reservas Extrativistas (Resex) no Brasil. A regularização fundiária através de Resex era de baixo custo e podia ser feita coletivamente, além de respeitar os costumes das populações tradicionais.

Em seguida foram promovidos encontros e seminários para debater a proposta de criação da Resex. A gestão dessas atividades ficou sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (GT Resex), formado por entidades não governamentais de assessoria como o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), associações comunitárias, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada

a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e entidades como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR/Santarém).

Segundo o MMA (Brasil, 2014), o GT foi criado para debater a situação regional diante das atividades das madeireiras. No entendimento de Andrade (2019, p. 109):

No processo de criação da Resex, a atuação de duas entidades foi fundamental: o Movimento de Educação de Base – MEB e o Grupo de Defesa da Amazônia – GDA. Influenciados pela participação de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, em 1979 diversos municípios da região de Santarém se agregaram em movimentos sociais: militantes da igreja católica, estudantes, líderes sindicais e outros representantes de segmentos sociais. Por essa agregação discutiam temáticas voltadas a questões políticas, sindicais, salários e efeitos de grandes projetos implantados na Amazônia.

No ano de 1997, aconteceu uma reunião expressiva na comunidade de Tucumatuba, no rio Tapajós, em que estiveram presentes representantes de órgãos como Inkra Nacional, CNPT/IBAMA – Santarém e Brasília, Ministério Público Federal e Estadual, entidades não governamentais, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, representantes de comunidades diversas, totalizando, aproximadamente, 250 pessoas (Brasil, 2014; Peixoto, 2017; Andrade, 2019). Na ocasião, os comunitários presentes fizeram a solicitação de criação da Reserva Extrativista formalmente via documento ao Ibama.

Mediante a formalização do processo junto ao Ibama, os moradores locais entraram em conflito, visto que uns posicionaram-se a favor e outros contrários à criação da Resex. Contudo, no dia 21 de setembro de 1998, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso assinou uma carta de compromisso pela criação da Reserva (Andrade, 2019). Com o Decreto s/n, de 6 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União em 9 de novembro de 1998 foi institucionalizada a primeira Reserva Extrativista do Estado do Pará (Brasil, 2014), abrangendo, naquele período, 68 comunidades situadas nos Municípios de Santarém e Aveiro.

Com a instituição da Resex, obteve-se uma garantia de certa estabilidade aos grupos sociais do território, em decorrência da restrição do uso da terra apenas às pessoas residentes na área. Após a criação da Reserva Extrativista iniciou-se o processo de construção dos instrumentos de gestão da referida Unidade de Conservação (Andrade, 2019). No Quadro 15, a seguir, observa-se a cronologia da construção dos principais instrumentos de gestão voltados para a Resex Tapajós- Arapiuns.

Quadro 15 – Cronologia dos instrumentos de gestão – Resex Tapajós-Arapiuns

Período	Instrumento
1999	Criação da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns – Tapajoara, instituição de representação de todos os moradores da UC, concessionária da área.
1999	Elaboração do Plano de Utilização da Resex, (Portaria nº 95/1999 do IBAMA).
2002	Início de ações de planejamento para constituir o Conselho Deliberativo da Resex.
2003	Criação da primeira versão do Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns. Participaram dessa construção o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e o Projeto Saúde e Alegria (PSA) dentre outras.
2004	Estabelece a Portaria-IBAMA nº 50, legaliza o Conselho Deliberativo da Resex.
2008	Atualização do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns elaborado em 2003.
2009	O ICMBIO emitiu o Parecer nº 066/2009/CPMA/CGREX – em que recomenda a complementação de informações ao documento Plano de Manejo 2008.
2011	É assinado o documento Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), o qual trata que o território da UC é de propriedade do Estado e via este contrato passa a ser concedido aos moradores da área.
2014	Formalizado o Plano de Manejo da Reserva, volumes I, II, III e IV.
2014	Publicada a Portaria nº 124, de 20 de novembro de 2014. Esta aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Tapajós-Arapiuns.
2018	Reformulação do Conselho Deliberativo da Resex. Aumenta-se o número atuantes de entidades, associações comunitárias e não comunitárias.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2014) e Andrade (2019).

A Resex Tapajós-Arapiuns encontra-se sob gerenciamento do ICMBIO, o qual tem atuação como órgão gestor e presidente do Conselho Deliberativo. Ressalta-se que no referido Conselho reúnem-se representantes da sociedade civil, representantes municipais, outras instituições públicas, além da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Tapajoara). Ao todo, segundo a Portaria de número 50/2004 do Ibama (Brasil, 2004), participam do conselho 24 entidades que visam ao desenvolvimento de ações no intuito de implementar o plano de manejo da UC e cumprir os objetivos de sua criação.

A Tapajoara é a entidade concessionária do direito de uso, uma espécie de Associação “mãe” das organizações locais dentro da Resex, cujos interesses são acolhidos na esfera do Conselho Comunitário, em um fórum de discussão no qual são definidas as questões de interesse dos habitantes da Resex que, posteriormente, podem ser apreciadas pelo Conselho Deliberativo (Brasil, 2014; Mota, 2021). Tem por incumbência atuar em proveito da consolidação da organização social e, por conseguinte, promover melhorias na qualidade de vida das famílias.

Com relação à dinâmica social da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, ela possui cerca de 18.291 habitantes que compõem as 3.076 famílias distribuídas em 72 vilas e/ou comunidades, sendo a maioria destas pertencentes ao município de Santarém – 66 no total, e em menor número ao município de Aveiro – totalizando 6 (Brasil, 2014). Essas comunidades estão organizadas em 37 associações comunitárias (Instituto Socioambiental, 2022). Em sua

maioria, as ribeirinhas atuam, primordialmente, com a atividade agroextrativista de base familiar e com a atividade pesqueira.

Essas comunidades e aldeias nasceram de antigas vilas de missões religiosas e aldeias indígenas, que ao longo do tempo se misturaram com migrantes e colonos de diferentes origens. Seu modo de vida tradicional está baseado na prática do extrativismo, na agricultura familiar, na transmissão oral de saberes que explicam seus cuidados com a natureza e sua luta pelo território [...] (Pena, 2015, p. 11).

Ademais, na Resex, cada unidade familiar possui delimitadas a área de habitação, as quais costumam incluir, comumente, os quintais, as pequenas hortas para agricultura de temperos, as hortaliças e as árvores frutíferas; área de produção e utilização intensiva e territórios comuns ou comunitários (Brasil, 2014). Cada comunidade possui seu setor produtivo. A seguir, tem-se a descrição geral das comunidades da Resex no intuito de compreender o contexto da pesquisa.

5.2.1 Vila de Anã

A comunidade de Anã está situada à margem direita do rio Arapiuns. Sua formação histórica, assim como as demais comunidades da Resex, relaciona-se à ocupação indígena, que no decorrer dos anos se misturaram com migrantes, principalmente, de origens portuguesas e africanas (Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, 2012). Pode-se dizer que a comunidade se constituiu sobretudo, a partir de aldeamentos. Para alguns moradores de Anã, sua fundação ocorreu em meados do final do século XIX, a partir da chegada de Ivo Godinho e de sua esposa Severina Maria, de origens desconhecidas, os quais teriam sido os primeiros moradores da comunidade.

No decorrer do tempo, outras famílias, também, passaram a habitar o território, como os Imbiribas, os Campos e os Alves, os quais deram início a um pequeno povoado denominado Piquiá (*Caryocar villosum*), devido ao predomínio de várias árvores da espécie de piquiazeiro situados no local. O nome Piquiá permaneceu, aproximadamente, até a década de 1950, quando passou a chamar-se Anã, em homenagem ao Muanã, um ser encantado que vive no lago e que persegue quem agride a natureza, é uma espécie de protetor da vila¹¹⁰. Foi nesse período que Anã obteve o caráter de comunidade, tendo em vista, principalmente, da

¹¹⁰ Informações obtidas com o Entrevistado 1, comunitário da Vila Anã, em entrevista realizada em fevereiro de 2022.

influência da igreja católica, sendo esta, um dos agentes fundamentais na organização social de Anã.

Adiante imagem área da comunidade Vila de Anã (Figura 3).

Figura 3 – Vista aérea da Comunidade Vila de Anã



Fonte: Jamerson Viana (2022).

No seu surgimento, Anã era composta apenas por cerca de 11 famílias. Em 2022, está constituída por 86 famílias, com uma população aproximada de 320 habitantes. As residências dos comunitários concentram-se, principalmente, às margens do Rio Arapiuns e são, em sua maioria, de alvenaria e madeira (Figura 4).

Figura 4 – Residência em Anã



Fonte: Janise Viana (2022).

A base econômica de Anã é a agricultura familiar¹¹¹, sobretudo, o plantio de mandioca, há ainda o extrativismo vegetal, a criação de peixes em cativeiro – tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e patos. Outra fonte de renda é a atividade turística de base comunitária, que será abordada a seguir.

Um destaque da comunidade é o Grupo Mulheres Sonhadoras em Ação (Grupo MUSA)¹¹² hoje, formado por 14 mulheres de Anã responsáveis pela criação do peixe tambaqui (*Colossoma macropomum*) (Figura 5) e produção da ração orgânica – originada de recursos naturais locais – para alimentá-los. Uma parte da produção de peixes atende ao consumo da própria comunidade e a outra é destinada à geração de renda. As mulheres do MUSA também atuam com a meliponicultura¹¹³ (Figura 6), que contribui com a economia local pela produção e comercialização de mel para visitantes e moradores locais. Acerca do Grupo MUSA, segue a fala de uma das fundadoras do grupo:

[...] o MUSA surgiu, organizadamente, em 2004. O MUSA é uma história, o MUSA é a continuidade da atividade da criação de peixe que foi iniciada em 2000 na APRONÃ (Associação dos Produtores Rurais de Anã), só que tem aquele negócio, o presidente que tava lá, se apaixonou pela atividade, então ele cuidou dos peixes, comprou mais peixe, ajudou a vender mais peixes. Só que quando entrou a outra coordenação, não tinha o mesmo amor pela atividade, o mesmo interesse, daí que ficou meio que abandonado. Aí em 2000, a comunidade de Anã tinha um grupo de mulheres fortes, unidas, elas tinham uma representatividade junto ao baixo remédio caseiro, elas cuidavam de tudo, aí em 2000 quando eu voltei elas estavam já organizadas, elas faziam remédio caseiro, elas cuidavam uma da outra, elas tinham uma importância boa, elas já eram mais de 20, todas as mulheres da comunidade estavam envolvidas, e foi aí que eu fui participar ativamente, aí elas me convidaram porque eu falo muito, aí elas já me incumbiram de fazer a representatividade do grupo junto a organização maior que elas eram afiliadas em Santarém que era a organização das Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas, que elas faziam parte, aí eu comecei a viajar representando elas, aí eu fui procurar um jeito pra nós criarmos mais peixes [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, 2022).

Essa fala possibilita compreender que o protagonismo feminismo é presente em diversas atividades, sobretudo, no contexto rural, seja na prática da agricultura, na criação de animais e na gestão de recursos naturais. A atuação das mulheres se reflete na provisão de alimentos, no cuidado com a espécie animal e vegetal, na coleta de frutos, raízes e cultivo de

¹¹¹ A agricultura familiar, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2023, p. 2) “[...] é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças [...]”

¹¹² Segundo a Entrevistada 8, uma das fundadoras do MUSA, o grupo foi criado no ano de 2004. É a continuidade da atividade de criação de peixes iniciada no ano 2000 pela Associação dos Produtores Rurais de Anã (APRONÃ). É uma iniciativa das mulheres de Anã e objetiva, em especial, a geração de renda para os moradores na perspectiva da sustentabilidade.

¹¹³ Criadora de abelhas sem ferrão.

plantas medicinais, entre outras (Schmidt; Gomes, 2020) Atrelado a isso, as mulheres, ainda, desempenham responsabilidades com o cuidado familiar e com atividades de gestão e organização comunitária.

Figura 5 – Criação de peixes – Grupo MUSA



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 6 – Criação de abelhas – Grupo MUSA



Fonte: Janise Viana (2022).

Na comunidade, há um microssistema de captação para a abastecimento de água que atende a todas as moradias e foi criado no ano de 2005 com o apoio da Ong Projeto Saúde e Alegria (PSA)¹¹⁴. Tendo em vista a manutenção e as despesas desse sistema, é arrecadada pela Associação dos Produtores Rurais de Anã uma taxa no valor de R\$ 20,00 de cada unidade habitacional. Esse valor destina-se ao caixa reserva da associação, a fim de custear despesas da comunidade e da organização social.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, a distribuição é para toda a comunidade, por meio de um grupo gerador a diesel, o qual fornece energia das 19h às 21h30, todas as noites, e é cobrada pela Apronã uma taxa no valor de R\$ 70,00 para os moradores em função das despesas dele. Acerca dessa questão é recorrente a seguinte fala:

[...] um dos principais problemas da comunidade pra mim é a falta de energia, por que sem energia a gente não consegue fazer muitas coisas como guardar comidas, bebidas como sucos, por exemplo, a gente colhe as furtas, mas só consegue tomar o suco na hora, não consegue ter internet, não consegue fazer coisas a noite, como escutar música e tudo mais [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] a falta de energia, a falta de comunicação com outros é um problema pra nós. A energia nossa é gerador, nós temos energia das 19h até 21h30, quem dera que fosse mais. E nós temos um pequeno telecentro com Wi-Fi que não suporta a nossa necessidade, então a comunicação nossa é bem precária mesmo. Quando chove não tem sinal nem de *internet*, nem de celular, então nessas partes, falta de energia e

¹¹⁴ O PSA é uma iniciativa civil sem fins lucrativos que atua desde 1987 em comunidades amazônicas brasileiras com a finalidade de promover e apoiar ações voltadas para área da saúde, organização social, cidadania, direitos humanos, saneamento básico, geração de renda, educação, cultura, comunicação e inclusão digital (Projeto Saúde e Alegria, 2022).

falta de internet fica ruim pra nós, muito problemático (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, 2022).

Em algumas residências, há geradores particulares de energia, e hoje algumas casas (cerca de 4 famílias) dispõem de energia solar (Figura 7). A energia solar se inseriu na região a partir da iniciativa do PSA no ano de 2021. As principais vantagens desse sistema são diminuição dos custos com a energia, pois diversos moradores usam geradores que funcionam a diesel, o qual tem sofrido acréscimo monetário constante, em vista da redução do consumo de combustíveis fósseis e do aumento da disponibilidade de energia, e das desvantagens referem-se à ausência de manutenção periódica nesses sistemas, o que inviabiliza um melhor rendimento energético por meio dos sistemas fotovoltaicos.

Figura 7 – Placas solares para o fornecimento de energia



Fonte: Janise Viana (2022).

Em Anã, a prática educacional persiste desde o ano de 1959, quando as aulas eram ministradas pela primeira professora da comunidade, a Sr.^a Raimunda Marques. Contudo, a primeira instituição escolar oficial é a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Nossa Senhora de Fátima (Figura 8), fundada na década de 1970 e atende a um total aproximado de 100 alunos. O Ensino Médio, por sua vez, é ofertado desde o ano de 2005, por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (Some)¹¹⁵, organizado pela Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará e promove o atendimento educacional de moradores de Anã e de comunidades próximas, como Maripá, por exemplo.

¹¹⁵ O Some foi criado no estado do Pará em 1980 e tem por objetivo promover a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontram mais distantes dos centros urbanos (Pereira, 2016).

Figura 8 – Escola M. E. F. M. Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Janise Viana (2022).

Na comunidade, há um posto de saúde que funciona na casa de um antigo comunitário que doou o imóvel para abrigar o posto. Atuam no posto um agente de saúde, um enfermeiro e um técnico de saúde para promover o atendimento inicial. Em casos mais graves, os moradores têm que se deslocar à sede municipal de Santarém via “ambulanchas”¹¹⁶. Outra possibilidade é o atendimento via Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF). A UBSF é uma embarcação que conduz Equipes de Saúde da Família Fluvial (ESFF), equipadas com materiais, mobiliário e ambientes necessários para o atendimento da população ribeirinha.

A UBSF tem apoio da Prefeitura Municipal de Santarém e o auxílio da Ong Projeto Saúde e Alegria, a qual foi a pioneira em disponibilizar esse tipo de atendimento para as populações dos rios Arapiuns e Tapajós. Atualmente, os moradores da Resex contam com três UBSF em ação: o Abaré I, o Abaré II e o Ailton Barros¹¹⁷. “Abaré,” segundo o Projeto Saúde e Alegria (2012), foi o nome sugerido pelos próprios comunitários – que, em tupi, significa o amigo, o cuidador.

Quanto à infraestrutura de uso coletivo, há um barracão comunitário no qual acontecem as festividades e as reuniões dos moradores, uma biblioteca comunitária, o campo de futebol, a Igreja Nossa Senhora de Fátima (Figura 9), a Igreja evangélica Assembleia de Deus, a Igreja evangélica da Paz, essa última promove seu evento sempre no mês de julho. Entre as festividades, destaca-se a festa da padroeira Nossa Senhora de Fátima que acontece no dia 13 de maio. Ocorrem, também, as festas e o torneio dos clubes de futebol da comunidade, os quais são: o Clube Cruzeiro e o Clube Comunitário e envolve moradores de Anã e outras comunidades das Resex.

¹¹⁶ São espécies de ambulâncias fluviais que tem por finalidade fazer o transporte de pacientes com necessidade de atendimento médico urgente (nesse caso, moradores ribeirinhos amazônicos) até a unidade de saúde mais próxima.

¹¹⁷ Informações obtidas segundo Santarém (2023).

Figura 9 – Igreja Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Janise Viana (2022).

Em Anã, os moradores criaram em 1990 a Associação dos Produtores Rurais de Anã com a finalidade de reivindicar e assegurar os anseios comunitários. Nesse aspecto, destaca-se, também, a participação feminina, pois as mulheres atuam ativamente, inclusive, em duas ou mais organizações, tendo em vista a melhoria da vida comunitária.

Além da Apronã, há mais duas organizações comunitárias: Associação de Piscicultores e Extrativistas da comunidade de Anã (APAA) e a Musa. Existe, ainda, grupos que desenvolvem projetos voltados para a melhoria renda da comunidade, como o Grupo do viveiro – projeto de cultivo de plantas nativas – e o Grupo do turismo, a ser abordado posteriormente.

5.2.2 São Miguel / São Marcos

São Marcos está situada, geograficamente, à margem direita do rio Arapiuns. Pertence à comunidade São Miguel. Conforme relatos de moradores mais idosos que foram entrevistados neste estudo, São Miguel pertencia ao Sr. Antônio Colares Cardoso (conhecido como seu Chumbico). Em 1948, seu “Chumbico” doou, aproximadamente, dois hectares de suas terras para serem erguidas uma Igreja Católica e uma escolinha, as quais originaram a comunidade de São Miguel.

Em São Miguel, segundo interlocutora local, vivem, na atualidade, cerca de 115 famílias, compostas por aproximadamente 400 moradores. A principal atividade econômica é a agricultura, com o cultivo da mandioca, voltado para produção da farinha, produto esse que tem dupla função: consumo interno das famílias e comercialização. A atividade pesqueira, o

“teçume” da palha¹¹⁸, o artesanato e o TBC (estes últimos serão tratados com mais detalhes posteriormente) também representam uma parte importante da renda das famílias.

[...] aqui em São Miguel, a gente vive do plantio da mandioca, do plantio de frutas, como tucumã, cupuaçu, taperebá, muruci e por aí vai, a gente também pesca pra sobreviver, também a gente produz nossos artesanatos e de uns tempo pra cá a gente passou a trabalhar com o Turismo de Base Comunitária como ajuda na nossa renda, né?! (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Na comunidade, existem ainda pequenos comércios que realizam a venda de vários gêneros, incluindo os produtos produzidos/beneficiados pelos próprios moradores, como a farinha de mandioca, a castanha de caju, o peixe e o artesanato produzido com recursos naturais de existentes na própria Resex. Adiante imagem área da comunidade de São Miguel (Figura 10).

Figura 10 – Imagem área de São Miguel



Fonte: Jamerson Viana (2023).

A educação ocorre com uma infraestrutura básica por meio do ensino promovido pela Escola Municipal São Miguel Arcanjo, que atende ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (esta última por meio do ensino Some). Essa escola constitui-se um polo que recebe tanto alunos da própria comunidade quanto de outras. São Miguel funciona como polo na área da educação, como também na questão da saúde pública, uma vez que, na comunidade, há uma UBS (Figura 11) que auxilia nos serviços básicos, sendo referência e apoio para as comunidades mais próximas.

¹¹⁸ “Teçume” consiste na ação de tecer fibras vegetais e transformá-las em artefatos domésticos e artesanato comercial (Sousa *et al.*, 2016).

Figura 11 – Unidade Básica de Saúde de São Miguel

Fonte: Arquivo pessoal de França (2023).

O atendimento é feito por dois agentes comunitários de saúde que se revezam nos trabalhos, e os moradores também recorrem ao auxílio de moradores locais como: parteiras, rezadeiras e benzedeiras que realizam assistência por meio de conhecimentos tradicionais. Nessa atuação dos saberes e das ações de cura no dia a dia das comunidades pesquisadas, tanto as da Resex quanto as da Flona, as mulheres são destaque. Elas se sobressaem na recomposição da saúde por seus conhecimentos bioculturais de ritos e símbolos, em contextos de biodiversidade. De acordo com Santos *et al.* (2023, p. 17), para elas:

[...] vida e a saúde dos humanos são partes integrantes de uma *natura naturans*, ou seja, de uma natureza vívida, intensamente plural e continuamente autocriativa – muito além de uma concepção antropocêntrica de bem-estar. Dessa maneira, as mulheres especialistas no cuidado da saúde tradicional são pessoas de profunda memória, intensa capacidade criativa de rituais e medicamentos, largas e plurais concepções de sagrado, e de sabedoria virtuosa sobre as mais diversas questões quanto a dúvidas e inseguranças que podem surgir no dia a dia [...]

Nesse sentido e tomando o pensamento de Shiva (2003), há que se considerar todos os saberes não científicos como um saber, também denominado de etnoconhecimento (Anderson; Posey, 1985). O saber local, nas comunidades tradicionais amazônicas, existe, é visível e legítimo e representa determinada realidade. Essas práticas medicinais tradicionais são vigentes, sobretudo, a partir da ação de mulheres, as quais podem ser compreendidas como interlocutoras entre tradições culturais e os desafios da contemporaneidade e especializadas em práticas de cura, promoção de cuidados e de sentidos à vida.

Quanto à infraestrutura local, há um sistema de abastecimento de água que atende a todas as famílias dentro de São Miguel, inclusive, com água encanada, e teve o apoio do PSA para a sua concretização. O acesso à energia é fornecido somente durante algumas horas por dia, em virtude de um gerador comunitário. Para o funcionamento dele, a associação cobra

dos moradores uma taxa de R\$ 100,00 para custear as despesas com o equipamento. Alguns moradores possuem geradores de energia individuais. O acesso à energia constitui uma dificuldade a ser superada, pois, segundo uma das moradoras, “[...] ficar sem energia é muito ruim, a gente fica limitada de fazer até mais coisas pra ganhar dinheiro, como fazer suco das nossas frutas, por exemplo [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

A infraestrutura coletiva é composta pelo barracão da Associação Comunitária da Vila de São Miguel (Ascovism) (Figura 12), campos de futebol, sedes dos clubes esportivos de futebol, sede das artesãs, praça pública, cozinha comunitária, telefones públicos, esses com funcionamento irregular.

Figura 12 – Barracão da Associação da Vila de São Miguel



Fonte: Arquivo Pessoal de França (2023).

As casas em São Miguel são algumas de alvenaria, outras de madeira e mistas. Acerca das habitações, o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps) destaca que “[...] suas ruas são bem demarcadas e as casas, antigamente cobertas e cercadas de palhas e madeiras roliças, com o piso de terra batida, já são de alvenaria, havendo algumas combinando com madeiras serradas [...]” (Ceaps, 2012, p. 12). Nos quintais, há o predomínio de pequenas hortas, árvores frutíferas de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), açaí (*Euterpe oleracea*), acerola, entre outras, além da criação de animais de pequeno porte, como galinhas e patos.

O cotidiano da comunidade é similar ao das demais comunidades da Resex, com um dia a dia simples, mas com um povo caloroso e hospitaleiro.

[...] a vida aqui na nossa comunidade é boa sim, apesar das dificuldades da falta de energia, de não ter acesso a internet, mas a gente vive tranquilo aqui, não tem negócio de violência, assalto e aqui um acode o outro. Tem a nossa plantação que não deixa a gente ficar sem nada, mas também se falta alguma coisa, uma farinha, um tempero, a gente vai na casa do vizinho pede ajuda e é ajudado, nos lugares na

cidade não dão nada não, a pessoa tem quem comprar tudo... então eu acho que a gente vive tranquilo aqui sim (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

A vila de São Marcos, ou “bairro” de São Marcos como é denominado pelos que nela habitam, tem por volta de 48 moradores, distribuídos em oito famílias, segundo informações obtidas com um morador local. As casas são algumas de alvenaria, outras de madeira e há, ainda, as que são mistas (alvenaria e madeira), com pisos de cimento, lajotas e de terra batida, variando a cobertura delas entre a utilização de telhas e palhas. As principais infraestruturas públicas como escola e UBS situam-se em São Miguel, logo, é para lá que os comunitários se deslocam, diariamente, para recorrer a esses serviços. Adiante, imagem área de São Marcos (Figura 13).

Figura 13 – Imagem área São Marcos



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Com relação ao acesso à energia elétrica, é possível dada a existência de um gerador de energia comunitário, o qual disponibiliza energia no período de 19h às 22h. Cada família contribui para associação comunitária, com um valor de R\$ 100,00 para a taxa de manutenção dele. Quanto a essa ausência do serviço de energia, nos dizeres das moradoras locais e artesãs:

[...] é difícil, assim a dificuldade de eu não poder ter meus produtos assim pra utilizar, como ter uma polpa, uns produtos gelados, colocar uma coisa pra gelar e na hora que eu precisar vender, conseguir vender, mas se eu tivesse energia aqui ia ser mais perfeito pra mim [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] todo mundo quer ter uma realidade boa, todo mundo quer sair pra comer e tomar uma coisa geladinha, quer ter uma vida melhor e isso, aqui, pra mim não tem. Tipo, você não tem energia 24h, você não tem uma geladeira que você possa conservar seus produtos, você às vezes tem que usar o fogo ou a lamparina pra conseguir iluminar [...] então, eu sonho com uma vida melhor, em ter energia todo tempo [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Ressalta-se que, hoje, em alguns pontos de São Marcos, é possível constatar a instalação de placas solares para o fornecimento de energia (Figura 14). Com o decorrer do tempo, os moradores locais acreditam que essa limitação será superada, como é factível notar no trecho a seguir: “[...] a gente tem esperança de ter energia logo, logo aqui em São Marcos, pra todo mundo, né, porque a energia é muito importante pra vida de qualquer povoado, né, ficar sem energia é muito ruim [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Figura 14 – Placa Solar em São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).

Não há abastecimento de água, os moradores fazem uso de um poço manual comunitário para ter acesso a água. Como tratamento desta, os comunitários utilizam filtros caseiros, tal como o uso de hipoclorito. Este é distribuído, gratuitamente, por agentes comunitários da prefeitura, mas há ainda aqueles que “coam” a água para ingestão.

Apesar de São Marcos situar-se em área de UC, não há coleta de esgoto, realidade similar das demais comunidades da Resex. Os resíduos sólidos produzidos são enterrados ou queimados pelos próprios comunitários nos quintais das residências. Há, ainda, lugares em que é encontrado ao ar livre, conforme nota-se nos relatos de uma moradora a seguir: “[...] se tivesse uma coleta de lixo regular, a gente não ia enterrar, nem queimar os lixos daqui, e ninguém ia ver os lixo por aí, né?! [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Os órgãos públicos não realizam a coleta dos resíduos. O que se verifica é que são os próprios moradores de São Marcos, os agentes responsáveis em evitar o acúmulo de resíduos em seu território. Isto posto, é fundamental refletir acerca da melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais para que, simultaneamente, possa haver a melhoria da qualidade ambiental.

Na localidade, são plantadas algumas frutas como o tucumã, o açaí, embora a mandioca seja o principal produto do qual se produz a farinha (Figura 15), que serve para a subsistência, e o excedente é comercializado nas proximidades e em Santarém. Atualmente, as famílias também vivem da produção de artesanato e da atividade turística de base comunitária conforme será abordado mais a seguir.

Figura 15 – Casa de farinha em São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).

5.2.3 Comunidade de Tucumã

A comunidade - geograficamente - está situada na calha do rio Arapiuns, entre as comunidades São Miguel e Nova Sociedade. Teve sua fundação, segundo seus moradores, no ano de 1965, a partir da iniciativa de Manoel Viana Cardoso e de Manoel Fernando dos Santos, primeiros habitantes da região, no entanto a procedência deles é desconhecida pelos moradores locais. A origem do nome “Tucumã” advém da fruta que existe abundantemente neste território. A seguir, nota-se a imagem aérea da comunidade (Figura 16).

Figura 16 – Imagem aérea da Comunidade Tucumã



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Inicialmente, seu número de habitantes era cerca de 17 pessoas, atualmente, são em torno de 56 famílias, compostas por aproximadamente 450 pessoas habitando a comunidade, conforme informações obtidas junto a agentes de saúde local. Na década de 1960, foi construída a primeira igreja, a qual denominavam de capela, esta foi toda construída com palhas de tucumã. Também, nesse período, formou-se o primeiro grupo de futebol de Tucumã, denominado “Clube Santo Antônio”.¹¹⁹

Segundo os interlocutores locais, a expansão do número de habitantes se deve, basicamente, à união e/ou ao casamento entre membros da própria comunidade e de comunidades próximas, que por ali permaneceram e constituíram novas famílias. Esse aumento reflete um cuidado maior e zelo quanto ao uso do território, pois os moradores de Tucumã se sentem responsáveis pelo bem-estar de seus moradores e dos recursos naturais existentes, como se verifica nas seguintes palavras: “[...] aqui, a nossa comunidade, é a nossa casa, a nossa vida, então a gente tem que manter, preservar o que é nosso, cuidar da floresta, do nosso rio, cuidar do nosso território e da nossa gente [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Em consonância com as informações obtidas dos moradores, em 1970, Tucumã teve seu primeiro grupo escolar, por iniciativa deles. A arquitetura do espaço era toda em madeira, e Maria Cardoso teria sido a primeira professora a ministrar aulas para a comunidade. Esta era paga pelos comunitários. Somente em 1971, a Prefeitura de Santarém disponibilizou profissionais para a educação em Tucumã. Em 1980, instalou-se uma seção eleitoral na comunidade, mesmo período em que também foi inaugurada a primeira escola municipal.

¹¹⁹ Informações obtidas com entrevistado 2 de Tucumã, em fevereiro de 2022.

A década de 1990 foi marcada, principalmente, por graves problemas ambientais na comunidade, como a exploração ilegal de madeiras, incêndios florestais e a pesca predatória. Essas questões incentivaram a organização comunitária a partir da formação da Associação dos Moradores e Produtores Agroextrativistas da Comunidade de Tucumã (Amprat), legalmente, instituída apenas no ano de 2002, com a finalidade de representar os interesses de seus moradores, hoje funciona com cerca de 40 membros e vem atuando em prol da defesa ambiental e dos direitos territoriais dos povos amazônicos, sobretudo, dos que habitam o contexto de UC.

Com relação às características gerais de Tucumã, a base de sua economia é a agricultura familiar – o plantio da mandioca voltado, maiormente, para a produção de farinha (Figura 17) – geralmente, praticada por mulheres e homens de Tucumã, a produção de artesanato e estão iniciando a prática do Turismo de Base Comunitária, estas últimas atividades serão tratadas com mais detalhes mais à frente.

Figura 17 – Casa de farinha da comunidade Tucumã



Fonte: Janise Viana (2022)

Alguns moradores têm o hábito da criação de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e patos para a subsistência familiar. A criação de galinhas no terreiro é a mais comum e o destino dos animais é, sobretudo, o consumo doméstico, porém, eventualmente, eles são comercializados entre os próprios moradores.

No que se refere aos serviços públicos, o acesso à saúde na comunidade ainda é deficiente. Não existe UBS, há dois agentes de saúde atuando em Tucumã, porém em casos mais graves os moradores têm que se deslocar para São Miguel, em busca de atendimento ou a sede de Santarém. O atendimento via Unidade Básica de Saúde Fluvial, por meio das

embarcações, não chega até a comunidade. Uma alternativa bastante utilizada pelos moradores é a medicina popular, com o auxílio de plantas e ervas medicinais que são cultivadas nos quintais dos próprios moradores, a partir da ação de benzedadeiras e parteiras, que dispõem desse tipo de conhecimento. Sobre a saúde na comunidade, no dizer de uma das interlocutoras:

[...] o que ocorre é que a saúde pra nós aqui é um problema que precisa ser resolvido, porque não tem posto aqui na comunidade, e as vezes a gente chega nas outras comunidades que tem posto, mas não tem ninguém pra atender, a gente chega lá e não tem como ser atendido porque não tem funcionário. Aí tem que dá nosso jeito [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Essa realidade de Tucumã é similar às das demais comunidades ribeirinhas amazônicas, em que os atendimentos funcionam com precaríssimas condições, com limitações estruturais, materiais e humanas. Esse quadro, segundo Vilas Bôas e Oliveira (2016), reflete uma ausência total de ações e políticas públicas efetivas, um não cumprimento dos direitos à saúde, à equidade e à universalidade da assistência às populações ribeirinhas.

Na comunidade, também não há acesso regular à energia elétrica. Para atender a tal necessidade, é utilizado um gerador coletivo (que atende a grupos de famílias), fornecendo energia somente durante algumas horas por dia. Para a manutenção do equipamento é cobrado um valor de R\$ 100,00 de cada família. Algumas unidades domiciliares possuem geradores próprios, tal qual as realidades das outras comunidades da Resex. Também não há sistema de abastecimento e tratamento de água, os moradores de Tucumã dependem da água do rio e/ou utilizam um ou mais poços manuais individuais e coletivos.

Quanto à educação em Tucumã, funciona a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, que atende ao Ensino Fundamental (Figura 18). Necessitando os alunos e alunas migrarem para a sede do município ou para outra comunidade a fim de concluírem os estudos.

No que se refere aos aspectos culturais, a principal festa da comunidade é a festividade da padroeira Nossa Senhora de Nazaré (Figura 19), que acontece no mês de outubro, período em que há novenas, procissão e festa dançante, nos arredores da igreja. Por fim, pode-se dizer que a comunidade tem sua forma própria de viver a vida, que simultaneamente, interliga-se às suas dimensões históricas, às relações com o meio e a processos associativos com elementos da vida social, os quais compõem a realidade da Resex Tapajós-Arapiguas.

Figura 18 – Escola N. Sr.^a de Nazaré

Fonte: Jamerson Viana (2023).

Figura 19 – Igreja N. Sr.^a Nazaré

Fonte: Janise Viana (2022).

Em Tucumã, não há coleta de resíduos sólidos. Os resíduos são queimados ou enterrados na própria comunidade. Os moradores anseiam por um sistema de coleta regular dos lixos produzidos, realidade similar das demais comunidades da Resex. No contexto social e econômico de Tucumã, o espaço social e natural apresenta-se, imediatamente, ao conhecimento dos povos da floresta como um lugar de permanente observação, pesquisa e produção de saberes e conhecimentos culturalmente construídos.

A organização social se dá por meio da atuação da Amprat, que busca promover ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico dos moradores de Tucumã. A comunidade também está organizada por meio do “Grupo de Artesanato Trançados de Tucumã”, idealizado e comandado pelas mulheres da comunidade. Esse grupo visa à geração de renda por meio da relação direta entre extrativismo e artesanato e da produção artesanal com recursos naturais da comunidade, como a palha do tucumã, por exemplo. A atuação feminina no artesanato e no TBC será abordada na seção seguinte.

5.2.4 Comunidade de Maripá

A comunidade de Maripá (Figura 20) está situada à margem esquerda do rio Tapajós, o nome “Maripá”, segundo seus moradores, advém da madeira abundante no território chamada “marupá” (*Simarouba amara*), material bastante utilizado na fabricação de móveis. De acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade originou-se a partir de dois grupos familiares: a família Assunção e a família Duarte. A primeira moradora teria sido

a Sr.^a Joana Machado Assunção e não se sabe, ao certo, como se deu sua chegada em Maripá nem o período.¹²⁰

Figura 20 – Comunidade Maripá, as margens do rio Tapajós



Fonte: Jamerson Viana (2023).

No tocante à caracterização geral da comunidade, sua população está, basicamente, composta por pessoas com algum grau de parentesco: irmãos, tios, tias, parentes próximos ou distantes. Esses moradores foram se fixando na região por fatores diversos: casamento, auxílio a um parente doente (e acabavam ficando), à procura de estudos, herança de terra, dentre outros. Atualmente, a média de habitantes em Maripá, segundo informação local, é em torno de 84 unidades familiares, composta por 320 moradores.

As residências (Figuras 21 e 22) são algumas de alvenaria, de madeira e outras combinam os dois tipos (alvenaria e madeira), variando, também, a cobertura entre telha de fibrocimento e cobertura de palhas, entre os pisos de cimento, lajotas e de terra.

¹²⁰ Informações obtidas junto ao morador da comunidade, em entrevista realizada em fevereiro de 2022.

Figuras 21 e 22 – Padrão habitacional da comunidade Maripá**Fonte:** Janise Viana (2022).**Fonte:** Janise Viana (2022).

A infraestrutura comunitária é composta pela escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha (Figura 23) que atende à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹²¹. Para cursar o Ensino Médio, os moradores precisam se deslocar para áreas mais próximas, como a Vila de Anã, por exemplo, ou ainda, para a Vila de Alter do Chão. Para umas das moradoras locais, essa realidade representa uma limitação, pois, de acordo com o seu relato: “[...] o estudo aqui é uma dificuldade, porque a criança estuda pouco aqui, pra continuar tem que ir pra outro local, o que às vezes é difícil pra nós [...]” (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

A questão da educação se deve, basicamente, ao fato de que a ausência da oferta de Ensino Médio não só nas comunidades pertencentes às áreas protegidas, como também nas demais comunidades ribeirinhas amazônicas é uma constante, e isso precisa ser revisto e reivindicado pelos gestores públicos e pela sociedade amazônica em geral.

¹²¹ O EJA é uma educação de adultos que, segundo Soares (2019), direciona-se para a população acima dos quinze anos que nunca frequentou uma escola ou que tenha interrompido seus estudos, possibilitando a conclusão da educação básica.

Figura 23 – Escola M. de E. F. Santa Terezinha



Fonte: Janise Viana (2022).

O acesso à saúde é precário. A comunidade tem o apoio de um agente comunitário. Não há posto de saúde. Conforme Dal’Asta, Amaral e Monteiro (2014), isso ocorre porque as unidades de saúde são instaladas em comunidades com mais de 350 habitantes. Acerca dessa realidade, eis o relato de uma das interlocutoras:

[...] daí você faz um exame preventivo e espera até 1 ano pra receber o resultado, aí imagine, depois de receber tem que travar outra luta pra poder voltar no médico pra conseguir se consultar e a mamografia é pior ainda, a maioria dos aparelhos pra fazer o exame das mamas estão quebrados, então a mulher trabalhadora rural, a mulher extrativista, a mulher ribeirinha elas estão com muita dificuldade pra cuidar e tratar da saúde [...] (Entrevistada E, Pesquisa de Campo, 2022).

À vista disso, os moradores têm o hábito e a necessidade de recorrer ao uso de plantas, às ervas medicinais e à atuação e conhecimentos de parteiras e curandeiras para auxiliar no tratamento de saúde e em busca de uma qualidade de vida melhor. Em casos mais graves, precisam se deslocar para a comunidade Vila de Anã ou Vila de Alter do Chão.

Não há transporte fluvial público com linha regular que atenda à comunidade. Os transportes utilizados são embarcações de pequenos portes, como as “bajaras”, propriedade dos próprios comunitários. Quanto aos equipamentos de uso coletivo (Figura 24), há a Igreja Católica Santa Terezinha (Figura 25), a igreja evangélica da Paz, o campo de futebol (Figura 26) e o barracão comunitário (Figura 27), conforme é possível observar nas imagens a seguir.

Figuras 24 e 25 – Infraestrutura coletiva de Maripá e a Igreja Santa Terezinha



Fonte: Jamerson Viana (2022).

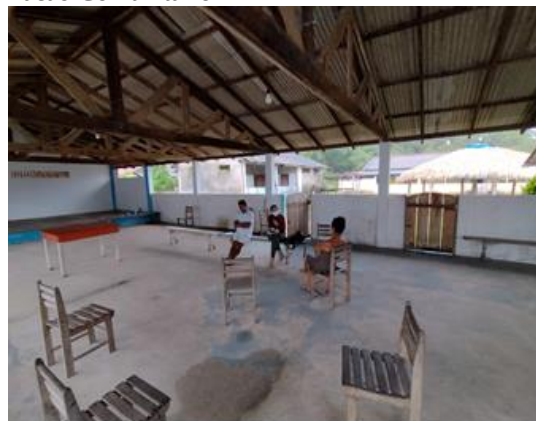


Fonte: Janise Viana (2022).

Figuras 26 e 27 – O campo de futebol de Maripá e o Barracão Comunitário



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

A base da economia de Maripá é a agricultura familiar, com o cultivo da mandioca, direcionada, especialmente, à produção da farinha, também há o cultivo de açaí (*Euterpe oleracea*), milho, feijão (*Phaseolus vulgaris*), banana (*Musa*) entre outros. Tal qual se observa nos seguintes dizeres “[...] eu sou agricultora, cultivo mandioca, frutas, verduras e hortaliças, esse é o meu trabalho principal [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). No outro relato, a interlocutora retrata que “[...] eu trabalho com agricultura, então sou agricultora, planto mandioca, feijão, frutas, tudo o que dá na nossa terra, eu tô plantando [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] a presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras [...] (Sales, 2007, p. 437).

Essas mulheres produzem alimentos em seus quintais¹²², além do trabalho doméstico, entres tantos outros. Atreladas a essas atividades, elas ainda desenvolvem trabalhos com o TBC, a ser detalhado na seção a seguir.

Há, ainda, a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e patos. Os moradores também vivem da atividade pesqueira e alguns cultivam hortaliças e árvores frutíferas em seus territórios (Figura 28). Os produtos são para a subsistência familiar, a comercialização na comunidade e o excedente vai para a Vila de Alter do Chão e a cidade de Santarém.

Figura 28 – Plantio suspenso – Maripá



Fonte: Janise Viana (2022).

O acesso à energia elétrica, em sua maioria, é por meio do sistema solar. Cada residência e os equipamentos públicos, como a escola por exemplo, dispõem da sua placa solar (Figura 29), no entanto, ainda existem cerca de nove famílias que utilizam o gerador comunitário e efetuam o pagamento para associação comunitária, uma taxa mensal de R\$ 60,00 para a manutenção do equipamento. O sistema de abastecimento de água, por sua vez, é motorizado, pelo auxílio do sistema solar, iniciativa do Projeto Saúde e Alegria, sendo que

¹²² O termo “quintal” refere-se a um espaço localizado nas adjacências da casa, em que são cultivadas diversas espécies de plantas, as quais possuem várias destinações, como alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais, entre outras (Almeida *et al.*, 2014). No quintal, ainda é possível encontrar a criação de animais de pequeno porte.

cada família contribui com um valor mensal de R\$ 20,00, também para associação, tendo em vista a manutenção desse sistema.

Figura 29 – Imagem área da escola da comunidade Maripá



Fonte: Jamerson Viana (2023).

As práticas culturais primordiais na comunidade são representadas pelas comemorações do dia de sua santa padroeira que é Santa Terezinha, cuja festividade ocorre sempre na primeira semana de outubro e tem duração aproximada de 15 dias. Também, são realizados torneios esportivos, principalmente, de futebol, os quais envolvem os times locais. A saber: no mês de março, ocorre o torneio do time Juventus, em abril do time Esporte Cabeceira e no mês de junho acontece o torneio do time Atlético, eventos que têm a participação significativa da comunidade e que atraem, inclusive, moradores de outras comunidades da Resex.

Os principais meios de informação utilizados pelos comunitários de Maripá são: o rádio, a televisão e a rádio comunitária (Figura 30). O acesso à *internet* ainda é ineficiente e constitui uma dificuldade ainda a ser sanada, tal qual se nota nos seguintes relatos: “[...] a *internet aqui* é muito ruim, seria muito bom se a gente tivesse *internet* boa pra se comunicar e ter mais informações, né?! [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022). Para a outra moradora: “[...] se a gente tivesse *internet* boa aqui, ia ser muito melhor, a gente ia tá todo tempo vendo as coisas, sabendo das coisas e também ia até ajudar mais a nossa comunidade, eu acho [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Figura 30 – Rádio Comunitária de Maripá



Fonte: Janise Viana (2022).

A comunidade de Maripá está organizada a partir da Associação Comunitária de Produtores da Comunidade Maripá (Ascopram), fundada em 24 de março de 1998 e conta com aproximadamente 50 associados, conforme informações obtidas junto a um destes. A entidade se reúne mensalmente e atua de forma colaborativa em defesa dos direitos sociais de seus moradores, realizando ações em prol de soluções e/ou alternativas para os problemas internos e na busca de benefícios diversos para os moradores.

5.2.5 Vista Alegre do Capixauã

Vista Alegre do Capixauã (Figura 31) é uma região ocupada por populações de descendência indígena – os Tupaiu – que habitavam o território desde o início do século passado. Seus primeiros moradores não indígenas foram: a família de Maria Esidia e a família de Teodoro.

O nome do povoado no início era Capixaba, de origem desconhecida. Por conseguinte, a comunidade passou a denominar-se Cupixauã, em referência à língua usada por seus antepassados. Ressalta-se que, para este estudo, compreende-se por território indígena “[...] um determinado fragmento do espaço seja ocupado e utilizado por determinado povo indígena na construção de suas relações sociais e de poder [...]” (Proença; Panosso Netto, 2022, p. 4).

Figura 31 – Imagem panorâmica da Comunidade Vista Alegre do Capixauã



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Mais recentemente, obteve o nome de Capixauã, cujo termo faz alusão a uma etnia indígena que habitava o território. Vista Alegre advém da felicidade e alegria de seus habitantes, conforme relatos dos habitantes locais. A partir do ano de 2012, os indígenas foram em busca de suas raízes histórico-culturais e passaram a se autodenominar indígenas e a adotar a etnia Kumaruara. A seguir, placa contendo a denominação da comunidade (Figura 32).

Figura 32 – Sinalização do território



Fonte: Janise Viana (2022).

Inicialmente a localização geográfica abrangia uma única área. E no decorrer dos anos em decorrência de discordâncias entre os moradores locais, houve a necessidade de se

organizarem de forma autônoma, formando comunidades distintas, originando-se então, duas comunidades: Capixauã de um lado das margens do rio Tapajós e do outro esta Vista Alegre do Capixauã. Esta última, *locus* deste estudo, conforme é possível observar a seguir (Figura 33).

Figura 33 – Vista Alegre do Capixauã e Capixauã



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Situada às margens do rio Tapajós, entre as comunidades de Capixauã e Suruacá, seu povoamento, nos dias de hoje, é fruto da miscigenação entre migrantes, colonos de diversas origens e indígenas que habitavam esse território (Centro, 2014). O acesso à comunidade é fluvial, por meio de embarcações de linha, que fazem o percurso até Santarém ou por meio de embarcações denominadas rabetas e lanchas¹²³ a partir da Vila de Alter do Chão.

Na comunidade habitam hoje¹²⁴, segundo interlocutora local, aproximadamente, 119 pessoas, em torno de 32 famílias, organizadas em 28 casas, a maioria destas são de alvenaria (Figura 34), construídas com o apoio do Incra, outras são de madeira, e outras são mistas (madeira e alvenaria).

A agricultura familiar é a principal atividade produtiva, em especial, o cultivo da mandioca. Desta, produz-se a farinha quem tem dupla funcionalidade: a subsistência familiar e a comercialização. O principal produto comercializado pela comunidade é a farinha de mandioca. E como cultivo permanente tem a seringueira, o cultivo de verduras e das hortaliças para o sustento (Figura 35). Há a criação de animais de pequeno porte, como

¹²³ Rabeta é um tipo de motor indicado para embarcações de pequeno porte que navegam nas águas amazônicas, e as lanchas são um modelo de embarcação de pequeno porte, movidas a motor e utilizadas em atividades diversas, que apresentam mais conforto e velocidade do que as rabetas.

¹²⁴ Dados do ano de 2022 obtidos durante a pesquisa de campo.

galinhas e patos. E como fontes alternativas de renda, existe a atividade pesqueira, a produção de artesanato e a atividade turística de base comunitária. Esta última a ser detalhada mais a seguir.

Figura 34 – Moradia em Vista Alegre do Capixauã



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 35 – Cultivo doméstico de verduras e hortaliças



Fonte: Janise Viana (2022).

Quanto aos equipamentos públicos, tal qual a maior parte das comunidades da Resex, não há Unidade Básica de Saúde. Os moradores possuem o apoio de um ACS, necessitando, assim, deslocarem-se para a comunidade de Suruacá em busca de atendimento. Alguns serviços médicos também são realizados via UBSF por meio das embarcações Abaré.

Essa questão da saúde, constitui uma problemática para os comunitários, tal qual se observa nas seguintes falas: “[...] a saúde é um problema. Se adoecer grave tem que ir pra Santarém e, às vezes, a gente nem tem dinheiro pra se manter em Santarém [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022). Outra interlocutora retrata que: “[...] se adoecer tem que chamar a ambulância pra vim buscar e nem sempre vem no mesmo dia, então a gente se vira como pode [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Para uma das mulheres da comunidade:

[...] ficar doente é um problema pra nós... o mais perigoso é picada de cobra, que de vez em quando acontece... e também se alguém tiver um infarto... fica difícil... porque quando a gente chama uma ambulância, se chama as 09:00 h vem chegar lá pelas 15:00 h ou 16:00 h da tarde e haja a doente sofrer. E também aqui, a gente não pode adoecer anoite, porque tem que esperar amanhecer o dia pra ambulância vim, anoite ambulância não vem [...] (Entrevistada 6. Pesquisa de Campo, 2022).

Assim como as demais comunidades da Resex, os moradores de Vista Alegre do Capixauã fazem uso do conhecimento tradicional para tratamento de saúde, sobretudo, a partir

da atuação de parteira¹²⁵, da pajé¹²⁶, de benzedeiras¹²⁷, os quais usam seus saberes com os auxílios de plantas, ervas e práticas curativas (rezas e rituais) destinadas à cura dos males do corpo e da alma de seus moradores. Entende-se que:

[...] os elementos que compõem fisicamente uma aldeia indígena ou uma comunidade quilombola ou ribeirinha é, no mínimo, igreja, campo de futebol, barracão comunitário e escola, é verdade também que não tem há um(a) pajé ou benzedor (benzedeira) ou puxado (puxadeira), não é uma comunidade. E se o especialista for mulher, quase sempre terá também conhecimentos para atuar como parteira. São pessoas comuns, que trabalham e vivem de forma humilde como os demais moradores. Porém, essa simplicidade esconde sua enorme importância na vida dessas sociedades. Elas são especiais e imprescindíveis por terem reconhecidamente o dom de curar e trazer de volta a harmonia no corpo e na alma (Vaz Filho, 2016, p. 13-14).

Acerca da importância da pajé no auxílio aos tratamentos tradicionais de saúde, uma das entrevistas, que é liderança indígena da comunidade reforça que:

[...] nós aqui, temos a ajuda da nossa pajé principalmente com ervas e chá pra gripe, a arruda pra quebranto nas crianças, o manjerição pra fazer banhos, a vassourinha pra quebranto¹²⁸ também. Então a gente pede ajuda, e somos atendidos, e ainda tem o meu pai que trabalha com cura aqui na nossa comunidade [...] (Entrevistada 9, Pesquisa de Campo, 2022).

Pode-se dizer que a pajé, no caso específico de Vista Alegre do Capixauã, para a sua aldeia, é uma mulher possuidora de conhecimentos para cura e no seu espaço de atendimento, o sagrado e o profano se encontram. Para esses povos, conforme Cavalcante e Chagas (2009), a medicina tradicional é reconhecida, e as pessoas à margem de uma sociedade desequilibrada encontram nela o suporte e a atenção negada pelas instituições oficiais.

No que se refere à infraestrutura educacional, em Vista Alegre do Capixauã, há a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, voltada para o Ensino Fundamental completo (Figura 36). O espaço escolar possui uma realidade razoável tanto de infraestrutura física, quanto de recursos humanos e materiais para atendimento básico educacional de alunos da

¹²⁵ “[...] lidam com as mulheres antes e após o parto [...]” (Pinto, 2012, p. 208) e são consideradas pessoas muito especiais para os povoados rurais amazônico.

¹²⁶ “[...] a palavra é usada para se referir à pessoa que é reconhecida como tendo poderes sobrenaturais para curar, por meio dos encantados e de remédios feitos com produtos da floresta [...]” (Vaz Filho, 2016, p. 17).

¹²⁷ São pessoas que têm o dom da cura e, geralmente, são procurados para solucionar problemas do tipo: quebranto, mau olhado, panema, rasgadura, espinhela caída, assombrado, manifestação de espírito mau e etc. (Vaz Filho, 2016).

¹²⁸ O quebranto ou quebrante significa que a pessoa foi vítima de mau-olhado, enfermidade que acomete, principalmente, as crianças, deixando-as indispostas, fracas, com febre e diarreia. E acredita-se que esse mal advém pelo olhar de alguém lançado sob a criança, a qual por ser frágil acaba adoecendo (Vaz Filho, 2016).

comunidade. O principal transporte escolar é a canoa e a água chega à instituição por meio de um poço próprio.

Figura 36 – Escola em Vista Alegre do Capixauã



Fonte: Janise Viana (2022).

O acesso à energia elétrica, por sua vez, é feito por um gerador coletivo, chamado pelos moradores de motor de luz. O gerador é movido a diesel para obter eletricidade. Para o uso dele, é necessário o pagamento de R\$ 130,00 por mês, referente a 20 litros de diesel. Essa quantia destina-se à coordenação de energia da aldeia, tendo em vista a manutenção do equipamento.

Ainda assim, a questão da energia elétrica constitui um problema para os moradores de Vista Alegre do Capixauã, conforme se nota nos dizeres a seguir: “[...] a falta de energia aqui é um problema, nem todo mundo pode ter gerador, seria muito melhor se a gente tivesse energia o dia todo e a toda hora [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Para uma outra interlocutora de Vista Alegre do Capixauã: “[...] ficar sem energia aqui é muito ruim. Não dá pra fazer doces pra vender, deu a safra das frutas, a gente tem que aproveitar aquele momento só [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022). Há um número limitado de geradores individuais, prevalecendo na aldeia o uso de lamparinas e velas.

O sistema de abastecimento de água ocorre pela placa solar. Esse sistema foi implantado no ano de 2017 com o apoio do Projeto Saúde e Alegria. E a partir de então, todos os indígenas têm água encanada em suas casas. No período do inverno amazônico, os moradores pagam a mensalidade de R\$ 15,00 para a coordenação de água da aldeia, em detrimento do uso do motor a diesel para o fornecimento de água. Anterior ao ano de 2017, os moradores de Vista Alegre do Capixauã utilizavam as águas dos igarapés, as águas das

chuvas, e dos rios para abastecimento da comunidade e atendimento às suas necessidades básicas como cozinhar, lavar roupa, higiene, entre outras.

Quanto à precariedade dos serviços públicos, a realidade da comunidade reafirma a lógica da exclusão social, marca inquestionável do modelo capitalista vigente ao longo do tempo. Tal modelo não visa promover reparações históricas efetivas a essas populações, nem a disponibilidade de uma vida com mais qualidade e dignidade. Decerto, nota-se que a inoperância das instituições públicas, em vista de políticas públicas frágeis e ações ineficazes, reforça a exclusão social. Para Miranda, Justi e Ferraz (2019, p. 93), esse processo vem “[...] transformando os seres humanos em coisas e instituindo enquanto padrão de vida o descartável e solúvel [...]”.

Em Vista Alegre do Capixauã conforme informações obtidas com a liderança indígena da aldeia, os principais eventos são: a festa de Nossa Senhora de Lourdes, a padroeira da comunidade, que ocorre no dia 11 de fevereiro, as festas juninas e os campeonatos esportivos envolvendo os times Santa Cruz, cujo o torneio é no mês de abril e do time Real Madrid, que acontece em setembro. Esses eventos reúnem os moradores da comunidade e das adjacências, constituindo momentos de lazer, cultura e integração social.

5.3 Turismo na Resex Tapajós-Arapiuns: uma relação para se pensar em Vila de Anã, São Miguel /São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã

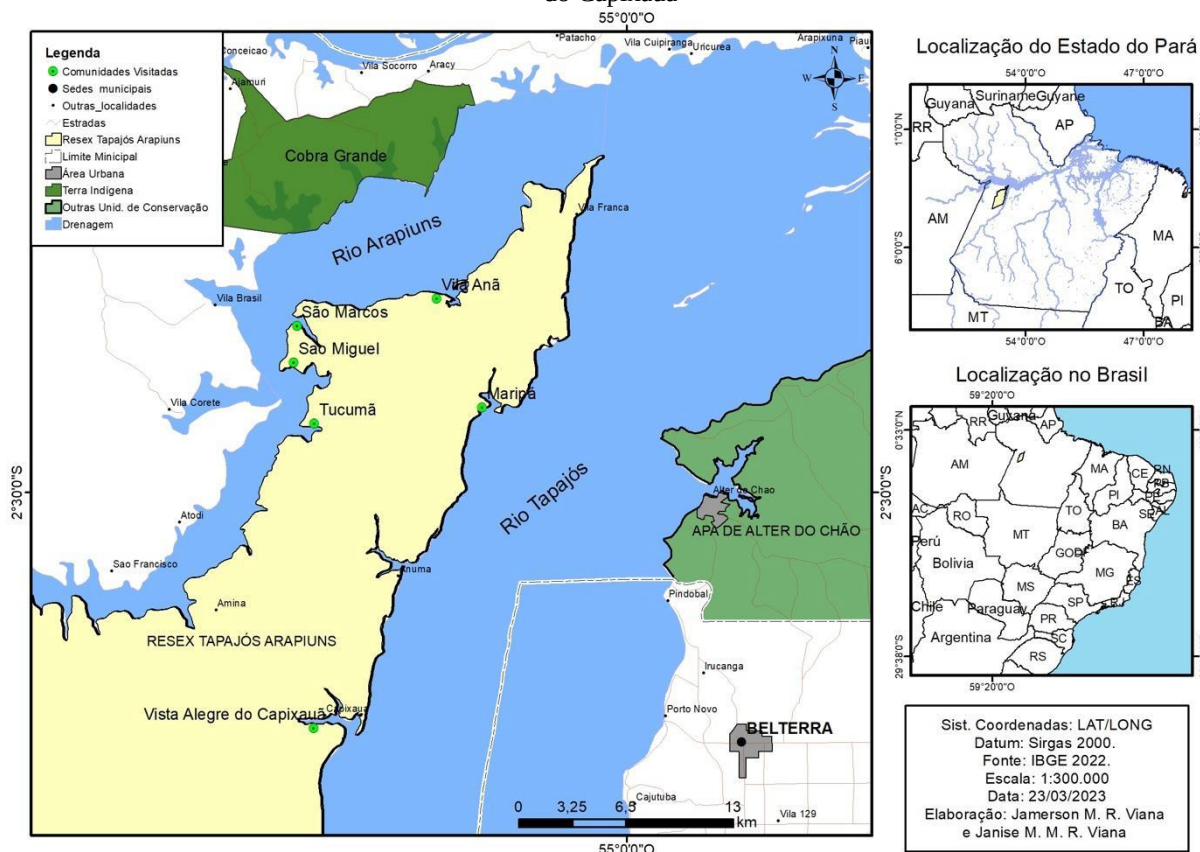
Estudos acerca do turismo em áreas protegidas se constitui em uma temática recorrente (Costa; Costa, 2000; Simonian; Pinto; Campos, 2006; Araújo; Simonian, 2016; Barbosa; Campos, 2017) desde o final do século XX na Pan-Amazônia. Tais estudos enfatizam aspectos particulares e diversidades presentes não só nos destinos turísticos¹²⁹, como nos diferentes atores que transitam em torno da atividade. No entanto, os estudos que abordem a participação feminina na práxis do TBC na região da Amazônia paraense, mais especificamente, na região do médio Amazonas são inexistentes.

A partir de levantamento bibliográfico (Brasil, 2014; Brasil, 2022) associado à pesquisa de campo, percebe-se que o TBC naquela região se concentra em algumas comunidades da Resex, mormente em: Vila de Anã, São Marcos/São Miguel, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã, áreas do estudo em questão (Figura 37). Detectou-se que essas comunidades têm distintos níveis de organização local, administrativa/estrutural e a efetivação do desenvolvimento do TBC. Nelas a atividade ocorre, sobretudo, aglutinando a

¹²⁹ Destino turístico é o “local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos” (Brasil, 2018, p. 11).

população local em torno da propriedade e/ou prestação de serviços nas áreas de hospedagem, alimentação, trilhas, banhos de rio e igarapés e produção de artesanatos, dentre outros.

Figura 37 – Comunidades da Resex em Vila de Anã, São Marcos/São Miguel, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã



Fonte: Jamerson Viana (2022).

Segundo seus moradores, a prática do turismo na área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns ocorre há tempos. Teve origem em virtude da diversidade natural da região, em especial, de suas praias e florestas de terra firme e de várzea. O TBC como uma das modalidades da prática turística, por sua vez, acontece em algumas comunidades da Resex e de seu entorno. A prática do TBC de maneira estruturada e com a atuação ativa dos comunitários, segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2010), teve início a partir da primeira década dos anos 2000.

Do lado que pertence ao rio Arapiuns, a Vila de Anã é a precursora do TBC. A iniciativa partiu dos comunitários que viram nesta prática uma oportunidade de geração de renda. E para processos de estruturação tiveram o apoio da Ong Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) e também da Ong Projeto Saúde e Alegria, esta última ofertou capacitações para o incentivo à atividade, auxiliou na construção de uma pousada comunitária no ano de 2013 em Anã e ofereceu suporte no ano de 2015 para a criação da Cooperativa de

Turismo e Artesanato do rio Arapiuns (Turiarte), na qual a Vila de Anã é a comunidade sócia fundadora.

O formato de visitação predominante para cada uma das comunidades aqui estudadas é o individual, no qual há possibilidade de se constituir um roteiro por conta própria ou integrado, conhecendo cada uma delas. Todavia, já há ofertas de serviço em formato de pacote turístico roteirizado para algumas das comunidades estudadas, estruturado pela Turiarte. Na concepção do ideal da entidade:

[...] o Turismo de Base Comunitária a gente entende como essa vivência, a vivência da pessoa que vem na comunidade, de viver mesmo a cultura, a culinária, de ter esse contato mais próximo com a comunidade, sem a comunidade mudar seu jeito de ser. É isso que a gente entende de Turismo de Base Comunitária, se não for isso, não dá pra ser Turismo de Base Comunitária [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Essa compreensão quer dizer que “[...] o TBC permite criar os espaços do encontro, no qual os comunitários compartilham o seu cotidiano [...]” (Lobato, 2013, p. 659). O turismo para as cooperadas é pensado e praticado numa perspectiva humanística, ou seja, enquanto um fenômeno sociocultural que pode ser abordado de distintos pontos de vista (Carvajal, 1992), não numa visão da cultura enquanto mercadoria “exótica”, mas sim possibilitando o contato intercultural entre povos, um olhar e uma interação pautada na diversidade cultural (Pereiro; Fernandes, 2018) e alternativa possível para a assimilação e o respeito mútuo entre culturas.

Apesar dessa ideia das interações culturais, há estudiosos (González, 2002; Fabrino; Burgos; Carneiro, 2011; Pereiro; Fernandes, 2018) que alertam que a atividade turística pode constituir uma intimidação às culturas receptoras, podendo, inclusive, pervertê-las, isto é, submetê-las a uma perspectiva neocolonial de subjugação face ao exterior, negando-as de poder de decisão e atuação. Daí a necessidade de assimilação do TBC como atividade protagonizada, essencialmente, pelas e para as comunidades receptoras (Alves; Silva, 2021). Nessa lógica, alinhar o pensamento dos comunitários acerca da atividade é condição indispensável (Costa, 2013) para o desenvolvimento da mesma.

De acordo com informações obtidas junto a uma das integrantes da Turiarte, no pacote, são oferecidos pela cooperativa roteiros com duração média de três a cinco dias, incluindo passeios com a possibilidade de visitação de mais de uma comunidade da Resex Tapajós-Arapiuns, fornecendo serviços de hospedagem, alimentação e transporte entre as comunidades.

Para melhor entendimento dos principais elementos que compõem o TBC em áreas de UC, a seguir, apresentam-se os atrativos turísticos e as atividades que já são ofertadas pelos moradores de Vila de Anã, São Marcos/São Miguel, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã, respectivamente, no intuito de descrever e compreender o cenário do TBC na região e identificar as particularidades, os contextos ou ambientes que o visitante pode encontrar, de acordo com as características, dos atributos de cada localidade.

a) Vila de Anã

A relação de Anã com a atividade turística não é recente. A comunidade recebia com frequência visitantes de outros Estados brasileiros e de variados países, no entanto sua função era apenas servir de caminho, passagem para outras comunidades, como Maripá por exemplo, uma das primeiras a atuar com o turismo na Resex.

As empresas de turismo localizadas em Santarém eram as protagonistas e as mais beneficiadas com a atividade em Anã, pois eram as agências que intermediavam as visitas, isto é, comercializavam os projetos da comunidade em seus pacotes, incluindo o projeto de criação de abelhas (Figura 38) e criação de peixes (Figura 39), sem nenhum ganho econômico ou social para a comunidade, conforme nota-se nos relatos a seguir:

[...] Maripá começou mais ou menos em 2006 ou 2007 e estava a todo vapor. E as agências de viagem vendiam a nossa comunidade, através da criação de peixe e abelha. Eles queriam ver o nosso peixe, as abelhas, mas a gente, os comunitários não participavam de nada, era só o pessoal da agência e os turistas que vinham pra Maripá e passavam por Anã. A única coisa que eles deixavam pra nós era o lixo jogado no chão. Então, a gente foi conversar com os colegas de Maripá, e eles nos explicaram como trabalhavam com o turismo, os benefícios e tudo mais e foi então que a gente de Anã também se interessou e resolveu criar um grupo pra trabalhar com o turismo também na nossa comunidade, porque a gente viu que o turismo podia nos ajudar na renda, na nossa vida, e a gente investiu na atividade [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo 2022).

Figura 38 – Projeto criação de abelhas

Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 39 – Tanques para criação de peixe

Fonte: Janise Viana (2022).

Arelado a esse modelo excludente de práxis turística, os moradores de Anã não se sentiam incluídos e/ou envolvidos na execução da atividade, “[...] e nem mesmo eram comunicados sobre a inserção da comunidade nos pacotes vendidos pelas agências de viagens do município de Santarém aos turistas [...]” (Barreto, 2015, p. 111). Segundo os moradores no início da década dos anos 2000, o que o turismo acarretava era apenas insatisfação, pois a atividade deixava como retorno um quantitativo significativo de resíduos sólidos (lixo) produzido pelos visitantes e nenhum ganho econômico. Fatores estes que geraram insatisfação com o exercício da atividade em seu território.

Foram esses elementos que motivaram os moradores de Anã a buscar conhecimentos, qualificações voltadas para a atividade, na tentativa de iniciar a execução de um turismo pensado e implementado pela e para a comunidade, levando em conta as benesses e as limitações advindas dela. O propósito para a implantação do TBC, segundo os comunitários, estabelece uma conexão com o pensamento de Irving (2009), a qual reforça que o TBC tem o intuito de favorecer a coesão social, o laço e o sentido de coletividade da vida em sociedade, tendo em vista a inclusão social, a valorização da cultura local, a melhoria da qualidade de vida e o sentimento de pertencimento ao território.

Durante esse processo a Ong PSA¹³⁰ foi fundamental, pois por meio de suas ações esclareceu dúvidas e forneceu apoio para a execução de atividades com práticas de turismo de base comunitária. Por conseguinte, contribuiu e assessorou a comunidade para que participasse do Edital nº 001/2008 promovido pelo Ministério do Turismo e foram contemplados para fins de financiamento da atividade.

¹³⁰ Anterior a essa questão do turismo em Anã, a Ong PSA já desenvolvia ações na comunidade por meio do seu programa de Saúde, com a realização de atendimentos médicos realizados com o apoio da embarcação Abaré e com a execução do projeto de abastecimento de água, o qual, Anã fora contemplada.

A partir desse contexto, os moradores de Anã, em sua maioria, adotaram a ideia de trabalharem com o turismo, nessa perspectiva de base comunitária, ou seja, tendo os comunitários como protagonistas e sujeitos do processo, e desde então vem desenvolvendo a atividade. O mesmo ocorre em outras regiões a exemplo: em Guaraqueçaba, no Estado do Paraná (Betti; Denardin, 2019); na comunidade de Pesqueiro, no Marajó, (Boulhosa; Vasconcelos, 2020); na Comunidade Bela do Vista do Jaraqui, Manaus (Silva; Chaves; Simonetti, 2020); no Jalapão e na Flona Tapajós (Oliveira; 2021), em São Paulo (Koga; Uyeti, 2022) e na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Marajó, no Pará (Neves, 2023).

Nos dias de hoje, a Vila de Anã é destaque quanto ao desenvolvimento do TBC na Resex. É uma das comunidades que mais recebe turistas durante o ano todo, em média 300 pessoas¹³¹, com no máximo 4 grupos por mês, posto que o número de visitantes é compatível com a ideia que a comunidade tem de TBC, a qual corresponde a “[...] um modelo de turismo que a gente não quer muita gente na comunidade. Não é um turismo convencional, mas sim um turismo que valoriza o ambiente natural e a cultura local [...]” (Entrevistado 1, Pesquisa de Campo, 2022). A comunidade dispõe dos seguintes atrativos (Quadro 16).

Quadro 16 – Atrativos de Anã

Tipo	Descrição
Trilhas	Caminhadas na mata com condutores locais e banhos de igarapé, e/ou, passeios de bicicletas.
Passeios de canoa	Passeios de canoa a remo por cursos d’água.
Projeto de apicultura	Observação das etapas da apicultura e comercialização do mel produzido
Projeto de criação de peixes	Visita à fábrica de ração para peixes, conhecer o projeto e atividade de pesque e pague no lago
Acomodação na Residência dos moradores	Propicia a vivência do cotidiano dos moradores de Anã, e um maior contato com os comunitários
Horta doméstica	Horta orgânica e criação de animais (galinha, pato, peru)
Piracaia	Degustação peixe tucunaré ou tambaqui assado, realizada na praia em frente à comunidade, geralmente, no horário da noite

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

A maioria dos atrativos de Anã estão relacionados a disponibilidades dos recursos naturais existentes na região (Figuras 40, 41 e 42), que consolidam as interconexões entre turismo, natureza e UC.

¹³¹ Informações obtidas junto a um morador da comunidade atuante com o turismo, em entrevista realizada em março de 2023.

Figura 40 – Praia de Vila de Anã**Fonte:** Janise Viana (2022).**Figura 41** – Caminhada na mata**Fonte:** Janise Viana (2022).**Figura 42** – Acesso a trilha em Anã**Fonte:** Janise Viana (2022).

Quanto à infraestrutura de apoio ao turismo, quem visita Anã tem a oportunidade de fazer as refeições na pousada/hospedaria comunitária (Figuras 43 e 44). Essas refeições são compostas pela culinária regional, incluindo degustação de peixes variados como tambaqui, tucunaré assado e a galinha caipira acompanhados de sucos regionais. Quem desenvolve o trabalho de cozinhar são três mulheres da comunidade e há um rodízio entre elas.

A hospedagem é constituída pelo redário coletivo, espaço que tem a capacidade de abrigar, aproximadamente, 50 pessoas, que dormem em redes, replicando o hábito regional (as redes são disponibilizadas aos visitantes sem custos adicionais). Há, ainda, a alternativa de

hospedagem nas residências de alguns moradores de Anã, que também oferecem redes para os visitantes.

Figuras 43 e 44 – Pousada Comunitária de Vila de Anã



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Ressalta-se que são as mulheres as responsáveis por conduzir a maioria das atividades turísticas na comunidade. Elas estão presentes em todas as atividades, com exceção dos trabalhos como condutoras de trilhas terrestres e passeios aquáticos. Pode-se dizer que a participação feminina faz a diferença no TBC em Anã, dado que, conforme as palavras do coordenador de turismo da comunidade:

[...] olha uma das coisas que eu gosto das mulheres porque as mulheres que trabalham comigo são mulheres emponderadas, confio muito nelas. Eu sempre digo assim, que eu não sou um homem machista, porque tem muita gente que diz assim: a mulher não pode trabalhar junto com homem, e eu digo: negativo, pode sim, eu acho que, assim, elas somam muito comigo, porque geralmente eu deixo cada pessoa fazer o trabalho que se identifica, com que gosta e principalmente deixo por conta delas, elas sabem que confio no trabalho delas, e elas são muito responsáveis e trabalhadoras, até muito mais que os homens, as vezes [...] (Entrevistado 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Atualmente, a função de coordenador de turismo de Anã é ocupada por um homem, em decorrência de que em períodos anteriores, as mulheres já ocuparam tal cargo, como se observa no seguinte relato: “[...] eu participo do MUSA, eu sou associada à Associação dos Produtores Rurais de Anã (Apronan), sou cooperada fundadora da Turiarte, e também já fui coordenadora de turismo da comunidade [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Dito isto, segundo interlocutor local, entende-se que não há nenhum impedimento ou restrição para que as mulheres concorram ao cargo, caso haja interesse por parte delas.

No que diz respeito aos benefícios econômicos advindos do turismo, estes são distribuídos entre: os comunitários que trabalham na atividade, os fornecedores de produtos

para o preparo das refeições, para a manutenção dos projetos que são desenvolvidos e visitados na comunidade, para as reservas financeiras da associação dos comunitários e para a hospedaria comunitária de Anã. Esses apontamentos são observados na seguinte fala:

[...] o que eu ganho eu gasto com as minhas despesas, sabe como ser é mulher né?!, e não sou diferente, então eu compro as minhas coisas, eu ajudo quem eu posso ajudar, eu faço doação, ajuda na criação do peixe do MUSA para compra de ração e também destino uma parte para o caixa da associação [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

É importante deixar claro que, para os moradores de Anã, a ideia que eles têm de atividade turística de base comunitária é a de que “[...] o TBC na nossa comunidade é um complemento na renda familiar, não é uma atividade que todo mundo tá lá toda hora não. Atividade principal é a agricultura com cultivo de mandioca, urucum e entre outros plantios [...]” (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022). Esse pensamento coaduna com a compreensão de que o TBC corresponde a uma atividade alternativa, isto é, que complementa a renda total familiar, criando uma dinâmica diferenciada nesses contextos, estimulando a produção e o desenvolvimento local.

b) São Miguel/São Marcos

A iniciativa da prática turística de base comunitária em São Miguel teve origem na década dos anos 2000 com o apoio do PSA e deu-se por influência da atividade que os comunitários já desenvolviam com o artesanato. A produção de artesanato com a palha do tucumã e trançados diversos faz parte do dia a dia dos moradores desde, aproximadamente, a década de 1990. Conforme observa-se nos dizeres abaixo:

[...] eu sempre trabalhei com artesanato, eu tive incentivo da minha mãe, da minha sogra, eu via elas fazendo, eu acabei tendo vontade de aprender também. Só que antes, isso nos anos 90 e pouco, a gente fazia e deixava em casa mesmo, e depois a gente começou a mandar uns pra Coroca¹³², pra ser vendido lá. A gente não se preocupava em se organizar e vender aqui mesmo na nossa comunidade, né?, aí foi que veio o pessoal do PSA e começou a orientar a gente, incentivar que a gente poderia ter mais uma fonte de renda e foi assim que a gente despertou pra ganhar dinheiro com o artesanato, como turismo na nossa comunidade [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2023).

¹³² O nome “Coroca” advém de um pássaro que nomeia a comunidade situada a aproximadamente 4 horas de Santarém. É uma das comunidades que compõe o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Paelg), criado em 2005. O Paelg e suas comunidades situam-se na margem esquerda do último afluente do Rio Tapajós, o Rio Arapiuns, enquanto a Resex Tapajós-Arapiuns, localiza-se na margem direita do rio Arapiuns (Arantes, 2022).

Seus moradores assim como os demais das comunidades pesquisadas, compreendiam e ainda compreendem o turismo como uma fonte alternativa de renda e uma oportunidade de valorização da própria cultura, tal qual relata a fundadora do Grupo de Artesanato Arte Palha de São Miguel: “O TBC é o que traz recurso pra gente, é um trabalho coletivo, onde os visitantes tem a oportunidade de conhecer um pouco do nosso dia a dia, das nossas vivências na comunidade” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2023). Inicialmente, o atrativo em São Miguel era a demonstração da casa de farinha, para acompanhamento do processo de produção da farinha de mandioca e os banhos de praia.

Nos dias de hoje, os principais atrativos na comunidade são (Quadro 17):

Quadro 17 – Atrativos de São Miguel

Tipo	Descrição
Trilhas	São guiadas e perpassam por São Miguel e São Marcos e pelas áreas de floresta
Passeios de canoa	Passeios de canoa a remo por cursos d’água
Remada e pesca	A prática da remada e pesca no rio Arapiuns
Flora e fauna local	Observação da flora e fauna local
Piracaia	Degustação do peixe assado com a fogueira na praia
Modo de vida da comunidade	Experienciar o cotidiano da comunidade
Apresentação cultural	Demonstração da dança tradicional da comunidade, a dança do chapéu ¹³³
Redários e acomodação na casa dos moradores	Iniciativa de alojamento dos visitantes em redes e na casa dos moradores
Saberes e fazeres comunitários	No que diz respeito à relação com os recursos naturais como manejo de árvores frutíferas e plantas medicinais
Artesanatos	Confeccionados principalmente com a palha do tucumã e sementes
Culinária	A degustação do tambaqui ou tucunaré, galinha caipira, sucos com frutas regionais como manga, acerola, taperebá entre outras

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Entre os diversos atrativos existentes em São Miguel, ressalta-se a hospitalidade dos comunitários, sobretudo, quanto à recepção aos visitantes, seja nos redários ou nas suas casas, possibilitando, inclusive, um contato maior com o cotidiano local. Outro destaque na comunidade trata-se da produção de artesanato, confeccionado com a palha do tucumã. A iniciativa da atividade se dá pela atuação feminina, por meio do Grupo Arte Palha, fundando

¹³³ A dança teve início em 2003, com os moradores de São Miguel, como eles já trabalhavam com a palha do tucumã, resolveram criar a dança, com intuito de valorizar a cultura local, enfatizando o artesanato. Esta composta por 16 pares e mais os personagens que vão fazer os trançados, que vão apresentar o tipo do artesanato. As apresentações ocorrem sempre no mês de junho, durante as festividades juninas e quando recebem visitantes na comunidade (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2023).

no ano de 2008 (Figura 45), inicialmente, com 12 mulheres, hoje formado por 32 mulheres, as quais com o apoio do PSA se organizaram coletivamente em prol da atividade¹³⁴.

Figura 45– Sede do Grupo Arte Palha



Fonte: Acervo de França (2022).

O estímulo para a criação do grupo, segundo a fundadora, deve-se à questão da realidade vivida por ela e por suas colegas artesãs:

[...] comecei a minha vida na roça, trabalhava na agricultura, com o plantio da mandioca, e então, foi passando o tempo e a gente começou a ver os artesanatos, a fazer e a mandar pra outra comunidade (Coroca) e daí, a gente viu que eles vendiam bem o nosso artesanato para ao turistas que iam lá e então, a gente passou a dar mais valor ao artesanato, e houve a mudança da produção de artesanato ao invés da roça, da agricultura o foco virou o artesanato, porque o trabalho na roça é muito cansativo e perigoso e no artesanato não, os maridos, os homens vão colher os materiais e a gente faz em casa, no nosso tempo mesmo, sem se expor ao perigo [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2023).

O turismo em contextos de UC promove benefícios econômicos sociais, pois, além de gerar importantes índices para o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda é capaz de atuar também na perspectiva de promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores através da infraestrutura local, alternativa para o êxodo rural e a valorização da cultura local. Sem esquecer da questão da ambiental, pois o arranjo do trabalho feminino vai muito além da questão econômica, atrelando-se aos cuidados ambientais na relação ser humano e natureza, pois na visão delas:

¹³⁴ Informações obtidas com a entrevistada 1 em 4 fevereiro de 2023.

[...] como a gente mora numa UC, então a gente procura manter o nosso ambiente limpo, sem lixo, sem queimada, sem sujar nosso rio, e também a gente procura tirar da floresta só que a gente realmente precisa, e a gente faz o plantio também porque a gente sabe que se acabar a floresta, se a gente não tiver a nossa palha do tucumã, se a gente não tiver as nossas sementes, a gente não tem como fazer o nosso artesanato, e como a gente vai ficar se a gente não cuidar? (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

A gestão feminina dos recursos naturais revela a preocupação com o amanhã, com a sobrevivência e a manutenção da vida delas e de seus descendentes (Schmidt; Gomes, 2020), tendo em vista a necessidade de usufruir da floresta como fonte de subsistência, sem agredir a UC em que estão inseridas.

Nesse sentido, as mulheres à frente da atividade garantem aos turistas a oportunidade de conhecer a produção do artesanato da região com a condução da visita e exibição das peças feitas pelas próprias artesãs. Elas produzem chapéus, bolsas, cestos, porta copos, entre outros produtos diversos. Com a renda obtida, as artesãs destinam uma parte ao Grupo Arte Palha para a compra de materiais e investimentos do trabalho coletivo, de acordo com relatos a seguir:

[...] com o dinheiro que a gente consegue das nossas vendas com o artesanato, a gente tira uma parte pra gente né?! Pra comprar coisas pra nós, pra nossa casa, ajudar a pagar algumas contas, comprar material pra melhorar o artesanato, e 10% da renda que a gente ganha, fica com o caixa do grupo Arte Palha pra custos com a manutenção do grupo, do espaço onde a gente se reúne, materiais e tudo mais [...] (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Essa atuação feminina remete ao entendimento de que as mulheres desempenham um papel fundamental na estruturação da atividade, porque são elas (Figura 46) que produzem a maior parte das peças comercializadas, atuam na culinária, na hospedagem e, muitas vezes, esse múltiplo papel é invisibilizado, negado ou negligenciado por parte da sociedade vigente.

Figura 46 – Artesã de São Miguel

Fonte: Acervo Pessoal de França (2022).

Enfim, pode-se dizer que a atividade turística de base comunitária em São Miguel ainda é incipiente, demandando um ordenamento da atividade com adoção de planejamento, criação de materiais de divulgação, capacitação profissional, parcerias com instituições diversas como universidade, Ong, instituições públicas, além dos cursos de idiomas, melhoria da infraestrutura local, conforme nota-se nas palavras a seguir:

[...] pro turismo melhorar mais aqui, a gente precisa ter mais organização, ter mais recursos financeiros para investir, pra melhorar a infraestrutura, ter uma internet boa, fazer cursos pra melhorar o nosso trabalho com o turismo, ter parcerias com outros órgãos e tudo mais [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

A seguir, algumas imagens (Figuras 47, 48, 49 e 50) relacionadas aos serviços turísticos em que as mulheres de São Miguel são atuantes.

Figura 47 – Redário em São Miguel

Fonte: Acervo Pessoal de França (2022).

Figura 48 – Produção da culinária

Fonte: Acervo Pessoal de França (2022).

Figuras 49 e 50 – Turistas e algumas peças artesanais da comunidade de São Miguel

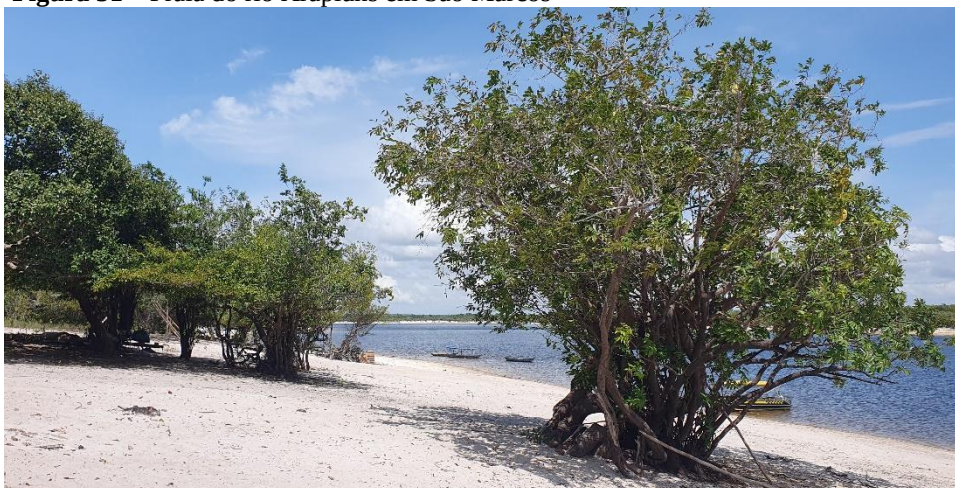
Fonte: Acervo Pessoal de França (2022).



Fonte: Acervo Pessoal de França (2022).

Quanto a São Marcos, segundo seus moradores, as atividades relacionadas ao turismo iniciaram, aproximadamente, no ano de 2009. Nessa época, a atividade era pontual, ocorria duas vezes por ano (julho e setembro), com quantitativo não muito expressivo de visitantes, pois vinham grupos pequenos, com no máximo cinco pessoas. Os principais atrativos eram e ainda são: a praia (Figura 51), a apresentação da casa de farinha (Figura 52) e a produção de algumas peças artesanais (Figuras 53). Essas atividades eram conduzidas por poucas pessoas de São Marcos. E os primeiros grupos a visitarem a localidade, segundo seus moradores, vieram de São Paulo.

Figura 51 – Praia do rio Arapiuns em São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 52 – Casa de farinha



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 53 – O artesanato de São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).

No ano de 2015, três famílias que trabalhavam com o artesanato fundaram o Grupo de Artesanato Arte e Turismo de São Marcos, formado só por mulheres. Inicialmente, atuavam seis mulheres e hoje o grupo conta com a participação de cerca de 23 mulheres da localidade, conforme informações obtidas com a fundadora do grupo. Segundo ela: “[...] o grupo surgiu porque a gente já fazia artesanato, né?, mas só pra gente mesmo, daí que a gente viu a oportunidade de ter uma renda com a produção do artesanato, então a gente resolveu se organizar e começar a fazer mais peças [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Elas atuam de forma organizada, com espaço próprio para exibição e comercialização das peças produzidas (Figuras 54 e 55). Essas são, em sua maioria, confeccionadas com a palha ou a fibra do tucumã e sementes locais, isto é, são utilizados os recursos naturais do próprio território da UC.

Figuras 54 e 55 – Espaço destinado a comercialização de artesanato em São Marcos



Fonte: Janise Viana (2022).

Fonte: Janise Viana (2022).

As mulheres são destaque nesse processo. Jati, Santos e Magalhães (2018) esclarecem que a estruturação do trabalho feminino ocorre em coletividade, em que o entrançar da fibra possibilita a reflexão acerca da identidade social da mulher, uma vez que não se trata, simplesmente, de mais um dos seus afazeres, mais sim uma ocupação que traz valorização, conhecimento, emancipação e geração de renda, tal qual nota-se nas seguintes palavras:

[...] agora eu me sinto assim, valorizada porque a gente ficava tipo escondida, né?! Eu tinha vergonha, não sabia nem falar direito com as pessoas, porque eu achava que era uma coisa assim, que pra mim, na minha cabeça, a gente era visto como da roça, que nós mulheres não eramos importantes, que as pessoas não valorizavam o nosso trabalho, tipo como um preconceito né?! hoje não, com o meu trabalho com o artesanato, a gente começou a saber explicar, a ter conhecimento, eu perdi o medo de conversar com as pessoas_eu aprendi a falar, e me vejo igual as outras pessoas, igual as outras mulheres que vem aqui [...] (Entrevistada 4. Pesquisa de Campo, 2022).

A produção do artesanato envolve a retirada da palha do tucumã, dos quintais das artesãs, em seguida, a remoção dos espinhos dela e a exposição da palha para secar ao sol, por um período de três dias. Para a pigmentação das peças, elas utilizam, principalmente, a raiz do açafrão (*Curcuma longa*) para obter a coloração laranja; o jenipapo (*Genipa americana*) para coloração preta e capiranga (*Arrebidaea chica*) para o vermelho. Em seguida, elas iniciam a produção de chapéus, cestos, vasos, paneiros, bolsas, brincos, pulseiras, entre outros.

Essa confecção é similar à que ocorre nas demais comunidades deste estudo e tem se constituído uma atração para os turistas. Pode-se dizer que os visitantes das comunidades da Resex têm a oportunidade não apenas de adquirir as peças, mas também de obter conhecimento sobre o processo de fabricação dos artesanatos, interagir com os comunitários

e, simultaneamente, refletir sobre a importância dos recursos naturais e da interação do ser humano a o meio amazônico.

Em 2014 com o auxílio de técnicos do CeapaC¹³⁵ foram desenvolvidas capacitações e reuniões direcionadas a atividade turística em São Marcos. O Ceapac também incentivou a prática da atividade por meio de indicação de visitantes para a localidade, no intuito de promover o turismo local, bem como auxiliou na construção de uma maloca para abrigar, recepcionar, oferecer alimentação aos turistas (Figura 56) e exposição dos artesanatos produzidos. Disto isto, os moradores aderiram a essa ideia e aos poucos foram contribuindo para a execução da atividade turística em seu território.

Figura 56 – Refeitório para degustação da culinária local



Fonte: Janise Viana (2022).

É importante frisar que São Marcos pertence a São Miguel, ou seja, ambas correspondem a uma única comunidade, e como os próprios moradores denominam São Marcos é uma espécie de “bairro” de São Miguel, logo, não é independente. Toda a infraestrutura pública que atende São Marcos está localizada em São Miguel, então, há que se pensar nesses dois territórios interligados atuando coletivamente em prol do Turismo de Base Comunitária.

Do ponto de vista do TBC, São Marcos apresenta as seguintes peculiaridades (Quadro 18):

¹³⁵ Constitui-se uma associação localizada em Santarém, sem fins lucrativos e que desenvolve ações junto às comunidades e organizações de pequenos produtores, artesãos e agroextrativistas, articulado a outros atores locais. Objetiva a melhoria de renda das famílias e o apoio ao desenvolvimento local de forma compartilhada e sustentável.

Quadro 18 – Atrativos São Marcos

Tipo	Descrição
Trilhas	São guiadas por caminhos que entrecruzam São Miguel e São Marcos, com apreciação da flora e fauna da região
Passeio de canoa	Em área de igapó, com a possibilidade de prática de remada e pescaria
Banho	Banho no rio Arapiuns e de igarapé
Visitação a casa de farinha	Visitação e participação da produção artesanal de farinha de mandioca na casa de farinha
Comercialização de artesanatos	Exposição e comercialização de produção de artesanatos utilitários, oriundos totalmente da floresta, como: o tipiti, paneiros e cestas de tucumã entre outros
Culinária	Degustação da culinária local

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Os moradores de São Marcos/São Miguel compreendem as ações do TBC como alternativa para a geração de renda, conforme nota-se na fala a seguir:

[...] o TBC é uma produção de uma renda financeira que traz o complemento familiar para dentro nosso convívio familiar no dia a dia, independente do tipo que ele é como o artesanato, a apresentação da farinha, envolvendo igapó, praia, trilha, culinária [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

O pensamento dos moradores das áreas pesquisadas é compatível com a ideia de Maldonado (2009), o qual reforça que a atividade turística não deve disputar, nem ultrapassar as atividades tradicionais que têm assegurado a existência de tais povos. O TBC deve ser compreendido como um complemento às atividades econômicas e ocupacionais a fim de intensificar e impulsionar as atividades habituais que as comunidades desenvolvem com sabedoria e experiência.

Nesse sentido, eles estão se articulando, trabalhando continuamente visando à melhoria dos equipamentos turísticos existentes, dos equipamentos públicos, da participação comunitária, buscando, ainda, apoio do poder público, dentre outros, tendo em vista o desenvolvimento da atividade em seus territórios, como se observa no trecho a seguir: “[...] o que a gente ganha, a gente separa uma parte, pra investir no TBC, como na compra de materiais, na construção de um banheiro melhor, a gente faz reunião e também busca apoio de outros parceiros pra nos ajudar [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Por fim, para essas pessoas, além do aspecto econômico, o TBC favorece questões sociais e ambientais no intuito de manter a floresta em pé, de atrair a participação de jovens e mulheres, de estimular a venda de produtos da sociobiodiversidade e promover a valorização e o resgate da cultura e dos saberes locais, evitando, assim, a migração de jovens em busca de trabalho.

c) Tucumã

A aproximação dos moradores de Tucumã com o turismo advém, particularmente, da produção de artesanato. A comunidade há tempos vinha trabalhando na confecção de artesanatos e esses produtos, em sua maioria, eram comercializados na comunidade Vila de Coroca, que já atuava no modelo de TBC. Assim, os comunitários de Tucumã atentaram-se que as peças produzidas por eles geravam um lucro significativo para Coroca. Fator que despertou o interesse em aproximar a comunidade do turismo, mas não qualquer turismo, e sim numa perspectiva concreta de desenvolvimento local, na ideia de um instrumento de melhoria na qualidade de vida. A partir daí, surge a ideia de atuar com o TBC.

A atividade teve início em meados do ano de 2006. Nesse período, Tucumã recebia a visita de grupos com aproximadamente cinco pessoas, as quais vinham conhecer a comunidade através da indicação do Cepac e dos moradores de Anã. Hoje os visitantes vêm por agência, situada na Vila de Alter de Chão ou individualmente. De modo geral, ocorriam em torno de cinco visitas por ano.

Esses visitantes faziam e ainda fazem trilhas, degustam da culinária local (Figura 57) elaborada pelas mulheres em uma cozinha comunitária (Figura 58), construída para esse fim, visitam a exposição da casa de farinha (para observação da produção de farinha de mandioca) (Figuras 59 e 60), conhecem a produção e a comercialização de artesanato, elaborado a partir de palha de tucumã e das sementes amazônicas (Figura 61) e visitam a exposição da árvore de Piquiá (*Caryocar villosum*), típica da região amazônica.

Figura 57 – Culinária local



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 58 – Equipamento da cozinha comunitária



Fonte: Janise Viana (2022).

Figuras 59 e 60 – Produção de farinha de mandioca**Fonte:** Janise Viana (2022).**Fonte:** Janise Viana (2022).**Figura 61 – Comercialização de artesanato****Fonte:** Janise Viana (2022).

Na atualidade, todas as 56 famílias de Tucumã têm integrantes envolvidos com o turismo, sobretudo, com a produção de artesanato. Os comunitários entendem que o patrimônio e as riquezas naturais pertencem a própria comunidade, de tal modo que todos e todas são responsáveis pela utilização racional dos mesmos e pelo desenrolar da atividade turística, como se observa no seguinte relato “[...] o TBC envolve a comunidade e nós comunitários, a gente pode acolher as pessoas através do turismo e ao mesmo tempo preservar a nossa cultura, o nosso território [...]” (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

O discurso da interlocutora relaciona-se ao entendimento de que o TBC oportuniza ao visitante o convívio e o relacionamento direto com as rotinas diárias das famílias rurais, experienciando na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Consequentemente, a atividade favorece o resgate da autoestima dos habitantes locais, a valorização da identidade cultural rural e o incentivo à produção e o desenvolvimento local. Isto posto, hoje, os pontos de destaque do TBC na comunidade estão elencados no Quadro 19.

Quadro 19 – Atrativos Tucumã

Tipo	Descrição
Trilhas	São guiadas pelos moradores locais
Visitação das práticas comunitárias	Conhecer práticas de agricultura familiar (roçado)
Banho	Banho de igarapés e rio
Exposição da casa de farinha	Visitação e participação da produção artesanal de farinha de mandioca na casa de farinha
Comercialização de artesanatos	Exposição e comercialização de produção de artesanatos utilitários, oriundos totalmente da floresta, como tipiti, paneiros e cestas de tucumã, entre outros
Culinária local	Degustação da culinária local
Exibição cultural	Apresentação da dança trançados de tucumã

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Quanto à infraestrutura turística, é composta pela cozinha comunitária, local em que são feitas as refeições (Figura 62), e a casa do artesanato (Figura 63). Nessa última, são expostas as peças produzidas pelas artesãs para a demonstração e comercialização, nesse espaço acontecem as apresentações culturais, como a exibição da dança Trançados de Tucumã¹³⁶. Na comunidade, ainda não há serviços de hospedagem.

Em todo esse arranjo da prática do TBC, as mulheres estão à frente, conduzindo a organização e a execução da atividade. Segundo elas, o turismo promove benefícios nos âmbitos econômico e social, pois além de favorecer a geração de emprego e renda, exerce forte influência na promoção da melhoria da qualidade de vida, no reconhecimento profissional, no sentimento de valorização e independência feminina, na aprendizagem de conhecimento diversos (cursos idiomas, formação superior, cursos profissionalizantes etc.) e no empoderamento, tal qual observa-se a seguir:

[...] eu sempre fui filha daqui, aí passei 7 anos trabalhando em Santarém. Eu trabalhava como empregada doméstica, mas não deu mais certo lá, arrumei um companheiro e trouxe pra cá, só que aqui eu não tinha um trabalho porque eu não trabalho muito com a parte da mandioca, só a minha mãe mesmo, e o que eu sabia e

¹³⁶ A dança surgiu no ano de 2010 com intuito de valorizar a cultura, a arte e a tradição local, com destaque para o artesanato. O nome “Trançados de Tucumã” foi inspirado na forma como as mulheres confeccionam as peças, nos seus modos de tecer os artesanatos. Apresentada com letra e música própria de autoria de Tiago Nunes Castro, fundador dela, nas vestimentas dos dançarinos há sempre as cores branca e laranja. A primeira faz alusão às praias da Resex e a segunda relaciona-se com a fruta tucumã (Entrevistado 1, Pesquisa de Campo, 2023).

sei fazer é o artesanato, então em casa, a minha fonte de renda é o artesanato e como a gente já tem aquele dinheirinho já ajuda né?! eu me sinto independente, útil, e tem mulher por aí como as minhas irmãs que tão lá em Santarém, mas não sabem fazer o artesanato, só dependem do marido e aí eu falo pra elas: graças a Deus que não dependo do meu marido né?! graças a Deus que eu faço o meu trabalho (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] antes, muito anos atrás eu tecia muito, aqui a gente fazia muito artesanato, ganhava nosso dinheirinho, mas era assim desvalorizado o nosso trabalho, não tinha valorização, porque chegava os atravessadores no barco e dava preço nas nossas peças e levava nossas peças pro cais de Alter do Chão e a gente aceitava calada o valor que eles quisesse dar, então hoje, o nosso trabalho foi mais valorizado, porque hoje a gente já tem mais ou menos aonde vender melhor nossas peças, você chega em Santarém com seu artesanato, tem ali no Cristo Rei, as lojinhas, a gente já tá mandando pra Alter. Então, nós fica aqui, manda pra lá e fica esperando o dinheiro que com a venda já vem melhor, né?! Então assim, eu ganho o meu dinheirinho, quem é que não gosta de ganhar seu dinheiro e compra o que quer?! (Entrevistada 7, Pesquisa de Campo, 2022).

Diante do exposto, analisa-se que há efeitos incontestáveis do turismo no que tange à participação da mulher, a saber: a oportunidade de acesso a fontes de rendimento; a autonomia pessoal, as mudanças na dinâmica decisória da família e da comunidade; o fortalecimento das organizações e das novas lideranças femininas (Murguialday, 2018). Pode-se dizer que há ainda o autorreconhecimento profissional por parte delas e um aumento da autoestima. Ademais, as mulheres valorizam positivamente o seu trabalho no TBC, por meio da produção de artesanato, (Figura 64), porque viabiliza a elas combinar os trabalhos domésticos com a geração de renda.

Figura 62 – Cozinha comunitária



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Figura 63 – Casa de artesanato de Tucumã



Fonte: Jamerson Viana (2023).

Figura 64 – Artesã da comunidade de Tucumã



Fonte: Acervo Pessoal de Alessandra (2022).

A maior parte dos recursos econômicos gerados com o TBC fica com o comunitário que realizou o serviço ou vendeu um produto, isto é, cerca de 80% destina-se à pessoa que atua com a atividade e os outros 20% volta-se a um fundo de reserva da própria comunidade. Esse fundo tem por finalidade promover investimento, construções de mais equipamentos, como um redário comunitário, por exemplo, a fim de melhor estruturar Tucumã para a iniciativa turística, conforme se nota no depoimento a seguir:

[...] a gente recebe um valor pelo serviço prestado né?!, seja casa de farinha, almoço ou artesanato e desse valor a gente repassa uma contribuição pro caixa da associação, pra gente melhorar os serviços né?, comprar equipamentos novos pra cozinha, melhorar a infraestrutura como a construção de um redário comunitários e tudo mais [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, 2022).

De maneira geral, observa-se que, na comunidade de Tucumã, há muitas dificuldades a serem superadas, como as necessidades básicas da própria comunidade, a citar: o fornecimento regular de energia elétrica; a implantação de um sistema de abastecimento de água; a ausência de acesso à *internet*, entre outros, ainda assim, os comunitários vêm se apropriando da prática do TBC, reconstruindo suas bases e ressignificando a atividade atrelada a realidade local.

d) Maripá

Situada, geograficamente, às margens do rio Tapajós, Maripá é uma das primeiras comunidades a atuar com o TBC na Resex Tapajós-Arapiuns por incentivo dos técnicos do Ceapac. Aliás, foram eles quem promoveram o apoio inicial e as capacitações para o desenvolvimento da atividade. No início das atividades turísticas, em meados do ano de 2006, as pessoas tinham oportunidade de fazer trilhas pela floresta, apreciar a natureza, vivenciar o modo da vida local, tomar banho na praia do rio Tapajós e demais belezas cênicas (Figuras 65 e 65), praticarem a hospedagem em redários. Em média, recebiam, aproximadamente, 25 pessoas por dia na região. A maioria vinha por indicação de agências de turismo.

[...] nos anos de 2000 e poucos, mais ou menos 2005, 2006, quando a gente trabalhava bastante com o turismo aqui, era muito bom, porque todo tempo tinha visitante aqui, as agências mandavam turista direto pra cá, a gente não parava, e tinha um grupo forte aqui da própria comunidade a frente do turismo que organizava as atividades, fazia o rodízio entre os comunitários, e todo mundo saía ganhando, quem participava nunca ficava sem ganhar nada. A nossa comunidade era bem visitada, vinha brasileiro, vinha gringo e era muito bom o turismo aqui em Maripá [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Em iniciativas de TBC, as conexões comunitárias, as identidades e as singularidades pessoais são afirmadas e compartilhadas. Porém, tais afirmações e compartilhamentos podem ser negados ou fortalecidos (Bartholo, 2014). Na busca por fortalecimento, os moradores devem ditar as palavras acerca da atividade em seus territórios.

Suas vozes devem ser escutadas, pois é importante haver o diálogo, não apenas participação, uma vez que a “[...] participação é algo que pode ser manipulado [...]” (Bartholo, 2014, p. 43). Nesse sentido, a comunidade necessita ser protagonista do processo (Irving, 2009). Devem priorizar o seu próprio lugar, conforme Cruz (2009, p. 101) “[...] protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonizados [...]”.

Figura 65 – Visão panorâmica da praia

Fonte: Jamerson Viana (2023).

Figura 66 – Belezas naturais de Maripá

Fonte: Jamerson Viana (2023).

De acordo com os comunitários, devido a fatores diversos como conflitos internos, a ausência de apoio do poder público, dentre outros, o TBC foi se desestruturando. Hoje, os turistas só passam por Maripá, com destino à Vila de Anã. Maripá tornou-se passagem e/ou caminho para outra comunidade. Nesse trajeto os turistas pagam um valor de R\$ 15,00 por transitarem pela comunidade, valor destinado ao caixa da comunidade para realização de benfeitorias nela. Atualmente, os comunitários estão se (re)estruturando e organizando-se na perspectiva da autogestão comunitária para ampliar a dinâmica de demanda de visitação com a prática do TBC:

[...] hoje, a gente tá tentando reunir a comunidade de novo, chamando aqueles que querem trabalhar com o turismo, pra pensar, pra gente fazer alguma coisa pra fortalecer a atividade na nossa comunidade, a gente tem buscado pensar em conjunto só com o pessoal que quer voltar a trabalhar com o turismo mesmo. Hoje eu já não atuo mais como antes, mas sempre incentivo   comunidade a crescer com o TBC [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Os principais atrativos/serviços do local apresentam-se no Quadro 20 e nas Figuras 67, 68, 69 e 70.

Quadro 20 – Atrativos Maripá

Tipo	Descrição
Trilhas	Guiadas pelos moradores; as principais são de Maripá para Vila de Anã, Cabeceira do Lago, de Angelin Centenário a de Guaribal
Caminhadas	Visitação a Ilha de pedra, a ponta do urubu e a cidade de pedra
Banho	Na praia do pelado e de rio
Casa de farinha	Visitação da produção artesanal de farinha de mandioca e degustação dela
Alojamento	Em redários ou casa de comunitários. Essas acomodações possibilitam a vivência do cotidiano dos moradores de Maripá e de um contato maior com a fauna e a flora local
Culinária	Degustação da culinária local, como peixe assado e galinha caipira
Passeios	de canoa, observação de botos e a pesca esportiva nos lagos Maripá e Bacuri
Artesanato	A produção é incipiente, mas é possível encontrar cestos, descanso de mesa, entre outros, feitos com a palha de tucumã

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Figuras 67 e 68 – Redários para hospedagem em Maripá

Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 69 – Artesanato

Fonte: Janise Viana (2022).

Figura70 – Restaurante em Maripá

Fonte: Janise Viana (2022)

Em Maripá, há infraestrutura básica para o apoio à atividade turística. No entanto, algumas necessitam de reparos e outras já se deterioram, a citar a estrutura “chapéu de palha” destinada ao alojamento de turistas para pernoite por um período. Ela não existe mais. A produção de artesanato ainda é incipiente, com iniciativas isoladas, sobretudo, a partir da ação

de algumas mulheres de Maripá, que se dedicam a produção de cestos, paneiros, descanso de mesa, bolsas confeccionados com a palha do tucumã e palha do buriti (*Mauritia flexuosa*).

As mulheres da comunidade são atuantes no desenvolvimento do TBC, conforme os seguintes dizeres: “[...] eu faço condução nas trilhas, eu faço alimentação para os turistas, eu hospedo na minha casa e agora também tô começando a tecer [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022). Outra interlocutora destaca que: “[...] eu sou agricultora, eu planto mandioca, frutas, mas quando atuo com o turismo, eu faço comida na minha casa e hospedo visitante, se a pessoa quiser também, né? (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Pode-se dizer que em Maripá o trabalho feminino (Figura 71) no TBC é direcionado, em especial, para a hospedagem (redários), serviços de alimentação, atuação como condutoras locais e estão iniciando a produção de artesanato com a palha do tucumã.

Figura 71 – Mulheres de Maripá



Fonte: Janise Viana (2022).

A multifuncionalidade da mulher amazônida é evidente não só na comunidade de Maripá, como também nas demais comunidades deste estudo. As mulheres desempenham atividades no âmbito doméstico, com a casa, a alimentação, a horta doméstica, a saúde e a educação dos descendentes, entre outras. Pode-se dizer que as mulheres da Resex são as agentes centrais de seus contextos, responsáveis pela subsistência familiar, particularmente, pela prática da agricultura e pelo desenvolvimento da atividade turística em seu território.

As mulheres no contexto rural são dedicadas, atenciosas, responsáveis, comprometidas, pacientes, proativas, dispostas ao exercício de múltiplas atividades (Lunardi, 2006). Elas veem no TBC uma alternativa para demonstração da força feminina, especialmente, no contexto amazônico, bem como para o fortalecimento intra e intercomunitário e o diálogo intercultural. Nota-se, ainda, que as mulheres alcançam mais

engajamento e visibilidade nos assuntos públicos e no caso específico de Maripá, uma vez que elas anseiam que o TBC volte a se intensificar como nos anos anteriores, a fim de que traga melhorias para a população local, como se observa nos relatos a seguir:

[...] com o TBC organizado aqui, entrava renda, conhecimento, ocupação, troca de experiências com os visitantes, assim, a vivência com eles, então a gente aprendia muito, a comunidade se sentia valorizada porque eles também se interessavam pelo nosso modo de viver, era muito bom pra nossa comunidade, a gente só ganhava, hoje eu sinto muita falta, ainda vem visitantes, mas não é como era antes, que era todo tempo, né? [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

É possível mencionar que o TBC, atualmente, é gerido pelos próprios moradores de Maripá. No passado, houve parcerias firmadas entre os moradores e as agências de turismo da Vila de Alter do Chão e Santarém, porém, segundo os comunitários, essas parcerias não foram exitosas, pois não geravam retornos econômicos benéficos para a comunidade. Acerca disso, uma moradora de Maripá que trabalha com o turismo diz o seguinte:

[...] em 2006, as agências de Santarém ou de Alter mandavam os turistas pra cá, a gente tinha a nossa tabela aqui, com os preços dos atrativos como passeio de canoa, trilha, condutor, almoço e eles (o pessoal das agências) faziam o preço deles em cima dos nossos e acabavam ganhando mais do que a gente [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Com isso, entende-se que, se os atores sociais não se organizarem, abre-se espaço para a gestão externa, e a participação comunitária “[...] acaba, por muitas vezes, sendo utilizada de forma inadequada, apenas como ferramenta de controle de uma minoria que, ao traçar seus quereres, lançam-se em manipular a participação popular [...]” (Brandão, 2014, p. 178). Fato é que, na autogestão da atividade turística, os comunitários devem desenvolver uma participação que dê conta de externar os anseios e interesses da comunidade e atuem não como coadjuvantes, mas como atores principais no planejamento, na organização e na execução do TBC no seu território.

Práticas turísticas de base comunitária demandam uma gestão democrático-participativa que tem, no grau de engajamento da comunidade, a garantia de sua continuidade (Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009). Tampouco se pretende afirmar que o TBC se resume a uma perspectiva romântica, isento de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. Ainda assim, nas palavras de Irving (2009, p. 111) deve-se buscar “[...] a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento [...]”.

Os moradores de Maripá, em especial, as mulheres, acreditam que o sucesso da atividade turística depende, sobretudo, da participação e da organização comunitária. Para elas, o empenho conjunto entre moradores, poder público e iniciativa privada, tanto para a divulgação quanto para a condução de roteiro e melhoria da infraestrutura coletiva, é um elemento fundamental que, se existente, seria capaz dinamizar o TBC como indutor do desenvolvimento local natural e culturalmente responsável.

e) Vista Alegre do Capixauã

A relação dos indígenas de Vista Alegre do Capixauã com o turismo data do ano de 1994, com a instalação do hotel de selva¹³⁷ *Amazon Dream*, gerenciado por franceses, que também, no mesmo período, eram proprietários da agência com o mesmo nome, agência essa responsável pela organização da viagem e hospedagem no território indígena (Entrevistada 1, 2002). Os franceses comercializavam pacotes direcionados, majoritariamente, para o público estrangeiro, que objetivava conhecer a região.

O empreendimento hoteleiro na terra indígena funcionou por um período de aproximadamente 12 anos, segundo interlocutora local. E envolvia os indígenas de várias faixas etária, como retrata o trecho a seguir:

[...] eu trabalho com o turismo há mais de 20 anos, praticamente desde quando eu era pequena, desde quando eu era criança pequena, eu já me apresentava para os turistas que vinham para o *Amazon Dream*. Então, eu aprendi com a própria aldeia, porque já tinha os jovens, o grupo de jovens e eles sempre incentivavam a gente a participar, das danças, pra mostrar a nossa cultura [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, 2022).

Em contrapartida, não se sabe se o empreendimento tinha autorização do Ministério do Turismo. Hoje, a atividade continua, porém, a hospedagem é na própria embarcação da agência com o mesmo *Amazon Dream* (Figuras 72 e 73), isto é, os visitantes vêm até a comunidade presenciam os atrativos turísticos, comercializam os produtos ofertados pelos indígenas e retornam para a embarcação. Isso se deve, segundo a entrevistada local em virtude de:

¹³⁷ Os hotéis de selva são alojamentos situados às margens dos rios ou lagos, alguns estão em terra firme, outros estão localizados em terra de várzea, hotéis flutuantes que acompanham o nível do rio, por exemplo (Teixeira, 2006). Esses empreendimentos valorizam a riqueza natural como as águas e as florestas, bem como a fauna, a flora e a diversidade cultural dos territórios em que estão situados.

[...] o nosso turismo começou com *Amazon dream*, veio através deles, só que quando a comunidade passou a categoria de UC, eles foram impedidos de atuar na área da Resex por conta da legislação, eles pararam de atuar na comunidade e começaram a trabalhar o turismo com o navio que traz visitante, porque com o navio não teve impedimento [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de campo, 2022).

No site da *Amazon Dream*, é possível encontrar informações sobre a venda de pacotes envolvendo o navio:

The one-of-a-kind Amazon Dream riverboat, which was built in 2006 from ipe and itauba woods, blends modern conveniences with old-world charm. Your time on the Amazon Dream will be an authentic Brazilian experience, but the French-owned ship also possess a relaxed atmosphere which allows you to unwind in style. Nine cabins, each with a private bathroom, host eighteen guests, ensuring you have a personal, intimate experience, whether you call the ship home for five, six, seven, or ten days. With eleven crew members, you will be wrapped in warm hospitality every moment of your Amazon Dream cruise¹³⁸ (Rainforest Cruises, Amazon Dream, 2023).

Figuras 72 e 73 – Parte externa e interna da embarcação *Amazon Dream*



Fonte: *Brésil Aventure* (2023).



Fonte: *Brésil Aventure* (2023).

No período do hotel de selva, destaca-se que boa parte da mão de obra de trabalho era composta pelos indígenas. Alguns trabalhavam, principalmente, no preparo das refeições, atuavam como garçons, servindo bebidas e comidas aos hóspedes, na limpeza do hotel, ou seja, o mesmo que acontece em outras comunidades indígenas e em comunidades de pescadores artesanais, comunidades rurais e ribeirinhas (Carneiro; Bartholo, 2009; Quaresma, 2003; Gomes; Romaniello; Silva, 2005) e nas apresentações culturais. Ressalta-se que partes da estrutura hotel ainda permanece em Vista Alegre do Capixauã.

¹³⁸ “O inigualável barco *Amazon Dream*, construído em 2006 com madeiras de ipê e itaubá, combina conveniências modernas com o charme do velho mundo. Seu tempo no *Amazon Dream* será uma autêntica experiência brasileira, mas o navio de propriedade francesa também possui um ambiente descontraído que permite que você relaxe com estilo. Nove cabines, cada uma com banheiro privativo, acomodam dezoito convidados, garantindo que você tenha uma experiência pessoal e íntima, independentemente de ligar o navio para casa por cinco, seis, sete ou dez dias. Com onze tripulantes, você será envolto em hospitalidade calorosa a cada momento do seu cruzeiro *Amazon Dream* [...]” (Tradução nossa, 2023).

Todo o aprendizado e a experiência dessa época serviram de incentivo para que eles almejassem desenvolver a atividade turística em sua aldeia¹³⁹, a partir da lógica do TBC, com as questões socioambientais, culturais e econômicas enquanto elementos norteadores tendo em vista à manutenção do modo de vida indígena. Isso porque “[...] o modelo TBC se baseia na premissa de organização comunitária como elemento estruturador e nas práticas associativas e de autogestão do turismo, embora de forma nem sempre sistêmica, dada a assimetria de realidades dos povos envolvidos [...]” (Neves, 2021, p. 415).

No início do século XXI, além das danças, os indígenas passaram a estruturar outros atrativos em seu território, como: a organização do processo de fabricação de farinha (Figura 74) com a demonstração desde o plantio da mandioca até o produto final, a estruturação de trilhas e infraestrutura local, (Figura 75), passeio de canoas, a gastronomia da aldeia (Figura 76), apreciação das belezas naturais (Figura 77) e a comercialização do artesanato (Figura 78).

Figura 74 – A casa de farinha



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 75 – Estrutura comunitária



Fonte: Janise Viana (2022).

¹³⁹ O termo aldeia é utilizado para representar os territórios em que a comunidade indígena estabelece as suas relações sociais, sejam essas relações de parentesco ou de vizinhança (Proença; Panosso Netto, 2022).

Figura 76 – A culinária local

Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 77 – As belezas naturais

Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 78 – Artesanato de Vista Alegre do Capixauã

Fonte: Janise Viana (2022).

No ano de 2015, incorporaram alguns rituais da cultura indígena, como, por exemplo, o ritual de agradecimento que ocorre durante o dia e o ritual do fogo, que acontece à noite. A respeito da tradição ritual, esta pode ser compreendida a partir de Neves (2021, p. 426) como:

[...] instrumentos de uma vivência cultural supostamente mais interna, tais práticas sempre foram também veículos de expressão de fronteiras étnicas. Isto significa dizer que a prática dos rituais sempre foi uma maneira de se singularizar como indígenas e se diferenciar dos brancos [...]

A atividade turística estabeleceu a necessidade de que os limites étnicos fossem revistos e, assim, ao exibir essa fronteira étnica de modo ritualístico, possibilita o entendimento de que muito mais do que uma invenção de tradições rituais para o turismo, pode significar uma forma de comunicar e valorizar as diferenças. Acerca dessa questão, os indígenas acrescentaram, ainda, a possibilidade de os visitantes conhecerem os banhos de

ervas da Amazônia, valorizando, desse modo, seus saberes ancestrais, no intuito de exercitar as tradições culturais e espirituais vinculadas à relação com a floresta.

Atualmente, os indígenas ainda continuam estruturando o turismo em suas terras e apresentam as seguintes atividades, conforme Quadro 21.

Quadro 21 – Atrativos Vista Alegre do Capixauã

Tipo	Descrição
Trilhas	Fuiadas pelos moradores locais e seguem da aldeia até o porto Teodoro, e os visitantes seguem pelos passeios de canoa até o retorno para o local de partida
Caminhadas	Para a visita da aldeia
Banho	De rio e de igarapé
Casa de farinha	Exibição da produção artesanal de farinha de mandioca, degustação e comercialização dela
Grafismo	pinturas corporais feitas com recursos naturais como tinta de jenipapo (<i>Genipa americana</i>) e urucum (<i>Bixa orellana</i>) principalmente
Culinária	Degustação do peixe assado tucunaré (<i>Cichla ocellaris</i>), o charutinho (<i>Ptychocheilichthys australis</i>) e a galinha caipira
Passeios	De canoa no lago Capixauã, a pescaria e o arco e flecha
Artesanato	Confeccionado com miçangas e recursos naturais da região como sementes de açaí, entre outras
Apresentações culturais	Como a dança do carimbó e a dança do tipiti na maloca e banho de ervas amazônicas
Apresentação de ritual	Exibição ritual de agradecimento e ritual do fogo, na língua materna indígena e na língua portuguesa
Piracaiá	Degustação do peixe assado as margens do rio ou da praia

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

A estruturação do TBC é planejada pelo grupo de trabalho de turismo, que visa à organização da atividade na aldeia, sendo composto por indígenas de Vista Alegre do Capixauã, sem interferências exógenas, como se observa nas seguintes palavras: “[...] o grupo de trabalho com o turismo aqui, que sou eu, a pajé, o tuxaua e outros indígenas [...]” (Entrevistada 9, Pesquisa de Campo, 2023).

Os moradores de Vista Alegre do Capixauã também disponibilizam a maloca da aldeia (Figura 79) como redário a fim de que o visitante possa pernoitar nela. Há, também, a possibilidade de hospedagem na casa dos próprios moradores. Segundo interlocutora local: “[...] e a gente já terminando a nossa pousada comunitária, então a gente sempre tá querendo melhorar pra fortalecer o turismo ainda mais na nossa aldeia [...]” (Entrevistada 9, Pesquisa de Campo, 2023).

Figura 79 – Maloca para apresentações culturais e redário



Fonte: Janise Viana (2022).

Para cada atividade (Quadro 16), é cobrado um valor cuja destinação é a subsistência das famílias, e também uma parte é destinada para o caixa – uma espécie de reserva – da própria aldeia, objetivando um fundo de reserva para investimentos em mais equipamentos e benfeitorias voltadas para o desenvolvimento da iniciativa turística. Conforme se observa nos seguintes dizeres:

[...] Turismo de Base Comunitária é né?!, como a gente faz aqui, a gente recebe o turista, né?!, e o trabalho a gente distribui entre os comunitários. Então a renda vem pros comunitário, e tem uma renda que vem pra aldeia, né?! que é de parte de aldeia, mas tem a renda que vem para cada (individual e coletivo). E como a gente tem o caixa da comunidade, distribui esse dinheiro não só pros benefícios, os projetos da comunidade, mas também pro próprio comunitário quando ele necessita né. Nos casos de doença, outros casos, a reserva ajuda nessa parte aí, ajuda nesse termo de contribuir na saúde ou qualquer outra situação que o comunitário precise [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Acerca das benesses econômicas advindas com o TBC, segundo a interlocutora local e liderança indígena de Vista Alegre do Capixauã busca atender às necessidades do coletivo, isto é, a preocupação é com:

[...] a solidariedade social de recorte étnico, isto é, a preocupação com a “causa” indígena. Deste modo, em primeiro lugar, todas as conquistas da liderança política – fossem econômicas ou de qualquer outro tipo – deverão sempre ser coletivizadas de algum modo. No caso do projeto de turismo as formas de coletivizar passam pela solidariedade entre grupos familiares no que se refere à subsistência, bem como na busca de recursos a serem coletivizados para a sobrevivência social [...] (Neves, 2021, p. 423).

Significa dizer que os ganhos econômicos advindos com o TBC são coletivizados também, tendo em vista a necessidade de melhorias na comunidade. Na aldeia, o processo de solidariedade social não ocorre somente nos aspectos econômicos, mas também na condução da atividade turística local, pois segundo palavras de uma das entrevistadas:

[...] nós aqui, procura envolver todo mundo que queira trabalhar com o turismo na comunidade, então tem rodizio de cozinheira, rodizio de condutor, e sempre a gente tá fazendo isso, dando a vez pra todo mundo que quiser participar, poder participar, então a gente se preocupa com todos [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022)

Durante a pesquisa de campo, notou-se a atuação do Tuxáua¹⁴⁰ para o desenvolvimento da atividade turística, haja vista a impossibilidade da presença da liderança indígena na aldeia em decorrência de trabalhos fora da comunidade. Segundo o Tuxáua, os assuntos de importância referentes ao TBC são discutidos, substancialmente, de forma coletiva entre os indígenas (Figuras 80 e 81).

Figuras 80 e 81 – Reunião para coleta de informações sobre o TBC na comunidade



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Atualmente, Vista Alegre do Capixauã recebe vários grupos de turistas que vêm individualmente e ou em grupos e com o apoio da Associação de Turismo Fluvial Alter do Chão (Atufa), por iniciativa ainda da *Amazon Dream* e de outras agências de turismo localizadas na Vila de Alter do Chão e de Santarém. Ao serem questionados acerca do grau de satisfação dos envolvidos na atividade, estes afirmam, em sua maioria, que se sentem satisfeitos e envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística em suas comunidades,

¹⁴⁰ O termo Tuxáua refere-se à chefe da tribo. É a palavra do *Nhengatu* (língua comum usada pelos jesuítas no século VXII para facilitar a catequese) (Figueroa, 2019).

mas acreditam ser necessário investimentos públicos para incremento do turismo e melhoria da qualidade de vida de seus residentes.

[...] pra gente aqui, o turismo é diversão, quando “os turista chega” é uma alegria pra nós, e é uma alegria pra eles também, porque pra recepcionar eles (os turistas) a gente canta umas músicas de boas-vindas, dança e aí a gente deixa eles animados e a gente também se sente bem, alegres com as pessoas querendo conhecer o nosso território, a nossa vida, e também traz renda pra nós, então a gente prepara tudo com muito trabalho e satisfação, mas a gente sente que ainda falta apoio do governo, e também mais divulgação da nossa aldeia [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Quanto às limitações da prática turística em seu território, como no caso dos Pataxós, na Bahia (Neves, 2012; Rodrigues de Carvalho, 2018; Neves, 2021; Vieira; Benevides; Sá, 2021), houve a necessidade de os indígenas de Vista Alegre do Capixauã se reinventarem, criarem formas sociais e coletivas para atender à atividade em seu território, em conformidade com os dizeres a seguir:

[...] a gente teve que incluir os rituais do dia e da noite pra apresentar pra eles, a gente teve que fazer os banhos de ervas pra mostrar também, a gente canta na nossa língua materna pra eles e também a gente construiu nossas casas, mas pra longe porque eles chegam aqui e pensam que a gente mora numa oca, não tem celular, não tem internet, essas coisas que eles tem, né? [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Essas formas de lidar com a atividade têm relações de sistematicidade e reflexão constantes. O aspecto cultural da comunidade, que o TBC busca manter e apresentar para os turistas, para os Kumaruara vem passando por processos sucessivos de reelaboração. A tradição cultural desses povos foi sofrendo reformulações abrutadas no decorrer dos séculos, desde o período colonial até o século XXI, sobretudo com o avanço do processo de globalização e a ocorrência de trocas interculturais inevitáveis (Neves, 2012; Neves, 2021). Isto posto, Neves (2021, p. 425) entende que:

[...] seu artesanato, seu modo de vida, suas concepções cosmológicas e todas as manifestações culturais foram dramaticamente alteradas, reconfiguradas, esquecidas, forçosamente abandonadas e finalmente reinventadas. Desse modo, se poderia considerar, de acordo com determinadas concepções de tradição, que qualquer objetivo de preservação cultural estaria inevitavelmente frustrado [...]

Contudo, a perspectiva que aqui se apresenta é a de que tais modificações decorrentes atenderam e atendem às necessidades próprias da comunidade, relacionadas tanto com a tradição, quanto com as imposições coloniais. Para os moradores de Vista Alegre do

Capixauã, a sobrevivência e a subsistência coletiva do modo de vida indígena antecede quaisquer outras ponderações. Esses povos realizam as práticas de TBC em consonância com a realidade vivida por eles e desse modo não há qualquer argumento que possa negar, desacreditar ou desvalorizar o modelo de Turismo de Base Comunitária ali vigente.

Destaca-se que, em todas as comunidades pesquisadas neste estudo, no que concerne ao exercício do TBC, as mulheres são a força motriz tanto no planejamento e na organização, quanto na execução da atividade. E em Vista Alegre do Capixauã, isso não é diferente. Elas são atuantes e estão empenhadas em contribuir com o avanço da atividade em seus territórios, como se constata nas seguintes palavras: “[...] aqui, na nossa aldeia, não existe turismo sem as mulheres. Elas estão meio de tudo. Elas fazem parte da organização, das trocas de ideias e da prática também. Elas são importantes demais aqui pra nós [...]” (Entrevistado 2, Pesquisa de Campo, 2023).

Essas mulheres são agentes fundamentais para a efetivação da atividade, daí a importância de se pensar na atuação delas, a partir dos seus olhares, seus entendimentos, sobretudo no contexto em que estão imersas e que protagonizam as atividades vigentes.

6 MULHERES E TURISMO EM BELTERRA: O CASO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

6.1 Belterra: características gerais

O município de Belterra tem sua história atrelada à expansão do comércio da borracha em 1840 e à ocupação da Amazônia no século XIX (IBGE, 2023). Nesse período, Henry Ford, pioneiro na indústria automobilística nos Estados Unidos, visava estabelecer um cultivo de árvores seringueiras no território amazônico, objetivando suprir as necessidades da recente indústria americana e transformar a região na maior produtora de borracha natural do mundo. Optou por deslocar-se para Belterra, onde desenvolveria um novo plantio de seringueiras e construiria uma nova cidade tendo em vista que segundo Pereira e Leite (2011, p. 203):

[...] o deslocamento do projeto para Belterra constituiu uma tentativa da Companhia de superar o fracasso experimentado em Fordlândia. Com este objetivo, a CFIB realizou a plantação em áreas mais planas, importou um novo tipo de seringueira e usou enxerto nas mudas para torná-las mais resistentes às pragas. Construiu um porto em águas mais profundas e se localizou mais próxima de Santarém para facilitar o recrutamento da mão de obra. Por fim, permitiu que terceiros pudessem explorar a oferta de serviços, como bar, sapataria e barbearia, por exemplo, mas também montou uma comissária (pequeno comércio) para oferecer produtos alimentícios mais baratos para seus funcionários. Além disso, permitiu que eles pudessem desenvolver, em seus lotes de moradia atividades ligadas à agricultura e criação de animais de pequeno porte [...].

Belterra originou-se como uma tentativa do Projeto Ford de salvar os investimentos feitos no Oeste Paraense. Porém, fatores como: o final da 2ª Grande Guerra, a morte do descendente de Henry Ford, a incidência de inúmeras doenças nos seringais, como a malária, a desatenção com as particularidades ambientais e culturais dos lugares e o início da produção de borracha cultivada na Ásia foram determinantes para a decadência do projeto em 1945 (Grandin, 2010). Nesse mesmo período, apesar dos esforços na tentativa de implantar o plantio de seringueiras na Amazônia, a Companhia Ford repassou a área ao governo brasileiro.

Até hoje, Belterra mantém seus traços do passado, observados, sobretudo, na arquitetura das residências, “[...] construídas bem ao estilo norte-americano, com detalhes em verde, modelo *Cap Cod*, com telhados muito inclinados e cumeeiras [...]” (Costa, 2018, p. 62), conforme se observa na Figura 82 a seguir. Segundo Costa (2018), as construções de Belterra seguem o mesmo molde estabelecido por Ford em Alberta, vila norte-americana, localizada em Michigan, nos Estados Unidos.

Figura 82 – Padrão de Residência em Belterra de herança Norte americana



Fonte: Janise Viana (2022).

A origem do nome da cidade é em decorrência de uma planície situada às margens do Rio Tapajós, coberta por uma grande floresta, o qual Ford denominou de “Bela Terra”, que, na sequência, passou a denominar-se Belterra (Faro, 2022). Como categoria distrital pertenceu ao município de Santarém até meados de 1995, quando, por meio da Lei estadual nº 5.928, passou à categoria de município, com a mesma denominação (Pará, 2021). Situada na mesorregião do Baixo Amazonas paraense, Belterra localiza-se, aproximadamente, a 50 km de Santarém e 724 km em linha reta, da capital Belém¹⁴¹. Apresenta, segundo o IBGE (2022) uma população estimada em 17.944 pessoas.

Administrativamente, segundo Pereira e Leite (2011), o município organiza-se em 4 áreas principais: 1) a sede do município, *locus* em que Ford construiu a cidade-empresa para o plantio de seringais; 2) a Floresta Nacional do Tapajós (Flona); 3) a zona rural que abrange o entorno da cidade e ao longo da BR-163; e por fim, 4) a Área de Preservação Ambiental, Aramanai, oriunda de uma lei estadual datada de 1995.

Como a maioria da população habita a zona rural – 9.466 pessoas (IBGE, 2010), a base econômica do município se desenvolve a partir atividade agrícola – arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), mandioca (*Manihot esculenta*), melancia (*Citrullus lanatus*), milho (*Zea mays*), soja (*Glycine max*) e tomate (*Solanum lycopersicum*). Tem, sobretudo, a base econômica na produção familiar de pequeno e médio portes, de grandes produtores e

¹⁴¹ Conforme informações obtidas no site cidade-brasil.

pecuaristas - bovino, equino, bubalino, suíno, caprino, ovino. Segundo a Fapespa (Pará, 2021) e Costa (2018), das atividades extrativistas, destacam-se o açaí (*Euterpe oleracea*), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), a castanha de caju (*Anacardium occidentale*), o látex, o óleo de copaíba (*Copaifera langsdorffii*) e bens e serviços, em sua minoria.

A educação básica em Belterra ocorre pela oferta da educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dispõe, conforme IBGE (2021), de instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. O ingresso no Ensino Superior se dá por meio das instituições particulares, como, por exemplo, a Universidade Norte do Paraná (Unopar), que possui um *campus* na cidade. Quanto ao acesso ao município, este se dá por meio de via fluvial pelo rio Tapajós, ou por via rodoviária, pela BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Belterra apresenta características singulares, como sua arquitetura norte-americana, assim como a presença marcante de seringueiras que resistiram à época de Ford e permanecem exuberantes no centro da cidade. Entre seus atributos naturais, destacam-se, ainda, as praias de Pindobal e Aramanai, entre outras. Outrossim, a cidade é importante para o contexto desta pesquisa por abrigar a Floresta Nacional do Tapajós, a qual representa 83% da área do município e constitui *locus* deste trabalho para a análise acerca da atuação feminina no TBC e entendimento de como suas práticas na atividade podem contribuir ou não para se pensar a sustentabilidade ambiental na realidade amazônica paraense.

Assim, Barros, Paz e Henriquez (2018, p. 22) ressaltam que é importante compreender que:

[...] na Amazônia paraense, o vale do rio Tapajós abriga diversos territórios de reserva, como as unidades de conservação. Na margem direita deste rio, no município de Belterra está localizada a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós); já na margem esquerda do mesmo rio em Santarém, encontra-se localizado a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Resex Tapajós-Arapiuns). Nestes territórios de reserva os usos dos recursos naturais devem obedecer aos princípios da sustentabilidade, conforme normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e reforçados pelo plano de manejo de cada unidade de conservação.

Pode-se aferir que Santarém e Belterra abrangem partes das áreas protegidas fundamentais para a manutenção da natureza e da cultura tradicional das comunidades locais. No contexto amazônico, essas áreas possuem função determinante na territorialidade das populações e na proteção dos recursos naturais brasileiros de forma positiva. O estado do Pará, segundo o Instituto Socioambiental (Isa), dados de 2022, dispõe de 38 UCs de Uso Sustentável e 10 UCs de Proteção Integral.

A Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós) está localizada em Belterra, município paraense situado às margens do rio Tapajós. A Flona Tapajós fica ao sul da cidade de Santarém, cerca de 50 km de distância do centro da cidade. Sobre o contexto histórico e geográfico de criação da Flona, Ioris (2021, p. 140) destaca que:

Quando a Flona Tapajós foi criada em 1974, compreendendo uma área de aproximadamente 600 mil hectares, a maior parte dos limites da reserva estava localizada dentro do município de Santarém, e uma pequena parte no município de Aveiro. Porém, em 1996 os limites do município de Santarém foram redefinidos, em virtude da criação do município de Belterra, uma possessão do Ministério da Agricultura desde 1945, quando a Ford Company devolveu aquelas terras ao governo brasileiro. Assim, com esta nova configuração espacial dos municípios, toda a área da Flona, exceto a que pertencia a Aveiro, passou a fazer parte do município de Belterra, englobando cerca de 60% da sua extensão territorial [...]

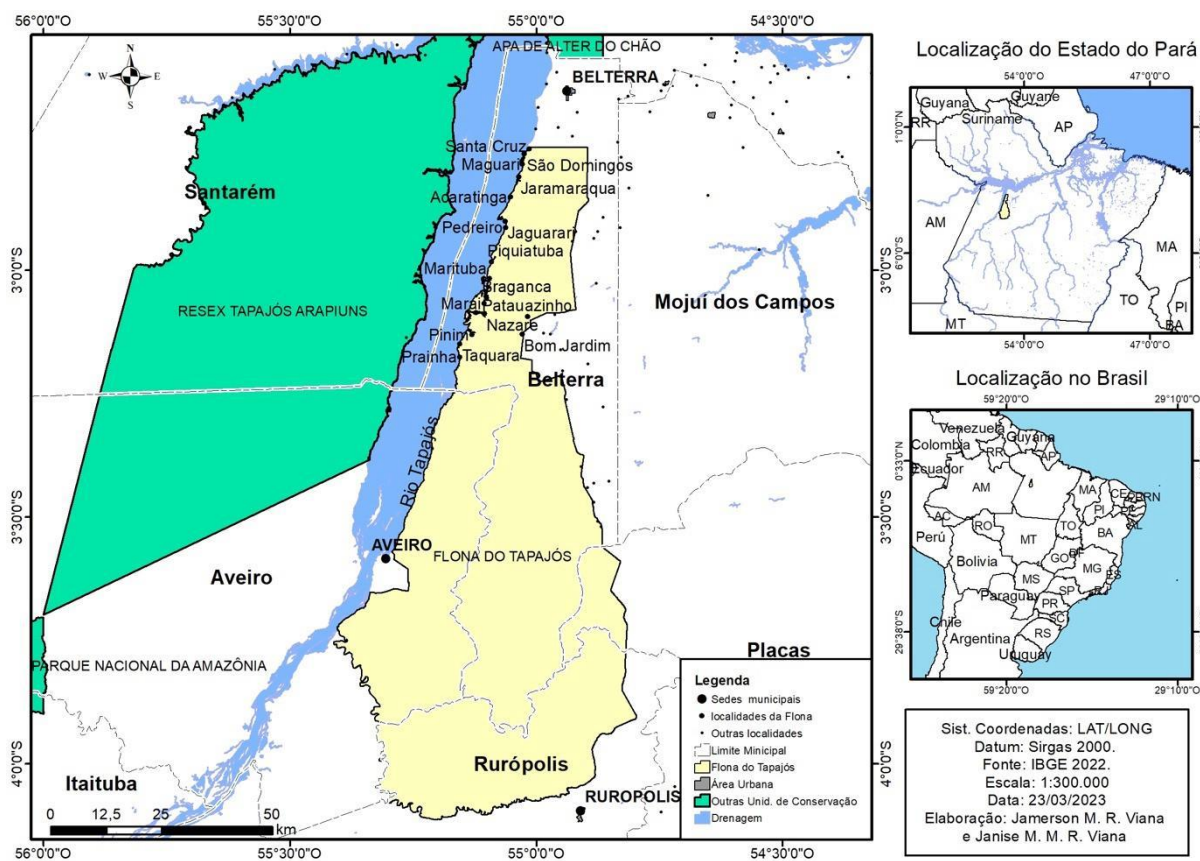
A região santarena é o principal ponto que interliga os meios de acesso à Flona. Quanto à origem de sua denominação, deu-se em decorrência do rio com o qual faz limites, o rio Tapajós. O nome “Tapajós”, por sua vez, faz alusão ao povo indígena Tapajó, que viveu na região por alguns séculos (Brasil, 2004). Adiante imagem área da Floresta Nacional do Tapajós (Figura 83).

Figura 83 – Imagem área da Flona Tapajós



Fonte: Jamerson Viana (2022).

A Flona é uma UC federal de uso sustentável, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974 (Sousa *et al.*, 2019; Brasil, 2021). Possui uma área aproximada de 527.319 hectares e abrange os seguintes municípios situados a oeste do estado do Pará: Aveiro (7,88 %), Belterra (56,45%), Placas (2,73%) e Rurópolis (17,76%), em conformidade com a Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012 (Brasil, 2012) e de acordo com localização geográfica a seguir (Figura 84):

Figura 84 – Localização geográfica da Flona Tapajós

Fonte: Jamerson Viana (2022).

Atualmente, o ICMBio, por meio de um posto base localizado em São Domingos, realiza o controle do acesso terrestre às comunidades de Maguari, Jamaráquá e de São Domingos (Figura 85). Todos os visitantes devem se identificar nessa base para poder adentrar a área, sendo que grupos com mais de 10 pessoas – caravanas, expedições científicas, aulas práticas – precisam ter autorização prévia do órgão. Ressalta-se que o ICMBio não controla o acesso de pessoas pelo rio. A estimativa do número de visitantes que adentram a Flona por essa via é realizada com o apoio dos comunitários, que possuem nos estabelecimentos como redários, restaurantes, por meio de preenchimento de formulário específico do órgão.

Figura 85 – Posto de controle do ICMBIO de acesso a Flona Tapajós



Fonte: Janise Viana (2022).

Sobre as características da Flona, Sena e Barros (2018, p. 9-10) reforçam que:

Com a cobertura florestal ainda bem preservada, é uma das unidades mais bem visitadas na Região Norte do Brasil. Na área co-habitam mais de 5.000 mil moradores tradicionais, em 25 comunidades, com 150 km de praias. A Flona apresenta paisagens diversas: terra firme, lagos, rios, florestas, campos, capoeiras, morros, planalto, alagados. E uma população ribeirinha com hábitos culturais próprios [...] que atualmente vem diversificando suas atividades econômicas, tendo como base o trabalho coletivo com látex, da seringueira para a produção do couro ecológico; biojoias e o turismo.

A finalidade da Floresta Nacional do Tapajós justifica-se pelo uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, além da pesquisa científica, com destaque para os métodos de uso sustentável de florestas nativas, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

De acordo com o Volume I do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós (Brasil, 2019, p. 32-33):

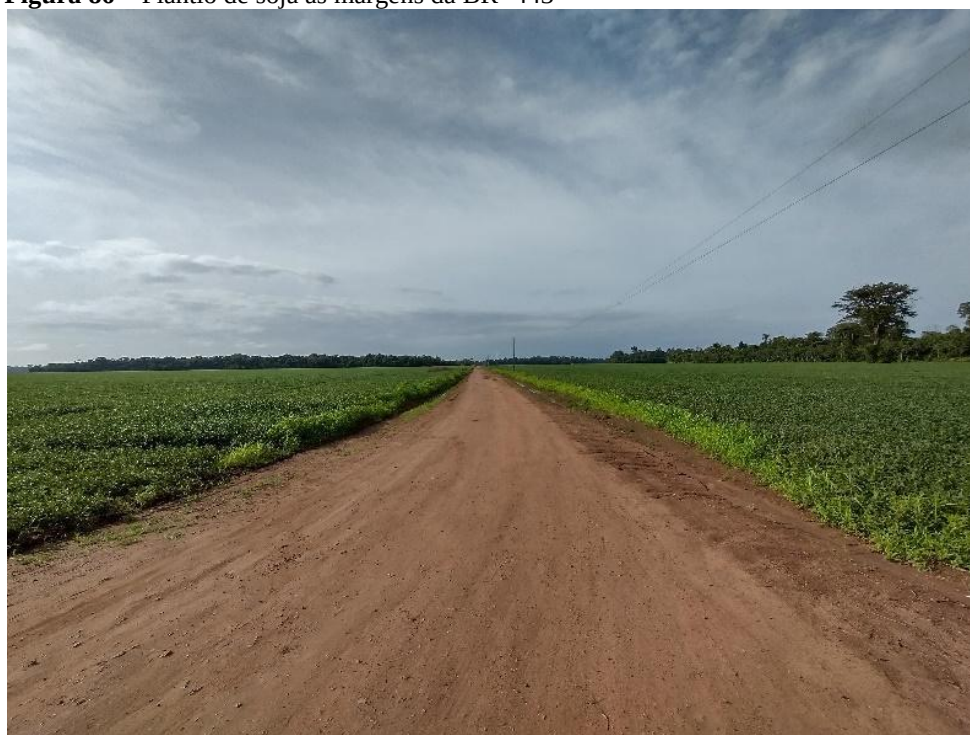
[...] em relação a áreas protegidas, atualmente na margem direita da região do Baixo Tapajós a Flona do Tapajós é a maior delas. Nesta região, além da Flona do Tapajós, estão a Terra Indígena Munduruku Takuara, Terra Indígena Bragança-Marituba, além da APA de Aramanai e a APA de Alter do Chão. Na margem esquerda da região do Baixo Tapajós encontra-se a Resex Tapajós-Arapiuns. Além das Unidades de Conservação também existem diversos projetos de assentamentos da reforma agrária, a maioria deles são Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) e Projetos de Assentamentos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Destaca-se que as adjacências da UC, no decorrer dos tempos, vêm sendo ocupadas por atividades diversas, a citar o agronegócio da soja (*Glycine max*), que teve sua implantação na região no final da década de 1990 e início dos anos 2000 e persiste até os dias de hoje,

constituindo-se em uma das atividades mais impactantes do município, sendo apontada por diversos autores, (Castro, 2008; Domingues; Bermann, 2012; Fearnside, 2019) como altamente danosa e prejudicial não só para o ambiente natural como vetor de contaminação do lençol freático local.

É possível observar na imagem adiante, a expansão do cultivo de soja as margens da BR-443, estrada que dá acesso a Flona Tapajós (Figura 86).

Figura 86 – Plantio de soja as margens da BR- 443



Fonte: Janise Viana (2022).

Várias comunidades localizadas nas proximidades da Flona Tapajós já se encontram sob o domínio do plantio de soja, como a via que dá acesso às comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá, áreas deste estudo, localizadas ao norte da UC (Figura 87). Geralmente, os proprietários são oriundos do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste brasileiro (Domingues; Bermann, 2012; Osorio, 2018), não tendo vínculos efetivos com a região.

A produção dessa oleaginosa tem expansão constante na região, e a China é a maior compradora do produto (Campos, 2012). É importante atentar que a inserção desse tipo de monocultura no bioma amazônico é, de fato, um projeto que deixa a par elementos imprescindíveis à vida e à manutenção da floresta, incluindo sua biodiversidade e sociodiversidade. De acordo com Araújo e Ponte (2016, p. 107), os impactos ambientais e sociais diretos e indiretos decorrentes da atividade são múltiplos, a saber:

[...] a perda de biodiversidade, a erosão de solos, os efeitos na saúde das pessoas e no meio-ambiente provocados por produtos químicos usados na agricultura, a expulsão das populações locais, o custo de oportunidade relacionado a fundos do governo investidos em subsídios a sojicultura, em detrimento a investimentos em educação, saúde e outras atividades que gerem mais empregos que o cultivo da soja, que por ser altamente mecanizada, tem baixíssima geração de emprego [...]

A lógica mercadológica da soja tem custos socioambientais graves – efeitos nocivos na saúde humana, a expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios, a erosão do solo, assoreamento de mananciais – em muitos casos, efeitos complexos e irreversíveis (Araújo; Ponte, 2015). Para autores que pesquisam a questão da soja, como Nepstad, Stickler e Almeida (2006), um caminho para mitigar as perdas sociais e ambientais, decorrentes do avanço da agroindústria na Amazônia, dá-se por meio de ações mais rigorosas que forcem os produtores a respeitarem a legislação ambiental, mediante monitoramento eficaz e punitivo.

Alternativas também seriam a instituição de recompensas devido ao cumprimento da lei por meio de certificação que favoreça o acesso a linhas de mercados e a crédito, bem como a adoção de zoneamento que impossibilite a expansão desenfreada da agroindústria em direção a áreas inapropriadas.

Figura 87 – A placa de sinalização para o acesso a Flona Tapajós



Fonte: Janise Viana (2022).

No que corresponde à gestão da Flona, o órgão responsável é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Sua gestão baseia-se nas diretrizes do Plano de Manejo (2004) e no Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (2019). Esse último tem como responsável a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona) para uma área total de manejo de 82.933,55 ha, localizada no

interior da Flona. Os agentes sociais e as comunidades envolvidas, direta e indiretamente no gerenciamento da área, têm representação no Conselho Consultivo criado no ano de 2001.

Com a concepção da Flona, em 1974, os habitantes da área passaram a integrar a Unidade de Conservação Federal, logo, tiveram que promover adequações ao seu modo de vida, sobretudo, no uso sustentável desse território de conservação (Barros; Paz; Henriquez, 2018). Foram impostas várias limitações de acesso e utilização dos recursos florestais por parte do governo brasileiro. Evidencia-se que essas populações se originaram da miscigenação entre indígenas que povoaram e povoam a área (Figura 88) desde tempos remotos e migrantes, especialmente, os nordestinos, que vieram para a região na época da exploração dos seringais do vale do Tapajós.

Figura 88 – Comunidade São Domingos em meio a Flona Tapajós



Fonte: Jamerson Viana (2022).

É importante frisar que por constituir-se em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Floresta Nacional do Tapajós permite a permanência da população tradicional¹⁴² localizada ao longo do rio Tapajós que a entrecruza (Espada; Vasconcellos Sobrinho, 2015). Esses habitantes são reconhecidos por seus direitos tradicionais e costumes de vida, previstos no Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007), bem como lhes é concedido o direito de uso e comercialização de recursos naturais para a produção de trabalho e renda, de forma a estimular o desenvolvimento territorial.

Isto posto, as comunidades da Flona desenvolvem a agricultura familiar, com o plantio de mandioca, milho, arroz e feijão, o manejo florestal para produção de madeira, a extração

¹⁴² Populações tradicionais são “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...]” (Brasil, 2007, p. 1).

do látex, a extração de óleos de andiroba e copaíba, atuando, igualmente, com recursos florestais não madeireiros (couro vegetal), bem como com a produção de artesanato e biojoias¹⁴³ (Sampaio *et al.* 2018; Brasil, 2021). Comercializam frutas *in natura*, como o açaí (*Euterpe oleracea*), além da produção de polpas e licores, farinha, mel, criação de peixes e animais de pequeno porte (galinhas, porcos e patos) e o TBC.

[...] a minha profissão é agricultora, eu planto tudo o que dá aqui no meu terreno, planto mandioca, planto frutas, verduras, hortaliças, eu planto porque quero ter todo dia o meu alimento e da minha família, então eu sei como é difícil... assim, eu trabalho como turismo sim, mas também trabalho com a agricultura [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de campo, 2022).

O uso dos recursos naturais foi normatizado em 2004 com a criação do Plano de Manejo da unidade, com o intuito de estabelecer várias regras e limites para as atividades desenvolvidas pelos habitantes do território, como, por exemplo a atividade agrícola e pecuária, ao mesmo tempo em que sinalizava a possibilidade de atividades econômicas alternativas até então não desenvolvidas na Flona, como a atividade turística. Em 2019, houve a publicação do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário pela Portaria nº 511, de 17 de setembro de 2019.

Com relação à atividade turística, segundo o Plano de Manejo da Flona, Volume I (Brasil, 2004), as atividades começaram a ser planejadas em 1994, com o ecoturismo, por meio do Ibama. Os estudos mais aprofundados acerca do potencial turístico da área foram desenvolvidos por Julie Tanner¹⁴⁴, que realizou um levantamento minucioso para compor sua pesquisa de mestrado defendida na *North Caroline State University* (Nscu) (Brasil, 2004). Conforme Tanner *et al.* (1997), a síntese dos resultados da pesquisa foi publicada pelo *Forest Service/USA*.

Os estudos realizados por Tanner *et al.* (1997) buscaram caracterizar tanto as oportunidades de recreação e de educação da Flona, como também os atributos naturais e culturais associados aos destinos ecoturísticos dela. As pesquisas foram relevantes, também, pois buscaram descrever o perfil do potencial turístico da Floresta Nacional do Tapajós, a fim

¹⁴³ As biojoias constituem-se uma espécie de acessórios produzidos com o uso de recursos naturais, como sementes, fibras, frutos secos, penas etc., oriundos da própria floresta. E a extração da matéria-prima natural para a produção das peças acontece de forma sustentável, isto é, com reduzido impacto ao ecossistema (Guerra, 2008).

¹⁴⁴ Refere-se a um estudante de pós-graduação dos Estados Unidos que realizou uma pesquisa aprofundada, como parte de sua dissertação de mestrado defendida na *North Caroline State University* (Brasil, 2004).

de compor subsídios para a elaboração de um plano de ecoturismo para a Unidade. Posterior a estes estudos, conforme o Plano de Manejo (Brasil, 2004, p. 261):

[...] os investimentos foram retomados pelo órgão gestor a partir da implantação do ProManejo. O Ecoturismo foi definido como um dos subcomponentes do Programa com o objetivo de otimizar o aproveitamento do potencial turístico da Flona, investindo em infraestrutura, treinamento de comunitários e divulgando os atrativos da Unidade. Em 2001, a parceria com a Agência de Cooperação Alemã – GTZ permitiu a contratação de uma consultoria de longo prazo para coordenar as atividades nesta área.

Desde então, o plano de trabalho implementado na Flona contemplou atividades voltadas para o turismo, sobretudo, por meio de capacitações, intercâmbios, implantação de trilhas interpretativas e planejamento para a atividade turística na Floresta Nacional (Brasil, 2004). Também foram realizados investimentos em infraestrutura turística e de apoio turístico, produção de publicações, material de divulgação, além de articulações institucionais.

Ainda, segundo o Plano de Manejo (Brasil, 2004), há o desenvolvimento de práticas de TBC realizadas, em especial, com o apoio do Projeto Saúde e Alegria em parceria com o Projeto Bagagem. O PSA, constitui-se em uma Ong que objetiva potencializar o Turismo de Base Comunitária como elemento para valorização e desenvolvimento sustentável da atividade turística no contexto brasileiro (Projeto Bagagem, 2021). Na Flona, as atividades embasadas no turismo comunitário tiveram início em julho de 2002, e as principais comunidades que aderiram à prática da atividade são: Jamaraquá, Maguari e São Domingos, que serão detalhadas mais adiante.

As comunidades deste estudo estão constituídas por sua ordem de acesso a partir do portão da base do Icmbio em: São Domingos, Maguari e Jamaraquá, as quais estão situadas à margem direita do rio Tapajós. A seguir, apresenta-se a caracterização geral das respectivas comunidades e suas interfaces com a atividade turística

6.2 A atuação feminina no TBC na Flona Tapajós

6.2.1 Comunidade São Domingos

A comunidade está localizada, geograficamente, ao norte da Flona Tapajós, cerca de 20 km de distância do município de Belterra. O acesso a São Domingos ocorre por via fluvial, em viagens com duração aproximada de cinco horas partindo de Santarém e por via terrestre (Figura 89), com duração estimada em duas horas por meio de veículos automotores pela

rodovia Santarém – Cuiabá (BR-163). Situada às margens do rio Tapajós (Figura 90), conforme (Brasil, 2019), nela, encontra-se a primeira base de identificação do Icmbio, que dá acesso às demais comunidades da Flona.

Figura 89 – Via de acesso a São Domingos



Fonte: Jamerson Viana (2022).

Figura 90 – Vista área de São Domingos



Fonte: Jamerson Viana (2022).

A origem da denominação “São Domingos” está relacionada ao processo de apropriação da Igreja Católica do Vale do Tapajós. De acordo com Barros, Paz e Henriquez (2018, p. 55):

O nome da comunidade está relacionado ao fato de que no período de ocupação da área, em pleno domingo, a bordo de uma canoa chamada Batelão, um padre de nome Domingos, acompanhado da presença de mais duas pessoas chegaram ao local para celebrar uma missa e ao constatar que na comunidade não havia nenhuma denominação estabelecida, em uma pequena reunião na praia com estes primeiros habitantes, o padre sugeriu o nome de São Domingos em referência ao seu nome e dia da semana de sua chegada, sendo este aceito entre todos.

A formação histórica e social da comunidade data do final do século XIX em meados dos anos de 1890 (Barros; Paz; Henriques, 2018). Segundo os anciãos que residem no território, foram aproximadamente cinco famílias que iniciaram o processo de ocupação da área e teriam sido os primeiros moradores da comunidade. Nos dias atuais, a comunidade é constituída por cerca de 80 famílias, distribuídos entre aproximadamente 250 moradores, conforme interlocutora local.

Os atributos naturais da comunidade são ímpares. Relacionam-se à manutenção da floresta conservada, com os rios, os furos e os igarapés, as trilhas, as praias de rio de alto valor cênico (Figura 91) e o contato com a natureza próxima à comunidade. Destaca-se, ainda, a fauna e a flora local, a paisagem ribeirinha e o clima quente úmido. Esses elementos, de acordo com Santos (2018, p. 23), condizem com o entendimento de que as “[...] riquezas naturais, sobretudo a biodiversidade e a imensidão de florestas e águas, a Amazônia tem uma

vocação natural para o turismo, combinada com o crescente interesse e curiosidade do mundo sobre essa região [...]”.

Figura 91 – Atributos naturais de São Domingos



Fonte: Janise Viana (2022).

As principais atividades econômicas desenvolvidas em São Domingos são: agricultura familiar, com o cultivo da mandioca, milho, caju (*Anacardium occidentale*), tucumã, pupunha (*Bactris gasipaes*) entre outros. As frutas são cultivadas nos quintais dos comunitários e comercializadas em Belterra, *in natura* ou em forma de polpa. Há, também, a produção de farinha de mandioca, o extrativismo vegetal, com a extração dos óleos de copaíba, andiroba, piquiá (*Caryocar brasiliense*), a extração do látex das seringueiras, a criação de animais de pequeno porte, pesca e o Turismo de Base Comunitária, como se observa no relato a seguir:

[...] aqui em São Domingos a gente vive principalmente do óleo da andiroba, óleo da copaíba., do cultivo do mel, de fazer farinha, de vender mandioca, do cultivo das frutas pra comércio da fruta e da polpa como como cupuaçu, acerola e outras e tem o turismo também, né?! Só que aqui na nossa comunidade o turismo é muito pouco, tem vezes que não dá um visitante [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

O acesso aos serviços sociais básicos, como a educação, ocorre por meio da Escola Municipal Divina Providência que atua com o ensino infantil e fundamental (anos iniciais). Para dar continuidade aos estudos, os moradores necessitam se deslocar para outras comunidades ou para Belterra. Em relação aos serviços de saúde, existe uma UBS em São Domingos, mas não está em funcionamento. Os moradores fazem uso de produtos florestais para fins medicinais, prática comum na região amazônica (Santos, 2000; Lima; Ferreira; Oliveira, 2011; Lima; Ferreira; Santos, 2014), o que retrata a realidade similar das comunidades da Flona como um todo.

No que concerne à infraestrutura coletiva, o sistema de abastecimento de água é semelhante aos das comunidades do Maguari e Jamaraquá. A energia elétrica é fornecida pela Concessionária de energia. A comunidade possui serviço de telefonia móvel de algumas operadoras. Na análise dos moradores, as condições e os serviços sociais básicos, sobretudo de saúde e educação não são ofertadas na quantidade e qualidade almejada, destacando-se a inoperância do poder público quanto à infraestrutura social e coletiva, o que corresponde a uma limitação a ser revista e sobretudo, superada, tal qual observa-se nos relatos a seguir:

[...] pra mim, eu acho que a saúde, a educação são coisas que deveriam ser melhoradas pra nós, porque aqui não tem isso direito né? E, às vezes, a gente não tem dinheiro pra mandar nossos filhos estudarem em outro lugar e quando a gente adocece é um problema também, porque se for muito grave a gente tem que ir pra Belterra e como é que a gente faz pra ir sem dinheiro? A gente acaba pedindo ajuda de parentes, de amigos pra conseguir ter um atendimento fora daqui, se a doença for grave [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de campo, 2022).

O estilo das moradias na região é embasado nos projetos de habitação popular estabelecidos pelo Incra. Algumas residências, principalmente as mais antigas, ainda são de madeira e palha, enquanto as residências mais atuais são de alvenaria, edificadas a partir dos recursos dos projetos de habitação do Incra, (Figura 92). As residências, geralmente, seguem um padrão, composto por no mínimo, uma sala, um quarto, uma cozinha e um banheiro.

Figura 92 – Moradias na comunidade São Domingos



Fonte: Janise Viana (2022).

Em relação ao arranjo da organização comunitária, há atuação da Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos (Asced) e da Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós (Asmiprut), as quais visam representar a comunidade e reivindicar a melhoria social para a população que nela reside, conforme retrata uma das interlocutoras locais: “[...]”

a gente se reúne na associação e fala das nossas necessidades, o que a gente acha que precisa melhorar e o que importante fazer pra que a nossa vida melhore aqui, né?! [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Outro depoimento reforça que “[...] nas reuniões a gente aprende muita coisa. Eu aprendi como perder o medo de falar, como conversar, como respeitar as outras mulheres, como respeitar a opinião dos outros, eu aprendi até ver melhor os problemas daqui que eu nem sabia direito [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Diante do exposto, analisa-se que o processo organizativo fortaleceu nas mulheres sua capacidade de organização, o reconhecimento da importância do coletivo e estreitou laços de confiança e de solidariedade entre elas. E elas encontram em si próprias e na comunidade a motivação para o estabelecimento de organizações coletivas (Ferrante *et al.*, 2013). As reuniões da comunidade ocorrem em sua maioria no barracão comunitário, delas participam cerca de 25 pessoas, divididas entre mulheres e homens de São Domingos.

No tocante aos aspectos culturais, no mês de novembro, os moradores da comunidade se reúnem para a festividade em honra a Nossa Senhora da Conceição, cujas atividades são dinamizadas pela Igreja de N. Sr.^a da Conceição (Figura 93), quando ocorrem momentos de religiosidade e de lazer também. Em relação às práticas de lazer, essas se dão por meio dos banhos no rio Tapajós, nos igarapés, pelas caminhadas na floresta e pela prática do futebol, ocasião em que os moradores se aglutinam em torno do time da comunidade, o Botafogo.

Figura 93 – Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Janise Viana (2022).

Quanto à perspectiva da sustentabilidade¹⁴⁵, no dizer das comunitárias:

[...] eu me preocupo com o lixo, porque é feio pra gente, pra nossa comunidade, traz doença, e aqui a gente também não quer a floresta desmatada, nem plástico no nosso rio, nem queimadas, porque aqui é a nossa vida, então, é a nossa casa, daí que a gente pega da floresta só o que a gente precisa, o que a gente não precisa a gente não pega [...] (Entrevistada, 2, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] a gente trabalha muito com a andiroba, com a copaíba, com o plantio das nossas frutas, então, a gente se preocupa em tirar da nossa floresta só aquilo que a gente realmente precisa, por exemplo, não é porque tem muita fruta que a gente vai lá colher tudo, não, a gente tira só que o que é necessário pra gente consumir ou vender pronto [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Essas palavras levam a crer que os moradores de São Domingos, assim como os demais das comunidades desta pesquisa, buscam desempenhar suas atividades com direcionamento para a conservação ambiental, com a preocupação de usufruir apenas os recursos necessários, desenvolvendo uma postura responsável e diferenciada frente ao patrimônio natural e cultural do território em que habitam. Nesse ponto, as mulheres também são destaque, uma vez que, por atuarem em uma UC, na qual as atividades produtivas são restritas e arbitradas por lei federal que as rege, elas desenvolvem suas atividades com cautela e conhecimento profundo a respeito das dinâmicas ecossistêmicas da floresta.

A relação que elas desenvolvem com os recursos naturais favorece a compreensão de um modelo de sustentabilidade voltado para critérios socialmente estabelecidos no que tange ao conhecimento local, acerca das dinâmicas da floresta e ao tempo da natureza (Lenzi, 2006). As mulheres, segundo Diegues (2000), promovem um diálogo com a sociobiodiversidade ao nomear, classificar e interagir com as singularidades do espaço natural, culturalizando-a num processo histórico e social continuado. Com isso, Silva, Bonfim e Garcia (2014, p. 93), compreendem que as mulheres “[...] com seus saberes práticos utilizados para desbravar e reconhecer a densa floresta, reforçam a sensibilidade, a solidariedade e o zelo – socialmente cultivados e estimulados, numa perspectiva de gênero – pelo espaço natural [...]”.

Portanto, no circuito da diversificação da atuação feminina, na Flona, enfatiza-se que as mulheres podem ser exemplos no papel de ensinar e aprender a respeitar o ambiente natural, pois elas sabem como aproveitar os recursos locais diversos e também contribuem para fortalecimento de viver no contexto de UC, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida para si e para os que estão próximos a elas.

¹⁴⁵ Para esse estudo a perspectiva de sustentabilidade adotada relaciona-se com o “[...] paradigma do cuidado e da responsabilidade coletiva” (Boff, 2012, p. 73), a fim de assegurar a existência humana e a vitalidade do planeta.

6.2.2 Comunidade Maguari

Situada às margens direita do rio Tapajós, na porção norte da Flona Tapajós, cerca de 24 km de distância de Belterra, a comunidade do Maguari constitui-se em uma das mais populosas da Flona Tapajós (Brasil, 2019). Atualmente, segundo interlocutoras locais, a comunidade (Figura 94) é habitada por aproximadamente 114 famílias, compostas por cerca de 418 habitantes. O nome Maguari é decorrência de um número expressivo de pássaros denominados Mauri (*Calidris mauri*) existentes em seu território. O acesso a ela ocorre por dois fluxos: a via fluvial pelo rio Tapajós e a via terrestre pela Rodovia BR-163 – a Cuiabá-Santarém.

Figura 94 – Imagem área da comunidade Maguari



Fonte: Jamerson Viana (2022).

Segundo Barros (2018), a dinâmica da formação histórico-social da comunidade é similar a das outras comunidades da Flona e perpassa pela ocupação do povo indígena Tapajós, pela colonização portuguesa no século XVII, chegada dos nordestinos para atuarem no cultivo de seringais no século XIX e a criação da Flona Tapajós, na segunda metade do século XX (Ioris, 2021). As famílias que vivem hoje às margens do rio Tapajós, para Silva (2005), são oriundas dos primeiros habitantes que adentraram à região há cerca de 100 anos ou mais. Reconhecem-se como “filhos da terra”, população tradicional, ribeirinhos e/ou caboclos.

Ao longo do tempo, a comunidade do Maguari vem passando por uma série de transformações. Hoje dispõe de uma instituição educacional municipal, a Escola M.E.F.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro com a oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Figura 95), que promove a educação escolar para seus moradores e para os moradores dos arredores.

Figura 95 – Escola M.E.F. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Janise Viana (2022).

Para o acesso à saúde, os moradores contam com a atuação do Agente Comunitário de Saúde, ainda assim, essa questão para os comunitários constitui uma fragilidade a ser superada, conforme trecho a seguir: “[...] acho que saúde é um problema que a gente tem aqui, porque sempre a gente tem que ir pra Belterra pra poder se consultar [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Outra interlocutora destaca que: “[...] seria muito bom se a gente tivesse um atendimento médico aqui, ia ser bem melhor pra tratar da nossa saúde [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Dada tal dificuldade, os moradores fazem uso dos produtos florestais, tanto de origem vegetal como animal, para as práticas medicinais, como reforça uma moradora de Maguari “[...] a minha filha, como a gente não tem médico aqui, a gente mesmo planta nossa farmácia, a gente mesmo trata de plantar nossos remédios [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022). As plantas mais regularmente usadas para esse fim são: a andiroba o cumaru (*Dipteryx odorata*), a copaíba e a sucuba (*Himatanthus sucuba*). Estas são coletadas na Flona e algumas são cultivadas nos quintais dos moradores. Dentre os produtos de origem animal, tem-se: o uso de banhas (gordura animal), o mel das abelhas nativas (*meliponídeos*), entre outros.

Com relação ao abastecimento de água, esta provém de um poço artesiano que abastece todos os moradores da comunidade. Esse microsistema obteve a ajuda do Projeto Saúde e Alegria para sua implementação. Anterior a isso, o fornecimento se dava pelas águas dos igarapés e do rio, de onde provinha a água que se utilizava para atividades domésticas e

higiene dos comunitários. Os serviços de energia elétrica, sinal telefônico e *internet* (Figura 96) são fornecidos pelas empresas responsáveis pelos respectivos serviços na região do Pará.

Figura 96 – Antenas para acesso a serviços de comunicação



Fonte: Jamerson Viana (2022).

A economia local baseia-se na agricultura familiar, principalmente, com o cultivo da mandioca para a produção de farinha. Os cultivos localizam-se, em sua maioria, na propriedade dos moradores, em que é possível encontrar espécies frutíferas como: o cajueiro (*Anacardium occidentale*), a goiabeira (*Psidium guajava*), a pupunheira (*Bactris gasipaes*), o cajazeiro (*Spondias mombin*), o açaí, entre outras, e comercializam-se as frutas e as polpas.

[...] aqui, no meu quintal, eu planto tudo o que dá, eu planto pupunha, caju, goiaba, acerola, manga, taperebá, muruci. O meu quintal é rico de frutas, tem também, a mandioca, que a gente faz a nossa farinha né?! Tem também as nossas verduras, como a chicória, cheiro verde, que a alface... eu gosto muito de plantar. (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] eu acredito que a floresta nos ajuda a sobreviver. Aqui, a gente respeita que não pode cortar, derrubar as árvores... A nossa seringueira existe há muito tempo, foi plantada há muito tempo atrás e ela, assim como as outras árvores, que ajuda a gente a ter o nosso dinheirinho, então, quando eu posso, eu planto mesmo e sempre tenho cuidado de ver se a árvore tá bem né?! Porque é de onde nós tira o nosso sustento [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Há ainda, o extrativismo vegetal do látex, a partir das seringueiras, conforme se nota na imagem de uma espécie do gênero na Figura 97, a extração do óleo da andiroba, do piquiá e da copaíba. Os homens da comunidade trabalham com mais frequência com a extração do látex para a produção da borracha e as mulheres com a confecção de artesanatos e biojoias via látex e sementes da floresta. Pode-se dizer que, segundo Schwartzman (2000), essas são

atividades permeadas por práticas sustentáveis que favorecem a utilização dos recursos da floresta e que não acarretam agressão a ela.

Figura 97 – Seringueira do Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

De acordo com Rêgo (1999), a atividade extrativista praticada pelas populações amazônicas deve ser analisada em um aspecto mais amplo, que abrange as relações econômicas, culturais e sociais. E que envolve não somente a técnica, mas a diversificação e uso de saberes e conhecimentos locais, conectados às particularidades dos ecossistemas amazônicos, e o reconhecimento da sociobiodiversidade da região. Os comunitários também atuam com a pesca artesanal, a produção de artesanato e prática do TBC como fontes de renda.

[...] aqui na nossa comunidade, eu vivo da agricultura, do cultivo da mandioca, do açaí, cupuaçu, bacaba, pupunha, cacau que eu planto pra me alimentar e alimentar minha família, e pra vender também. O turismo é uma fonte alternativa de renda. Quando o turismo tá fraco, eu vivo do que planto mesmo [...]" (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

Pode-se dizer que na comunidade de Maguari, conforme Pinho (2018, p. 88):

[...] suas atividades econômicas estão relacionadas com o uso e manejo dos recursos naturais, e, portanto, possuem forte relação de dependência com a natureza e o conhecimento dos seus ciclos. Diferentemente das populações urbanas, possuem baixo padrões de consumo, e, com isso, reduzida relação com o mercado externo, uma vez que a produção é mais voltada para a subsistência, o que reduz o impacto sobre o ambiente [...]

Os moradores da comunidade são vistos e se vêem como parceiros na luta pela sustentabilidade ambiental. Os comunitários buscam, por meio de suas ações, contribuir com a conservação da biodiversidade, a manutenção dos serviços ambientais, a implementação de atividades econômicas sustentáveis, a valorização da sua cultura e garantir o bem-estar da vida comunitária. Em Maguari, para Silva (2015, p. 42) “[...] as pessoas também estão mais preocupadas em manter limpo o espaço físico comunitário, orientando os demais para não jogarem lixo no chão, ou contribuindo para o esclarecimento sobre a importância dos recursos naturais para a sobrevivência da comunidade [...]”.

Nesse cenário, destacam-se as mulheres, as quais representam a força socioambiental e produtiva da comunidade. Estas ao serem questionadas sobre a importância sustentabilidade (Quadro 22), sobretudo, em contextos de área protegida, responderam que:

Quadro 22 – Depoimento das entrevistadas acerca da importância da sustentabilidade

Entrevistada 1	“[...] A Unidade de Conservação faz as pessoas se conscientizarem de muita coisa, no meu entendimento, porque é um local protegido, então, as pessoas tem que preservar mais. Assim, não pode tá deixando lixo por aí né, não pode tá derrubando a nossa floresta, matando os animais, tirando o que não é preciso. Pra mim, a gente só tira o necessário e sempre se preocupando pra não faltar amanhã [...]”.
Entrevistada 2	“[...] eu acho que as pessoas já se conscientizarem de muita coisa, principalmente que aqui é uma área protegida, é uma área de turismo também, então, as pessoas têm que preservar, as pessoas têm que zelar, proteger os nossos recursos, porque a nossa comunidade é o nosso bem maior [...]”.
Entrevistada 3	“[...] pra mim, a gente se preocupa com o lixo, nas nossas ruas, nas nossas águas, em não desmatar, não queimar também, e aí a gente procurou melhorar isso e melhorou muito pra nós, então a gente tem todo esse cuidado, esse cuidado de não jogar lixo no chão, de guardar a nossa comunidade da poluição e das agressões também contra a nossa floresta [...]”.
Entrevistada 5	“[...] sem a nossa riqueza natural, nós não vive, porque a gente depende da floresta de pé pra fazer os nossos artesanatos, o nosso plantio pra se alimentar, dos nossos animais pra nos proteger, a nossa floresta é nossa mãe, então a gente tem que cuidar dela de maneira que a gente possa viver também [...]”.
Entrevistada 6	“[...] eu acho muito bom morar e trabalhar aqui, “nós ajuda” a proteger, “nós ajuda” a conservar, eu gosto de enfeitar, eu gosto de plantar, a gente trabalha tudo unido aqui também, e numa área que é muito bonita, e a gente cuida pra não poluir, não jogar lixo no chão, a gente não deixa ninguém desmatar e a gente cuida um do outro também aqui, pra não deixar ninguém passar necessidade [...]”.
Entrevistada 7	“[...] a proteção ambiental tem a ver com nós mesmos, os próprios moradores, fazendo uso responsável da nossa floresta, do nosso rio. Porque a gente sabe que se a gente só tirar, não cuidar, não se preocupar com o futuro, como é que os nossos filhos, os nossos netos vão viver? Pra mim sustentabilidade é isso, é pensar no ser humano e na floresta também [...]”.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Esses depoimentos assinalam que as mulheres de Maguari possuem uma relação muito próxima com os recursos naturais e são motivadas a agir embasadas por uma ética da conservação e pelo etnoconhecimento ancestral. Elas apresentam, tal qual reforça Jesus do Rosário (2011), um profundo conhecimento sobre os ecossistemas com os quais convivem e trabalham, o que assegurou e ainda assegura a reprodução de seu sistema social e cultural e de seus modos de vida.

As mulheres de Maguari contribuem com as práticas de conservação ambiental e desenvolvem pilares necessários para se pensar em uma educação para a sustentabilidade. Tal educação implica a preocupação com os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais da sociedade humana, da necessidade da participação comunitária no manejo da área protegida, no desenvolvimento de ações tendo em vista a proteção dos recursos e da vida humana. Isto é, uma educação, que segundo (Jesus do Rosário, 2011, p. 6), “[...] que está ligada ao espaço/tempo no qual se realizam as relações entre o ser humano e o meio ambiente [...]”.

As falas também reforçam a ideia de que as comunidades tradicionais, nas suas realidades, atuam com comportamentos éticos, nos seus aspectos culturais, ambientais e

sociais, mantendo, sobretudo, um constante cuidado com a conservação e preservação da vida e do ambiente (Guarim, 2000). Ou seja, buscam estabelecer uma vivência harmoniosa com a natureza e entre si, e simultaneamente respeitar os limites de conservação definidos para a UC.

Do ponto de vista do associativismo em Maguari, há Associação Comunitária dos Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de Maguari Rio Tapajós (Ascomart), que atua desde o ano de 1999, e hoje é constituída por aproximadamente 100 associados. Tem por finalidade reivindicar melhorias sociais, como a questão da saúde, educação, infraestrutura comunitária, usufruto do território e dos recursos naturais em favor da comunidade.

As mulheres são atuantes nas articulações coletivas. Observou-se ao longo da pesquisa, que todas as entrevistadas, cerca de dez mulheres participam das discussões comunitária. Isso se expressa no seguinte relato: “[...] agora eu vou às reuniões e digo o que eu penso, e acho que todas deveriam participar [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022). Outra interlocutora destaca que: “[...] eu acho importante a associação, porque dá pra ficar sabendo das coisas, a gente pode tomar decisão, a gente pode fazer a diferença na nossa comunidade e dá valor entendeu? [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Diante do exposto acredita-se, à luz de Oliveira (2013, p. 2), que:

[...] não é recente que a mulher desenvolve diversas atividades, no entanto, é com sua atuação em organizações coletivas nas comunidades, participando da tomada de decisão, que elas têm ganhado visibilidade e reconhecimento. A importância das mulheres nos diversos espaços em que elas conquistaram na sua trajetória, é uma questão de justiça a contribuição destas mulheres para a construção da sociedade [...]

A participação ativa dessas mulheres na vida comunitária, possibilitou-lhes desenvolver uma perspectiva crítica sobre seu papel social e a buscar formas alternativas para as fragilidades locais existentes. Nesse contexto, nota-se uma compreensão, por parte delas, de que suas ações repercutem em um âmbito maior, o ecossistema circundante. Isso se expressou, por exemplo, na seguinte fala:

[...] com a borracha, com o látex, então dá pra gente fazer aquelas mantas que a gente pode ganhar algum dinheiro e com as sementes da floresta também, dá pra fazer colares, fazer pulseiras, brincos, dá pra fazer um monte de coisa, então sustentabilidade é isso, é não derrubar a floresta, deixar a floresta em pé, é o que nós tamo fazendo, pra nossa sobrevivência e dos animais. E tem que fazer mesmo, a gente tem que cuidar, porque também é o ar puro que respiramos né, então eu entendo isso, que a gente se preocupa sim com a preservação da nossa floresta [...] (Entrevista 10, Pesquisa de Campo, 2022).

Nesse contexto, entende-se que as mulheres de Maguari compreendem a importância da área em que habitam e da conservação ambiental¹⁴⁶. Possuem uma concepção de relação entre sociedade e natureza a partir da realidade em que estão imersas, embasada em um conhecimento e manejo próprio da biodiversidade local. Estão cientes de que a sobrevivência da espécie humana e animal tem relação com suas atitudes e com as da sociedade como um todo e que os recursos naturais devem ser utilizados de forma sustentável e responsável, considerando a manutenção da vida.

6.2.3 Comunidade Jamaraquá

Jamaraquá, geograficamente, está localizada ao norte da Flona, distante aproximadamente 25 km do centro urbano do município de Belterra e cerca de 75 km de Santarém (Barros; Pontes; Silva, 2018). A principal via de acesso a comunidade é o rio Tapajós. Há vias de acesso terrestre compostas por estradas que atravessam a Flona, no sentido da BR-163 até a região ribeirinha e estradas que cortam a Floresta Nacional do Tapajós no sentido Norte Sul (Figura 98). É a terceira comunidade posterior ao portão de entrada oficial da Flona, a primeira é a comunidade de São Domingos e a segunda é a do Maguari. Mais adiante imagem área de Jamaraquá (Figura 99).

¹⁴⁶ Neste trabalho usa-se o termo conservação ambiental no sentido de manutenção às atividades de proteção, defesa e restauração do mundo natural e social, com medidas como, por exemplo a implantação de áreas protegidas desde que sejam conectadas com os anseios e necessidades das populações locais (Diegues, 2000).

Figura 98 – Sinalização da comunidade

Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 99 – Imagem área da Comunidade Jamaraquá

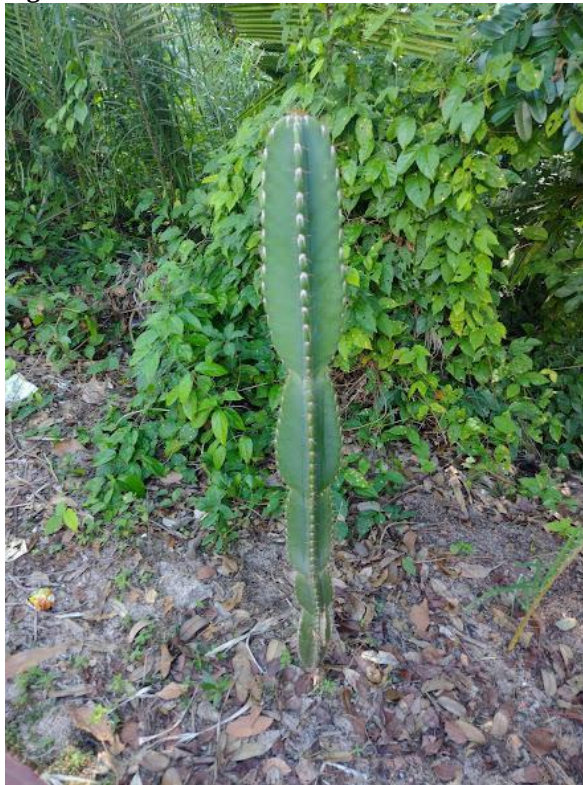
Fonte: Jamerson Viana (2022).

A formação histórica e social da comunidade, segundo interlocutora local, está relacionada a localidade de São Benedito, pois anterior a instituição da Flona, em 1974, as comunidades que se localizavam no Igarapé da Boca Nova até a localidade de São Benedito, passaram a compor a comunidade de Jamaraquá. Os primeiros moradores de São Benedito foram Marcelino Monteiro da Fonseca e sua esposa, Sebastiana Adelaide dos Santos, isso entre o final do século XIX e início do século XX.

Por volta do ano de 1985, São Benedito passou a chamar-se Jamaraquá, devido à existência significativa da planta Jamararu (*Cereus jamararu*) (Figura 100) na região (Farias, 2021). Essa planta é um tipo de cacto, de fundamental importância para os moradores da

região, pois, segundo eles, Jamaracu é constituída de propriedades curativas, muito usada pelos indígenas e por seus antepassados para tratar picadas de insetos diversos.

Figura 100 – Planta Jamaracu



Fonte: Janise Viana (2022).

Atualmente, habitam a comunidade aproximadamente 51 famílias, cerca de 153 pessoas, dados do ano de 2022, obtidos junto ao presidente da Asmorja, o qual nas palavras do mesmo enfatiza que: “[...] hoje, aqui no Jamaraquá tem umas 51 famílias, mais ou menos, 153 pessoas morando por aqui [...]”. Essa população é, em sua maioria, descendente de moradores que já habitavam a região.

No que se refere à infraestrutura coletiva, em Jamaraquá há a escola de Ensino Fundamental João Paulo II, que atende à educação infantil e ao ensino fundamental. Para concluir a educação básica, os moradores precisam dirigir-se para outros locais, como o município de Belterra. Há uma igreja Católica e uma igreja evangélica na comunidade. O padrão habitacional é composto por casas populares, em sua maioria de alvenaria, algumas de madeira com alvenaria e outras de madeira (Figura 101).

Figura 101 – Uma das moradias em Jamaraquá



Fonte: Janise Viana (2022).

O principal meio de transporte dos comunitários é o ônibus, muitos também utilizam a bicicleta ou a caminhada para deslocamento. Por não haver Unidade Básica de Saúde, como na maioria das comunidades da Flona, o atendimento à saúde ocorre com o auxílio do Agente Comunitário de Saúde, que é a pessoa responsável em fazer o encaminhamento, em casos mais graves, para o município de Belterra. Esta ausência constitui um problema, conforme seguintes relatos:

[...] a questão da saúde é um problema porque é precária, se adoecer aqui tem que ir embora pra outro lugar e não vem ambulância buscar, tem que a gente dar o jeito de levar... vai pra Belterra e de lá vai pra Santarém porque não tem médico em Belterra. Tem um centro cirúrgico muito bom que foi inaugurado 29 de novembro de 2021 em Belterra, mas não fazem nada porque tem o centro cirúrgico, mas não tem o profissional, o que adianta então né? [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Para suprir essa ausência, uma prática muito comum dos comunitários é a utilização da medicina popular com a ajuda de curandeiras, benzedadeiras, parteiras e o auxílio de plantas para fins medicinais, como: a andiroba, o cumaru, a copaíba, entre outras espécies, que são coletadas na própria floresta e algumas são cultivadas nos quintais dos moradores. Nesse sentido, para Santos *et al.* (2023, p. 2), “[...] o universo de curas, a prevenção de doenças e a proteção contra males diversos resultam das interações do ser humano com outras culturas e seus respectivos ambientes, assim como, com amplo destaque, com a biodiversidade do território que habita [...]”.

O sistema de água que atende a todas as casas é fornecido por um poço artesiano que está localizado na própria comunidade, e os moradores contribuem com uma taxa mensal de R\$ 15,00 para a manutenção dele. Os serviços de energia elétrica, sinal de telefone e *internet* são fornecidos pelas empresas detentoras dos respectivos serviços no estado do Pará.

O lazer dos comunitários está associado às suas praias (Figura 102), igarapés, à prática esportiva do futebol (Figura 103) e às festividades em razão de datas religiosas ou não. Acerca disso, uma das interlocutoras deste estudo destaca que “[...] nós se diverte aqui da nossa maneira, tomando banho no igarapé daqui de Jamaraquá, comendo nossas fruta e também jogando a nossa bola, que não pode faltar [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Figura 102 – Praia de Jamaraquá



Fonte: Jamerson Viana (2022).

Figura 103 – Campo de futebol em Jamaraquá



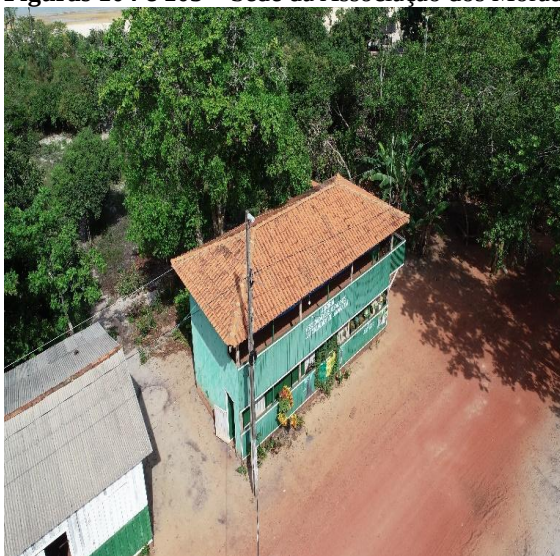
Fonte: Jamerson Viana (2022).

O modo de vida das populações que habitam a Flona do Tapajós, incluindo Jamaraquá e arredores, reflete-se também no trato com os recursos naturais, tal qual descreve uma moradora de Jamaraquá:

[...] a nossa floresta fornece os recursos naturais como as nossas plantas medicinais, alimentação, as nossas frutas, sementes, palhas... e aqui, o nosso o ambiente é tranquilo, o nosso clima agradável, e a gente se preocupa em contribuir, em manter toda a nossa floresta conservada, de pé, e tirando dela só o necessário e sempre fiscalizando os outros pra não deixar fazer nada de errado [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

As principais fontes de renda da comunidade atualmente são: a agricultura familiar, a atividade pesqueira, o extrativismo vegetal, especialmente, o manejo da seringueira e de outras espécies para a produção de biojoias, o artesanato, como retratam os seguintes dizeres: “[...] na nossa comunidade, a gente sempre viveu da agricultura, do plantio de mandioca, das nossas frutas, caju, cupuaçu, muruci, acerola, açaí e tem também o feijão [...]” (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022). A comunidade também tem como fonte econômica o turismo de base comunitária, a ser aprofundado na seção a seguir. A organização comunitária de Jamaraquá está relacionada a atuação da Associação de Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Jamaraquá – Rio Tapajós (Asmorja) (Figuras 104 e 105). Esta foi fundada pelos moradores no ano de 1999 e hoje está composta por aproximadamente 80 associados. Tem por finalidade empenhar-se em prol da geração de renda e da melhoria da qualidade de vida dos moradores, a partir sobretudo, do desenvolvimento de atividades sustentáveis no processo de organizações socioeconômicas da área protegida onde está situada.

Figuras 104 e 105 – Sede da Associação dos Moradores de Jamaraquá



Fonte: Jamerson Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Segundo o Icmbio, em consonância com o Plano de Manejo da Flona Tapajós, as associações comunitárias têm como:

[...] função principal, além de representar seus associados, é buscar parcerias para desenvolver trabalhos comunitários, negociar produtos, captar recursos (através de projetos) e representar a comunidade juridicamente. Nem todas as comunidades têm associação formalizada e algumas das associações estão com problemas por inadimplência ou pendências jurídicas [...]. (Brasil, 2019, p. 112).

Além da Asmorja, os moradores também contam com o apoio da Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós de Piquiatuba à Revolta (Asmiprut) para se organizarem socialmente, congregando cerca de 50 pessoas. Dentre os agentes responsáveis pela garantia do funcionamento dessas associações, destacam-se as mulheres de Jamaraquá. Todas as interlocutoras desta pesquisa compõem uma ou mais associações. E a atuação delas perpassa, inclusive, pela ocupação de cargos nas entidades associativas:

[...] eu faço parte da Asmorja, eu faço parte da Intercomunitária, a Asmiprut, eu faço parte da Cooperativa, a Coomflona, e do sou fundadora do Grupo de Artesanato da comunidade. Na Asmiprut, já fui conselheira fiscal, na Coomflona trabalhei também no conselho fiscal e na Asmorja, hoje eu sou vice-presidente, e também eu sou coordenadora do time das meninas de futebol daqui de Jamaraquá. Na Coomflona eu já vou pra 4 anos de conselho na cooperativa, E na Intercomunitária, eu to com pouco tempo, de conselho, mas eu sou titular também e na Asmorja eu já faço 22 anos em setembro de 2022 [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] eu participo da Associação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, eu participo da nossa associação Asmorja, que é daqui da comunidade, e eu participo também da Asmiprut, que é intercomunitária. Por dois anos, eu fui secretária na Asmiprut da Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Rio Tapajós de Piquiatuba e hoje eu tô exercendo o cargo de 1º primeira conselheira fiscal na Asmorja [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Entende-se que, nas entidades associativas, a atuação feminina se dá com propósito de participação na vida comunitária, de inclusão social e do fortalecimento da coletividade. Alinhada a essas questões, esses espaços possibilitam, segundo Silva, Dias e Oliveira (2018), a expansão do conhecimento, a reflexão acerca da importância das políticas públicas, a autonomia feminina, o empoderamento, a elevação da autoestima, a identidade de grupo e favorece o despertar para uma formação e representação política.

É fundamental a atuação das mulheres em organizações coletivas. Esses espaços podem favorecer aspectos de reciprocidade, de informação social, de construção de laços de confiança e ação coletivas para o enfrentamento conjunto da opressão e das desigualdades

persistentes (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023). Acredita-se que o engajamento associativo das mulheres constitui “[...] um meio de gestão democrática para alcance de suas convicções e necessidades, especialmente no que tange às demandas femininas por maior ocupação de espaços de decisão nas esferas pública, social, produtiva e familiar [...]” (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023, p. 10).

Em Jamaraquá, os comunitários, sobretudo, as mulheres, têm um olhar voltado para a sustentabilidade ambiental e socioeconômica no contexto da área protegida em que habitam. Buscam desenvolver atividades produtivas de baixo impacto ao equilíbrio ecossistêmico e contribuir, coletivamente, para a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da região. Acerca da sustentabilidade para elas (Quadro 23), em especial, em contextos de área protegida as respostas foram:

Quadro 23 – Depoimento das entrevistadas acerca da importância da sustentabilidade

Entrevistada 6	“[...] a gente vive numa UC, que é aonde o povo conserva, no caso assim, como nós aqui, nós tamo numa UC a gente tem que conservar os nossos patrimônios, como a nossa floresta, o nosso rio, nossos animais, que nós conserva aqui pros nossos filhos usufrui do que tem aqui dentro, não só hoje, mas amanhã também [...]”.
Entrevistada 5	“[...] uma que a gente protege a natureza em pé, e passa né, conhecimentos para várias pessoas como valorizar a nossa questão de reserva e trabalhar porque a gente tira o recurso de dentro de maneira sustentável, que a gente não vai derrubar uma árvore pra juntar uma semente, pra colher uma semente [...]”.
Entrevistada 8	“[...] eu acho muito bom morar e trabalhar aqui, “porque nós ajuda” a proteger, a conservar. E eu gosto de plantar, a gente trabalha tudo unido aqui também, e numa área que é muito bonita, e a gente se preocupa em não faltar nada pra nós e nem pros nossos filhos, a gente sabe que tudo que a gente conserva hoje, vai servir pra eles mais tarde, pra mim isso é sustentabilidade [...]”.
Entrevistada 7	“[...] a UC é nós mesmo, os próprios moradores, fazendo uso sustentável da nossa floresta, a gente conservar o nosso recurso próprio, isso é uma área de conservação. Nós mesmos temos a ciência de conservar, de manter em pé porque nós vamos, futuramente, não só nós, como nossos netos, bisnetos e por aí... vai usar os recursos que nós temos aqui, e isso tem a ver com a sustentabilidade [...]”.
Entrevistada 19	“[...] a gente, os moradores da área protegida, aqui a Flona, contribui para a conservação das espécies da floresta e dos animais, e a nossa também, isso pra mim é sustentabilidade [...]”.
Entrevistada 20	“[...] é uma fonte de renda pra nós, e nós trabalha aqui preservando por causa que a gente não derruba as árvores porque tem que colher embaixo, todas as sementes que caem, tem que ter todo aquele cuidado, Deus defenda, alguém derrubar a gente fica bravo, porque aonde a gente vai tirar as sementes [...]”.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Essas informações compartilhadas demonstram que as mulheres são importantes gestoras dos recursos naturais, participando, ativamente, das ações em torno das questões ambientais em âmbito local e regional. Elas são fontes de conhecimento sobre práticas de manejo ambiental sustentável no contexto de áreas protegidas e também são possuidoras de habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento local com foco no ser humano e na sustentabilidade (Lisboa; Lusa, 2010). Assim, pensar a

sustentabilidade a partir do enfoque de gênero significa refletir sobre o papel e a luta coletiva feminina como uma construção política social tendo vista a preservação da vida.

6.3 Turismo na Flona Tapajós: uma relação para se pensar em São Domingos, Maguari e Jamaraquá

No que tange à relação turismo e UC, conforme dados do Ministério do Turismo (Brasil, 2022), as UCs federais brasileiras registaram, no ano de 2018, cerca de 12 milhões de visitantes, em 2019, foram aproximadamente 15 milhões e, no ano de 2020, mesmo com o fechamento das unidades por um período mínimo de seis meses, por conta do *Covid-19*, receberam cerca de nove milhões de pessoas. Tais dados assinalam a importância de se discutir e pesquisar turismo nas UCs e nas regiões adjacentes. A Flona Tapajós, pertencente ao Bioma Amazônia, é uma dessas áreas em que atividade turística se faz presente, conforme demonstram os dados obtidos junto ao Icmbio (Brasil, 2022) (Quadro 24):

Quadro 24 – Número de visitantes na Flona Tapajós 2017-2021

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Nº de visitantes	42.636	19.209	22.959	14.899	16.029	115.732

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2022).

Conforme os dados anteriores, há um registro total de 115.732 visitantes na Floresta Nacional do Tapajós. No entanto, é imprescindível ressaltar que apesar de o ICMBio não apresentar essa especificação nos dados publicados, a prática da visitação não está restrita somente a turistas. Ela também envolve moradores das adjacências em suas ações de lazer, esporte, banhos de rio, igarapés, práticas religiosas e/ou espirituais, contemplação da natureza, alunos em práticas acadêmicas entre outras.

A partir de diálogos com interlocutoras locais de Jamaraquá durante os trabalhos de campo, os indícios que justifiquem o aumento expressivo de turistas no ano de 2017, apontado no Quadro 24, relaciona-se ao fato de que neste período, foi legalizada a visita e os banhos no igarapé da comunidade de Jamaraquá, o que anteriormente não ocorria. Esse fato intensificou ainda mais as visitas a Flona, tal qual nota-se nos seguintes relatos:

[...] mas é isso, antes a gente só ia até a Samaúma e voltava. Aí tinha o igarapé só que não tava legalizado assim, né, não tava autorizada a visita de turista, porque o turista ia tá divulgando e tudo, mas aí, mais ou menos nesse período, em 2017, a gente legalizou ele, então o turista começou a visitar mais, divulgar, aí foi chegando

mais gente, e aumentou bastante, graças a Deus, né, só tem essa época assim [...] (Entrevistado, 4, Pesquisa de Campo, 2022).

É importante ressaltar que nos anos de 2020 e 2021, a população mundial enfrentava grandes dificuldades devido o contexto pandêmico do *Covid-19*. Dados do primeiro semestre de 2021 apontam que os números globais de casos já ultrapassavam a marca de 180 milhões de infectados e quase 4 milhões de mortes (Worldometers, 2021). E como reflexo dessa crise, muitos países impuseram impedimentos as viagens, inclusive com adoção de medidas como: fechamento de fronteiras e introdução de períodos de quarentena, provocando assim, uma drástica redução nas práticas de turismo doméstico e internacional (Gössling, Scott; Hall, 2021) durante meses.

Nesse cenário, a prática da atividade turística se viu muito afetada pela pandemia (Beni, 2020; Mantecón, 2020; Coelho, 2021; Freire, 2021). Assim como a população mundial, as comunidades que trabalham com o TBC também sofreram graves consequências econômicas e sociais (Coelho, 2021; Freire, 2021). Na Flona, a visitação pública ficou suspensa pelo período de março a agosto de 2020. A reabertura da área ocorreu em setembro de 2020 de forma parcial e com restrições para as atividades turísticas.

Acerca dessa questão, ao serem questionadas se a pandemia havia afetado o trabalho com o turismo, as mulheres interlocutoras deste estudo, das 3 comunidades pesquisadas informaram que (Quadro 25):

Quadro 25 – Depoimentos acerca da Pandemia e seus reflexos nas comunidades da Flona

Interlocutora	Resposta	Comunidade
Entrevistada 2	[...] quando a gente tava aqui no tempo da pandemia, a gente enfrentou uma dificuldade muito grande porque a gente não podia receber visitante de maneira alguma, nem mesmo nossos filhos podiam vim visitar a gente. Se o turismo já era fraco aqui na nossa comunidade, ficou pior ainda, mas eu acho que não foi só aqui, mas em todas as comunidades. E a gente não ficou pior porque a gente teve ajuda do governo com o auxílio e como a gente sempre planta alguma coisa, esse plantar que ajudava a gente a não passar fome... acabamos sobrevivendo da nossa plantação [...]	São Domingos
Entrevistada 3	[...] a pandemia afetou muito. Eu peguei ela também, em 2020, aí fiquei sem trabalhar e também nós “passemos 6 mês” sem trabalhar, “fiquemos sem renda 6 mês”, aí depois que abriu aqui de novo e melhorou. Na pandemia “vivemos” com a ajuda, com cesta básica, recebi o auxílio e ajuda dos vizinho [...]	Maguari
Entrevistada 16	[...] foi quase um ano fechado, fechou todo. A gente não ia pra Santarém, a gente ficou aqui em casa isolado, e os nossos filhos que trabalham e Santarém não podiam nem vir nos visitar porque não podiam passar na guarita e nem nós pra Santarém. Nosso pequeno restaurante, nós pegamos as cadeiras e guardamos tudo, só ficou mesmo as mesas lá fora, o turismo ficou parado e a gente ficou vivendo de doação e do nosso plantio, graças a Deus, né [...]	Jamaraquá
Entrevistada 5	[...] a pandemia atrapalhou muito a gente, não podia entrar e outra coisa, aqui, pra mim, com meu velho foi muito difícil porque nós estamos nessa idade. Quando tinha o restaurante que eu tinha entorno de 28, 30 anos ainda dava conta, mas agora pra ele com 60 anos e eu com 58 nem podia pegar esse vírus, então não entrava turista em lugar nenhum aqui, e nem pra vim aqui no restaurante então a gente teve que viver de doação e da ajuda dos filhos, de quem podia ajudar [...]	Jamaraquá
Entrevistada 4	[...] foi muito ruim com a pandemia aqui, porque a gente ficou sem produzir o artesanato, sem vender, as vezes a gente não tinha nenhum dinheiro pra comprar um pão, nada, porque não tinha como vender, a “gente passemos” uma vida muito difícil, porque não tinha encomenda, nada, parou tudo [...]	Jamaraquá

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

O Quadro 25 aponta que a grande questão com relação a *Covid-19* é que as comunidades atuantes com TBC se tornaram duplamente expostas, visto que passaram a ser vulneráveis à doença, pela possibilidade de relação com fluxo de visitantes do mundo todo. E simultaneamente, quando a atividade ficou inativa quase por completa, em decorrência das medidas de proteção, tiveram que manter-se isoladas, deixando de receber turistas, ficando parcialmente desamparadas no viés econômico (Coelho, 2021), com a perda da renda advinda com a atividade turística e as incertezas acerca do retorno dela.

Sobre isso, Peralta (2008) vem dizer que a atividade turística, sobretudo em contexto rurais, não foi arquitetada para sobrepor outras atividades econômicas tradicionais. Ainda assim, observou-se nas comunidades da Flona, especialmente na comunidade de Jamaraquá, que houve uma redução da produção da agricultura familiar e muitos membros da

comunidade passaram a submeter-se à atividade turística como principal fonte de renda. Isto tornou ainda mais complexa a suspensão completa da atividade na área.

Não obstante, segundo dados obtidos junto ao Icmbio (Brasil, 2022), houve um registro significativo de visitantes na Flona nesse período. Destaca-se que os dados de pessoas que visitam a área são controlados pelo Icmbio por meio da base de entrada da Flona situada na comunidade de São Domingos, local onde é realizado o controle de acesso terrestre. O quantitativo do número de pessoas que adentra a Floresta do Tapajós pelo rio é realizado com o apoio dos comunitários, em seus estabelecimentos turísticos, segundo os mesmos, por meio de preenchimento de formulário específico do Icmbio, que é repassado, mensalmente, pelos comunitários para o respectivo órgão.

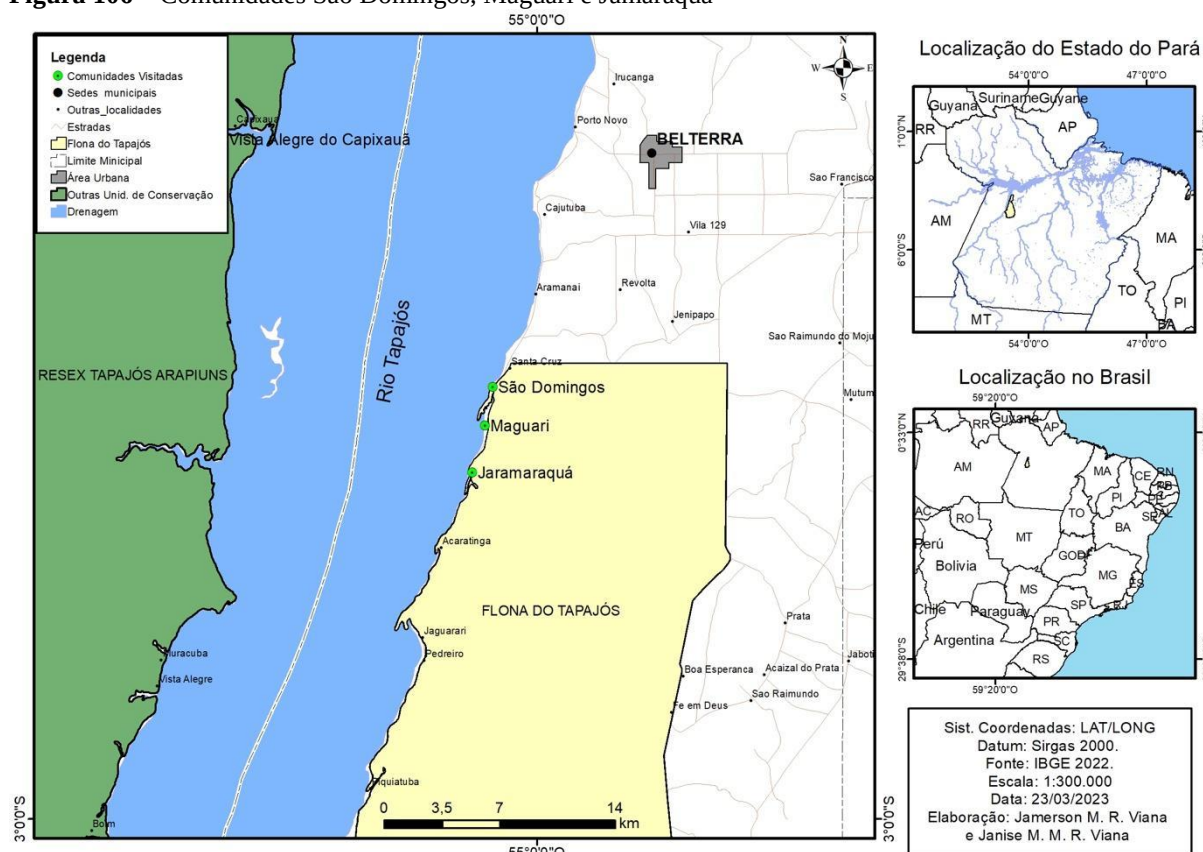
Um olhar voltado para a perspectiva histórica aponta que a relação entre turismo e a Floresta Nacional do Tapajós surge, aproximadamente, no final do século XX (Silva, 2005; Brasil, 2019). Essa iniciativa, parte, sobretudo, da ideia de necessidade de geração de recursos financeiros, de comercialização de produtos da floresta, da ausência de políticas públicas para a região e do anseio da melhoria do bem-estar social das comunidades que nela habitam.

Na visão do Icmbio (Brasil, 2019, p. 129):

[...] o turismo de base comunitária é uma das atividades econômicas que poderá fortalecer a economia das populações tradicionais, possibilitando o resgate das atividades culturais, integrando o manejo tradicional com novas práticas, para desenvolver uma exploração adequada dos recursos naturais.

Ressalta-se que a prática da atividade turística em UC se constitui como um modelo singular de turismo. E deve ser compreendida, tal qual assinala Pinto e Simonian (2021), como um elemento importante para a elaboração de políticas públicas amazônicas que contribuam para novas condições de reprodução social, ou ainda, como um fator de sustentabilidade biossocioeconômica das populações que habitam o interior ou entorno dessas áreas. Ou seja, uma metodologia específica da práxis turística, cujo elemento norteador é a relação indivíduo *versus* natureza a partir da perspectiva sustentável.

As comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá (Figura 106) são consideradas referências em organização comunitária em UC (Brasil, 2019) e são as mais visitadas na Flona (Moreira; Burns, 2015; Oliveira, 2021). Elas também protagonizam uma série de atividades, dentre essas, o Turismo de Base Comunitária, conforme será abordado a seguir.

Figura 106 – Comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá

Fonte: Jamerson Viana (2022).

Comunidade São Domingos

Os primeiros documentos direcionados para o planejamento e gestão da Flona Tapajós, do período de 1996 a 2003, já retratavam a importância de se trabalhar o manejo comunitário e a atividade turística na região (Brasil, 2019). Isto posto que, no final do século XIX e início do século XX, a comunidade de São Domingos iniciou sua relação com a atividade turística. Inicialmente a atividade ocorria com ações isoladas de visitantes que vinham conhecer a região de forma autônoma, assim como acontecia nas comunidades de Maguari e Jamaraquá.

Na sequência, com o apoio de órgãos como o IBAMA, a Ong Projeto Saúde e Alegria, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) entre outros, foi se estruturando, como reforçam os relatos das entrevistadas a seguir:

[...] o primeiro curso foi em 2004, já foi de TBC, o curso e foi ministrado pelo Saúde e Alegria, e nesse curso não era só gente daqui da Flona, esse curso abrangeu a Flona e a Resex Tapajós-Arapiuns, e foi aqui no centro da comunidade de Jamaraquá, no barracão aqui, e nessa época eu tava com uma das minhas filhas (a

Jaqueline), e a minha avó reparou ela pra mim fazer esse curso, nós era muito gente, de todas essas comunidades aí, tanto daqui da Flona, como da Resex. Eu acho que participou mais de 80 pessoas, era muita gente. Foram 3 dias de curso [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] nós fizemos aqui na comunidade um curso de TBC pelo Senar, e foi aí., através desse curso que eu fui conhecer mais sobre o TBC, fui saber que o TBC envolve a comunidade toda, não grupos pequenos. Foi com esse curso, com o apoio do Senar que fui entender que todo mundo da comunidade deve participar do TBC de uma forma ou de outra, pra que ele aconteça de verdade [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

[...] de condutora nós tivemos nossos cursos com o pessoal do Sebrae que deu umas oficinas pra gente e do artesanato também, nós tivemos oficinas pra gente trabalhar com o artesanato também. Antes, as meninas, nós trabalhávamos, mas não tinha oficina, não tinha como coletar as sementes, “nós pegava tudo adoidado, né?!”, aí depois nós tivemos cursos nós aprendemos a trabalhar bem com o nosso artesanato, fizemos várias oficinas pelo Sebrae., e agora tamos tocando a conta por nós mesmo já (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Acerca da atuação das Ong em contextos de comunidades tradicionais, para (Bursztyn, 2018, p. 286), é importante destacar que:

[...] desde a abertura política, no início da década de 1980, vimos crescer em todo o país organizações voltadas para o apoio às demandas populares. É o fruto de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil que busca estabelecer outros diferentes canais de diálogo, a fim de fortalecer o processo democrático [...].

Ressalta-se que, nesta pesquisa, não serão tratadas questões mais complexas acerca do papel das Ong na atual sociedade, tampouco far-se-á apologia a mesma. Embora seja evidente a sua relevância no apoio técnico, jurídico junto às comunidades, assim como no incentivo dos moradores a uma participação política mais atuante em suas realidades. Tal qual nota-se nos seguintes relatos:

[...] a gente, aqui na nossa comunidade teve informações sobre a importância de trabalhar com o turismo com o pessoal do Projeto Saúde Alegria, isso mais ou menos no início dos anos 2000. Eles desenvolveram vários projetos aqui com a gente, pra gente melhorar a nossa renda [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Destaca-se ainda, que com a atuação e o apoio da Associação dos Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos (Ampresdt), a atividade foi se estruturando no território. Inicialmente, executava-se o trabalho a partir da perspectiva do Ecoturismo¹⁴⁷. Segundo Bonfim, Sobrinho e Silva (2010), a atividade era desenvolvida por

¹⁴⁷ O ecoturismo despontou no cenário brasileiro, na década de 1980, a partir do movimento ambientalista que reforçou a necessidade de conservação ambiental, por meio de técnicas sustentáveis, incluindo as turismo

meio de passeios que envolviam trilhas, com a possibilidade de pernoite durante a execução deles. Tal atividade ainda é praticada, mais com menos intensidade de visitantes, há também os banhos de igarapés e a demonstração dos projetos de extração do óleo de andiroba (Figura 107), copaíba, piquiá, mel, produção de artesanato e degustação da culinária local.

As atividades que ainda persistem ocorrem na perspectiva do TBC e são as mulheres de São Domingos as principais responsáveis, sobretudo, pelo processo de extração dos óleos, da produção de artesanato e do serviço de culinária, como nota-se nas palavras a seguir:

[...] eu, aqui em São Domingos, na minha comunidade, eu trabalho com a produção do óleo de andiroba, com o óleo de copaíba, eu sei fazer artesanato, eu também vendo macaxeira, polpa de cupuaçu, isso tudo faz parte da minha logística, de ter alguma coisa pra ofertar pro visitante [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Figura 107 – Divulgação de comercialização de óleo de andiroba



Fonte: Janise Viana (2022).

Segundo as mulheres locais, o trabalho com a extração do óleo de andiroba, copaíba e Piquiá é uma atividade que atravessa gerações, cuja a prática é geralmente, perpassada das anciãs para as mulheres mais novas:

(Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009). Além de favorecer os aspectos econômicos, a atividade oportuniza a valorização do patrimônio natural, cultural, e incentiva a atuação social na conservação da biodiversidade pela visitação pública nas UCs (Brasil, 2019).

[...] eu aprendi a tirar o óleo com a minha mãe, que ela tirava com a minha avó, só que antes era mais pra fazer remédio de casa mesmo, então eu fui vendo a minha mãe tirar, as minhas tias, que são pessoas mais velhas, foi onde a gente aprendeu a tirar o óleo [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

A realidade de São Domingos é similar à das demais comunidades da Flona, em que o contexto de aprendizagem das mulheres ocorria e ainda ocorre no âmbito doméstico organizado pelas relações de parentesco, sobretudo, por meio da observação do trabalho dos mais velhos, ou do legado entre as gerações femininas – avós, mães, filhas e netas (Sousa *et al.*, 2016). Essas práticas de utilização dos recursos naturais, para as entrevistadas, estão, diretamente, relacionadas à vivência parental, à transmissão de conhecimentos, especialmente, por parte das mulheres mais velhas da comunidade, as quais ensinaram e ensinam como tratar os recursos da floresta. O envolvimento com a prática de TBC *per si* ocorreu por volta do ano de 2004, com o auxílio da Ong PSA, a qual desenvolveu um curso na comunidade Jamaraquá e abrangeu os moradores das comunidades vizinhas, como Maguari e São Domingos, como se observa na seguinte fala: “[...] o pessoal do PSA veio até Jamaraquá e reuniu as 3 comunidades pra apresentar pra nós sobre o TBC e como a gente podia ter renda com a floresta [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Outra interlocutora reforça que: “[...] como a gente tinha um pouco de conhecimento já sobre o turismo e a gente queria aproveitar a matéria-prima e o que a gente tem na nossa comunidade, a gente resolveu se organizar e continuar com o trabalho com o turismo [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Desde esse período São Domingos vem atuando com o TBC, como fonte alternativa de renda, a partir das atividades que envolvem os seguintes atrativos (Quadro 26):

Quadro 26 – Atrativos de São Domingos

Tipo	Descrição
Trilha Selva do Curupira	A trilha é circular, aproximadamente 14 km
Alojamento na floresta	Redário aberto para pernoitar na trilha Selva do Curupira, comporta 15 redes
Caminhada	Na Flona
Banho	No rio Tapajós e no Igarapé Vista Nova
Pescaria	A prática da pescaria com o acompanhamento do comunitário
Culinária	Degustação de peixe tambaqui na palha da bananeira e também no tucupi;
Passeios	Passeio de canoa no rio Tapajós;
Artesanato	Produção de artesanato: bolsas, paneiros, cestas
Observação da flora local	Vista de cipós (titica e ambé) e grandes árvores na trilha
Observação da fauna	Focagem de jacaré (anoite) e observação de pássaros da região
Festividade local	Festividade de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da comunidade)
Comercialização dos produtos cultivados na comunidade	Comercialização do óleo da andiroba, do óleo de copaíba, óleo de Piquiá, do mel, da farinha de mandioca e poupas de frutas regionais
Piracaia	Degustação do peixe assado as margens do rio Tapajós

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

A Comunidade oferece hospedagem na casa dos comunitários e possui redário destinado a essa finalidade (Figuras 108, 109 e 110). Existem barracas às margens do rio Tapajós e a casa de comunitários que oferecem serviços de alimentação e hospedagem também. Atualmente, existem 15 condutores homens trabalhando em São Domingos, que atuam sob a forma de rodízio. Nessa atividade, havia uma mulher atuando, nas palavras dela:

[...] eu ouvia dos turistas que eu era uma pessoa de coragem, que eu era a única mulher do grupo da minha comunidade que fazia a condução de turismo na mata. eu não quis mais ser condutora por causa que assim, de dia eu achava beleza, porque quando eu pegava um casal, ou uma pessoa, eu me sentia melhor, porque eu não tinha muita coisa pra levar, e a gente ia e voltava no mesmo dia, mas quando era pra dormir na mata, eu me sentia muito insegura, porque eles, os turistas são pessoas que acreditam muito na gente, apesar deles não saberem, conhecerem a realidade a de uma floresta, eles sentem seguro com a gente. E eu achava assim, como ia só eu, não tinha outra pessoa pra me dar suporte, eu achava que a responsabilidade era muito grande pra mim, principalmente à noite. Então, eu penso que o que acontecesse ali a responsabilidade seria minha. Além disso, eu achava muito ruim a gente dormir na floresta porque quando eu levava grupo de 4 pessoas, eu ficava muito acarretada, eu tinha que levar janta, água, café, lençol, então eu tinha que levar tudo, eles (os turistas) ajudam também, só que tem uns que não tem costume, então eu era muito pequena pra toda essa carga [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Entende-se, a partir dos relatos da entrevistada 1, que a atividade de condução é importante de ser executada e requer conhecimentos e saberes sobre a Flona Tapajós, adquiridos também pelas mulheres da região. Embora elas estejam conectadas desde a infância aos saberes floresta, apreendem que atividade turística, que envolve a condução de pessoas na UC, é uma atividade árdua, permeada por uma rotina longa e exaustiva, que em alguns casos, como o pernoite na trilha da comunidade de São Domingos, demanda um esforço físico, psicológico, responsabilidade para com o outro e pode ser dispendiosa para uma única pessoa concretizá-la. Na perspectiva de Silva e Simonian (2007, p. 345), “[...]. Com isso não se quer afirmar que as atividades masculinas não sejam importantes, contudo os afazeres das mulheres precisam ser considerados como essenciais para o provimento às necessidades locais e para o incremento da produção regional [...]”.

As mulheres possuem um ritmo e um tempo de trabalho próprio. Detentoras de saberes adquiridos no cotidiano, os quais, muitas vezes, são organizados por aspectos como as tarefas domésticas e as alterações fisiológicas. Ademais, elas exprimem uma forma ímpar de apropriação da natureza que ultrapassam o grau de perigo que muitas vezes ficam expostas (Santos, 2018). Há que se considerar que elas carregam, em si, a afirmação de que são capazes de desenvolver quaisquer trabalhos assim como os homens e, até mesmo, com um olhar mais sensível para aqueles que visitam o seu território, vendo o turista para além da

questão monetária, mais sim enquanto ser humano passível de interação cultural e aprendizado.

Figuras 108 e 109 – Redário em São Domingos

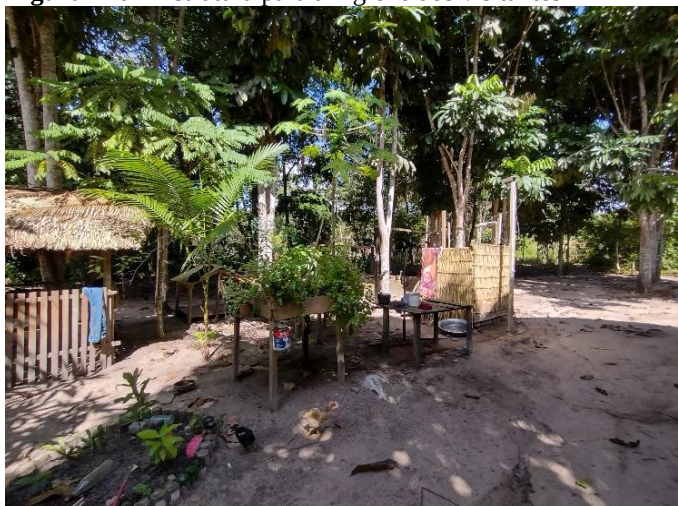


Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 110 – Estrutura para a higiene dos visitantes



Fonte: Janise Viana (2022).

Quanto a organização do TBC, são estabelecidos valores monetários para ter acesso aos atrativos da comunidade. Os valores são diferenciados de acordo com o passeio/atrativo a ser executado e são os mesmos valores cobrados na comunidade de Maguari e Jamaraquá (esses valores serão especificados mais adiante). No período pós pandemia, no que corresponde aos recursos financeiros gerados com a atividade turística, destaca-se que há possibilidade de uma certa fragilidade no que concerne aos interesses coletivos, pois observou-se muitas vezes esses interesses não são priorizados, sobrepondo-se os interesses individuais, como destaca os seguintes dizeres de uma das entrevistadas:

[...] eu acho que na minha comunidade é assim, o turismo se concentra mais em um lugar, aonde o turista chega, né, e daí não é compartilhado da maneira que deveria ser, envolvendo mais comunitários, porque no meu conhecimento o TBC é uma

integração, até mesmo na renda gerada com a atividade, pra mim o TBC é uma integração com quase todo o povo da comunidade, né, depende de ter o que ofertar, o que mostrar, mas aqui, eu acho que falta o pensamento do coletivo [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Tal contexto vai ao encontro dos princípios do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação, segundo o Icmbio (Brasil, 2019, p. 21), o qual reforça a necessidade do “[...] bem comum, a solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais [...]”, tendo em vista a superação das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade de vida da população local envolvida, direta ou indiretamente, na atividade, no respeito na questão ambiental e na justiça social, conforme reforça Bursztyn (2018).

Destaca-se, ainda, que, embora o processo de desenvolvimento do TBC tenha iniciado em conjunto com as comunidades das adjacências, dispondo do mesmo apoio, parceria e da potencialidade local, algumas fragilidades ainda necessitam ser superadas pelos comunitários de São Domingos, como expressa uma das entrevistadas: “[...] o principal problema daqui é essa questão da necessidade de mais organização, divulgação para o turismo, né, eu acho que tem que ter mais divulgação, pra pessoa chegar em São Domingos e saber o que é que tem pra fazer, por exemplo [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Isto posto, apreende-se a necessidade de participação social ainda efetiva. E isso é fundamental, pois, segundo Bursztyn (2018, p. 286-287):

[...] a participação das populações locais em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico se configura como essencial para o sucesso destas iniciativas [...]. A participação social precisa ser constantemente estimulada. As estratégias de mobilização, os espaços de diálogo e as metodologias de trabalho devem ser estabelecidos de acordo com a dinâmica social de cada lugar [...]

Enfatiza-se que, em São Domingos, no decorrer dos trabalhos de campo, não se observou uma organização coletiva acerca do planejamento, das ações e do envolvimento dos comunitários para melhor execução das atividades, em conformidade com o relato de uma das entrevistadas: “[...] a reunião que tem aqui na comunidade, quando tem é pouca pra tratar do turismo, a gente precisa se unir e trabalhar mais para o turismo acontecer forte [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de campo, 2022). Nota-se certa fragilidade na condução das atividades para o desenvolvimento do TBC de modo coletivo e significativo.

E as mulheres da comunidade estão certas de que essa questão impacta, de forma direta e indireta, o protagonismo comunitário, na tomada de decisões em todas as etapas do processo para a condução da atividade. Faz-se necessário, portanto, como afirma Fabrino (2013), que todo o processo de gestão do turismo seja protagonizado por múltiplos atores

locais. Pensa-se que só quando a população local participar ativamente, estiver envolvida na organização, na tomada de decisões, é que os benefícios da atividade turística poderão ser garantidos e os seus estilos de vida e valores tradicionais respeitados.

Comunidade Maguari

As aproximações da comunidade Maguari com a atividade turística ocorreu no final do século XIX e início do século XX. A comunidade se organizou em associação (Ascomart foi criada em 1999) para facilitar o acesso a recursos financeiros, a políticas públicas e a agilizar a comercialização dos produtos florestais e incentivar os serviços turísticos (Barros, 2018). Esses serviços eram compostos, inicialmente, pela prática do ecoturismo, que contribuía para a subsistência e o impulsionamento da renda familiar. Nesse período, segundo Soares *et al.* (2021, p. 213), “[...] poucas famílias recebiam visitantes em suas residências e ofereciam os serviços de alimentação e hospedagem [...]”.

A seguir, imagens contendo a placa sinalização turística de Maguari (Figura 111) e o documento de registro de visitantes organizado pelo Icmbio (Figura 112), inspirado no livro da própria comunidade (Figura 113), idealizado por uma das moradoras mais antigas do Maguari.

Figuras 111 e 112 – Sinalização turística e Livro de visitantes organizado pelo ICMBio



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 113 – Primeiro registro de visitantes de Maguari

Fonte: Janise Viana (2022).

O fomento ao ecoturismo na comunidade foi promovido também com o apoio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), durante o período de 1999 a 2006. O ProManejo foi uma ação do Ibama e do MMA e envolvia cursos, mapeamento de áreas, intercâmbio com outras UC, parcerias com as Secretarias Municipais de Turismo de Santarém e Belterra, agências de turismo de Santarém e o Sebrae (Silva, 2005).

O intuito era “[...] otimizar o aproveitamento do potencial turístico da Flona por meio da melhoria da infraestrutura, do treinamento de comunitários e dos meios de divulgação [...] (Brasil, 2004, p. 24). Também desenvolviam iniciativas direcionadas para a extração e beneficiamento do látex, melhorias dos produtos feitos com couro ecológico, dentre outras ações.

Maguari, conforme Ibama (Brasil, 2004), foi a comunidade pioneira em implantar trilhas interpretativas, que foram inauguradas no ano de 2002. Instituições como o Ibama, o Icmbio e o PSA promoveram cursos e treinamentos no intuito de intensificar a atividade turística no território, e a comunidade aderiu à ideia. Conforme relatos de uma das moradoras antigas de Maguari: “[...] aí, né, veio o pessoal do Icmbio, do PSA, chamaram a comunidade pra participar do curso sobre turismo, pra gente começar a entender melhor e querer trabalhar mais com o turismo, né [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022) (Figura 114).

Essas instituições atuam como parceiras externas da comunidade e em trabalho conjunto com os moradores de Maguari realizando o processo de seleção e organização dos atrativos locais. A ênfase foi e ainda é o patrimônio cultural e natural da comunidade. De acordo com a Entrevistada 3, com essas ações, alguns moradores passaram a se interessarem mais intensamente pela atividade, sobretudo, ao notarem que ela trazia a possibilidade de recursos financeiros e melhoria da qualidade de vida.

Nessa época, os recursos arrecadados com a atividade eram doações como por exemplo, material escolar para as crianças da comunidade, bebedouro para a escola da comunidade, entre outros materiais, como se observa nos relatos a seguir: “[...] no início, o valor do turismo quando nós iniciamos aqui, o meu esposo foi o primeiro guia, então nós não recebia dinheiro, nós recebia pra escola caderno, filtro, doações dessas coisas que era importante, né [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Outra interlocutora destaca que “[...] o turismo já era olhado aqui, mas não se cobrava nada, ia na floresta, ia no barco, e a pessoa vinha com caderno, vinha com livro pra escola, a escola que ganhava, vinha com óleo diesel pra comunidade era um prazer, né [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Figura 114 – A pioneira na atuação com a hospedagem em Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Com o decorrer do tempo, segundo os comunitários, a comunidade passou a receber visitantes que pagavam com recursos monetários os serviços de alimentação e de hospedagem ofertados:

[...] depois, aí o pessoal começaram a procurar saber, né, aí entro Jamaraquá e Maguari foram que os primeiros a receber turistas, aí, chegavam esse pessoal estrangeiro, aí, eu não sei inglês, aí sabe o que eles faziam comigo, na hora comida se não tinha uma coisa, aí eles iam e me mostravam o que eles queriam, eles apontavam, aí eu fui me comunicando com eles, depois quando eles tornavam vim, já vinha um de São Paulo, vinha um de Brasília, aí a gente foi aprendendo um pouquinho o que eles comem o que eles não comem [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Hoje os moradores atuam com a prática do TBC. Isso se deve à organização inicial do PSA e da articulação do trabalho coletivo direcionado ao turismo. Na imagem a seguir, é possível observar a divulgação dos serviços turísticos oferecidos pela comunidade (Figura 115).

Figura 115 – Divulgação dos serviços turísticos em Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Em Maguari, a coordenação da atividade turística é comunitária. A definição e o compartilhamento de tarefas são bem especificados. Um morador atua como liderança na coordenação do grupo dos trabalhos direcionados ao turismo, outros na parte da alimentação (restaurantes), há, ainda, atuação na produção de artesanatos, os catraieiros (condutores de pequenas embarcações marítimas) e o grupo dos condutores/guias de trilhas, como se nota nos seguintes dizeres:

[...] a gente trabalha tudo direitinho, organizado, tem rodízio de condutores, tem a lojinha de artesanato com as peças das artesãs pra vender, tem as casas pra hospedar, os redários, a gente trabalha em conjunto pra deixar tudo organizado, limpinho aqui [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

O coordenador de turismo atua por 2 anos à frente do cargo e é eleito pelos comunitários. Na atual gestão, está um morador homem conduzindo os trabalhos e até o presente momento nenhuma mulher foi escolhida para desenvolver tal função. No entanto, segundo os moradores do Maguari, em todo o trabalho de coordenação, há possibilidade de alternância, conforme se observa nas palavras a seguir:

[...] até agora a gente ainda não teve nenhuma mulher coordenando o grupo de trabalho com o turismo, mas acho que se elas quiserem elas podem ser coordenadoras também. A gente não impede não e nem vê nenhum problema em

trabalhar com as mulheres. Elas trabalham direitinho [...] (Entrevistado 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Diante do exposto, entende-se que as mulheres não sofrem impedimentos quanto à ocupação de cargos ou ao exercício de funções diversas em Maguari. Nota-se, inclusive, certo respeito pelo trabalho desenvolvido por elas, mormente, porque essas mulheres são agentes fundamentais para a organização comunitária e estruturação do TBC no Maguari, como se observa na fala de um dos interlocutores desta pesquisa da comunidade:

[...] elas estão dia a dia tudo junto com a gente pra trabalhar e exercer alguma função, não só do turismo, mas também na comunidade que tem mulheres que são lideranças também, fazem parte de comissão também, isso é importante. E se não fosse elas não tinha como desenvolver o turismo aqui não [...]

É notável que os trabalhos femininos no desenrolar do TBC são fundamentais. Elas estão à frente dos serviços que envolvem a hospedagem, a alimentação, a produção de artesanatos e a comercialização de produtos locais. Além disso, participam de reuniões sobre o planejamento e a execução das atividades turísticas e de questões relativas à organização social comunitária. Na percepção de Silva e Simonian (2007, p. 345) esses apontamentos ajudam “[...] a refutar concepções de que existem atividades tidas como específicas de cada gênero [...]”.

Segundo o coordenador do grupo de turismo de Maguari, atualmente, as mulheres locais estão passando por um processo de estágio (capacitação), conduzido pelos próprios moradores que desenvolvem este tipo de trabalho, para que elas atuem como condutoras/guias locais, como se observa na fala a seguir:

[...] nós temos 21 condutores na comunidade hoje, todos homens, então a gente tá tentando colocar uma mulher ou duas mulheres no meio, agora que elas estão estagiando, né. Porque a gente considera muito as mulheres até hoje, pelo direito delas, elas têm um direito muito avançado, e podem trabalhar sim como condutoras, basta que elas queiram [...] (Entrevistado 2, Coordenador do Grupo de Turismo, 2022).

A força de trabalho feminina, especialmente, em contextos que envolvem o exercício da atividade turística no meio rural, está para além das práticas domésticas, e não pode mais ser considerada, como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade. Embora as mulheres possam exercer atividades inerentes ao campo como agricultura, a criação de animais e a colheita, o trabalho feminino, como um todo, ainda necessita ser notado e valorizado (Duarte;

Pereira, 2018). Daí a importância do reconhecimento e da validação das habilidades femininas na execução das atividades que envolvem o turismo.

Acerca dessa atuação feminina no TBC, um dos entrevistados do Maguari reforça que “[...] é muito bom trabalhar com as mulheres, são as mulheres que tem a sensibilidade, são elas que conseguem ver muitas coisas que nós homens não conseguimos, elas fazem muitas coisas, e sem elas não tem turismo aqui na nossa comunidade [...]” (Entrevistado 1, Pesquisa de Campo, 2022).

É perceptível, com esse relato, que a mulher exerce um papel de suma importância no turismo. No dizer de Duarte e Pereira (2018, p. 89), constitui-se um elemento essencial para o desenvolvimento da atividade, “[...] realizando funções profissionais que impactam economicamente e socialmente, o que a faz atuar de forma igualitária em relação ao gênero oposto [...]”. Quanto aos atrativos turísticos, o Quadro 27 apresenta o que a comunidade dispõe para o uso turístico.

Quadro 27– Atrativos de Maguari

Tipo	Descrição
Trilha da Sumaúma ¹⁴⁸	Conhecida como trilha da vovózona, possui cerca de 9 km de percurso
Mirante	Espaço destinado apreciação da paisagem, como o pôr do sol, por exemplo
Banho	No Igarapé da trilha do Maguari
Pescaria	A prática da pescaria com o acompanhamento do comunitário
Culinária local	Degustação de peixe tambaqui na folha da bananeira, e galinha caipira
Ponta do Maguari	Passeio de canoa no rio Tapajós
Artesanato	Produção e comercialização de artesanato confeccionados com látex, couro ecológico e sementes da Flona
Observação da flora local	Observação das seringueiras, de árvores centenárias e plantas medicinais
Observação da fauna local	Focagem de jacaré (anoite) na trilha do Igapó
Apresentação cultural	Exibição de danças típicas da região, como a dança do carimbó, por exemplo
Casa de farinha	Apreciação da produção de farinha de mandioca
Comercialização dos produtos cultivados na comunidade	Comercialização do óleo da andiroba, do óleo de copaíba, óleo de Piquiá
Piracaiá	Degustação do peixe assado as margens do rio Tapajós

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Para ter acesso aos atrativos, são estipulados valores diferenciados, de acordo com o serviço a ser executado e o quantitativo de pessoas. Do valor arrecadado com as atividades que envolvem o TBC, mais da metade fica com o comunitário que realizou o trabalho e cerca de 20% do valor total é destinado a uma espécie de “caixa reserva” da associação dos

¹⁴⁸ A Samaúma (*Ceiba pentandra*) é uma espécie de árvore peculiar da região amazônica e que costuma atingir significativos metros de altura.

moradores, levando em conta a manutenção da infraestrutura comunitária e melhoria da atividade ofertada.

Isso se observa na fala de uma das interlocutoras deste estudo: “[...] tudo o que a gente ganha com os serviços do turismo, a gente separa uma parte pra associação, pra investir na nossa comunidade e a outra parte, a gente usa pra comprar as nossas coisas mesmo [...]” (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, 2022).

Tais ideias corroboram com as considerações de Rezagama *et al.* (2021) que destaca que a participação, no processo de gestão turística com bases comunitárias, é fundamental, haja vista que o êxito da atividade é decorrente do entendimento da própria comunidade sobre a necessidade de um turismo benéfico para as iniciativas e oportunidades locais. Em outras palavras, é basilar um turismo gestado por comunidades (Coriolano, 2008), no qual os comunitários se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, mais sim coletiva, tendo em vista a melhoria das condições de vida local.

O TBC fornece benefícios para aumentar a economia local. E ao ser implementado de forma solidária e compromissada pode promover a conservação dos recursos naturais e favorecer a participação comunitária no desenvolvimento da atividade (Yunikawati, *et al.*, 2021). Nesse processo, a iniciativa local é essencial, pois se a comunidade estiver inserida em todas as etapas de implementação do TBC, desde o planejamento, a implantação até o aproveitamento dos resultados da atividade (Yunikawati, *et al.*, 2021), a possibilidade de êxito no gerenciamento e na aceitação das práticas do turismo em conjunto serão maiores.

No tocante à organização do TBC, a comunidade dispõe hoje de 3 redários (Figura 116) geridos por famílias locais, as residências de moradores e há um projeto para a construção da pousada comunitária, com a finalidade de expandir o quantitativo de alojamentos. Sobre a hospedagem, o diferencial do TBC é a possibilidade de promoção de encontros e trocas culturais entre “nativos” e “visitantes”, entre “os que recebem” e “os que são recebidos”, tal perspectiva vem sendo apontada por Krippendorf (2009) ao destacar as teses para humanização das viagens, bem como por Lima, Irving e Oliveira (2022) ao tratar do encontro real entre visitantes e visitados enquanto uma das premissas teóricas e práticas do TBC.

Figura 116 – Entrada de um dos redários de Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Para as mulheres de Maguari, é factível asseverar que o dar, o receber e o retribuir embasam a relação de hospitalidade na prática do TBC, pois conforme um dos relatos: “[...] eu gosto de trabalhar com o turismo porque eu gosto de conversar com as pessoas, eu gosto de ouvir e contar histórias, e é sempre bom conhecer gente, né [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022). Nessa mesma linha de raciocínio, outras entrevistadas destacam que:

[...] na nossa comunidade, quando a gente recebe as pessoas, a gente tem a oportunidade de conhecer gente de tudo quanto é lugar, de trocar informações, tem uma troca né, e é muito bom que a gente se sente bem feliz em receber e ter gente querendo conhecer na nossa comunidade, a nossa floresta, a gente se sente importante também [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de campo, 2022).

[...] no começo eu ficava meio envergonhada de ter gente estranha na minha casa, não queria nem falar direito, agora não, hoje eu sei o quanto é importante a gente conviver com pessoas de lugares diferentes dos nossos, diferentes culturas. E acho que além dos visitantes trazerem renda pra nós, eles também trazem aprendizagem. A gente aprende bastante, eles trazem conhecimento e levam também, porque a gente ensina as coisas pra eles também aqui da nossa comunidade [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

Tendo como base os relatos, percebe-se que as mulheres do Maguari evidenciam certo ânimo em estar atuando com o TBC. Para elas, a atividade, além de constituir-se em uma fonte de renda, propicia o crescimento pessoal e intercâmbio cultural. Em outras palavras:

[...] Além do valor econômico, o turismo traz implícitos valores sociais e culturais, que significam mudanças positivas e negativas. Nesse sentido, há uma forte valorização social destacada pelas mulheres a partir do convívio com os turistas. Hoje, o turismo é visto, especialmente pelas mulheres, não só como uma fonte de recurso econômico para a família, mas também como uma fonte de conhecimento cultural, de redução do isolamento e de envolvimento social (socialização) [...] (Lunardi; Souza; Perurena, 2015, p. 205).

A prática do TBC, portanto, favorece uma melhora da autoestima para as mulheres que ali atuam, pois elas reconhecem que hoje possuem um conhecimento mais amplo do seu próprio contexto, sentem-se à vontade para dialogar e relacionar-se com outras pessoas (Duarte; Pereira, 2018). Isto é, sentem-se úteis no trabalho que desempenham, mesmo que esse trabalho envolva o seu contexto familiar e seus múltiplos papéis.

Entende-se que essas relações que ocorrem propiciam “[...] *experiencias satisfactorias y encuentros de calidad en el ámbito del turismo que enriquecen tanto a la comunidad anfitriona como al turista* [...]”¹⁴⁹ (Maldonado, 2014, p. 35). Essa troca possibilita um diálogo intercultural, um intercâmbio que facilita as aprendizagens mútuas e múltiplas, favorecendo relações genuínas, enriquecendo encontros e as experiências dos turistas e dos moradores locais. Nessa perspectiva, as mulheres são agentes importantes porque são partícipes ativas das atividades que envolvem essa troca, ou seja, o turismo comunitário.

Os visitantes são acolhidos pelas mulheres, elas são as anfitriãs, especialmente, quando se trata da hospedagem em Maguari. O domicílio local se torna palco para a cena hospitaleira, em que a reciprocidade, o contato com o outro, a interação com o lugar prevalece conforme se evidencia nos seus relatos. Destarte, o TBC é muito mais que uma atividade de deslocamento, tem conexões com espaço de compartilhamento, de convívio, no qual as experiências entre as pessoas são divididas (Thomé, 2018). No caso da comunidade do Maguari, segundo Thomé (2018, p. 134), essa prática “[...] fica mais interessante se for vivenciada em companhia da população local, dos que fazem parte daquela natureza [...]”.

Observou-se que as vivências turísticas oportunizadas em Maguari são baseadas na partilha entre anfitriões e visitantes. Apreende-se que, antes de ser uma experiência voltada para a prática da atividade turística, tem por base a convivência entre pessoas e na afeição perante o ambiente sociocultural da comunidade (Budel; Severini; Rejowski, 2023). Nessa perspectiva, a hospitalidade na comunidade de Maguari é uma forma de aprimorar a relação com o outro.

No que tange à execução dos serviços relacionados ao TBC, os comunitários, dentre esses, as mulheres, em particular, estão focadas no compromisso em assegurar aos visitantes de Maguari, uma experiência de qualidade, comprometida com os serviços essenciais de higiene alimentar, com a garantia do bem-estar individual ou coletivo, com a responsabilidade social e também com a preocupação ambiental. Tal qual destaca o seguinte depoimento: “[...]”

¹⁴⁹ [...] experiencias satisfactorias e encontros de qualidade na área do turismo que enriquecem tanto a comunidade de acolhimento como o turista [...] (Tradução nossa).

aqui, eu pelo menos, me preocupo que o turista seja bem recebido, se sinta satisfeito, goste das coisas que a gente faz, e volte mais vezes, né [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

O destaque em Maguari também é o Projeto Couro Ecológico (Figura 117). Ele envolve aproximadamente 22 moradores locais, em sua maioria, mulheres (cerca de 12 mulheres) e destina-se à fabricação de bolsas, cintos, sandálias, carteiras, brincos, pulseiras, colares, entre outros. As peças são produzidas mediante beneficiamento do látex, ou popularmente falando: “são feitos de borracha”. De acordo com Pinho (2018, p. 96), o nome do projeto é oriundo “[...] do aspecto final dos artefatos, produzidos, através do processo de emborrachar os produtos, ser similar ao couro animal [...]”. Ainda sobre o processo que envolve o couro ecológico, é importante destacar, conforme assinalam Pinho; Maia; Silva, 2018, p. 53), que:

[...] após o processamento, as peças ficam com um aspecto similar ao couro animal, das quais são utilizadas na fabricação artesanal de bolsas de colo [...], sandálias e cintos [...], bolas [...], colares etc. Consiste em uma tecnologia de beneficiamento do látex, a qual agrega maior valor ao produto do que em sua forma bruta [...].

Figura 117 – Placa de divulgação do Projeto Couro Ecológico



Fonte: Janise Viana (2022).

Acerca dessa produção para as mulheres de Maguari, o trabalho com o látex é fundamental, posto que, segundo uma das interlocutoras deste estudo:

[...] essa fábrica de couro ecológico que a gente tem aqui, dá emprego pra nós, pra muitas famílias, e lá tem homem que costura na máquina, mas tem mais mulher. E eu acho muito importante trabalhar com o látex, porque gera renda pra nós, a gente compra as coisas em casa, ajuda a pagar as contas, ocupa nosso tempo e também a gente se sente útil, valorizada trabalhando aqui [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

A atuação produtiva com látex constitui-se em uma fonte de renda importante para moradores da comunidade. Anterior a esse trabalho, algumas mulheres trabalhavam com a agricultura, basicamente, com o plantio da mandioca, o que para elas “[...] antes, eu trabalhava com a plantação da mandioca, e é um trabalho muito pesado, muito cansativo mesmo. Hoje eu ainda, trabalho com isso, mas prefiro o trabalho com o látex [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Quanto aos aspectos positivos da atividade, os principais pontos apontados pelas entrevistadas foram a geração de renda, o aproveitamento dos recursos naturais, sem agredir a floresta, o incentivo ao empoderamento e a autonomia delas e o desenvolvimento de habilidades anteriormente desconhecidas. Para uma das interlocutoras locais, “[...] com esse trabalho, eu aprendi a trabalhar com o látex, eu tenho uma ajuda a mais na renda, me sinto mais valorizada também em contribuir com a comunidade e em aprender também [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

No que se refere aos aspectos negativos, segundo as entrevistadas, destacam-se: a inoperância do poder público, sobretudo, no firmamento de parcerias com a comunidade e a necessidade da promoção de cursos e treinamentos direcionados para produção desse couro vegetal, como se observa nos seguintes trechos: “[...] seria muito bom se a gente tivesse mais curso na comunidade pra gente melhorar o nosso trabalho com o couro, aprender coisas novas é sempre bom [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Outra interlocutora destaca que: “[...] eu gosto muito de trabalhar com o látex, mas eu queria que a gente tivesse mais treinamentos, viessem as instituições darem cursos pra nós, porque ia ser melhor nosso trabalho, né [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, 2022).

Essas falas demonstram que há, nas mulheres do Maguari, o anseio por aperfeiçoamento tendo em vista a necessidade de aprendizagem e a melhoria do trabalho desenvolvido por elas. Nesse viés, é relevante também o incentivo às parcerias com diversas instituições públicas, privadas, universidades, Ong para a promoção de processos de aprendizagem e qualificação profissional, e também a busca por implementação de políticas públicas com foco nas mulheres, sobretudo as que habitam contextos de áreas protegidas.

Destaca-se, ainda, que os artesanatos e as biojoias, oriundos do beneficiamento do látex (Figuras 118 e 119), apresentam características da cultura local e são comercializados na própria comunidade, cotidianamente, por meio da ecojoia (Figura 120). Os principais consumidores são brasileiros e estrangeiros que visitam a comunidade.

Figura 118 – Os artesanatos de Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 119 – As biojoias de Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 120 – Fachada da Ecojoia Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Além da Ecojoia, os artesanatos produzidos também são comercializados no centro urbano de Santarém. Quanto à operacionalização das trilhas interpretativas, como a comunidade de Maguari foi a pioneira nesse projeto, as comunidades de São Domingos e Jamaraquá se inspiram nela para desenvolver esse tipo de trabalho.

Para o serviço de trilhas, os conhecimentos existentes na comunidade são reconhecidos e valorizados por seus moradores e visitantes. Além de serem utilizados na própria interpretação ambiental, pois, nas palavras de Raimundo (2019, p. 89), “[...] trilhas interpretativas ou o estudo do meio contribuem para a construção de conhecimentos sobre fauna, flora, recursos hídricos e as relações entre os seres vivos em geral [...]”. A seguir, há uma imagem contendo a divulgação da trilha de Maguari (Figura 121), considerando a atratividade turística.

Figura 121 – Divulgação da trilha da Samaúma em Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Com relação ao trabalho de condução turística na comunidade, os condutores/guias locais são aproximadamente de 21 pessoas, todos homens. Estes atuam por rodízio, o qual permite que todos os condutores tenham a possibilidade de desenvolverem suas funções. Atualmente, as mulheres estão em fase de treinamento para o exercício da atividade, o que se evidencia na seguinte fala: “[...] então, a gente tá tentando colocar uma mulher ou duas mulheres no meio dos guias, agora elas estão estagiando, né? Porque a gente considera muito as mulheres e também pelo direito delas [...]” (Entrevistado 1, Pesquisa de Campo, 2022). Isso significa, que as mulheres de Maguari já estão se inserindo nessa atividade.

No entanto, outra visão foi observada acerca da possível participação feminina no processo de condução de visitantes:

[...] então, mas o trabalho é no mato, é trabalhar na floresta, requer muito cuidado, né? Então, por exemplo, pra turismo não tem idade e não tem hora, três horas da

tarde, um guia vai pra floresta, no mato, então esse não é especificado para uma mulher, por exemplo, então tem o homem, então a gente tá tentando encaixar isso aí, mas no meu entendimento é muito bom colocar uma mulher dentro do turismo de base comunitária. Por enquanto só os homens ainda [...] (Entrevistado 4, Pesquisa de Campo, 2022).

De acordo com as palavras expostas, ainda é vigente o pensamento de que há diferença entre trabalho masculino e feminino no contexto rural e no turismo. Para Schmitz e Santos (2013), o trabalho desempenhado pela mulher no meio rural, como um todo, é compreendido como um complemento, isto é, o homem é quem possui a força de trabalho com maior expressão e, desse modo, é ele o responsável pelas decisões referentes à unidade de produção. Assim, é necessário a quebra desse paradigma, pois as mulheres, no contexto da Flona Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns é quem estão à frente das atividades relacionadas ao TBC, protagonistas do processo e condutoras da cadeia de produção que envolve o turismo.

O turismo propicia benefícios individuais e coletivos às mulheres envolvidas com a atividade (Ferguson, 2011; Lunardi, 2012; Ferguson; Alarcón, 2014). Nota-se, no entanto, que ainda há embates e desafios a serem superados. Acerca disso, Lunardi, Souza e Perurena (2015) reforçam que o turismo, sobretudo, estabelecido no contexto rural, é detentor de valores sociais múltiplos que possibilitam mudanças positivas quanto a questões que envolvem as relações humanas.

Na Flona Tapajós, especialmente, na comunidade do Maguari, observa-se uma tentativa de mudança no perfil das relações de trabalho no que tange aos serviços de condução, na medida em que a presença da mulher é notória em quase todas as atividades que envolvem o TBC neste território.

Quanto ao processo de capacitação voltado para o serviço de condução/guia na comunidade, foram promovidos cursos e capacitações sob as iniciativas, principalmente, da Ong PSA e do Icmbio. Para os moradores, seria importante se essas formações ocorressem com mais frequência, pois, segundo interlocutora local; “[...] quando a gente faz curso é muito bom, porque a gente aprende coisas novas, eu gosto de fazer curso [...]” (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, 2022).

Os processos diversos de aprendizagem são relevantes porque viabilizam a aquisição de conhecimentos e saberes, o compartilhamento de informações e as múltiplas trocas entre os integrantes do processo. Quanto ao contexto feminino, a participação em treinamentos e/ou capacitações direcionadas seja para a condução de visitantes, a produção da gastronomia local e a confecção de artesanato:

[...] durante todos os encontros das mulheres nas reuniões, oficinas, assembleias ocorre o diálogo e as trocas de informações sobre temas variados. É uma forma de sociabilidade entre as mulheres do grupo e uma forma de aprendizagem não apenas das técnicas [...] mas do papel social da mulher [...] que se organiza politicamente [...] (Sousa *et al.*, 2016, p. 336).

Acerca dos aspectos econômicos, parte da economia de Maguari advém da atividade turística (Figura 122). A comunidade é singular no contexto da Flona Tapajós (Figura 123), sobretudo no que diz respeito ao turismo. A perspectiva turística aponta que a comunidade é procurada pelo público brasileiro e estrangeiros de diversas nacionalidades – ingleses, franceses, alemães –. E conforme relatos de seus moradores, os serviços turísticos apresentados estão articulados em uma organização comunitária.

Figura 122 – Estrutura de apoio aos visitantes em Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Figura 123 – Praia de Maguari



Fonte: Janise Viana (2022).

Essa organização coletiva concede à população local participar de todas as etapas do processo que envolve a implementação da atividade, por meio de um protagonismo social, tal qual assinala Irving (2009, p. 112):

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode se expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento.

A participação social é basilar tanto para o êxito da atividade quanto para análise da relação TBC e a questão ambiental, no caso deste estudo ainda se insere a questão do gênero. Os impactos ocasionados pela prática do TBC também são discutidos e analisados na comunidade, em especial, por se tratar de uma área protegida.

Os moradores, por meio de reuniões e assembleias mensais buscam dialogar sobre os desdobramentos da atividade no território, pois para uma das interlocutoras “[...] todas as reuniões a gente participa, que é eu e a minha cunhada né, então todas a reunião que tem sobre o turismo a gente sempre tá participando, pra ver o que tem que melhorar, né? [...]” (Entrevistada 3, Pesquisa de campo, 2022). Nesse aspecto, as mulheres de Maguari também são protagonistas. Elas buscam participar das discussões e planejamento sobre o TBC na comunidade, assumindo, inclusive, posição de lideranças nas reuniões comunitárias.

Acerca dessa questão, uma das entrevistadas retrata que: “[...] eu já fui presidente da associação, participo de todas as reuniões que tem pra falar do turismo aqui no Maguari, eu fico sabendo como o turismo tá aqui, é nas reuniões que a gente fica sabendo das coisas e pode aprender muito mais [...]” (Entrevistada 2, Pesquisa de campo, 2022). As atuações femininas nas reuniões comunitárias rompem com a visão equivocada que nega a existência dos espaços políticos e de poder das mulheres rurais amazônidas.

Essa visão errônea advém da justificativa de que na Amazônia as comunidades rurais ficam dispersas geograficamente. Por isso, supõe-se, então, não haver interações inter e intracomunitárias (Amorim, 1997). Tal afirmativa é desfeita ao notar-se, sobretudo, a organização social no Maguari. Nas reuniões, há o envolvimento comunitário, em diversos espaços como entidades associativas, grupo de trabalho voltado ao turismo, debates coletivos que envolvem moradores da mesma comunidade e entre comunidades distintas.

Nesse cenário o destaque, na perspectiva de Amorim (1997, p. 48), é a atuação da coletividade feminina, pois “[...] reunir e discutir os problemas locais constitui uma prova de maturidade e de mobilização feminina em torno das questões socioeconômicas locais. Demonstra também que as mulheres estão abrindo espaços para debater os seus problemas específicos”.

É importante frisar que esses espaços de debates são importantes porque dão voz e luz às mulheres que compõem o ativo turístico local (Bastos; Barbosa, 2020), e não apenas para elencar os problemas locais, mas para buscar solução para eles. Ademais, as discussões coletivas fortalecem o envolvimento, a participação e a inclusão feminina, no que diz respeito à estruturação e à execução da atividade turística de base comunitária local e das questões políticos, sociais e ambientais que de acordo com Vieira *et al.* (2022, p. 5) perpassam por ela, posto que “[...] os resultados advindos das atividades do turismo de base, sejam positivos ou negativos, devam pertencer à coletividade [...]”.

Acerca da sustentabilidade ambiental, os moradores de Maguari têm a compreensão de que os recursos naturais existentes, mais do que ativos econômicos significam – como eles e

elas relataram — suas próprias vidas, pois nas palavras de um dos comunitários: “[...] a gente aqui não é nada sem a nossa floresta, sem o nosso rio. A gente vive porque tem tudo isso aqui, a floresta, o rio, eles podem viver ser nós, mas nós não podemos viver sem eles [...]” (Entrevistado 2, Pesquisa de Campo, 2022).

E as mulheres, nesse cenário, também sinalizam uma relação de afinidade e de proximidade com os recursos naturais existentes, tal qual se observa nos depoimentos da primeira mulher a trabalhar com hospedagem no Maguari:

[...] nós vive numa área de unidade de conservação, então sim, nós tem que conservar a floresta, não deixar a pessoa desmatar, nós tem que proteger os nossos rios, os animais, nós tem que proteger a nossa comunidade, a nossa cultura, porque tem a ver com a nossa vida, senão como a gente vai existir? [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, 2022).

Para outra mulher da comunidade, interlocutora deste estudo, o entendimento é de que:

[...] eu moro numa área protegida, e por isso, eu devo evitar muitas coisas para não maltratar a natureza, pra não prejudicar os animais, o nosso rio, então o meu papel aqui é zelar pra que a nossa comunidade permaneça viva por muito tempo, e por isso eu devo lutar contra o desmatamento, o lixo nas águas, por aí jogado. O meu papel enquanto mulher daqui é ajudar a proteger a nossa vida, porque o rio, a floresta são a nossa vida [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, 2022).

Com esses depoimentos, nota-se que as mulheres têm uma relação direta com a natureza (Almeida, 2010). Detentoras de um saber tradicional sobre o meio em que atuam, elas se preocupam com o uso excessivo dos recursos naturais, com a sobrevivência humana e constituem-se em agentes fundamentais para proposições e ações em prol da conservação ambiental (Silva, 2013). Isto posto, entende-se que o papel feminino é “[...] fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável. [...]” (Declaração, 1992, p. 157).

Segundo uma das entrevistadas de Maguari, quanto às ações direcionadas à proteção ambiental desenvolvidas por elas:

[...] a gente se preocupa com a nossa comunidade, a gente lutou bastante pra acabar com o amontoado de lixo nas ruas, no nosso rio, a gente não gostava de ver a nossa comunidade cheia de lixo, aqui, então, por isso a gente fez as placas, faz mutirão de limpeza, porque a gente quer viver numa área limpa e agradável aqui, com respeito a tudo e todos [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, 2022).

Entende-se que essas mulheres, em especial, as que se reconhecem como extrativistas, agricultoras, trabalhadoras do turismo e que habitam contextos de área protegidas, tal como

retratam Castro e Pinton (1997), possuem uma sensibilidade na cultura da biodiversidade e buscam a harmonia entre a atuação social e econômica aos ambientes biológicos no quais se instalam. Para elas, a perspectiva de gênero e sustentabilidade ambiental tem como referências chave as relações sociais, a responsabilidade com o bem estar da população humana e animal e com os recursos provenientes da terra e da água.

“Nessa perspectiva, a relação entre mulheres, gênero, meio ambiente e desenvolvimento é não só permanente como muito estreita” (Machado, 2007, p. 487). Tal relação demanda o refletir acerca da sustentabilidade para além da gestão de recursos, incorporando o bem-estar social, o acesso à saúde de qualidade, à educação, ao emprego e à representação política (Lamim-Guedes; Inocêncio, 2013). Em síntese, requer a legitimação de que as mulheres são partes fundamentais para se pensar questões diversas, como justiça climática, insegurança alimentar, proteção à socioambiental, defesa dos povos tradicionais, dentre outras.

Em Maguari, é possível observar placas, dizeres, sinalizações com palavras, frases direcionadas para o cuidado ambiental comunitário (Figuras 124 e 125). Essas ações foram produzidas pelos próprios moradores locais, com a efetiva atuação do público feminino, no intuito de desenvolver práticas educativas ambientais e enquanto iniciativas voltadas para o contexto de área protegida o qual estão imersas.

Figuras 124 e 125 – Placas destinadas a conservação ambiental



Fonte: Janise Viana (2022).



Fonte: Janise Viana (2022).

Das três comunidades pertencentes à Flona, *lóci* dessa pesquisa, Maguari foi o território em que mais foram observadas esse tipo de ação. À vista disso, conforme impressões *in loco* e em consonância com Lisboa e Lusa (2010), tem-se a concepção de que as mulheres dessa comunidade estão preocupadas em manter o desenvolvimento humano

local sustentável. Elas são as principais responsáveis pelo manejo dos recursos comunitários. Por meio de práticas educativas ambientais diversas, elas buscam auxiliar na conservação e cuidado dos recursos naturais, contribuindo assim, para o bem-estar coletivo e a qualidade de vida local

Para as mulheres de Maguari, o pensar e o agir sustentavelmente se aproximam das ideias de Sachs (1986), para o qual a compreensão do meio ambiente perpassa por uma conexão entre os seres humanos e que, simultaneamente, possibilita experimentar o espaço comunitário, construir e modificar o seu entorno.

Nessa perspectiva, compreende-se que a sustentabilidade, para elas envolve “[...] a possibilidade de troca entre sujeitos e com os corpos políticos e a maneira pela qual esta troca afeta a vida no planeta [...]” (Fialho; Cunha, 2018, p. 325). Em síntese, os princípios da sustentabilidade, à luz do entendimento feminino, envolvem a dinâmica das relações sociais entre mulheres e homens, natureza e sociedade.

7 APONTAMENTOS E DISCUSSÕES

A necessidade de se desenvolver estudos que (re)assumam a importância da relação seres humanos *versus* natureza tem conduzido um conjunto de conhecimentos sobre a população amazônica e as mudanças que essa população vem sofrendo no decorrer do tempo. Assim sendo, desponta-se o TBC, como uma iniciativa que sobrepõe o turismo em si (Fabrino, 2013), abrangendo múltiplas dimensões – política, cultural, econômica, ambiental e humana – da vida em sociedade, sobretudo, em contextos de territórios protegidos na Amazônia brasileira.

Nesse sentido, é imprescindível a reflexão acerca dos povos das florestas e dos rios, com destaque para as mulheres da região. Os estudos sobre a mulher na e da Amazônia, particularmente, em contextos de UC, remetem a um entendimento de que elas estão situadas no contexto de floresta, mas não apenas no sentido material. As mulheres amazônicas compõem, produzem e recriam a cultura local. Na ótica de Simonian (2001, p. 109) “[...] essas mulheres conhecem, exploram e utilizam os recursos naturais no seu cotidiano, comercializam-nos e empenham-se na sua preservação [...]”.

Na perspectiva do turismo, no caso das UCs do oeste paraense, dos relatos de moradores locais e da investigação em campo, foi possível captar que, na Resex Tapajós-Arapiuns, a atividade turística de base comunitária se concentra, essencialmente, nas comunidades de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã. Nessas realidades, as mulheres são agentes importantes na estrutura social da região e fazem parte, ativamente, das atividades que compõem o TBC na reserva configurados no Quadro 28.

Quadro 28 – Atuação das mulheres no TBC na Resex Tapajós-Arapiuns

Comunidades	Principais atividades
Vila Anã	Apicultura, comercialização do mel, visita à criação de peixes, produção de ração artesanal, visita à criação de galinhas, horticultura, serviços de alimentação e limpeza na pousada comunitária.
São Miguel/São Marcos	Produção e comercialização de artesanato, visita a casa de farinha e a culinária local.
Tucumã	Produção e comercialização de artesanato, hospedagem, culinária local e apresentação cultural.
Maripá	Culinária local, hospedagem e trilhas
Vista Alegre do Capixauã	Apresentações culturais, condutoras/guias, produção e comercialização de artesanato, hospedagem, grafismo e culinária local

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Os territórios da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns são bastante impactados pela mão de obra feminina direcionada ao turismo. E a atividade para elas representa uma alternativa para além das condições de sobrevivência e da gestão de uma economia local alicerçada no coletivo, embasada, sobretudo, no conhecimento tradicional associado a existência e resistência dessas comunidades. O trabalho turístico desenvolvido por elas está composto por elementos do cotidiano, como por exemplo: a criação de animais de pequeno porte, o cultivo da horticultura, a agricultura, a vivência em comunidade, o acolhimento local e a produção de peças artesanais.

Cada território possui sua singularidade e seu fazer turístico próprio, inclusive, com diferentes estágios de organização e estruturação da atividade. Porém, todas as comunidades pesquisadas possuem um elemento em comum: o propósito feminino de conduzir o turismo a patamares mais solidificados, envolvendo o maior quantitativo possível de mulheres da região, a fim de fortalecer a identidade cultural local, gerar renda e contribuir para o empoderamento e autovalorização feminina.

Observou-se, também, durante a pesquisa de campo, que o maior envolvimento feminino na atividade turística se deve à produção do artesanato. Nesse labor, as mulheres atuam sem sobrecarga, igualmente, com tempo de descanso estabelecidos por elas no decorrer da atividade. Elas não determinam horário para finalização das etapas de produção e seguem um ritmo de trabalho de acordo com o tempo que acham que devem seguir. Essa dinâmica se estende às outras atividades, como a agricultura, por exemplo, e ocorre de modo similar tanto nas comunidades da Resex quanto nas comunidades da Flona Tapajós, *loci* deste estudo.

É importante frisar que as peças artesanais de cada comunidade estudada, tanto as da Resex Tapajós-Arapiuns quanto as da Flona Tapajós possuem características próprias, isto é, os trançados – que são as técnicas de produção dos objetos – apresentam traços peculiares referentes a identidade cultural de cada comunidade. São essas particularidades que diferenciam os artesanatos produzidos pelas mulheres das comunidades das UC. Posto isto, Souza *et al.* (2016, p. 334-335) compreendem:

[...] que os objetos produzidos passaram a ser também marcadores de identidade para esse coletivo de mulheres recentemente organizado. As características físicas dos objetos (fibras vegetais, tinturas naturais, feitos manualmente) e os valores simbólicos imbuídos (produção de populações tradicionais da região, produção de grupos de artesãs organizadas) conferiram a eles funções comunicativas particulares - funções estas incorporadas aos objetos em um processo dialógico com o mercado de consumidores que valoriza tais características e simbolismos.

As mulheres, cujos esforços de trabalho direcionavam-se à produção agrícola, passaram a se dedicar também à produção de peças artesanais. Segundo elas, essa produção é mais que um processo mental, abrange as interações entre pessoas, ou seja, envolve uma prática compartilhada. Elas aprendem no dia a dia umas com as outras, transformando-se pessoal e profissionalmente. As mulheres desenvolvem o que Lave e Wenger (1991) apontaram como um saber-fazer coletivizado, em que a produção de artefatos se configura num conjunto de práticas socioculturais em que os conhecimentos tradicionais, os modos de vida da comunidade e o protagonismo feminino são visibilizados.

Sobre a produção de artesanato nesses contextos, compreende-se, a partir de Silva (2021, p. 37), que a atividade:

[...] contribui para a valorização da cultura, maior renda mensal da família, além de ser ferramenta onde as mulheres encontraram como símbolo de resistência, reafirmação de pertencimento do lugar, com o compromisso de olhar e cultivar as relações socioeconômicas, estabelecidas pelos seus descendentes).

Por meio de seus saberes, conhecimentos e fazeres, percebe-se também, que há um compromisso dessas mulheres a favor da sustentabilidade ambiental, da sobrevivência individual e coletiva e da manutenção do território protegido em que habitam. Nesse sentido, elas reivindicam o reconhecimento da identidade da mulher amazônica brasileira e do espaço da UC como um lugar de manutenção de vida humana e de conservação do bioma local.

Acerca das mulheres da aldeia Vista Alegre do Capixauã, elas representam a força motriz do TBC no território. Para esta pesquisa entende-se o turismo no território indígena com base no viés de Proença e Panosso Netto (2022, p. 5):

[...] todo o tipo de atividade turística que ocorre nos diferentes territórios (terra indígena, comunidades/aldeia em unidade de conservação ou em área urbana/rural), onde há o envolvimento dos agentes intermediários: lideranças/grupos de trabalhos indígenas, organizações governamentais, não-governamentais e empresas de turismo, na estruturação do turismo no território. Os papéis estabelecidos e desempenhados por cada ator da atividade são fundamentais no processo de compreensão do modelo de turismo nesses territórios.

A cacique – liderança feminina – é a pessoa responsável em articular a atividade. Ela organiza a participação de todos da aldeia via rodízio, conforme as seguintes palavras dela: “[...] porque a gente faz rodízio ou sorteio, então acaba dando vez pra todo mundo da comunidade participar [...]” (Entrevistada 9, Pesquisa de Campo, 2023). Depreende-se que as tarefas são distribuídas, igualitariamente, entre mulheres e homens, e estes podem atuar nas atividades que envolvem o TBC no território.

De acordo com as informações das indígenas entrevistadas, não foram relatadas dificuldades em assumirem múltiplos papéis na execução do TBC no seu território, nem mesmo por conta de jornadas de trabalho intensas, questões pessoais e inseguranças. Isso significa que elas têm vivenciado, de maneira ativa, o trabalho com a atividade turística na comunidade. E as atividades por elas desenvolvidas não se restringem a uma mera visão economicista, associada unicamente ao mercado. Elas buscam atrelar o turismo e o manejo responsável dos recursos disponíveis na UC visando, principalmente, à reprodução socioambiental, ao bem-estar individual e coletivo.

Fato é que as mulheres das áreas rurais, sejam elas indígenas ou não, especialmente em contextos de UC, sempre desempenharam um papel fundamental no processo produtivo de suas comunidades, embora muitas vezes não reconhecido socialmente nem economicamente (Dieguez-Castrillon *et al.*, 2012). Na perspectiva do turismo, com base na publicação do Icmbio (Brasil, 2019), que trata das experiências brasileiras com TBC em Unidade de Conservação Federais, a Resex Tapajós-Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós são destaques no que tange ao protagonismo feminino no TBC na Amazônia brasileira.

No viés metodológico, adverte-se que embora a pesquisa apresente uma abordagem qualitativa, tendo em vista a compreensão do fenômeno social estudado buscou-se integrar a técnica quantitativa de coleta e análise dos dados para a compreensão da realidade pesquisada de forma mais completa e trazer um produto científico de maior qualidade (Briceño-León, 2003). O fundamental é atingir um conjunto de informações que possibilite responder à questão metodológica principal dessa investigação, a qual trata-se da interrogativa de como a atuação da mulher no TBC contribui para se pensar em modos de organização comunitária e sustentabilidade no contexto da Amazônia paraense.

Buscou-se identificar o perfil socioeconômico das mulheres que atuam no TBC, com dados relacionados à idade, ao estado civil, à escolaridade e ao tempo de residência nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós. A finalidade é conhecer quem são esses sujeitos, suas características à luz da perspectiva de gênero e a atividade turística no contexto de UC.

Nas comunidades de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã pertencente a Resex Tapajós-Arapiuns participaram deste estudo 38 mulheres e quanto à idade das interlocutoras, os dados (Tabela 4) demonstram que:

Tabela 4 – Faixa etária das mulheres atuantes com o TBC na Resex

Faixa etária	Nº	(%)
15 a 20 anos	3	8
21 a 30 anos	4	10
31 a 40 anos	13	34
41 a 50 anos	6	16
51 a 60 anos	7	19
61 a 70 anos	5	13
Total	38	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

De acordo com a Tabela 4, a maioria do público feminino entrevistado (34%) tem a faixa etária distribuída entre 31 a 40 anos. Essa amostragem revela que para as mulheres da Resex a idade não é um desafio e pode, inclusive, constituir-se como fator motivador para o desenvolvimento de múltiplas atividades relacionadas ao TBC em seus contextos. As mulheres mais jovens ocupam um percentual baixo (7%), no entanto a idade não as impossibilita de exercer determinadas funções no arranjo social de suas comunidades.

Entende-se que a saída do espaço doméstico para o espaço público de vida e de trabalho (Faria, 2009) tem contribuído para a atuação feminina significativa da faixa de idade dos 31 a 40 anos no TBC. Ademais, em consonância com Brandth e Haugen (2010), a atividade turística pode constituir-se numa força cultural transformadora que possibilita a essas mulheres o desempenhar de papéis legítimos autênticos enquanto conhecedoras da vivência rural comunitária e do patrimônio local. Seguido da idade está o aspecto da escolaridade (Tabela 5).

Tabela 5 – Escolaridade das mulheres atuantes com o TBC na Resex

Escolaridade	Nº	(%)
Ensino Fundamental Incompleto	6	16
Ensino Fundamental Completo	15	39
Ensino Médio Incompleto	3	8
Ensino Médio Completo	14	37
Total	38	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Na Tabela 5, verifica-se que 39 % das mulheres concluíram o Ensino Fundamental, no entanto os dados refletem um baixo nível de escolaridade. Segundo as entrevistadas, fatores como a dificuldade de acesso a escolas nos locais de residência e impedimentos pessoais contribuem para a não continuidade dos estudos. No decorrer da pesquisa de campo na Resex, não se obteve a participação de nenhuma comunitária que obtivesse o nível superior.

Acerca disso, é importante a compreensão dos postulados de Pereira, Santos e Borges (2005, p. 5) de que:

[...] os investimentos em educação da mulher têm impactos que vão muito além do seu progresso pessoal. As mulheres, quando educadas, cuidam melhor da sua saúde e da saúde da família, em especial, das crianças. Mães educadas ensinam bons hábitos de higiene para os filhos e orientam suas vidas de modo mais seguro. Além disso, a educação as leva a terem menos filhos, diminuindo o risco da gravidez indesejada e fazendo baixar a taxa de fertilidade da sociedade. Em outras palavras, a mulher ocupa um lugar estratégico na modelagem da sociedade.

Para Fernandes, Araújo e Ribeiro (2021, p. 9) esses elementos afirmam “[...] a posição negligenciada do espaço rural no acesso à educação, característica secular que os governos democráticos e os movimentos educacionais progressistas não conseguiram superar [...]”. Sobre o processo de educação feminina os dados demandam um permanente e profundo diálogo, pois se faz necessário propor algo que ainda na atualidade, em determinadas realidades é difícil de reconhecer: o direito individual à educação (Faria, 2009). Para fazer frente a esta ideia há urgência de ampliação da infraestrutura no contexto rural e a garantia de políticas públicas direcionadas sobretudo à educação para as mulheres rurais.

Outro ponto de destaque no perfil das interlocutoras deste estudo diz respeito ao estado civil. E quanto a isso, os dados (Tabela 6) apontam que:

Tabela 6 – Estado Civil das mulheres atuantes com o TBC na Resex

Estado Civil	Nº	(%)
Casada	27	71
Solteira	11	29
Total	38	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

A força feminina produtiva no TBC na Resex Tapajós-Arapiuns é constituída na sua maioria (71%) por mulheres casadas. Os núcleos familiares da investigação estão compostos, com cerca de quatro a cinco descendentes. As mulheres mais antigas das comunidades têm, em média, por volta da 8 a 12 filhos. Apenas uma das entrevistadas não possui filho. De acordo com a Organização das Nações Unidas (2017, p. 5):

[...] O acesso ao controle de natalidade permite que as mulheres adiem e criem intervalos entre os nascimentos, reduzindo a mortalidade de mães e filhos, fortalece economias liberando as mulheres para o trabalho e induz famílias menores nas quais os pais conseguem dedicar mais tempo à saúde e à educação dos filhos [...]

Acredita-se que o número de filhos vem decrescendo devido às constantes transformações que universo feminino vem sofrendo, como inserção no mercado de trabalho, a elevação do nível educacional, o uso de métodos contraceptivos etc. Quanto ao exercício do Turismo de Base Comunitária, para 80% das entrevistadas, as questões que envolvem estado

civil e quantitativo de filhos não representam impedimentos ou interferências para o desenvolvimento da atividade.

[...] primeiro quem me motivou foi meu esposo, né! Que ele é uma pessoa que trabalha dentro da hospedaria, onde eu não tinha um trabalho, assim pra pegar um dinheirinho, aí ele perguntou se eu queria trabalhar, aí disse que queria, aí, assim eu queria trabalhar na cozinha e fazendo também a limpeza geral, então comecei a me envolver com o turismo [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, Anã, 2022).

[...] graças a Deus eu nunca tive problema aqui em casa por causa do meu trabalho com o turismo, pelo contrário, Bom ele, o meu marido trabalha ajudando na limpeza geral, e quando falta comida, ele que vai atrás, pra gente fazer pra quando o visitante chegar não ter nada atrasado [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, Tucumã, 2022).

Para 20% das entrevistadas foram apontadas dificuldades em conciliar o trabalho com o turismo e as questões familiares. A exemplo dessas questões, as entrevistadas compartilharam os seguintes registros:

[...] logo no começo dos meus trabalhos que envolvia o turismo aqui na comunidade, eu tive a dificuldade do marido não aceitar, ficar falando que isso não ia dar certo, que era melhor eu cuidar só da casa, mas aí como mulher, a gente é persistente, né, aí não desisti, mesmo ele não ficando muito satisfeito, eu continuei. E também, eu tive dificuldades com as crianças quando eles eram menores, porque eu não tinha quem deixar os filhos [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, Anã, 2022).

[...] o ruim pra mim é que é muito trabalho e o trabalho não para. Quando acaba o serviço com o turismo, o de casa vai ficando pro outro dia, e assim, vai acumulando, e o marido, os filhos, às vezes ajuda e não ajuda, e também, às vezes, o marido reclama que que os serviços de casa tão pra fazer [...] (Entrevistada 1 pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022).

Os depoimentos expressam que algumas mulheres da Resex ainda enfrentam desafios em conciliar questões profissionais e questões familiares. Com o advento do turismo em seus territórios, a mulher passa a se envolver e organizar a sua vida em consonância com a atividade e com o ambiente doméstico existente, porquanto a participação no TBC “[...] pouco muda na sua posição/participação dentro da família. Ela continua sendo dona de casa e desempenhando trabalhos domésticos, [...]” (Lunardi; Souza; Perurena, 2015, p. 190). Fato é que a forte presença feminina na atividade turística de base comunitária está concentrada na conexão entre o trabalho na comunidade e o trabalho familiar.

Daí o interesse de voltar-se para a condição das mulheres e sua relação com a atividade turística e os efeitos de adversidades diversas, principalmente, sobre suas vidas. E

quando se lança um olhar acerca do papel social feminino no TBC em territórios protegidos Ziolkowski (2019, p. 101) ressalta que:

[...] considerar as relações de poder, pois é o espaço que gesta e estabelece identidades, ritmos de vida, a propagação de saberes tradicionais e históricos, a harmonização da vida humana e da vida natural, mas também são espaços de disputa e conflitos, é lugar onde as resistências são cotidianas, pelo acesso aos bens comum, pela conservação dos recursos naturais.

Nos espaços protegidos, há uma relação política, econômica e cultural que se conecta ao meio ambiente e que resulta em posturas ativas e de resistência das mulheres nas atividades desenvolvidas nesses territórios. Tais posturas envolvem a busca pela autonomia feminina, a conquista de espaços de debates, de auto-organização social e de mobilização coletiva das mulheres. Os ensejos, os desafios e as limitações de enfrentamento, especialmente no âmbito familiar dessas mulheres, são relatados, no entanto, essas questões são ajustadas e transformadas na perspectiva de que elas possam atuar no TBC e, simultaneamente, propiciar suporte às demandas familiares.

Outro fator que se destaca é o tempo de residência na Resex. De acordo com as interlocutoras deste estudo, aproximadamente 95% das mulheres são moradoras das comunidades pesquisadas desde o nascimento delas. E 5% são oriundas de outros territórios pertencentes ao contexto da UC que não compõem esse estudo. Acredita-se que esse deslocamento ocorra em decorrência das práticas de trabalho com os recursos naturais e com a vida social (Favareto, 2019). As mulheres têm buscado nas relações intercomunitárias alternativas para a subsistência e modos de reprodução social.

Ao adentrar-se ao viés da atividade turística, e questionar-se sobre a definição de Turismo de Base Comunitária, às mulheres de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã situadas na Resex Tapajós-Arapiuns apresentaram respostas variadas (Tabela 7), as quais estão relacionadas a questões que envolvem principalmente os seguintes conceitos:

Tabela 7 – A compreensão das mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns sobre o TBC

Compreensão do TBC	Nº¹⁵⁰	(%)
Alternativa econômica	15	39
Autonomia feminina	12	31
Valorização/Proteção da sociobiodiversidade	7	18
Aprendizagem / Intercâmbio cultural	3	7
Protagonismo coletivo	2	5
Total	39	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

A compreensão de TBC para a maioria das entrevistadas (39%) perpassa pelo viés econômico. Elas entendem que a atividade é uma fonte complementar de renda e que se faz necessária para qualidade de vida local. Em seguida, 31% entende que a atividade propicia a autonomia feminina porque possibilita a aquisição de renda e sentimento de utilidade. Para 18% delas, o TBC relaciona-se à valorização e proteção da sociobiodiversidade. Isso significa que elas veem a atividade turística enquanto instrumento importante para a conservação ambiental. 7% percebe o TBC enquanto possibilidade de aprendizagens diversas e trocas culturais e 5% acredita que a atividade tem conexão com o protagonismo comunitário.

Ressalta-se que o TBC na Resex Tapajós-Arapiuns acontece com a participação feminina nas suas diversas práticas como: na produção de artesanato, na culinária local, na condução de trilhas, nos passeios de canoa, nas apresentações culturais, na hospedagem, entre outras. E para elas, a atividade constitui-se um modo de desenvolver o turismo pautado na participação comunitária, no protagonismo coletivo, no compartilhamento dos benefícios de forma equilibrada, na geração de renda, no incentivo a autonomia feminina, na transparência e na valorização da sociobiodiversidade, como pode ser averiguado nos relatos a seguir:

[...] eu entendo o TBC como um trabalho coletivo, onde eu não faço tudo sozinha, eu tenho que repartir as tarefas, eu divido os meus trabalhos com os comunitários, então eu entendo que no TBC as tarefas são divididas e a gente trabalha comunitariamente [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Miguel, 2023).

[...] eu entendo que o TBC é uma ajuda que eles (os turistas) trazem pra aldeia, e a aldeia trabalha no coletivo, a comunidade é transparente com seus aldeados e com os turistas. A gente trabalha no coletivo, então cada família aqui na aldeia tem a sua vez, então cada vez que vem os turistas as famílias são beneficiadas pra trabalhar na canoagem, pra cozinha, pra trilha, pra guia, para as apresentações culturais, casa de farinha... então tudo isso, é por vez, por família, cada família tem a sua vez e todos participam. E nós mulheres se sentimos felizes porque podemos ter a nossa independência financeira, sem ter que ficar pedindo tudo pro marido, né?! (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022).

[...] o TBC é o turismo que a comunidade pode viver do que ela tem, das riquezas que ela tem e não é aquele turismo que vem, entra gente que vem pra destruir,

¹⁵⁰ As entrevistadas responderam mais de uma opinião.

explorar muito. Não, o TBC é o que a comunidade pode fazer, pode levar os visitantes e com essas visitas na comunidade os comunitários podem vender seus produtos e crescer mais, proteger as florestas e os rios [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Maripá, 2022).

As concepções apresentadas por elas se aproximam do marco referencial para o TBC nas UCs federais estabelecidos pelo próprio Icmbio (Brasil, 2018, p. 12), o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento da atividade e reforça que:

[...] o Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

A Atividade Turística de Base Comunitária, na interpretação das entrevistadas, pode auxiliar na sobrevivência social, econômica e cultural de suas comunidades, assim como na conservação dos recursos naturais das áreas protegidas. Essas concepções se aproximam das defendidas por Strydom, Mangope e Henama (2018), os quais reforçam que o TBC deve incorporar o ambiente natural, cultural e humano e, simultaneamente, respeitar o delicado equilíbrio ambiental que caracteriza alguns destinos turísticos, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis, como as UC.

Elas também entendem que a prática do TBC tem a ver com aprendizagens diversas, sobretudo, as que correspondem ao intercâmbio cultural. A atividade por propiciar a vivência no cotidiano dos comunitários pode favorecer a troca entre “quem recebe” e “quem visita”, oportunizar a relação local-global e o exercício da interculturalidade (Irving, 2009). Ideia reiterada por Salazar (2012), ao expor que o encontro com o “outro” é primordial em uma experiência de contato cultural. Destarte, Maldonado (2009, p. 31) considera que “[...] a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica [...]”.

Na concepção das entrevistadas os turistas que buscam realizar o TBC em suas comunidades intentam vivenciar as atividades diárias locais, experienciar o cotidiano da comunidade, as práticas de sustento e a relação estabelecida com os recursos naturais, como é possível notar nos seguintes trechos:

[...] o TBC é conviver com as pessoas, é repassar o que a gente aprende para os turistas e para os comunitários, é receber as pessoas com muito carinho e atenção e aprender junto, porque eles aprendem sobre a nossa vida aqui no nosso território e a gente aprende coisas com eles também, então é uma troca né?! Eu acho que todo

mundo sai aprendendo tanto “os turista” como nós aqui também [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022).

[...] bom o TBC traz o conhecimento amplo. Trabalhar com o turismo, com o turista, com o visitante é uma aula diária, de convivência, de troca, de amor, de conhecimento. É uma coisa que é muito positiva, é uma coisa que eu sempre falo assim: eu sozinha não sou ninguém, eu preciso de vocês, dos turistas, dos pesquisadores, me incentiva a viver nessa parte, então isso pra mim é muito bom, o contato, a convivência com os visitantes [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Vila de Anã, 2022).

Para as interlocutoras, as experiências entre elas e os visitantes vão além do desfrutar das belezas naturais da área. Alguns turistas optam por experimentar o dia a dia, a cultura local, conhecer história daquele ambiente e estreitar a relação com os recursos da floresta. Os visitantes se dispõem, inclusive, a uma conduta menos exigente quanto ao tipo de hospedagem e alimentação, partilhando os espaços de convivência com os moradores locais. E nesse processo os habitantes locais e visitantes têm a possibilidade de compartilhar valores e aprendizagem mútuas.

Os principais pontos destacados por elas que envolvem a concepção de TBC são os aspectos econômicos, os aspectos socioculturais e os aspectos ambientais implícitos a atividade. Essa consideração se aproxima das ideias de Lunardi, Souza e Perurena (2015b) e Minari e Rabinovici (2014), os quais reforçam que o TBC é uma fonte de recursos econômicos. Uma fonte de conhecimento sociocultural na perspectiva da redução do isolamento e de envolvimento social (socialização) no contexto em que ocorre e constitui-se um possível instrumento direcionado às práticas de proteção ambiental.

As ações femininas, nas iniciativas turísticas de base comunitária nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, alertam para o fato de que quem faz a atividade acontecer não se estabelecem em pessoas neutras em termos de gênero (Alarcón, 2018). Pelo contrário, são mulheres que compreendem o TBC a partir dos papéis desempenhados, de suas vivências, das oportunidades e impactos que a atividade tem proporcionado na vida delas (Lunardi; Souza; Perurena, 2015a; Murguialday, 2012). Nesse sentido, o TBC tem influenciado também, segundo os depoimentos encontrados, no âmbito do empoderamento feminino e da autonomia pessoal.

Para Hashimoto e Telfer (2011), conforme apontam com Lunardi, Souza e Perurena (2015b), o empoderamento feminino a partir da lógica da atividade turística está relacionado, essencialmente, a fatores que envolvem a capacitação das mulheres atrelada a funções diferentes das que elas desenvolvem habitualmente, ao trabalho coletivo com outras mulheres,

ao acesso a novas fontes de renda, a participação pública e a um novo senso de independência pessoal e financeira. Pontos percebidos nas falas das mulheres atuantes com o TBC na Resex.

Na dinâmica do TBC os diversos trabalhos desenvolvidos por elas – a produção de artesanato, o serviço de condução/guia, os serviços que envolvem a alimentação, a hospedagem – são compreendidos como componentes importantes que favorecem a independência financeira, a valorização inter e intrapessoal, o aumento da autoestima, o acesso a múltiplos conhecimentos (Alarcón, 2018). Em síntese, as mulheres valorizam positivamente o seu trabalho no TBC porque lhes permite o enriquecimento cultural, a geração de renda e práticas de proteção e conservação dos recursos naturais e culturais.

Ao serem questionadas como ocorreu a inserção no fazer turístico de base comunitária (Tabela 8), quais e/ou quem foram as fontes de inspiração, constatou-se os seguintes fatores motivacionais:

Tabela 8 – Fatores que incentivam as mulheres da RESEX a atuarem no TBC

Motivações	Nº¹⁵¹	(%)
Motivação econômica	16	38
Influência interna	10	26
Influência externa	8	21
Motivação subjetiva	4	10
Valorização da comunidade/social	2	5
Total	40	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Percebe-se, com base na Tabela 8, que os fatores que conduziram a participação feminina no contexto do TBC nas comunidades da Resex foram múltiplos e envolvem elementos motivacionais como: a questão econômica, tendo em vista a geração de renda, a influência interna a partir familiares (alguém da família que já havia escutado sobre a atividade), a influência externa (incentivo por parte de amigos, vizinhos, Ong), a motivação subjetiva (necessidade de não ficar estagnada, interação social, liberdade etc.) e a ideia de valorização social de seus usos, costumes e tradições. Os relatos que se seguem ajudam a ilustrar as motivações apontadas pelo público feminino da Resex:

[...] porque ao redor da minha casa todo mundo falava em turismo, e aí deu curiosidade. Na verdade, eu comecei por curiosidade, aí eu fui gostando, fui vendo que era uma coisa boa tanto pra minha renda quanto pro meu conhecimento e fiquei trabalhando e tô até hoje [...] (Entrevistada 5, Pesquisa de Campo, Anã, 2022)

[...] eu comecei a trabalhar com o turismo porque eu tive o incentivo do Projeto Saúde e Alegria, nas conversas com eles, eu fui me interessando pela atividade, porque eu já trabalhava com o artesanato só não tinha essa visão de que eu poderia

¹⁵¹ As entrevistadas responderam mais de uma opinião.

vender mais para os turistas também, e o artesanato, eu tive o incentivo da minha mãe, da minha sogra, elas que me ensinaram a fazer [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Miguel, 2023)

[...] eu já nasci vendo a minha avó tecendo, porque tecer vem das nossas avós, aí elas passaram pra nossa mãe, e a gente passa para os filhos e netos, então a gente já cresceu sabendo tecer os artesanatos, mas a ideia de trabalhar com o turismo veio depois que eu vi a comunidade de Coroca vendendo os nossos artesanatos, então, a gente aqui da comunidade começou a despertar pra trabalhar com o turismo também [...] (Entrevistada 7, Pesquisa de Campo, Tucumã, 2022)

[...] o Turismo acontece a mais ou menos uns 25 anos na comunidade. Então, eu aprendi com a própria aldeia, porque já tinha os jovens, o grupo de jovens e eles sempre incentivavam a gente a participar das danças, pra mostrar a nossa cultura, daí eu fui me envolvendo, vendo que eu podia ter um dinheiro, divulgar a nossa cultura, aí eu fui querendo trabalhar com o turismo também [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022)

Entende-se que com anseios próprios as mulheres deixaram de ser apenas uma extensão do marido e da casa e passam a existir na sua individualidade. À luz de Hobsbawm (1995, p. 307), “[...] são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade [...]”. Nesse sentido, para as mulheres da Resex, a atividade turística se constitui em motivadora porque envolve elementos da sua própria realidade, que perpassam pelo ideal de melhoria socioeconômica, pela valorização das características locais e propagação do potencial turístico de seus territórios.

Para Lunardi (2006), quando a mulher se engaja na atividade turística ocupando um “posto” no turismo, há um ganho de prestígio, liberdade e autonomia fundamental para essa mulher, pois elas passam a ser “[...] alguém visto pelo mundo como indivíduo, e não como membro de uma espécie (“apenas esposa e mãe”) [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 248). Especificamente, para as mulheres que vivem no contexto rural, a liberdade financeira é um fator importante para a emancipação feminina e para a superação da condição de dependência muitas vezes atrelada a outros indivíduos, sejam esses seus pais ou maridos.

Mediante a realidade pesquisada, compreende-se que grande parte do trabalho relacionado ao turismo na Resex é feito por mulheres e isso trouxe para as comunidades transformações socioespaciais que forjaram novas territorialidades humanas às quais essas mulheres buscaram se adaptar. Compreende-se que elas detêm papéis ligados, diretamente, ao turismo, e estes são substanciais para o seu desenvolvimento pessoal, sociocultural, econômico e ambiental. É fundamental, como explana Alarcón (2018), identificar as necessidades e prioridades dessas mulheres em relação ao impacto da atividade turística e das lacunas de gênero em seu contexto.

Ao serem questionadas sobre o número de horas habitualmente trabalhadas por dia com a atividade turística de base comunitária, a Tabela 9 demonstra que:

Tabela 9 – Carga horária de trabalho no TBC na Resex

Horas de trabalho/dia	Nº	(%)
Até 4 h/dia	21	55
De 6h a 8h/dia	14	37
De 9h a 12h/dia	3	8
Total	38	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Em termos de horas de trabalhadas por dia, incluindo finais de semana e feriados, os dados expostos na Tabela 9 demonstram que a maior parte das mulheres da Resex interlocutoras desta investigação, isto é, 55% atuam em até quatro horas diárias com o TBC. Em seguida 37% trabalham entre seis a oito horas por dia e 8% atuam de nove a doze horas diárias. Esses dados revelam, em consonância com os depoimentos das entrevistadas e o que foi observado *in loco*, que o público feminino atuante com atividade turística nas comunidades pesquisadas busca conciliar as atividades rotineiras com os trabalhos no turismo.

Muitas iniciam seus trabalhos diários no clarear do dia. Direccionam-se, primeiramente, para os trabalhos domésticos (preparação do café da manhã, arrumar os filhos para a escola, limpar a casa e o entorno, cuidar das plantações, da criação doméstica como cães, gatos, galinhas por exemplo e fazer o almoço). Nesse ínterim, buscam organizar seus horários de trabalho de acordo com a atividade turística a ser desempenhada e com a sua realidade, como é possível observar nos trechos a seguir:

[...] por causa que é assim como a gente é a mulher da casa, né?! a gente acorda cedo e faz as coisas de casa, depois para e vai tecer até umas três horas da tarde, daí levanta pra fazer as coisas de casa de novo, aí depois senta de novo. É assim a vida da gente, é assim faz de tudo, essa parte da casa até a noite, aí quando tem um tempinho a gente tece ainda até a hora que desliga o motor, então a gente vai tecendo até a hora que dá [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Marcos, 2022)

[...] hoje eu tô mais na parte de anfitriã mesmo, as pessoas chegam, eu vou lá atender. Então a minha parte hoje tá mais nesse ramo, anfitriã. A anfitriã entra 07:30 pra tomar café com eles (os turistas), almoça com eles, aí vamos dar uma descansadinha, umas 15h eu vou lá em casa tomar um banho e volta a partir das 16h e fico até o jantar, umas 21h (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Vila de Anã, 2022)

[...] às vezes tem turista que chega sem avisar, vem com os barqueiros, não vem em grupo, então a gente se vira nos 30 pra fazer tudo, né?! a gente para os serviços de

casa e dá atenção para o turista, e quando o termina o nosso trabalho com o turismo a gente volta para os serviços de casa de novo. Então eu acho que eu trabalho mais de 8 horas por dia com o turismo aqui na aldeia. Eu sou condutora, sou artesã, trabalho com canoagem, cozinheira e ainda faço farinha. Eu procuro me esforçar pra não deixar o turista sair sem a vivência, daqui, sem as experiências que o turista quiser vivenciar na nossa aldeia [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022).

Conforme os relatos, compreende-se que, para as mulheres da Resex, as horas diárias dedicadas ao turismo são intercaladas com as tarefas cotidianas no ambiente familiar. Isso significa dizer que mesmo trabalhando com a atividade turística na comunidade, as mulheres não estão isentas de realizar atividades domésticas em seus contextos, caracterizando assim o que Lunardi (2006) chama de multifuncionalidade feminina. A dinâmica de vida e de organização de trabalho delas busca atrelar a prática da agricultura, as atividades ligadas ao TBC e os afazeres domésticos.

Os apontamentos apresentados pelas entrevistadas corroboram, ainda, com as ideias das autoras Garcia-Ramon e Baylina Ferré (2000), as quais destacam a atuação feminina no contexto rural em cinco aspectos no que corresponde a interface trabalho: 1) o trabalho doméstico; 2) no turismo; 3) na agricultura; 4) na horta doméstica; e 5) em outras atividades remuneradas. Assim, a partir dos muitos relatos das mulheres entrevistadas e com as incursões em campo observou-se a partir de Di Ciommo (2007, p. 8) que:

[...] a responsabilidade com a saúde e o bem-estar dos filhos está presente no cotidiano das mulheres, que se esforçam para articular a esfera da reprodução com a vida produtiva, visando a manutenção dos membros da família no trabalho e garantindo sua continuidade [...]

Entende-se que, embora as múltiplas jornadas femininas de trabalho no contexto rural sejam pertinentes e demandam análises mais aprofundadas, o que não cabe a esta investigação realizar, o turismo desempenha um papel significativo na vida dessas mulheres, pois se verifica que a atividade na utilização do território rural de acordo com Sampaio e Carvalho (2011, p. 9):

[...] apresenta-se como uma ferramenta importante para inclusão da mulher no mercado de trabalho, oferecendo ocupações ligadas à culinária, ao artesanato e à hospedagem em geral. O turismo, adotado como ferramenta de desenvolvimento, passa a ser, no entanto, fator influenciador das relações de gênero no meio rural. Com a expansão das atividades turísticas nas propriedades rurais e a inclusão da mão-de-obra feminina, a mulher transforma-se em protagonista de um cenário no qual sempre havia sido coadjuvante, ou seja, inicia-se uma nova construção de sua identidade como ser produtivo e social [...]

O público feminino tem uma dinâmica diversificada no que tange ao tempo de trabalho no TBC no contexto da Resex. As mulheres que atuam em maior intensidade com o artesanato, por exemplo, informaram que desenvolvem seus trabalhos sem horários pré-determinados. Elas fabricam as peças nos intervalos entre uma tarefa doméstica e outra. As que trabalham com os serviços que envolvem a alimentação, a hospedagem e a condução possuem horários definidos, isto é, a organização do uso do tempo de trabalho tem por fim atender à necessidade do turista. O fato é que todas relataram que buscam realizar suas atribuições profissionais alternando entre o tempo destinado ao turismo e as tarefas pessoais.

No que se refere ao rendimento mensal médio advindo com o turismo, a Tabela 10 assinala que:

Tabela 10 – Renda Média das mulheres da Resex com o TBC

Renda mensal	Nº	(%)
Até 1 salário-mínimo	36	95
2 a 3 salários-mínimos	2	5
Total	38	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Esses dados demonstram que o rendimento médio que o TBC gera para 95% das interlocutoras é de no máximo um salário mínimo por mês. Somente 2% das entrevistadas obtém ganhos econômicos que somam cerca de dois a três salários mínimos mensais, isto é, quase R\$ 3.000,00, realidade essa encontrada apenas na Comunidade de Vista Alegre do Capixauã. Elas informaram ainda que o valor mínimo recebido por atividade relacionada ao turismo fica em torno de R\$ 100,00, isso mesmo na alta temporada. Ressalta-se que os valores aqui expostos têm como rendimento base o salário mínimo do ano de 2022¹⁵², ano em que a pesquisa de campo foi realizada.

Para as mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns, as atividades relacionadas ao TBC são uma renda complementar, uma vez que a principal atividade econômica desenvolvida por elas ainda é agricultura. Identificou-se que elas costumam gastar a renda advinda com o turismo, principalmente, com as despesas diárias delas e das famílias, como a energia, a alimentação, o consumo pessoal – roupas, cosméticos, remédios, investem nos seus empreendimentos entre outros, como nota-se nos seguintes relatos:

[...] eu não vou pontuar, nunca me preocupei em separar o que eu ganho do turismo, mas quando tava bom, em 2016 por exemplo, que foi um ano bom de turismo pra nós, nessa época tirava 1 salário por mês, mas agora não. Com as minhas despesas,

¹⁵² Valor do salário mínimo: R\$ 1.212,00.

sabe como é mulher, não sou diferente. Então eu compro as minhas coisas, roupa, remédio, eu ajudo, eu faço doação pra igreja, ajudo na criação dos peixes pra comprar compra ração e por aí vai [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Vila de Anã, 2022).

[...] bom, eu vivo do plantio da mandioca né, de fazer a farinha pra vender, então eu trabalho como agricultora e no turismo trabalho com o artesanato, sou artesã e com a alimentação pros turistas. No mês de dezembro de 2021 eu tirei R\$ 531,00 reais com o turismo e em janeiro desse ano de 2022 eu já tirei R\$ 657,00 reais por mês. Então pra mim, dá pra ganhar um dinheiro bom com o turismo. E eu costumo gastar esse dinheiro do turismo comprando desde calçado pra mim, pros meus filhos até a alimentação pra nós [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, São Marcos, 2022).

[...] dá pra ganhar mais ou menos uns R\$ 2.900 reais só com as apresentações de danças, fora o grafismo, o artesanato. E a gente vem trabalhando com essa renda pra manutenção da aldeia, com a manutenção da luz, despesas da comunidade. A renda obtida a gente divide uma parte pra melhorar o turismo e a infraestrutura da comunidade e outra parte pras pessoas que trabalharam. O dinheiro que eu ganho com o TBC, da minha parte, eu mando pras minhas filhas que estão morando em Santarém, também ajudo nas despesas da minha casa e compro alimentação [...] (Entrevistada 9, Pesquisa de Campo, Vista Alegre do Capixauã, 2022).

Com base nesses depoimentos constata-se que embora o retorno financeiro advindo com o TBC não seja tão expressivo em termos monetários para a lógica capitalista vigente, ainda assim, para o público feminino da Resex é um acesso importante e constitui-se em uma alternativa econômica viável, pois remete a um complemento na geração da renda familiar e na sobrevivência dessas mulheres. Para elas, em concordância com Pontes, Ribeiro e Nascimento (2013), os recursos monetários oriundos com a atividade turística de base comunitária relacionam-se com a dinâmica da subsistência, da manutenção das práticas socioculturais, bem como possibilitam mais qualidade na condição de vida das famílias locais.

Quanto aos desdobramentos que o Turismo de Base Comunitária acarretou para a vida dessas mulheres amazônidas, os relatos apontam os aspectos positivos e negativos, conforme nota-se na Tabela 11.

Tabela 11 – Desdobramentos que o TBC gerou na vida das mulheres da Resex

Positivos	Nº	(%)	Negativos	Nº	(%)
Liberdade/Independência financeira	12	31	Muito trabalho/Cansaço	13	34
Fonte alternativa de renda	10	26	Desconhecimento de idiomas	8	21
TBC é um trabalho mais leve que a agricultura	8	21	Falta de tempo livre	6	16
Aquisição Conhecimento/Aprendizagem/Trocas	5	13	Conflitos pessoais (marido)	5	13
Empoderamento/Autonomia/Autovalorização	3	7	Perda de privacidade	5	10
Valorização social e trabalho coletivo	2	2	Ausência do poder público	3	6
Total	40	100	Total	40	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Para elas, o TBC é positivo dado que propicia a independência financeira (31%), constituindo-se em uma fonte geradora de renda (26%) visto que, muitas vezes, elas não podem se afastar de suas residências para trabalhar. Ademais, o trabalho com o TBC é considerado mais leve que o trabalho com a atividade agrícola (21%). Elas reconhecem o valor social da atividade, pois a partir das interações com os turistas, têm a oportunidade de ampliar e/ou adquirir conhecimentos, realizar trocas culturais, aperfeiçoar as relações sociais com pessoas exógenas à sua realidade (13%) e o TBC favorece o sentimento de empoderamento, autonomia e autovalorização (7%), bem como a valorização social e o trabalho coletivo (2%).

Os pontos negativos apontados por elas referem-se às questões que envolvem o excesso de trabalho e o cansaço (34%), seguido do desconhecimento de idiomas (21%). Elas também destacaram a falta de tempo livre (16%) para desfrutarem de anseios próprios como banhos de igarapé, mais tempo com os filhos, tempo para estudos, entre outros. Apontaram os conflitos familiares, principalmente, com os cônjuges, devido a não aceitação do trabalho desenvolvido por elas (13%). Outro ponto destacado trata da falta de privacidade (10%) devido a hospedagem em suas residências e ausência de iniciativas do poder público (6%) especificamente voltadas para o público feminino atuante no turismo no contexto da UC.

Tendo em vista a necessidade de exemplificar esses desdobramentos que o TBC trouxe para as mulheres da Resex, elencaram-se alguns relatos das entrevistadas:

[...] o TBC trouxe meu conhecimento, minha independência financeira pouco ou muito, mas eu tenho meu dinheirinho. Eu me senti mais valorizada contribuindo dentro de casa. Com certeza, engrandece eu como mulher contribuindo com meu marido. E em termo de conhecimento, de socialização, quando a gente é mulher assim da roça, a gente fica mais dentro de casa, mas aí com o turismo não, a gente vai conhecendo culturas diferentes, pessoas diferentes, histórias diferentes então aos pouquinhos a gente vai colhendo algo pra gente. Negativo foi que a nossa privacidade muda, tendo uma pessoa de fora dentro de casa, mas isso já faz parte do trabalho né [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Vila de Anã, 2022).

[...] pra mim, o turismo ajudou na influência e no conhecimento. Com a chegada do turismo dentro da nossa comunidade, nós tivemos um pouco mais de influência, de aprendizagem, a gente começou a saber explicar, perdeu o desembaraço pra conversar com as pessoas, pra falar. E o ponto negativo foi que quando eu comecei a trabalhar com o turismo o marido não queria muito, ficava meio emburrado, depois eu consegui convencer ele, porque mulher consegue essas coisas e hoje tá tudo bem. E também acho que a gente precisava de mais incentivo do órgão público, vim aqui nos apoiar [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, São Marcos, 2022).

[...] o ponto positivo pra mim é a liberdade financeira, com o nosso trabalho a gente pode comprar as coisas sem precisar ficar pedindo nada pra ninguém, e também sai um pouco do trabalho com a mandioca né, que é um trabalho pesado né? Negativo é não saber falar o idioma, a gente fica perdida né quando chega um gringo por aqui [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Maripá, 2022).

[...] a minha vida mudou muito porque eu trabalhava na roça todo dia, trabalho pesado pra mim, e às vezes eu nem tinha dinheiro pro resto do mês, agora com o turismo não, eu já tenho uma outra renda que ajuda bastante, e eu vejo que eu posso mudar a minha vida com outro trabalho, e até aqui na comunidade eu me sinto mais valorizada. Então, agora, tem também as parte ruim né? que é a gente tem que dar conta dos serviços da casa e do turismo, e eu acho que deveria ter mais incentivo, apoio do serviço público pra nós mulheres [...] (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, Tucumã, 2022).

Na concepção de Wagley (1988), a análise sobre a mulher amazônica (a exemplo das mulheres deste estudo) consiste em investigar seus modos de vida, seus trabalhos e suas relações sociais advindas do cotidiano coletivo e do desenvolvimento do trabalho. Assim sendo, reforça o autor: “[...] quase toda mulher ajuda os maridos nas roças, plantando e colhendo mandioca e são elas que fabricam praticamente sozinhas, a farinha de mandioca [...]” (Wagley, 1988, p. 172), ou seja, a multifuncionalidade feminina em seus territórios é evidente. E na conjuntura do TBC essa realidade não é diferente.

Observou-se, no decorrer desta investigação, que sem o trabalho da mulher seria difícil a gestão e a prática do TBC nas comunidades da Resex, isso porque são elas que se desdobram para que a atividade aconteça de forma efetiva nos seus territórios. Elas fazem o artesanato, produzem a farinha, atuam na produção da alimentação para o turista, atuam na hospedagem, na condução, participam de reuniões comunitárias. Outrossim, não se desligam da prática da agricultura, de cuidar/zelar pelas crianças e idosos de seus contextos familiares e de realizar os afazeres domésticos.

Contudo, há que se considerar que o Turismo de Base Comunitária permite maior inserção das mulheres no contexto do trabalho produtivo e, conseqüentemente, uma possibilidade de reconhecimento e visibilidade maior do trabalho feminino (Lunardi, Souza, Perurena, 2015). Pode-se dizer que o turismo suscita nelas o aumento da autoestima, a melhoria da qualidade de vida, a autonomia financeira, o sentimento de liberdade, favorece as trocas culturais e processos de aprendizagem individuais e coletivos.

É de responsabilidade das mulheres das comunidades pesquisadas a maior parte das tarefas cotidianas, assim como o protagonismo na condução da atividade turística de base comunitária. Logo, a partir de Araújo (2016, p. 45) reforça-se a:

[...] necessidade de construção de uma proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero que promovesse a valorização do trabalho doméstico da mulher ao mesmo tempo em que contribuísse para a divisão de tarefas e responsabilidades de forma justa e equitativa entre os gêneros. Tratar-se-ia, desse modo, não só da inclusão das mulheres na atividade turística, mas também, dos homens nos diversos afazeres relativos à sua implantação e desenvolvimento.

Essas mulheres desempenham múltiplos papéis. E no âmbito do TBC não é diferente. Assim, os apontamentos mencionados por elas ratificam que ainda há “[...] a sobrecarga de trabalho atribuído às mulheres dentro dos conceitos do patriarcado [...]” (Cabral, 2017, p. 100) e reforçam a necessidade de se considerar que os conhecimentos e a prática sobre turismo trazem inquietações que envolvem a participação das comunidades, a atuação do Estado, a sustentabilidade local (Araújo; Malheiros, 2013), tal como as problemáticas e anseios que envolvem a relação mulheres e seus papéis no turismo.

Para esta investigação, entende-se que as ações das mulheres, em contextos de área protegidas, têm gerado desdobramentos que associam o desenvolvimento endógeno, o reconhecimento identitário, a designação territorial e coletiva, a promoção da visibilidade feminina no desenrolar da atividade turística e em práticas direcionadas ao viés da sustentabilidade ambiental. O que se tem apresentado nesta pesquisa não se resume à presença feminina apenas na lógica do turismo, mas também destacar o quanto é fundamental a participação da mulher para a manutenção dos recursos naturais e reprodução sociocultural de suas sociedades.

Nesse sentido, as mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns ao serem questionadas sobre a possibilidade de contribuição ou não do TBC para a sustentabilidade ambiental em seus territórios, nota-se a seguinte configuração exposta na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12 – Contribuições do TBC para a sustentabilidade ambiental a luz da ótica feminina

Contribuições do TBC	Nº¹⁵³	(%)
Cuidado/limpeza	16	41
Afeta as atitudes e comportamentos	8	21
Conservação das espécies da fauna e flora	7	18
Preservação cultural	4	10
Controle do número de visitantes nas comunidades	4	10
Total	39	100

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

As comunidades que habitam as áreas protegidas deste estudo são embasadas em relações sociais e culturais construídas em seus territórios. Assim sendo Minari e Rabinovici (2014, p. 48) enfatizam que o:

[...] território é muito importante para esses grupos, pois representa não apenas um simples local de moradia, mas sim os meios de subsistência, de trabalho, de produção e convívio social, assim como, o espaço das representações mentais e do imaginário mitológico dessas comunidades.

¹⁵³ As entrevistadas responderam mais de uma opinião.

Para promover a melhoria da qualidade de vida da população local e a conservação da biodiversidade, várias alternativas foram implementadas nessas áreas, dentre essas o TBC. Assim ao questionar sobre as contribuições ou não do TBC para a sustentabilidade ambiental, 41% das entrevistadas apontaram que a atividade favorece o cuidado (zelo) e a limpeza local, 21% relataram que a atividade afeta positivamente as atitudes e comportamentos dos moradores e turistas quanto aos cuidados ambientais, 7% reforçaram que o TBC auxilia na conservação das espécies da fauna e flora, 4% acredita que o turismo contribui para preservação de suas culturas e também 4% ressaltaram que o TBC auxilia no controle de visitantes nas comunidades.

Os depoimentos das interlocutoras ilustram esses dados, como é possível notar a seguir:

[...] ele, o turismo de base comunitária contribui muito para o meio ambiente, porque nós precisamos de um lugar sem poluição para fazer a nossa criação de peixe para alimentar o turista, nós precisamos que a nossa mata esteja em pé, que ela esteja saudável, que esteja com flores pra abelha ter o mel, pra trabalhar o mel, fazer o trabalho delas de polinização para nós termos um mel. Precisamos da floresta boa, tratada, pra fazer uma trilha para mostrar pro visitante a nossa vida, a nossa cultura. Então o TBC ele contribui sim muito para o meio ambiente e ele o TBC precisa muito mais da unidade de conservação do que a unidade de conservação dele [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Vila de Anã, 2022).

[...] pra mim o TBC ajuda na sustentabilidade porque ele não fere o verde, é ao contrário, ele valoriza. Você não vai derrubar, não vai jogar lixo no rio, nem matar os animais sem precisão, porque o turista chega aqui, não quer ver isso. Então, você vai plantar se preocupando se tá conservando o verde. Eles querem ver a nossa riqueza natural. Então é muito bom trabalhar com o artesanato, porque ajuda no plantio, em preservar a floresta, porque o nosso trabalho de artesã não fere a natureza e nos alimenta também [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, São Marcos, 2022).

A atividade turística nas áreas protegidas tem características próprias que a torna favoráveis para práticas de conservação. Para elas, interpreta-se que o TBC busca respeitar os ecossistemas nos quais se reproduz e reivindicar a conservação dessas áreas, favorecendo um novo elo entre a atividade turística e o ambiente natural em que se estabelece (Sampaio, 2005). Para Leung *et al.* (2019), ao promover a interligação, a vivência e a assimilação acerca do patrimônio natural e cultural local, o TBC possibilita aos visitantes a reflexão sobre o valor e a proteção dos recursos naturais como um todo.

A questão da sustentabilidade e a perspectiva de gênero é essencial, pois como é a mulher quem tem poder decisório sobre o aumento populacional, sobre o consumo da residência – é ela quem realiza as compras e cozinha para a família. Na maioria dos casos,

suas opiniões e entendimentos são fundamentais para proposição de alternativas as questões socioambientais.

As mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns entendem que as dimensões da sustentabilidade ambiental perpassam pelas ações individuais e coletivas, e essas ações não se referem a processos isolados e, sim, às diversas atividades humanas que conectadas conduzem a busca por uma sociedade sustentável (Lamim-Guedes; Inocêncio, 2018). Essas ideias delas também se aproximam com as de Sachs (2002), o qual deixa claro que, para o alcance da sustentabilidade planetária, é necessário valorizar as pessoas, seus costumes e saberes. Isto é, se deve ter uma visão holística dos problemas socioambientais, para além de focar apenas na gestão dos recursos naturais.

A Flona Tapajós, por sua vez, é uma das UC que concentra um número significativo de pesquisas científicas na Amazônia brasileira. O território possui uma das mais expressivas atividades de manejo madeireiro sustentável em florestas tropicais do mundo, e constitui-se em uma das áreas protegidas que mais recebe visitantes na região Norte do País (Brasil, 2021). Assim, verifica-se que, nessa área, vem se expandindo o Turismo de Base Comunitária. E as comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá se destacam por serem as pioneiras na atuação com a atividade no território e por apresentarem um número importante de mulheres à frente do TBC, fatores estes que contribuíram para a pesquisa *in locus*.

Posto isto, a configuração da participação feminina no TBC na Flona Tapajós (Quadro 29) apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 29 – Atuação das mulheres no TBC na Flona Tapajós

Comunidades	Principais atividades
São Domingos	Produção e comercialização do óleo de andiroba, copaíba, mel, poupa de frutas, horticultura, serviços de alimentação, limpeza e condução
Maguari	Produção e comercialização de artesanato, serviços de alimentação, limpeza, hospedagem, apresentação cultural
Jamaraquá	Produção e comercialização de artesanato, serviços de alimentação, hospedagem, limpeza, condução/guia

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

As atividades referentes ao turismo no contexto da Flona Tapajós são constituídas, substancialmente, pela força do trabalho feminino. As mulheres de São Domingos, Maguari e Jamaraquá aprenderam por meio de seus saberes e fazeres, a conduzir/guiar os visitantes na floresta, a manusear canoas, a dialogar com pessoas diversas, a hospedar em suas casas, a valorizar os elementos da culinária, bem como da cultura local, a utilizar os recursos da

floresta, tendo em vista a necessidade de desenvolvimento endógeno e a melhoria da qualidade de vida no território.

A representação feminina em São Domingos gira em torno do grupo “Amélias da Amazônia”, que corresponde a um coletivo de mulheres extrativistas que integra a Associação dos Produtores de Óleo de Andiroba Quatro Irmãos (Asprodaqi) vinculados à comunidade. A origem do coletivo de acordo, com Tapajós (2022, p. 310), deu-se no ano de 2019 devido:

[...] a uma visita da representante da associação Asprodaqi ao Laboratório P&D Farmacotécnico e Cosmético da Universidade Federal do Oeste do Pará. Na ocasião, três comunitárias expuseram seus interesses em estabelecer parcerias com a universidade, para o aprimoramento e delineamento de novos bioprodutos, a partir dos óleos vegetais extraído das sementes da andiroba (*Carapa guianensis*), da copaibeira (*Copaifera sp.*) e seus resíduos sólidos oriundos dos processos extrativos [...].

A origem do nome Amélias da Amazônia advém da junção de algumas letras das palavras que denominam as principais matérias-primas utilizadas para a extração dos óleos comercializados pelas mulheres. Associou-se à letra A da palavra Andiroba, juntamente com a palavra mel e a letra i da palavra Copaíba, e juntas constituíram a palavra Amélia (Tapajós, 2022). E a palavra Amazônia faz referência à região onde moram. Atualmente, o grupo está composto por cerca de 9 mulheres e 3 homens e todos trabalham tendo em vista a divulgação comercialização a valorização dos produtos locais idealizados por elas.

A produção de óleos em São Domingos é uma atividade, fundamentalmente, feminina e associada a esse trabalho elas desenvolvem atividades relacionadas ao TBC. Estas acontecem, sobretudo, em torno da comercialização dos produtos naturais, anteriormente citados, há também 4 redários na comunidade, local em que elas exercem funções direcionadas a hospitalidade, a alimentação dos hóspedes e limpeza dos espaços.

Em Maguari foram 8 mulheres que contribuíram com esta pesquisa. As atividades desempenhadas por elas associadas ao turismo estão direcionadas principalmente para os serviços de hospedagem, produção da culinária regional, bem como o usufruto dos recursos naturais com destino a produção de artesanatos, e de óleos naturais. Na comunidade, existem 21 condutores/guias, todos homens. No período da pesquisa, as entrevistadas relataram que estavam realizando treinamentos para atuarem como condutoras.

Das comunidades da Flona, a comunidade de Jamaraquá é a que possui o maior quantitativo de mulheres atuando em diversas atividades relacionadas ao TBC. E esta investigação contou com a participação de 15 mulheres.

Nas comunidades da Flona Tapajós participaram deste estudo 2 mulheres de São Domingos, 8 mulheres de Maguari e 15 mulheres de Jamaraquá, totalizando 25 interlocutoras. Sobre a faixa etária (Tabela 13) delas, os dados apontam que:

Tabela 13 – Faixa etária das mulheres atuantes com o TBC na Flona Tapajós

Faixa etária	Nº	(%)
15 a 20 anos	3	10%
21 a 30 anos	11	47%
31 a 40 anos	5	21%
41 a 50 anos	2	7%
51 a 60 anos	3	10%
61 a 70 anos	1	5%
Total	25	100%

Fonte: Adaptado pela autora com base na pesquisa de campo (2022).

Os dados anteriores demonstram que a maior parte do público feminino entrevistado (47%) tem a faixa etária distribuída entre 21 e 30 anos. Comparada com as mulheres da Resex, as mulheres da Flona Tapajós atuantes com o TBC são mais jovens. Apesar da jovialidade, elas apresentam suas multifuncionalidades. São mulheres agricultoras, condutoras, artesãs, cozinheiras, gestoras e, simultaneamente, são mães, filhas e esposas. Em menor percentual, estão as mulheres com a idade mais avançada, na faixa de 61 a 70 anos (5%). Os trabalhos desenvolvidos por essas últimas estão direcionados a alimentação e hospedagem nas comunidades.

A faixa de idade com maior público (47%) pode ser explicada à luz de Lunardi e Almeida (2006), os quais destacam que o esforço que alguns modelos de atividade turística atendem ao perfil das mulheres rurais dado que possibilita a elas recepcionar os visitantes no contexto doméstico e, ao mesmo tempo, proporcionar o cuidado com a família. Ou seja, segundo os autores é possível trabalhar sem sair de casa e, ainda com a formação necessária para atuar no TBC, sem a imposição de que as mulheres se profissionalizem. Posto isto, posterior ao aspecto da idade foram levantadas informações acerca da escolaridade (Tabela 14).

Tabela 14 – Escolaridade das mulheres atuantes com o TBC na Flona

Escolaridade	Nº	(%)
Ensino Fundamental Incompleto	2	11%
Ensino Fundamental Completo	6	25%
Ensino Médio Incompleto	4	14%
Ensino Médio Completo	12	48%
Ensino Superior	1	2%
Total	25	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Conforme a Tabela 15, observa-se que das entrevistadas 48% possui o Ensino Médio completo. E uma minoria (2%) das mulheres da Flona Tapajós atuantes com o TBC tem o Ensino Superior. Esses dados refletem pouca escolaridade e, de acordo com as interlocutoras desta pesquisa, vários elementos contribuem para isso, dentre esses estão: a dificuldade de acesso ao ensino público de qualidade próximo de suas residências, a necessidade de trabalhar para sobrevivência, a falta de incentivo, entre outras. Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 63) afirmam que “[...] isto mostra o quanto a população rural sofre com a falta de políticas públicas de educação, emprego e renda que possam garantir melhor qualidade de vida [...]”.

No contexto amazônico, tratar do viés educacional significa adentrar uma realidade complexa que envolve a perspectiva histórica, socioeconômica, política, ambiental e cultural representada pelas diversas formas de ocupação desse território (Matos; Reis, 2018). E compreender que, no caso das mulheres, esse processo educacional perpassa pela desconstrução da imagem feminina de figura passiva, subjugada, primitiva, do lar e aceitar que as mulheres da Amazônia, como afirma Amorim (1987, p. 40) “[...] têm domínio social, econômico e cultural sobre determinadas atividades [...]”.

Assim é indispensável que a educação para elas seja um elemento de afirmação social, de construção identitária que ratifica a força das mulheres rurais, que reconheça seus múltiplos papéis no mesmo território (Matos; Reis, 2018) e a sua importância para o desenvolvimento local. Uma educação, como reforçam Neri e Oliveira (2019), que se comprometa com os direitos humanos, que tenha foco na justiça social, que represente as vozes das camadas populares, que descolonize os pensamentos e, sobretudo, que valide os saberes culturais femininos advindos dos segmentos populares historicamente excluídos.

Outro aspecto de destaque no perfil das entrevistadas trata-se do estado civil. Acerca disso, conforme a Tabela 15, observa-se que:

Tabela 15 – Estado civil das mulheres atuantes com o TBC na Flona

Estado civil	Nº	(%)
Casada	19	75%
Solteira	5	20%
Viúva	1	5%
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Conforme os dados anteriores, na Flona Tapajós, a maioria das mulheres que desenvolvem o TBC nas comunidades pesquisadas são casadas (75%). E uma minoria delas são viúvas (5%). No decorrer da investigação em campo, observou-se que as famílias, em média, são constituídas por, aproximadamente, três a cinco descendentes. Duas entrevistadas

informaram que: a entrevistada 6 de Maguari tem 8 filhos e a entrevistada 9 e Jamaraquá tem doze filhos. 3 interlocutoras relataram não serem mães ainda. Fato é que de acordo com Di Ciommo (2007, p. 6):

[...] as mulheres assumem grande parte da responsabilidade pela sobrevivência e socialização nas famílias e essa é uma variável fundamental para pensarmos na interrelação entre práticas de preservação, uso dos recursos naturais e equilíbrio nas relações de gênero [...]

A mulher da Flona tal qual a da Resex precisa ajustar as tarefas domésticas, tempo de trabalho no turismo e na agricultura. Essa conciliação, às vezes, é árdua, especialmente, nos períodos de maior visitação turística. É necessário, por parte delas, um domínio do tempo, gerenciar os conflitos dos papéis tradicionais de gênero no meio rural e o apoio familiar. Sobre essa questão dos conflitos na prática do TBC, para 90% das entrevistadas, o estado civil delas e a existência de filhos não constituem obstáculos para que possam atuar na atividade, como nota-se nos relatos a seguir:

[...] o turismo trouxe mais trabalho pra mim enquanto mulher, mas pra mim isso não é negativo, porque mais trabalho que eu tinha mesmo era na roça, porque tinha quer ir pra roça capinar, torrar farinha. Era um trabalho mais pesado mesmo, então pra mim não impactou nada de negativo, eu consigo cuidar da casa, os filhos não me impedem de trabalhar, e nem o marido nunca me impediu não [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

[...] eu sempre falo assim, que a gente trabalha, as mulheres aqui trabalham igual aos homens, e as vezes a mulher ainda trabalha além, porque o homem ele vai ali na trilha, volta, vai pescar. A mulher não, chega já tem roupa pra lavar, então pra mim as mulheres trabalham bem mais que os homens. E eu graças a Deus, não tenho problema com marido, mas eu acho tem muitas mulheres por aí né?! que ainda se sente muito em casa, só cuidando dos trabalhos domésticos. Então aqui o nosso desafio é trabalhar todo mundo de forma igual, homem, mulher, não tem diferença, e incentivar essa mulher que tá só em casa a vim trabalhar também [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

Para 20% das entrevistadas foram apontados obstáculos em conciliar o trabalho com turismo nas comunidades e as questões familiares. Sobre isso seguem alguns registros:

[...] assim, quando eu comecei a trabalhar o marido achava que não ia dar certo, dizia que eu tava perdendo meu tempo fazendo bugiganga da floresta, ele usava essa palavra. Ele não entendia muito assim, o meu trabalho. E eu procurei explicar, mostrar pra ele que era uma coisa boa, que eu podia ter renda pra nós. Daí e que ele foi vendo o meu trabalho, o das outras mulheres aqui da comunidade e foi mudando o pensamento. E hoje acabaram as briga por causa disso [...] (Entrevistada 4, Pesquisa de Campo, Maguari, 2022).

[...] eu chego de lá da trilha, vou fazer meu artesanato, trago pra cá, pra lojinha, daí eu vendo e vou fazer outro artesanato de novo, depois paro, cuido da casa, dos

filhos, daí que eu não tenho mais aquele tempo assim só pro marido. Eu agora tenho que ganhar meu dinheiro, e as vezes o marido fica meio enciumado. Ele não fala, mas eu percebo que ele não gosta muito não que eu vá trabalhar em vez de dar atenção pra ele [...] (Entrevistada 11, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

Diante do exposto, acredita-se, com base em Sigüenza, Brotons e Huete (2013), ser necessário rever a construção de uma identidade feminina que perpassasse por várias responsabilidades que são atribuídas exclusivamente à mulher, dentre essas as da maternidade e dos cuidados domiciliários. A distribuição desproporcional das responsabilidades domésticas entre mulheres e homens e a escassez de apoio social justificam os conflitos vividos pelas mulheres em diferentes realidades, seja no meio rural ou urbano. Nesse cenário, o trabalho com o turismo não é exceção a essas questões, tanto que precisam ser analisadas e revistas à luz da perspectiva de gênero.

Os dados até aqui apresentados reforçam que a questão da mulher no turismo pode ser pesquisada a partir de diferentes prismas. Esses estudos podem contribuir para mapeamento de áreas, apontar os limites e as possibilidades para atenuar as desigualdades de gênero e para se pensar nas políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras do turismo (Minasi; Mayer; Santos, 2022). Ademais deve-se entender que os diferentes contextos e modalidades em que a atividade turística acontece oferecem alternativas para a absorção da força de trabalho feminina e isto deve ser ponderado na análise da contribuição feminina para o desenvolvimento da atividade.

Quanto ao tempo de residência das mulheres nas comunidades, similar ao que ocorre na RESEX e na Flona Tapajós cerca de 95% delas são provenientes da mesma comunidade em que habitam. Acredita-se que esse percentual é devido ao fato de que, conforme o ICMBio, o “[...] SNUC regulamenta a categoria Florestas Nacionais como UC do grupo de uso sustentável, sendo permitida a permanência de moradores tradicionais (aqueles que já residiam na UC antes de sua criação) [...] (Brasil, 2019, p. 258). Cerca de 5% advêm de outras comunidades da Flona, como Jaguarari e Acaratinga, áreas que não compõem o recorte da pesquisa, no entanto são áreas vizinhas de São Domingos, Maguari e Jamaraquá.

Ao serem questionadas como percebem o Turismo de Base Comunitária, as mulheres de São Domingos, Maguari e Jamaraquá expressaram respostas diversificadas (Tabela 16) elencados abaixo:

Tabela 16 – A compreensão das mulheres da Flona Tapajós sobre o TBC

TBC	Nº	(%)
Alternativa econômica	10	38%
Protagonismo/Trabalho coletivo	7	29%
Autonomia feminina	5	18%
Aprendizagem / Intercâmbio cultural	2	10%
Valorização/Proteção da sociobiodiversidade	1	5%
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

O TBC na Flona Tapajós ocorre com o protagonismo feminino nas práticas que envolvem: a produção de artesanato com recursos naturais, a produção da culinária local, a condução de trilhas, a condução de passeios de canoa, as apresentações de danças locais e os serviços de hospedagem. É notável que elas são as responsáveis pela dinâmica da atividade no contexto de uma área protegida amazônica. E de acordo com a Tabela 17, o TBC para elas é sinônimo de fonte alternativa de renda (38%), participação coletiva (29%), incentivo a autonomia feminina (18%), corresponde, ainda, a aprendizagens diversas e a trocas culturais e (10%) a valorização/respeito pela sociobiodiversidade local.

Para ilustrar os dados percentuais analisados, eis as palavras de algumas das entrevistadas:

[...] o TBC eu entendo que é todos os comunitários, a comunidade tá envolvida e que beneficia a todos, gerando renda a mais tanto pro condutor, como quem trabalha na lojinha do artesanato, quem faz o artesanato, quem faz a alimentação. O TBC é dividido na comunidade e todos estejam envolvidos e todos ganham [...] (Entrevistada 12, Pesquisa de Campo, Jamará, 2022).

[...] o TBC é a integração entre todos os comunitários, todos participando pra fazer o TBC acontecer. E pra nós mulheres ajuda na nossa independência financeira, dá pra gente ganhar o nosso dinheiro com o nosso suor, sem pedir nada pra ninguém e poder comprar as nossas coisas e dos nossos filhos [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Domingos, 2023).

[...] o turismo de base comunitária é que a gente trabalha tudo no coletivo, a gente não trabalha individual. E com o nosso trabalho a gente aprende muito e ajuda a preservar a nossa floresta, os nossos rios, a nossa riqueza natural, porque o turista vem ver isso né, vem ver a nossa vida [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, Maguari, 2022).

Constatou-se que, apesar de muitos relatos enfatizarem a importância econômica da atividade, algumas interlocutoras também apontaram a ideia de que o TBC está aliado à ideia de protagonismo das populações locais e da atuação coletiva. Em outras palavras, elas entendem que os comunitários devem envolver-se nas ações de planejamento, controle, execução e gerenciamento do TBC. A atividade tem como premissa básica para elas a participação e a organização coletiva. Eis algumas palavras para exemplificar essa sentença:

[...] o TBC é as pessoas daqui trabalhando com o turismo no coletivo, em conjunto. É a comunidade envolvida, cada um participando de uma forma diferente, umas fazendo artesanato, outros fazendo trilha, outras cozinhando, cada um procurando trabalhar, buscando o bem da comunidade e os benefícios de todos [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Maguari, 2022).

Minari e Rabinovici (2014, p. 62) afirmam que, para que o TBC ocorra de forma participativa nas comunidades, faz-se necessária:

[...] a atenção em alguns aspectos pode colaborar na melhoria da realidade dos projetos de turismo desenvolvidos com as comunidades residentes em UCs, tais como: foco no processo e não somente no resultado, pois o processo garante o aprendizado, a mobilização e engajamento verdadeiros, o desenvolvimento a partir da essência da comunidade e a inovação contínua; a comunicação clara e a tradução dos conteúdos para e entre os diferentes públicos envolvidos (comunidades, gestores, técnicos, ativistas); abordagem inclusiva; conciliação de agendas; atenção ao conflitos sociopolíticos; necessidade de desenvolvimento de competências dos gestores públicos sobre temáticas humanas; e, acima de tudo, a criação de um espaço dialógico seguro, consistente e verdadeiro [...]

Assim sendo, entende-se que, para as moradoras das comunidades estudadas, a definição de TBC perpassa pelo comprometimento com a comunidade. É aquela prática em que a atividade turística é constituída por uma lógica de planejamento conjunto, de ação coletiva, embasada na autonomia, na ação, na autocrítica das comunidades e no espírito de cooperatividade (Almeida; Castro, 2017). Esses elementos incorporados são pontos chaves para se propor modos de se pensar o TBC no contexto local e no seu compromisso com a participação social.

Elas organizam seus trabalhos por meio de revezamento, para que todas participem das atividades referentes ao TBC. Nos redários e pousadas existentes nas comunidades, elas desenvolvem ações voltadas à gestão, a culinária e a limpeza dos estabelecimentos. Quanto às singularidades de seus trabalhos, as mulheres de São Domingos se destacam na produção e comercialização de óleos feitos com recursos da Flona, as de Maguari são referências na produção do artesanato em látex e com sementes locais e as de Jamaraquá na condução de visitantes e na produção e comercialização de peças artesanais. Todas elas sabem que suas produções constituem importantes atrativos turísticos para as suas comunidades.

A inserção das mulheres da Flona Tapajós na prática do Turismo de Base Comunitária e suas fontes de inspiração se deram pelos seguintes pontos principais (Tabela 17):

Tabela 17 – Fatores que incentivaram as mulheres da Flona a atuarem no TBC

Motivações	Nº	(%)
Motivação econômica	10	40
Influência interna	8	33
Influência externa	4	17
Motivação subjetiva	2	8
Valorização da comunidade/social	1	2
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

À luz da Tabela 17, visualiza-se que os elementos que motivaram as mulheres da Flona a se engajarem no TBC nas suas comunidades foram variados e relacionam-se, principalmente, a questões ligadas: ao aspecto econômico (40%), dada a necessidade de subsistência familiar, a influência interna a partir de familiares (33%), a influência externa (advinda de amigos, vizinhos e Ong) (17%). Ressalta-se também, a motivação subjetiva (ligada ao anseio por ocupação profissional, interação social etc.) (8%) e as motivações atreladas ao reconhecimento da cultural local, a partir de seus costumes e tradições.

A questão econômica se sobrepõe às demais porque apreende-se, segundo Lunardi, Souza e Perurena (2015), que o acesso aos recursos econômicos como incentivo a renda familiar propicia às mulheres uma autonomia financeira que favorece o usufruto desse valor sem ter que apresentar justificativas a outrem. Ademais, o turismo contribui para a inserção em uma realidade em que as mulheres passaram a atuar, ativamente, na vida pública e coletiva e em discussões acerca das questões da comunidade. Na atividade turística, elas têm um conhecimento profissional que acarreta certa segurança e participação para a tomada de decisões dentro de suas realidades.

Os relatos que se seguem ajudam a ilustrar as motivações e os dados anteriormente expostos:

[...] é assim, nós que nasce e se cria aqui na própria comunidade, a gente já começa desde pequeno, né?! andar, ouvir as histórias dos mais idosos e assim, a gente vai desenvolvendo o trabalho da gente, porque eu não era condutora, eu era coordenadora da associação comunitária, na função de presidente por 4 anos nessa associação, e aí, um dia chegou muita gente, não tinha mais condutor pra ir (isso foi mais ou menos em 2010 ou 2011), aí então, na época que entrei, era uma carência, eu tava trabalhando na cozinha, então eu deixei a cozinha pra atender esse povo pra não voltar sem ser atendido né?! E desde lá não parou mais [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022)

[...] eu aprendi com meu pai, né?! Na verdade, como sou nativa, aí o conhecimento vem passado de geração pra geração e a gente acaba ficando muito apegado tipo na floresta, manter a floresta em pé... então vê a importância que a gente tem aqui, que o turista vem lá de fora e vê o privilégio de conhecer a nossa área e levar a nossa imagem, levar a divulgação do nosso trabalho lá fora [...] (Entrevistada 2, Pesquisa de Campo, Maguari, 2022).

A motivação para essas mulheres sobre investir a força de trabalho ou não no turismo, como os relatos apontam, partiu, primordialmente, da necessidade de ganho econômico, uma vez que se acredita que o “[...] turismo pode conceder uma nova opção para a complementação da renda, sem que saiam de sua comunidade, sem a sua associação às atividades domésticas e agrícolas [...]” (Cabral, 2017, p. 100). Contudo, não é apenas o fator econômico, o envolvimento feminino maior com a atividade relaciona-se também com a interferência de elementos internos e externos à comunidade, com as questões das realidades sociais e culturais específicas delas, que outras atividades econômicas, como a agricultura não propiciam.

O trabalho agrícola, para algumas das mulheres entrevistadas, é visto e compreendido como extensão do trabalho doméstico e sem significância. Também é mais desgastante, demandando certa força física laboral, o que dificulta sua realização com entusiasmo. Elas não consideram a agricultura uma atividade propriamente delas, cujo domínio lhes pertence, o que reflete no seu comprometimento com as tarefas necessárias para a sua realização.

Investigar a perspectiva de gênero em um ambiente rural, tendo como foco a análise de atividades não agrícolas, como constitui-se o TBC, demanda diferentes interpretações. Assim para compreender o que leva as mulheres a atuarem com o turismo, faz-se necessária uma análise do contexto em que elas se encontram, bem como analisar o papel que elas vêm desempenhando para o desenvolvimento local. Assim, a temática de investigação que emerge dessa realidade propõe fornecer resposta à indagação central: porque a atuação da mulher na atividade turística de base comunitária contribui para se pensar em modos de organização comunitária e sustentabilidade no contexto da Amazônia Paraense?

O rendimento médio que o TBC gera para a totalidade das interlocutoras é de, no máximo, um salário-mínimo mensal. Relataram, ainda, que o valor mínimo recebido por atividade relacionada ao turismo fica em torno de R\$ 100,00, com a comercialização de artesanato, por exemplo, isso mesmo na alta temporada. Evidencia-se que os valores aqui expostos têm como rendimento base o salário-mínimo do ano de 2022, quando a pesquisa de campo foi realizada.

A configuração econômica para o público feminino nas comunidades pesquisadas é diferenciada. Em São Domingos e Maguari, a principal fonte de renda das mulheres é a agricultura. O turismo constitui uma renda complementar. Já em Jamaraquá, que é onde o TBC acontece de forma efetiva há mais tempo, a atividade turística é a principal fonte de renda para elas. A agricultura se tornou, nesta comunidade, uma atividade completar para as mulheres, como nota-se no relato a seguir:

[...] “nós temo” roça, eu o meu marido, mas vai fazer uns 2 anos que nós temo uma roça e nós nem “mexemo” ainda. Eu não trabalho mais nela, Eu já trabalhei muito, muito mesmo. E tem uns 5 anos, que eu não vou trabalhar na roça, aí meu esposo disse: bora na roça pra gente ver menos como tá, aí eu disse pra ele: eu não vou não, aí ele disse: também, nunca mais vou te convidar, eu vou sozinho. E ele vai mesmo, porque eu não quero mais ir [...] (Entrevistada 3, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

Para elas, além do ganho econômico, as questões relacionadas à ausência de reconhecimento profissional, à fadiga oriunda do trabalho em campo, atrelada às múltiplas funções exercidas por elas no contexto familiar, justificam a busca por outras atividades econômicas (Lunardi, 2012). O envolvimento em atividades como a atividade turística proporciona às mulheres das UCs a autonomia financeira e valorização profissional.

Na Flona e na Resex, o trabalho principal das mulheres é com a agricultura familiar. Esta é caracterizada pela condução da atividade pelos membros da própria família e acontece em determinada área, cujo limite é diferenciado de região para região do país. (Marion; Bona, 2016). Elas também praticam a pluriatividade, ou seja, combinam atividades agrícolas com não agrícolas, como por exemplo, a atividade turística (Lunardi, 2007) e isso advém, principalmente, da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar.

Com relação à renda familiar advinda do turismo, identificou-se que elas costumam despender essa renda, essencialmente, com as despesas diárias do contexto familiar, como a energia, a alimentação, o vestuário, os medicamentos para si e para outros (filhos e marido) e investem nos seus empreendimentos também. Os depoimentos, a seguir, servem para exemplificar essas questões.

[...] a gente trabalha, produz e estoca pra gente vender. Então a gente vende para os turistas, e o lucro que a gente pega, a gente guarda pras nossas despesas, porque a gente depende da gente mesmo, então a gente tem que bancar as nossas despesas da casa, com os filhos, então eu compro as coisas pra casa, pago algumas contas e é isso [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Domingos, 2022).

[...] as vezes chega perto, mas não dá 1 salário. Eu compro alimento pra casa, aí como eu comprei uma geladeira para minha casa que eu tava sem geladeira, então eu invisto na minha casa, compro as coisas pro filho, roupa pra ele e a alimentação pra nós também [...] (Entrevistada 8, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

Fato é que as mulheres assumem grande parte da responsabilidade pela subsistência e socialização familiar (Di Ciommo, 2007), e essa é uma variável também importante para reflexão na interrelação TBC, uso dos recursos naturais e nas relações de gênero em contextos de áreas protegidas.

Para esta investigação, também buscou-se verificar quais os desdobramentos que o TBC acarretou especificamente para o público feminino da Flona atuante com a atividade. Na Tabela 18, é factível constatar os principais pontos positivos e negativos elencados por elas.

Tabela 18 – Desdobramentos que o TBC gerou na vida das mulheres da Flona

Positivos	Nº¹⁵⁴	(%)	Negativos	Nº	(%)
Fonte alternativa de renda	11	45	Ausência do poder público	10	41
Liberdade/independência financeira	7	27	Desconhecimento de idiomas	8	32
Conciliar trabalho e família	5	13	Diminuição de visitas	6	20
Empoderamento/autonomia/autovalorização	3	10	Descortesia dos turistas	5	7
Aquisição de conhecimento/aprendizagem/trocas	2	5	Perda de privacidade	4	3
Total	28	100	Total	33	100

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Os pontos positivos que o TBC trouxe para a vida delas como mulheres amazônidas estão relacionados à aquisição de renda (45%), ganho esse que lhes favorece o acesso à sobrevivência. Proporciona, também, a sensação de liberdade e independência financeira (27%). A atividade propicia a conciliação entre trabalho e família (13%), e isso é importante para elas, pois muitas não têm com quem deixar seus filhos para trabalharem. O TBC favorece o sentimento de empoderamento, autonomia e autovalorização como mulher (10%), assim como possibilita o ganho social advindo com as trocas culturais, com as interações com os turistas, oportunizando troca de experiências e conhecimentos ímpares.

Observa-se, com esses dados, que o turismo é compreendido, especialmente, pelas mulheres não só como uma fonte de recursos econômicos, mas também como um incentivo ao empoderamento feminino, constituindo ainda um elemento importante para autovalorização feminina e para a interação social. Com base em Duarte e Pereira (2018, p. 89), entende-se que “[...] a mulher exerce um papel social de suma importância no setor, que por sua vez contribui para a construção de sua atual identidade social [...]”.

Quanto aos pontos negativos, nas falas das mulheres, em unanimidade, apareceram palavras relacionadas à ausência do poder público, sobretudo, no que corresponde à infraestrutura de acesso às comunidades, tal como a escassez de serviços básicos direcionados à população local e a ausência de incentivos governamentais para as políticas públicas com foco nas mulheres da região (41%). Elas apontaram ainda o desconhecimento de idiomas como uma dificuldade persistente (32%), a diminuição de turistas em determinado período do ano (20%). Também destacaram que alguns turistas apresentam comportamento descortês (7%) e que o TBC pode proporcionar a perda de privacidade (3%) para elas.

¹⁵⁴ As entrevistadas responderam mais de uma opinião.

Ressalta-se que, como as pesquisas sobre as relações de gênero e TBC são escassas, pouco se sabe sobre como as dinâmicas de gênero atuam nas práticas de TBC (Morgan; Winkler, 2020). Assim, acredita-se que esses dados contribuem para a análise de como esse modelo de turismo impacta na vida das mulheres atuantes com atividade. Ademais, os resultados aqui presentes também são importantes para se pensar como as expectativas de gênero impactam a funcionalidade das experiências de TBC vigentes.

O turismo oferece às comunidades em áreas afortunadas de recursos naturais uma alternativa sustentável de uso desses recursos, um incentivo ao desenvolvimento local e a oportunidade de diversificar os papéis de gênero (Bella, 2018). Entende-se que a atividade turística não é um fenômeno isolado. Na perspectiva do TBC em áreas protegidas da Amazônia brasileira, o conhecimento feminino é basilar para a compreensão do cenário de degradação ambiental existente e para se pensar em alternativas que contribuam positivamente para o contexto ambiental global.

Assim sendo, as mulheres da Flona Tapajós ao serem questionadas sobre a contribuição ou não do TBC para a sustentabilidade ambiental em contextos de áreas protegidas, elas apontaram os seguintes aspectos na Tabela 19.

Tabela 19 – Contribuições do TBC para a sustentabilidade ambiental a luz da ótica feminina

Contribuições do TBC	Nº¹⁵⁵	(%)
Cuidado/limpeza	13	50
Afeta as atitudes e comportamentos	8	30
Conservação das espécies da fauna e flora	6	9
Preservação cultural	5	4
Controle do número de visitantes nas comunidades	4	2
Total	36	100

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Para as mulheres da Flona, o TBC favorece a sustentabilidade ambiental porque ajuda a promover o cuidado, sobretudo no que diz respeito a limpeza local (50%). Elas também apontaram que o turismo afeta positivamente as atitudes e comportamentos dos turistas e dos moradores locais (30%), tendo em vista a manutenção do patrimônio natural e cultural existente. A atividade também contribui para a conservação das espécies da fauna e da flora (9%), auxilia na preservação cultural (4%) e no controle do número de visitantes nas comunidades. As narrativas descritas adiante ratificam tais afirmativas.

¹⁵⁵ As entrevistadas responderam mais de uma opinião.

[...] a floresta é a nossa vida, a nossa casa. A floresta, os animais, os rios vivem sem a gente, sem as pessoas, mas as pessoas precisam da floresta pra sobreviver, então a gente tem que cuidar sim, não só pros turistas, mas principalmente pra nós que depende disso aqui pra viver, então a gente se preocupa que turismo preserve assim como as outras atividades que a gente trabalha também [...] (Entrevistada 15, Pesquisa de Campo, Jamaraquá, 2022).

[...] O Turismo de Base Comunitária é aquele que a gente trabalha no coletivo, a gente não trabalha no individual e também se preocupa em manter o nosso ambiente limpo e as nossas riquezas naturais como a nossa floresta, o nosso rio, os nossos animais preservados, até porque a gente vive numa unidade de conservação e o TBC ajuda a manter a nossa unidade de conservação (Entrevistada 6, Pesquisa de Campo, Maguari, 2022).

[...] o turismo contribui sim com o meio ambiente, com a preservação das nossas comunidades, porque o turista quer chegar e ver tudo limpinho, a floresta de pé, os animais vivos, a água boa pra banho, então se a gente não tiver isso a gente não tem turismo, então a gente se preocupa em manter a nossa comunidade organizada e também a gente sabe que se a gente não cuidar a gente vai perder também a nossa riqueza natural, o nosso patrimônio que é a nossa floresta [...] (Entrevistada 1, Pesquisa de Campo, São Domingos, 2023).

Em consonância com os depoimentos anteriores, observa-se que o fato de as mulheres das comunidades buscarem melhorias de vida por meio do turismo não significa que elas não reflitam sobre conceitos de sustentabilidade, sobre a relação ser humano e natureza. Suas falas demonstram que elas estão cada vez mais próximas da temática ambiental em seus modos de vida (Duarte, 2015). Os relatos delas podem ser interpretados a partir de Lazarin (2002), com uma percepção de que para elas o território que habitam é muito mais do que uma área protegida, constitui-se na vida delas.

Os debates sobre a sustentabilidade e os modos de viver harmoniosamente com o meio ambiente, principalmente através do enfoque dado pelo ecofeminismo, levantaram a questão do papel das mulheres tanto nesses processos de desenvolvimento quanto no melhor aproveitamento dos recursos naturais. Sobretudo porque se veem as práticas cotidianas dessas mulheres na perspectiva de uma constante reinvenção de seus conhecimentos acerca desses recursos naturais que se constituem em um saber-fazer que vem, ao longo dos anos, garantindo de certa forma a sobrevivência dos grupos humanos que habitam a Amazônia (Lazarin, 2002, p. 248).

O enfoque de gênero lança luz sobre a participação feminina em ações individuais e nas lutas coletivas a favor das questões ambientais. As mulheres possuem um papel essencial na atuação em prol da conservação da biodiversidade (Lisboa; Lusa, 2010). De cuidadoras da família a protagonistas de mudanças (Schmidt; Gomes, 2020), as mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós estão na linha de frente do TBC e da sustentabilidade ambiental local. Elas são detentoras de um saber repassado a gerações no uso e trato com o recurso natural e de uma ética da conservação (Rosário, 2015) e autodenominam-se como: ribeirinha,

indígena, agricultora, extrativista, trabalhadora rural, pescadora e para esta pesquisa são também trabalhadoras do turismo.

A garantia da sustentabilidade ambiental é compreendida pelo acesso das pessoas à igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento de capacidades básicas. Logo, os obstáculos referentes às oportunidades socioeconômicas e políticas das mulheres devem ser excluídos e o acesso à educação e a serviços básicos atendidos, pois, na visão de Carmo *et al.* (2016, p. 159):

[...] parte-se, assim, da ideia de que a igualdade nas relações de gênero gera sustentabilidade social e, porquanto, sustentabilidade ambiental, havendo, por conseguinte, relações umbilicais entre esses elementos, que devem ser compreendidos como um todo. A garantia da equidade envolve a participação de todos no processo de desenvolvimento e implementação da abordagem de gênero em todas as nossas atividades.

Essas mulheres são conscientes da multiplicidade de seus papéis dentro do contexto social e ambiental da unidade de conservação que residem. Elas também sabem que o cuidado ambiental é inerente a elas, mas também é tarefa de todos e todas da comunidade. Por isso, buscam um modo de vida pautado em um futuro sustentável para si e para as gerações que estão por vir. Esse modo de viver está ancorado em formas de relacionamento entre seres humanos e natureza por um viés não destruidor, em que se retira do meio rural somente o necessário, de forma equilibrada e consciente.

Na perspectiva de Paz, Gubert e Fabrini (2021, p. 84), “As mulheres evoluíram e se fortaleceram, para incorporar o papel ativo como condição de agente das suas vontades”. Nos dias de hoje, elas possuem papéis e ações práticas de mudança, constituem-se articuladoras de transformação socioambientais que podem interferir a vida delas próprias e todos ao redor (Sen, 2017). A voz ativa delas tem o poder de influir no contexto familiar, nos debates públicos sobre os mais variados temas da sociedade e, especialmente, nas medidas de sustentabilidade voltadas as suas realidades.

Para Boff (2015, p. 57), “[...] a sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de vida suficiente e decente [...]”. Ou seja, a sustentabilidade tem a ver com o bem-estar social, com as possibilidades concretas de atendimento aos anseios materiais e imateriais dos indivíduos (Riedo, 2023). A partir disso, é exequível pensar nas mulheres, isso porque, embora elas sejam forças ativas na agricultura, no turismo, na conservação ambiental, no usufruto da propriedade de forma equilibrada e na

promoção de reutilização de recursos, elas são invisibilizadas e desprestigiadas. Logo, sem o olhar para as questões de gênero, não se pode pensar em sustentabilidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística, nas suas múltiplas modalidades, evidencia-se como um fenômeno de alcance mundial, que engloba perspectivas complexas de indissociabilidade entre as culturas e a natureza, as quais estão para além de uma lógica predominantemente economicista. Na contemporaneidade, da concepção do turismo denota-se algo multifacetado, que possibilita a atuação na construção de territorialidades e que pode alterar modos de vida e processos de reprodução social. Assim, há a concepção de outro tipo de turismo, permeado pelas relações culturais e ambientais, para além das necessidades substancialmente artificiais.

Em vista disso, emerge uma prática turística que se manifesta contrária ao turismo convencional, direcionada para o usufruto das potencialidades e para o reconhecimento das singularidades endógenas, por meio, sobretudo, do envolvimento da comunidade local na organização e estruturação da atividade enquanto produtora de qualidade de vida. Esse modelo de gestão do turismo denomina-se Turismo de Base Comunitária e o desenvolvimento desse tipo de atividade pode ocorrer de modos distintos, em consonância com a realidade em cada território.

O Turismo de Base Comunitária ancora-se na sustentabilidade ambiental, política, cultural e econômica, na valorização dos aspectos singulares e múltiplos do local e pode ocorrer no contexto rural e urbano. Vincula-se à proteção ambiental, ao reconhecimento da identidade cultural e à diversificação ecossistêmica das áreas receptoras. Ancora-se, também, nos aspectos de solidariedade, da colaboração e do respeito à vida, à conservação e ao usufruto equilibrado dos recursos naturais.

Como uma alternativa à práxis turística massificadora, o TBC agrega os modos de vida das populações residentes de determinado território, a participação ativa, o planejamento, a organização coletiva e a atenção para com a conservação dos recursos naturais e culturais do contexto em que se estabelece. Ao experienciar outra lógica de construção e fazer turístico, o TBC incorpora características peculiares, práticas próprias de desenvolver a atividade e que pode ser pensado e praticado pelo viés amazônico.

Entende-se que a relação TBC e Amazônia é decorrente das paisagens sociais diversas, embasada em processos históricos, conquistas, resultante da movimentação e atuação determinante de seus membros. O turismo na lógica das comunidades exercitado pelas populações amazônicas vem se desenvolvendo enquanto um processo diferenciado que propicia alternativa para a geração de renda, benefícios diretos para a conservação de

biodiversidade e aprofundamento das relações internas e externas dos territórios em que se desenvolve.

O TBC na Amazônia relaciona-se ao campesinato caboclo, aos artifícios de sobrevivência na urbanidade amazônica, à hospitalidade, aos processos culturais e à mobilidade regional. Envolve uma concepção coletiva que considera as características de cada contexto amazônico, na medida em que a região não é homogênea e no enfrentamento de seus possíveis desafios para o desenvolvimento da atividade, como a ausência de políticas públicas, a escassez de investimento financeiro, o isolamento geográfico do restante do País dentre outros. Ainda assim, a atividade é compreendida como uma alternativa potencial para o desenvolvimento local, dadas as possibilidades de incremento de geração de emprego e renda para a população endógena.

E a reflexão sobre a complexidade e a originalidades das sociedades amazônicas e sua interface com o viés turístico viabiliza pensar na perspectiva decolonial, entendendo a decolonialidade como uma concepção pautada em um sobrepujamento das mais variadas formas de opressão praticadas pela colonialidade contra grupos sociais subalternos, das regiões colonizadas e neocolonizadas, dentre essas, a região amazônica. O pensamento decolonial impulsiona a transpor toda e qualquer forma de opressão advinda do processo colonizador europeu frente ao ideal de Amazônia e seus povos que ainda se faz vigente.

No que se refere à relação turismo e Amazônia, a atividade é destaque pelo protagonismo feminino, o que ocasiona impactos políticos, sociais e econômicos para os sujeitos sociais dos territórios em que se desenvolve. E na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós – cenários desta investigação –, a atuação feminina é fundamental para os arranjos da atividade. Desse modo, o diálogo acerca do turismo, gênero e Amazônia, em contextos de áreas protegidas, busca, principalmente, opor-se a um projeto de sistema-mundo capitalista, no qual a hegemonia da colonialidade nega as diferenças e silencia a história, o papel e a resistência das mulheres amazônidas no decorrer dos séculos.

Ao ancorar-se no prisma decolonial, as lições extraídas desta pesquisa perpassam pelo entendimento de que a reflexão não é produto exclusivo das teorias acadêmicas, por exemplo, mas que, nas culturas e camadas populares, em que a mulher se faz atuante, há uma elaboração de um conhecimento, de uma lógica feminina com fundamento próprio, a partir de realidades, saberes diversos, das práticas de resistência e existência dessas mulheres. Isto posto, acredita-se que os grupos sociais, especialmente, as mulheres amazônidas, têm muito a contribuir para a concepção de uma epistemologia da Amazônia.

Importa aqui destacar que a investigação com enfoque em gênero e turismo pode contribuir para o entendimento da mulher como agente de conhecimento na Amazônia, com modos próprios de organização, atuação no fazer turístico e no trato com os recursos naturais, de modo a favorecer as reflexões concernentes às ações humanas no que tange às questões turísticas e ambientais em contexto de áreas protegidas nacionais. À luz da perspectiva feminina, a compreensão de um modelo de turismo pautado na comunidade auxilia na produção de análises que tornem a atividade turística uma aliada na teoria e prática no papel social da mulher amazônida brasileira.

As mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós são possuidoras de conhecimentos sobre seus territórios que se constituem em um saber-fazer que, no decorrer dos tempos, vem assegurando, de certo modo, o sustento dos grupos humanos que habitam a Amazônia. Essas práticas – sejam elas voltadas para alimentação, conhecimentos medicinais, cosméticos, ou mesmo, para a reprodução social do grupo – compõem uma cultura material, sobretudo, uma memória histórico-cultural que atrela o grupo ao território e concede uma noção de identidade em relação a outros sujeitos. E o TBC, especificamente, significa para elas uma prática conduzida pela comunidade e para a comunidade, que acarreta, além dos benefícios econômicos, os benefícios socioculturais.

Na Vila de Anã, as mulheres são atuantes com o TBC na comunidade. Elas se distribuem em atividades diversas. A organização do trabalho delas ocorre por meio de rodízios, inclusive, na pousada comunitária, local em que elas desenvolvem, essencialmente, as atividades relacionadas à hospitalidade turística, à culinária e à limpeza. São as mulheres de Anã que também organizam a criação de abelhas e de peixes e a produção de ração artesanal para alimentação dos peixes criados em cativeiro. Esses criadouros constituem importantes atrativos turísticos da comunidade.

Em São Miguel, a participação feminina no TBC direciona-se, máxime, para a vivência local, a culinária, a hospedagem, para a produção de farinha de mandioca e para a confecção e a comercialização de artesanatos. Na comunidade, existe o Grupo de Artesanato Arte e Palha que é formado por cerca de 32 mulheres. Trata-se da atividade relacionada ao Turismo de Base Comunitária que envolve um quantitativo significativo de mulheres locais.

Em São Marcos – um tipo de bairro de São Miguel, as mulheres são atuantes com serviços de alimentação (culinária), na produção de farinha, mas o destaque é o Grupo de Artesanato Arte e Turismo. Fundado no ano de 2015 por mulheres de São Marcos e de São Miguel, o grupo é composto por aproximadamente 23 mulheres empenhadas em confeccionar

o artesanato local, produzido, maiormente, com fibras vegetais, como tucumã, bacaba (*Oenocarpus bacaba*), buriti (*Mauritia flexuosa*) curuá (*Ananas lucidus*), sementes e raízes.

Na comunidade de Tucumã, as mulheres atuam no serviço de alimentação, na apresentação cultural, na produção de farinha de mandioca e concentram-se em maior número na produção e comercialização de peças artesanais. A confecção de artesanato é realizada por meio da ação do Grupo Trançados de Tucumã que reúne aproximadamente 44 mulheres locais. As peças são produzidas com a palha de tucumã e as sementes florestais.

Em Maripá, há cerca de 10 mulheres trabalhando com o Turismo de Base Comunitária. Atuam substancialmente, no preparo das refeições (na produção da culinária local), na condução de trilhas, na horticultura e no processo de hospedagem dos visitantes da comunidade. A arte do artesanato é incipiente, ainda assim, é possível encontrar moradoras de Maripá tecendo peças como cestos e bolsas confeccionados com a palha de tucumã e o buriti.

As mulheres da aldeia Vista Alegre do Capixauã participam, ativamente, também no desenvolvimento do TBC no seu território. As indígenas estão envolvidas em ações como as apresentações culturais, os rituais, as conduções de trilhas terrestres e aquáticas, na produção e comercialização de artesanato, no grafismo (pintura corporal) e na culinária local. Participam, igualmente, de mais de uma atividade. E segundo elas não são e nem se sentem excluídas do processo de organização e operacionalizam da atividade. Observou-se que as mulheres, sabem desenvolver um pouco de cada tarefa necessária para a execução da atividade turística na comunidade.

A respeito da Floresta Nacional do Tapajós, observou-se que, em São Domingos, as principais atividades realizadas com a participação feminina estão concentradas na gestão dos recursos naturais direcionada para a produção e comercialização do óleo de andiroba, copaíba, mel e na confecção de artesanatos. Elas também produzem e comercializam polpas de frutas regionais, principalmente o cupuaçu, a acerola, o tucumã, o camu-camu (*Myrciaria dúbia* [HBK] *McVaugh*), o pajurá, (*Couepia bracteosa Benth.*) etc. São atuantes, ainda, na vivência comunitária, na horticultura, nos serviços de alimentação e limpeza atrelados à atividade turística local.

Em Maguari, no que corresponde à prática do Turismo de Base Comunitária, as mulheres são destaque nas atividades relacionadas à produção e à comercialização de artesanatos, nos serviços de alimentação, na limpeza, na hospitalidade e nas apresentações culturais direcionadas para os visitantes. No período da pesquisa, as entrevistadas relataram que estavam realizando treinamentos para atuarem como condutoras/guias locais.

Das três comunidades da Flona Tapajós que compõem esta investigação, Jamaraquá é onde a atividade turística está mais consolidada e conta com a efetiva participação local para sua condução. As mulheres estão organizadas coletivamente e são atuantes em todas as etapas que envolvem o TBC, desde a fase de planejamento até a execução das atividades relacionadas ao fazer turístico. Elas são protagonistas, especialmente, na produção e na comercialização de artesanato, nos serviços de alimentação, na hospedagem, nas atividades de limpeza e com trabalhos direcionados a condução/guia de turistas. As demais, a participação feminina direciona-se especialmente para as demandas da hospitalidade e produção artesanal.

Tanto na Resex Tapajós-Arapiuns quanto na Flona Tapajós, as características de gênero no desenvolvimento do trabalho turístico são concentradas pelo labor em atividades diversas relacionadas ao fazer turístico associadas com a prática da agricultura. A agricultura é a atividade primária dessas mulheres e é praticada em concomitância com as tarefas domésticas. Assim, a multifuncionalidade feminina é um elemento-chave na definição das mulheres atuantes com o turismo em contextos de áreas protegidas. As horas de trabalho para elas são computadas de maneira singular, isto é, na visão feminina o que importa é a produção, a prática turística, e não unicamente a hora trabalhada quantificada.

Outro atributo a ser destacado é que, para a maioria delas, não há uma segmentação do trabalho com o turismo, muito menos um privilégio de gênero para determinada função ou tarefa ser desenvolvida, tal qual ainda se observa no paradigma de gênero existente em algumas atividades. Na concepção feminina, mulheres e homens das comunidades podem desenvolver variadas funções no turismo, sem impedimentos ou limitações impostas. Essa compreensão também se refere à remuneração. Segundo elas, a diferença dos aspectos remuneratórios advém, substancialmente, do empenho e esforço individual e do quantitativo de tarefas realizadas, independentemente de gênero.

O trabalho prestado por elas no turismo, nas áreas protegidas em questão, envolve, essencialmente, as singularidades socioculturais e ambientais locais. Relaciona-se ao cotidiano, à vivência em comunidade, à interação social e ao usufruto dos espaços naturais e sociais em que se localiza. E abrange desafios constantes como a conciliação entre trabalho e família, o exercício da comunicação oral por meio de diálogos necessários com os visitantes, o aprimoramento pessoal e profissional, o envolvimento com as demandas das comunidades, dentre outros.

A conduta das mulheres deste estudo atravessa a construção que elas têm de si mesmas, de suas identidades sociais, de suas singularidades, organizações individuais e coletivas e liberdade de escolha da própria vida, a qual é definida em oposição a toda

definição e imaginário social impostos de fora. Na ótica das interlocutoras deste estudo, a compreensão acerca da atividade turística embasada na comunidade percorre aspectos que envolvem a geração de renda alternativa, a participação coletiva, a ampliação da autonomia pessoal e financeira, a possibilidade de aprendizagens diversas, os intercâmbios culturais, o reconhecimento e o respeito pela sociobiodiversidade

O turismo, sob a ótica da mulher amazônida paraense, corresponde a um conjunto de incursões turísticas e de lazer praticadas nos seus territórios e que são conectadas ao modo de vida amazônico e aos recursos naturais e culturais existentes, entendendo a importância da atividade para além dos atributos financeiros. Para elas, de um modo geral, os fatores que conduziram a inserção na prática da atividade relacionam-se, principalmente, a três pontos-chave: o primeiro corresponde à necessidade de geração de renda, como o de maior relevância, considerando a subsistência individual e familiar, a liberdade e a independência financeira.

O segundo tem a ver com a influência a partir de elementos internos e externos a comunidade, como respectivamente a partir de familiares, vizinhanças e Ong, tal como a motivação subjetiva de cada mulher, em decorrência da imprescindibilidade de uma ocupação profissional ou interação social em seus contextos.

O terceiro ponto trata das motivações atreladas a um trabalho voltado para o reconhecimento, a valorização da cultural local, a partir de seus patrimônios culturais e naturais. E para algumas, essa valorização também se associa à diminuição do tempo nas tarefas agrícolas, o que permitiu certo distanciamento do vínculo com atividades consideradas por elas enquanto mais “penosas”.

Os impactos positivos que o TBC acarretou às mulheres atuantes na Resex e na Flona estão atrelados à aquisição de renda, ao sentimento de liberdade e independência financeira, à possibilidade de conciliação entre trabalho e família, tendo, ainda, ocasionado, também, o empoderamento, a autonomia feminina e a autovalorização como mulher e a possibilidade de intercâmbio cultural. Quanto aos impactos negativos, foram elencados a ausência do poder público, a escassez de serviços básicos direcionados a população local, a inexistência de políticas públicas com foco nas mulheres da região, o desconhecimento de idiomas e a ausência de parcerias direcionadas à capacitação profissional, o comportamento descortês de alguns turistas e a perda de privacidade para algumas delas.

Os desafios advindos da atividade relacionam-se, sobretudo, às modificações no ritmo de vida local, na estrutura na divisão das atividades, na prática da agricultura, no ambiente doméstico, na necessidade, para a profissionalização, na desconstrução de estereótipos, assim

como aos valores sociais, culturais, ambientais e econômicos das mulheres envolvidas. No mais, para elas, os desafios tem a ver com a ênfase de que a figura feminina deixe de ter uma imagem atrelada unicamente a atividade reprodutiva e a torne produtiva.

O trabalho das mulheres, no espaço rural, em muitos casos, é invisibilizado. E a atividade turística e sua produção associada, como o usufruto diverso do território rural apresentam-se como uma ferramenta importante para lançar luz na atuação feminina, precipuamente, no trabalho não agrícola. Na Resex e na Flona, as mulheres constituem uma elevada proporção da força de trabalho no turismo, tanto na prática em si, quanto nos processos de tomada de decisão. Como resultado disso, os rendimentos gerados possibilitam a melhoria da qualidade de vida das mulheres e das suas famílias, motivando independência e autoestima, podendo, inclusive, evitar o êxodo feminino para as cidades, dada a maior valorização de seus trabalhos.

A atuação feminina reforça a entrada da renda para as mulheres fora do domínio do marido ou do cônjuge, como parte importante de uma estratégia da autonomia financeira, mas também como parte de uma estratégia de decisão individual sobre a liberdade de agir segundo suas próprias vontades para poder tomar decisões no modo como investir o recurso, por exemplo: compras para a casa, pagamento de contas, alimentação, estudos para os filhos, entre outros. As inserções das mulheres no turismo são estratégias fundamentais para desconstruir a questão da desvalorização do trabalho feminino e para o reconhecimento de que elas são detentoras de papéis centrais para a viabilidade da atividade em contextos de áreas protegidas.

Os estudos de gênero significam, em termos de turismo, a apreensão de que a condução da atividade é alavancada pelo protagonismo da mulher. Toda essência que envolve o fazer turístico gira em torno de seu desempenho. E cada função que ela exerce cria o sentimento pelo o que é dela, pela autovalorização e auxilia na composição do lugar. E na dinâmica da relação turismo e áreas protegidas, as mulheres optam por desenvolver atividades outras que não a agricultura, variando a forma de inserção e o tempo de dedicação a cada uma delas, sem deixar de lado o viés da sustentabilidade ambiental.

Dado o contexto de Unidade de Conservação em que habitam, como uma área legalmente instituída, para as mulheres da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós, a compreensão de sustentabilidade ambiental está atrelada à justiça social, à qualidade de vida, à segurança alimentar, à conservação e ao equilíbrio ambiental, à implementação de políticas públicas com foco nas mulheres e na ruptura com o atual padrão de desenvolvimento. Elas assumem uma posição central na defesa de suas comunidades e dos povos da floresta. Estão

engajadas nas entidades associativas, em grupos sociais diversos na luta por seus direitos individuais e coletivos e na salvaguarda de seus territórios.

As mulheres das áreas pesquisadas desempenham papéis cruciais na promoção da sustentabilidade ambiental local. Elas têm contribuído de várias maneiras, por exemplo: nas lideranças em campanhas ambientais, nas mobilizações comunitárias e nas pautas correspondentes às reivindicações das políticas sustentáveis. Elas também são atuantes nas práticas de educação ambiental, auxiliando no processo de sensibilização sobre os desafios ambientais, bem como no trato sobre a importância da proteção ambiental, sobretudo, no contexto de território protegido em que estão inseridas.

Nas comunidades rurais em que atuam, elas, frequentemente, executam funções vitais na gestão sustentável dos recursos naturais, como a água e a floresta. As mulheres também são envolvidas na agricultura, utilizando práticas que buscam mitigar o impacto ambiental e, simultaneamente, promover a segurança alimentar coletiva. Elas também desenvolvem produtos que amparam práticas respeitosas ao meio ambiente. Nesse contexto, o público feminino, muitas vezes, é o mais afetado pelas mudanças climáticas, mas também são agentes de mudança na adaptação e resiliência.

A participação delas para alcance dos objetivos das Unidades de Conservação se dá por aspectos que envolvem: (1) a transmissão dos conhecimentos locais que elas possuem e as conexões que esses conhecimentos exercem com o ambiente; (2) o engajamento comunitário efetivo que favorece o envolvimento de outros membros locais em atividades de conservação e manejo sustentável; (3) o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras compatíveis com os objetivos de conservação, como o TBC e a produção de artesanato e (4) a execução de papéis ativos na proteção das áreas protegidas combatendo atividades ilegais, como o desmatamento, a caça furtiva e a extração ilegal de recursos, dentre outros.

As mulheres precisam ser reconhecidas como agentes de mudanças sociais. As atribuições que elas desenvolvem em favor da conservação ambiental, nesses contextos, precisam ser validadas. Há que se pensar em uma força motriz que objetive projetar as funções e as necessidades das mulheres como centrais para as políticas e programas sociais.

As mulheres são aptas a articular as correlações entre destruição ambiental, exploração de recursos e pobreza, não como questões abstratas, mas como realidades cotidianas. Destarte, é factível mencionar que as mulheres não são meras vítimas das políticas de ajuste estrutural, mas sim agentes ativas e necessárias para as mudanças socioambientais.

No viés dessa questão, há que se pensar em uma política de turismo que possibilite reunir os valores e os princípios embasados na visão de desenvolvimento, com os quais se

ditam as diretrizes para o planejamento e gestão da atividade turística. Por isso, a elaboração e a implementação de uma política de turismo sensível ao gênero constituem-se, indubitavelmente, importantes indicadores de sustentabilidade no turismo. Ou seja, é urgente que se institucionalize os esforços dedicados pelas esferas turísticas para direcionar o turismo a partir de uma perspectiva de gênero.

Entende-se que recusar-se a falar das mulheres, sobretudo, das mulheres amazônidas, significa aceitar a dominação masculina e ratificar um androcentrismo e um preconceito que elas constantemente convivem e rejeitam ao longo dos séculos. Ressalta-se, ainda, que essa investigação científica não fala pelas mulheres, tampouco sobre elas, mas sim fala com elas, numa tentativa de construção coletiva entre academia e conhecimentos empíricos.

Estando pautada por uma relação, que busca, principalmente, dar visibilidade às mulheres da Amazônia como agentes sociais de suas histórias, com seus conhecimentos, saberes e fazeres, em uma lógica contrária às ideias de alienação, de impotência, de desrespeito, de fragilidade, de carência e de subjugação humana que a sociedade as tem tratado.

É importante frisar que a pesquisa enfrentou algumas adversidades significativas ao longo do processo. A pandemia de *Covid-19* teve um impacto substancial, restringindo o acesso a bibliotecas e órgãos públicos, o que dificultou a coleta de dados nesses espaços. Além disso, as restrições foram, ainda, mais acentuadas durante nove meses do ano de 2020, quando as comunidades da Resex e da Flona permaneceram, completamente, fechadas para qualquer atividade de campo. Mesmo após a reabertura, persistiam riscos para a saúde da pesquisadora e das comunidades, em virtude da contínua disseminação do vírus.

Além disso, a pandemia teve um impacto considerável em nível pessoal, essencialmente na saúde mental da pesquisadora, devido ao isolamento social, às incertezas, aos lutos e ao estresse adicional gerados pela situação. Os desafios logísticos também foram relevantes, em especial, na obtenção de equipamentos, suprimentos e transporte para os trabalhos de campo, em razão das dificuldades financeiras. Adicionalmente, houve casos de recusa por parte de alguns sujeitos públicos, que não se manifestaram ou não forneceram retorno sobre a pesquisa, o que também impactou o progresso do estudo.

Apesar dos desafios intensos enfrentados durante o trabalho de campo, a investigação científica foi concluída com perspectivas futuras. A resiliência, a determinação e a adaptabilidade diante das questões impostas pela pandemia foram fatores-chave para esse êxito, assim como a busca por alternativas para continuar avançando nos estudos. A

colaboração e o apoio tanto da comunidade acadêmica, quanto da comunidade local, foram fundamentais ao longo de todo o processo para superação dos obstáculos.

A pesquisa alcançou seus objetivos, analisando a participação das mulheres amazônicas no Turismo de Base Comunitária nas áreas da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona Tapajós. Perfilando suas práticas e compreensões sobre o TBC nessas Unidades de Conservação, mapearam-se suas principais atividades e avaliou-se o potencial do turismo para promover igualdade e empoderamento feminino. Também foram identificados os impactos da atividade para as mulheres envolvidas, confirmando o papel essencial delas no turismo e na sustentabilidade ambiental amazônica.

Em conclusão, o turismo nas Unidades de Conservação e áreas adjacentes é um tema de crescente importância. No entanto, é vital reconhecer as lacunas, maiormente, na participação das mulheres. A tese oferece um ponto de partida para futuras pesquisas e ações, como:

- a) análise da participação feminina nos entornos das UC;
- b) investigação da perspectiva de gênero nas políticas públicas ambientais e de turismo;
- c) avaliação de programas de qualificação e o treinamento focados na relação mulher e turismo;
- d) estudos do papel das mulheres na gestão do turismo em diferentes cenários amazônicos;
- e) investigações acerca da atuação feminina na promoção da sustentabilidade e nas pesquisas sobre as iniciativas lideradas por mulheres em áreas ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, D. M. **Cómo elaborar un diagnóstico de género y turismo en un contexto rural**. Alba Sud Editorial. 2018. (Serie Informes en Contraste, n. 5). Disponível em: [publ/docs/84.pdf](#). Acesso em: 20 mar. 2022.
- ALARCÓN, D. M.; MULLOR, E. C. **Dimensiones de género del trabajo turístico**. Barcelona: Alba Sud Editorial Serie Informes en Contraste, n. 4, 2018.
- ALBERTO, D. P. S. Turismo e relações de gênero: experiências na atividade turística em Serra do Navio/Amapá. In: CRUZ, S. H. R.; MENDES, F. L. S. (org.). **Turismo: gestão e desenvolvimento na Pan-Amazônia**. Belém: PakaTatu, 2021. p. 42-61.
- ALBUQUERQUE, M. C. F. de. **Modelo de análise de governança do TBC: uma proposição adaptativa a partir de diversos olhares**. Orientadora: Carla Regina Pasa Gomes. 2016. 291f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: [123456789/20566/1/TESE_Vers%C3%A3o_dep%C3%B3sito%20na%20central.pdf](#). Acesso em: 26 set. 2022.
- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; MELLO, A. F. de (org.). **Povo das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**, Belém: MPEG, 1993.p. 63-81.
- ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. de; GONÇALVES, A. C. T. Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas. In: LEITÃO, R. de F. A. (org.). **Pesca, turismo e meio ambiente**. Recife: EDUFRPE, 2014. p. 123-143. Disponível em: <https://mamiraua.org.br/documentos/5fd1da749ff79bf08cb9557fba36f079.pdf#page=62>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. de. Participação, cooperação e empoderamento: a atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM, Brasil. In: MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. v. 1. p. 161-194.
- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2023.
- ALMEIDA A. W. **Traditionally occupied lands in Brazil**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- ALMEIDA, F. A. B.; CASTRO, J. F. de. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 66-81, dez. 2017. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1161> . Acesso em: 20 jul. 2023.

ALMEIDA, L. H. M. de. **Quintal agroecológico: uma abordagem para a disseminação de práticas agrícolas amigáveis em unidades familiares na região serrana fluminense**. 2014. 32 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1602>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ALMEIDA, V. L. da F. **Gênero e sustentabilidade no Cerrado goiano**. Orientadora: Leila Chalub Martins 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7181>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ALRWJFAH, M. M.; ALMEIDA-GARCÍA, F.; CORTES-MACÍAS, R. Females' perspectives on tourism's impact and their employment in the sector: the case of Petra, Jordan. **Tourism management**, n.78, p 1-7 2020. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517719302663>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALVARENGA, A.T. *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A; SILVA NETO, A. (org.) **Interdisciplinaridade em ciência da tecnologia e inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3-67.

ALVES, K. Turismo de base comunitária: fundamento histórico e abordagens. In: SILVA, F. de P. S. (org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 81-92. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65751789/Turismo_de_base_comunitaria_e_cooperativismo_Completo-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1653680215&Signature. Acesso em: 20 maio, 2022.

ALVES, M. L. B. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, p. 599 – 613, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.19844867.v22i3p599-613>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ALVES, Y.; SILVA, C. N. da. O turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação Brasileiras. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, PA, v.1, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: Acesso em: 03 abr. 2023.

AMORIM, M. J. P. Espaços femininos: gênero e identidade em comunidades rurais na Amazônia. In: ALVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (org.). **Desafios de Identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém/PA: Cejup, 1997. p. 39-50.

ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 2, n. 1, p.77-98, 1985. (Série Botânica). Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/575>. Acesso em: 01 set. 2023.

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. **IE/UNICAMP**, n. 155, fev. 2009. Disponível em: <http://www.avesmarinhas.com.br/Servi%C3%A7os%20ecossist%C3%AAmicos%20e%20sua%20import%C3%A2ncia%20econ%C3%B4mica.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ANDRADE, D. F. C. *et al.* Introdução: biodiversidade: sua importância e conservação. In: **Biodiversidade na Floresta Nacional do Tapajós e na reserva extrativista Tapajós: Arapiuns**. BROCARD, C. R.; GIACOMIN, L. L. (org.). Santarém, Pará: UFOPA, 2022. p.15-21. Disponível em: https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/biodiversidade_flona-resex_final_ebook_0.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

ANDRADE, M. M. **Organização social na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança**. Orientadora: Delma Pessanha Neves. 2019. 281f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais Natureza e Desenvolvimento), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/74>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ANDRADE, M. P.; IADANZA, E. E. S. Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3325>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ANOKO, J. N. **Gênero e equidade nas áreas protegidas de África Ocidental**. UICN, 2008. Disponível em: https://www.rampao.org/IMG/pdf/genero_e_equidade_nas_areas_protegidas_de_africa_ocidental.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

ARAGÓN, L. E. A Dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua Interpretação/The international dimension of the Amazon: a contribution for its interpretation. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 14–33, 2018. DOI: 10.47946/rnera.v0i42.5676. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676>. Acesso em: 23 out. 2021.

ARANTES, A. C. V. **Tecidos de tucumãzeiros e gentes: interações e mudanças na produção dos trançados do Arapiuns**. Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho. 2022. 192 f. Tese. (Doutorado em Ciências Ambientais Natureza e Desenvolvimento), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/823>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ARAUJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARAUJO, M. N. F.; SIMONIAN, L. T. L. Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica. **Pasos (El Sauzal)**, v. 14, p. 319-334, 2016. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/680>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARAÚJO, M. Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 34-61, ago. 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1091>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ARAÚJO, N. de F.; MALHEIROS, D. A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 1, p. 108, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/about>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARAÚJO, R. C.; PONTE, M. X. Agronegócios na Amazônia: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, v. 13, n. 2, p. 101-114, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/1190>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ÁVILA, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Gênero, mulheres, feminismos e meio ambiente: problematizações para a educação ambiental. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais** [...], Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503505447_ARQUIVO_darci a1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

AZULAY, M. S. **O fechamento de escolas do campo das águas e da floresta**: um estudo de caso no município de Aveiro-Pará. Orientadora: Solange Helena Ximenes Rocha. 2021. 253f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/640>. Acesso em: 16 out. 2022.

BARBOSA, H. D. A.; CAMPOS, R. I. R. Experiências de turismo em Unidades de Conservação em Áreas Haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 15, p. 823-838, 2017. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/es/component/sobipro/1112-x-20?Itemid=0>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BARBOSA, H. D. A. O turismo nas terras de Makunaima: parques transfronteiriços na Pan-Amazônia e o turismo. In: CRUZ, S. H. R.; MENDES, F L. de Si. (org.). **Turismo, gestão e desenvolvimento na Pan-Amazônia**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2021. v. 1. p. 110-139.

BARRETO, E. O. **Turismo de base comunitária e uso do territorio em comunidade ribeirinha da Amazonia paraense**: o caso de Anã no Município de Santarem/PA. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Planos de manejo: panorama, desafios e perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir. /UFRGS**, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/81895>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BARROS, M. I. A; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BARROS, M. J. B. Território, natureza e populações tradicionais na Amazônia: o caso da comunidade Maguari, Belterra, Pará. In: BARROS, M. J. B. (org.). **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. p. 69-82.

BARROS, M. J. B.; PAZ, A. S.; HENRIQUEZ, R. S. do C. Território, ocupação e extrativismo vegetal na Amazônia: o caso de São Domingos, Belterra, Pará. In: BARROS, M. J. B. (org.). **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. p. 21-39.

BARROS, M. J. B.; PONTES, S. K. de M. B.; SILVA, G. G. P. da. Território, sociedade e natureza na Amazônia: o caso da comunidade de Jamaraquá, Belterra, Pará. In: BARROS, M. J. B. (org.) **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. p. 147-166.

BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G.; BURSZTY, I. Apresentação. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G.; BURSZTY, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 13- 24.

BARTHOLO, R. Sobre o lugar do turismo de base comunitária. In: NOVO, C. B. M. C.; CRUZ, J. G. da. (org.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014. p. 41- 44.

BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BURSZTYN, I. Tourism for whom? Different paths to development and alternative experiments in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 103-119, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X08315786>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BASTOS, M. S. C. B.; BARBOSA, W. L. R. Mulheres erveiras da Amazônia e o turismo de base comunitária na perspectiva do desenvolvimento local. In: COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 11., 2020, Belém. **Anais [...]**. Belém: UNAMA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13935>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BELLA, B. N. **Ecotourism for ‘empowerment’?** An ecofeminist examination of women’s roles in conservation-based sustainable development. **Medium**, 2 jan. 2018. Disponível em: <https://bethanybella.com/2018/01/02/ecotourism-for-empowerment/>. Acesso em: 20 out. 2021.

BENERÍA, L.; SEN, G. Class and gender inequalities and women’s role in economic development: Theoretical and Practical Implications. **Feminist Studies**, v. 8, n. 1, p.157–176. 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3177584>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BENI, M. C. Turismo e Covid-19: algumas reflexões. **Rosa dos Ventos**, v. 12, número Especial, 3, jul./ago. p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473564229002/473564229002.pdf>. Acesso em: 23 maio, 2023.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENTES, R. R.; CARNEIRO, A. F. G.; CUNHA, N. F. SOUSA, W. L. de. Caracterização do turismo comunitário: a experiência do projeto saúde e alegria em Santarém/Pa. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.11, n. 3, p. 39-57, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v11n3p39-57>. Acesso em: 20 out. 2020.

BERNIER, E. T. Del turismo en la política económica a la política económica del turismo. Quaderns de política econòmica. **Revista electrònica. 2. Època**, v. 7, p. 49-71, maio/ ago. 2004. Disponível em: <https://www.uv.es/poleco/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**, v.19, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1534/606>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BEZERRA, N. P. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.1-16, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5808>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F.; A Amostragem em snowball (Bola de Neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BOEUF, G. A biodiversidade e o desafio do turismo. In: IRVING, M. A. AZEVEDO, J. LIMA, M. A. G. de (org.). **Turismo ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018. p. 13-16.

BOFF, L. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é? 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BONESSI, R. P. **Amazônia, vida, riqueza e morte**: o turismo sustentável como atividade sócio-econômica para ambientes de significativas mudanças ecológicas. 2002, 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82697> Acesso em: 03 de jun. 2022.

BONNICI, T. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2009. p. 257-285.

BORGES, S. H. IWANAGA, S. O desafio de proteger a Amazônia. **Ciência Hoje**. Opinião, n. 244, p. 73-75, dez. 2007, Disponível em: <https://nuestrosparques.info/noticia/54609>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BOSISIO, A (Coord.). **Breve história do turismo e da hotelaria**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comercio, 2005.

BOULHOSA, M. da S.; VASCONCELOS, A. C. P. Turismo de base comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da Comunidade do Pesqueiro, Soure. In: SANTIAGO, Rita C. C. A.; SILVA, de Paula. S.; PROCOPIUCK, Mario. (org.). **Ecossocioeconomia**: turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável. Latvia: Novas edições Acadêmicas, 2020. v. 1. p. 36-50.

BOULHOSA, M. S.; VASCONCELOS, A. C. P. Turismo de base comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da comunidade de Pesqueiro, Soure. In: ETBCES: Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável, 9., 2019. [S.l.]. **Anais [...]**, [S.l.]. p.14 – 18, ago. 2019. ISSN 2447-0600. Disponível em: https://etbces.net.br/images/etbces/anais/2019/Linha7--artigo_ix_etbces_Marinete-Boulho_TBC-na-Ilha-de-Marajo.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico**. 3. ed. México: Trillas, 1997.

BRANDÃO, J. O. da S. **Turismo de base comunitária**: resignificando a concepção de comunidade. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) -Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17983>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRANDÃO, T. F. B.; BARBOSA, L. C. B. G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e249024, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/54kYJ9T7shQnwJQbnsbgxgw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRANDTH, B.; HAUGEN, M. S. Doing farm tourism: the intertwining practices of gender and Wwork. **Chicago Journals, The University of Chicago Press**, v. 35, n. 2, p. 425-446, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086>. Acesso em: 20 mr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.713, de 14 de Junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 21, set. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1937/D01713.html. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. **Diário Oficial da União**. Poder executivo, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Art. 8º. e art. 14. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o sistema nacional de unidades de conservação da natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 7 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o estatuto do índio **Diário Oficial da União**. Poder executivo, Brasília, DF, 19, dez. 1973. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0DA671C140AF6BCB4D5D901A5BD51021.proposicoesWebExterno2?codteor=670971&filename=LegislacaoCitada+-PL+5560/2009. Acesso 5 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano estratégico nacional de áreas protegidas: decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/SNUC.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

BRASIL. **Áreas protegidas. Gestão participativa do SNUC**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3489>. Acesso em: 7 fev. 2020

BRASIL. **Portaria de número 50 de maio de 2004**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/en/arp/1353>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Floresta Nacional do Tapajós. Plano de Manejo**. 2004. v.1 (Informações Gerais). Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1666_20140912_170703.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 13, abr. 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5758-13-abril-2006-541743-publicacaooriginal-47793-pe.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Decreto federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/janis/Downloads/2007%20-%20Informe%20Nacional%20sobre%20%C3%81reas%20Protegidas%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/janis/Downloads/Plano_amazonia_sustentavel.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília, DF: MMA, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/janis/Downloads/Plano_amazonia_sustentavel.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/dinamica_e_diversidade_do_turismo_de_base_comunitaria.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/segmentacao-do-turismo-e-o-mercado.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n. 408, de 13 de novembro de 2012. Institui a rede de mulheres brasileiras líderes pela sustentabilidade. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=128633>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº408, de 13 de novembro de 2012**. Institui a rede de mulheres brasileiras líderes pela sustentabilidade. Brasília, DF 2012. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2012/11/14/PM_RPPN_Reserva_Natural_Brejo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil, 2013-2016. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo reserva extrativista Tapajós-Arapiuns** - 2014. v. 1. (Diagnóstico). Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Guia de políticas públicas para extrativistas das unidades de conservação**. 2016. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&mode=single&page=792>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais**: princípios e diretrizes. 2018. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2977>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15anos. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/glossario_do_turismo_MTUR.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade–ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**: caderno de experiências. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Brasília: DF, ICMBIO, 2019.v. 1. Diagnóstico. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-tapajos/arquivos/plano_de_manejo_flona_do_tapajos_2019_vol1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio. **Orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público em unidades de conservação Federais**. Brasília: DF, ICMBIO, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/ucs-terao-novas-orientacoes-para-planos-de-uso-publico>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Comunicado n. 0015188696 de 05 de junho de 2020**. Retomada da tramitação regular no Sistema CEP/CONEP para os projetos de ciências humanas e sociais relacionados à saúde mental. Brasília, DF: MS; 2020. Orientações [...]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Comunicado05-06-2020SEI-MS0015188696CHS.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Legislação da Amazônia**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia#:~:text=ESTADOS%20QUE%20COMP%C3%95E%20A%20AMAZ%C3%94NI A,oeste%20do%20meridiano%20de%2044%C2%BA>). Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –SNUC. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTlmZmZThmM2M1NTBlNyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2023. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Agricultura familiar**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRENTANO, B.; FOLLMANN, F. M.; FOLETO, E. Contextualização das unidades de conservação no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 37 n. 4, p. 536-554, set./ dez. 2015, Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4675/Resumenes/Resumo_467546194042_5.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRICEÑO-LEÓN, R. Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. de A. (org.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 157- 186, 2003. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510.pdf#page=157>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRILHO, S. S. Q. C.; CARMO, M. S. do. Turismo rural comunitário: o protagonismo do movimento de mulheres da Ilha de Cotijuba – Pará. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 79-92, 2014. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/154>. Acesso em: 8 set. 2020.

BRITO, F. de A. CÂMARA, J. B. D. **Democratização gestão ambiental: em Busca do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRITO, M. C. W de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRITO, S. M. S.; FREITAS, P. F. L. N. A. Gênero, Educação e Poder: a fabricação das desigualdades no espaço escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 18., 2014, Recife. **Anais [...]**, Recife, 2015.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2497>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BURSZTYN, I. BARTHOLO, R.; DELAMARO M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.76-91.

BURSZTYN, I. Comercialização no turismo de base comunitária: inovar é preciso. In: NOVO, C. B. M. C.; CRUZ, J. G. da. (org.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014. p. 45-77.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. 2012, 243 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/IvanBursztyn.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

BURSZTYN, I. Sobre conceitos e práticas de turismo de base comunitária no Brasil. In: NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. **Turismo e sustentabilidade**: verso e reverso. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 279-307.

CABRAL, D. dos S. **Turismo rural comunitário e a questão de gênero**: o caso das assentadas rurais de Chapadinha-DF. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://openaccess.library.uitm.edu.my/Record/ndltd-IBICT-oai-repositorio.unb.br-10482-23251>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CALDEIRA, K. Piquiá: o que é, benefícios e como comer. **OLiberal.com**, 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/receita/piquia-o-que-e-beneficios-e-como-comer-1.606439>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAMARGO, L. O. de L. Sociologia do Lazer. In: ANSARAH, M. G. R. (org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. p. 235-275.

CAMPOS, Índio. Limites e condicionantes à expansão da sojicultura na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/973>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CARMO, J. C. do *et al.* Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Rev. Estud. Fêmea**, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 155-180, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CARNEIRO, F.; BARHOLO, R. Descubra a tradição de um lugar: o encontro entre nativos e biribandos em Trancoso, sul da Bahia. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009. p. 198-215.

CARRIÓN, I. A. D. Ecoturismocomunitario y género en la Reserva de la Biosfera de Los Tuxtlas **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, México. v. 8, n.1, p. 151-165. 2010. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=10197>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARVAJAL, J. E. **La cara oculta del viajero**. Reflexiones sobre antropología y turismo. Buenos Aires: Biblos, 1992.

CARVALHO, I.; COSTA, C.; LYKKED, N.; TORRES, A. Beyond the glass ceiling: Gendering tourism management. **Annals of Tourism Research**, n. 75, p. 79–91, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2018.12.022>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARVALHO, M. S. de; MOESCH, M. M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 442-457, maio/jul. 2013a, Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6137/3945>. Acesso em: 03 jan. 2021.

CARVALHO, M. S. de.; MOESCH, M. M. Turismo e a resignificação dos papéis das mulheres no espaço rural. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*, 10, 2013b. Caxias do Sul. **Anais** [...]. Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 15 - 18 out. 2013. p.1-20. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[94\]_x_anptur_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[94]_x_anptur_2013.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

CARVALHO, T. M. da S.; SILVA, R. O. da. Uso de recursos naturais com ênfase em gênero no Salgado Paraense. *In: ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNEROS*, 5., 2019; 2020, Belém. **Anais**. [...] Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero. GEPEM/UFGA. Belém: IFCH; UFGA, p. 605-613, 2020. Belém, 19 – 21 nov. 2019. Disponível em: <http://encontroamazonico.org/anais-do-evento/anais-do-evento.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CASTRO M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco-Unicef, 2005.

CASTRO, E. M. R. Estado e políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. *In: COELHO, M. C. et al. (org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: UFGA; NAEA, 2001. p.7-32.

CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In: CASTRO, E. M. R. (org.). Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-39.

CASTRO, E. M. R. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. *In: CASTRO, E. M. R. (org.). Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume, 2019. p. 35-62.

CASTRO, E. PINTON, F. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: CEJUP, 1997.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, NAEA, v. 8, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/51>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CAVALCANTE, J. M.; CHAGAS, W. F. As mulheres benzedoras: entre o sagrado, a saúde e a política. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: CULTURAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES*, 2, 2009, João Pessoa. **Anais**. [...], João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. Disponível em: <https://www.itaporanga.net/genero/gt1/3.pdf>. Acesso em: 3 maio, 2023.

CAVALCANTE, M. B.; FURTADO, E. M. Políticas públicas de turismo em unidades de conservação. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 133 - 146, abr. 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/492>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL-CEAPS. Projeto saúde e alegria. Prazer em conhecer São Miguel: a garganta do Tapajós. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. *In: HENRIQUES, G. Consultora*, [S.l.:s.n.], 2012. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL-CEAPS. Projeto Saúde e Alegria. Prazer em conhecer Capixauã: reserva extrativista Tapajós-Arapiuns. In: HENRIQUES, G. **Consultora**, [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Cartilha-CAPIXAU%C3%83-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - CEAPS. Projeto saúde e alegria. In: **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns: prazer em conhecer**. PENA, F.; HENRIQUES, G. (org.). Santarém, 2015. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Almanaque-Resexpag-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL-CEAPS. **Floresta ativa Tapajós**: plano de trabalho. [Santarém]: CEAPS, 2018.

CENTRO DE APOIO A PROJETOS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - CEAPAC. **Quem somos**: instituição. Disponível em: <http://www.ceapac.org.br/instituicao.php>. Acesso em: 2 mar. 2023.

CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. de A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 138-156, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.157418. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>. Acesso em: 23 out. 2021.

CHAVES, M. R.; BARROSO, S. C.; LIRA, T. M. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/750>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIDADE-BRASIL, **Pará**. 2013. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/estado-para.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CISNE, M. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão*. 202 p. Dissertação

CISNE, M. Mulheres, **Gênero e Desenvolvimento na Amazônia brasileira**. Orientadora: Vitória regia Gehlen. 2004. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102_1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

COELHO, E. A. O turismo de base comunitária em tempos de pandemia: experiências de comunidades do Brasil e da África. **Dos Algarves**: a multidisciplinary e-journal, n. 40, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/279>. Acesso em: 24 maio 2023.

COELHO, E. de A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 313-326, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6181/3967>. Acesso em: 16 maio 2022.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GOMES, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M. **Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para discussão). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

COLAÇO, T. L. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012.

COLLIER, J. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU/USP, 1973.

COMUNE, A. E. Turismo e meio ambiente na Amazônia: perspectivas econômicas do turismo ecológico. **Revista Turismo em Análise**, v. 2, n. 1, p. 53-61, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63951>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO/CONSELHO DE TURISMO - CNC, 2005. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/anavelasque/disciplinas/breve-historico-do-turismo-e-da-hotelaria-cnc>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CORDOVIL, J. C. da S. **Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará**. Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151766>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CORIOLO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLO, L. N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I., (org.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**, Letra e Imagem. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. p. 277-288.

CORIOLO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários de América Latina y turismo comunitario en rebote a los mega emprendimientos transnacional. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Espanha, v. 3, n. 1, p. 4-15, 2013. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1051771-territorios-solidarios-de-am%C3%A9rica-latina-y-turismo-comunitario-en-rebote-a-los-mega-empreendimentos-transnacional Acesso em: 31 maio 2022.

COSTA, A. L. S. **Efetividade de gestão da área de proteção ambiental triunfo do Xingu:** desafios de consolidação de uma unidade de conservação na região da Terra do Meio, Estado do Pará. Orientador: Juarez Carlos Brito Pezzuti. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4565>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COSTA, E. S. **Campo das relações do ecoturismo e do patrimônio em Belterra, PA: o limite das políticas públicas.** Orientadora: Lilian Rebellato. 2018. 182 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/65>. Acesso em: 22. out. 2022.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária na Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Belém, NAEA, 2012.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo:** percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação, matéria-prima do ecoturismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, V. C. da; COSTA, N. M. C. da. O desafio do ecoturismo em Unidades de Conservação. **Geo UERJ**, n. 8, p. 55, mar. 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49102>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

DAL'ASTA, P.; AMARAL; MONTEIRO, M. V. O Rio e as cidades: uma análise exploratória de dependências e alcances das comunidades do Arapiuns (Pará-Brasil) e da formação do urbano na Amazônia. **Revista Espinhaço**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/42>. Acesso em: 21 dez. 2022.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, p. 153–159, maio 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/722>. Acesso em: 21 dez. 2022.

DESMARAIS, J. P. “Walter D. Mignolo e Catherine E. Walsh, on decoloniality: concepts, analytics, praxis, **Cahiers des Amériques latines**, n. 93, p. 208-12, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/11089>. Acesso em: 01 maio, 2021.

DI CIOMMO, R. C. Turismo, gênero e pesquisa participativa na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/148>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DIAS, A.; ABREU, W. F. de. Por uma didática decolonial: aproximações teóricas e elementos categoriais. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1216-1233, jul./set. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2019000301216&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2021.

DIAS, T. L. P.; ROSA, R. de S.; DAMASCENO, L. C. P. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/2225>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. HUCITEC NUPAUB: São Paulo, 2008.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1996. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 1).

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: NUPAUB; USP, 2003. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. [S.l.], Ática, 1983. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/prof%204.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DIEGUEZ-CASTRILLON, M. I. *et al.* Turismo rural, empreendedorismo e gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 371-381, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TMD8QZkKDdTySCzFVqdHYzH/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102980>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DOMINGUES, M. S.; BERMAN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 1-22, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/tykKcbYv dnsX5CHcH97qNcd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da Biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília, DF: Editora Câmara, 2010. p. 341-386.

DUARTE, D. C.; PEREIRA, A. D. J. O papel da mulher no turismo rural: um estudo no circuito Rajadinha de Planaltina - Distrito Federal. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 81-103, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1446>. Acesso em: 02 maio 2022.

DUARTE, L. G. D. **A relação unidade de conservação: comunidade**: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceira na estação ecológica de águas emendadas Planaltina, DF. 2015. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental), Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/13751>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DUDLEY, N. (ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. International Union for Conservation of Nature (IUCN). Gland, Switzerland, 2008. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/pag-021.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 201. (Coleção debates; n. 52, dirigida por J. Guinsburg).

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V. de; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El periplo sustentable**, Toluca, n. 31, 00002, p. 1-18, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362016000200002&lang=pt. Acesso em: 07 jun. 2022.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 4, out./dez. p. 169-177, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4606/2403>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. “Introducción”. In: FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FABRINO, N. H.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentable**, [S.l.: s.n.], 2011. p. 7-25. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11979>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1178>. Acesso 07 jan. 2021.

FABRINO, N. H. Turismo de base comunitária: proposição de um instrumento de análise. In: NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. (org.). **Turismo e sustentabilidade: verso e reverso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

FALCÃO, J. T.; RÉGNIER, J. C. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 181, n. 198, p. 229-243, 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3721>. Acesso em: 01 maio 2022.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: Di SABBATO, A.; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, DF: MDA, 2009. p. 13-29. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B1591p/B1591p.PDF>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FARIA, N. Gênero e políticas públicas. In: NOBRE M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. São Paulo: SOF, 2005. p. 31- 38. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Livro_FemLutMulh.pdf.

FARIAS, K. S. da S. FIGUEIREDO, S. L. Public tourism policies in the Brazilian Amazon: Participation and networks. **Journal of Multidisciplinary Academic Tourism**, v. 1, p. 53-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31822/jomat.2021-SP-1-53>. Acesso em: 20 maio 2022.

FARIAS, M. L. **Associativismo como estratégia de governança para o desenvolvimento local: o caso da comunidade Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Brasil**. Orientadora: Helionora da Silva Alves. 2021.131 f. Coorientador: Thiago Almeida Vieira Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/622>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FARO, A. Belterra. **Estado do Tapajós**. [S.l.; s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.tapajosmeuestado.com.br/p/belterra.html>. Acesso em: 22 out. 2022.

FAVARETO, A. S. **Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais e gênero**. 2019. 240 f. Orientadora: Maria José Carneiro. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/5702/2/2019%20-%20Ariane%20da%20Silva%20Favareto.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FAZENDA, I. C. A.; VARELLA, A. M. R. S.; ALMEIDA, T. T. O. Interdisciplinaridade: tempos, espaços, proposições. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v 11, n. 3, p. 847-862, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/14914>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2006.

FAZITO, M.; RODIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA, L. C. S. O papel do turismo no desenvolvimento humano, **Papers**, Belém, NAEA, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/4736/4344>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FEARNSIDE, P. M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. In: FEARNSIDE, P. M. (ed.) **Destruição e conservação da floresta Amazônica**, Manaus: INPA, 2019. v. 1. p. 55-81. No prelo. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Philip-Fearnside/publication/340923589_O_cultivo_da_soja_como_ameaca_para_o_meio_ambiente_na_Amazonia_brasileira/links/5ea459f145851553faad6c59/O-cultivo-da-soja-como-ameaca-para-o-meio-ambiente-na-Amazonia-brasileira.pdf . Acesso em: 10 abr. 2023.

FELIX, T. R. G. **Narrativas no Brasil de Bolsonaro**: notas sobre o papel da informação científica na produção de políticas ambientais. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30307>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FEMINISMO, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca, [S.l.; s.n.], 2014.

FERGUSON, L. Promoting gender equality and empowering women? Tourism and the third Millennium Development Goal. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 3, p. 235-249, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13683500.2011.555522>. Acesso em: 30 set. 2020.

FERGUSON, L.; ALARCÓN, D. M. Gender and sustainable tourism: reflections on theory and practice. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 23, n. 3, p. 401-416, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2014.957208>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FERNANDES, J. F.; ARAÚJO, A. P. C. de; RIBEIRO, M. A. O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v.21, n 1. p.1-13, 2021. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1833>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FERNANDES, M. Sobre a atualidade do conceito de imperialismo nas relações interestatais. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 161, p. 61 - 79, 2021. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2022.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BOLFE, A. P. F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 195-216, 2013.

FERREIRA, A. F.; OLIVEIRA, J. L. da C. O desenvolvimento do turismo como uma estratégia de sustentabilidade do espaço amazônico: um instrumento de preservação da floresta amazônica. **Revista Direito das Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, p. 33-68, 2020. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO. Disponível em: <http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10457/9593>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FERREIRA, M. C.; JARDIM, M. A. G. Algumas espécies vegetais usadas pelos moradores da Ilha de Algodoal, Maiandeuá, município de Maracanã, Pará, **BoI. Mus. Para. Emílio Goeldi. sér. Ciências Naturais**, Belém, v. 1, n. 2. p. 45-51, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/587/1/B%20MPEG%20C%20Nat%201%282%29%202005%20Coelho%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FERREIRA, M. L. R. Mulher como o “outro”: filosofia da identidade feminina. In: FERREIRA, M. L. R. (org.). **O que pensam os filósofos sobre as mulheres**. Lisboa: Centro de Filosofia, Universidade de Lisboa, 1988. p. 139-153.

FIALHO, R. G. M.; CUNHA, E. V. da. Sustentabilidade e Afeto: a dimensão afetiva da sustentabilidade na família. **Revbea**, São Paulo, v. 13, n. 4: p. 313-333, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333699136_Sustentabilidade_e_afeto_a_dimensao_afetiva_da_sustentabilidade_na_familia. Acesso em: 08 jun. 2023.

FIGUEIREDO, S. L. Alternativas de turismo de base comunitária na Amazônia Legal brasileira. Alternatives du tourisme communautaire en Amazonie légale brésilienne Community-Based Tourism Alternatives in the Brazilian Legal Amazon. **Confins**, Paris, v. 54, n. 54, 2022, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45154>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NOBREGA, W. R. M. (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FIGUEROA-DOMECQ, C.; JONG, A. DE.; WILLIAMS, A. M. Gender, tourism & FIGUEROA, A. C. Tuxáua não é mulher: povos originários, religião e designações do feminino. **Revista Senso**, 30 de mar. 2019. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/feminismo/tuxaua-nao-e-mulher-povos-originarios-religiao-e-designacoes-feminino/>. Acesso em: 15 maio 2023.

FONSECA, M. A. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: Edufrn, 2005. FONSECA, M. J. M.; MAINTINGUER, S. I. Áreas protegidas no Brasil. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 1., 2017. [S.l.]. **Anais [...]**, [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2017/seppu/anais/fonseca-maintinguer.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FONSECA, W. D. da. **Santarém: momentos históricos**. 6. ed. Santarém-PA: ICBS, 2015.

FORSYTHE, N.; KORZENIEWICZ, R. P.; DURRANT, V. Gender inequalities and economic growth: a longitudinal evaluation. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, n. 3, p. 573-617, 2000. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ucpecdecc/v_3a48_3ay_3a2000_3ai_3a3_3ap_3a573-617.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

FRANÇA, G. B.; PEREZ, J. C.; ISAGUIRRE, K. R.; BARBOSA, L. C. B. G. Gênero e Território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 3, n. 16, p. 294-306, 4 mar. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/2959>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FRANÇA, G. B.; PEREZ, J. C.; ISAGUIRRE, K. R.; BARBOSA, L. C. B. G. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 3, n. 16, 4 mar. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/2959>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2019.

FREIRE, L. L. **Negócios sociais em turismo no Brasil e os efeitos da crise gerada pela pandemia de Covid-19**. 2021. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/28789>. Acesso em: 23 maio, 2023.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA. **Estatísticas municipais paraenses**: Belterra; Diretoria de estatística e de tecnologia e gestão da informação. Belém, 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201>. Acesso em: 25. out. 2022.

GALÁN, B. P.; FULLER, N. Turismo rural comunitario, género y desarrollo en comunidades campesinas e indígenas del sur del Perú. **Quaderns**, v.31, p. 95-119, 2015. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/QuadernsICA/article/view/308759/410725>. Acesso em: 22 out. 2020.

GALINDO-REYES, F. C.; CIRUELA-LORENZO, A. M.; PÉREZ-MORENO, S.; PÉREZ-CANTO, S. Rural indigenous women in Bolivia: a development proposal based on cooperativism. **Women is Studies International Forum**, v. 59, p. 58-66, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2016.10.003>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GARCIA RAMON, M.; BAYLINA FERRÉ, M. **El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural**. España, Barcelona, 2000.

GARCIA, M. F.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/171>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GARCIA, Y. M. O código florestal brasileiro e suas alterações no congresso nacional. **Geografia em Atos**, v. 1, n. 12, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1754>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GASPAR, J.; QUEIROZ, M. **Gênero, território e ambiente**: estudo de diagnóstico e criação de Indicadores de Gênero em Portugal. 2009. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/siic/2011/05/relatorio-genero-territorio-ambiente/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GAZONI, J. L.; BRASILEIRO, I. L. G. O turismo como um instrumento de proteção florestal na Amazônia: uma análise multivariada. **Rev. Bras. Pesq. Tur**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 23-46, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/1416/824>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GAZONI, J. L.; BRASILEIRO, I. L. G. O turismo como um instrumento de proteção florestal na Amazônia: uma análise multivariada. **Rev. Bras. Pesq. Tur**, São Paulo, v.12, n. 3, p. 23-46, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/1416/824>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOELDNER, C.; BRENT RITCHIE, J. R.; MCINTOSH, R. **Turismo, princípios, práticas, filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, B. M. A.; ROMANIELLO, M. M.; SILVA, M. A. C. Os efeitos do turismo em comunidades receptoras: um estudo com moradores de Carrancas, MG, Brasil. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.4, n. 3, p. 391-408, 2006. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/4306/PASOS09.pdf#page=115>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GOMES, C. de M.; GOMES, C. DE M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 65-82, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GOMES, D. S.; ESMERALDO, G. G. S. L. Sustentabilidade e territorialidade: fios que tecem a luta e a resistência das mulheres camponesas. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, DF, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 5, n. 2, p. 18-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GOMES, E. C. B.; SILVA-JUNIOR, B. C.; NOGUEIRA, K. M.; GOMES, E. L. S. O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.554-571, maio/jul.2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6206>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, T. V.; CARDOSO, A. C. D.; COELHO, H. S.; OLIVEIRA K. D. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 891-918, set/dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/khBWn7s9zsBh6HfW33DCBWr/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. In: TELLES, T. (org.). 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Las nuevas ciencias y las humanidades**: de la academia a la política. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

GONZÁLEZ, N. E. K. de. Hospitalidade e Preconceito no Turismo. **Turismo**: visão e ação, ano 4. n.10, p.91-100 out.2001; mar. 2002. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1173>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GÖSSLING, S., SCOTT, D.; HALL, C. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 19, p.1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>.

GRANDIN, G. **Fordlândia. Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. MONTINGELLI JUNIOR, Nivaldo. (trad.). Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRIMM, I. J.; GOMES, B. M. A. Turismo e natureza: para pensar uma atividade de baixo carbono. In: GOMES, B. M. A.; SOUZA, S. do R. de (org.). **Turismo e sociedade**: aspectos teóricos. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2021. p. 140-158, Disponível em: <https://turismoesociedade.ufpr.br/wp-content/uploads/2021/10/Livro-TS-2a-Edicao.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GUARIM, V. L. M. S. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 3, 2000, Corumbá. **Anais [...]**, Corumbá, 2000. Disponível em: <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/Socio/GUARIM-072.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GUERRA, F. G. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta Nacional do Tapajós - Pará**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2008. Disponível em: http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2008/d507_0669-M.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

GUETTA, M.; OVIEDO, A. F. P.; BENSUSAN, N. A desconstrução das políticas de proteção das Unidades de Conservação. In: OVIEDO, A. F. P.; BENSUSAN. (org.). **Quando proteger quando a regra é destruir**. Brasília, DF: Mil Folhas, 2022. v. 1. p. 30-57. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desconstrucao-das-politicas-de-protecao-das-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

GUSDORF, G. Past, present and future in interdisciplinary research. **International Social Science Journal**, v. 29, n. 4, p. 580-600, 1977. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000023342>. Acesso 20 abr. 2019.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de agroturismo acolhida na colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6230>. Acesso em: 24 out. 2021.

HASHIMOTO, A. TELFER, D. J. 2011. Female empowerment through agriculture in rural Japan? In: R.M. Torres and J.H. Momsen, (ed.). **Tourism and agriculture: new geographies of production and rural restructuring**, London, Routledge. 2011. p. 72–84. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc7124en/cc7124en.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9204>. Acesso em: 4 jul. 2022

HERNÁNDEZ, C. O. Gênero e Meio Ambiente: a construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável. **Ambiente y Desarrollo**. Bogotá (Colombia), Pontificia Universidad Javeriana, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: [https://redib.org/Search/Results?type=ArticleTitle&filter\[\]=id_revista%3A%221049%22&filter%5B%5D=publishDateSpecial%3A%222010%22](https://redib.org/Search/Results?type=ArticleTitle&filter[]=id_revista%3A%221049%22&filter%5B%5D=publishDateSpecial%3A%222010%22) Acesso em: 13 ago. 2022.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÜBNER, D. B. **Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional de Itatiaia: estudo sobre conflito socioambiental em unidade de conservação**. Orientador: Elza Maria Neffa Vieira de Castro. 2013. 276 f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/14280/1/HUBNER_final.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=261658&view=detalhes>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ICMBIO-MMA. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/Uso-publico>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico Belterra**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 26 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-. IBGE. **Aveiro: história & fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/aveiro/historico>. Acesso em: 20. out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Belterra: população**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/panorama>. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **História Belterra Pará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/historico>. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós**: Informações gerais. Brasília, DF, 2004. v. 1. Disponível em: http://agromet.cpatu.embrapa.br/projetos/lucieta-guerreiro-martorano/projetos/robin-flona-tapajos/trabalhos-informacoes-gerais/PM_V1_INFORMACOES%20GERAIS.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES de CONSERVAÇÃO da BIODIVERSIDADE- ICMBIO. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo reserva extrativista Tapajós-Arapuiuns**. Brasília, DF, 2014. v. 3. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/plano_manejo/ResexTapajosArapuiunsPMVol.3_Anexos.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DE BIODIVERSIDADE- ICMBio. **Guia de políticas públicas para extrativistas das unidades de conservação**. 2016. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&mode=single&page=792>. Acesso em: 20 jul. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES de CONSERVAÇÃO da BIODIVERSIDADE. ICMBIO. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo Floresta Nacional do Tapajós: diagnóstico**. Brasília, 2019a. v. 1. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-tapajos/arquivos/plano_de_manejo_flona_do_tapajos_2019_vol1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBIO. Ministério do Meio Ambiente. **Floresta Nacional do Tapajós**, 2021. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DE BIODIVERSIDADE- ICMBio. **Visitação nas unidades de conservação (2000-2021)**: detalhamento: COEST/CEGEUP, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGYyNjNhMzEtOTk2Ni00MzAyLTlhM2QtMjAyMWEyN2RmZWwIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDljLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9&pageName=ReportSection283706c1c8465c9672b0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-. ICMBIO. Ministério do Meio Ambiente. **Dados geoespaciais de referência da cartografia nacional e dados temáticos produzidos no ICMBio**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais. Acesso em: 10 jan. 2023.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- IDEFLOR-Bio. **O IDEFLOR-Bio, missão e visão**, 2023. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/paginas/1/quem-somos>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-. IDEFLOR-Bio. **Nossas unidades de conservação**, 2023. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Questões do desenvolvimento**: medindo o bem-estar das populações. Brasília, DF: IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2294:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 20 de jun. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. **Painel de dados**, 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>. Acesso em: 10 nov. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL- ISA. **Reserva Tapajós-Arapiuns**, 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1353#noticias>. Acesso em: 11 nov. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Sistema de Áreas Protegidas - SisArp. **Painel de dados**. 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/paineldedados#categorias>. Acesso em: 11 jul. 2022.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. IORIS, E. M. (org.). Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196827>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IPEA. Disponível em: <http://extrator.ipea.gov.br/>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

IRVING, M. A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, p. 108-119, 2009

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 122-147, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/bruna-rancao-conti/disciplina-gestao-turistica-de-recursos-naturais/bibliografia-basica/artigo-irving>. Acesso em: 17 ago. 2022.

IRVING, M. A. (Eco)turismo em áreas protegidas - paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. *In*: IRVING, M. A. AZEVEDO, J. LIMA, M. A. G. de (org.). **Turismo ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 205 - 272, 2018.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.18, p.1-7, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98>. Acesso em: 04 de jun. 2022.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 16, n. Especial, dez. 2020. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6661>. Acesso em: 26 ago. 2022.

IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (org.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**: diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2015.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JAPIASSU, H. **Ciências**: questões impertinentes. São Paulo: Ed. Ideias & Letras, 2011.

JATI, T. S.; SANTOS, B. K. S. dos; MAGALHÃES, A. S. Importância do trançado da fibra de tucumã para a mudança socioeconômica das mulheres dentro da Resex Tapajós-Arapiauns. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA; 10 CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6., v. 13 n. 1, 2018; 5 SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO; 12 a 15 de setembro de 2017. **Anais [...]**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://cadernos.abagroecologia.org.br/cadernos/issue/view/1>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JESUS DO ROSÁRIO, J. **Mulheres trabalhadoras da maré**: educação e perspectivas sustentáveis. Seminários Espaços Costeiros, v. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteios/article/view/14674>. Acesso em: 26 jun. 2023.

KABEER, N. “Resources, Agency, Achievements: reflections on the measurement of women’s empowerment.” **Development and Change**, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999. Disponível em: <https://weehub.ku.ac.ke/wp-content/uploads/2021/06/Naila-Kabeer-Empowerment.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

KLOSTER, S. *et al.* O papel feminino e campo: olhares por meio do turismo rural. **Anais Semana de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 102-106, Ponta Grossa: UEPG, 2015.

KOGA, E. S.; UYETI, J. H. Turismo de base comunitária e unidades de conservação paulista: mapeamento de iniciativas, benefícios e desafios. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 8, n. 5, p. 40–45, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/38935>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KOHLER, M. C. M. **Agenda 21 local**: desafios da sua implementação, experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19052005-111222/pt-br.php>. Acesso em: 14 ago. 2022.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LAFLAMME, S. Recherche interdisciplinaire et réflexion sur l’interdisciplinarité. **NPMS**, v. 7, n. 1, p. 49-64, 2011. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/npss/2011-v7-n1-npss1827471/1007081ar/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LAGOS, M. B.; LAGOS, F. S.; MELLO, N. A.; CORONA, H. M. P. A Perspectiva de Gênero na Construção da Sustentabilidade. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 8, n. 31-32, p. 62-73, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6114>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LAMIM-GUEDES, V.; INOCÊNCIO, A. F. Mulheres e sustentabilidade: uma aproximação entre movimento feminista e a educação ambiental. **Educação Ambiental em Ação**, v. 45, 2013. Disponível em: <https://www.revistaeea.org/index.php?numero=45>. Acesso em: 08 jun. 2023.

LANZARINI, R.; BARRETO, M. Políticas públicas no Brasil para um turismo responsável. **Revista Turismo - Visão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 185-215, jan. / abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/5945> Acesso em: 5 de jun. 2022.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge University Press: New York, 1991. Disponível em:

LAZARIN, K. M. Mulheres e sustentabilidade na Amazônia. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 248–250, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/nBT6R9zcQ7vLdvnVwpMxfgm/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LENZI, L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEUNG, Y.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, Ralf (ed.). **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**. Diretrizes para sustentabilidade. Gland, Suíça: UICN, 2019. (Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, n. 27.) Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-Pt.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando narrativas de políticas públicas de turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 16, e-2094, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094>. Acesso em: 26 maio, 2023.

LIMA, M. L. C. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, P. G. C.; FERREIRA, M. C.; OLIVEIRA, R. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 25, n. 2, p. 422–434, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abb/a/8vJydKTVLzRrST6GWHLQhSQ/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LIMA, P. G. C.; FERREIRA, M. C.; SANTOS, R. da S. A Floresta na feira: plantas medicinais do município de Itaituba, Pará, Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura**, v.24, n. 2, p. 285-301, 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/issue/view/182>. Acesso em: 21 abr. 2023.

LIMA, R. L. A. de; GADELHA, D. Colonialismo: recorrências e dispersões no discurso do audiovisual amazônico. **Logos**, v. 1, n. 22, Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/19555>. Acesso em: 29 set. 2022.

LIRA, T. DE M.; CHAVES, M. DO P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, p. 66–76, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2020.

LISBOA; T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 871–887, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kX65LSrJQkx7CnYDQpCK39y/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LITRE, G.; ROCHA, J. D. Mulheres e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 13-17, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LOBATO, A. S. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.648-661, ago./out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6083/3922>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M. Turismo e recurso naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, Aquidabã, v.7, n.1, p.48-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/SPC2318-2881.2014.001.0004>. Acesso em: 01 ago. 2022.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. v. 1. p. 91-114.

LOUREIRO, V. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A pesquisa em educação: abordagens quali-tativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LUNARDI, R. **Turismo rural: a contribuição da mulher**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8847>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LUNARDI, R. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. 2012. 222 f. Orientador: Marcelino de Souza. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_4a0d4fdf555f062191897e2fd3e239d8. Acesso em: 10 abr. 2022.

LUNARDI, R.; ALMEIDA, Joaquim Anésio de Jesus. Turismo rural: a contribuição da mulher. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 5, n. 2, p. 65–76, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/8746>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LUNARDI, R.; SOUZA, M. de; PERURENA, F. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: o "leve" e o "pesado". **Revista Turismo - Visão e Ação**, v.17, n. 1, p. 179-209, 2015 a. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/7706>. Acesso em: 11 jan. 2023.

LUNARDI, R.; SOUZA, M. de; PERURENA, F. Participação e decisão no turismo rural: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Revista Turismo Em Análise**, v. 26, n. 2, p. 334-357, 2015b. Disponível em: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/102851>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MACHADO, D. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 485–490, maio 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/s7PBwSCbH9dF5ZpR5LpGpSv/#>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MADSEN, N. Mulheres brasileiras na luta por desenvolvimento sustentável com justiça social. In: FONTOURA, N.; REZENDE, M.; QUERINO, A. C. (org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10323>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MAIA NETO, G. de A. **Unidades de Conservação de Proteção Integral**, Teresina, ano 14, n. 2342, 29 nov. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13932/unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>. Acesso em: 10 de jul. 2022.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-46.

MALDONADO, C. Turismo rural comunitario en América Latina: las experiencias de REDTURS. In: COSTA NOVO, C. B. M.; CRUZ, J. G. da (org.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014. p. 41-44.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. [1922].

MANESCHY, M. C., ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, M. L.; D'INCAO, M. A. **A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM; Museu Paraense Emílio Goeldi. 1995. p. 81-96.

MANTECÓN, A. La crisis sistémica del turismo: una perspectiva global en tiempos de pandemia. In: CRUZ, M. S.; MARTÍN, R. H.; FUMERO, N. P. (org.). **Turismo pos-COVID-19 Reflexiones, retos y oportunidades**. Cátedra de turismo caja canarias-ashotel de la Universidad de la Laguna. La Laguna, España, 2020 p. 19-30. Disponível em: <https://accedacris.ulpgc.es/bitstream/10553/75783/1/nuevos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARICATO, J. de M.; REIS, F. Relações interdisciplinares entre a ciência da informação e a ciência da comunicação: uma análise a partir de citações, formação das bancas e palavras-chave das teses das áreas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 01, p. 112-132, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/SBD65mFccdWVZ4qVyTfcWRv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARIMON, A S.; LIMA, M. T. Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da rede de sementes do Xingu, Brasil. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 220-237, 2019. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14803>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MARINELLI, C. E.; BUZATO, H.; YAMAKI, H.; FINOTTI, M. Gênero: percepção e papel da mulher nos impactos do origens Brasil®: uma rede que promove negócios sustentáveis na Amazônia em unidades de conservação e áreas protegidas. **Imaflora**, 2022. Disponível em: <https://www.imaflora.org/noticia/genero-percepcao-e-papel-da-mulher-nos-impactos-do-origens-brasil-uma-rede-que-promove-negocios-sustentaveis-na-amazonia-em-unidades-de-conservacao-e-areas-protegidas>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARION, A. A.; BONA, N. A. A importância da mulher na agricultura familiar. **CRESOL**. 2016. Periódico. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituio.org.br/wp-content/uploads/old/pesquisa/227.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARTINS, F. J.; SOLDÁ, M.; PEREIRA, N. F. F. Interdisciplinaridade: da totalidade à perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 1-11.

MARTINS, L. C. de A.; DÉJARDIN, I. P.; SILVA, F. P. S. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. **El Periplo Sustentable**, México, n. 24, p. 187-207, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4195154>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTONI, R. M. **Turismo & capital**. Curitiba: Appris, 2019.

MATOS, C. C.; REIS, M. E. dos. Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1249–1267, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/5425>. Acesso em: 6 jul. 2023.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p.15-49.

MEIRELLES FILHO, J.; MORENO, T.; BUORO, M. Amazônia, quando será a vez da Mulher? **Repositório FGV de Periódicos e Revistas**, n. 106, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/pagina22/article/view/67286>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MELO JÚNIOR, L. C. M.; SAYAGO, D. A. V.; TOURINHO, M. M. Comunidades ribeirinhas Amazônicas. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 1, p. 265-287, maio, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2018v7i1.p265-287>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revistas Estudos Feministas**, v. 22, n.1, p. 71-89, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100005r>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MENEGASSI, D. É hora de repensar o plano de manejo: Ana D'Amico, do Instituto Chico Mendes (ICMBio), fala sobre os caminhos para tornar mais prático o documento que norteia ações dentro de uma unidade de conservação. **(O) eco**. Reportagem de 18 de abril de 2017. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/e-hora-de-repensar-o-plano-de-manejo/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (org.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.190-231.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64176>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MIGA, Agência Multilateral de Garantia de Investimento. **Relatório 2021**. Disponível em: <https://www.miga.org/sites/default/files/multilingual/2022-01/PORTUGUESE%20MIGA%20Annual%20Report%20FY21.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. Introdução de the darker side of western modernity: global futures, decolonial options (Mignolo, 2011), traduzido por Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. DOI em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **Ondecoloniality: concepts, analytics, praxis**. Duke University Press, 2018.

MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: SOARES, M.; QUEIRÓS, E. (org.). **Áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. v. 2, p. 16-33. (Série Integração - Transformação – Desenvolvimento).

MILÉO GONÇALVES, D. C.; GAMA, J. R.V.; CORRÊA, J. A. de J.; OLIVEIRA JUNIOR R. C. de. Uso de produtos florestais não madeireiros em comunidades da FLONA Tapajós. **Nativa**, v. 9, n. 3, 2021. DOI: 10.31413/nativa.v9i3.11598. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/11598>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MILLER, K. R. **Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional**. Brasília, DF: Edições Ibama, 1997.

MINARI, M. L.; RABINOVICI, A. Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, p. 44-66, fev./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6351>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MINASI, S.; MAYER, V.; SANTOS, G. E. de O. Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 2494, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2494>. Acesso em: 6 ago. 2023.

MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. (org.). Tejiendo de otro modo. MIRANDA, S. C. de; JUSTI, M. M.; FERRAZ, I. V. C. A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira. In: VICENTIN, M. C. G. *et al.* (org.). **Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2019. p. 89-106.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: Edusc, 2001.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Revista Tur., Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 20 - n. 2, p. 249-265, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/13161>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MORAES, E. A. de. Áreas naturais protegidas, inclusão social e turismo. In: MORAES, E. A. de; ÂNGELO, E. R. B.; SHIMOSAKAI, R. N. **Turismo e inclusão social**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013. v. 2. p. 33-52. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/7ef739b6939a3a5fc0e7d3c18513355a.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MORAIS, I. A. L., SANTOS, E. M., SANTOS, I. B. Mulheres negras no turismo: desafios enfrentados pelas integrantes do coletivo bitonga travel. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 17; 2722, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2722>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MOREIRA, J. C.; BURNS, R. C. **Turismo, manejo de uso público e a percepção dos visitantes**: coleta de dados na Floresta Nacional do Tapajós (Pará). Anais do VIII CBUC - Trabalhos Técnicos 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286936403>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MORGAN, M. S.; WINKLER, R. L. The third shift? Gender and empowerment in a women is Ecotourism cooperative. **Rural Sociology**, v. 85, n. 1, p. 137-164, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ruso.12275>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MOSCO, V. La economía política de la comunicación: una actualización diez años después. **CIC Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 11, p. 57-79, 2006. Disponível em: <https://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-I/EconomiaPoliticaCom.pdf> . Acesso em: 28 jan. 2023.

MOTA, A. G. S. dos S. **Qualidade de vida e empoderamento feminino em uma comunidade rural da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, Brasil**. Orientador: Thiago Almeida Vieira. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/563>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MOURO, H. H. **Gênero e ambiente**: reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental. Orientadora: Iva Miranda Pires. 2017. 105 f. Tese (Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Interrogating the role of the state and nonstate actors in community-based tourism ventures: toward a model for spreading the benefits to the wider Community. **South African Geographical**, v. 95, n. 1, p. 1-15, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03736245.2013.805078>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MURGUIALDAY, C. ¿el turismo rural comunitario contribuye al empoderamiento de las mujeres? La experiencia de la UCA “Tierra y Agua” en Nicaragua. In: MURGUIALDAY, C. *et al.* (org.). **¿Equidad de género en el turismo?** Muchas sombras y algunas luces: aproximación a tres experiencias de turismo no convencional. Foro turismo responsable. Madrid, España: FTR, 2015. p. 17-64. (Colección). Disponível em: https://www.foroturismoresponsable.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=246:iequidad-de-genero-en-el-turismo-muchas-sombras-y-algunas-luces&catid=28:sistematizaciones&Itemid=37. Acesso em: 01 out. 2022.

MURGUIALDAY, C. Does rural community tourism contribute to the empowerment of women? The experience of the UCA "Land and Water" in Nicaragua. In: MURGUIALDAY, C.; ALARCÓN, D. M.; VELÁZQUEZ, N. T.; CARRARO, F.; PUIGDUETA, I. (org.). **Gender Equity in Tourism? many shadows and some lights approach to three unconventional tourism experiences**. Spanish: Agency for International Development Cooperation – AECID, 2018. p. 17-64.

NASCIMENTO, E. M. D.; TORRES, I. C. Mulher, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta, 2012, Manaus. In: CADERNO DE RESUMOS DO ENCONTRO DE ESTUDO SOBRE MULHERES DA FLORESTA, 3., 2012, Manaus. **Anais [...]**, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. v. 3. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373163637_ARQUIVO_ARTIGOVELINEFAZENDOGENERO10.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira**: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará. Orientadora: Ligia Simonian. 2015, 415 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7782>. Acesso em: 7 jun. 2022.

NASSANI, A. A.; ALDAKHIL, A. M.; ABRO, M. M. Q.; ZAMAN, K. The impact of Tourism and finance on women empowerment. **Journal of Policy Modeling**, v. 41, Issue 2, mar./ abr. p. 234-254, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2018.12.001>. Acesso em: 20 out. 2020.

NDIVO, R. M.; CANTONI, L. Rethinking local community involvement in tourism development. **Annals of Tourism Research**, v. 57, p. 275-278, mar.2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.11.014> . Acesso em: 8 jun. 2022.

NEPSTAD, D. C.; STICKLER, C. M.; ALMEIDA, O. T. Globalization of the Amazon soy and beed industries: globalization of the Amazon soy and beed industries: opportunities for conservation. **Conservation Biology**, v. 20, p. 1595-1603, 2006. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1523-1739.2006.00510.x>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NERI, I. T. T.; OLIVEIRA, I. A. de. Interculturalidade crítica: aprender a decolonizar a educação com saberes de mulheres ribeirinhas da Amazônia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 655-678, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/40847>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NEVES, E. Gestão do Turismo (Comunitário) na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara. **GEOGRAFIA**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 161–180, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45906>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NEVES, S. C. **A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de coroa vermelha e a expressão da tradição**. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4945117/mod_resource/content/1/AApropriaaoIndgenadoTurismo_OsPataxdeCoroaVermelhaeaExpressodaTradio.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

NEVES, S. C. Reflexões sobre o turismo de base comunitária e os povos indígenas à luz do caso Pataxó (Bahia, Brasil). **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 413-430, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/185524>. Acesso em: 15 maio 2023.

NIGRO, G. D. **O desmantelamento da capacidade burocrática na política ambiental durante o governo Bolsonaro**. Orientador: Filipe Souza Corrêa. 2022. 59 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação)- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/19564>. Acesso em: 03 mar. 2023.

NIMUENDAJU, C. Os Tapajó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n.10, p. 93-106, 1948.

NOGUEIRA, A. C. F.; SANSON, F.; PESSOA, K. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007. Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, 2007. v. 21, p. 26.

NOVO, C. B. M. C. **Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus: caracterização e análise crítica**. Orientadora: Rita de cassia Ariza da cruz. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28062012-165759/pt-br.php>. Acesso em: 17 de maio 2022.

OBARA, A.T.; SILVA, E. S. População humana, biodiversidade e unidades de conservação do Brasil. In: VILLALOBOS. J.U.G. **Terra e agricultura**. Maringá, 2001. p. 1-19.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia Legal**: uma análise a partir do Parque Estadual do Jalapão e da Floresta Nacional do Tapajós. 2021. 254 f. Orientador: Rita de Cassia Ariza da Cruz. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI:10.11606/T.8.2021.tde-24092021-174913.

OLIVEIRA, A. P.; SANTOS, B. P. C. Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal Brasileira: organização da atividade ou estratégia de marketing? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.488-505, ago./ou.t 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6787/7009>. Acesso em: 06 de jun. 2022.

OLIVEIRA, E. DE S.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, jan./mar. 2021, p. 97-115. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/issue/view/1102>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, M. das N. C. A Representatividade feminina no associativismo produtivo na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 2013. **Anais [...]**. 2013. v. 10, Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321244_ARQUIVO_FG10MariaOliveira.pdf. Acesso em: 22 maio, 2023.

ONU Mulheres. **Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/#:~:text=Sobre%20a%20ONU%20Mulheres%20Brasil%20e%20Cone%20Sul&text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20ONU%20Mulheres,defesa%20das%20mulheres%20no%20mundo>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **ONU: mulheres pobres precisam ter controle sobre natalidade**. Laboratório de Demografias e Estudos Populacionais. 19 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2017/10/19/onu-mulheres-pobres-precisam-ter-controle-sobre-natalidade/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

OSORIO, R. M. L. **A produção de soja no oeste do Pará**: a tomada de decisão do produtor rural e as características da atividade produtiva em meio à floresta amazônica. Orientadora: Raissa Macedo Lacerda Osório. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33908>. Acesso em: 5 abr. 2023.

PACHECO, M. E. L. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. Disponível em: http://www.encontroagroecologia.org.br/files/A_Questao_genero_agroecologia.rtf. Acesso em: 3 jul. 2009.

PAIM, E. A. Epistemologia decolonial: uma ferramenta política para ensinar histórias outras. **ARTSHUMS**, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://artshums.com/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica-para-ensinar-historias-outras/#>. Acesso em: 20 maio, 2021.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação**: guia sobre sua criação e seu funcionamento. PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. (org.). Piracicaba: Imaflora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-04/conselhos-de-unidades-de-conservacao-guia-sobre.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA. **Estatísticas municipais paraenses**: aveiro. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201> Acesso em: 20. out. 2022.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas -FAPESPA. **Estatísticas municipais paraenses**: Santarém. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2022. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Polo Tapajós**. 2016. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/polo-tapajos>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Resumo executivo do pólo Tapajós – PA**. Ministério do Turismo. Paratur. Belém: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2010. Disponível em: http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/pdits_-_resumo_executivo_do_polo_tapajos.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

PARENTE, I. C. I.; BURSZTYN; M. Conflitos em Unidades de Conservação na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre – Pará. **Novos Cadernos**, Belém, NAEA, v. 15, n. 2, p. 21-43, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/967>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PASSOLD, A. J.; KINKER, S. M. S. Visitação sustentável em unidades de conservação. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010. v. 9. p. 383-415. (Coleção Ambiental).

PASSOS, M. M. BR-163, DE CUIABÁ A SANTARÉM: o papel dos agentes e sujeitos no ordenamento do território e na implementação de políticas públicas. **Ciência & Trópico**, v. 41, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1609>. Acesso em: 21 out. 2022.

PAYETTE, M. Interdisciplinarité: clarification des concepts. **Interactions**, v. 5, n. 1, p. 19-34, 2001. Disponível em: https://www.usherbrooke.ca/psychologie/fileadmin/sites/psychologie/espace-etudiant/Revue_Interactions/Volume_5_no_1/V5N1_PAYETTE_Maurice_p19-36.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

PAZ, F. P.; GUBERT, M. W.; FABRINI, J. E. Ecofeminismo: análise da mulher como vetor de sustentabilidade. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 7, n. 1, p. 75 – 90, jan./jul. 2021. Disponível em: Acesso em: 35 ago. 2023.

PEARCE, D. G. Alternative tourism: concepts, classifications, and questions. *In*: SMITH, V. L.; SMITH W. R. Eadington (ed.). **Tourism alternatives**: potentials and problems in the development of tourism. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1992. p. 15–30.

PEIXOTO, K. P. F. **Eu existo**: afirmação indígena e nomeação do racismo. Os Borari e os Arapium da terra Maró, Amazônia. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. Disponível em: <https://ppgsa.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses/464-2017-2>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PENA, F. **Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns**: prazer em conhecer. PENA, F. (org.); Giuliana Henriques. Santarém: CEAPS - Projeto Saúde e Alegria, 2015. Disponível em https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Almanaque-Resexpag-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

PENNA, J. C. Formações do sujeito colonial: suplemento, dependência, cosmopolitismo. **Revista ALEA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 295-306, jul./dez, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2012000200010>. Acesso em: 30 set. 2022.

PENTEADO, A. R. Turismo e trópico-úmido: o exemplo da Amazônia Brasileira. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-25, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63086>. Acesso em: 4 jun. 2022.

PERALTA, N. Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. **UAKARI**, v. 4, n. 1, p. 29-40, 2008. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/documentos/1aad269c64c12a59d09bde4b0b19670a.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

PEREIRA, J. C. M.; LEITE, M. da S. P. A fala do desenvolvimento em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização. **Novos Cadernos**, Belém, NAEA, v. 14, n. 2, p. 197-217, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/579/1004>. Acesso em: 23 maio 2023.

PEREIRA, J. R. *et al.* **Áreas protegidas do norte do Pará**: ordenamento territorial, história de ocupação e desenvolvimento. Belém, PA: Imazon: 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Areas-Protegidas-Norte-do-Para.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PEREIRA, R. da C. Sistema de Organização Modular de Ensino –SOME, e a Inclusão Social dos Jovens e Adultos do Campo. **Margens**, v. 10, n. 14, p. 187-198, mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4257>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PEREIRA, R. S.; SANTOS, D. A.; BORGES, W. A Mulher no Mercado de Trabalho. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: mundialização e estados nacionais; a questão da emancipação e da soberania, 2., 2005, São Luís. **Anais [...]**, São Luís, 2005. Disponível em: http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/programa%C3%A7%C3%A3o/321waleska_Rosangela_Danielle.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. Antropologia e turismo: teorias, metodos e práxis. *In*: PEREIRO, X.; FERNANDES, F. (org.) **Tenerife: PASOS**, RTPC. 2018.

PINHEIRO, M. S. Escravidão e Liberalismo em José Bonifácio: possibilidades de uma abordagem de história intelectual. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA –ANPUH-SP, 21., 2021, Campinas. **Anais** [...], Campinas, set. 2012. p. 1-12. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342266283_ARQUIVO_ComunicacaoAnpuh_SET2012_.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

PINHO, E. R. P. Uso e ocupação da terra na Floresta Nacional do Tapajós: a comunidade de Maguari, Belterra (PA). *In*: BARROS, M. J. B. (org.) **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018.

PINHO, E. R. P.; MAIA, E. C. S.; SILVA, G. G. P. da. Extrativismo sustentável na Floresta Nacional do Tapajós: o caso do projeto couro ecológico na comunidade Maguari, Belterra, Pará. *In*: ALMEIDA, R. H. *et al.* (org.). **Caderno diálogos interdisciplinares**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. p. 47-59.

PINTO, B. C. de M. Gênero e etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. **Revista Gênero na Amazônia**, v. 2, p. 201-224, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13138>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PINTO, M. D. N.; WALDECK, G. **Mandioca: saberes e sabores da terra**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006.

PINTO, M. P.; SIMONIAN, L. T. L. Turismo e gestão local em áreas protegidas da tríplice fronteira Pan-Amazônica. *In*: **Turismo: gestão e desenvolvimento na Pan-Amazônia**. CRUZ, S. H. R.; MENDES, F.L.S. (org.). Belém, Pará: PakaTatu, 2021. p. 186-209.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. de A. El turismo como Núcleo de Estudio Interdisciplinario. [Re] construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y Perspectivas em Turismo**. v. 24. p. 450-469. 2015. Disponível em: <https://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V24/N03/v24n3a01.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PONTES, I. P. DA S.; RIBEIRO, P. A.; NASCIMENTO, C. F. P. Relações socioculturais de gênero em comunidades tradicionais na Amazônia: os desafios vivenciados na comunidade São Lázaro, AM. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais**. [...]. Florianópolis, 2013.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1995.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS. WALTER. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

POZATI, F. **Perspectivas da prática turística em Unidades de Conservação**: um estudo comparativo entre o Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão. Orientador: Edvaldo César Moretti. 2019. 324 f. Tese. (Doutorado em Geografia, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_7c212689f68206713c7fa8a26b69b8f6. Acesso em: 23 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO. **História**. 2022. Disponível em: <https://aveiro.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 17 out. 2022.

PROENÇA, A. R. G. B.; PANOSSO NETTO, A. Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Rio Cuieiras - Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v.16; 2408, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2408>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos e PANOSSO NETTO, Alexandre. **Turismo em territórios indígenas**: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Rio Cuieiras -Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.16. p. 1; 22, fev. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2408>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Estrategia de igualdad de género del PNUD 2014-2017**. [S.l.:s.n.], set. 2014. Disponível em: <https://www.undp.org/es/publications/strategia-de-igualdad-de-genero-del-pnud-2014-2017>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD. Programa de las naciones unidas para el desarrollo. **El futuro que queremos**: derechos y empoderamiento. Estrategia de igualdad de género del PNUD 2014-2017. 2014. Disponível em: <https://www.undp.org/es/publications/strategia-de-igualdad-de-genero-del-pnud-2014-2017>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PROJETO Bagagem. **Sobre o projeto bagagem**. Disponível em: <https://projetobagagem.org/site/pt/sobre/>. Acesso em: 31 jul./set. 2021.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. P. S. & A. **Prazer em conhecer**: Suruacá. 2012. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. P. S. & A. **Projeto saúde e alegria**. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. **Quem somos**. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PULEO, A. H. Introducción; Víctimas o protagonistas ético-políticas? In: PULEO, A. H. (org.) **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. 2. ed. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2011. Disponível em: https://aliciapuleo.net/pdf/fragmento_intro_ecofeminismo.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**. Belém: Editora do NAEA, 2003. v.1.

QUARESMA, H. D. A. B. **Turismo na terra de Macunaíma**: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia. Orientadora: Ligia Terezinha Lopes Simonian. 2008. 423 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RAIMUNDO, S. **Em busca da sustentabilidade perdida**: lazer e turismo diante das desigualdades socioambientais. Curitiba: Appris, 2019.

RAINFORESTCRUISES. Amazon Dream. 2023. Disponível em: <https://www.rainforestcruises.com/cruises/amazon-dream>. Acesso em: 01 jul. 2023.

RAVENA, N. Mulher e índia: a história do trabalho indígena feminino no Grão-Pará. In: ÂLVARES, Luzia; FERREIRA, Eunice; D'INCAO, Ângela. (org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: Cejup; Gepem; Fumbel, 1997. p. 85-101.

RAYNAUT, C. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 1-22, jan./Jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Poema Tropic**, Belém, n. 4, p. 34-37, Jul./dez. 1999. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

REIS, M. N.; ANDRADE, M. F. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>. Acesso em 15. Abr. 2023.

REIS, M.; SOUZA, A. O turismo e a educação ambiental em Unidades de Conservação: um panorama sobre o Parque Municipal das Andorinhas em Ouro Preto – Su. In: GONTIJO, B.; DEUS, J. A. S. de, IRVING, M. de A.; SILVA, H. P. da; MEDEIROS, R. **Áreas protegidas e inclusão social**: tendências e perspectivas. Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 821-832, 2013.

RESISTÊNCIA, contradições e avanços. Mulheres da floresta Amazônica entre o trabalho e acultura. Belém: UFPA; NAEA, 2001. p. 33-68.

REZAGAMA, A. *et al.* Building a development strategy towards community-based tourism (CBT) in Thekelan Hamlet. **IOP Conference Series Earth and Environmental Science**. v. 623, 012029. p. 01-07, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348378387_Building_a_development_strategy_towards_community-based_tourism_CBT_in_Thekelan_Hamlet. Acesso em: 26 maio 2023.

RIBEIRO, G. V. B. A Origem histórica do conceito de área de preservação permanente no Brasil. **Revista Thema**, v. 8, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/67>. Acesso em: 16 jul. 2022.

RIEDO, I. G. *et al.* Institucionalismo e suas relações com o desenvolvimentismo: passado, presente e futuro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 2, p. 516–538, abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xSKdBz86DT76GZmTWhFPqrK/#>. Acesso em: 25 ago. 2023.

RODRIGUES DE CARVALHO, C. Políticas públicas de turismo e sustentabilidade sociocultural: o caso dos Pataxó no extremo sul da Bahia. **Revista GeoUECE**, v. 7, n. 12, p. 48–68, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6855>. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Hucitec: 1999.

RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: Rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4449>. Acesso em: 15 out. 2022.

RODRÍGUEZ, G., VIZCARRA, I. Turismo comunitario y género: la incorporación de las mujeres al proyecto turístico del Ejido El Rosario, Ocampo, México. **Journal of Rural Development**, v.6, p. 55-70, 2015. (Special, n. 1). Disponível em: <http://ri.uaemex.mx/handle/20.500.11799/58913>. Acesso em: 20 maio 2021.

RONCAGLIO, C. **O emblema do patrimônio natural no Brasil**: a natureza como artefato cultural. Orientadores: Dimas Floriani, José Augusto Drummond; Ademar Heemann. 2007. 198 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, com habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12359>. Acesso em: 22 jan. 2023.

RORIZ, P. A. C.; FEARNSIDE, P. M. A construção do código florestal brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. **Novos Cadernos**, Belém, NAEA, v. 18, n. 2, p. 51-68, jun./set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1866/0>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ROSA, A. R.; ALCADIPANI, R. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 185-215, nov./dez. 2013. (Edição Especial). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/GxDJFtsJMpBnQk6bkG4nKpx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

ROSÁRIO, J. J. dos. Mulheres trabalhadoras da Maré: educação e perspectivas sustentáveis. **Seminários Espaços Costeiros**, v. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteios/article/view/14674>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROSEVICS, L. Do Pós-Colonial à Decolonialidade. In: CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (org). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 187-192. Disponível em: https://dialogosinternacionais.com.br/?page_id=784. Acesso em: 25 jun. 2021.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice. 1986.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. (Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALAZAR, N. B. **Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities**. [S.l.:s.n.], 2010.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALVIO, G. M. M. *et.al.* Sistemas estaduais de unidades de conservação do Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 39, p. 113-131, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8978>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SAMAIN, E. Ver e dizer na tradição etnográfica: bronislaw malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 23-60, 1995. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/etienne_samain_unicamp/wp-content/uploads/2018/01/Samain-1995-Ver-e-dizer-Malinowski.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

SAMPAIO, A. C. M.; CARVALHO, M. S. de. A importância do Trabalho Feminino Rural no Turismo. In: VIII Seminário da Anptur, 2011, Balneário Camboriú. In: SEMINÁRIO DA ANPTUR TURISMO: CONHECIMENTO, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO, 8., 2011, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Aleph, 2011. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/153.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a sociedade. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M.; GRIMM, I. J.; FREDER, S. M.; SILVA, F. de P. S. da; FIGUEIREDO, S. L. Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, autogestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. **Novos Cadernos**, Belém, NAEA, v. 21, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5407>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T.; HENRÍQUEZ, C.; CORIOLANO, L. N. M.; FERNANDES, S. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarricense. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, jan./mar. 2014, p. 42-58. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5041/504151938004.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Espanha, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-50. Disponível em: https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/17988/PS_01_1%20_%282003%29_04.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 jun. 2022.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANSOLO, D. G. Turismo, conservação da biodiversidade e sustentabilidade: inspirações complementares. In: IRVING, M. Z.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. **Turismo ressignificando sustentabilidade**, Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. p. 347-368.

SANTANA, V. V. ; SANTOS, P. R. dos, BARBOSA, M. V. Contribuições do plano de manejo e do conselho gestor em Unidades de Conservação. **Open Journal Systems. Meio Ambiente (Brasil)**, v. 2, p. 18-029, 2020. Disponível em: <https://www.meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/39>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTARÉM. Prefeitura. **Equipe do Ministério da Saúde visita unidade básica de saúde fluvial Ailton Barros**. 8 ago. 2023. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/saude/equipe-do-ministerio-da-saude-visita-unidade-basica-de-saude-fluvial-ailton-barros-u3g6mq>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, A. M.; SIMONIAN, L. T. L. RESEX Marinha Gurupi-Piriá e políticas públicas educacionais. **Desenvolvimento E Meio Ambiente (UFPR)**, v. 42, p. 308-327, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v42i0.47028>.

SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf. Acesso: 10 out. 2016.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, E. A. **Mulheres pescadoras-mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE**. Orientadora Rosemeri Melo e Souza. 2018. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10370>. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTOS, F. S. D. dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 919-939, set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/shvPCndDNbC48RBj8L45nXN/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SANTOS, L. S. *et al.* A medicina tradicional ribeirinha em vozes femininas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém, Cienc. Hum., , v. 18, n. 1, p. 1-19, 2023. Disponível em: [http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv18n1_2023/medicina\(santos\).pdf](http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv18n1_2023/medicina(santos).pdf). Acesso em: 4 maio 2023.

SANTOS, M. F.; COSTA, D. L.; GAMA, J. R. V.; SOUSA, I. R. L.; FREITAS, B. B. Produção de biojoias e geração de renda de artesãs na comunidade Jamaraquá, Belterra, Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13 n. 1, 2018. Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, 6., 12 a 15 de setembro de 2017. **Anais [...]** Brasília, DF: 2017. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/524>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANTOS, R. J. dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/movil/>. Acesso em: 06 set. 2023.

SCHMIDT, L., GOMES, C. Mulheres e ambiente: uma relação decisiva na transição para a sustentabilidade. **Faces de Eva**, n. 44, p. 65-87, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/52528>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. S. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQUIVO_TextoFazendogenero10.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. 2000. p. 255 – 272.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7172>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-94. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/f171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 1 ago. 2023.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. BARBOSA, R. (trad.) **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1546?file=1>. Acesso em: 20 maio 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

SENA, C. Prefácio. In: BARROS, M. J. B. (org.) **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. p. 9-12. Disponível em: https://issuu.com/publicacoesufopa/docs/e-book_-_floresta_nacional_do_tapaj. Acesso em: 20 fev. 2021.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SIGÜENZA, M.; BROTONS, M.; HUETE, R. The evolution of gender inequality in tourism employment in Spain. **ROTUR: Revista de Ocio y Turismo**, n. 6, p. 182-200, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267208859_The_evolution_of_gender_inequality_in_tourism_employment_in_Spain. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, A. A. **Manejo, extração, uso e beneficiamento da palha do tucumã por mulheres da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil**. Orientador: Thiago Almeida Vieira. 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/619>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, C. N. da; SIMONIAN, L. T. L. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. In: MATHIS, A.; COELHO, M. C. SIMONIAN, L. T. L.; CASTRO, E. (org.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA, p. 335-350, 2007.

SILVA, D. A. M. da; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F.; MARCELLINO, N. C.; MELO, V. A. de. Conceitos e significados de lazer e recreação. In: MARCELLINO, N. C. (org.). **Importância da recreação e do lazer**. Brasília, DF: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, G. T. da; CHAVES, P. C. P. R.; SIMONETTI, S. R. Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM). **Paper**, Belém, NAEA, v 1, n. 3, p. 11-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/10447/7254>. Acesso em: 15 maio 2022.

SILVA, J. F. da. **Filhos do aventureiro: um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo**. Orientadora: Ellen Fensterseifer Woortman. 2013. 241 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) –Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14211>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SILVA, M. C. O.; DIAS, A. B.; OLIVEIRA, I. F. de. **O associativismo como instrumento de fortalecimento e empoderamento das organizações femininas do município de Santaluz-Ba**. n. 22, 2018. (XXII Seminário de Iniciação Científica). Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3928>. Acesso em: 22 maio 2023.

SILVA, M. L. da; COSTA, A. P. Educação e gestão em perspectiva sustentável: em busca de uma pedagogia para unidades de conservação. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, p. 59-71, 2016. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/447/pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

SILVA, R. E.; BONFIM, F. da S.; GARCIA, M. N. Coletoras de sementes do Tapajós: mulheres, saberes práticos, relações de gênero e a floresta. **Vivência: revista de antropologia**, v. 1, n. 43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6806>. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, R. F. T. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. (rev.). 2015.

SILVA, S. M. S. da. **Ecoturismo em comunidades tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós**: o caso de Maguari e Jamaraquá. Orientador: Jackson Fernando Rego. 2005. 219 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. Uso público em Unidades de Conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu**, UFAM, v. 12, p. 173-190, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/465>. Acesso em: 04 maio 2022.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas da Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, p. 9-53. 2000.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira**: resistência, contradições e avanços. *Mulheres da floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos Balatais da Amazônia Brasileira. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de (org.). **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamound, 2006a. p. 195-232.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Papers**, Belém, NAEA, v. 1, p. 3-38, 2006b. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11479/7916>. Acesso em: 01 set. 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, L. E. (org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA. 2007. p. 15-52.

SIMONIAN, L. T. L. PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. O Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas e seus desdobramentos socioeconômicos, culturais e turísticos. **Papers**, Belém, NAEA, v. 1, p. 3-53, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11475>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas Amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 48, p. 118-139, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58920/36953>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SIMONIAN, L. T. L.; SILVA, M. D. M.; BAPTISTA, É. R. Introdução. In: SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. (org.). **Formação socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 3 v. p. 13-33.

SIQUEIRA, D. E. **História social do turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília, DF: Ed. Vieira, 2005.

SOARES, A. M. P. O Negro André: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 242-269, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/114973>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SOARES, K. R. *et al.* Extrativismo e produção de alimentos como estratégia de reprodução de agricultores familiares do assentamento seringal, Amazônia meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 645–662, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/hKDnz3qkx6T4ycFLWkxzQYj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SOARES, L. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOARES, M. J.; SANTANA, A. K. M.; VIANA, A. P. da S.; GOMES, K. M. A.; NASCIMENTO, B. D. C. do.; FIGUEIRA, T. S.; SILVA, J. R. A. da. A gestão do turismo na Floresta Nacional do Tapajós. **Revista Biodiversidade Brasileira (BioBrasil)**. v. 12 n. 3, gestão do uso público: turismo e lazer em áreas protegidas. Brasília, DF, 2022. p. 208-223. Disponível em: <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SOBRINHO, A. M.; BONFIM, E. A. M.; SILVA, R. A. da. **Ecoturismo na comunidade de São Domingos**: Floresta Nacional do Tapajós. 2010. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Turismo) - Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, Santarém, 2010.

SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, v. 13, n. 25, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33140>. Acesso em: 1 set. 2023.

SOUSA, A. M. P. *et al.* Cooperativism in forest communities in the Amazon: what do non-members say? **Ambiente & Sociedade**, 2019. v. 22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc120r1vu19L4AO>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SOUSA, L.; SANTOS, R.; SOUSA, D. Pobreza multidimensional na Amazônia legal: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 125-148, 21 nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1098>. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

SOUSA, M. de J. S. *et al.* Teçume d'Amazônia: fortalecimento político das mulheres produzindo vitalidade de conhecimentos tradicionais. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 310-340, out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5046>. Acesso em: 07 jan. 2023.

SOUSA, M. J. S.; BEZERRA, N. P.; LEONI, J. M.; OLIVEIRA, M. M. DAS C.; AMARAL, M. R. A. Teçume D'amazônia: fortalecimento político das mulheres produzindo vitalidade de conhecimentos tradicionais. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 8, n. 2, p. 310-340, out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5046>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SOUSA, R. M. de M.; FIGUEIREDO, S. L.; TAVARES, M. G. da C. Turismo na Amazônia: a experiência das comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro a partir das políticas de desenvolvimento local. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 126-144, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/72928>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STRYDOM, A. J.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. S. Lessons learned from successful community-based tourism case studies from the global South. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 5, p.1-13. Disponível em: https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_18_vol_7_5_2018.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

SUANSRI, P. **Community based tourism handbook**. Responsible Ecological Social Tour-REST, Thailand, 2003. Disponível em: <https://mekongtourism.org/wp-content/uploads/REST-CBT-Handbook-2003.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SUGAHARA, J. W. **A implantação de unidades de conservação e o direito da pessoa humana ao meio ambiente equilibrado**. Orientador: George Satander Sá Freire. 2014. 195 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede das Instituições), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16788>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, D. M. C. Mundos mezclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. Sér. v.20. n. 2. p. 53-90. jul./ dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/LKQWf3XwQxH9YQRD6KSH7cb/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

TANNER, J. B. *et al.* The potential demand for ecotourism in the Tapajos National Forest, Pará, Brazil. Southeastern center for forest economics, research, research triangle park, north Carolina, USA, **FPEI Working Paper**, n. 62, 1997. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnacm685.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

TAPAJÓS, B. F. P. L. **Empreendedorismo de impacto social: o design thinking e a valorização do conhecimento tradicional**. Orientadora: Kariane Mendes Nunes. 2022. 70 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual – PROFNIT) – Instituto de Engenharia e Geociências, Programa de, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/761>. Acesso em: 3 ago. 2023.

TAPAJÓS; BELTERRA-PA: o caso de Maguari e Jamaraquá. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. de M. (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 38-60.

TASCHNER, G. B. Lazer e turismo no Brasil: notas sobre sua trajetória. In: REGO, R. M. L.; DWYER, T.; BARREIRA, C. (org.). **Sociologia e conhecimento além das fronteiras**. [S.l: s.n.], 2006. v. 1. p. 303-303. (Tomo editorial).

TAVARES, M. Go. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, Paraná, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/204>. Acesso em: 7 out. 2022.

TEIXEIRA, M. A. S. B. **A prática do turismo de natureza em hotéis de selva do estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da política nacional de ecoturismo**. Orientadora; Rosane Maria Lanzer. 2006. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/173?show=full>. Acesso em: 25 fev. 2023.

TELFER, D. J. Development studies and tourism. In: JAMAL, T.; ROBISON, M. (ed.). **The SAGE handbook of tourism studies**. London: SAGE Publications, 2009. p. 146-165.

TEMOTEO, J. A. G.; BRANDÃO, J. M. F.; CRISPIM, M. C. Turismo e sustentabilidade em Unidades de Conservação: um estudo sobre as alternativas de emprego e renda na área de proteção ambiental da barra do Rio Mamanguape-PB. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, p. 43-61, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/10105>. Acesso em: 24 ago. 2022.

THE ECONOMICS of ecosystems and biodiversity. A economia dos ecossistemas e da Biodiversidade. Integrando a economia da natureza: uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB. 2010. Disponível em: http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB_Sintese-Portugues.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

THOMAZ JÚNIOR, A.; FRANCO GARCÍA, M. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v.18, n.19, p. 257-272, jul./dez.2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/issue/view/22>. Acesso em: 17 ago. 2022.

THOMÉ, P. A mulher pantaneira no contexto das fazendas de turismo. **EntrE-Lugar**, v. 9, n. 18, p. 126–149, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/8941>. Acesso em: 02 jun. 2023.

TILLY, L. A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Desacordos, desamores e diferenças, v.3, p.29-62, 1994. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Tilly.pdf). Acesso em: 21/7/2023.

TONI, A.; RÉGIA, M.; GROSSI, M.; CORRAL, T.; DI CROCE, S. Mulheres e sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**: centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 108-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/763>. Acesso em: 11 ago. 2022.

TORNQUIST, C. S.; LISBOA, T. K.; MONTYSUMA, F. M. Mulheres e meio ambiente **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 865-869, sep./ dic. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300012>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TORREÃO, N. A liderança feminina no desenvolvimento sustentável. **Revista Ártemis**, n. 7, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2155>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TORRES, I. Cs. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, I. C. Formação Social da Amazônia sob o Corte de Gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: corpo, violência e poder., 2008, Florianópolis, SC. **Anais [...]**Florianópolis, SC; Editora Mulheres, 2008. v. 8. p. 01-07. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/agenda-e-eventos/9700>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TORRES, I. C. O Trabalho das agricultoras da Amazônia. **Revista Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 4, n. 09, p. 115-132, 2019. Disponível em: <https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/339>. Acesso em: 2 jun. 2021.

TORRES, M. O Ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo”. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 157-175, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11043>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TRAN, L.; WALTER, P. Ecotourism, gender and development in northern Vietnam. **Annals of Tourism Research**, n. 44. p. 116–130, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.09.005>. Acesso em: 26 out. 2020.

TUCUM. **Rede cearense de turismo comunitário**. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <http://www.redetucum.org.br/rede-tucum/turismo-comunitario/>. Acesso em: 01 set. 2022.

UNCTAD; WTO. **Módulo de treinamento para o sucesso do Turismo Baseado na Comunidade (TBC) no Âmbito do Programa de Redução da Pobreza através da Exportação –(PRPE)**. Internacional Trade Center (ITC). [S.l.: s. n.], 2005.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA- UICN.

Programa de la UICN 2013-2016. Adoptado por el Congreso Mundial de la Naturaleza de la UICN, 2012. Disponível em:

<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-5th-003-Es.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

UNOPS, Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos; Instituto SEMEIA.

Parques para todas e todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero. Maio 2020. Disponível em:

http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

UNWTO. World Tourism Organization. **El impacto de la covid-19 en el turismo mundial queda patente en los datos de la omt sobre el coste de la parálisis.** 2020. Disponível em:

<https://www.unwto.org/es/news/el-impacto-de-la-covid-19-en-el-turismo-mundial-queda-patente-en-los-datos-de-la-omt-sobre-el-coste-de-la-paralisis>. Acesso em: 3 jan. 2021

VADJUNEC, J. M, SCHMINK M; GREINER A. L. New Amazonian geographies: Emerging identities and landscapes. *In:* VADJUNEC, J.M; SCHMINK, M. (ed.) **New Amazonian geographies:** emerging identities and landscapes. London and New York: Routledge, 2012.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: uma discussão teórica á luz dos conceitos de território e políticas públicas. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 21 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13433>. Acesso em: 29 dez. 2021.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 1, p. 13-26, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: 29 ago. 2022.

VANDERLEI, A. R **O papel da mulher no desenvolvimento sustentável sob a ótica da Agenda 21 no Estado de Pernambuco.** Orientadora: Vicentina Maria Ramires Borba. 2010. 88 f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/5090>. Acesso em: 14 ago. 2022.

VAZ FILHO, F. A. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras:** os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia. Santarém: Ufopa, 2016. v. 1.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A. VEDOVETO, M.; FURTADA, S. de M. *In:* **Áreas protegidas na Amazônia brasileira:** avanços e desafios. VERÍSSIMO *et al.* (org.). Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1212/10372.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VIANA, J. M. M. R.; SIMONIAN, L. T. L. Extrativismo, turismo de base comunitária e perspectiva de gênero: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: CONFLITOS E POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS - SIALAT 2020/2021, Democracia, Natureza e Epistemologias para pensar o amanhã, 3., 2021, Belém. **Anais**. [...], Belém. 2021. p. 2202-2220. Disponível em: https://sialat2020.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/11/Anais_Sialat_20_21_vfinal_postado_novembro21.pdf. Acesso em 20 de mar. 2023

VIANA, J. M. M. R.; BARBOSA, H. D. A.; SIMONIAN, L. T. L. Lazer e turismo nos jardins botânicos de Belém (PA)'. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). **Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das Ciências Sociais Aplicadas**. Ponta Grossa: Atena, 2021. v. 1, p. 71-85. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/pesquisas-interdisciplinares-estimuladas-por-problemas-concretos-das-ciencias-sociais-aplicadas>. Acesso em 20 abr. 2023.

VIANA, J. M. M. R.; SIMONIAN, L. T. L.; ARAUJO, M. N. F. Turismo de base comunitária como fator de desenvolvimento local: O caso das comunidades quilombolas África e Laranjituba. In: **INVTUR international conference tourism and the sustainable development goals: from theory to practice**. 2021, Aveiro. Proceedings of the INVTUR 2021. International conference tourism and the sustainable development goals: from theory to practice". Aveiro: UA Editora, 2021. p. 53-55. Disponível em: [file:///C:/Users/janis/Downloads/Programa%20INVTUR%202021%20-%20final%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/janis/Downloads/Programa%20INVTUR%202021%20-%20final%20(2).pdf). Acesso em 10 fev. 2023.

VIANA, J. M. M. R.; SIMONIAN, L. T. L. A compreensão das Mulheres Amazônídas quanto ao Turismo e o Lazer. In: BAHIA M. C.; TAVARES, M. G. da C.; FIGUEIREDO, S. L. (org.). Turismo, lazer e patrimônio na Pan-Amazônia. Belém: NAEA, 2022, v. 1. p. 323-326.

VIANNA L. P. *et al.* **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB -USP, 1995, 283 p. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conflitook.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: ANNABLUME, Fapesp, 2008.

VIEIRA, A. AVEIRO. **Estado do Tapajós**. 2022. Disponível em: <https://www.tapajosomeuestado.com.br/p/aveiro.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

VIEIRA, K. C. D.; ARAUJO, M. N. F.; CÂMARA, R. de J. B.; RIBEIRO, R. T. O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa no município de Santo Amaro. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 11, p. 1, 2022. Disponível em: <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/1011>. Acesso em: 20 maio 2023.

VIEIRA, S.; BENEVIDES, C. M. de J.; SÁ, N. S. C. de. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 42-62, set./dez. de 2021. Disponível em: Acesso em: 15 maio 2023.

VILAS BÔAS, L. M. S.; OLIVEIRA, D. C. A Saúde nas comunidades ribeirinhas da região norte brasileira: revisão sistemática da literatura. **Atas: investigação qualitativa em saúde**, v. 2, p. 1386-1395, 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/896>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VUJKO, A.; TRETIAKOVA, T. N.; PETROVIĆ, M. D.; RADOVANOVIC, M.; GAJIC, T.; VUKOVIC, D. Women's empowerment through self-employment in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 76, n. C, 328-330, 2019.

WAGLEY, C. **Itá: uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. COSTA, C. S. (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WAGLEY, CHARLES. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Editora. Nacional, 1957.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WOORTMANN, E. F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Gender and tourism**, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/gender-and-tourism>. Acesso em: 15 jun. 2020.

WORLDOMETERS. **Covid-19 coronavirus pandemic**. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 24 maio 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad. BUENO, Daniela. Porto Alegre: Penso, 2016.

YUNIKAWATI; N. A.; ISTIQOMAH; N.; PRIAMBODO, M. P.; SIDI, F. Can Community Based Tourism (CBT) support Sustainable Tourism in the Osing Traditional Village? **E3S Web of Conferences**, v. 232, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/abs/2021/08/e3sconf_iconard2020_02023/e3sconf_iconard2020_02023.html#:~:text=The%20synergy%20between%20the%20tourism,culture%20and%20the%20environmental%20continuity. Acesso em: 27 maio 2023.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Zago, N.; Carvalho, M. P.; Vilela R. A. T. (org.). **Itinerário de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p.1-14, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/341>. Acesso em: 03 set. 2022.

ZIOLKOWSKI, N. E. Mulheres à frente no Cerrado e Pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência. **MovimentAção**, v. 6, n. 10, p. 96–111, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10594>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZMYSLOWSKI, C. T.; TURRA, A.; CAMPOLIM, M. B.; XAVIER, L. Y. Parcerias público-privadas em Unidades de Conservação ameaçam o turismo de base comunitária e a sustentabilidade de comunidades tradicionais. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 293-316, set. 2021. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/9065. Acesso em: 26 jan. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com o público feminino

Público-alvo: Mulheres que atuam com o TBC nas diversas práticas (artesanato, culinária, condução, hospedagem, transporte e outros, nas áreas de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã situadas na Resex Tapajós-Arapiuns e nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá pertencentes a Flona Tapajós.

1. Idade:
2. Grau escolar:
3. Estado civil:
4. Localidade:
5. A quanto tempo mora aqui?
6. Profissão:
7. Seu grupo familiar tem quantas pessoas?
8. Você sabe o que é o TBC? Defina?
9. Qual a atividade você executa no TBC?
10. Há quanto tempo você desenvolve este trabalho?
11. Como se envolveu com esta atividade? Com que aprendeu? (fonte de inspiração)
12. Outras pessoas da sua família trabalham com TBC, Quantas?
13. Você trabalha quantas horas por dia com o TBC?
14. Qual a renda mensal média com o TBC? E como gasta o rendimento obtido?
15. Além da atividade relacionada com o TBC, você tem algum outro trabalho remunerado? Qual?
16. Quanto ao trabalho com o TBC, você considera que a sua renda com relação a dos homens que desenvolvem o mesmo trabalho é:
17. Você acha que no turismo os homens trabalham mais que as mulheres? Por quê? Em que? Como?
18. Quais os aspectos positivos e negativos do TBC?
19. Quais os impactos positivos e negativos que o TBC trouxe para a sua vida enquanto mulher?
20. Como o TBC é estruturado e operacionalizado aqui?
21. Você participa do planejamento e das discussões sobre acerca do TBC na sua comunidade?

22. Quais os principais desafios/dificuldades de ser mulher amazônida trabalhadora no TBC?
23. Você já foi vítima de preconceito ou discriminação no seu trabalho por ser mulher?
24. Você já fez algum curso / capacitação voltado para o TBC? Se sim, quais?
25. Participa de alguma entidade associativa (associação de moradores, cooperativa, sindicato, grupo de mulheres)? Qual?
26. Assumiu algum cargo na entidade? Por quanto tempo?
27. Você sabe o que é uma UC? Defina
28. Qual a importância de habitar e/ou trabalhar em uma UC?
29. Na sua opinião o turismo pode ou não contribuir com o meio ambiente? De que maneira?
30. A pandemia do *COVID-19* afetou seu trabalho? De que modo?
31. Quais são suas expectativas para o seu trabalho no contexto pós-Pandemia do *COVID-19*?
32. Quais os principais problemas no cotidiano aqui?
33. Tem vontade de morar em outro lugar? Onde? Por quê?

APÊNDICE B- Roteiro para entrevista com o público masculino

Público-alvo: Homens que atuam com o TBC nas diversas práticas (artesanato, culinária, condução, hospedagem, transporte e outros, nas áreas de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã situadas na RESEX Tapajós-Arapiuns e nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá pertencentes a Flona Tapajós.

1. Idade:
2. Estado civil:
3. Grau escolar:
4. Localidade:
5. A quanto tempo mora aqui?
6. Profissão:
7. Seu grupo familiar tem quantas pessoas?
8. Você sabe o que é o TBC? Defina?
9. Qual a atividade você desempenha no TBC?
10. Você trabalha quantas horas por dia com o TBC?
11. Qual a renda mensal média? E como gasta o rendimento obtido?
12. Você trabalha com mulheres no TBC? Como você avalia o trabalho desenvolvido com elas?
13. Quanto ao trabalho no TBC, você considera que a sua renda com relação a das mulheres que desenvolvem o mesmo trabalho é:
14. Você acha que no turismo os homens trabalham mais que as mulheres? Por quê? Em que? Como?
15. Existe trabalho feminino e masculino no TBC?
16. Outras pessoas da sua família trabalham com TBC, Quantas?
17. Se houvesse a opção de escolher, você desenvolveria seu trabalho com as mulheres? Por quê?
18. Você acredita que as mulheres são importantes para o contexto das Unidades de Conservação? Por quê?
19. Para você, o trabalho da mulher no TBC é importante? Por quê?
20. Na sua opinião o turismo pode ou não contribuir com o meio ambiente? De que maneira?

21. Quais os principais problemas no cotidiano aqui?

22. Tem vontade de morar em outro lugar? Onde? Por quê?

APÊNDICE C– Roteiro para entrevista com o poder público

Público-alvo: Agentes da Secretaria Estadual de Turismo/PA; Secretaria Municipal de Turismo de Santarém e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Belterra e ICMBio. Solicitamos sua colaboração sobre as ações específicas para as mulheres que atuam com o TBC nas áreas de Vila de Anã, São Miguel/São Marcos, Tucumã, Maripá e Vista Alegre do Capixauã situadas na RESEX Tapajós-Arapiuns e das comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá pertencentes a Flona Tapajós.

1. Localidade:
2. Sexo:
3. Cargo e /ou função que exerce:
4. Instituição:
5. Formação:
6. Qual o principal segmento do turismo aqui no município?
7. E o TBC? Quais as ações vêm sendo dinamizadas para esta modalidade?
8. Como a Instituição entende a participação das mulheres no TBC na RESEX ou na Flona?
9. Há algum projeto e/ou programa voltado para o incentivo às mulheres no TBC? Qual? Há resultados?
10. Como ocorre o planejamento das ações do órgão, no que se refere à temática em questão?
11. A Instituição promove cursos e/ou capacitações voltados para as mulheres no TBC? Quais? Como? Há Resultados?
12. Como se dá a relação das mulheres que atuam no TBC e o órgão?
13. Como o órgão procura responder as expectativas das mesmas?
14. Existe alguma política pública voltada para a valorização da profissional mulher e das trabalhadoras do turismo?
15. Quais os principais problemas de atuar com o TBC no município? E as facilidades?
16. Há ações com outras instâncias públicas em prol do turismo? Quais entidades? O que?
17. Quais as perspectivas da atividade?

ANEXO

ANEXO A – Autorização SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 81729-1	Data da Emissão: 24/01/2022 10:50:55	Data da Revalidação*: 24/01/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA	CPF: 710.532.632-87
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisa científica na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de campo nas comunidades Jamaraguá, Maguari e São Domingos situadas na FLONA Tapajós	03/2022	03/2023
2	Pesquisa nas comunidades Anã, Capixuanã, Maripá e São Marcos situadas na RESEX Tapajós-Arapiuns	03/2022	03/2023

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
6	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bio prospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0817290120220124

Página 1/4

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 81729-1	Data da Emissão: 24/01/2022 10:50:55	Data da Revalidação*: 24/01/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA	CPF: 710.532.632-87
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisas científicas na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Observações e ressalvas

1	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Floresta do Tapajós: 1 - O pesquisador ou professor somente poderá realizar atividade de campo após o término do estado de emergência devido à COVID-19, assim declarado por ato da autoridade competente, ou quando permitido pelas normativas dos governos do Estado do Pará e dos municípios relacionados com a UC. 2 - Para a realização de pesquisas científicas e atividades didáticas nas Terras Indígenas com interface territorial com a Floresta do Tapajós, o pesquisador deve pedir autorização da Funai/Indígenas e seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº DD1/PRES/1995. 3 - Caso a pesquisa científica ou atividade didática ocorra nos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais da UC, o pesquisador deve buscar autorização destas ou da Federação das Comunidades da Floresta do Tapajós (organização que as representa) pelo e-mail: federacao.floresta.tapajos@gmail.com. 4 - Caso a pesquisa envolva diretamente os moradores da Floresta do Tapajós (pesquisa com seres humanos), conforme previsto na Resolução n. 468, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, o pesquisador deve providenciar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e cadastrar o projeto de pesquisa na Plataforma Brasil. 5 - O pesquisador deve observar o que prevê a legislação quanto ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. 6 - Caso a pesquisa ou atividade didática ocorra na área de manejo florestal sustentável, por questão de segurança, deve-se obter autorização da Comiflona (cooperativa que realiza o manejo) pelo e-mail: comiflona@hotmail.com. 7 - O pesquisador/professor deve solicitar com antecedência de até 5 dias úteis autorização de entrada na UC pelo e-mail: flonatajapos.pa@icmbio.gov.br. No caso de atividades didáticas, o professor deve enviar a lista de alunos (nome e CPF). 8 - Recomendamos encaminhamento de devolutiva às comunidades caso a pesquisa as envolva. O pesquisador deverá enviar uma versão digital do trabalho/publicação gerado para compor banco de pesquisas da Floresta do Tapajós (para o e-mail: flonatajapos.pa@icmbio.gov.br). 9 - Solicitamos que o pesquisador informe ao ICMBio a localização do experimento e as coordenadas geográficas ou por arquivo shapefile ou kmz para evitar sobreposição do experimento com outros usos que possam prejudicar o andamento da pesquisa. 10 - Pesquisas de médio e longo prazo, com estrutura física delimitada em campo e permanentes, devem ter suas áreas de monitoramento (polígonos) mapeadas e os arquivos de georeferenciamento devem ser disponibilizados ao ICMBio para que sua proteção seja garantida.	FLORESTA do Tapajós

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 81729-1	Data da Emissão: 24/01/2022 10:50:55	Data da Revalidação: 24/01/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA	CPF: 710.532.632-87
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisa científica na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Outras ressalvas

2	Mesmo com a aprovação da realização da pesquisa por meio desta licença emitida via SISBio, deve ser encaminhado à equipe gestora da Resex (resex.tapajós.arapiuns@icmbio.gov.br), com antecedência, o cronograma de atividades de campo previstas na RESEX, para fins de mobilização e emissão de autorização de entrada nas comunidades. Todas as produções bibliográficas resultantes da pesquisa, tais como artigos, resumos, reportagens e livros devem ser encaminhados a este ICMBio para compor o acervo bibliográfico da UC (resex.tapajós.arapiuns@icmbio.gov.br; Avenida Tapajós, n. 2201 ? Lagoinha - CEP: 68040-000. Santarém/PA). Sugerimos, após a conclusão do trabalho, fornecer devolutiva às comunidades participantes, na forma oral ou escrita (banner ou cartilha) com os principais resultados. Por fim, esta licença não exime o pesquisador de solicitar autorização ao Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos, caso pertinente, e devem ser respeitados os decretos de restrição emitidos em relação à pandemia de COVID.	RESEX Tapajós-Arapiuns

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal
2	Floresta Nacional de Tapajós	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

